

ERICK QUINTAS CORRÊA

**O PARTIDO MALDITO: as origens do
esquerdismo em Portugal (1968-1979)**

ARARAQUARA – S.P.

2021

ERICK QUINTAS CORRÊA

O PARTIDO MALDITO: as origens do esquerdismo em Portugal (1968-1979)

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Ribeiro do Valle

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.

2021

C824p	<p>Corrêa, Erick Quintas</p> <p>O partido maldito : as origens do esquerdismo em Portugal (1968-1979) / Erick Quintas Corrêa. -- Araraquara, 2021</p> <p>420 p.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara</p> <p>Orientadora: Maria Ribeiro do Valle</p> <p>1. Sociologia política. 2. Movimentos sociais. 3. Radicalismo. 4. Revoluções e socialismo. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ERICK QUINTAS CORRÊA

O PARTIDO MALDITO: as origens do esquerdismo em Portugal (1968-1979)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Ribeiro do Valle

Bolsa: CAPES

Data da defesa: 04 de junho de 2021

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Orientadora:

Dr^a Maria Ribeiro do Valle

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro Titular:

Dr. José Maria Carvalho Ferreira

Universidade de Lisboa (UL)

Membro Titular:

Dr^a Lúcia Bruno

Universidade de São Paulo (USP)

Membro Titular:

Dr. João Alberto da Costa Pinto

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Membro Titular:

Dr. Edmundo Antonio Peggion

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Aos partidários do partido maldito

AGRADECIMENTOS

A investigação que deu origem a esta tese de doutorado, defendida em junho de 2021 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr), não poderia ter sido realizada sem o apoio de muitas pessoas e diversas instituições. Convém desde já assinalar que compartilho com elas os possíveis êxitos deste trabalho. Suas eventuais lacunas são, porém, de minha inteira responsabilidade.

Em primeiro lugar, serei sempre grato à professora Maria Ribeiro do Valle, orientadora e amiga, por me reservar, desde o mestrado, a confiança e liberdade intelectual necessárias para o desenvolvimento dos meus estudos. Por apaziguar minhas angústias teóricas, abrindo as janelas quando faltaram luz e oxigênio.

Ao professor Rui Bebiano, que me acolheu com imensa sabedoria no estágio realizado junto ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), na qualidade de supervisor estrangeiro. O vivo relato pessoal de sua participação na “crise académica” de 1969, em Coimbra, sobretudo em seus aspectos mais “contraculturais”, marcou um momento de grande inspiração na fase inicial da pesquisa de campo, o qual sempre recordarei com especial carinho.

À professora Lúcia Bruno e ao professor Miguel Cardina, pelo incentivo e pelas instigantes sugestões teóricas e metodológicas feitas no exame de qualificação, realizado em setembro de 2019. Aos professores José Maria Carvalho Ferreira, João Alberto da Costa Pinto, Edmundo Peggion e à Lúcia (novamente), pela pertinência das observações feitas no exame de defesa, onde os títulos e protocolos formais deram lugar ao diálogo e à crítica – sem deuses nem amos.

Cabe um agradecimento especial aos antigos protagonistas do campo investigado, cujos depoimentos, entrevistas e correspondências trocadas entre 2019 e 2021 foram essenciais para a conclusão deste trabalho: é o caso de Jorge Valadas (Charles Reeve), João Bernardo, José Maria Carvalho Ferreira, Phil Mailer, João Freire e Manuel Villaverde Cabral. Agradeço também a outros personagens históricos que se mantiveram na órbita do esquerdismo português durante a década de 1970 e às margens do biênio revolucionário de 1974-1975, como os antigos situacionistas Raoul Vaneigem e Gianfranco Sanguinetti, por me concederem relatos importantes.

Ao amigo Eduardo Sousa, com quem mantive diálogos sempre muito esclarecedores durante minhas visitas à livraria Letra Livre, localizada no Chiado (Lisboa), de onde

eu frequentemente saía carregado de novas referências bibliográficas e informações biográficas. À amiga Maria Magalhães Ramalho, pela disponibilidade em ajudar na busca de contatos e materiais sobre o núcleo de pró-situacionistas portugueses. Ao amigo Júlio Henriques, pelo incentivo e inspiração.

Aos amigos “baderneiros” do *nosso partido maldito*, em especial: Bruno A., Bruno P., Teresa e Pedro. À Natália, com quem tive o privilégio de dividir grande parte desta árdua aventura, pelo paciente apoio e compreensão. À Andressa, pela constante cumplicidade, por conspirar comigo nas derivas feitas ao oeste da Península. Aos meus pais, Magda e Antônio, e à minha irmã, Amine, pelo incondicional suporte afetivo. Este trabalho é dedicado a vocês, com todo meu amor e admiração.

Quero, por fim, agradecer ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/FCLAr, às equipes da Biblioteca da FCLAr, da Biblioteca Sul-Norte do CES/UC e do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Pouco há a esperar de gente como nós: o nosso partido é o Partido do Mal, os nossos estatutos prescrevem a Recusa e a Negação.

Subversão Internacional, 1978

RESUMO

Esta tese apresenta uma expressão portuguesa do fenômeno político originalmente designado *esquerdismo* por Vladimir Lênin (1870-1924), no período de formação da Terceira Internacional (1919-1943). Trata-se de uma corrente minoritária do movimento comunista que, desde então, passaria a ser mistificada no espectro ideológico do chamado marxismo-leninismo, como uma patologia de esquerda, ou como sinônimo de “espontaneísmo”, “desorganização”, “infantilidade”, “irresponsabilidade”, “irracionalismo”, “sectarismo”, “provocação”, dentre outras adjetivações desqualificadoras. Assim, pretende-se preencher uma lacuna historiográfica a respeito da esquerda portuguesa e do biênio revolucionário de 1974-1975, na medida em que as posições dos indivíduos, grupos de afinidade e publicações da corrente esquerdista são apresentadas neste estudo de modo inédito, na condição de um movimento social oriundo do campo socialista, porém qualitativamente distinto, quando não oposto, tanto às suas correntes extremistas, de matriz comunista, como libertárias, de matriz anarquista. Para tanto, identifica-se a perspectiva teórica e a atividade prática de coletivos reunidos em torno de publicações como a revista *Cadernos de Circunstância* (1967-1970), o jornal *Combate* (1974-1978) e a revista *Subversão Internacional* (1977-1979); de pequenos grupos de afinidade como o Instituto Português de Vandalismo Comparado (1971) e o Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social (1974); além de indivíduos, como os portugueses João Bernardo, Jorge Valadas (Charles Reeve), José Maria Carvalho Ferreira, António Ferreira, Carlos K. Debrito, Torcato Sepúlveda, entre outros, e estrangeiros, como Chris Pallis (Maurice Brinton), Guy Debord, Jaime Semprun e Phil Mailer; no interior de um movimento transcorrido entre os anos de 1968 e 1979.

Palavras-chave: Sociologia política. Movimentos sociais. Radicalismo. Revoluções e socialismo.

ABSTRACT

*This thesis presents a Portuguese expression of the political phenomenon originally called leftism by Vladimir Lenin (1870-1924), during the formation of the Third International (1919-1943). It is a minority current of the communist movement which, since then, would be mystified in the ideological spectrum of the so-called Marxism-Leninism, as a leftist pathology, or as a synonym of "spontaneity", "disorganization", "childishness", "irresponsibility", "irrationalism", "sectarianism", "provocation", among other disqualifying adjectives. Thus, we intend to fill a historiographical gap concerning the Portuguese left and the revolutionary biennium 1974-1975, in the measure that the positions of individuals, affinity groups and publications of the leftist current are presented in this study in an original way, as a social movement originating from the socialist field, but qualitatively different, when not opposed, to extremist currents, of communist origin, and libertarian, of anarchist origin. To this end, we identify the theoretical perspective and the practical activity of collectives gathered around publications such as the journal *Cadernos de Circunstância* ([*Circumstance Notebooks*] 1967-1970), the journal *Combate* ([*Combat*] 1974-1978) and the journal *Subversão Internacional* ([*International Subversion*] 1977-1979); of small affinity groups such as the Instituto Português de Vandalismo Comparado ([*Portuguese Institute of Comparative Vandalism*] 1971) and the Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social ([*Council for the Development of Social Revolution*] 1974); as well as individuals, such as the portuguese João Bernardo, Jorge Valadas (Charles Reeve), José Maria Carvalho Ferreira, António Ferreira, Carlos K. Debrito, Torcato Sepúlveda, among others, and foreigners, such as Chris Pallis (Maurice Brinton), Guy Debord, Jaime Semprun and Phil Mailer; within a movement that took place between 1968 and 1979.*

Keywords: *Political sociology. Social movements. Radicalism. Revolutions and socialism.*

RÉSUMÉ

*Cette thèse présente une expression portugaise du phénomène politique initialement appelé gauchisme par Vladimir Lénine (1870-1924), pendant la période de formation de la Troisième Internationale (1919-1943). Il s'agit d'un courant minoritaire du mouvement communiste qui, depuis lors, a été mystifié dans le spectre idéologique du soi-disant marxisme-léninisme, comme une pathologie de la gauche, ou comme un synonyme de "spontanéité", "désorganisation", "infantilité", "irresponsabilité", "irrationalisme", "sectarisme", "provocation", entre autres adjectifs disqualifiants. Ainsi, nous entendons combler une lacune historiographique concernant la gauche portugaise et le biennium révolutionnaire 1974-1975, dans la mesure où les positions des individus, des groupes d'affinité et des publications du courant gauchiste sont présentées dans cette étude de manière inédite, dans la condition d'un mouvement social issu du champ socialiste, mais qualitativement différent, quand il n'est pas opposé, à ses courants extrémistes, d'origine communiste, et libertaires, d'origine anarchiste. A cette fin, nous identifions la perspective théorique et l'activité pratique de collectifs réunis autour de publications telles que la revue *Cadernos de Circunstância* ([*Carnets de Circonstance*] 1967-1970), le journal *Combate* ([*Combat*] 1974-1978) et la revue *Subversão Internacional* ([*Subversion Internationale*] 1977-1979); de petits groupes d'affinité tels que le Instituto Português de Vandalismo Comparado ([*Institut Portugais pour le Vandalisme Comparatif*] 1971) et le Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social ([*Conseil pour le Développement de la Révolution Sociale*] 1974); ainsi que des individus, comme les portugais João Bernardo, Jorge Valadas (Charles Reeve), José Maria Carvalho Ferreira, António Ferreira, Carlos K. Debrito, Torcato Sepúlveda, entre autres, et des étrangers, comme Chris Pallis (Maurice Brinton), Guy Debord, Jaime Semprun et Phil Mailer; au sein d'un mouvement qui s'est déroulé entre 1968 et 1979.*

Mots clés: *Sociologie politique. Mouvements sociaux. Radicalisme. Révolutions et socialisme.*

LISTA DE SIGLAS

- AAUD** – *Allgemeine Arbeiter-Union von Deutschland* [União Geral dos Trabalhadores da Alemanha]
- AAU-E** – *Allgemeine Arbeiter Union - Einheitsorganisation* [União Geral dos Trabalhadores - Organização Unitária, Alemanha]
- AFGES** – *Association Fédérative Générale des Etudiants de Strasbourg* [Associação Federativa Geral dos Estudantes de Strasbourg, França]
- AIT** – Associação Internacional dos Trabalhadores
- ANTT** – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- BR** – Brigadas Revolucionárias
- BV** – Brigadas Vermelhas (Itália)
- CaC** – Contra a Corrente
- CCR (m-l)** – Comitês Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas)
- CD25A** – Centro de Documentação 25 de Abril
- CdeC** – Cadernos de Circunstância
- CDRS** – Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social
- CGT** – *Centrale Générale des Travailleurs* [Central Geral dos Trabalhadores, França]
- CITAC** – Círculo de Iniciação Teatral de Coimbra
- CMDO** – *Conseil pour le Maintien des Occupations* [Conselho para a Manutenção das Ocupações, França]
- CMLP** – Comitê Marxista-Leninista Português
- DC** – *Democrazia Cristiana* [Democracia Cristã, Itália]
- DSC** – Direção dos Serviços de Censura
- EDE** – Esquerda Democrática Estudantil
- FAI** – Federação Anarquista Ibérica
- FHAR** – *Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire* [Frente Homossexual de Ação Revolucionária, França]
- FNLA** – Frente de Libertação Nacional de Angola
- FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique
- GIC** – *Groepen van Internationale Communisten* [Grupos Comunistas Internacionalistas, Holanda]
- GLAT** – *Groupe de Liaison et Action des Travailleurs* [Grupo de Ligação e Ação dos Trabalhadores, França]
- IC** – Internacional Comunista
- ICO** – *Informations Correspondance Ouvrières* [Informações Correspondências Operárias, França]
- IKD** – *Internationale Kommunisten Deutschlands* [Comunistas Internacionais da Alemanha]
- ILO** – *Informations et Liaisons Ouvrières* [Informações e Ligações Operárias, França]
- IPN** – *Institut Pédagogique National* [Instituto Pedagógico Nacional, França]
- IPVC** – Instituto Português de Vandalismo Comparado
- IS** – *Internationale Situationniste* [Internacional Situacionista]

IST – Instituto Superior Técnico

JCR – *Jeunesse Communiste Révolutionnaire* [Juventude Comunista Revolucionária, França]

JUC – Juventude Universitária Católica

KAI – *Kommunistische Arbeiter Internationale* [Internacional Comunista Operária, Alemanha]

KAPD – *Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands* [Partido Comunista Operário da Alemanha]

KPD – *Kommunistische Partei Deutschlands* [Partido Comunista da Alemanha]

LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária

MES – Movimento da Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIL – Movimento Ibérico de Libertação

MLM – Movimento de Libertação das Mulheres

MLF – *Mouvement de Libération des Femmes* [Movimento de Libertação das Mulheres, França]

MPLA – Movimento de Libertação Popular de Angola

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCF – *Parti Communiste Français* [Partido Comunista Francês]

PCI – *Partito Comunista Italiano* [Partido Comunista Italiano]

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PGS – Direção-Geral de Segurança

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PO – *Pouvoir Ouvrier* [Poder Operário, França]

POUM – *Partido Obrero de Unificación Marxista* [Partido Operário de Unificação Marxista, Espanha]

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PSP – Partido Socialista Português

QdM/MdQ – Cadernos Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano

RAF – *Rote Armee Fraktion* [Facção Exército Vermelho, Alemanha]

SI – Subversão Internacional

SISV – *Skandinavisk Institut for Sammenlignende Vandalisme* [Instituto Escandinavo de Vandalismo Comparado, Dinamarca]

SNI – Secretariado Nacional de Informação

SouB – *Socialisme ou Barbarie* [Socialismo ou Barbárie, França]

SPD – *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* [Partido Socialdemocrata da Alemanha]

UC – Universidade de Coimbra

UEPF – *Union des Etudiants Portugais en France* [União dos Estudantes Portugueses em França]

UNEF – *Union des Etudiants Portugais en France* [União Nacional dos Estudantes da França]

22-M – *Mouvement 22 Mars* [Movimento 22 de Março, França]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
-------------------------	-----------

PARTE I

O ESQUERDISMO EUROPEU NO SÉCULO XX	31
---	-----------

Capítulo 1

Ciclos históricos	32
--------------------------------	-----------

1.1. Origens (1917-1921).....	44
-------------------------------	----

1.2. Refluxo (1921-1968).....	51
-------------------------------	----

1.3. Retorno (1968-1975).....	55
-------------------------------	----

Capítulo 2

O mal esquerdista	61
--------------------------------	-----------

2.1. A maldição de Lênin (1920)	65
---------------------------------------	----

2.2. A maldição de Cunhal (1970).....	77
---------------------------------------	----

2.3. A ressignificação de Gombin (1971).....	82
--	----

2.4. A dupla expiação do mal esquerdista	99
--	----

2.5. Nem vermelho nem negro.....	104
----------------------------------	-----

2.6. Esquerdismo e socialismo selvagem.....	108
---	-----

PARTE II

O ESQUERDISMO EM PORTUGAL (1968-1979).....	113
---	------------

Capítulo 3

Os grupos e publicações esquerdistas	114
---	------------

3.1. O antipatriotismo dos <i>Cadernos de Circunstância</i> (1967-1970).....	117
--	-----

Os <i>Cadernos</i> nas circunstâncias revolucionárias do Maio de 68.....	123
--	-----

O circunstancialismo: entre o esquerdismo francês e o operaísmo italiano	128
--	-----

A evaporação dos <i>Cadernos</i> no pós-68	138
--	-----

3.2. A “esquerda festiva” no Técnico insurgente (1967-1969).....	140
--	-----

Do circunstancialismo ao situacionismo: as influências do Maio de 68.....	143
---	-----

O “outono quente” de 1968 e seus desdobramentos	147
---	-----

Um “agregado heteróclito de revoltados sem partido”	151
---	-----

3.3. O Instituto Português de Vandalismo Comparado (1971) no refluxo da crise de 1969.....	154
--	-----

Uma história secreta do período marcelista	158
--	-----

De vândalos anônimos a intelectuais públicos.....	165
---	-----

O escândalo em dois atos contra Julien Gracq.....	167
---	-----

3.4. O quase imaginário Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social (1974).....	172
Do CMDO francês ao CDRS português	173
Aviso ao proletariado português	179
Da greve parcial à greve total, da ocupação parcial à ocupação total.....	183
3.5. Os cadernos <i>Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano</i> (1974).....	188
Do cotidiano da miséria à miséria do cotidiano.....	189
A aliança com os libertários do jornal <i>Revolta</i> (1974)	191
Os apartidários do “partido da subversão social”	192
3.6. O <i>Combate</i> (1974-1978) como sujeito e como representação.....	195
Comunistas demais para serem anarquistas, e vice-versa.....	196
Um jornal não doutrinário e anti-doutrinário.....	202
Uma ruptura pró-situacionista no interior do <i>Combate</i>	205
Uma editora contra a corrente.....	213
3.7. A <i>Subversão Internacional</i> (1977-1979) no refluxo da revolução em Portugal.....	217
Defesa da criminalidade e da delinquência juvenil.....	227
Elogio da negação e da abolição do trabalho.....	232
Apologia do terrorismo e da luta armada.....	237
Da IS à SI: o jogo de espelhos do terrorismo na Itália.....	244
Crítica do anticolonialismo de “libertação nacional”	249

Capítulo 4

Desenvolvimentos teóricos do esquerdismo português	256
4.1. O socialismo selvagem de Jorge Valadas (Charles Reeve)	256
Um passo ao lado na história do socialismo	265
Indígenas metropolitanos? Socialismo selvagem e anarco-indigenismo.....	268
Contra a concepção “conspiratória” da história	271
4.2. O marxismo das relações de produção de João Bernardo	274
Do comunismo ao esquerdismo, passando pelo maoísmo	275
Teoria e prática do modo de produção comunista	276
Marxismo ortodoxo e marxismo heterodoxo.....	282
A teia labiríntica dos fascismos	284
4.3. A anarquia sem “ismos” de José Maria Carvalho Ferreira	289
Um operário no círculo de intelectuais circunstancialistas.....	290
Conselhismo e situacionismo.....	292
Anarquia e anarquismos.....	299
4.4. Torcato Sepúlveda: estratégia e luta de classes no refluxo revolucionário	302
Um estratega Anônimo e apartidário.....	303

Um Major dissidente e libertário	311
4.5. A contra-história maliciosa e crítica de Carlos K. Debrito.....	321
Crítica maliciosa da miséria portuguesa	322
Da vanguarda à retaguarda revolucionária	328
Superar o legado teórico da Internacional Situacionista.....	331
4.6. António Ferreira: uma crítica debordiana da sociedade portuguesa.....	334
25 de Abril: revolução ou queda do fascismo?.....	335
Capítulo 5	
Os esquerdistas estrangeiros e a revolução em Portugal	351
5.1. A breve aliança de Guy Debord com o CDRS	352
Reativar a experiência do CMDO na situação portuguesa	356
Denunciar o espetáculo revolucionário em Portugal	358
5.2. O otimismo estratégico de Jaime Semprun.....	365
Formular uma perspectiva teórica para o CDRS	366
Do PREC à Guerra Social em Curso	367
5.3. A dialética do possível-impossível de Phil Mailer	374
Do <i>King Mob</i> ao <i>Combate</i>	374
Dialética do possível-impossível	378
5.4. O ceticismo de Chris Pallis (Maurice Brinton).....	385
<i>Solidarity-Lisbon</i>	385
Entre otimismo e pessimismo	387
Autogestão ou controle operário?	390
CONCLUSÕES.....	394
FONTES E BIBLIOGRAFIA	400

INTRODUÇÃO

O processo revolucionário português de 1974-1975, que ficaria conhecido como a *Revolução dos Cravos*, tornou-se, a partir dos anos 1990, objeto de um crescente interesse do campo científico-social. A esse respeito, existem dezenas de bem fundamentados artigos, ensaios e livros que enfocam desde questões mais subjetivas, como a sociabilidade pré-revolucionária dos jovens portugueses, particularmente no meio estudantil¹, até questões mais objetivas, vinculadas aos processos econômicos, como a crise e dissolução do império colonial.²

Parte da produção acadêmica existente volta-se às questões políticas ligadas ao processo anterior a 1974, como a resistência da esquerda (comunista³ e socialista) e da extrema-esquerda (majoritariamente maoísta⁴) portuguesa ao regime fascista, além da repressão política e social da Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança – PID/DGS, tanto na metrópole como nas colônias africanas.⁵ Outra parte importante desses estudos concentra-se no processo de “transição democrática”, dilatado entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975.⁶

Acerca desse íterim, que constituiu o “período de libertação da Revolução”,⁷ há um número significativo de estudos sobre a *guerra social* entre “burocratas, capitalistas, tecnocratas e militares, e entre eles todos e o proletariado”⁸ que, em abril de 1976, culminaria na promulgação de uma nova Constituição⁹ e na reorganização definitiva do aparelho de Estado, dali em diante mais moderno, racional e integrado à Europa.

Já esta tese apresenta uma expressão portuguesa do fenômeno político originalmente designado *esquerdismo* por Vladimir Lênin (1870-1924), no período de formação da Terceira Internacional. Trata-se de uma corrente minoritária do movimento comunista

¹ Cf. Bebiano, 2003.

² Cf. Secco, 2004.

³ Cf. Madeira, 2013.

⁴ Cf. Cardina, 2011.

⁵ Cf. Mateus, 2011.

⁶ Quando o sexto governo provisório finalmente impõe pela força a implementação do programa proposto no momento de sua posse em 19 de setembro: esmagar a sublevação proletária minando a sua capacidade de resistir à restauração do Estado e sua integração à economia de mercado ocidental, o que significava baixos salários, elevado custo de vida, medidas antigrevistas, enfim, austeridade e sacrifício para as classes trabalhadoras. Cf. Mailer, 1978.

⁷ Cf. Augusto, 2011.

⁸ Cf. Semprun, 1975, p. 10.

⁹ Cf. Cerezales, 2003; Maxwell, 1988; Rodrigues, 1999; Santos, 1990; Talon, 1974.

internacional que, desde então, passaria a ser mistificada no espectro ideológico do chamado marxismo-leninismo, como uma patologia de esquerda, ou como sinônimo de “espontaneísmo”, “desorganização”, “infantilidade”, “irresponsabilidade”, “irracionalismo”, “sectarismo”, “provocação”, dentre outras adjetivações desqualificadoras. De acordo com o politicólogo mexicano Octavio Rodríguez Araujo, em seu livro *Esquerda e esquerdistas*:

A história do pensamento e da ação socialistas, ou assim entendidas, está repleta de qualificativos (leia-se desqualificações), e foi frequente que após o qualificativo se desse o julgamento e em nome dele alguma forma de exclusão ou de repressão (...). Ainda assim, tanto o esquerdismo como o ultra-esquerdismo, utilizados como categoria de análise, tal como os conceitos “esquerda” e “direita”, são úteis para descrever e analisar um determinado fenômeno (...). A linguagem política também tem os seus adjetivos e estes frequentemente convertem-se, para a análise, em categorias (entendidas estas num dos seus significados mais antigos: como noções que servem para investigar e compreender a realidade)” (2006, p. 32).

Originalmente formulada pelo antigo líder bolchevique na forma de uma furiosa crítica às posições “esquerdistas” defendidas em importantes países ocidentais como Itália, Inglaterra, Alemanha e Holanda, a expressão ganharia na França, após a revolução de maio-junho de 1968, um inesperado estatuto de conceito científico-social. *Les origines du gauchisme* (1971), de Richard Gombin,¹⁰ tornou-se uma referência para pesquisadores interessados em compreender a matriz teórica do movimento que desencadeou a maior crise revolucionária conhecida pela França desde a Comuna de 1871. O maior mérito da obra de Gombin é, segundo Tavenier, o de “propor uma definição, um quadro de análise e um sistema de explicação de um fenômeno que perturba a vida política na maior parte dos países industrializados” (1973, p. 334. Tradução nossa).

O *Biennio Rosso* [biênio vermelho] de 1919-1920 na Itália, a revolução espanhola de 1936-1937, os levantes proletários de Berlim Oriental (Alemanha), Poznan (Polônia) e Budapeste (Hungria) em 1956, bem como as teorias de Karl Korsch (1886-1961), Anton

¹⁰ Nascido em 1940, o sociólogo francês Richard Gombin participaria das assembleias organizadas pelo grupo *Informations Correspondance Ouvrières*, a partir de 1968, na França. Cf. Bourseiller, 2003. De acordo com Júlio Henriques, “do ICO existe publicado em português o livro *Luta de classes na Polônia* (Centelha, Coimbra, 1976), tímida tradução de *Capitalisme et lutte de classes em Pologne, 1970-1971* (Spartacus, Paris, 1975); a versão portuguesa não incluiu toda a parte teórica, fundamental para a compreensão dos acontecimentos sociais na Polônia e, por extensão, nos países de capitalismo de Estado. Posteriormente, do grupo ICO veio a ser criada a rede *Échanges et Mouvement*, existente em vários países da Europa, que publica atualmente a muito informada revista eletrônica de mesmo nome, dedicada ao conhecimento dos movimentos sociais contemporâneos” (2018, p. 61).

Pannekoek (1873-1960) e Bruno Rizzi (1901-1977), são alguns dos principais exemplos práticos e teóricos apontados por Gombin como inspiradores do esquerdismo francês. Um movimento organizado em torno de coletivos e publicações como *Socialisme ou Barbarie* (1949-1967), *Informations Correspondance Ouvrières* (1958-1973), *Pouvoir Ouvrier* (1958-1969), *Cahiers du communisme des conseils* (1968-1970), além daquela organização que maior influência exerceria em maio-junho de 1968, a Internacional Situacionista – IS (1957-1972). Cornelius Castoriadis, do Socialismo ou Barbárie (doravante SouB), e Guy Debord, da Internacional Situacionista (doravante IS), são considerados por Gombin como os principais teóricos dessa corrente (1972, pp. 117-130).¹¹

“Pierre Chaulieu” enquanto se identificava como marxista, “Paul Cardan” quando passa à revisão de Marx, o filósofo grego Castoriadis (1922-1997) radica-se na França, onde elabora a sua tese de doutorado em filosofia. Militou no Partido Comunista Internacionalista (PCI), de orientação trotskista. Junto com Claude Lefort, formaria uma tendência de oposição que os levariam à ruptura com o trotskismo e com o PCI e à formação do grupo que editava a revista SouB, no ano de 1949. Sua obra, marcada pela intersecção entre a filosofia, a psicanálise e a economia, foi responsável por oxigenar o pensamento marxista no segundo pós-guerra ao realizar uma crítica antissistêmica, tanto ao socialismo soviético quanto ao capitalismo ocidental, renovando o debate esquerdista do primeiro quarto do século XX sobre autonomia operária e democracia direta. Foi autor de diversos ensaios publicados na revista SouB e de livros, entre eles *A instituição imaginária da sociedade* (1975), obra que marcaria o seu afastamento completo do marxismo.

Debord (1931-1994) é um dos fundadores da IS, tendo participado anteriormente da Internacional Letrista (1952-1957), uma dissidência à esquerda do *movimento letrista*, vanguarda artística fundada em 1946 pelo poeta Isidore Isou (de origem romena como o dadaísta Tristan Tzara). O termo “situacionista” aparece pela primeira vez em novembro de 1956, em um ensaio do então Guy-Ernest Debord (aos vinte e cinco anos de idade), intitulado “Teoria da deriva”, publicado no nono número da revista pós-surrealista belga

¹¹ Também para os irmãos Daniel e Gabriel Cohn-Bendit, autores de *Le gauchisme, remède a la maladie sénile du communisme* [Esquerdismo, remédio para a doença senil do comunismo] (1968), seria mais importante editar simplesmente uma antologia dos melhores textos publicados em “*Socialisme ou Barbarie*, *Internationale Situationniste*, *Informations Correspondance Ouvrières*, *Noir et Rouge*, *Recherches Libértaires* e, em menor grau, nas revistas trotskistas”. Porém, “isso evidentemente não interessa a uma editora que quer um livro assinado ‘Cohn-Bendit’” (1968, p. 18. Tradução nossa). Daniel Cohn-Bendit havia se tornado célebre na França por ter participado do grupo 22 de Março (de 1968) que, desde a Faculdade de Nanterre, desviou a crítica esquerdista do sindicalismo operário para o sindicalismo estudantil, detonando a crise que depois atingiria a Sorbonne em Paris e na sequência outras regiões do país. Jean-Gabriel Cohn-Bendit havia participado da revista-grupo Socialismo ou Barbárie entre 1964-1965. Cf. Bourseiller, 2003.

Les Lèvres Nues e, mais tarde, republicado no segundo número da revista da IS. Autor de um dos textos situacionistas mais influentes, *A sociedade do espetáculo* (1967), Debord dirigiu os doze números da revista *Internationale Situationniste*, entre 1958 e 1969.

Na França revolucionária dos meses de maio e junho de 1968, os situacionistas constituíam um dos poucos grupos portadores de uma teoria revolucionária efetivamente moderna, cuja realização prática se cristalizaria na experiência efêmera do Conselho pela Manutenção das Ocupações (*Conseil pour le Maintien des Occupations* – CMDO). O CMDO foi uma espécie de assembleia geral permanente constituída por três comissões, encarregadas da redação e impressão de documentos, da comunicação com as fábricas ocupadas e dos materiais necessários às ações.¹² Diferentemente da extrema-esquerda francesa (majoritariamente trotskista, em relação às tendências maoístas¹³), os situacionistas não dissociavam o conteúdo revolucionário do seu programa de uma forma de organização igualmente revolucionária e autônoma em relação ao capital, a partidos e sindicatos.

Assim, esta tese procura examinar a existência, no decurso da crise portuguesa de 1974-1975, de uma crítica teórica e prática muito próxima daquela desenvolvida pelo esquerdismo francês durante a crise de maio-junho de 1968:

Foi em Portugal que o movimento autônomo cunhou o termo “apartidarismo”, neologismo reconhecido e aceito pelo menos nos países de expressão latina, que indica a capacidade de unificar a classe trabalhadora acima da, e frequentemente contra, divisão em partidos. O apartidarismo é não só distinto do apoliticismo, como lhe é inteiramente oposto. Tratou-se, para o movimento autônomo, de se assumir diretamente como político, sem para tal recorrer à mediação dos partidos (BERNARDO, 1991, p. 363).

¹² No dia 19 de maio, o *Conselho pela Manutenção das Ocupações* publicaria um “Relatório sobre a Ocupação da Sorbonne”, no qual eram denunciados os problemas que teriam acarretado a derrota dessa experiência. No dia 22, publica a declaração “Pelo Poder dos Conselhos Operários”, que ensaiava sobre as possibilidades concretas e as perspectivas revolucionárias do controle operário sobre certos setores da economia. No dia 30, o CMDO publica o comunicado “Apelo a todos os trabalhadores”, cujo conteúdo retomava o princípio situacionista segundo o qual “não se pode mais combater a alienação sob formas alienadas” (Debord) e convocava o movimento revolucionário, então em franco refluxo, a continuar a luta pela abolição do *salariato*, da produção mercantil e do Estado. O CMDO publicou ainda dezenas de cartazes, cerca de cinquenta histórias em quadrinhos e até compôs algumas canções. Seus principais textos tiveram uma tiragem de 150.000 a 200.000 exemplares, todos eles impressos por trabalhadores de gráficas ocupadas. No mês de junho, com a restauração do Estado, o CMDO autodissolve-se, recusando-se a uma existência permanente. Cf. IS, 2018a.

¹³ A situação em Portugal ocorreu de forma inversa, onde “o trotskismo surgiu tardiamente (...) no contexto da agitação dos movimentos estudantis dos anos 60, tendo sido o maoísmo a corrente maioritária da extrema-esquerda portuguesa” (VALADAS, 2008, p. 71). Também os redatores da *Subversão Internacional* assinalam que “relativamente ao trotskismo poder-se-á dizer que a sua influência em termos propagandísticos e espetaculares em Portugal é bem menor do que as correntes anteriormente citadas [leninistas, guevaristas, maoístas, stalinistas]” (1979, p. 25).

Mais do que análoga, veremos como a corrente esquerdista portuguesa foi diretamente inspirada pela crítica teórica situacionista, uma das principais expressões do esquerdismo francês, sobretudo após o Maio de 68, conforme ressalta Miguel Cardina:

Em Portugal, a difusão dos escritos situacionistas é relativamente rápida. Em 1970 publica-se, em Lisboa, *Da Miséria do Meio Estudantil* e, em 1972, *A Sociedade do Espetáculo*. No mesmo ano, em Coimbra, é editado pela Livraria Almedina *Banalidades de Base*, de Raoul Vaneigem (2008, p. 107).

De acordo com Júlio Henriques, a tradução portuguesa do libelo *Da miséria no meio estudantil* (1966) foi publicada primeiramente em Coimbra, em 1969, “no contexto da grande agitação estudantil contra o fascismo” (2018, p. 7), tendo sido reeditado outras três vezes, por diferentes editoras independentes portuguesas, como a Pasquim (Cascais), Fenda e Antígona (Lisboa). Numa carta de 25 de junho de 1974 a Jacques Le Glou (produtor de cinema francês, membro da Internacional Anarquista até 1968), Debord revela que “em Portugal, a edição do *Espetáculo*,¹⁴ que vendia mal há dois anos, esgotou-se em poucos dias no mês de maio [de 1974]” (2005, p. 172). Registre-se também a publicação, em 1974, de um livro de Vaneigem¹⁵ intitulado *Da greve selvagem à autogestão generalizada*. Além das traduções dos situacionistas Debord e Vaneigem, os contestadores portugueses podiam contar, desde 1972, com a tradução do livro de Gombin sobre *As origens do esquerdismo*,¹⁶ publicado na França no ano anterior. Em 1973, publica-se a tradução portuguesa de *Os estudantes e o esquerdismo* (1969),¹⁷ de Claude Prévost e, em 1977, *O esquerdismo* (1974),¹⁸ de Henri Arvon.¹⁹

¹⁴ Edições Afrodite.

¹⁵ Poeta e filósofo nascido na Bélgica em 1934, Raoul Vaneigem conhece os situacionistas em 1961, por intermédio de Henri Lefebvre, que o apresenta a Guy Debord. Vaneigem fará parte da IS até 1970, quando se desliga da organização. Seu livro *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations* (na tradução brasileira, *A arte de viver para as novas gerações*), de 1967, seria uma formidável fonte de inspiração para diversos *slogans* pichados pelos muros de Paris em maio-junho de 1968. Cf. Corrêa; Mhe-reb, 2018. O livro *Da greve selvagem à autogestão generalizada* foi publicado sob o pseudônimo de “Ratgeb”, que Vaneigem usaria em outras ocasiões, em homenagem ao pintor e revolucionário alemão Jörg Ratgeb (1480-1526). Ratgeb foi condenado à morte em função de sua participação, em 1925, na revolta dos camponeses de Bundschuh, ao sul da Alemanha. A edição portuguesa foi produzida pela editora Assírio & Alvim.

¹⁶ Edições Viragem.

¹⁷ Prelo Editora.

¹⁸ Editorial Estúdios Cor.

¹⁹ Contudo, as obras dos franceses Prévost e Arvon compreendem o movimento esquerdista em um quadro mais genérico do que aquele, mais técnico, traçado por Gombin. Professor da Universidade de Paris X, Arvon destaca, em seu opúsculo de 1974, as três fontes históricas da corrente esquerdista: a política

Em contrapartida, a recusa dos postulados esquerdistas no país pode ser detectada pela existência, desde 1960, de uma tradução portuguesa de *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, o conhecido panfleto antiesquerdista de Lênin que, em 7 de setembro de 1974, seria o segundo mais vendido daquela semana em Portugal.²⁰ Segundo Jorge Valadas, “este texto, na situação portuguesa, serviu para combater a atracção pelas velhas práticas libertárias de acção directa e a relutância dos trabalhadores militantes em adoptar a linha comunista do entrismo nos sindicatos fascistas” (2008, p. 70). Em 1975, seria publicada a tradução de outro panfleto antiesquerdista de Lênin, *Acerca do infantilismo esquerdista e do espírito pequeno-burguês* (1918).²¹ Assim como a publicação, na conjuntura crítica de 1970, de *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, da autoria de Álvaro Cunhal (1913-2005), que no ano de 1974 ganharia uma terceira edição.²² Inspirado pela tática do antigo líder bolchevique, o maior dirigente comunista de Portugal defende nesse livro uma correção dos *desvios de esquerda*, em referência aos grupos esquerdistas e extremistas que propunham soluções radicais para o derrube do regime fascista.

A crítica situacionista chegou a inspirar artistas e ativistas portugueses para além de Lisboa, alcançando o meio estudantil de Coimbra, onde o *Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra – CITAC* – contava, segundo Cardina, com um “núcleo de sócios adeptos do situacionismo” que “apresentava-se contíguo ao estilo e às ideias que Debord e os restantes situacionistas espalhavam por essa altura na Europa” (2008, p. 177). O fato havia sido lembrado pelo próprio Debord nas *Thèses sur l’Internationale Situacionniste et son temps* [Teses sobre a Internacional Situacionista e seu tempo], documento de 1972 que selaria a dissolução da IS:

A teoria, o estilo, o exemplo da IS hoje são adotados por milhares de revolucionários nos principais países avançados [...] suas exigências estão fixadas tanto nos murais das fábricas de Milão quanto na Universidade de Coimbra (1972, p. 11. Tradução nossa).

(marxismo libertário e utópico), a psicanálise (freudo-marxismo) e a contracultura (*hippies, beatniks, situacionistas*). Entretanto, a parte dedicada às origens políticas da teoria e do movimento esquerdista deixa a desejar, ao ocultar o papel originário da esquerda germano-holandesa e do conselhismo, em detrimento do marxismo libertário como resolução da oposição entre marxismo e anarquismo. Além disso, Arvon integra a extrema esquerda maoísta, trotskista e castrista (terceiro-mundista) ao esquerdismo, solapando assim a distinção categorial entre esquerdismo e extremismo, que está na base da concepção de Gombin e com a qual trabalhamos na presente tese.

²⁰ Cf. Avila, et al., 1975.

²¹ Editorial Minerva.

²² Edições Avante! (órgão editorial do PCP).

Contudo, conforme assinala Júlio Henriques, apesar da inegável influência que também teve em Portugal antes de 1974 e nos anos subsequentes, a IS nunca estabeleceu uma seção naquele país “porque as contradições políticas portuguesas se encontravam submersas no dilema interclassista fascismo/antifascismo, muito mais atrasado do ponto de vista teórico-prático” (1997a, p. 14). Valadas ratifica que havia, nos anos 1960, entre os jovens portugueses exilados na França, cerca de dois ou três que se reivindicavam da teoria e da prática dos situacionistas, como Américo Nunes e Carlos da Fonseca: “houve mesmo uma tentativa para criar um grupo situ português, mas que não resultou”.²³ De acordo com o relato de Nunes:

[Carlos da Fonseca] passou a residir em Paris em 1966, vindo da Holanda e da Bélgica em companhia do poeta anarquista e surrealista António José Forte. Foi nesse ano que encontrei o Carlos da Fonseca e o A. J. Forte, que me foram apresentados por um amigo comum, Francisco Alves (futuro tradutor de Debord), ex-trotskista que as teses situacionistas tinham entretanto convencido, como a mim e ao Carlos. Estabeleceu-se entre nós uma imediata ligação de amizade. E tendo-se juntado ao grupo, nesse mesmo ano, um outro amigo comum, o Eduardo Vasconcelos Cruz, decidimos criar um “círculo” situacionista português. Houve muitas discussões e preparação de textos, mas, por falta de meios e com o regresso do Forte a Portugal, o nosso “círculo” – a que queríamos chamar *Potlatch*, num impulso *bataillan* (de Georges Bataille, que nessa altura líamos paralelamente aos textos de Debord) – acabou por não vir a público. Decidimos então, com o Carlos, juntar-nos ao grupo *Pouvoir Ouvrier* (PO), dissidente do colectivo *Socialisme ou Barbarie* (da revista do mesmo nome).²⁴

Em entrevista concedida a Christophe Bourseiller, Nunes dá um testemunho do caráter heterogêneo de PO, organização pela qual passaram brevemente, entre outros esquerdistas franceses, Daniel Cohn-Bendit e Guy Debord: “havia no PO comunistas de conselhos, ‘bordiguistas’, trotskistas, anarco-comunistas, ‘situs’... era confuso” (2003, p. 276). Júlio Henriques a qualifica justamente como “órgão da tendência mais leninista que teve origem no grupo Socialismo ou Barbárie” (2018, p. 56). Nessa época, Nunes e Alves frequentavam, em Paris, a livraria *La Vieille Taupe*, de Pierre Guillaume, ponto de encontro da constelação esquerdista francesa dos anos 1960 e 1970. Entretanto, o pequeno círculo de pró-situs portugueses denominado “Potlatch”²⁵ é mencionado por Bourseiller

²³ Depoimento, 10/12/2019.

²⁴ Cf. Nunes, 2017.

²⁵ Além da referência a esta forma primitiva de troca não utilitária desenvolvida por Mauss e Bataille, este foi o nome do boletim publicado pela Internacional Letrista nos anos 1950, um grupo do segundo pós-guerra que, em 1957, se fundiu a outros grupos europeus para formar a Internacional Situacionista.

em sua *História geral da ultra-esquerda*, ainda que este não tenha editado nenhum material em seu nome, conforme relatou Nunes na ocasião da morte de Carlos da Fonseca, em 2017. Curiosamente, os pró-situacionistas do Instituto Português de Vandalismo Comparado (IPVC), reunidos em Coimbra, também denominariam “Potlatch” o boletim do grupo que, a exemplo do ocorrido com os outros pró-situacionistas reunidos em Paris, jamais seria publicado.

Em seu estudo sobre a imprensa clandestina ligada a movimentos de esquerda política e cultural em Portugal, José Pacheco Pereira reconhece que temáticas mais próximas de uma crítica da vida cotidiana passam a se apresentar “em panfletos nos liceus, entre o anarquismo e o situacionismo, mostrando um movimento que posteriormente vai ganhar relevância” (2013, p. 94).

Na zona de confluência entre as tendências conselheira, situacionista e social-bárbara, as obras *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975), de João Bernardo, *Portugal: a concepção golpista da revolução social* (1976),²⁶ de Charles Reeve, bem como *Portugal: a revolução impossível?* (1978),²⁷ de Phil Mailer, constituem algumas das mais acabadas contribuições teóricas da corrente esquerdista em Portugal no período compreendido pela nossa pesquisa. Destaque-se, também, títulos como *A queda do fascismo* (1974), de António Ferreira, *A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores* (1975), de Manuel Rodrigues, *A guerra social em Portugal* (1975), de Jaime Semprun, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, de Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, e *Reflexão sobre a estratégia da luta das classes em Portugal* (1976), de Torcato Sepúlveda, para ficarmos com algumas manifestações da teoria esquerdista que se fizeram circular mais amplamente no território português, apenas no período entre 1974 e 1976.

Reconhecido como “um dos mais prolíficos autores marxistas portugueses”,²⁸ Bernardo dedicou-se ativamente, entre 1963 e 1968, ao movimento estudantil, o que lhe valeu, além de várias prisões, a expulsão por oito anos de todas as universidades portuguesas. Inicialmente militante do Partido Comunista Português (PCP), entre 1964 e 1966, passou a militar em organizações de tendência maoísta, entre 1966 e 1973. Desde 1974, tem seguido uma orientação esquerdista, ou “libertária”, como preferia Maurício Tragtenberg, seu amigo e interlocutor brasileiro.

²⁶ Juntamente ao Prefácio de José Maria Carvalho Ferreira.

²⁷ Juntamente ao Prefácio de Maurice Brinton (Chris Pallis).

²⁸ Cf. Pereira, 2007.

Nascido em Lisboa, em 1945, e radicado na França desde 1967, Jorge Valadas integrou o núcleo da revista *Cadernos de Circunstância* (1967-1970), tendo também colaborado pontualmente com o jornal *Combate* (1974-1978) e a revista *Subversão Internacional* (1977-1979), que constituem as três experiências políticas e editoriais mais sólidas do esquerdismo português. De suas obras teóricas e ensaios políticos, destacam-se títulos como *Tigre de Papier, le développement du capitalisme en Chine: 1949-1971* (1972), *Solidarité enchaînée: pour une interprétation des luttes en Pologne, 1980-1981* (1981) e *Le Socialisme sauvage: Essai sur l'auto-organisation et la démocratie directe dans les luttes de 1789 à nos jours* (2018).

Apesar de ser natural de Dublin (Irlanda), Mailer, que já havia participado, em Londres e Nova Iorque, do grupo de influência anarquista e situacionista *King Mob*, passa a residir em Portugal em fins de 1973, onde lecionava Língua Inglesa. Entre 1974 e 1978, sobretudo entre 1974 e 1975, Mailer participou ativamente do processo revolucionário português como colaborador e editor do jornal *Combate*, ao lado de João Bernardo, João Crisóstomo, Rita Delgado, Miguel Serras Pereira e Júlio Henriques, entre outros. É apenas em Portugal, no ano de 1974, que ele se tornaria amigo íntimo de Chris Pallis (Maurice Brinton), do grupo britânico *Solidarity*. Seu livro *A Revolução Impossível?* nos levou a considerar Mailer um representante do esquerdismo português na mesma medida em que Gombin incluiu o grego Castoriadis como um dos principais nomes do esquerdismo francês.

Os *Cadernos de Circunstância*, revista editada na França ao final dos anos 1960, por jovens portugueses, entre exilados do fascismo e desertores da guerra colonial, situava-se ideologicamente entre o conselhismo, o situacionismo e o operaísmo italiano. Fortemente influenciados pela revolução de Maio de 68, seus editores buscaram inscrever a sua crítica social na tradição de “toda a corrente ‘esquerdista’, que vai desde o spartakismo (...) até às oposições de esquerda dentro do próprio partido bolchevique (...), passando pelos teóricos dos conselhos operários (...)” (1969, p. 7).

O *Combate*, por sua vez, possuía uma concepção unitária entre teoria e prática revolucionária: “pensamos que o proletariado é capaz não só de lutar, mas também de compreender a sua luta e de produzir a ideologia necessária a essa luta”, afirmam seus editores no último número do jornal, em fevereiro de 1978. Desde o seu Manifesto inaugural, publicado em 21 de junho de 1974, *Combate* havia adotado um posicionamento crítico diante do *putsch* militar de abril:

O 25 de Abril não se assentou em formas organizacionais produzidas na luta dos trabalhadores, mas sim nos oficiais do exército, numa organização burguesa rigidamente constituída que nada tem a ver com a nossa luta. E nem podia ser de outra maneira, pois o golpe de 25 de Abril não se integra na luta dos trabalhadores contra o capitalismo, e sim nas tentativas dos capitalistas para continuarem a exploração dos trabalhadores em novas condições (2020, p. 24. Grifos no original).

Tanto Bernardo, quanto Reeve e Mailer, teriam relações mais ou menos diretas com a experiência social e editorial ocorrida no seio do processo revolucionário que, nas páginas do jornal *Combate*, conferiam aos trabalhadores auto-organizados o direito de se expressar livre e diretamente sobre as suas próprias lutas. De acordo com Júlio Henriques, outro importante integrante do coletivo político-editorial:

O jornal *Combate* (que retomou o lema “a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”) tornou-se assim, desde o início e espontaneamente, porta-voz do movimento autônomo, não com quaisquer pretensões de “dirigir” esse movimento proletário, mas no sentido em que dava uma expressão sistemática e mais alargada aos comunicados, análises e formulações emanados das comissões de trabalhadores e de moradores (1994, p. 52).

Já a revista *Subversão Internacional* começa a ser publicada em situação de refluxo revolucionário, de crise e dissolução de coletividades como a que editava o jornal *Combate*. Os integrantes de seu comitê editorial haviam participado mais ou menos diretamente, das experiências dos *Cadernos de Circunstância* e do *Combate*, como José Maria Carvalho Ferreira, Jorge Valadas e Júlio Henriques. Contudo, apesar desta relação difusa de influência entre os *Cadernos*, *Combate* e SI, existem diferenças substantivas entre suas linhas editoriais, não apenas no plano dos princípios como também no teórico-prático. Assim, SI esteve mais próxima do movimento da autonomia italiana dos anos 1970 (em relação aos *Cadernos* que, por sua vez, eram mais próximos do operáismo dos anos 1960), desenvolvendo uma dura crítica às “ilusões” do jornal *Combate* sobre o caráter supostamente revolucionário da reforma agrária realizada no Alentejo, após o 25 de Abril.

A identificação de um vínculo práxico entre as lutas autônomas do proletariado português durante a revolução de 1974-1975 e as expressões teóricas daquelas lutas, especialmente no marxismo heterodoxo de Bernardo, Reeve e Mailer, não tem a pretensão de estabelecer qualquer arqueologia das teorias e práticas esquerdistas que, de 1968-1975,

recuaria até 1917-1921, no chamado “comunismo de conselhos” ou “comunismo ocidental”, como preferia Pannekoek.²⁹ A presente tese também não busca estabelecer uma *genealogia* de tais teorias e práticas, esforço que nos conduziria a uma perspectiva histórica de longa duração que abarcasse o papel originário dos *Enragés* (ala extremista dos *sans-culottes*) na revolução francesa de 1789-1793, especialmente durante a Comuna de 1794, passando pelas lições da derrota da Comuna de 1871 em Paris e da crise e dissolução da Primeira Internacional. Assim como da revolução dos *soviets* [conselhos] de 1905 na Rússia, seguida pelas greves de massas de 1908-1910 na Europa ocidental, bem como do papel do sindicalismo revolucionário naquelas lutas, principalmente na França, entre 1900 e 1907, até o pensamento de Rosa, Korsch e a revolução dos conselhos alemã de 1918-1919, ou de Bordiga, Rizzi e as ocupações de fábricas italianas de 1919-1920.

Ao prosseguir a trilha aberta por Gombin, procurou-se limitar o objeto do presente estudo à corrente esquerdista, entendida como “ponto de convergência de um certo número de correntes diversas quanto a sua forma, conteúdo e objetivos” (1972, p. 28), do mesmo modo que Bourrinet insiste no emprego do vocábulo “esquerdas” germano-holandesas, no plural, na medida em que se refere a uma “miríade de redes, de constelações variáveis e de ramificações inesperadas”. Ao mesmo tempo, porém, Bourrinet evita a adoção do termo esquerdismo para designar a corrente germano-holandesa, tal como feito por Gombin, optando pela distinção entre o “comunismo de esquerda e o comunismo de conselhos” (1968, s/p.). Entretanto, se somos conscientes de que a noção de esquerdismo arrisca-se a encobrir realidades complexas de uma corrente que envolve concepções tão diversas como as de Gorter, Rühle e Pannekoek, esta tese buscou partir do fato de que “a denúncia do leninismo por parte de Anton Pannekoek ou de Herman Gorter cria um espaço de pensamento importante que torna possível uma crítica radical” (DEBRITO, p. 1985, p. 82). Assim, o uso do termo esquerdismo para designar uma corrente composta por tendências tão díspares como o comunismo de esquerda germano-holandês e o comunismo de conselhos dos anos vinte e trinta, até as tendências social-bárbara e situacionista dos anos cinquenta e sessenta, procura destacar a continuidade entre elas, sem no entanto desprezar suas linhas de descontinuidade: “partindo de uma constatação similar àquela dos ‘germano-holandeses’, os ‘situs’ se dedicaram nos anos sessenta a um movimento de desconstrução da sociedade contemporânea” (BOURSEILLER, 2003, p. 13).

²⁹ Após a derrota da revolução dos *soviets* (conselhos) pela centralização do poder estatal operada pelo partido bolchevique na Rússia em 1917, Pannekoek passa a se movimentar na contramão do que chamava de “comunismo de partidos” ou “de parlamento”.

O esquerdismo não é, bem entendido, um fenômeno especificamente francês nem tão pouco português, como procuramos mostrar no primeiro capítulo, onde ele é apresentado enquanto *alternativa revolucionária tanto ao marxismo-leninismo como ao anarquismo*. Assim, procurou-se demonstrar como existe um vínculo orgânico que une as experiências teóricas e práticas de auto-organização durante a revolução de maio-junho de 1968 na França às experiências da mesma natureza realizadas durante o processo revolucionário português de 1974-1975.

A corrente esquerdista, que deita raízes “muito antes da última guerra mundial, mas que se cristalizaram todas depois de 1945”, teve suas principais correntes dissolvidas “depois de Maio de 68, no movimento mais geral da contestação global” (GOMBIN, 1972, p. 28) cujo ciclo se concluiria com a queda de Allende no Chile em 1974 e a derrota da revolução em Portugal no final de 1975.³⁰ Para sermos mais precisos, de acordo com uma cronologia das lutas no século XX proposta por Bernardo em *Economia dos conflitos sociais*:

De 1917 até meados da década de 30, teve lugar um surto ascensional de lutas autônomas, que foi plenamente assimilado desde então até os anos iniciais da década de 60. Com o começo dessa década, inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 70, por vezes mesmo tocando os anos iniciais da década de 80 (1991, p. 352).

De acordo com Gombin, por volta de 1968, sobretudo após a sua explosão na França, “as seitas marginais de há pouco assumem a proporção de um movimento social” (1972, p. 184). Assim como, segundo Reeve, no decurso da revolução portuguesa, “o ‘esquerdismo’, mais que uma agitação de seitas marginais, foi uma força real no movimento social” (2018, pp. 209-210. Tradução nossa).

Como veremos no primeiro capítulo, é comum a todos os grupos esquerdistas, desde as suas *origens* (1917-1921), passando pelo período de *refluxo* (1921-1968) até o *retorno* (1968-1975) de suas aspirações no plano da luta de classes internacional, a postura de estimular iniciativas e ações autônomas do proletariado. Assim, defendem a participação em qualquer atividade organizada pela classe trabalhadora, não com um pro-

³⁰ A derrota da revolução portuguesa em 1975, junto com o golpe de Estado no Chile no ano anterior, são vistos por Frederic Jameson como marcos conclusivos do que ele chama de os “longos anos sessenta” que, segundo a sua periodização, teria se iniciado no final da década de 1950. Cf. Jameson, 1992.

grama distinto do dela, mas fazendo o possível para desenvolvê-lo e envolver a participação direta dos trabalhadores em todas as decisões tomadas pelo movimento e que lhes dizem respeito diretamente, isto é, sem a necessidade de recorrer às mediações das burocracias sindicais e partidárias.

Registre-se que, ao adotarmos uma cronologia baseada em marcos temporais particulares (revolução russa em 1917, massacre de Kiev e de Kronstadt em 1921, revolução francesa em maio-junho de 1968, conclusão da revolução portuguesa em 1975), corremos o risco de lançar sobre o processo histórico a projeção de descontinuidades, todavia inexistentes neste plano. É necessário reconhecer que a cronologia ora proposta situa-se, portanto, no plano das generalizações típicas da abstração científica-social. Contudo, conforme buscamos indicar ao longo desta tese, no plano do processo histórico real, ela se desenvolve segundo uma complexa relação dialética entre continuidade e descontinuidade.

Em outras palavras, é preciso sempre ter em vista que a segunda revolução russa, de 1917, não poderia ter acontecido sem a primeira, de 1905 – assim como esta, por sua vez, inscrevia-se, de certa maneira, na tradição aberta pela experiência da Comuna de Paris, em 1871. Do mesmo modo, o projeto de poder proletário esboçado nas insurreições de Kiev e Kronstadt, em 1921, ganhariam outros e novos contornos na revolução espanhola de 1936-1937. E o projeto inscrito nas revoluções de 1968, não somente na França, mas em diversas partes do mundo, havia já se apresentado, de certa maneira, nos levantes proletários a leste de Berlim, bem como na revolução húngara, no ano de 1956. Já a conclusão do processo revolucionário português, em 1975, entraria novamente em jogo na Itália, em 1977 – país este cuja história recente desafiaria o estabelecimento de cronologias bem definidas, pois que, desde 1967, via-se mergulhado num processo de crise sociopolítica intermitente, com apogeu revolucionários nos anos de 1969 e 1977. Por este motivo, na tentativa de resolver, no plano categorial, a complexa dialética entre continuidade e descontinuidade inscrita no processo revolucionário italiano, seus historiadores o denominariam *maio rastejante*, em referência ao pontiagudo processo revolucionário francês de 1968 – que, a bem da verdade histórica, teve suas origens bem antes do mês de maio daquele ano e cujas consequências sociais, políticas, econômicas e culturais, estiveram longe de se concluírem no mês de junho. É por este motivo que muitos historiadores frequentemente recorrem à idiossincrática fórmula dos “anos 68”, da mesma família do “maio rastejante”, para se referir a estes acontecimentos.

Existe, pois, uma relação orgânica entre o surgimento das organizações e grupos de afinidade esquerdistas, bem como a atuação dos indivíduos identificados com esta corrente, e o movimento prático de autoemancipação desenvolvido pelas lutas autônomas do proletariado em distintos ciclos históricos. Nesse sentido, é preciso salientar que, de Marx a Bakunin, de Pannekoek a Debord, do comunismo ao anarquismo, do conselhismo ao situacionismo, as correntes político-ideológicas são sempre precedidas pelo movimento prático do proletariado, em períodos de ascenso revolucionário, e desde o terreno histórico-concreto da produção. O proletariado foi a classe revolucionária não porque Marx tenha lhe designado esse papel, mas por sua situação real na produção, na economia e na sociedade em geral.

É por este motivo que a cronologia ora proposta circunscreve o movimento esquerdista português entre 1968 e 1979, isto é, em um arco histórico mais amplo que aquele restrito ao biênio revolucionário de 1974-1975, ou mesmo ao ciclo de retorno das lutas de 1968-1975. O mesmo ocorreu com o conselhismo e com o situacionismo, as duas mais importantes tendências constituintes da corrente esquerdista europeia, tal como a concebemos, cujas movimentações, indissociáveis dos ciclos revolucionários de 1917-1921 e de 1968-1975, respectivamente, mantiveram-se ativas e influenciando novas gerações de esquerdistas mesmo nos ciclos de refluxo.

Como diz João Bernardo, “a situação de refluxo não se caracteriza pela ausência de conflitos sociais” (1991, p. 10). Assim, se por um lado, os indivíduos e organizações conselhistas alemãs e holandesas, contemporâneas do ciclo de 1917-1921, permaneceram ativas no período de refluxo revolucionário, nos anos seguintes a 1921, em seu exílio estadunidense, por outro lado, a IS, contemporânea do ciclo de 1968-1975, iniciou suas atividades com pelo menos uma década de antecedência da explosão revolucionária de 1968. Não obstante suas particularidades espaciais e circunstanciais, o que une as tendências conselhistas e situacionistas da corrente esquerdista europeia foi justamente o seu *vínculo orgânico com a ascensão das lutas de autoemancipação proletária* verificadas ao longo do século XX, muito embora sua atuação não se restrinja a elas, desenvolvendo-se também, com maior ou menor vitalidade, nos períodos de declínio da ação revolucionária.

Assim, o esquerdismo português constitui um exemplo notável desta relação, na medida em que as atividades políticas e editoriais das três publicações coletivas mais

importantes desta corrente, os *Cadernos de Circunstância*, o *Combate* e a *Subversão Internacional*, correspondem, respectivamente, aos períodos pré-revolucionário, revolucionário e pós-revolucionário da sociedade portuguesa na segunda metade do século XX.

PARTE I

O ESQUERDISMO EUROPEU NO SÉCULO XX

Você não observou, companheiro Lênin, que não há “grandes” dirigentes na Alemanha? Todos são homens absolutamente comuns.

Herman Gorter, *Carta aberta ao companheiro Lênin* (1920)

Todo o discurso do camarada Gorter é feito com medo das massas. A essência de suas opiniões é tal que faz dele um pessimista. Ele não tem fé na revolução proletária.

Leon Trotsky, *Sobre a política do KAPD* (1920)

Capítulo 1

Ciclos históricos

Veremos neste capítulo como os esquerdistas rechaçavam, na práxis do movimento revolucionário do proletariado, a manutenção de métodos estatais e hierárquicos extraídos da revolução burguesa, em oposição ao “comunismo de partido” ou “de parlamento”, defendido por socialdemocratas e bolcheviques na primeira metade do século XX. De acordo com Maurício Tragtenberg, os esquerdistas foram “aqueles que recusavam a luta parlamentar trocando-a pela ação direta da massa e colocavam dúvidas acerca do papel ‘dirigente’ do Partido em relação à classe operária” (1981, p. 14).

Em um artigo de 1949 intitulado *Espontaneidade e organização*, Mattick expõe o desacordo entre as posições de Rosa Luxemburgo, mais interessada no problema da espontaneidade, e as de Lênin, que priorizava absolutamente a questão da organização. Expõe, além disso, como os leninistas acreditavam “que a consciência revolucionária era unicamente apanágio de uma minoria, que, ao organizar-se, a conservaria e a traduziria em atos” (1977, p. 91), de modo que somente se fossem constrangidas e forçadas pela vanguarda do partido, as massas de trabalhadores passariam à ação revolucionária. De acordo com Denis Authier, em seu livro de 1973 intitulado *A esquerda alemã (1918-1921)*:³¹

O proletariado é para os leninistas o que o povo era para os revolucionários burgueses que criticavam Marx: uma *massa* de gente corajosa, mas não muito “consciente”, cujos “excessos” é necessário reprimir, as tendências “infantis”, “utópicas” (...) para os levar ao bom caminho (o caminho que não conduz ao comunismo mas à manutenção das relações de produção capitalistas) (1975, p. 45. Grifo no original).

Para o situacionista francês Debord, na defesa *científica* da revolução proletária feita pelos teóricos da Segunda Internacional, hegemonizada pelos socialdemocratas alemães, e da Terceira Internacional, hegemonizada pelos bolcheviques russos, ocorre uma problemática “identificação do proletariado com a burguesia do ponto de vista da tomada revolucionária do poder” (1997, p. 56). Se, de acordo com a exposição feita por Marx n’*O capital* (1867), a burguesia e o proletariado constituem as duas únicas classes revolucionárias da história, de acordo com Debord, a primeira chegou ao poder por ser “a

³¹ A edição portuguesa, publicada em 1975 pelas edições Afrontamento, incluiu na capa do livro o subtítulo “*Doença infantil*” ou revolução?, em referência ao anátema de Lênin.

classe da economia que se desenvolve”, enquanto o segundo “só poderá ser o poder se ele se tornar a classe da consciência”, de modo que “a conquista jacobina do Estado não pode ser o instrumento do proletariado” (*Ibidem*, p. 58).

O partido socialdemocrata alemão sempre defendeu a ideia de que os trabalhadores, em suas lutas espontâneas, eram capazes de atingir no máximo uma consciência “trade-unionista” (corporativa), concepção reproduzida por Lênin em *Que fazer?* (1902):

A classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência trade-unionista, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc. (2015, p. 79).

Tanto para socialdemocratas como para bolcheviques, a consciência de classe não era produzida no seio das lutas práticas do proletariado, mas pela teoria elaborada pelo partido e suas elites intelectuais, isto é, os dirigentes de tais partidos. O princípio da separação entre dirigentes e dirigidos, sábios e ignorantes, sempre foi considerado um princípio burguês, de origem jacobina e, por isso, amplamente rechaçado tanto por anarquistas quanto por esquerdistas ao longo da história do movimento operário. Na visão de Reeve:

Seguindo o modelo clássico da socialdemocracia, o partido bolchevique era uma máquina apta para conquistar o poder político, organizado segundo os princípios estatais da centralização e da eficácia, e a classe operária, não sendo o sujeito soberano de sua própria emancipação, não passava de uma das condições objetivas sobre as quais o partido agia (...). Portanto, para socialdemocratas e bolcheviques, o proletariado não podia, por seu próprio movimento autônomo, subverter a antiga ordem e edificar uma sociedade socialista. As “massas” correspondiam precisamente a esta “condição de objetividade”, elas deviam ser dirigidas, conduzidas pelas duas formações que se apresentavam como indispensáveis (...). Essa concepção retomava a herança jacobina e esfacelava as possibilidades de projeto de um autogoverno. Para as duas correntes do socialismo de Estado, o partido era o único representante da classe trabalhadora e o único depositário “histórico” da consciência da revolução social, do futuro (2018, pp. 76-77).

Para Gombin, a crítica teórica que os conselhistas do início do século XX puderam formular de encontro ao comunismo de partido ou, como prefere Reeve, “socialismo de Estado”, foi por muito tempo mascarada pela aceitação, quase unânime no seio do movimento operário, de vários axiomas, tais como:

A importância do partido revolucionário na luta de classes, o lugar central dos sindicatos na radicalização das massas, ou sobre o caráter operário do Estado russo e, mais tarde, a teoria das “degenerações stalinistas” que nada questionam da pureza e do caráter revolucionário do bolchevismo e da revolução russa (1976, p. 33. Tradução nossa).

A maior parte dos teóricos identificados com a corrente conselhistas considerava a URSS um regime capitalista de Estado, assim como assimilava a burocracia bolchevique a uma classe dominante. No final dos anos 1930, o ex-trotskista italiano Bruno Rizzi³² (1901-1977), em polêmica com o próprio Trotsky, defendia que o Estado soviético nunca teria sido um “Estado operário”, pois a classe capitalista não havia sido substituída, na Rússia, pela classe operária, mas sim pela sua representação burocrática, constituída pelos quadros tecnocráticos do Estado e do Partido bolchevique. Contudo, de acordo com José Teixeira da Silva,³³ *A burocratização do mundo* (1939), de Rizzi, possui uma problemática limitação, se observada desde um ponto de vista esquerdista, no sentido de Gombin, qual seja:

Ausência de crítica à ideologia bolchevista e à economia política enquanto ciência do poder, profundo respeito por Lênin e Trotsky, silêncio sobre a luta revolucionária que uma minoria do proletariado russo opôs à burocracia na Ucrânia e em Konstradt (1983, p. 118).

³² De acordo com Bernardo, Rizzi foi “um dos expoentes da concepção dos gestores como classe pós-capitalista”. Para um estudo aprofundado de suas posições, consultar a obra *L’U.R.S.S.: Collectivisme Bureaucratique (La Propriété de Classe)*. Paris: Champ Libre, 1976 [1ª ed.: *La Bureaucratization du Monde*, 1ª Parte, Paris, 1939]. Prefaciada por Guy Debord, esta reedição da obra pela Champ Libre se limitou à publicação de apenas um dos volumes da obra original, “ocultando a adesão de Rizzi ao fascismo, que é o tema do outro volume: Bruno Rizzi, *Quo Vadis, América? (Est-ce un “New Deal”?)*, Paris: ed. do autor, 1939. Mas esta edição é muito difícil de encontrar”. Cf. Bernardo, 2019b. Excomungado por Trotsky e pela IV Internacional, destruído pelo governo de ocupação de Vichy e ignorado pela crítica proletária, esse volume a que Bernardo faz alusão não pode ser encontrado sequer na Biblioteca Nacional da França, em Paris, de acordo com José Teixeira da Silva (1983, p. 123).

³³ Tradutor português do primeiro volume da obra de Rizzi, é também autor de um posfácio no qual desenvolve uma argumentação crítica da ideologia conselhistas e pró-situacionista, muito próxima da perspectiva de Debord, autor citado mais de uma vez no texto em questão: “dos Conselhos Operários, este homem de tudo espoliado apenas reterá o princípio da democracia directa, com delegados revogáveis a qualquer momento, pois o particularismo trabalhista que lhes envenenou a existência cheia demais a corporativismo para poder aspirar à globalidade. A experiência da ‘revolução’ portuguesa, onde incontáveis conselhos de fábrica, fechados nos seus *ghettos*, mais não fizeram do que gerir a crise, é a este respeito demonstrativa. Só o poder sobre o conjunto dos aspectos da vida estará à altura da construção de um mundo sem dinheiro e sem trabalho. Só o total reordenamento do território social, actualmente colonizado pela mercadoria, é atividade digna de homens livres” (1983, p. 113). “Os Conselhos Operários (Soviéticos) propunham-se, na altura, herdar os meios de produção sem pôr em causa a essência do trabalho – desde que se deixasse de trabalhar para um patrão, o trabalho libertaria –, tal como hoje o reformismo sociologista e pró-situ canta o lazer, sem se aperceber que ele é passividade organizada” (*Ibidem*, p. 109).

A forma conselho que, em oposição às formas partido e sindicato, havia surgido no decorrer da primeira revolução russa em 1905³⁴ e, mais tarde, se espreado por diversos países europeus entre 1917-1921, era vista pelos teóricos esquerdistas como a mais elevada verdade da antiga Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, 1864-1876), ou Primeira Internacional, uma organização cujo programa político abria-se às diferentes correntes do socialismo, como o comunismo e o anarquismo, e se pautava pelo princípio de que *a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*.

Entretanto, o princípio essencialmente federalista e auto-organizativo da *autoemancipação* – em oposição ao princípio centralista e hetero-organizativo da *representação*, seria absolutamente ignorado pela Segunda Internacional Comunista (1889-1914), sob a hegemonia dos socialdemocratas alemães; pela Terceira (1919-1943), dominada pelos bolcheviques russos; assim como pela Quarta (fundada por Trotsky em 1938), internamente fragmentada em várias correntes. Reeve resume assim este longo itinerário:

A socialdemocracia da Segunda Internacional rejeitava, com muita evidência, o federalismo e se reivindicava do centralismo, doutrina vista como garantidora de disciplina, de realismo, de eficácia e, portanto, de potência do movimento operário – argumentos que foram em seguida retomados pela esquerda socialdemocrata russa, os bolcheviques, depois pela Terceira Internacional bolchevizada e, finalmente, por todas as correntes, grupos e seitas vanguardistas até os nossos dias (2018, p. 49).

O astrônomo holandês Pannekoek foi sem dúvida o mais influente teórico da corrente conselhistas. Sua experiência na militância comunista perpassa meio século, e sua teoria extrai, principalmente das experiências revolucionárias russa e alemã, as conclusões mais radicais da sua época. Todos os debates teóricos e experiências organizacionais práticas da corrente esquerdista não podem prescindir das reflexões pannekoekistas sobre a importância do que ele chamava de “fator espiritual”, isto é, da consciência histórica, nos processos revolucionários, bem como da prioridade conferida à ação das massas, em detrimento da ação dos líderes, na condução das lutas.³⁵

³⁴ Cf. Anweiler, 1975.

³⁵ Cf. Gombin, 1972, pp. 118-129.

Serge Bricianer³⁶ lembra que tanto Pannekoek, como a própria esquerda germano-holandesa,³⁷ seriam fortemente influenciadas pelas ideias do filósofo alemão Joseph Dietzgen (1828-1888) sobre o problema da consciência de classe. Contemporâneo e amigo de Marx, o filósofo materialista e de orientação socialista avisava ao operário interessado em “tomar parte na autoemacipação de sua classe, [que] a necessidade primeira consiste em não mais se deixar ensinar pelos outros, mas em ensinar a si mesmo” (apud BRICIANER, 1969, p. 23).

Será, contudo, somente com as experiências revolucionárias de 1917-1921 em países como Rússia, Alemanha, Áustria, Hungria, Ucrânia e Itália,³⁸ que a teoria pannekoekista dos conselhos ganharia seus contornos mais definitivos: “essas experiências permitiram-lhe, negativamente, desenvolver a sua crítica do comunismo de partido, e, positivamente, formular a sua concepção de comunismo de conselhos” (GOMBIN, 1972, p. 120). Segundo Pannekoek, os conselhos não se limitam à gestão econômica (como defendem algumas correntes operaístas em torno da autogestão da produção), mas constituem além disso estruturas políticas destinadas a substituir as formas dominantes de governo. No conselho de trabalhadores, a distinção entre as esferas política e econômica se interpenetram reciprocamente, juntamente com a abolição da separação entre especialistas (gestores) e produtores.

Essa crítica havia sido anteriormente formulada no lastro da primeira revolução russa, em 1905, pelo russo-polonês Jan Wacław Makhajski (1886-1926), para quem a abolição da propriedade privada, apesar de ser uma condição necessária à implementação do socialismo, não seria, entretanto, suficiente, caso fossem mantidas a divisão social do

³⁶ Serge Bricianer (1923-1997) circulou por pequenos grupos franceses do comunismo de esquerda e conselhistas do segundo pós-guerra, como *Informations et Liaisons Ouvrières* (ILO), *Informations Correspondance Ouvrières* (ICO), *Spartacus* e *Socialisme ou Barbarie*, este último entre 1964-1965. Cf. Bourseiller, pp. 255-9; p. 281. Também publicou duas obras, *Pannekoek et les conseils ouvriers* (Paris: EDI, 1969) e *Karl Korsch: marxisme et contre-révolution* (Paris: Seuil, 1975), além de várias traduções de Paul Mattick, entre outros autores da corrente do comunismo de conselhos. De acordo com Reeve, com quem Bricianer editou, entre 1972 e 1974, a publicação *Mise au point*, “na ebulição do pós-68, alguns entre nós cruzaram a trajetória de Serge, e o encontro transformou-se em amizade. Nessa matéria, ele tinha uma fidelidade infalível, como era infalível nas inimizades, por outro lado. Através dele, eu e outros fomos introduzidos na tribo dos subversivos do século que fizeram parte do panorama de sua vida. Havia: Breton, Pannekoek, Brauner, Rubel, Debord, Souvarine, Tanguy, Luca, Mattick, Herold, Natalia Trotsky, Korsch, Péret, Castoriadis, Nadeau, Malaquais, Franz Jung e muitos outros ilustres desconhecidos”. Cf. Reeve, 1997, p. 15. Tradução nossa.

³⁷ Cf. Bourrinet, 2003.

³⁸ No que diz respeito ao Brasil, a greve geral de 1917 em São Paulo, bem como o levante anarquista de 1918 no Rio de Janeiro, testemunhavam que o clima internacional da época era suficientemente persuasivo para influenciar escolhas sociais e decisões políticas em arenas locais mais restritas. Cf. Addor, 1986.

trabalho fundada na separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre aqueles que pensam/ensinam e aqueles que executam/aprendem.³⁹

Ela seria retomada nos anos 1950 por Castoriadis em sua defesa da autogestão operária, o que implicava uma crítica da burocracia gestora e da separação entre dirigentes e executantes na base da qual ela se edifica e, nos anos 1960, por Debord e sua crítica radical da separação que o sistema espetacular-mercantil pressupõe. Debord, um dos fundadores da Internacional Situacionista, conheceria alguns militantes do Socialismo ou Barbárie em 1958, alguns meses após a fundação da IS, no momento em que esta organização passava por uma cisão entre as perspectivas de Claude Lefort⁴⁰ e Castoriadis. As divergências entre os dois já se manifestava desde o início da década de 1950. Grosso modo, Castoriadis visava criar uma organização centralizada, cujo objetivo, não sendo dirigir a classe trabalhadora, seria o de desencadear uma eclosão espontânea de conselhos operários, enquanto Lefort acreditava que, independente dos objetivos declarados por qualquer organismo centralizado, este sempre constitui uma forma de direção. Gombin lembra que, para Lefort, “a posição contrarrevolucionária do PCUS, depois de 1917, resultava da própria realidade do partido, e não do seu *centralismo*” (1972, p. 136).

Em 1960, Debord se aproxima de Daniel Blanchard, um militante de *Pouvoir Ouvrier* (PO), da tendência de Castoriadis, com quem ele viajaria à Bélgica na ocasião das grandes greves operárias de 1960-1961 e havia redigido, em julho de 1960, uma plataforma de aproximação entre os programas da IS e do PO, intitulada *Preliminares para uma definição da unidade do programa revolucionário*, que exprimia um “protocolo de acordo entre a vanguarda da cultura e a vanguarda da revolução proletária” (BLANCHARD, 2000, p. 14. Tradução nossa). Será a partir do sexto número da revista da IS, de agosto de 1961, que os situacionistas assumirão com maior clareza a defesa do poder dos conselhos operários, em articulação direta com a crítica da vida cotidiana que eles vinham desenvolvendo até o momento. Em um artigo de janeiro de 1963, os situacionistas reconhecem abertamente a sua dívida para com o *SouB* e, mais particularmente, com a ten-

³⁹ Cf. Tragtenberg, 1981.

⁴⁰ Junto com Henri Simon, Yvon Bourdet, Maximilien Rubel, Ngô Van, entre outros, Lefort formaria o grupo ILO, mais tarde tornado ICO, por onde circularão figuras mais jovens como Richard Gombin e Serge Bricianer. A IS e o ICO mantinham entre si tanto pontos de acordo como de desacordo. Do lado situacionista da querela, ver os textos “Lire I.C.O.” (IS, n° 11, 1967) e “Qu’est-ce qui fait mentir I.C.O.?” (IS, n° 12, 1969). Do outro, consultar o relato publicado por Simon em 2006, intitulado *ICO et l’IS. Retour sur les relations entre Informations Correspondance Ouvrières et L’Internationale Situationniste*.

dência de Castoriadis, que havia enxergado primeiramente “a reificação sempre mais perfeita do trabalho humano e seu corolário, o consumo passivo dos lazeres manipulados pela classe dominante”.⁴¹

Tais laços de aproximação entre a IS e o *SouB* são importantes na medida em que Castoriadis, através de um debate com Pannekoek sobre o comunismo de conselhos, a partir de 1954, estabeleceria um elo entre as tendências esquerdistas do ciclo que, de acordo com a cronologia estabelecida na presente tese, chamamos de “originário” (1917-1921), de base conselhistas, e aquelas do seu ciclo de “retorno” (1968-1975), de base social-bárbara e situacionista. O próprio Pannekoek, em novembro de 1953, reconhecia haver certa semelhança entre algumas de suas posições e aquelas desenvolvidas pelo *Socialismo ou Barbárie*:

Fiquei feliz em tomar conhecimento de um grupo que havia chegado às mesmas ideias por uma via independente. A dominação completa dos trabalhadores sobre o seu trabalho, que vocês exprimem dizendo: “Os produtores organizam eles próprios a gestão da produção”, eu mesmo descrevi nos capítulos sobre “a organização das oficinas” e “a organização social”. Os organismos dos quais os trabalhadores precisam para deliberar, formados por assembleias de delegados, que vocês chamaram de “organismos soviéticos”, são aqueles mesmos que chamamos “conselhos operários”, “*Arbeiterräte*”, “*Workers’ councils*” (apud CASTORIADIS, 1973, p. 264. Tradução nossa).

Apesar de privilegiar a luta de classes à evolução das forças econômicas na análise do processo histórico (contrariamente ao marxismo vulgar desenvolvido na/pela Segunda Internacional), Gombin lembra como o materialismo histórico de Pannekoek “parece cair por vezes no evolucionismo” (1972, p. 128), bem como numa correlata noção moral de trabalho – como em *Marxismo e Darwinismo* (1909) e *Lênin filósofo* (1938) – que a geração seguinte de esquerdistas não hesitaria em tomar como produtivista.

⁴¹ Cf. “Domination de la nature, idéologies et classes”. In: *Internationale Situationniste*, nº 8, jan. 1963, p. 4 (Tradução nossa). No sétimo número da revista da IS, de abril de 1962, Debord já reconhecia que “publicações militantes como *SouB* em Paris, ou *Correspondance* em Detroit, deram origem a trabalhos bem documentados sobre a resistência permanente dos trabalhadores no trabalho (contra a organização do trabalho), sobre a despolitização e o descontentamento com o sindicalismo tornado um mecanismo de integração dos trabalhadores à sociedade e um instrumento suplementar no arsenal econômico do capitalismo burocratizado”. Cf. “Les mauvais jours finiront” (p. 10. Tradução nossa). Entretanto, a colaboração entre membros da IS, como André Frankin e Attila Kotanyi, e do PO, vai degenerar até maio de 1961, quando Debord envia um comunicado destinado a ser lido na conferência nacional do PO, onde ele denunciaria a existência de uma dupla hierarquia geracional na organização, que dizia respeito a uma “divisão oculta entre ‘professores e alunos’ e entre a massa espectadora dos militantes e certas ‘vedetes’ monopolizando o debate (Cornelius Castoriadis sendo, tacitamente, o primeiro alvo visado)” (TRESPEUCH-BERTHELOT, 2015, p. 99. Tradução nossa).

Sem embargo, ele reconhece que Pannekoek “soube transmitir concepções espantosamente modernas ou mesmo proféticas. Vimos o que ele diz (já em 1947!) da ação direta, da greve selvagem, da ocupação de fábricas” (*Ibidem*, p. 129). Concepções às quais se alinhariam a geração seguinte de esquerdistas que atuaram na Europa ocidental entre os anos 1960 e 1970, período em que generalizaram-se greves apelidadas de *selvagens*, isto é: “exteriores aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos de recuperação dos conflitos” (BERNARDO, 1991, p. 362).

Esperamos assim demonstrar como os pressupostos do antibolchevismo de matiz esquerdista se distinguem radicalmente dos do antibolchevismo de direita, em suas mais diversificadas matizes, seja *nazista* ou *fascista*, *machartista* ou *tatcherista*, sempre incapazes de perceber as diferentes nuances teóricas, táticas e estratégicas, que compõem a multiversa experiência histórica do movimento revolucionário moderno. O antibolchevismo esquerdista é radicalmente distinto do antibolchevismo antissemita do nacional-socialismo alemão. Trata-se, antes, de um *antibolchevismo proletário*, simultaneamente antibolchevique e anticapitalista, dado que, na perspectiva esquerdista, “o capitalismo de Estado bolchevique não é mais do que um tipo de capitalismo” (MATTICK, 1960a, s/p.). É desta perspectiva que, no calor dos acontecimentos, Mailer observaria o processo revolucionário português. Na sua Introdução de 2018 à reedição de *A revolução impossível?* (1976), o autor fez o seguinte esclarecimento a este respeito: “nesta obra, fiz algumas críticas ao PCP e a outros grupos do período pós-25 de Abril (...), bem como a algumas de suas ações. Mas estas críticas são feitas de uma perspectiva de esquerda, e não de direita” (p. 10).

Nesse breve capítulo, faremos apenas um esboço das principais perspectivas teóricas e experiências práticas da corrente esquerdista ao longo do século XX, principalmente em dois de seus ciclos mais decisivos; o originário, que desembocaria nas revoluções de 1917-1921 em diversos países europeus; e aquele que, reiniciado no fim da década de 1950, retornaria com força revolucionária em diversos países europeus e não europeus, mas mais generalizadamente na França em 1968 e em Portugal em 1974-1975. No ciclo originário, a corrente esquerdista existia de modo *parcialmente interno* ao movimento comunista internacional, enquanto que, em seu retorno, ela passa a se movimentar não apenas de modo *inteiramente exterior* aos PCs, como também radicalmente contra eles. Philippe Bourrinet lembra como este movimento operou-se pela primeira vez na transição do comunismo de esquerda germano-holandês dos anos 1920, situado “sobre o terreno da revolução russa, na Internacional Comunista, e reconhecendo a existência e a

necessidade de um partido revolucionário”, para o comunismo de conselhos ou conse-
lhista, corrente iniciada por Rühle e pelo Grupo dos Comunistas Internacionais (GIC,
1927-1939), “que rejeitava a revolução russa como burguesa e recusava a existência de
qualquer partido revolucionário militante no proletariado” (1968, s/p.). Em 1924, Rühle
escrevia que a expressão “partido revolucionário” continha uma “contradição em ter-
mos”.⁴² Charles Reeve resume assim os conflitos com a burocracia comunista que mar-
caram a passagem do ciclo originário para o ciclo de retorno da corrente esquerdista:

Na Alemanha, em meados dos anos 1920, o difícil processo do bolche-
vização do Partido Comunista alemão foi acompanhado de constantes
mudanças de linha política, especialmente nas relações com o inimigo
íntimo, a social-democracia. (...) Nesse verdadeiro turbilhão, a contra-
revolução nacional-socialista tomou forma e desenvolveu uma dinâ-
mica de conquista de mentes perdidas, desorientadas pelo período. As-
sim, em maio de 1926, durante a enésima luta de tendências, Bukharin
interveio para excluir uma corrente de esquerda do partido alemão, li-
derada, entre outros, pelo brilhante filósofo e ativista Karl Korsch. Se-
gundo o miserável Bukharin, ele próprio uma futura vítima de Stalin,
os excluídos não entenderam a tática de “conquistar as massas”, neste
caso uma aliança momentânea de “frente única” com os socialistas e,
sobretudo, subestimaram a importância do trabalho de entrismo nos
grandes sindicatos reformistas que tinham de ser conquistados. Os he-
reges lutaram para superar a separação entre a ação sindical e política
através da criação de organizações unitárias de base, uma espécie de
comitês de ação, e expressaram uma forte desconfiança em relação ao
parlamentarismo. Essa orientação renovou o contato com os excluídos
do movimento comunista inicial, os comunistas de esquerda - os “es-
querdistas” da época - que haviam desempenhado um papel importante
na Alemanha durante os dois anos da revolução de novembro de 1918.
(...) Um salto na história e encontramos, nos anos 1960, os métodos do
Komintern na luta virulenta e violenta liderada pelos partidos comunis-
tas contra os movimentos radicais que se apropriaram das idéias de ação
direta antiparlamentar do comunismo não autoritário, tanto de matriz
marxista quanto anarquista. Os novos “esquerdistas” não passariam de
aventureiros e provocadores social-democratas, que avançavam masca-
rados pela fraseologia revolucionária. O PCF se destacou nessa prática;
basta exumar os textos e intervenções dos líderes comunistas franceses
contra as práticas do espírito de Maio de 68 para certificar-se disso
(2020a, s/p. Tradução nossa).

Além disso, neste retorno da corrente esquerdista em nível internacional, entraria
em jogo uma ultrapassagem das temáticas sobre as quais os esquerdistas do ciclo origi-
nário se confrontavam, uma vez que “a luta se torna cada vez mais profunda, não como

⁴² Cf. Korsch et al., 1973.

um círculo vicioso, mas como uma espiral em crescimento” (BERNARDO, 2019a, p. 171). De acordo com Brinton:

Apesar dos interesses de Pannekoek na ciência e na filosofia, do interesse de Rühle na pedagogia e da ênfase de Korsch na necessidade de uma crítica cultural profunda, a maior parte dos escritos dos comunistas de esquerda concentrou-se em problemas do trabalho e da produção e distribuição. Eles viveram em uma época muito diferente da nossa e tinham pouco a dizer sobre o que se tornaram áreas muito importantes da vida social: a burocratização, a alienação no consumo e no lazer, o condicionamento autoritário, a “revolta dos jovens”, a emancipação das mulheres, etc. Até mesmo algumas de suas propostas institucionais foram parcialmente ultrapassadas pelos acontecimentos (1974, s/p. Tradução nossa).

A cronologia ora proposta estabelece como pontos de referência históricos os anos em que aconteceram as mais agudas crises revolucionárias do século XX, nas quais as massas proletárias desenvolveram inovadoras formas, técnicas e métodos de *auto-organização* de suas lutas, muitas vezes enfrentando não somente o aparelho repressivo de Estado, como também de suas próprias representações partidárias e sindicais, antagonicamente estruturadas de modo *hetero-organizativo*.⁴³

Na Alemanha, o regime socialdemocrata impôs a derrota da revolução em janeiro de 1919, com a aniquilação do levante espartaquista e o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, suas mais influentes lideranças. Na Itália, o *biênio vermelho* de 1919-1920 revelou que as direções sindicais e a cúpula do Partido Socialista não estavam dispostas ao confronto direto com o capital, isso quando não eram francamente avessas a uma agudização das lutas dos operários e camponeses:

Os quase dezanove milhões de dias de trabalho que a indústria perdera em 1919 por motivo de greve e os dezasseis milhões e quatrocentos mil perdidos em 1920 reduziram-se em 1921 a menos de oito milhões e em 1922 mal ultrapassaram os seis milhões e meio. A indiferença ou a hostilidade que os dirigentes socialistas e sindicais haviam manifestado desde início perante as aspirações mais inovadoras da vanguarda anónima levou-os a adoptar moldes inteiramente convencionais na condução do surto revolucionário, embotando-lhe o radicalismo e destruindo-lhe a dinâmica motriz (BERNARDO, 2018, p. 30).

⁴³ Em relação à oposição entre auto-organização e hetero-organização, ver a sessão “O marxismo das relações de produção de João Bernardo”.

Na Rússia, na transição do ano de 1920 para 1921, após comandar tanto o estrangulamento das experiências de coletivização anarco-comunistas nos campos da Ucrânia, neutralizando as antigas tropas aliadas de Makhno,⁴⁴ como a destruição da rebelião dos marinheiros e soldados de Kronstadt,⁴⁵ em março de 1921, Lênin inicia um processo de depuração da oposição interna ao partido bolchevique, inclusive eliminando de seu Comitê Central os trotskistas Krestinski, Preobrajenski e Serebriakov, fatos que, de acordo com Anweiler (1958) e Brinton (1970), concluiriam naquele ano o processo revolucionário desencadeado em 1917. Ao mesmo tempo, a implementação da Nova Política Econômica (NEP) sinalizava a virada pragmática para uma via capitalista de Estado, com a defesa de Trotsky, no Comitê Central do partido, de suas ideias sobre a militarização do trabalho e a imposição de uma gestão produtivista da economia. Mais do que isso, Reeve salienta que, uma vez esmagada a insurreição de Kronstadt, a nova política econômica implementada pelos bolcheviques estabeleceria uma recuperação burocrática “das reivindicações econômicas dos vencidos” (2019, p. 94):

Os acontecimentos do ano de 1921 clarificaram os fundamentos e a natureza da revolução russa (...). O esmagamento de Kronstadt significou a derrota da ideia dos soviets. A dimensão emancipatória da revolução russa foi enterrada pelo jacobinismo proletário com as últimas aspirações igualitárias. O sistema capitalista de Estado em construção mostrava o seu total antagonismo com os princípios da democracia direta, da soberania dos produtores (*Ibidem*, p. 95).

O período de refluxo das lutas autônomas do proletariado e das organizações esquerdistas na Europa segue de 1921 até por volta de 1968, quando a radicalização das lutas de estudantes e trabalhadores nos quatro cantos do mundo, as lutas anticoloniais e anti-imperialistas, do Congo ao Vietnã, atingiriam na França, sob a esfera de influência estadunidense, e na Checoslováquia, sob a esfera de influência russa, o seu ponto culminante. No ano de 1966, o situacionista Debord já diagnosticava que “este sistema entrou agora em uma nova crise: de Berkeley à Varsóvia, das Astúrias a Kivú, ele é por todo lado refutado e combatido”.⁴⁶ De acordo com Bernardo:

⁴⁴ Cf. Skirda, 2020.

⁴⁵ O levante de Kronstadt desencadeou-se em solidariedade às greves desenvolvidas em Petrogrado. Os insurretos reivindicavam “novas eleições, livres e com boletins secretos, para os soviets, liberdade total de expressão e de imprensa, liberdade sindical, libertação dos prisioneiros políticos revolucionários e abolição da propaganda oficial, fim das requisições no campo, eliminação do racionamento” (REEVE, 2019, p. 91).

⁴⁶ Extraímos este trecho de um pequeno texto de apresentação do movimento situacionista redigido por Debord em 1965 para ser publicado na Inglaterra juntamente com a tradução inglesa de *O declínio e a*

Eram as lutas sociais, não as nacionais, que nos moviam na década de 1960, e não víamos qualquer diferença no combate contra as classes dominantes no Ocidente ou a Leste. Os partidos comunistas ocidentais facilitaram muito esta convergência ao se oporem com todo o vigor de que eram capazes ao radicalismo das lutas operárias e das lutas estudantis. E a repressão lançada pelo regime soviético contra contestações em tudo idênticas às que nós próprios prosseguíamos no Ocidente encerraram definitivamente o mito da pátria do socialismo. Aqueles de nós que desfilavam no *Quartier Latin* em Agosto de 1968 cantando *L'Internationale* contra a invasão soviética da Checoslováquia eram os mesmos que pouco tempo antes, durante as lutas estudantis de Maio e a greve geral de Maio e Junho, se haviam manifestado e ocupado e erguido barricadas e combatido a polícia. A posição tomada pelos partidos comunistas contra o movimento operário autonomista e contra os estudantes contestatários ditou o fim da sua audiência enquanto partidos revolucionários (2019a, pp. 176-7).

Muito embora essas lutas autônomas e antissistêmicas já acontecessem, de modo embrionário, no início da década de 1950, com os levantes operários em Berlim oriental, em Posnânia (Polônia) e Budapeste (Hungria), no ano de 1956, e tenham se arrastado por toda a década de 1970 na Itália, chegando até inícios dos anos 1980, com o retorno da crise na Polônia, optamos por estabelecer a greve geral selvagem de maio-junho de 1968 na França como o marco inicial deste segundo ciclo das lutas esquerdistas na Europa, e a derrota da revolução portuguesa em 1975 como o seu marco conclusivo.

Para sermos mais precisos, retomemos uma ponderação feita pelo mesmo Bernardo, para quem “no capitalismo desenvolvido as derrotas nunca são um esmagamento, mas uma *recuperação*” (2019a, p. 181), operada mediante a perversão dos temas da luta e a inversão do funcionamento das instituições nascidas nessa luta:

Os trabalhadores haviam reivindicado o fim do monopólio do conhecimento técnico pelos gestores e haviam mostrado na prática que eles mesmos eram capazes de gerir, começando por gerir as lutas desencadeadas fora dos sindicatos e depressa passando a administrar empresas ocupadas, que podiam mesmo, como em Portugal em 1974 e 1975, representar grande parte do aparelho produtivo de um país. E o que sucedeu? O capitalismo mostrou-se capaz de inserir essa capacidade de gestão nos mecanismos de exploração (*Ibidem*, p. 181).

queda da economia espetacular-mercantil. Ambos os textos foram publicados em língua francesa pela primeira vez no número 10 da revista *Internacional Situacionista*, em 1966.

O século XXI viu ressurgir um terceiro ciclo de lutas inspiradas pelos princípios mais caros às correntes dos primeiro e segundo ciclos, percorrendo do zapatismo⁴⁷ ao sadismo,⁴⁸ da “primavera árabe”, do 15-M espanhol e do *Occupy Wall Street* estadunidense no ano de 2011 ao movimento francês dos coletes amarelos no biênio 2018-2019; do *¡Que se vayan todos!* argentino de 2001 à insurreição chilena e equatoriana de 2019, lutas que seriam indiretamente elaboradas, no plano teórico, por intelectuais e ativistas libertários como John Holloway⁴⁹ e Charles Reeve.⁵⁰ Immanuel Wallerstein ouviu ecos da “revolução-mundial” de 1968 na ebulição da “primavera árabe”.⁵¹ Isto porque, em sua perspectiva, o significado da “corrente 68” reside justamente nos processos de libertação das chamadas “populações esquecidas” [*forgotten people*], “todas aquelas que foram oprimidas por causa de sua raça, de seu gênero, de seu pertencimento étnico, de sua sexualidade – com efeito, de sua alteridade”.⁵²

1.1. Origens (1917-1921)

De acordo com Oskar Anweiler, historiador das duas revoluções russas, de 1905 e 1917, os conselhos constituíram a base social daquelas revoluções. O bolchevismo apenas reuniu as tendências revolucionárias que atuavam sobre os conselhos, adaptando-se a tais correntes no ano de 1917. Porém, ao mesmo tempo, o partido bolchevique visava frear o desenvolvimento das forças antiestatais e anticentralistas que estavam na base dos conselhos, subordinando-as às necessidades e aos objetivos da construção do socialismo na Rússia por meios ditatoriais:

O movimento conselhistas russo tinha um lado político e outro econômico, ambos eram interdependentes. A tendência de uma liberdade política beirando a anarquia se correspondia com a tendência de uma liberdade econômica. A autonomia das fábricas por meios de conselhos de fábricas eleitos e a associação camponesa são uma forma de organização de uma democracia econômica, que encontra seu marco político

⁴⁷ Referência à revolta armada dos indígenas de Chiapas, no México, no início de 1994, especificamente ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a figura anônima do Subcomandante Marcos.

⁴⁸ Do francês *Zones à défendre* [zonas a defender]. Trata-se de um desenvolvimento mais recente dos movimentos dos *squats* e das ocupações em zonas urbanas, tendo sido de certo modo conceitualizado pelo intelectual libertário de origem estadunidense Hakim Bey, autor de *Temporary Autonomous Zone* [Zona Autônoma Temporária], publicado em 1991 nos Estados Unidos. Uma tradução brasileira seria publicada dez anos depois pela extinta Editora Conrad e republicada em 2018 pela Editora Veneta.

⁴⁹ Cf. *Crack capitalism. 33 thèses contre le capital*. Paris: Libertalia, 2012.

⁵⁰ Cf. *Le socialisme sauvage. Essai sur l'auto-organisation et la démocratie directe des luttes de 1789 à nos jours*. Paris: L'échappée, 2018.

⁵¹ Cf. “The contradictions of the Arab Spring”. *Aljazeera*, 14/11/2011.

⁵² *Tout se transforme. Vraiment tout?* Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 2013, p. 23.

numa ordenação descentralizada de comunas autônomas. Essas tendências existentes nos conselhos russos foram encurraladas e suprimidas pela economia planificada estatal e centralizada do bolchevismo (1958/1975, p. 268. Tradução nossa).

No ano de 1918, Lênin assina um panfleto intitulado *Acerca do infantilismo esquerdista e do espírito pequeno-burguês*,⁵³ no qual se voltava agressivamente contra os redatores da *Kommunist*, revista teórica dirigida pelos “comunistas de esquerda” Bukharin, Radek, Ossinsky e publicada pelo Comitê do Distrito de Leningrado. Para os irmãos Gabriel e Daniel Cohn-Bendit:

A derrota das diferentes oposições no seio do partido, Comunistas de esquerda em 1918, Democratas centralistas em 1919, e finalmente a Oposição Operária em 1920-21, são os sinais, no seio do partido, da derrota dos trabalhadores organizados em soviets em proveito do partido (1968, p. 260. Tradução nossa).

Para além da repressão às primeiras dissidências organizadas do partido bolchevique salientada pelos irmãos Cohn-Bendit, destaque-se que, na primeira metade de 1918, ela já havia se abatido sobre os meios anarquistas – até então seduzidos pela ambígua retórica leninista – e, na segunda metade daquele ano, a partir de agosto, as alas anarco-sindicalistas de Moscou começam a criticar a “ditadura do partido”, que naquela altura passa a reivindicar a via capitalista de Estado. A propósito, o anarquista Voline denunciava que Lênin dirigiu contra anarquistas e anarco-sindicalistas os “mesmos métodos que empregou contra a reação [dos exércitos brancos]” (apud REEVE, 2019, p. 93).

Cerca de dois anos depois, no contexto do IIº Congresso do Komintern, Lênin assinaria outra furiosa crítica, dessa vez contra as posições adotadas por parte dos partidos e correntes comunistas ocidentais, sobretudo os partidos alemão, holandês e inglês e, de modo menos frontal, italiano. A corrente italiana animada por Bordiga rejeitava o viés antissindical das greves selvagens defendidas pelas correntes germano-holandesa e inglesa. Apesar de tratar-se, afinal, “do partido de Gramsci e Bordiga, que, embora a partir de posições diferentes, convergiram na luta pela autonomia e pela especificidade do partido diante da prepotência do centro moscovita” (CLAUDÍN, 2013, p. 417), contudo, a esquerda italiana não possuía um aporte teórico que, no conjunto, a distinguisse do bolchevismo, a exemplo da esquerda germano-holandesa e inglesa, constituindo-se mais

⁵³ A tradução portuguesa desse panfleto seria oportunamente publicada em 1975, pela editora Minerva (Lisboa), de orientação marxista-leninista.

como uma ala de esquerda do leninismo e da Segunda Internacional. A esquerda italiana, sob a liderança de Bordiga, não estava então em oposição aos bolcheviques, a não ser no que se referia à questão do abstencionismo nas eleições. No panfleto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920), Lênin trata com circunspeção a esquerda italiana, diferentemente do modo como aborda as correntes esquerdistas alemã, holandesa, inglesa, e o anarco-sindicalismo estadunidense:

Sem dúvida, o camarada Bordiga e a sua fração de “comunistas boicotadores” (comunistas abstencionistas) estão errados ao defender a não participação no parlamento. Mas há um ponto em que, a meu ver, têm razão (...) Precisamente quando atacam Turati e os seus partidários, que estão num partido que reconhece o Poder dos Soviets e a ditadura do proletariado, continuam sendo membros do parlamento e prosseguem na sua antiga e perniciosa política oportunista. Essa atitude errada, inconsequente ou sem caráter em relação aos parlamentos oportunistas gera, por um lado, o comunismo “de esquerda” e, por outro, justifica até certo ponto a sua existência (1961, p. 72).

Em seu panfleto antiesquerdista de 1920, o dirigente bolchevique defende a atuação dos PCs no bojo dos sindicatos reacionários e dos parlamentos burgueses, salientando os benefícios dos “acordos” e “alianças” na política revolucionária, bem como do papel central da liderança partidária para o triunfo da revolução proletária – uma tática inteiramente oposta àquela proveniente, sobretudo dos esquerdistas alemães. Segundo Authier:

Os “esquerdistas” alemães são aqueles que, no período revolucionário que se seguiu à I Guerra Mundial, foram mais longe na busca das vias específicas da revolução comunista, práticas antes de mais, enquanto que o movimento proletário russo, sendo embora um partido que se reivindicava do proletariado e agrupando no seu seio numerosos proletários, tendo tomado o poder, foi obrigado, dado o seu isolamento forçado no interior das fronteiras da Rússia, a não poder *superar* a atitude do proletariado *na revolução burguesa*, conservando, de fato, inúmeros vestígios burgueses (onipresentes na ideologia leninista), os quais se tornaram depressa preponderantes (1975, p. 13. Grifos no original).

Lênin acusava os esquerdistas ocidentais, em síntese, de negar a legitimidade dos “bons compromissos” negociados nos limites do dispositivo político e jurídico burguês por suas instâncias centrais, políticas e econômicas, partidárias e sindicais: “negar a legitimidade de qualquer compromisso, em geral, constitui uma infantilidade (...) há compromissos e compromissos” (1961, p. 31). De acordo com Mattick, “o livro era sobretudo dirigido contra Gorter e Pannekoek” (1960a, s/p). Contudo, animados por intelectuais e marxistas heterodoxos como os alemães Rühle, Korsch e Mattick, os holandeses Gorter

e Pannekoek, além da britânica Pankhurst, tais correntes se rebelavam justamente contra a imposição, na Terceira Internacional, do modelo russo (bolchevique) de revolução aos países da Europa Ocidental.

Nascido em 1874 em Freiberg (Saxônia, Alemanha), Rühle é pedagogo de formação. Eleito em 1912 como deputado socialdemocrata para o *Reichstag*, foi o único, junto com Liebknecht, a levantar-se no dia 20 de março de 1915 contra o voto pelos créditos da guerra, o que provocou a sua expulsão da ala parlamentar do partido socialdemocrata. Foi membro do Comunistas Internacionais da Alemanha (IKD). Na ocasião da revolução de novembro de 1918, participa ativamente como membro do Conselho operário e militar de Dresde. Participa do Congresso constitutivo do Partido Comunista Alemão (KPD), o partido comunista alemão bolchevizado, do qual será excluído, em 1919, por ordem dos dirigentes de Moscou. Foi um dos fundadores, junto com outros dissidentes, em outubro de 1919, do Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD), o novo partido comunista operário, que seguirá uma linha extraparlamentar e extrassindical. A partir de 1920, será o principal teorizador da União Geral dos Trabalhadores – Organização Unitária (AAUE), uma dissidência minoritária do KAPD que reivindicava a união da luta política e da luta econômica através das organizações de fábrica, unitárias e antipartidárias, coordenadas de modo federativo, sem centralismo. Menos “obreirista”, essa tendência que, entretanto, reunia centenas de milhares de trabalhadores radicais da Alemanha, também contava em suas fileiras com muitos artistas de vanguarda vinculados ao expressionismo e ao dadaísmo, além de ser próxima da base anarco-sindicalista alemã. Rühle deixa a Alemanha em 1933, instalando-se no México, onde morre de uma parada cardíaca, em 24 de junho de 1943. Paralelamente às suas atividades políticas, ele consagraria toda a sua vida aos problemas pedagógicos.⁵⁴

Nascido em 1886 em Todsted (Alemanha), Korsch estuda direito, economia, sociologia e filosofia em Jena, Berlim e Gênova. Entra para o Partido Socialista Alemão Independente (USPD) em 1919, no qual se encontravam igualmente Kautsky e Hilferding. Entra para o KPD em 1920. Em outubro de 1923, é ministro da justiça durante as poucas semanas em que duraria a república “operária” da Turíngia. De 1924 a 1928, foi deputado no Parlamento alemão (*Reichstag*). Dirige o órgão teórico do KPD (*Die Internationale*) entre 1924-1925. Desde 1921, opõe-se à política do Komintern, mas desde o

⁵⁴ Cf. Korsch et al., 1973.

seu interior, denunciando em 1925 o que chama de “imperialismo vermelho”. Será excluído do partido em 1926, participando com outros excluídos da redação da revista *Kommunistische Politik*. Após 1928, exerce suas atividades políticas fora de qualquer organização, emigrando para os Estados Unidos em 1936, onde morre em 1961.⁵⁵

Nascido em 1904 em Berlim, Mattick torna-se aprendiz de metalurgia na Siemens. Adere em 1918, então com 14 anos, à organização de juventude da Liga Spartacus, a partir de onde participa da revolução alemã. Em 1920, passa para o KAPD. Em 1923, após várias prisões em Berlim, instala-se em Colônia e liga-se aos movimentos artísticos radicais próximos do dadaísmo.⁵⁶ Em 1926, diante do refluxo do movimento revolucionário alemão e da ascensão do nacional-socialismo, Mattick emigra aos Estados Unidos, onde adere aos *Industrial Workers of the World* (IWW), a maior organização sindicalista

⁵⁵ Cf. Korsch et al., 1973.

⁵⁶ Especialmente ao círculo do “anti-pintor” William Seiwert, membro ativo da AAU-E, organização esquerdista da tendência unionista de Rühle. Naquele momento, contudo, já era evidente que a revolução não estava mais na ordem do dia na Alemanha. Seiwert integrava também o grupo de intelectuais e artistas próximos do dadaísmo, chamado Os Progressistas de Colônia. Fundado por Freundlich, Hoerle, além de Seiwert, entre outros dadaístas que eram também militantes anarco-comunistas e revolucionários anti-leninistas, o grupo desenvolvia uma luta contra a perspectiva da “cultura proletária”, defendida pelo marxismo ortodoxo dos partidos comunistas e importada da Rússia através de Alexander Bogdanov, chefe da *Proletkult* na URSS. Desde jovem, Mattick foi iniciado nas questões estéticas pela sensibilidade do seu pai que, embora nascido em meio proletário, sempre manteve uma relação próxima com artistas, sobretudo pintores, não somente durante a revolução alemã como também depois, durante a emigração para os Estados Unidos. De acordo com seu filho, Paul Mattick Jr., a partir de 1921 Seiwert passará a assinar artigos no *Die Aktion*, jornal da AAU-E, onde ele “aplica o princípio do não-compromisso com as estruturas existentes também no que se refere a arte, questionando até mesmo as encarnações politicamente mais radicais do modernismo artístico” (1998, p. 20). Para o “anti-pintor” de Colônia, uma arte verdadeiramente nova só seria possível numa sociedade igualmente nova. Até mesmo as condições para inovações formais no campo da pintura, dizia ele, estariam “fora das telas”, não cabendo somente aos artistas a tarefa de sua construção, mas principalmente ao conjunto da classe trabalhadora. No campo artístico, o artista lidava com as mesmas estruturas de representação que combatiam, no movimento operário, as suas manifestações mais radicais, como os partidos (luta política) e sindicatos (luta econômica). Trata-se do mercado da arte e suas instituições, museus e galerias, que recuperam e neutralizam o potencial subversivo das manifestações radicais do campo artístico, tal como acontecerá não somente com os dadaístas e surrealistas, mas também, mais recentemente, com o legado da IS e de Debord, cujos arquivos pessoais se tornaram patrimônio histórico do Estado francês em 2013, após uma disputa por sua aquisição, envolvendo a universidade norte-americana de Yale (que hoje detêm os espólios de vários antigos membros da IS). Enquanto artistas vinculados ao KPD, como George Grosz, conclamavam aos artistas para que estes abandonassem a sua auto-expressão por meio do contraste entre formas, cores e símbolos, “para dar aos trabalhos artísticos um conteúdo retirado dos ideais revolucionários da humanidade laboriosa”, o grupo de Seiwert, no sentido contrário da perspectiva bolchevique da “cultura proletária”, não defendia que o proletariado preenchesse a arte burguesa, clássica, com um conteúdo “socialista”, ou “revolucionário”, mas que criasse uma arte inteiramente nova e sobretudo própria, tanto na forma como no conteúdo. Assim, em oposição à arte comunista, centrada no conteúdo proletário da obra artística, os dadaístas-conselhistas de Colônia davam especial ênfase na forma como o domínio mais importante da inovação estética. Apesar de se aproximarem dos construtivistas russos na questão do caráter coletivista da arte, os “progressistas” alemães criticavam o elogio à máquina e o culto do engenheiro (muito presentes também no movimento holandês *De Stijl*), a despeito da intensa industrialização que subordinava os operários às máquinas não para os libertarem do trabalho, mas para intensificar a exploração e aumentar o lucro dos capitalistas. Nesse sentido, ao somarem dadaísmo e conselhismo, Os Progressistas de Colônia dirigiam uma crítica ao mesmo tempo contra as vanguardas russas, política e estética russas, bolchevique e construtivista.

revolucionária dos Estados Unidos no primeiro quarto do século XX. Em Chicago, engaja-se no movimento de desempregados que eclode na crise econômica de 1929. A partir de 1934, torna-se o principal animador das revistas *International Council Correspondance*, *Living Marxism* e *New Essays*. Colabora pontualmente com a produção de um relatório sobre o movimento dos desempregados para membros da Escola de Frankfurt, dirigida por Horkheimer, que viviam em Nova York. Apesar disso, publica em 1969 um ensaio crítico ao célebre livro de Marcuse sobre *O homem unidimensional*, um autor com quem Mattick mantinha relações cordiais, apesar das divergências no plano teórico. Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalha como operário numa fábrica de Chicago. A partir dos anos 1950, retira-se com a esposa e o filho para uma localidade isolada em Vermont, onde constrói a sua própria casa. Em 1957 conclui a redação de *Marx e Keynes, os Limites da Economia Mista*, que será publicado nos Estados Unidos anos mais tarde, em 1969. Com o retorno dos movimentos contestatários de matriz esquerdista que eclode nos anos sessenta, Mattick passa alguns períodos na Europa, à convite de grupos oriundos do movimento estudantil radicalizado. Morre em 1981, em Boston, aos 77 anos.⁵⁷

Nascido em 1864 na Holanda, Gorter foi um militante revolucionário, poeta de renome e teórico marxista. Excluído do partido operário socialdemocrata da Holanda a partir de 1907 por se opor com um grupo de militantes às práticas parlamentares de seus dirigentes, em particular no hebdomadário *De Tribune*, publicado por eles. Os “tribunistas holandeses” que, nas palavras de Lênin, “tiveram o azar de nascer num país pequeno” (1961, p. 38), criticavam a busca do socialismo pelo alto, por meio dos aparatos burocráticos situados entre as massas trabalhadoras e os chefes partidários. Essa pequena corrente de oposição valorizava a espontaneidade revolucionária e o “fator espiritual”, isto é, a consciência na luta de classes. Internacionalista e pacifista, Gorter assina o manifesto *O imperialismo, a guerra mundial e a socialdemocracia* (1914), no qual denuncia, na virada belicista dos partidos socialdemocratas, o produto do reformismo de sua burocracia partidária. Saudado pelos anarquistas holandeses, este manifesto seria largamente difundido também na Alemanha. Durante a guerra de 1914-1918, ligou-se a esquerda que promoveu a Conferência de Zimmerwald, influenciando com seus textos os spartaquistas alemães reunidos em torno de Liebknecht e Luxemburgo. Aderiu ao Partido Comunista Holandês e participou do Bureau de Amsterdan em 1920. Eles criam então o que seria o futuro PC holandês. Em novembro de 1918, com a queda do Império, Gorter viaja a Berlim onde

⁵⁷ Cf. Valadas, 2010.

participa regularmente das ações dos revolucionários alemães. Em 1921 ele está entre os fundadores do KAPD, depois junta-se à Fração de Essen e se torna um dos líderes da Internacional Comunista Operária [*Kommunistische Arbeiter-Internationale*, KAI]. Retira-se da vida política após 1922.⁵⁸

Nascido em 1873 na Holanda, Pannekoek é antes de mais um astrônomo de reputação mundial. Entra para o partido socialdemocrata holandês em 1902, quando participa com Gorter da redação de *Nieuwe Tijd*, órgão teórico desse partido. Em 1903, na ocasião das greves dos ferroviários e estivadores holandeses, junto com Gorter, Pannekoek partilha das análises de Rosa Luxemburgo e da esquerda socialdemocrata alemã ao defenderem a greve política dos trabalhadores como expressão das novas energias revolucionárias, de caráter extraparlamentar. Eles se opõem então à perspectiva burocrática que via as lutas senão como produto da organização partidária, defendendo a perspectiva da auto-organização do proletariado no curso de suas lutas. Pannekoek chega na Alemanha em 1905, onde leciona nas escolas do partido socialdemocrata. Instalado em Berlim, a partir de 1908 passa a escrever para o *Bremer Bürgerzeitung*, órgão da ala à esquerda do Partido Socialdemocrata da Alemanha [*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD]. Em 1909, se estabelece em Brême, onde participa da luta fracional contra o aparelho do SPD e polemiza com Kautsky, em 1912. Rompe com a Internacional Comunista na base de um apoio aos movimentos de conselhos contra o aparelho dos partidos. Já antes de 1914, portanto, Pannekoek desenvolve uma luta contra o oportunismo no seio da Segunda Internacional, mantendo um posicionamento internacionalista entre 1914 e 1918 junto ao grupo que animava com Gorter. Durante as jornadas de greve de 1917 em Amsterdã, Pannekoek e Gorter desenvolvem, no seio da corrente tribunistas, uma dura crítica às posições majoritárias do partido socialdemocrata. Neste contexto, desenvolve suas teses de que a revolução proletária não deveria ter por objetivo a substituição de um Estado por outro, visando à sua destruição, antes que a sua transformação – tese que o levaria a ser chamado de “sindicalista-revolucionário” por Kautsky. Pannekoek sustentava que a re-fundação de um sistema de produção e distribuição em moldes não capitalistas implicava novas formas de luta e de organização: os *soviets*.⁵⁹ Em 1918, se torna um dos fundadores do PC holandês. A partir de 1919-1920, realiza uma campanha crítica ao centralismo

⁵⁸ Cf. Korsch et al., 1973.

⁵⁹ “Lênin, por sua vez, parece juntar-se às teses de Pannekoek em *O Estado e a revolução*, publicado em dezembro [de 1917], proém, nos fatos, os líderes bolcheviques tentam subordinar os *soviets* e os comitês de fábrica aos sindicatos e aos órgãos de um Estado dali em diante batizado de ‘operário’” (PAGÈS; RE-EVE, 2003, p. 24. Tradução nossa).

burocrático do partido bolchevique. Suas ideias terão uma influência comprovada sobre o movimento revolucionário da época. Permanece, até a sua morte em 1960, o principal teórico dos conselhos operários.⁶⁰

Nascida em 1882 em Manchester (Inglaterra), Pankhurst foi uma artista e jornalista feminista que iniciou sua militância na União Política e Social das Mulheres (WSPU), um movimento que organizava grandes manifestações pelo direito ao sufrágio feminino no início da década de 1910. É diversas vezes condenada à prisão por “incitação à revolta”. Camarada de Emma Goldman, Rosa Luxemburg, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Angelica Balabanova e militante da Terceira Internacional, Pankhurst participa da fundação do partido comunista britânico, antes de ser excluída por recusar-se a seguir cegamente a linha de sua cúpula dirigente. A partir da primeira guerra, radicaliza suas posições, aproximando-se das alas antiparlamentares da esquerda germano-holandesa. Publica diversos artigos no jornal *Workers Dreadnought* [Encouraçado Operário], da Federação Socialista Operária. Em 1920, publica *A constituição dos soviets britânicos*, onde avança posições conselhistas. Após o refluxo contrarrevolucionário dos anos 1930 e da segunda guerra, passa à luta anticolonial na Etiópia, região para onde se mudou com seu companheiro e seu filho e viveu até 1960, onde morre aos 78 anos.⁶¹

1.2. Refluxo (1921-1968)

O esmagamento da insurreição de Kronstadt pelo jacobinismo bolchevique na Rússia, em 1921, representou a vitória final do capitalismo de Estado sobre a dimensão autoemancipatória da revolução, revelando a sua incompatibilidade com os princípios da democracia direta inscritos na organização dos *soviets*. Ao mesmo tempo, no início da década de 1920, a forte repressão da polícia socialdemocrata de Weimar⁶² contra os organismos revolucionários das massas trabalhadoras alemãs, os conselhos, reduziu-os à condição de grupúsculos, bem como a um recuo forçado de seus militantes que, relegados ao exílio, ao desemprego e à marginalização social, os levaram a promover ações minoritárias de sobrevivência material, das expropriações coletivas ao banditismo individual, atestando o seu isolamento e conseqüente declínio. Assim, “o movimento esquerdista, no

⁶⁰ Cf. Tragtenberg, 1981.

⁶¹ Cf. Dumas, 2019.

⁶² De acordo com Jorge Valadas, “ao contrário da visão mitificada e idealizada de Weimar, que é hoje corrente, vale a pena recordar que, no período de 1921-22, havia nos cárceres da República cerca de 6000 prisioneiros políticos que teriam participado em atividades revolucionárias” (2010, p. 447).

sentido dado pelos leninistas, ou seja, oposto à vida política oficial, deixou de ser um fator político significativo no movimento operário alemão” (REEVE, 2019, pp. 136-137). O saldo político desse período seria resumido em um texto de maio de 1939, assinado por Mattick e publicado pela revista estadunidense *The Social Frontier*:

Depois de a Rússia ter dado o primeiro exemplo em 1920, a mutilação do poder operário efetuou-se facilmente na Turquia, Itália, China, Alemanha, Áustria, Checoslováquia, Espanha; em França acaba de se tornar um caso arrumado [greve geral de junho de 1936]; em Inglaterra sê-lo-á amanhã. Se é inegável que em todos os países a destruição das organizações operárias dotadas de uma capacidade de ação autônoma variou de um caso para outro, em função das particularidades que o desenvolvimento econômico e social do país a que dizia respeito apresentava, ninguém pode contestar, por outro lado, que em todos estes países foi posto fim à independência do movimento operário (1977, p. 74).

Já bastante enfraquecida, a corrente esquerdista seria definitivamente expulsa do movimento comunista no III Congresso do Komintern, que ao mesmo tempo introniza a política de “frente única”, que dali em diante selaria, de modo geral, uma aliança dos partidos comunistas com a socialdemocracia, como o objetivo de expandir a sua representação parlamentar. A partir de então, as ações insurrecionais de massa deveriam ceder espaço aos objetivos eleitorais estabelecidos pela direção da IC.

Segundo as *Linhas de Orientação* (1922) da KAI, uma tendência surgida no interior do KAPD,⁶³ na medida em que apelava para a revolução, para a expropriação dos capitalistas, a Terceira Internacional era, sem dúvida, uma organização proletária voltada para a supressão do capitalismo. Porém, quando mantinha o parlamentarismo, os sindicatos, a ditadura do partido e a ditadura dos chefes, não passava de uma organização burguesa criada para conservar o capitalismo e reconstruí-lo em bases estatais.

Como vimos, Pannekoek, que havia ajudado a fundar o PC holandês em 1918, referia-se a essa corrente adversária da ação parlamentar e da participação dos comunistas nos sindicatos reformistas como “comunismo ocidental”, ou “comunismo de conselhos”. Seus iniciadores, que em 1920 haviam deixado a Terceira Internacional após a querela com Lênin e os bolcheviques russos, reagrupar-se-iam, anos depois, nos Estados Unidos, em torno de pequenas organizações compostas por operários e intelectuais, publicando

⁶³ O KAPD, por sua vez, surge de uma ruptura das alas antiparlamentaristas com o KPD, ocorrida no congresso de Heidelberg, em outubro de 1919.

revistas de crítica social como *International Council Correspondence* (1934-1937), *Living Marxism* (1938-1941) e *New Essais* (1942-1943). Mattick e Korsch emigraram para os Estados Unidos, respectivamente, em 1926 e 1936, e Rühle para o México, em 1933.

Nesse período de contrarrevolução totalitária na Europa, suas análises refletiam o rebaixamento do horizonte de expectativas típico dos anos 1930, concentrando-se particularmente: na crise do capital, agudizada no ano de 1929, e no desemprego massivo dela decorrente;⁶⁴ no triunfo da contrarrevolução stalinista na Rússia;⁶⁵ no antifascismo e na guerra civil espanhola,⁶⁶ bem como na destruição e reconstrução do movimento operário nos países onde o fascismo havia triunfado.⁶⁷

Desde a crise revolucionária dos anos 1917-1921, o continente europeu não via uma tentativa de poder proletário ser esboçada como na ocasião surgida na revolução espanhola de 1936-1937. Contudo, embora reconheça que “em 1936, o anarquismo conduziu uma revolução social e o esboço, o mais avançado que se conheceu, de um poder proletário” (1997, p. 64), Debord não deixa de lembrar o fato de que os anarquistas confederados na Federação Anarquista Ibérica (FAI), ao invés de propagarem a luta de classes contra a burguesia no auge da crise, optaram pela colaboração de classes na luta contra Franco e o fascismo, juntando-se ao governo da Frente Popular⁶⁸ – o que lhes valeram acusações de “traição” de diversos grupos anarquistas de outros países. Com efeito, a incorporação das milícias no Exército regular, assim como a supressão do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM),⁶⁹ em Madri, seriam decretadas com o seu consentimento.⁷⁰

Por essa via que, de fato, desviava-se dos princípios de base do anarquismo, a FAI contribuía com a reorganização do poder político burguês na Espanha, enquanto pouco fazia pela formação de um poder político verdadeiramente proletário. Para Debord, “seus

⁶⁴ Como no texto “A luta contra a redução dos seguros desemprego em Amsterdam”, publicado pela *Raetektorrespondenz*, uma revista do Grupo de Comunistas Internacionalistas da Holanda (GCIH) e replicado no segundo número da *International Council Correspondence* (ICC), órgão de informação da organização estadunidense United Workers Party (UWP), de novembro de 1934. Cf. Korsch et al., 1973.

⁶⁵ Como “Teses sobre o bolchevismo” (1935) e “A Rússia soviética de hoje” (1937), textos elaborados coletivamente pelo GCIH e publicados na *Raetektorrespondenz*. Cf. Korsch et al., 1973.

⁶⁶ Como o texto “O anarquismo e a revolução espanhola”, do alemão Helmut Wagner, publicado originalmente em junho de 1937 na *Raetektorrespondenz*. Cf. Korsch et al., 1973.

⁶⁷ Como “A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo”, ensaio do alemão Otto Rühle, publicado em setembro de 1939 na revista *Living Marxism*. Cf. Korsch et al., 1973.

⁶⁸ Aliança “antifascista” composta por socialistas, comunistas (stalinistas) e republicanos.

⁶⁹ Organização próxima do trotskismo e que, junto à Esquerda Comunista dirigida por Andreu Nin (que, em junho de 1937, teria o mesmo destino do trotskista russo Serguei Kirov, assassinado a mando de Stalin dois anos antes), seriam as principais vítimas do PC espanhol e do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), que congregavam socialistas e comunistas sob a hegemonia dos stalinistas.

⁷⁰ Cf. Korsch et al., 1973.

chefes reconhecidos tornaram-se ministros e reféns do Estado burguês que destruiu a revolução para pôr fim à guerra civil” (*Ibidem*, p. 64). Além disso, continua, por desconsiderar o abismo que separa as condições e formas de existência “entre uma minoria agrupada na luta atual e a sociedade dos indivíduos livres”, os anarquistas demonstram uma frequente fragmentação tática “no momento da decisão comum, como se vê no exemplo de uma infinidade de insurreições anarquistas na Espanha, cerceadas e esmagadas em âmbito local” (*Ibidem*, p. 63).

Todavia, Reeve abordou a questão da participação dos dirigentes anarquistas no governo central e no governo da Catalunha, destacando a especificidade do caso espanhol, onde a questão dos princípios antagônicos que atravessaram o movimento socialista do primeiro quarto do século XX, entre burocratização e autoemancipação, exprimiram-se no seio do “movimento libertário, e não no seio do movimento socialista marxista, como aconteceu na Rússia e na Alemanha” (2019, p. 186). Outra nuance observada por Reeve se refere ao impacto da guerra civil na revolução social, aprofundando as divisões políticas e acirrando as posições, sendo “um dos fatores determinantes que levaram à participação das forças anarquistas no governo” (*Ibidem*, p. 190).

Estando as dinâmicas da guerra e da revolução estreitamente ligadas, condicionando-se mutuamente, o que houve na Espanha em 1936-1937 foi uma vitória da primeira sobre a segunda. Um dos efeitos da guerra que concorreram para este desenlace foi a forte mobilização de grande parte dos militantes revolucionários, “afastando dos locais de trabalho aqueles que estavam em melhores condições de defender as medidas de coletivização da economia e o desenvolvimento do poder de base dos trabalhadores” (*Ibidem*, p. 194). Nesse sentido, foram as exigências da guerra, e não propriamente uma ideologia produtivista, que “empurraram a direção dos anarquistas para os braços do governo republicano e para uma colaboração, certamente com reservas, com os stalinistas” (*Ibidem*, p. 195). Foi assim que, gradualmente, a guerra provocaria uma cisão no seio do movimento anarquista, suplantando a revolução. Tal processo comportava, conforme salienta Reeve, a oposição ferrenha de grupos minoritários como os Amigos de Durruti,⁷¹ que desempenhou um importante papel durante a insurreição de maio de 1937 em Barcelona.

⁷¹ Os Amigos de Durruti foi um grupo anarquista espanhol criado em março de 1937 por Jaime Balius, Félix Martínez e Pablo Ruiz, pouco antes, portanto, das jornadas de maio daquele ano, em Barcelona. Surge de uma cisão da CNT, reunindo antigos combatentes da Coluna Durruti. O grupo, que chegou a ter cerca de cinco mil militantes, editava um periódico chamado *El amigo del pueblo*, que homenageava a publicação homônima de Marat durante a Revolução Francesa. Cf. Le Glou, 2020.

Outros esquerdistas, como os alemães Korsch e Mattick, também souberam reconhecer, para além dos impasses em que se viram enredados os anarquistas espanhóis, o caráter revolucionário das “coletividades” por eles desenvolvidas:

Pela primeira vez desde as experiências de socialização durante o período revolucionário do pós-guerra na Rússia soviética, na Hungria e na Alemanha, a luta dos operários espanhóis contra o capitalismo fez aparecer um novo tipo de passagem dos métodos capitalistas para os métodos comunais de produção que, que mesmo inacabado, revestiu uma variedade de formas impressionante (KORSCH, 1973, p. 246. Tradução nossa).

Assim como Debord, também Mattick reconhece, apesar de destacar os limites intrínsecos à experiência derrotada das coletividades espanholas, que “em nenhum lugar, desde a década de 1920, a realização deste modelo ‘espontâneo’ de emancipação foi tão longe na prática como na Catalunha no período de 1936-1937” (*Ibidem*, p. 250. Tradução nossa). Na visão de Reeve, as potencialidades presentes nas coletividades espanholas, bem como seus próprios limites, “inscreveram-se, pela sua natureza e pelo seu conteúdo, no fio histórico da democracia direta e da auto-organização” (2019, p. 208).

Contudo, tais potencialidades defrontaram-se com as forças estatais e, como tais, centralizadoras, das *nacionalizações*: uma tática contrarrevolucionária de recuperação pelo poder da alternativa que as coletividades representavam à economia estatizada, fora do alcance dos partidos e sindicatos. Com o tempo, as nacionalizações absorveriam completamente as coletividades, uma tática que seria novamente aplicada, como lembra Reeve, cerca de quarenta anos depois, “pelas correntes do socialismo autoritário e com o mesmo êxito, ao oeste da península, durante a revolução portuguesa de 1974” (*Ibidem*, p. 206).

1.3. Retorno (1968-1975)

A partir do final dos anos 1950, sobretudo das tentativas de revolução na zona oriental de Berlim e em Budapeste, no ano de 1956, bem como da morte de Stalin e da realização do XXº Congresso da IC, tem-se o início da chamada “desestalinização” do PCUS. Nessa nova conjuntura, surgem, na Europa ocidental, organizações que, agora absolutamente *exteriores* aos aparatos partidários e sindicais tradicionais sob a hegemonia dos comunistas, retomam alguns princípios da corrente pannekoekista do comunismo de

conselhos da primeira metade do século, como os grupos e publicações francesas *Socialisme ou Barbarie* (1949-1967) e *International Situationniste* (1957-1972), o britânico *Solidarity* (1960-1977) e o português *Combate* (1974-1978).

Paralelamente a esta retomada dos princípios conselhistas por agrupamentos esquerdistas da segunda metade do mesmo século, no plano histórico, desenvolvia-se um processo de lutas autônomas das classes trabalhadoras, cujo itinerário seria sintetizado por Bernardo, em *Economia dos conflitos sociais*, nos seguintes termos:

Já na década de 50, vinham realizar-se greves, tanto na esfera norteamericana como na soviética, em que as burocracias sindicais eram completamente ultrapassadas, mas foi apenas a partir dos primeiros anos da década seguinte que assumiram dimensões tais e uma tão ampla difusão que permitem defini-las como integrando um novo ciclo. Em todos os ramos de atividade, tanto nos mais evoluídos tecnologicamente como nos retardatários, generalizaram-se as formas de luta em que os trabalhadores elegem os seus próprios delegados, reúnem com a maior frequência assembleias de massa e decidem eles próprios os objetivos e a tática a empregar. Este movimento obedeceu a um crescendo até conhecer, na França, em princípios de 1967, uma etapa nova, com a ocupação de uma empresa [Rhodiaceta] por mais de dez mil trabalhadores. Pouco mais de um ano depois, cerca de dez milhões de trabalhadores paralisavam o capitalismo na França, muito para além de quaisquer palavras de ordem das centrais sindicais, e cerca de cem empresas foram então ocupadas. Tratava-se ainda de mera ocupação, consolidando o controle coletivo sobre a luta, mas sem transpô-lo para as relações de produção. A partir do final de 1968, porém, esboçaram-se na Itália ocupações que incluíam formas de organização da produção e a partir de 1973 este tipo de movimento atingiu um estágio superior, com célebres experiências na França e, mais generalizadamente, em Portugal de 1974 e 1975 (1991, pp. 362-3).

Aglutinando intelectuais e marxistas heterodoxos como o franco-grego Castoriadis, os franceses Debord e Semprun, o anglo-grego Pallis (Brinton) e o irlandês Mailer, além dos portugueses Bernardo e Valadas, esses grupos participariam ativamente, com exceção do grupo de Castoriadis, tanto da *revolução* de maio-junho de 1968 na França, como da *revolução* portuguesa de 1974-1975. Para tais indivíduos e grupos, como a IS, não há dúvidas de que os processos ocorridos naquelas duas experiências históricas foram de natureza *revolucionária*:

De todos os critérios parciais para acordar ou não o título de revolução a tal período de perturbação da ordem estatal, o pior é seguramente aquele que considera se o regime em vigor caiu ou se manteve (SITUATIONNISTE, 1969/1997b, p. 580. Tradução nossa).

Este critério revela uma *concepção golpista e burguesa da revolução social*, que permitiria à grande imprensa mundial “qualificar como revolução qualquer *putsch* militar que tenha mudado os regimes do Brasil, de Gana ou do Iraque” (*Ibidem*). Nas palavras de Reeve:

Por detrás de toda esta dança dos golpes militares é a questão social que se encontra posta: a necessidade urgente que têm a classe dirigente portuguesa e a burguesia internacional de restabelecer o equilíbrio social, de por em funcionamento a produção social, esmagando a combatividade, a revolta e a força operárias (1976, p. 26).

Tais grupos restauravam, de um lado, uma crítica radical tanto dos regimes ocidentais quanto do leste, mas, principalmente, da burocracia como nova classe dominante; uma crítica da concepção leninista de organização e das relações entre a organização e as massas; uma definição de socialismo como gestão proletária da produção e de todas as atividades sociais; uma crítica das concepções marxistas tradicionais sobre a dinâmica e a natureza da crise da sociedade capitalista, e da concepção tradicional da política como uma prática especializada separada das demais atividades sociais. No Manifesto (1967) do grupo *Solidarity*, lê-se que:

Não queremos ser uma “direção”. Queremos ser um instrumento de ação dos trabalhadores. O papel de *Solidarity* é o de ajudar todos aqueles que, na indústria e na sociedade em seu conjunto, entram em conflito com a estrutura social em seu conjunto, entram em conflito com a estrutura social autoritária atual; ajuda-los a generalizar sua experiência, a fazer uma crítica global de sua condição e de suas causas, e desenvolver a consciência revolucionária de massas, indispensável à transformação total da sociedade (apud BRINTON, 1973, p. 202).

Também os redatores do jornal *Combate*, em seu Editorial nº 33, de 26 de dezembro de 1975, realizam o seguinte balanço da derrota da revolução portuguesa de 1974-1975:

Face à repressão que se abate sobre o movimento operário autônomo, os partidos permanecem silenciosos. Quando as tempestades se aproximam, os partidos só pensam em defender os aparelhos burocráticos, garantia da sua força na luta entre os vários setores políticos pela repartição da mais-valia. Este silêncio prova a quem não queria acreditar que os partidos não só são inúteis para o movimento proletário, como são agentes ativos da construção do capitalismo de Estado.

Já a IS, organização que aglutinava, desde Paris, artistas e intelectuais revolucionários de várias partes do mundo, desde o início da década de 1960, promovia uma fecunda concepção pluriclassista de revolução social, bem como uma concepção ampla de proletariado e de sujeito revolucionário, ao estenderem a luta de classes para os campos da arquitetura, do urbanismo, da arte moderna e da vida cotidiana.

A despeito destes novos problemas, os quais exigiam novas soluções, Debord, talvez o mais influente membro da IS, persistiria, n’*A sociedade do espetáculo* (1967), na defesa de uma forma de organização revolucionária que já “*não representa a classe*” (1997, p. 84), pois não pode “reproduzir em si as condições de cisão e de hierarquia que são as da sociedade dominante” (*Ibidem*, p. 85), e deve “ter aprendido que já não pode *combater a alienação sob formas alienadas*” (*Ibidem*, p. 84). Os situacionistas opunham-se conscientemente ao fato de que, desde a revolução francesa de 1789-1793 até o início do século XX, o modelo jacobino de ação política centralizada se impôs tanto na política burguesa como nas “correntes do socialismo, de certos utopistas aos blanquistas e, em seguida, as correntes marxistas” (REEVE, 2018, p. 27). De acordo com a crítica esquerdista da revolução russa, os bolcheviques se separaram da vontade das massas e os seus dirigentes opuseram-se a elas durante os períodos decisivos das lutas, entre 1905-1907 e abril de 1917: “como crítica, o esquerdismo repudia todas as revoluções do século XX ou, melhor, renega-lhes a etiqueta de socialistas. Ele vê nelas as últimas revoluções burguesas” (GOMBIN, 1972, p. 23).

Assim como para os demais representantes da corrente conselhistas da primeira metade do século XX, para os esquerdistas dos anos 1960 e 1970, o comunismo não é mais um fim a se atingir, mas decorre imediatamente da autogestão da força de trabalho por meio de organizações anti-hierárquicas (na forma de comissões, comitês ou conselhos), que rompem com o verticalismo predominante na organização das unidades produtivas,⁷² em seus mais diversos setores, sendo, ao mesmo tempo, *precursoras de novas relações sociais de produção*, verdadeiramente comunistas, transparentes e horizontais:

O Conselho quer ser a forma de *unificação prática* dos proletários, dando a si os meios materiais e intelectuais da transformação de todas as condições existentes, fazendo soberanamente a sua história” (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 1969/1997b, p. 631).

⁷² Os situacionistas compreendem tais unidades em sentido amplo, para além das unidades de produção fabris, extensiva aos setores da atividade terciária e do trabalho intelectual. Da IS, consultar sobretudo os artigos do 12º (e último) número de sua Revista, de setembro de 1969.

Nas palavras de Bernardo, os conselhos constituem uma forma embrionária do futuro *Estado em extinção* pelo qual o comunismo deverá constituir-se, ensejando, assim, as “futuras relações de produção comunistas, visto que se definem precisamente por passarem à prática formas embrionárias de controle e de gestão da produção pelos trabalhadores” (1975, p. 76). Não se trata, para eles, de limitar-se a reverter o regime de propriedade, passando-o das mãos da burguesia para as da burocracia tecnocrática (através de uma tomada jacobina do Estado), como ocorreu na experiência russa, se tal reversão não for acompanhada de uma profunda alteração nas relações de produção que se constituem em sua base. Entre 1956-1957, no período de formação da IS, Debord e os situacionistas estabeleciam como “tarefas imediatas” de seu programa:

A necessidade de se vislumbrar uma ação ideológica consequente para combater, no plano passional, a influência dos métodos de propaganda do capitalismo desenvolvido: opor concretamente, em qualquer ocasião, aos reflexos do modo de vida capitalista, outros modos de vida desejáveis; destruir, por todos os meios hiper-políticos, a ideia burguesa de felicidade (...). Devemos apresentar em todos os lugares uma alternativa revolucionária à cultura dominante (1997b, pp. 44-45. Tradução nossa).

Dez anos depois, no livro *A sociedade do espetáculo* (1967), Debord concluía sua exposição teórica afirmando que o espetáculo é uma formação social psicopatológica, de onde decorre um processo de perda da realidade passível de ser revertido apenas por uma práxis revolucionária: “emancipar-se das bases materiais da verdade invertida, eis no que consiste a autoemancipação da nossa época” (1997, p. 141). E alertava, sobretudo a anarquistas individualistas e comunistas autoritários, que “nem o indivíduo nem a multidão atomizada e sujeita à manipulação” podem realizar essa grandiosa tarefa que cabe “à classe que é capaz de ser a dissolução de todas as classes ao resumir todo o poder na forma desalienante da democracia realizada, o Conselho, no qual a teoria prática controla a si mesma e vê sua ação” (*Ibidem*). Para Bernardo, somente os conselhos de fábrica são capazes de conferir “à generalidade dos elementos da classe operária uma prática de luta que desenvolve a experiência do controle direto da produção e da vida social, bem como os conceitos teóricos dessa experiência” (1975, p. 75).

Pannekoek levava fortemente em consideração a importância do que chamava de “fator espiritual” no processo revolucionário, uma vez que apenas um proletariado consciente de suas tarefas e expectativas futuras poderia fazer a revolução.⁷³ Em 1967, Debord também define o conselho de trabalhadores como “o lugar onde as condições objetivas da consciência histórica estão reunidas” (1997, p. 81) e, no balanço feito logo após a revolução de maio-junho de 1968, os situacionistas atribuíram a derrota da primeira *greve geral selvagem* da história justamente a um “descompasso entre a consciência e a práxis (...) marca fundamental das revoluções proletárias inacabadas”, e ao “atraso teórico que gerou todas as lacunas práticas que contribuíram para paralisar a luta” (2018, p. 97). No mesmo sentido, a evolução da luta do proletariado confederado em conselhos em direção a “objetivos cada vez mais profundos”, lhe interessa precisamente “em função das possibilidades que oferece ao desenvolvimento da consciência operária” (BERNARDO, 1975, p. 75).

⁷³ Cf. Mattick, 1960; Bricianer, 1969.

Capítulo 2

O mal esquerdista

Os antigos *Enragés* constituíram a ala anti-jacobina dos *sans-culottes* durante a “Grande Revolução” (Kropotkin) burguesa de 1789-1793. Os jacobinos chamavam as pessoas dessa tendência “pejorativamente” de “enraivecidas”, assim como os neojacobinos do partido socialdemocrata alemão se referiam “pejorativamente” ao movimento dos conselhos, durante a revolução alemã de 1918-1921, como “selvagens”. Na onda de greves operárias que teve lugar na Bélgica, em 1960, o movimento assumiria o velho “insulto” neojacobino do partido socialdemocrata alemão, qualificando suas greves autônomas em relação a partidos e sindicatos de “selvagens”. Em 1968, um grupo de estudantes radicalizados de Nanterre assumiria o “insulto” jacobino originário, denominando a si próprios *Enragés*.

Os novos *Enragés* eram um grupo de afinidade formado por “anti-estudantes” da faculdade de Nanterre, que, entre maio e junho de 1968, estabeleceu uma aliança tática com os situacionistas. Diferentemente destes, porém, os *Enragés* não constituíam uma organização, não eram intelectuais, nem tinham pretensões teóricas (apesar de se declararem em acordo com a perspectiva situacionista). Sua atuação girava em torno de ações de “vandalismo crítico” no campus universitário, como as pichações e os escrachos de autoridades ou lideranças políticas e acadêmicas consideradas reacionárias. O então estudante de filosofia e anarquista René Riesel (o único entre os *Enragés* a se tornar um membro da IS, em junho de 1968), foi quem restaurou a nomenclatura que remete à revolução de 1789, mais precisamente, à sua corrente mais radical que, em oposição aos jacobinos e aos moderados, defendia um aprofundamento contínuo do processo revolucionário. Tal aprofundamento, deveria se dar no sentido de uma radicalização da democracia direta e de base, através de uma defesa dos “mandatos imperativos” (revogáveis a qualquer instante), da garantia de plenos direitos às mulheres, de sanções contra agiotas e especuladores, portanto, em defesa de questões que, dois séculos depois, ainda permanecem atuais (GUILLON, 2017).

Tal ressignificação sociopolítica seria por diversas outras vezes posta em prática pelas alas esquerdistas dos movimentos revolucionários das décadas de 1960 e 1970. Segundo Gombin, a IS “tinha mesmo discípulos mais ou menos confessos que faziam agi-

tação ‘exemplar’, sob nomes diferentes (‘*Enragés*’, ‘*Vândalos*’...), em várias cidades universitárias (Paris, Nanterre, Strasbourg, Nantes)” (1972, p. 169). De fato, em 1961 Asger Jorn e Jacqueline de Jong fundam o *Skandinavisk Institut for Sammenlignende Vandalisme* (SISV) [Instituto Escandinavo de Vandalismo Comparado] e, em 1971, seria fundado em Coimbra o Instituto Português de Vandalismo Comparado (IPVC), que por sua vez levava o vandalismo para além da nomenclatura. Em Bordeaux, um grupo pró-situ chamado *Vandalistes* realizava sabotagens localmente, mas em contato direto com a IS e o CMDO, entre maio e junho de 1968.

Saliente-se que, diferentemente dos demais povos ditos “bárbaros”, designação dada pelo poder romano aos povos falantes de outras línguas que não o latim, os vândalos aliaram-se aos escravos em rebelião contra o domínio imperial. É por esta razão que ainda hoje os defensores da Ordem não direcionam sua indignação contra a “vidigodização” ou “ostrogodização” das vitrines das agências bancárias e lojas de veículos de luxo durante jornadas de protestos populares, mas precisamente contra o “vandalismo” destes bárbaros anarquistas e esquerdistas metropolitanos. O vandalismo é historicamente um símbolo da revolta contra o poder absoluto de todos os imperialismos, antigos e modernos, e que contemporaneamente se consubstanciam no aparato repressivo do Estado e das corporações especulativas do capital, alvo constante de atos vandalistas.

O procedimento de assimilação crítica do insulto teria lugar também no dilatado processo revolucionário italiano, particularmente na ala esquerdista do movimento da autonomia, através da teorização e da ação dos *Provocatore* de Milão, a respeito de quem Giorgio Cesarano, filósofo e ativista desta tendência, escreveu em 1975:

“Provocadores” é o termo utilizado nas prosas pestilentas da imprensa do regime, com uma significativa concordância que une, sob a mesma trincheira, os periódicos “democráticos” e a imprensa “militante”. *Aceitamos o termo, distorcendo-o*. Se “provocadores” significa homens e mulheres que não aceitam as misérias do jogo político; se significa núcleos informais que escapam à todos os esquemas do *racket* hierarquizado; se indica experiências nunca redutíveis aos preceitos das teorias “revolucionárias” que têm sido derrotadas pela história e apropriadas pela contrarrevolução (...) se qualifica o desenvolvimento de um pensamento e de uma prática que se negam a se constituírem em esferas separadas desde as vivências individuais até as coletivas; se “provocadores” significa tudo isto, então *somos provocadores!*⁷⁴

⁷⁴ Cf. Cesarano, 2019 (Tradução nossa, grifos nossos).

Este texto saiu no número 19 da revista *Puzz* (1971-1976), uma publicação oriunda das alas esquerdistas e/ou selvagens do “maio rastejante” italiano. Expulso do PCI em 1969 sob acusação de desvio esquerdista, Cesarano fundou naquele ano, em Milão, com Joe Fallisi, Eddie Ginosa e Mario Perniola, entre outros, o grupo *Ludd – Consigli proletari* (1969-1970),⁷⁵ inspirado por teses social-bárbaras, situacionistas e anarquistas. De acordo com Anselm Jappe, *Ludd* criticava radicalmente as correntes extremistas oriundas do operáismo italiano, que as acusava de:

Querer redirecionar a espontaneidade proletária de fora, de ter “líderes” e de estarem dispostas a “modernizar” ou “democratizar” o capitalismo. *Ludd*, ao contrário, visava uma “revolução total” que incluía também uma ruptura existencial a nível individual com o modo de vida atual: a revolução da vida cotidiana (2019, s/p. Tradução nossa).

Como veremos nesta sessão, o rótulo de “esquerdista” funcionou por muito tempo como um dispositivo de desqualificação e expiação política das oposições, desde que Lênin se voltou ofensivamente contra os “desvios à esquerda”, primeiro no seio do partido bolchevique russo, depois no processo de formação da Terceira Internacional, que a partir de então seriam excluídos do movimento comunista internacional, por volta de 1920, quando o dirigente russo publica *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Na altura da repressão ao *soviet* de Kronstadt, em 1921, seu desabafo deixava claro, de uma vez por todas, a guinada ditatorial da revolução bolchevique: *já estamos fartos da oposição operária!*

O epíteto originalmente infamante perdurou, este sim como um verdadeiro cancro, até o retorno da luta de classes revolucionária em nível global, entre 1968 e 1975, aproximadamente, quando os partidos comunistas francês, italiano e português, vilipendiavam o movimento de greves selvagens e de ocupações generalizadas igualmente como “esquerdistas”, seguindo fielmente a tradição leninista. É nessa altura, em 1971, que o sociólogo francês Richard Gombin opera, desta vez, uma assimilação positiva, mas agora no plano teórico-conceitual, e não diretamente prático, do insulto leninista originário, em seu livro sobre *As origens do esquerdismo*.

Ao negar o sentido originalmente negativo da noção de esquerdismo, positiva-se dialeticamente a sua significação, resignificando-a num registro novo, favorável e não

⁷⁵ Junto com a seção italiana da IS, *Ludd* seria o único grupo que, na ocasião dos atentados à bomba de 12 de dezembro de 1969, na *Piazza Fontana* (região central de Milão), denunciou o papel do Estado no manejo do terrorismo, através do panfleto *Bomba Sangue Capitale*.

depreciativo. Saliente-se, portanto, que estas diversas formas de transgressão do *status quo*, que tiveram lugar em diferentes zonas geográficas do mundo e em diferentes épocas, constituem *la parte maudite* das sociedades modernas, para retomar a expressão de Bataille. Isto é, trata-se de formas de vida e de organização das relações sociais que transgridem as interdições impostas pela religião (Deus), pelo patriarcado (Família), pelo Estado (Autoridade), pelo capitalismo (Trabalho) e pelo nacionalismo (Pátria).

Adjetivações tais como “vândalos”, “selvagens”, “enraivecidos” ou “esquerdistas”, em suma, há muito tempo serviram de arquétipos do mal político a ser eliminado em diversas formações societais, sobretudo em razão de sua recusa em se integrar aos diversos sistemas de dominação e exploração que tiveram lugar ao longo da história, do império romano à socialdemocracia alemã. Tais arquétipos revelam a ideologia etnocêntrica e evolucionista das elites políticas, dos jacobinos franceses aos bolcheviques russos, burguesas ou tecnoburocráticas, que se consideravam como as elites, naturalmente superiores, capazes de garantir uma gestão eficaz dos processos “civilizatórios” que elas pretendiam edificar, o liberalismo e o socialismo. Daí a associação, feita pelos proprietários e gestores dos capitalismos de Estado ou de mercado, dos movimentos sociais modernos antiestatais e anticapitalistas, seja com as “inferiores” e “primitivas” “sociedades sem Estado”, seja com novas patologias sociais como o “esquerdismo”, que teriam infectado a pureza do movimento comunista no início do século XX. Nas palavras de Debord e Sanguinetti, afinal, “a resolução de fazer sua própria história é o segredo de todas as negações ‘selvagens’ e ‘incompreensíveis’ que desprezam a velha ordem” (1972, p. 17. Tradução nossa).

Na década de 1970, o francês Pierre Clastres revolucionaria a antropologia ao desfazer um preconceito fundante desta disciplina, segundo o qual as civilizações não europeias, em suma, eram explicadas fundamentalmente pela ausência do Estado. Segundo a antropologia política clastreana (que será ao mesmo tempo influenciada e apropriada pelo anarquismo), há uma negação implicada nesta ausência, de modo que tais civilizações devem ser compreendidas antes enquanto sociedades *contra o Estado*, e não *sem Estado* (o mesmo vale para a economia, a linguagem e a história). Eis o pecado político original que está na origem de todos os outros: a negação da civilização de Estado e do poder dos chefes, dos *Yanomami* da floresta amazônica aos *Enragés* de Nanterre e aos vândalos de Coimbra. A antropologia política de Clastres carrega, nesse sentido, um duplo interesse

arqueológico pelo poder da autoridade política, seja ela de origem tribal (arcaica) ou partidária (moderna):⁷⁶ “que formidável acontecimento, que revolução deixou surgir a figura do Déspota, daquele que comanda aqueles que obedecem? De onde vem o poder político? Mistério, provisório talvez, da origem” (apud SI, 1979c, p. 63).

Em 1978, *Subversão Internacional* dizia acompanhar com interesse “a morte da Civilização”, e que seu “programa mínimo” constituía em “abatê-la”. Já seu “programa máximo” seria atingido no dia em que estes subversivos selvagens da metrópole imperialista pudessem finalmente “dançar sobre o seu cadáver fumegante. Pouco há pois a esperar de gente como nós: o nosso partido é o Partido do Mal, os nossos estatutos prescrevem a Recusa e a Negação” (1978a, p. 2). Em 1994, Debord faria o seguinte diagnóstico das tão bem reputadas *sociedades com Estado*: “são os mais modernos desenvolvimentos da realidade histórica que ilustram com muita exatidão o que pensava Thomas Hobbes sobre o que devia ser a vida do homem, antes que ele conhecesse a civilização e o Estado: solitária, suja, destituída de prazeres, estúpida, curta”.⁷⁷

2.1. A maldição de Lênin (1920)

Escrito em abril e publicado em junho de 1920, um mês antes da realização do segundo Congresso da Internacional Comunista (IC), o panfleto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, seria o último dos escritos políticos de Lênin, tendo já nascido com vocação para se tornar a bíblia dos PCs e da Internacional leninista. No manuscrito original do panfleto, constava o subtítulo *Ensaio de palestra popular sobre a estratégia e a tática marxista*, que seria suprimido das edições publicadas em russo, no mês de junho, e em alemão, francês e inglês, no mês de julho. No mês de maio, Lênin acrescentará um Apêndice ao manuscrito, na tentativa de desfazer algumas inexatidões presentes no texto original, que seriam apontadas pela delegação do Partido Comunista Holandês.

O próprio dirigente bolchevique reconhece o caráter panfletário do seu manuscrito, que ele considerava senão como “breves notas de um publicista” (1961, p. 125), no qual polemiza com as posições defendidas por correntes minoritárias do movimento comunista ocidental, principalmente da Alemanha, Holanda, Inglaterra e, mais lateralmente, da Itália, que, entrando em desacordo com a linha do comitê central do Partido Comunista russo, seriam desqualificadas pelo seu principal dirigente, que as acusavam, em linhas

⁷⁶ Não seria por este motivo que os chefes partidários são comumente chamados, no Brasil, de “caciques” políticos?

⁷⁷ Cf. Guy Debord. In: Brigitte Cornand. *Guy Debord, son art et son temps* (1994). Tradução nossa.

gerais, de “infantilidade”, isto é, de imaturidade política. Lênin, retoma, assim, o recurso à infantilização de seus opositores, usado por Engels no jornal *Volksstaat* (nº 73, 1874), contra o papel dos blanquistas na Comuna: *que ingenuidade infantil erigir a própria impaciência em argumento teórico!*⁷⁸

A partir de então, a direção russa, que desenvolve uma “guerra revolucionária” na Polônia e quer reforçar o novo “Estado proletário”, passa a depurar as tendências esquerdistas ocidentais do seio do movimento comunista internacional. O experiente Lênin parece assim ter introduzido no debate político o ardid da *patologização das oposições e dissidências políticas* – ao acusar os esquerdistas ocidentais de enfermarem de uma “doença” que colocava em risco a revolução proletária internacional, então indentificada pelos bolcheviques russos com a sua própria experiência vitoriosa de 1917 – e que mais tarde se tornaria funcional à emergência de ideologias contrarrevolucionárias como o fascismo e o nazismo, com suas metáforas biológicas: “essa doença manifesta-se sem perigo e, uma vez curada, chega mesmo a fortalecer o organismo” (1961, p. 43). Não por acaso, o panfleto antiesquerdista de Lênin seria poupado pela censura de Hitler que, em 1935, havia decretado a supressão de toda a literatura comunista e socialista, permitindo, entretanto, a sua difusão em território alemão.⁷⁹ Afinal, este tipo de “argumentação” patologizante se assemelhava à retórica desenvolvida pelo nacional-socialismo alemão, segundo a qual era preciso regenerar a nação por meio da eliminação de seus elementos patogênicos. Nesse sentido, Mattick lembra como:

Todas as forças anticomunistas, da direita reacionária à esquerda reformista, conjugavam-se para impedir qualquer solução revolucionária da crise existente. Estas forças encontraram nos bolcheviques, convictos de manter e consolidar o poder do partido na Rússia como no mundo inteiro, aliados indesejados porém eficazes (1960b, s/p.).

Ora, se as correntes esquerdistas ocidentais eram tão minoritárias e pouco influentes, se eram infantis e irresponsáveis como defendia Lênin, por que então elas motivariam tamanha exposição da fratura do velho movimento socialista, entregando-as à publicidade, ao ponto de serem posteriormente recuperadas pelos chefes fascistas e nazistas na

⁷⁸ No documento de dissolução da IS, Debord e Sanguinetti desviam esta frase de Engels, voltando-a contra o *milieu* pró-situ que gravitava na órbita da organização, no período crítico do pós-68, em especial entre 1970-1971: “os pró-situs erigem sua impaciência e impotência em critérios da história e da revolução” (1972, p. 46. Tradução nossa). Mais do que uma atualização, Debord e Sanguinetti realizam uma correção, na medida em que descartam o recurso à infantilização do opositor lançada por Engels contra os blanquistas e que, mais tarde, seria recuperada por Lênin na depuração dos esquerdistas ocidentais.

⁷⁹ Otto Rühle. *A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo*, 1939.

destruição do movimento operário de países como Itália e Alemanha? Claro que não se tratava de vaidade nem de personalismo do principal dirigente bolchevique, mas de problemas que, apenas na aparência, eram circunstanciais e de natureza tática, pois eles recolhiam uma significação política e social mais profunda, que se estenderia ao longo do século XX e que ainda hoje se mantêm atuais, como a questão da legitimidade da política de compromissos negociados pelas instâncias centrais de direção do movimento operário, nos limites da dupla forma de organização, sindical e partidária, de origem jacobina e burguesa. Antes de revisitar o que aqui chamamos de *a maldição de Lênin*, é preciso contextualizar historicamente o que estava em jogo quando tais contradições ascenderam dentro do movimento operário internacional, particularmente naqueles Estados nacionais que protagonizaram o primeiro conflito mundial.

Ao final da Primeira Guerra (1914-1918), a Europa encontrava-se economicamente arruinada e politicamente dividida. A acirrada concorrência entre as burguesias nacionais, que havia provocado e conduzido ao conflito armado, não arrefeceu, lançando-as numa corrida pela reconquista do poderio anteriormente alcançado, enquanto o proletariado e a parte da esquerda europeia que haviam rejeitado a guerra, apostavam na iminência da revolução proletária a nível mundial. Eis o estado de espírito que animava os fundadores dos primeiros partidos comunistas que, em março de 1919, em Moscou, organizam a Terceira Internacional (1919-1943), edificada sob a hegemonia dos bolcheviques russos.

A vitória da revolução de outubro de 1917 lançava os dirigentes bolcheviques no mais ardente otimismo em relação ao colapso do capitalismo para além do território russo. Seu êxito na Rússia garantia-lhes certo prestígio diante dos partidos comunistas de outros países, como aqueles onde o capitalismo era mais desenvolvido do que nas condições semifeudais da sociedade russa do início do século XX. Naquele país, a revolução havia sido praticada por um partido rigidamente disciplinado, em uma sociedade que já havia passado, em 1905, por um intenso processo revolucionário. Tendo ganho para a sua causa grande parte do proletariado urbano e do campesinato, e controlado as instâncias de base forjadas nas lutas das classes trabalhadoras, os *soviets*, o partido bolchevique soube desencadear uma insurreição no momento certo, que o levaria à tomada do poder estatal. Já as principais insurreições ocorridas em 1919-1920, na Alemanha, na Hungria e na Áustria, no entanto, gozavam de condições muito diferentes:

Em Berlim, no mês de janeiro [de 1919], o partido comunista, que acaba de nascer, sofre com a falta de militantes e não está implementado em nenhum bairro operário; mas a população, cansada, confusa, esfomeada, parece pronta a se revoltar contra o governo provisório; os comunistas, incapazes de dirigir a ofensiva, esforçam-se para seguir a onda e integrar-se a ela, com a esperança de que, através da ação, a consciência proletária se afirmará. Dois meses depois, na Hungria, Bela Kun adota uma outra solução: evitando pegar em armas, espera que a burguesia seja ultrapassada pelos acontecimentos para substituí-la, apoiando-se sobre os socialdemocratas reformistas (SORLIN, 1970, p. 807).

Na Áustria, após a proclamação da república, em novembro de 1918, a socialdemocracia chegou ao poder em circunstâncias muito diferentes das da Alemanha, mantendo-se nele até março de 1919. O movimento de conselhos que eclode no início de 1919 era apoiado pela esquerda socialdemocrata, principalmente por Max Adler, seu mais respeitado representante, que via os conselhos senão como um elemento de oxigenação das ideias revolucionárias no seio do próprio partido socialdemocrata. De acordo com Reeve:

Tanto os Independentes alemães como a esquerda socialdemocrata austríaca não viam nos conselhos as premissas de um movimento capaz de uma ruptura radical com a antiga maneira de pensar o facto político e de perspectivar a construção de uma sociedade socialista. Tratava-se de um fato novo na estrita medida em que podia revolucionar o velho movimento socialista (2019, p. 146).

Na Alemanha, as alas hegemônicas do partido socialdemocrata, assim como as do partido bolchevique na Rússia, condideravam as movimentações espontâneas da classe operária daqueles países como sinal de desorganização e, portanto, nocivas por romperem com a sua “unidade”, da qual os partidos colocavam-se desde então como os únicos garantidores. Assim, o anátema leninista lançado contra a imaturidade das correntes esquerdistas tinha, na Alemanha, a sua própria expressão, vilipendiada pelos dirigentes socialdemocratas contra o primitivismo do chamado “socialismo selvagem” que então se manifestava no movimento dos conselhos.

Entretanto, a recusa do quadro formal da democracia parlamentar derivava de um movimento de natureza antes prática do que teórica. O que Lênin designava por esquerdismo representava senão a expressão teórica de alguns princípios e orientações gerais deduzidas por intelectuais, a partir da experiência prática dos conselhos alemães, cujas origens, entretanto, remetem ao surgimento dos *soviets* durante a primeira revolução russa, em 1905. De acordo com Authier:

Os primeiros conselhos conhecidos remontam à greve de 1917 [na Alemanha]. Em janeiro de 1918, forma-se o primeiro Conselho Operário da Grande-Berlim, composto por delegados das diversas empresas e constituído “segundo o modelo” do soviet de Petrogrado (como diziam os próprios membros). Existe, assim, no movimento dos conselhos alemães, a convergência de uma tendência interna do movimento e a imitação de uma forma produzida noutra lugar (os *soviets* na Rússia). Tal fenómeno manifestar-se-á com particular nitidez durante a revolução “democrática” de novembro de 1918 (1975, pp. 16-17).

O programa da democracia direta que, esboçado no seio do movimento dos conselhos, se referia a uma junção da luta política com a luta econômica, ganharia expressão teórica na reflexão política de intelectuais como a spartakista Luxemburgo e o unionista Rühle. Na Alemanha, os elementos minoritários que optaram pela luta revolucionária seriam frequentemente identificados pelos socialdemocratas ora como esquerdistas, a exemplo de Lênin, ora como spartaquistas, “o que não se justifica, pois os spartaquistas são apenas um grupo entre outros de linha revolucionária, e nem sequer era o mais radical” (*Ibidem*, 1975, p. 23).

Tanto os bolcheviques russos, quanto os socialdemocratas alemães, baseavam-se no princípio da separação entre igualdade política e econômica, cuja conquista devia ser delegada à dupla forma de organização, partidária e sindical, que os *soviets* e os conselhos unificavam na prática, sob uma mesma bandeira de luta.

Herdeiro direto da Comuna de 1871, outro princípio surgido das lutas selvagens, no sentido de Reeve, ou esquerdistas, no sentido de Gombin, além do anseio pela democracia direta, era o rechaço à especialização do poder político que destruíra o poder unitário, ao mesmo tempo econômico e político, dos *soviets* e dos conselhos, cujos mandatos deveriam ser revogáveis a qualquer momento e mantidos, portanto, sob o estreito controle das bases. Além disso, em oposição à ideia socialdemocrata e bolchevique segundo a qual a consciência de classe não era produzida no seio das lutas práticas do proletariado, mas a partir da teoria elaborada pelo partido e suas elites intelectuais, as correntes esquerdistas defendiam um processo de *autoconscientização do proletariado* que, apresentado no Programa do KAPD, buscava “o desenvolvimento de uma consciência própria através de repetidas lutas selvagens, chegando até ao levantamento armado, e que tem como agente as organizações de fábrica agrupadas em unidades extrassindicais” (apud BRICIANER, 1970, s/p.).

Contudo, existem diferenças significativas entre a experiência dos *soviets* russos de 1905 e 1917 e a dos conselhos alemães, entre 1918 e 1921. Na Alemanha, o movimento

dos conselhos “nunca esteve perto de assumir as tarefas de gestão da produção e ainda menos de reorganização da vida social” (REEVE, 2019, p. 143). Exceto em duas ocasiões específicas, ocorridas em março e abril de 1920 e março de 1921, quando tiveram lugar algumas socializações selvagens com ocupações de fábricas na Alemanha central e na região do Ruhr,⁸⁰ apoiadas pelo KAPD e mantidas sob a desconfiança do KPD, que se via dividido entre a sua linha política parlamentar e a pressão exercida pelas bases que então passavam à ação direta. Porém, apesar de tais experiências, “o aparelho de Estado republicano e as suas forças repressivas continuaram a funcionar e a classe capitalista conservou o poder econômico e o controle das empresas” (*Ibidem*). A derrota da insurreição de março de 1921⁸¹ conduziria a Alemanha a um retorno à normalidade gerida pelo partido socialdemocrata que, enquanto criminalizava as organizações comunistas radicais, como o KAPD, sobretudo os unionistas da AAU-E, mantinha livre a linha de ação legalista do partido comunista pró-Moscou. Simultaneamente, na Rússia, os dirigentes bolcheviques, em nome de princípios organizativos partilhados com os socialdemocratas alemães, destruiriam pela força das armas o levante de soldados e marinheiros de Krons-tadt, bem como as coletividades camponesas da Ucrânia.

Reconstituir as circunstâncias históricas da revolução alemã é necessário para compreender a polémica de Lênin e, por extensão, dos dirigentes do Komintern em Moscou, centralmente direcionada, a partir de 1920, contra os esquerdistas alemães, na tentativa de isolá-los politicamente para, em seguida, depurá-los do movimento comunista internacional, em virtude de sua recusa em integrarem-se aos aparelhos sindicais dominados pelos comunistas e em obedecerem a linha política preconizada pelos chefes da Terceira

⁸⁰ De acordo com Authier, “no Ruhr o movimento vai além da simples defesa da democracia e utiliza a situação para passar à luta revolucionária, seguindo as palavras de ordem da esquerda do KAPD: ‘formação de exércitos vermelhos para a tomada do poder’. O KAPD e os anarquistas do Ruhr desempenharam um papel importante nas operações militares” (1975, p. 35).

⁸¹ De acordo com Authier, “a última ação ofensiva do proletariado alemão deu-se em março de 1921, na Alemanha Central, nas minas de cobre da região de Mansfeld, indústrias químicas de Leuna, etc., região que se encontra hoje [1973] na Alemanha do leste e que se voltou a fazer notar por altura do levantamento operário de 1953. Desde o *putsch* de Kapp – ocorrido um ano antes – os operários dessa região continuavam armados. Por isso o governo desencadeia uma poderosa resistência, a qual se transforma em ofensiva, ao querer desarmar os operários. A região transformou-se num campo de batalha durante a última quinzena de março. Desta vez, no lugar de um exército vermelho integrado por todo o proletariado, formaram-se diversos grupos ou comandos compostos ao todo por 4000 homens. Apesar da sua inferioridade numérica face às tropas da polícia, conseguiram, contudo, num primeiro momento, repeli-las utilizando uma tática semelhante à guerra de guerrilhas (...) Mas esta nova forma de guerra civil revelava que os revolucionários se tinham tornados minoritários entre o proletariado, mantendo-se os operários da região numa atitude idêntica à da greve geral. Os revolucionários ficaram então reduzidos a pequenos núcleos, os quais estavam irremediavelmente condenados com o recuo da revolução” (1975, pp. 35-36).

Internacional. Acusando os esquerdistas ocidentais, à esquerda do bolchevismo, de sectarismo, os dirigentes russos alçavam-se à posição de vanguarda revolucionária, para a qual, afinal, o movimento operário internacional devia absoluta obediência. Os bolcheviques russos pretendiam tornar a Terceira Internacional um instrumento da política externa do seu Estado:

A Internacional deveria ter, acima de tudo, uma função de pressão sobre os governos ocidentais, no âmbito da política tradicional. Tal medida excluía os partidos socialistas – demasiado direitistas – assim como os partidos revolucionários que se situavam à margem do sistema parlamentar –, pois era necessário estruturar a Internacional com partidos importantes pelo seu prestígio e eleitorado e simultaneamente pró-soviéticos, ou seja, com os partidos socialistas centristas, tipo PCF [Partido Comunista Francês] (AUTHIER, 1975, pp. 38-39).

Desde então, a bandeira do internacionalismo seria definitivamente enterrada, no seio do movimento operário, junto de sua identificação unilateral com os interesses da URSS e seu hipercentralismo burocrático, ao poder dos chefes e seu culto da personalidade. A defesa do internacionalismo proletário ficava, assim, circunscrita à ação da corrente esquerdista, como dos Grupos Comunistas Internacionalistas [*Groepen van internationale communisten*, GIC] da Holanda, além do sindicalismo revolucionário dos IWW estadunidenses que, não obstante desfrutarem de considerável respeito entre as classes trabalhadoras da época, permaneceram bastante isolados. O GIC distencionaria as polémicas, julgadas estéreis, com os comunistas e socialdemocratas, optando por investir suas energias no debate teórico e na defesa das lutas sociais autônomas.

No texto *Le point d'explosion de l'idéologie en China* [O ponto de explosão da ideologia na China],⁸² os situacionistas acusavam o caráter ilusório e falacioso do internacionalismo burocrático, pois a burocracia “é essencialmente uma forma de poder estabelecida sobre a posse estatal nacional [...], segundo os interesses particulares que impõe

⁸² *Internationale Situationniste*, n° 11, 1967. Embora o texto originalmente publicado na Revista não contenha assinatura individual, hoje é possível afirmar que, tanto pelo estilo da escrita, quanto por seu conteúdo, tudo indica que ele seja da autoria de Debord, conforme ele próprio lembra no debate interno de orientação de 1970: “Pode-se dizer que, para o essencial de sua redação (anônima), os números de 1 a 5 [da revista *Internationale Situationniste*] foram feitos de uma maneira verdadeiramente coletiva. Do 6 ao 9, o essencial ainda foi feito de modo coletivo, sobretudo por Raoul [Vaneigem], Attila [Kotanyi] e eu. A partir do 10, encontrei-me quase sozinho encarregado de finalizar cada publicação” (2004, p. 262. Tradução nossa. Grifos no original). Em uma correspondência de dezembro de 1976 com Jaime Semprun, Debord parece admitir a autoria do texto: “Eu diria que, se me permite citar um exemplo que me toca de perto, que o valor do *Ponto de explosão da ideologia na China* (texto muito curto para fazer um livro) não residia em seu radicalismo anti-maoísta, mas naquilo que a brochura revelava pela primeira vez de essencial do que se passava na China” (2005, p. 398. Tradução nossa).

o nível de desenvolvimento do país que ela possui” (DEBORD, 2004, pp. 499-500). Mais tarde, o caráter falacioso do internacionalismo do socialismo de Estado ficaria ainda mais evidente com a doutrina staliniana do “socialismo em um só país”, que resultaria na destruição das revoluções de 1923, na China, e de 1936-1937, na Espanha. Segundo Debord, a partir deste ponto, “cada burocracia no poder, ou cada partido totalitário candidato ao poder que o período stalinista deixou em algumas classes operárias nacionais, deve seguir seu próprio caminho” (*SdE*, § 111).

Os esquerdistas responderiam ao ataque dos bolcheviques russos, através de uma carta ironicamente dirigida pelo renomado poeta holandês Gorter – tradutor de Spinoza, Dante, Shakespeare, Goethe e Shelley – ao “camarada Lênin” e sua defesa intransigente do pacto parlamentar com as instituições burguesas, salientando a necessidade de se aprofundar a luta em torno da constituição dos conselhos de trabalhadores. Lênin, então, encarregaria Trotsky de formular uma resposta a Gorter, que seria efetivamente redigida, em novembro de 1920, desde Moscou, “contra os delegados do KAPD”. Nela, Trotsky evita se confrontar diretamente com uma corrente que gozava de certo peso na Europa ocidental, bem como nos Estados Unidos, optando pelo ardid da desqualificação pessoal, que complementava a patologização vilipendiada por Lênin ao nível coletivo. Trotsky se refere a Gorter pejorativamente como a um “pessimista”, pois este não teria “fé na revolução proletária”.⁸³

Apesar da linha ofensiva adotada por Lênin contra as tendências esquerdistas das quais Gorter fazia parte, o holandês redigiria uma resposta amistosa ao dirigente russo durante o verão de 1920, intitulada *Carta aberta ao companheiro Lênin*. Gorter reproduz nela diversas passagens centrais de *Revolução mundial e tática comunista*, texto escrito por Pannekoek entre março e abril de 1920. Pannekoek, por sua vez, julgava que a Carta de Gorter não oferecia nenhuma argumentação nova em relação ao seu próprio texto e que, portanto, considerava a redação de uma resposta particular ao panfleto leninista uma tarefa supérflua.⁸⁴ Os esquerdistas holandeses, entre eles Pannekoek, seriam acusados por Lênin de manterem posicionamentos “absurdos”, “ridículos”, “tolos” e “estúpidos”, quando estes defendiam a palavra de ordem *abaixo aos chefes* e recusavam a necessidade

⁸³ Cf. Trotsky, 1920. Semelhante acusação de “pessimismo” seria posteriormente empregada por trotskistas franceses, como Michel Löwy e Daniel Bensaïd, para desqualificar a pertinência das posições do situacionista Guy Debord, no contexto dos anos 1960 e 1970. Cf. Corrêa, 2017.

⁸⁴ Cf. Bricianer, 1979.

do partido e da disciplina partidária, que na perspectiva do líder bolchevique não passavam de meros “disparates” e “asneiras” (1961, p. 40).

Após a publicação do panfleto antiesquerdista de Lênin, mas sobretudo após as conhecidas *21 condições de admissão* à IC,⁸⁵ também de sua autoria, aprovadas no II Congresso da organização, realizado em Moscou em julho de 1920, os esquerdistas alemães e holandeses não adotariam posicionamentos alinhados, apesar de suas proximidades no que se referia à crítica da “política de compromisso” bolchevique. Rühle e Merge, representantes do KAPD no congresso, regressaram a Berlim sem terem assistido nem mesmo a sua primeira sessão, pois já haviam entendido que as suas regras eram determinadas pelos bolcheviques russos. O Comitê Central do KAPD condena a atitude de seus representantes, desencadeando uma polêmica interna ao partido, entre a tendência minoritária, apoiada por Rühle, e a tendência majoritária, representada pelos dirigentes de Berlim, apoiada por Gorter. Em linhas gerais, a oposição entre estas duas tendências devia-se à orientação unionista defendida por Rühle no interior da União Geral dos Trabalhadores da Alemanha (AAUD), que rejeitava a necessidade de qualquer partido, propondo a dissolução do KAPD na AAUD, e a orientação majoritária perseguida por Gorter que, ao contrário, defendia a manutenção do KAPD como órgão distinto da AAUD. De acordo com Authier, Pannekoek, o qual não se encontrava àquela altura filiado a nenhuma organização política, “tendia mais a apoiar a posição de Rühle” (1975, p. 48).

Em acordo com a tendência majoritária do KAPD, Gorter acreditava que, apesar das divergências com os bolcheviques, as quais ele procura esclarecer pontualmente na Carta, era possível manter uma colaboração entre ambos, pois considerava haver, entre a esquerda alemã e os partidários russos de Lênin, uma finalidade comum à ação revolucionária. Em resumo, Gorter pretendia demonstrar que o “camarada” estava de certa maneira mal informado sobre a realidade dos países ocidentais mais avançados que a Rússia, e que por este motivo teria cometido erros de análise:

A concepção de Gorter sobre o partido, considerado como um agrupamento dos “puros” frente ao oportunismo, era ainda largamente carregada de uma visão inspirada pelo processo das revoluções burguesas e pela filosofia iluminista. Isto pode explicar sua atitude de “busca pela discussão” com Lênin e os bolcheviques (COLLECTIF JUNIUS, 1982, p. 118, Tradução nossa).

⁸⁵ Tais condições preconizavam uma submissão de todos os partidos comunistas às decisões da direção bolchevizada da IC, quais sejam: a tática do entrismo nos sindicatos reformistas e a prática parlamentar.

Com base nos pontos abordados na Carta de Gorter, o Comitê Central do KAPD o enviaria a Moscou na condição de delegado do partido com o objetivo de reatar as relações com a direção da Terceira Internacional, rompidas após Rühle ter deixado Moscou e retornado à Berlim antes do término do II Congresso da IC. Gorter e a tendência majoritária do KAPD pretendiam, assim, que o partido fosse aceito na estrutura da Terceira Internacional, na tentativa de construir uma oposição desde o seu interior. Em resumo, a estratégia não renderia os frutos esperados, na medida em que a tenaz oposição, enfrentada pelos delegados alemães, dos dirigentes de Moscou, sempre apoiados por todos os partidos constituintes da IC, aliada ao refluxo do movimento revolucionário em nível internacional e, particularmente, na Alemanha, conduziria o KAPD ao declínio e à sua decomposição em múltiplas seitas, já a partir de 1922, como a KAI.⁸⁶

Em linhas gerais, os opositores germano-holandeses do II Congresso da IC contestavam o princípio do entrismo, bem como a ilusão subjacente a ele, de que fosse possível conferir um novo conteúdo às antigas formas de organização, socialdemocrata e bolchevique. Para além desta objeção de fundo, em sua Carta, Gorter ponderava que:

A Executiva de Moscou, os dirigentes russos de uma revolução que só venceu porque teve o apoio de um exército de milhões de camponeses pobres, querem impor a sua tática ao proletariado da Europa que está e deve estar só. E para atingirem esse objetivo, destroem como você a melhor corrente da Europa Ocidental. Que besteira incrível e, sobretudo, que dialética! (1981, p. 35).

A noção de “camponeses pobres” sobre a qual se apoiava Lênin, só tinha sentido em um país economicamente atrasado como a Rússia, onde eles até dispunham de um partido próprio, o Partido Socialista Revolucionário. Na Europa Ocidental, argumentava Gorter, a maioria do campesinato era constituída por arrendatários e pequenos proprietários hostis à revolução e ao comunismo. Nos países ocidentais, qualquer estratégia revolucionária deveria partir da constatação do isolamento da classe operária e da ausência de aliados à causa proletária e comunista:

A revolução na Rússia venceu pelo apoio dos camponeses pobres. Isto deve ser lembrado aqui na Europa Ocidental e em todas as partes do mundo. Mas os operários na Europa Ocidental estão sós. Nunca se deve esquecer isto na Rússia (*Ibidem*, p. 22).

⁸⁶ Cf. Authier, 1975.

De acordo com Pannekoek, o partido bolchevique, embora fosse o partido dos operários, só chegou ao poder pela aliança estabelecida com os camponeses. Uma vez instalados no poder, o ímpeto capitalista que sobrevivia entre os camponeses ricos ameaçou os bolcheviques, que apelaram aos camponeses pobres para que eles se unissem aos operários:

No seguimento disto os partidos comunistas da América e da Europa, imitando como sempre as palavras de ordem russas, iam dirigir-se pelo seu lado aos operários e aos camponeses pobres. Eles esqueceram que os camponeses pobres dos países desenvolvidos permaneciam muito ligados à propriedade privada e que se pudessem deixar-se seduzir por promessas, seriam aqueles aliados pouco seguros, prontos a desertar desde que houvesse o mínimo de descontentamento (1936, s/p.).

Lênin previu a aliança entre operários e camponeses que levaria os bolcheviques à tomada do poder em 1917 na Rússia, concebendo uma teoria e uma prática adequadas a esse contexto nacional. O problema, segundo os esquerdistas, começa quando a hipercentralização promovida pelos bolcheviques no seio do movimento operário internacional passa a fazer das condições específicas da Rússia uma espécie de receita para a resolução dos problemas da revolução proletária em todo o mundo, concebendo a revolução mundial como um tipo de repetição, em escala ampliada, daquele processo nacional. De acordo com Fernando Claudín:

Lênin toma, sem revisão crítica, dos teóricos de esquerda ou ortodoxo-centristas da Segunda Internacional a avaliação da ‘maturidade’ da revolução nos países capitalistas avançados. Mas esse certificado de maturidade estava em contradição com a realidade do processo reformista (...) que se operava naqueles países. A suposta ‘maturidade’ se fundava em fórmulas marxistas gerais, e não em uma investigação concreta do processo real (...) Partia de uma concepção metafísica da disponibilidade revolucionária do proletariado, ainda que o comportamento real deste parecesse desmentí-la (2013, p. 82).

Outro ponto de discórdia importante era a questão sindical. Gorter via os sindicatos como uma formação contrarrevolucionária, na medida em que concorria, em países como Alemanha e Inglaterra, contra a auto-organização dos operários por conselhos ou comissões de fábricas, nos quais eles deveriam decidir diretamente sobre questões táticas e estratégicas de suas próprias lutas. Segundo suas palavras, os operários não são donos

dos seus sindicatos, “ao contrário, são dominados por eles como uma força estranha contra a qual eles podem revoltar-se, embora essa força tenha sido criada por eles mesmos” (*Ibidem*, p. 19).

Lênin e os esquerdistas divergiam também no que se referia à participação de um partido revolucionário no parlamento burguês. Apesar de reconhecer que o parlamento pode até ser um eficaz veículo de propaganda, ao divulgar as medidas tomadas em favor das classes trabalhadoras, Gorter acentua o prejuízo que este caminho causava à perspectiva revolucionária de uma autoemancipação proletária, ao reproduzir as ilusões liberal-burguesas em seu seio e arrastar para a agitação legalista os operários mais combativos. No Ocidente, uma aliança de classes que incluísse o proletariado não passava de uma ilusão socialdemocrata, dado que ali o capital financeiro concentrava a propriedade da indústria, dos bancos, da agricultura e dos transportes, mantendo assim os interesses da pequena-burguesia a ele ligados. Radical na Rússia, as posições de Lênin se tornavam oportunistas no contexto da Europa ocidental, uma vez que a possibilidade de que a revolução comunista fosse favorecida pelas cisões entre os vários setores que dividem o campo burguês só era possível de realizar-se na Rússia, onde o desenvolvimento do capital financeiro e do Estado encontrava-se bem menos avançado.

Gorter insistia também no fato de que a organização revolucionária nos países mais desenvolvidos havia se tornado mais impessoal e mais coletiva, menos verticalizada, portanto: “Você não observou, companheiro Lênin, que não há ‘grandes’ dirigentes na Alemanha? Todos são homens absolutamente comuns” (*Ibidem*, p. 25). Para ele, a situação alemã demandava às massas proletárias um esforço muito maior do que aquele exigido ao proletariado russo. Consequentemente, advertia que, naquele país, a importância dos dirigentes era proporcionalmente menor do que na Rússia.

A longa série de reveses da direção do Komintern demonstraram como a revolução mundial não poderia ser apenas uma reprodução em larga escala da revolução russa, como queriam os bolcheviques. Para Pannekoek, os dirigentes do Partido Comunista russo concentraram todos os elementos do poder em suas mãos, concentração reproduzida em escala local, pelos dirigentes comunistas de todos os PCs do mundo, e isto porque “Moscou e o Komintern (Comissão Executiva da Terceira Internacional) representam os dirigentes supremos; eles podem revogar e substituir, à sua vontade, os dirigentes comunistas de outros países”. Nenhuma opinião independente dos dirigentes locais dos PCs foi jamais admitida pelos dirigentes russos, sendo sempre vencidas e excluídas do Partido, que “exige obediência” (1936, s/p.). Para Mattick, longe de contribuir para o sucesso dos

movimentos revolucionários, esta política veio a provocar a sua desagregação, “geradora da triste situação atual do movimento operário na Rússia e no resto do mundo” (1977, p. 22).

A eficácia da tomada do poder estatal pelos bolcheviques em 1917, tornaria-se, com o passar dos anos, uma nova doutrina, o leninismo, ou marxismo-leninismo, segundo a qual a tática aplicada por Lênin para conquistar e preservar o poder nas condições russas do início do século XX seria alçada a um modelo aplicável em toda a parte e em qualquer época, de acordo com seus representantes. Assim, os partidos comunistas de todos os países, filiados à Terceira Internacional Comunista, deveriam desde então seguir à risca este princípio. Foi em virtude desta doutrina que alguns partidos comunistas de países como Brasil, por exemplo, não seriam aceitos nas fileiras da Terceira Internacional, sob a acusação de serem demasiado influenciados pelas ideias e práticas anarquistas ou anarco-sindicalistas, desde então rechaçadas por sua procedência “pequeno-burguesa”.

2.2. A maldição de Cunhal (1970)

Cinquenta anos após Lênin se voltar contra os esquerdistas ocidentais, Álvaro Cunhal, principal dirigente do PCP, atualizará o velho estratagema do bolchevique russo, nas condições históricas de crise e declínio do Estado Novo em Portugal. Publicado no final de 1970, o opúsculo *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista* foi simbolicamente editado em “papel bíblia” pelo organismo de propaganda do partido comunista, sendo oportunamente reeditado em 1974, no contexto do processo revolucionário.

A publicação clandestina em Portugal, dez anos antes, de *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, já sinalizava a necessidade sentida pelo PCP, desde então sob a liderança de Cunhal,⁸⁷ de corrigir os chamados “desvios de esquerda” que naquela altura se manifestavam no interior do partido, ainda que de modo embrionário. Nos dez anos que separam a tradução portuguesa do opúsculo antiesquerdista de Lênin, da publicação de sua atualização histórica pelas mãos de Cunhal, as “tendências anarquizantes” que perturbavam a linha política estabelecida pela cúpula dirigente do PCP, ganhariam corpo e influência com a radicalização dos meios operário, rural e estudantil, verificada a partir do biênio de 1961-1962. De acordo com Cardina:

⁸⁷ Após a sua fuga da prisão de Peniche, em janeiro de 1960, juntamente com outros dirigentes, no documento *Rumo à vitória* (1964), apresentado e aprovado pelo VI Congresso do PCP (1965), Cunhal estabelecerá os termos basilares da atuação do partido nos últimos anos do regime fascista.

Se o PCP não era de maneira nenhuma exterior àquela dinâmica contestatária, o certo é que em franjas localizadas da oposição começaram a surgir algumas críticas à sua actividade, centradas nomeadamente na resposta débil à fraude eleitoral de 1958 e na recusa em utilizar acções violentas durante a vaga de protesto de 1961-62. No golpe de Beja, por exemplo, a ala civil, liderada por Manuel Serra, contou com a participação de militantes e simpatizantes do PCP, mas o partido, contactado pelos conspiradores, negou o apoio à revolta e sancionou membros que nela participaram. Não é de estranhar, portanto, que o PCP publique em 1960 uma tradução do célebre texto de Lenine *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, na esperança de controlar os ímpetus mais voluntaristas de alguns militantes. Na verdade, logo a seguir à fuga de Peniche, Álvaro Cunhal preocupou-se não só em operar a chamada “correção do desvio de direita” como em neutralizar os “desvios de esquerda”, que propunham acções armadas contra o regime (2011, p. 34).

O afastamento de Francisco Martins Rodrigues, influente quadro comunista que seria expulso do partido em dezembro de 1963, bem como a agitação dos setores estudiantis do PCP, alavancada pelas manifestações do 1º de Maio em 1964, engendraria a primeira cisão à esquerda do partido. Além dos fatores endógenos mencionados, tal cisão seria condicionada também por fortes componentes exógenos às circunstâncias portuguesas, principalmente o conflito sino-soviético dos anos 1960. O alinhamento pró-chinês de Rodrigues o levaria a uma irredutível defesa da solução armada para o derrube do fascismo em Portugal, uma tática que se chocava com os princípios da “revolução democrática e nacional” preconizada por Cunhal, que por sua vez mantinha um posicionamento pró-russo no seio do conflito entre os dois principais países do bloco capitalista de Estado. No texto *Luta pacífica e luta armada no nosso movimento* (1970), Rodrigues questiona a opção do partido, em 1960, pela publicação de *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, ao invés do texto *Dois táticas*, no qual Lênin afirmava a necessidade da “insurreição armada” (1970, p. 17), acusando Cunhal de protagonizar uma “deturpação pacifista do leninismo” no seio do PCP. Tal acusação de infidelidade aos princípios doutrinários do marxismo-leninismo é, segundo a distinção de Gombin, tipicamente extremista, como vimos.

Contudo, Cunhal amalgamava sob o epíteto comum de “radicalismo pequeno-burguês” tanto o extremismo pró-chinês de Rodrigues quanto o esquerdismo conselheiro dos *Cadernos de Circunstância*, sem qualquer esforço de clarificação das divergências existentes entre os grupos de orientação extremista e esquerdista. Vivendo entre Moscou e Praga, desde a sua fuga de Peniche, Cunhal se transfere a Paris no ano de 1966. É no seio desta conjuntura mais ampla que Cunhal dá início à escrita, em novembro de 1967, do

panfleto dirigido contra os pequenos grupos de portugueses, extremistas e esquerdistas, exilados em Paris.

O dirigente histórico do PCP apontava, entre os “heróis ideológicos” destas correntes “anticomunistas”, o filósofo alemão Herbert Marcuse e o sociólogo franco-alemão Daniel Cohn-Bendit, entre outros intelectuais, como os existencialistas Jean Paul-Sartre e Roger Garaudy. Destes, pode-se dizer que apenas Cohn-Bendit, co-autor do livro *Esquerdismo, remédio para a doença senil do comunismo* (1968), inscreveu sua práxis na corrente esquerdista tal como Gombin a define, a qual inclusive rechaçava, por volta de 1968, tanto o maoísmo de Sartre quanto o humanismo marxista de Garaudy, eles próprios antigos membros do PCF. Curiosamente, Cunhal parecia ignorar a grande influência exercida pelos intelectuais provindos das tendências conselhistas, como Korsch e Pannekoek, social-bárbara, como Castoriadis, Lefort, Vidal-Naquet ou Rubel, e situacionista, como Debord e Vaneigem, assim como de representantes da via extremista do socialismo de Estado, como Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh, Fidel Castro ou Che Guevara, na atuação política dos agrupamentos à esquerda do PCP, que ele vilipendiava igualmente como “socialistas de fachada”.

Ao mencionar Marcuse, Cunhal tinha em mente principalmente a obra de António José Saraiva, *Maio e a crise da civilização burguesa* (1970), de clara inspiração teórico-crítica (no caso, marcuseana), mais do que esquerdista. Apesar disso, os editores de *Subversão Internacional* não deixam de mencioná-la na terceira edição da revista, na sessão chamada “Para uma biblioteca da revolução social”, onde constavam autores eminentemente esquerdistas, como os portugueses Charles Reeve e João Bernardo, entre outros estrangeiros, como Anton Ciliga, Ida Mett, Alexandra Kolontai, etc. Contudo, na sessão “Notas” de seu quarto número, SI acusa Saraiva de patriotismo, e que este “não largou, como julga, por certo, a concepção lelinista da história, apenas a moralizou” (1979a, p. 55).

Na conjuntura de prosperidade econômica vigente na Europa ocidental do segundo pós-guerra, entre os “teóricos críticos” ligados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (Alemanha), Marcuse argumentava, no ano de 1966 (em *One Dimensional Man*), que o sistema capitalista havia conseguido, a despeito de suas persistentes contradições, canalizar seus antagonismos na integração das classes que antes encarnavam sua negação. De acordo com o situacionista italiano Gianfranco Sanguinetti, “Marcuse (...), a partir de 1968, teve que submeter-se à percepção dolorosa da estupidez de que enfer-

mava: resignou-se ao silêncio” (1981, p. 52). Apesar de identificar alguns “ecos situacionistas” na obra de Saraiva sobre 1968, Osvaldo Manuel Silvestre demonstrou também, num belo ensaio dedicado a *Maio e a crise da civilização burguesa*, de que modo a oposição do português à violência das barricadas dos dias 10 e 11 de maio, um acontecimento central para a dinâmica do processo revolucionário, o afasta das ideias situacionistas. Saraiva confundia o CMDO, conselho formado majoritariamente por situacionistas e *enragés* de Nanterre, com alas radicalizadas do meio estudantil. Na persona de João Cândido, em seu relato do dia 24 de maio, Saraiva diz ter apanhado, em frente do teatro *Odéon*, um panfleto do CMDO do dia 22 de maio, intitulado *Pour le pouvoir des conseils ouvriers*, que segundo ele era “redigido por mão evidentemente universitária” (1970, p. 58), o que, como se sabe, não corresponde à realidade. Afinal, os situacionistas começaram a se fazer mais conhecidos na França a partir do golpe aplicado na universidade de Strasbourg, em 1966, quando dirige aos estudantes em geral, e ao sindicalismo e militantismo estudantil em particular, uma crítica elaborada essencialmente por fora do meio estudantil – muito embora contasse com o envolvimento de estudantes locais que se identificavam com a teoria situacionista (HENRIQUES, 2018).

O termo esquerdismo, que aparece ora com, ora sem as aspas no opúsculo de Cunhal, coexiste com outras adjetivações desqualificadoras da tradição leniniana, tais como: “socialismo anticomunista”; “grupitos separados das massas”; “grupitos radicais pequeno-burgueses”; “verbalistas pseudo-revolucionários”; “iluminados intelectuais pequeno-burgueses”; “verbalismo esquerdista e contestatário”; entre outras expressões que restauravam o estilo e as intenções de Lênin em seu opúsculo de 1920. Ao criticar o partido social-revolucionário russo, o dirigente bolchevique o qualificava de “revolucionarismo pequeno-burguês, parecido com o anarquismo” (1961, p. 23), como uma espécie de precursor histórico do “esquerdismo” ocidental (*Ibidem*, p. 25). Cunhal, por sua vez, voltava-se centralmente contra o “culto da espontaneidade” e do “esquema da insurreição”, supostamente presente nestes grupos, segundo ele “incapazes de compreender a política de alianças do Partido do proletariado” (2013, p. 504).

Esta prosa, voltada contra o chamado “espírito pequeno-burguês”, o caracterizava como uma patologia social, espécie de vírus destinado a contaminar e a diluir a unidade da consciência de classe do proletariado: “incapaz de manifestar serenidade, espírito de organização, disciplina e firmeza (...) o pequeno-burguês ‘enfurecido’ pelos horrores do capitalismo é, como o anarquismo, um fenômeno social comum a todos os países capita-

listas” (*Ibidem*, p. 24). Os indivíduos oriundos da pequena-burguesia seriam, nesta perspectiva segregadora, naturalmente impossibilitados de integrarem as lutas ao lado do proletariado. Trata-se, pois, de uma ideologia tipicamente tecnocrática, que reserva à pequena-burguesia, excluída de antemão da possibilidade de lutar *com* o proletariado, senão o papel de dirigente das suas lutas, dentro dos quadros partidários profissionais supostamente representantes de seus interesses. É este o caso do próprio Cunhal e de tantos outros dirigentes comunistas oriundos de uma pequena-burguesia radicalizada, que se presumiam constituintes de uma vanguarda revolucionária destinada a agir em nome e no lugar do proletariado. Uma vez estabelecida a impossibilidade quase natural de caminhar *ao lado* dos proletários em suas lutas, restaria aos intelectuais pequeno-burgueses identificados com a emancipação da classe apenas a possibilidade de *ir ao seu encontro*, por meio dos partidos, compreendidos como elemento essencial de mediação entre o proletariado e a pequena-burguesia.

Mas o que incomodava tanto Lênin quanto Cunhal, não era o fato *em si* de que muitos esquerdistas provinham das camadas sociais pequeno-burguesas, mas principalmente o fato de recusarem uma intergração nas lutas proletárias pela mediação dos partidos e sindicatos. Nas palavras de Cunhal, tais elementos só poderiam desempenhar um papel positivo na revolução proletária no caso em que, “esclarecidos pelo marxismo-leninismo, compreendem o papel da classe operária, se integram na sua vanguarda e dedicam a vida à causa dos trabalhadores” (*Ibidem*, p. 461). Na perspectiva esquerdista, pelo contrário, era preciso estimular a auto-organização e autoemancipação proletária, por meios de ação fundamentalmente apartidários e não sindicais, criados pelos próprios trabalhadores no curso de suas lutas, como os conselhos.

Os membros dos *Cadernos* não redigiram qualquer resposta ao panfleto de Cunhal, até porque no momento em que ele foi publicado, o grupo que animava a revista estava já em processo de dissolução, no contexto de refluxo do movimento revolucionário de 1968 na França. De acordo com seus antigos membros, Cunhal preocupava-se mais com os esquerdistas do que os esquerdistas com ele e o PCP. Para Villaverde Cabral, Cunhal teria se voltado contra seus editores, particularmente José Gil, que havia dito, em um debate organizado, transcrito e publicado pela revista, que o PCP representava a outra

face autoritária do Estado Novo,⁸⁸ afirmação esta que teria deixado Cunhal furioso.⁸⁹ Valadas, que passa a fazer parte da revista em 1968, por sua vez, acredita que o alvo do Secretário-geral do PCP, “não era o núcleo dos *Cadernos*, mas as ideias por nós exprimidas”, sobretudo porque elas “traduziam uma evolução do pensamento político e exprimiam uma nova vontade e desejo de fazer política, no sentido autoemancipador, crítico dos ‘saberes’ dos aparelhos profissionais”.⁹⁰

Qual seria então, de nossa perspectiva, a pertinência que a efeméride do centésimo aniversário do panfleto de Lênin, do quinquagésimo aniversário do panfleto de Cunhal, e das polêmicas por eles suscitadas em sua época, assume para as lutas sociais contemporâneas? Em primeiro lugar, que a atualidade da corrente esquerdista reside, no plano histórico, em sua aposta nas possibilidades de autoconscientização, auto-organização e autoemancipação das classes trabalhadoras. No plano historiográfico, acreditamos que a história da corrente esquerdista apresenta um importante contraponto às concepções positivistas, seja da historiografia burguesa, seja da historiografia oficial dos partidos comunistas, em relação aos processos revolucionários e contrarrevolucionários do século XX. Trata-se aqui, portanto, de rememorar um dado histórico indesejável para aqueles que pretendem gerir as ruínas de um sistema-mundo em colapso: a existência de uma corrente selvagem situada entre o anarquismo e o comunismo, ao mesmo tempo anticapitalista e antiestatal que, se não é exatamente *mal conhecida*, é *conhecida como o mal* na política revolucionária moderna.

2.3. A ressignificação de Gombin (1971)

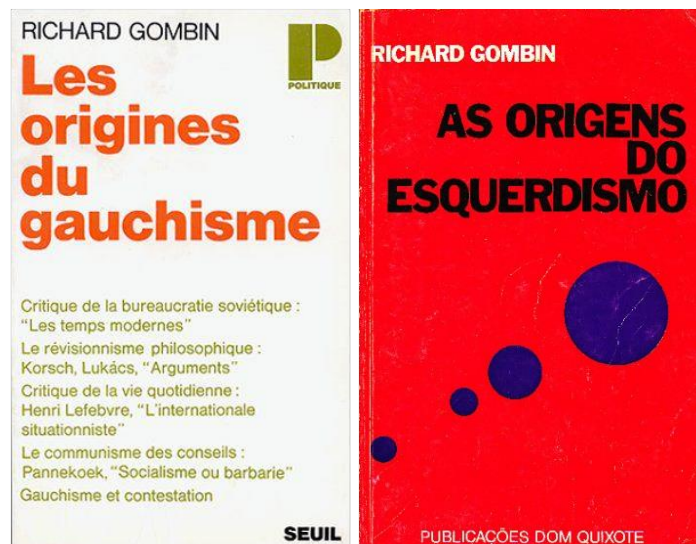
A explosão revolucionária de maio-junho de 1968 na França provocaria uma alteração nas características da produção do conhecimento científico-social, favorecida pela abertura política e cultural desencadeada por aqueles acontecimentos. Com a emergência da chamada “história oral”, os sujeitos até então excluídos dos meios acadêmicos, como mulheres, imigrantes, habitantes das periferias e do interior, bem como os estudos feministas e descoloniais, passam a disputar espaços outrora inteiramente ocupados por homens provindos das elites socioeconômicas que, via de regra orientados pelos métodos

⁸⁸ “A posição de complementaridade (do PCP) face ao regime tem por consequência a complementaridade de estratégias políticas que contribuem da melhor maneira para o equilíbrio e a estabilidade da estrutura geral: tire-se o PCP da estrutura e o regime cai”. Cf. “A violência na luta política e na vida quotidiana”. *Cadernos de Circunstância*, nº 2, fev. 1968, p. 23.

⁸⁹ Depoimento, 21/11/2019.

⁹⁰ Depoimento, 10/12/2019.

oriundos do positivismo, reproduziam saberes comprometidos com a ordem política e cultural dominante. O mesmo se sucedeu no campo da sociologia política: a partir de então, abria-se espaço para o estudo das *minorias políticas* que, durante a crise de 1968, deixaram as margens da história para se tornarem um movimento de massas.



À esquerda, a edição francesa (1971) do livro de Gombin. À direita, a edição portuguesa de 1972

É nesse contexto que, em 1971, Gombin publica na França *As origens do esquerdismo*. Em 1967, havia defendido uma tese de doutorado em Ciência Política na Sorbonne (*Université Paris 1*), intitulada *Les socialistes et la guerre: La SFIO et la politique étrangère française entre les deux guerres mondiales* [Os socialistas e a guerra: a SFIO e a política externa francesa entre as duas guerras mundiais], sob orientação do jurista e politicólogo Claude-Albert Colliard. Em 1969, publica sua análise sobre a revolução de maio-junho de 1968, intitulada *Le projet révolutionnaire*. No último número da revista da IS, os situacionistas reconhecem que:

Apesar de nossos desacordos com os métodos e as ideias do autor, assim como sobre a quase totalidade de suas interpretações, e mesmo sobre certos fatos, reconhecemos voluntariamente que este livro foi feito honestamente, que citam corretamente os documentos examinados em sua versão original, e que portanto carregam materiais que poderão servir para escrever a história do movimento das ocupações (1997, p. 647. Tradução nossa).

No livro de 1971, a resignificação operada por Gombin sobre a expressão leniniana, desviando-a do terreno do *politicismo* para os campos da análise sociológica e polí-

tica, representa uma importante contribuição teórica para o estudo das crises revolucionárias modernas, como a de maio-junho de 1968 na França e a de 1974-1975 em Portugal. Daí a pertinência histórica de sua rápida tradução para o português e publicação já no ano de 1972. Trata-se, nesse sentido, de uma definição técnica do fenômeno, distinta do sentido a ele usualmente atribuído nos discursos jornalísticos, políticos ou do senso comum:

A tentativa de Richard Gombin para conferir uma significação precisa ao conceito de esquerdismo, para discernir a sua gênese, para distinguir seu conteúdo social e político, parece particularmente útil, pois permite ir além do mito e descobrir a realidade do fenômeno (TAVENIER, 1973, p. 330. Tradução nossa).

Essa restauração da noção polêmica de esquerdismo pela sociologia política, ao ressignificá-la em um sentido positivo, oposto ao significado originalmente pejorativo que o termo assume no léxico do marxismo-leninismo desde 1920, procura respeitar critérios verificados histórica e sociologicamente. Na perspectiva de Gombin,

O esquerdismo aparece como uma prática revolucionária por toda a parte onde a luta de classes rompe o quadro preestabelecido pelas organizações tradicionais: portanto, em toda a parte onde ela é dirigida ao mesmo tempo contra o sistema e contra as direções operárias (1972, pp. 23-24, grifos no original).

Francisco Martins Rodrigues, uma das principais expressões políticas e intelectuais do marxismo em Portugal, rompe com o PCP justamente por considerá-lo “uma deturpação pacifista do leninismo”, adotando uma posição “pró-chinesa” (maoísta) nas cisões dos PCs ocorridas durante o conflito sino-soviético (apud CARDINA, 2011, p. 40). Em uma coletânea de artigos intitulada – não por acaso – *Abril Traído* (1999), Rodrigues faz a seguinte observação sobre a linha política do PCP para com a oposição esquerdista em 1974-1975:

“O esquerdismo facilitou a contrarrevolução”, repetiu há dias, pela centésima vez, Carlos Brito, numa assembleia do PCP consagrada ao 25 de Abril. É bom que continuem com a cantilena, que equivale a uma confissão. Na verdade, a campanha contra os malefícios do “esquerdismo” contém muito mais do que a busca dum bode expiatório, ou a tacanha arrogância de quem se julga dono do movimento e não tolera o desrespeito pelas suas “diretivas”; ela resume a linha política real do PCP melhor do que todos os quilômetros de resoluções do comité central (1999, p. 95).

Tanto no campo semântico do PCP como do próprio Rodrigues, a rigor, um extremista de esquerda, não um esquerdista, a extrema-esquerda em geral é considerada “esquerdista”, não operando, portanto, com a distinção categorial de Gombin. Entretanto, essa distinção não possui um valor estritamente terminológico, mas político, histórico e sociológico, pois corresponde, como vimos, a uma expressão teórica e política das formas *não leninistas* de organização do proletariado revolucionário que, esboçadas na transição das décadas de 1910 e 1920 em países como Itália, Áustria, Hungria e Ucrânia, retornariam com força nas décadas de 1950, 1960 e 1970, tanto em países subordinados ao campo de influência geopolítico e econômico hegemônico pela URSS, como Alemanha oriental, Hungria, Polônia, Iugoslávia e Checoslováquia, quanto em países submetidos ao campo de influência geopolítico e econômico hegemônico pelos Estados Unidos, como França, Itália, Portugal e Espanha.

O próprio Debord achava inadequado o uso do termo “esquerdismo” tanto para classificar a teoria e a prática da IS, como da corrente histórica à qual os situacionistas pertenceriam:

Richard Gombin, n’*As origens do esquerdismo*, constata que “as seitas marginais de outrora tomaram a dimensão de um movimento social”, o qual já demonstrou que o “marxismo-leninismo organizado” não é mais o movimento revolucionário. Ao fazer uso do termo bastante inadequado de “esquerdismo”, Gombin se recusa, pois, legitimamente, a alinhar-se aos redundantes discursos neo-burocráticos, dos numerosos trotskismos aos diferentes maoísmos (2006b, p. 1103. Tradução nossa).

Com efeito, o uso do termo durante a revolução de maio-junho de 1968 foi tão controverso que tanto os partidários do PCF quanto os seus rivais extremistas e esquerdistas, inclusive situacionistas, insultavam-se reciprocamente sob o mesmo rótulo, ambiguidade esta que traz alguma dificuldade à tentativa de elevar tal denominação do plano da desqualificação típica das disputas políticas, para o plano categorial da sociologia política. Afinal, a anátema era empregada para designar correntes políticas fundamentalmente opostas: aquelas que reivindicavam-se do ideário marxista-leninista e aquelas que o rejeitavam. Na realidade prática, contudo, um relato de Valadas, membro ativo dos comitês de trabalhadores-estudantes confederados na Faculdade de *Censier* (e, paralelamente, um dos editores dos *Cadernos de Circunstância*), é revelador do uso concreto do termo, que prevaleceu entre maio e junho de 1968, “onde os trabalhadores e estudantes, unidos no espírito de Maio, foram expulsos sistematicamente como ‘esquerdistas’ das

portas das empresas, rigidamente controladas pelo aparelho da CGT comunista” (2020b, p. 42). Tal relato nos permite perceber que o uso hegemônico e sistemático do termo e, portanto, o seu real significado histórico, está mais vinculado àquele vilipendiado pelas práticas discursivas e políticas dos dirigentes sindicais e partidários da CGT e do PCF, do que no uso lateral, esporádico e contraditório que dele faziam os grupos como a IS, que se referiam tanto à esquerda “stalinista” quanto à extrema-esquerda “maoísta” e “trotskista”, como “esquerdistas”. Incoerência terminológica que os comunistas também reproduziam, muito embora em outro sentido, ao considerarem igualmente “esquerdistas” tanto os extremistas, maoístas e trotskistas, quanto os esquerdistas no sentido de Gombin: situacionistas, *enragés* e conselhistas. Assim, o uso do epíteto pelos situacionistas, ao amalgamarem comunistas e extremistas de esquerda sob o mesmo adjetivo, aproxima-se mais do sentido que ele assume no horizonte do senso comum jornalístico e do campo das direitas, do que do seu emprego pelos comunistas que, ao amalgamarem extremistas, situacionistas e anarquistas, aproximam-se de um uso mais consciente do termo, tanto do ponto de vista lógico e categorial, de Gombin, como do ponto de vista político e histórico, de Lênin.

Para evitar essa complexa e, no limite, enfadonha problemática categorial, Reeve optou pelo emprego da noção de “socialismo selvagem”, considerando, assim como Debord, o termo “esquerdismo” minimamente inadequado para este fim:

Parece-me que o conceito de “esquerdismo” esteve totalmente ligado e dependente do leninismo, que o marginalizou e assim o classificou. Com o fim do comunismo de partido e a crise das concepções leninistas de revolução, da Ação política, o conceito de esquerdismo perdeu também toda significação. Como, de resto, o conceito de “ultraesquerda” que estava ligado a esta história. Os teóricos das pequenas correntes do comunismo antibolchevique, saídas das revoluções e contrarrevoluções da Europa central dos anos 1920, começaram cedo a sublinhar que tínhamos de nos distanciar destas categorias e noções que estavam por demais ligadas a uma crítica do bolchevismo, hoje morto e enterrado. Era preciso ir mais longe, que o que sai destes novos movimentos de auto-organização é uma outra visão do mundo que não tem nada a ver com “esquerda”, “esquerdismo” ou mesmo “ultraesquerda”.⁹¹

O uso controverso do termo também se verificou no decurso da revolução portuguesa de 1974-1975, quando a designação seria usada como sinônimo de leninismo e

⁹¹ Depoimento, 10/12/2019.

antítese da chamada “autonomia operária”, entrando em contradição flagrante com o seu significado histórico original, de base antibolchevique e antileninista:

Quando se afirma que o mal das organizações esquerdistas é serem portadoras e emanadoras do pecado original leninista, procurando-se convencer os bons pecadores militantes com uma outra fé, que neste caso seria a da autonomia operária, deixa-se em branco o problema de fundo: o das bases reais que produzem a existência dessas organizações (FERREIRA, 1976, pp. 16-17).

Mas o antagonismo entre os princípios organizativos leninistas e aqueles da “autonomia operária”, apesar de estar rigorosamente correto em seu conteúdo, no entanto, encontra-se aí mal caracterizado em seu aspecto formal, uma vez que, no plano histórico, o par esquerdismo/esquerdistas foi usado por Lênin e, na sequência, por leninistas e stalinistas, sempre de modo pejorativo, para designar, no movimento comunista internacional, primeiramente a oposição germano-holandesa e, mais tarde, conselhistas, que não admitiam as concepções jacobinas de organização revolucionária defendidas pelos dirigentes bolcheviques no primeiro quarto do século XX. Assim, ao dizer que “o esquerdismo, partidário ou sindical, é, não como dizia Lênin, uma doença infantil do comunismo, mas ainda uma doença infantil do capitalismo de Estado” (*Ibidem*, pp. 20-21), José Maria C. Ferreira, ele próprio um esquerdista no sentido de Lênin, acaba por esvaziar o termo de seu significado histórico, ao passo que reproduz o ardid leniniano da infantilização do adversário, próprio da tradição do socialismo estatal que ele está efetivamente a criticar. Como nos diz Authier, “os indivíduos que Lênin tratou de esquerdistas (...) nada têm que ver com os ‘esquerdistas’ atuais que se reivindicam de Lênin” (1975, p. 13).

Também o principal dirigente do PCP, Álvaro Cunhal, dirigia-se de modo pejorativo aos grupos e indivíduos esquerdistas, colocando-nos diante de um impasse de ordem ao mesmo tempo histórica e categorial: como designar esquerdistas todos os grupos e organizações pertencentes ao espectro do marxismo-leninismo, assim como o faz Brinton, ao se referir pejorativamente às suas “seitas esquerdistas” e “líderes esquerdistas” (2018, p. 362; p. 368), se o principal dirigente comunista português fazia uso da mesma noção para referir-se aos grupos que, de modos diferentes, se opunham, quando não antagonizavam abertamente com a sua ortodoxia, reivindicada em termos absolutos pelo PCP? Já um grupo de clara orientação marxista-leninista identifica certa nuance entre as correntes esquerdistas e de extrema-esquerda, no caso, trotskistas:

Nalgumas exposições anteriores, transmitidas nesta mesma rubrica, analisamos uma destas correntes perigosas, o trotskismo, enquanto que hoje e na próxima semana, nos aplicaremos a desmascarar o esquerdismo, que também não é mais que uma variante de trotskismo.⁹²

Todavia, no mesmo texto, os autores afirmam de modo ambíguo que “deve-se incluir principalmente no movimento esquerdista em França: os grupos ou organizações anarquistas, trotskistas e todos os conhecidos sob o nome de esquerda proletária”. Também Reeve se refere a “organizações esquerdistas tradicionais, de essência leninista” (1976, p. 70), em seu livro intitulado *Portugal: a concepção golpista da revolução social*, porém, admitindo certa ambiguidade contida na expressão:

Ideologia vaga, este “esquerdismo” é sobretudo uma ruptura com as velhas táticas reformistas, uma tentativa de encontrar novas respostas aos problemas da revolução, sublinhando a ação de massas directa e espontânea, exprimindo as necessidades de democracia na base que ressentem os novos trabalhadores das metrópoles modernas. Em Portugal, esse “esquerdismo” assenta nas novas organizações surgidas das lutas – as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores (1976, p. 80).

No mesmo texto, Reeve se refere, porém, à “extrema-esquerda portuguesa”, de modo que as noções de esquerdismo e extremismo são entendidas por ele como sinônimas. Semelhante uso do termo seria também mobilizado pelos redatores de *Subversão Internacional* que, em seu sexto número, publicam um texto chamado “Os esquerdistas morrem em Portugal”:

O termo *esquerdismo* representa para nós todas as concepções e práticas dos partidos ou grupos (à exceção dos Partidos Comunistas ligados à URSS) que se reclamam defensores do marxismo-leninismo, maóismo, stalinismo, trotskismo, guevarismo, castrismo e hoxhismo, etc. Todos eles aprenderam na escola marxista-leninista, derivando posteriormente para outros hegemonismos religiosos (1979c, p. 22).

Uma definição semelhante àquela apresentada por José Maria C. Ferreira, seu principal editor, em sua tese de doutoramento sobre a problemática da “transição para o socialismo” na história, particularmente no caso português de 1974-1975: “A expressão “esquerdista” significa, para mim, o conjunto de ações partidárias e ideológicas que se

⁹² Cf. “O esquerdismo em França e noutros países capitalistas (I)”, s.n. [entre 1968 e 1974].

situam à esquerda dos partidos comunistas ortodoxos ligados ao modelo soviético”. Significa, além disso, “a sua identidade com a ideologia marxista-leninista e o modelo de sociedade capitalista subjacente” (1997, p. 218). Outro esquerdista atento à revolução portuguesa, Semprun também fazia um uso impreciso da noção ao referir-se a uma “ideologia burocrática (esquerdista ou stalinista)” e a um “extremismo burocrático do esquerdismo” (1976, p. 25). Semprun pretendia se referir à extrema-esquerda de orientação marxista-leninista, e não às correntes esquerdistas que, como sabemos, representavam uma alternativa revolucionária ao marxismo-leninismo justamente por sua crítica radical da “ideologia burocrática” bolchevique. Portanto, quando fala em “esquerdistas ou ultra-esquerdistas” (*Ibidem*, p. 54), Semprun está a referir-se, nos planos sócio-político e histórico, à esquerda comunista e à extrema-esquerda maoísta, de acordo com a distinção terminológica de Gombin.

Identificamos, assim, a existência de ao menos quatro níveis distintos de significação dos termos esquerdismo e esquerdista: *histórico* (originário); *sociológico* (técnico); *político* (restrito); *jornalístico e do senso comum* (amplo).

1. *No plano histórico*: o termo é empregado no sentido *originário* formulado por Lênin durante o ciclo revolucionário de 1917-1921, em sua polêmica com as correntes do *comunismo ocidental* (conforme a denominação de Pannekoek), de orientação conselhistas e em ruptura com o Comitê Central “bolchevizado” ou “russificado” da Terceira Internacional;
2. *No plano da sociologia política*: o termo é empregado em sentido *técnico*, tal como formulado por Gombin em 1971;
3. *No plano político (da esquerda)*: o termo é empregado em sentido *restrito*, como sinônimo de *esquerda em particular*. Nesse registro, o termo assume uma significação ambígua, quando não contraditória, servindo como um dispositivo de desqualificação política das correntes oponentes em questões pontuais (táticas), ou doutrinárias (de princípios). Vimos como, no ciclo revolucionário de 1968-1975, o termo seria usado tanto pelos esquerdistas, no sentido técnico de Gombin, para designar as correntes comunistas (dos PCs) e extremistas (maoístas e trotskistas), quanto pelos comunistas para designar as correntes extremistas, invariavelmente confundidas com as correntes esquerdistas (conselhistas, social-bárbaras e situacionistas);

4. *No plano político (da direita), jornalístico e do senso comum*: o termo é empregado em sentido *amplo*, como sinônimo de *esquerda em geral*, sem a percepção de distinções internas a este campo, agregando tanto comunistas quanto suas dissidências extremistas e, inclusive, esquerdistas no sentido de Gombin e anarquistas que, a rigor, não se situam no campo doutrinário da esquerda marxista-leninista e extremista.

É precisamente para sanar estas contradições que optamos por restaurar o sentido original do termo, que remete à polêmica entre Lênin e os esquerdistas no primeiro quarto do século XX, pois ele reserva algumas vantagens explicativas em relação a outros termos frequentemente usados para designar grupos de orientação esquerdista, tal como “autonomismo” ou “autonomista”. Termos estes que ainda não dispõem de um aparato conceitual e teórico que os diferenciem claramente, como é o caso do esforço teórico de Gombin, dos grupos de extrema-esquerda, isto é, “dos numerosos trotskismos aos diferentes maoísmos” repudiados por Debord e, de forma geral, também pela maioria dos intelectuais e movimentos esquerdistas. Afinal, se a opção pelo termo esquerdismo é, como vimos, problemática por diversas razões, acreditamos que a opção pelo substantivo “autonomia” não seria menos problemática, visto que, no presente, “‘tornar-se autônomo’ é um eufemismo para ‘ter encontrado um padrão’”, de acordo com a coletividade pós-situacionista do *Comité Invisible* (2013, p. 34). Também o emprego do termo “autonomia operária” chegaria ao final dos anos 1970 já bastante desgastado, de acordo com Phil Mailer: “duas palavras, estas, tão usadas hoje e por toda a espécie de grupos para defenderem toda a espécie de ideias” (1979, p. 21).

Assim, a opção pelo termo técnico de Gombin procura evitar a indistinção, recorrente nos meios políticos contemporâneos, entre os chamados “movimentos autonomistas” e a “autonomia operária” que, embora mantenham relações mais ou menos diretas entre si, constituem realidades distintas. Os “movimentos autonomistas” foram/são constituídos por coletividades que, a despeito de se declararem horizontais, antivanguardistas e de reivindicarem o princípio da autonomia das lutas, estruturam-se em torno de uma ideologização da “autonomia operária” que, por sua vez, baseia-se unicamente na experiência direta das lutas e constitui-se, antes de tudo, como uma prática imanente ao proletariado. Identificamos a origem desta confusão entre os dois termos no decurso do “maio rastejante” italiano dos anos 1960-1970, quando algumas organizações de vanguarda ambigualmente situadas entre princípios esquerdistas e leninistas, passam a incluir em suas siglas a insígnia da autonomia operária.

Entretanto, esta constituía um vasto e espontâneo movimento prático de lutas conduzidas pelas próprias classes trabalhadoras de modo autônomo, isto é, independente das organizações partidárias e sindicais vinculadas não somente à esquerda tradicional e à extrema-esquerda, como também aos novos movimentos apartidários, extraparlamentares e extrassindicais como o *Autonomia Operaia*, idealizados por intelectuais como Negri e Berardi, e que na França seriam apoiados com entusiasmo pelos filósofos Foucault, Deleuze e Guattari.

Em uma circular interna da IS,⁹³ de abril de 1968, Debord já salientava que os situacionistas não podiam “reconhecer um grupo autônomo sem um local de trabalho prático autônomo; nem (...) reconhecer o sucesso duradouro de um grupo autônomo sem uma ação unida com os trabalhadores (...)” (1997, p. 670. Tradução nossa). E, ao criticar o uso do termo “autonomia” pelo autor de um texto publicado na revista *Subversão Internacional*, Gérard Lambert fez um oportuno esclarecimento sobre essa questão:

(...) Acredito que ele queira denominar deste modo a auto-organização dos proletários fora dos partidos e sindicatos; auto-organização que começa a fazer-se em numerosos setores da vida cotidiana alienada, a partir duma revolta contra certos aspectos específicos desta vida. Contudo, convém saber que “autonomia”, em França, a exemplo da Itália, é já o nome publicitário que ostenta a última representação política que se veio enxertar no movimento social (1979c, p. 50).

Alguns setores dos grupos esquerdistas viam a nova corrente “autonomista” italiana, de acordo com Valadas, senão “como um derivado modernista do leninismo”,⁹⁴ pouco coerente em relação ao rechaço do voluntarismo e dirigismo das correntes e tendências da esquerda tradicional e da extrema-esquerda, de matriz marxista-leninista. No mesmo sentido, Lambert também vê no *reformismo selvagem* dos chamados autonomistas “apenas a fração mais modernista da nova promoção de manipuladores profissionais vinda em socorro da ordem reinante (...) Nesta salada de manipuladores da insatisfação, os ‘autônomos’ são o ‘extremismo’ oficialmente reconhecido” (1979c, p. 50).

Tendo em vista esta problemática, Gombin distingue conceitualmente a corrente esquerdista da extrema-esquerda, como as diferentes “oposições de esquerda” aos PCs (trotskistas, maoístas) que, “atacando o partido em consequência da sua traição à teoria ou à prática (ou as duas) marxista-leninistas”, têm o objetivo de irem “até o extremo da

⁹³ “La question de l’organisation pour l’I.S.”, publicado no nº 12 da revista *Internationale Situationniste*, de setembro de 1969, pp. 112-113.

⁹⁴ Depoimento, 10/12/2019.

doutrina comunista, e não substituí-la” (1972, p. 22). Pois o vínculo orgânico que liga os grupos esquerdistas às lutas conduzidas autonomamente pelos trabalhadores é de outra natureza que aquela relação hierarquicamente vertical e unilateralmente conduzida por grupos extremistas e partidos de orientação leninista que pretendem controlar ou dirigir as lutas em nome dos trabalhadores. Na concepção dos comunistas de conselhos, pontua Mattick, “uma sociedade nova só pode funcionar numa base de participação direta dos trabalhadores em todas as decisões; a concepção que têm de socialismo é irrealizável numa base inversa” (1977, p. 87), isto é, na base da separação entre operários e organizadores, dirigidos e dirigentes.

Os grupos da corrente esquerdista, sejam eles de tendência conselheira, social-bárbara ou situacionista, não agem no sentido da *direção* do proletariado, mas antes consideram-se tão somente “membros da classe operária que tomaram consciência da tendência do capitalismo para o declínio e procuram assim coordenar as atividades dos trabalhadores”, constituindo nada mais do que *grupos de propaganda*, certamente capazes de “propor vias e meios de ação, mas de modo algum de as realizarem ‘no interesse da classe’, ou seja: é a própria classe que competirá pô-las em prática” (*Ibidem*, p. 87). Princípios e formas de organização absolutamente opostas à política leninista que, “no essencial”, continua Mattick, diferia dos teóricos da Segunda Internacional “apenas na tática”, pois:

O que estes pensavam obter por vias democráticas, ele [Lênin] procurava consegui-lo por meios revolucionários. Querendo realizar o socialismo *para* os operários, contava fazê-lo não com discursos no Parlamento mas pela força, no terreno real da luta de classes. A missão do partido consistia em fazer a revolução *para* as massas, sendo estas levadas a aderirem e a confundirem-se desde logo com aquele (*Ibidem*, p. 19. Grifos no original).

Reeve retoma essa questão em seu livro sobre *O socialismo selvagem*, reconhecendo a distinção categorial de Gombin como uma “caracterização importante”, bem como a “ambiguidade de certo esquerdismo leninista” (2018, p. 192) verificado nas tendências “maoístas espontaneístas”⁹⁵ que, n’*As origens do esquerdismo*, Gombin apresentava como “caso-limite” da distinção entre esquerdismo e extremismo de esquerda, uma vez que, “depois de maio de 68, retiveram do esquerdismo o espontaneísmo tático e a

⁹⁵ Foi uma tendência aglutinada em organizações como a *Gauche prolétarienne* [Esquerda proletária] (1968-1974) na França e o *Lotta Continua* [Luta constante] (1969-1976) na Itália.

noção de acção exemplar”, contudo, “permanecendo marxista-leninistas ao nível da doutrina” (1972, p. 22). Assim, segundo Reeve, a “quase totalidade das correntes do esquerdismo leninista se alinha ao lado das velhas forças do movimento operário e permanece associada aos princípios do socialismo dos chefes e do partido dirigente” (2018, p. 193). No sentido de Gombin, a expressão “esquerdismo leninista” resulta em um oxímoro.

Reeve emprestará então a qualificação de “selvagem”, pela qual os dirigentes sindicais subordinados ao partido socialdemocrata alemão designavam as greves operárias que escapavam de seu controle, no lastro da revolução dos conselhos alemã de 1918-1921, para estabelecer uma história desta corrente minoritária e radical do socialismo:

A social-democracia identificava-se com um marxismo concebido como uma “ciência”, que devia ser inculcada às massas para ajudar a construir o socialismo do futuro. Os movimentos que iam contra a corrente desta ordem inelutável das coisas eram vistos como retrógrados e nocivos. Quebravam a unidade da classe operária e afrouxavam o “curso natural” da História. E assim os chefes da social-democracia inventaram uma fórmula-choque para se referirem ao movimento dos conselhos: um “socialismo selvagem” (*Ibidem*, p. 140).

Movimento oposto ao chamado *socialismo dos chefes*, pois nucleado por um princípio “não negociável” em torno da “crítica da delegação permanente do poder e do princípio de autoridade que lhe é indissociavelmente ligado, fundamentalmente incompatível com a transformação do mundo” (2018, p. 8), o socialismo selvagem não se difere muito, no essencial, do que Gombin entende por esquerdismo. Entretanto, no entendimento de Reeve, esse movimento possui raízes históricas mais profundas, “que remontam à Grande Revolução” francesa do século XVIII e, prospectivamente, está destinado “à reaparecer invariavelmente nas sociedades modernas, presentes e futuras, desde que nelas irrompam as lutas pela emancipação social” (2019, p. 182), enquanto Gombin circunscreve a história da corrente esquerdista ao século XX. Contudo, tanto a noção de socialismo selvagem, de Reeve, quanto a de esquerdismo, de Gombin, referem-se igualmente a um mesmo tipo de *ressignificação política*. Trata-se de uma assunção positiva, no plano teórico, de anátemas que, em suas origens históricas, possuíam conotações explicitamente insultuosas. Nas palavras do próprio Reeve:

O que eu tentei fazer, no meu livro, foi dar a esta noção um conteúdo positivo, inverti-la, pô-la de cabeça para cima, na medida que ela

identifica a corrente da autoemancipação, presente nos movimentos sociais e nas revoluções desde a Grande Revolução⁹⁶.

Deste modo, formulações pejorativas forjadas pelos “emancipadores profissionais” do partido socialdemocrata alemão, tal como “selvagem”, conjugam-se com os significados políticos que, ao longo do século XX, os chefes comunistas russos emprestaram à noção de “esquerdismo”. Diferentemente de Serge Bricianer, que rejeita a noção de “esquerdismo” por ela ter adquirido uma “conotação negativa, pejorativa, na sequência da publicação do livro de Lênin”,⁹⁷ e de Philippe Bourrinet, para quem “a designação da corrente da esquerda holandesa como ‘esquerdista’ ou ‘ultra-esquerda’ se presta à confusão e testemunha frequentemente uma maledicência herdada de um período onde ela era caracterizada como ‘infantil’” (1968, s/p.), Gombin opera uma assunção crítica de tal epíteto, conferindo-lhe uma significação *positiva*.

Segundo Reeve, a noção de socialismo selvagem, muito embora se baseie historicamente na revolução alemã de 1918-1921, remete originariamente às tendências políticas radicais e minoritárias, críticas da democracia burguesa de tipo representativo que vieram à luz pelas mãos dos jacobinos franceses entre 1789-1793, enquanto que, de acordo com Gombin, a noção de esquerdismo remete, no plano histórico, às correntes críticas do socialismo de Estado de tipo soviético, que vieram à luz pelas mãos dos bolcheviques russos entre 1917-1921:

O grosso do pensamento socialista jacobino pós-Revolução incorporou sem problemas o seu projecto e foi possível identificar uma filiação directa entre as ideias de Babeuf e Buonarroti e as de Blanqui, Barbès e, mais tarde, da própria Internacional. Encontramos esta concepção dirigida, modificada na forma mas não na essência, na teoria do Estado da social-democracia e, depois, da social-democracia radical – os bolcheviques. Para estas correntes, os órgãos de base dos movimentos sociais – conselhos ou sovietes – permaneciam uma “exceção”, uma força susceptível de ser instrumentalizada pelo partido dos que sabem fazer bem, com o objetivo de tomar o aparelho de Estado e de o dotar das transformações necessárias para a construção do socialismo (*Ibidem*, pp. 27-28).

A ambas as correntes, da socialdemocracia alemã e do bolchevismo russo, subjaz um mesmo alvo, simultaneamente político e social: a *recuperação das lutas autônomas*

⁹⁶ Depoimento, 10/12/2019.

⁹⁷ Cf. Bricianer, 2014, s/p.

das camadas sociais exploradas para vias institucionais alicerçadas no princípio *pseudo-democrático* da representação. No primeiro caso, uma representação verticalizada e unilateralmente dirigida pelos quadros tecnocráticos do partido socialdemocrata alemão; no segundo, pelos quadros tecnocráticos do partido bolchevique russo. Ocorre aí, portanto, uma oposição fundamental entre a lógica democrática e a lógica da representação, que se verifica historicamente na dinâmica dos conflitos sociais:

A primeira consiste na procura do exercício do poder pelos que o possuem, a segunda resume-se a delegar este poder a representantes eleitos. A primeira procura alargar o exercício da soberania, a segunda tudo faz para o limitar (VALADAS, 2019, p. 16).

No que se refere às tendências extremistas de orientação trotskista, Gombin reconhece que, “num certo sentido, o trotskismo começou por ser ele mesmo um esquerdismo”, devido à sua crítica da burocracia soviética que, “pondo em questão a própria estrutura do regime soviético, (...) colocavam-se sobre bases que teriam podido conduzir a uma crítica do próprio leninismo” (1972, p. 39). Porém, esse salto nunca seria dado pelo trotskismo, porque ao reproduzir o modelo leninista ou mesmo stalinista de organização, ele “aparece mais como um extremismo do que como um esquerdismo” (*Ibidem*). Essa era também a opinião de Debord, para quem Trotsky “recusou-se a reconhecer na burocracia o poder de uma classe separada, porque ele se tornara durante a segunda revolução russa o adepto incondicional da forma bolchevique de organização” (1997, p. 78). Também de acordo com Arvon:

Na medida em que ele [o trotskismo] pretende retornar a um leninismo autêntico, constituindo, a exemplo do partido bolchevique modelado por Lênin, um partido rigorosamente organizado e composto por “revolucionários profissionais”, ele se opõe de fato a essa espontaneidade revolucionária que é para o esquerdismo um artigo de fé inatacável. Também a rigorosa disciplina que ele impõe a seus militantes foi criticada por Daniel Cohn-Bendit, para quem os trotskistas em nada diferem de seus adversários stalinistas porque o autoritarismo que eles professam leva-os, por sua vez, a verem no proletariado apenas uma massa a dirigir (1974, p. 16. Tradução nossa).

Por fim, existe ainda uma outra interpretação de esquerdismo, mais óbvia, que se refere genérica e indistintamente a todo o campo de esquerda. Nessa generalização simplificadora própria do senso comum, desaparecem as diferenças doutrinárias, estratégicas

e organizativas existentes entre socialistas, comunistas ortodoxos, socialdemocratas, extremistas, anarquistas e esquerdistas, que compõem este heterogêneo campo social e político. Logo, é compreensível que, no plano do senso comum, se possa denominar qualquer agente político de esquerda como esquerdistas, ou qualificar qualquer programa oriundo do espectro partidário de esquerda como tal, porém, nos planos lógico (terminológico, categorial) e histórico (social e político), denominar esquerdistas uma política orientada pelos princípios do bolchevismo leninista, ou mesmo de suas variantes extremistas (trotskistas, maoístas) é um contrassenso, já que, política e historicamente, essa terminologia designa justamente a oposição antileninista ou, se se quiser, antibolchevique de esquerda, ao socialismo de Estado.

Do ponto de vista da ciência política, o britânico David Miliband assinalou que, ao longo do século XX e, até as primeiras décadas do século XXI, o conceito de esquerda esteve associado aos “movimentos comunista, socialista e socialdemocrata” (1994, p. 15). Entretanto, de acordo com o mexicano Octavio Rodriguez Araujo:

A esquerda não foi nem é apenas socialista ou comunista, ou socialdemocrata. Há outras correntes de esquerda que muitas vezes têm sido desprezadas (ou criticadas) pelos socialistas, especialmente pelos socialistas de tradição marxista, e também outras correntes que apesar de terem partido do marxismo ou do que chamaram o marxismo do “jovem Marx”, quiseram ir mais além nas suas análises e propostas. Dentre as primeiras destacaram-se aquelas que geralmente são conhecidas como anarquistas, entre as segundas aquelas que nos anos 60 do século passado foram identificadas como “nova esquerda” (2006, pp. 24-25).

Definida como uma “esquerda grupuscular a princípio e à margem da esquerda tradicional, crítica desta e de sua acomodação ao sistema” (*Ibidem*, p. 142), a noção de “nova esquerda” mobilizada por Araujo não opera com a distinção categorial de Gombin, quando afirma ter sido “a essa nova esquerda que os irmãos Cohn-Bendit chamaram ‘remédio para a doença senil do comunismo’” (*Ibidem*, p. 142).⁹⁸ Entretanto, como o próprio título da obra citada por Araujo indica,⁹⁹ os irmãos Cohn-Bendit identificavam-se com a corrente esquerdistas, tal como a define Gombin, isto é, como uma corrente qualitativamente distinta, quando não oposta, não apenas ao chamado marxismo-leninismo, como também ao extremismo de esquerda, seja em suas expressões trotskistas, maoístas ou “terceiro-mundistas” (guevaristas, castristas, titoístas, etc.). Portanto, a incorporação, por

⁹⁸ Ao tentar classificar a orientação da corrente à qual pertenceram os irmãos Cohn-Bendit, Araujo aponta que ela era “considerada anarquista e para alguns situacionista” (1994, p. 142).

⁹⁹ O título completo da obra é, justamente, *Esquerdismo, remédio para a doença senil do comunismo*.

Araujo, da corrente esquerdista (no sentido de Cohn-Bendit e Gombin) à “chamada *extrema-esquerda*, mais próxima do guevarismo, do trotskismo, do anarquismo e do radicalismo liberal de certos setores alheios ao movimento operário organizado” (*Ibidem*, p. 142), se apresenta indeterminada nos planos histórico (político, social) e teórico (conceitual, categorial).

Procuramos analisar a problemática terminológica envolvendo a noção de esquerdismo a partir dos seus sentidos originário e técnico, em seus respectivos planos histórico e sociológico-político. Nesse sentido, não nos ocupamos dos usos possíveis de tal noção para além do quadro conceitual e teórico dentro no qual se insere o fenómeno histórico, político e social que ela designa. Pois o presente estudo busca preencher uma lacuna, ao mesmo tempo sociológica e historiográfica, uma vez que as posições das organizações e indivíduos da corrente esquerdista portuguesa, não contempladas pelos estudos sobre a extrema-esquerda maoísta de Miguel Cardina¹⁰⁰, bem como sobre os movimentos anarquista e libertário de Carlos da Fonseca¹⁰¹ e João Freire¹⁰², pelas razões que acabamos de discutir, serão aqui estudadas na condição de um movimento social oriundo do campo socialista, porém qualitativamente distinto tanto de suas correntes extremistas, de matriz comunista, como libertárias, de matriz anarquista.

É precisamente desta lacuna que decorre a dificuldade de se classificar política e sociologicamente publicações e grupos esquerdistas como o jornal *Combate*, situado a meio caminho entre o anarquismo e a extrema-esquerda. Apesar de reconhecer a “orientação conselhistas” (2010, p. 84) do grupo, em *A esquerda radical* (2010), Miguel Cardina termina por situá-lo no campo anarquista, na falta de uma categoria como a de esquerdismo, tal como formulada por Gombin. Já o historiador britânico Kenneth Maxwell, no livro *A construção da democracia em Portugal* (1995), usa a noção de “esquerda radical” para designar:

Um conjunto complexo e muito dividido de pequenos grupos que incluíam vários partidos marxista-leninistas, maoístas, revolucionários, esquerdistas em tudo menos no nome, e todos apoiantes do poder popular (1999, p. 156).

No registro de Maxwell, as diferenças, oposições e antagonismos entre os campos da esquerda ortodoxa de matriz marxista-leninista ligada ao PCP, da extrema-esquerda

¹⁰⁰ Cf. *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

¹⁰¹ Cf. *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Antígona, 1988.

¹⁰² Cf. *Les anarchistes du Portugal*. Paris: Éditions CNT, 2002.

de matriz maoísta e dos microgrupos esquerdistas são, a rigor, solapadas tanto no plano político como no sociológico. Sua noção de esquerdismo basicamente não se diferencia dos usos que ela adquire no senso comum, ao caracterizar as posições das “três tendências principais entre os militares (...) a do socialismo democrático, a populista e a marxista-leninista”, como sendo “abertamente esquerdistas” (*Ibidem*, pp. 106-7). Veremos, entretanto, no segundo capítulo da presente tese, como os grupos esquerdistas rechaçavam estas tendências internas ao movimento dos “militares de esquerda” do MFA como sendo, em princípio, antiesquerdistas e contrarrevolucionárias.

O esquerdismo é aqui concebido como uma terceira *corrente* do movimento operário do século XX, para além do socialismo (socialdemocracia, bolchevismo, extrema-esquerda) e do anarquismo (sindicalismo-revolucionário, mutualismo, anarco-individualismo, anarco-indigenismo, anarco-feminismo, etc.). Ela também comporta *tendências* internas: conselhistas, social-bárbaras e situacionistas.

Ao mesmo tempo, tal tipificação permite uma complementação aos estudos acadêmicos anteriores que, muitas vezes focados nos principais fatos históricos e nos protagonistas militares e políticos do processo revolucionário em Portugal no biênio de 1974-1975, apenas mencionam vagamente a existência da corrente esquerdista, como o estudo de Maxwell, para quem a “vívida e cética” análise de Mailer, membro do *Combate*, “capta o espírito do momento melhor do que a maioria dos estudos acadêmicos” (1995, p. 281). Porém, segundo Brinton, “o livro de Phil não é só um relato arguto de acontecimentos reais. É uma tentativa de fazer um novo tipo de historiografia. As declarações oficiais do MFA e dos partidos políticos, são relegados para os apêndices” (2018, p. 358). Nesse sentido, consideramos imprescindível situar a análise de Mailer, bem como as de outros esquerdistas portugueses, e de publicações como os *Cadernos de Circunstância*, o jornal *Combate* e a revista *Subversão Internacional*, no interior de um fenômeno próprio, transcorrido em Portugal entre 1968 e 1979.

O período que delimita historicamente o esquerdismo português é circunscrito pelo início da atuação do grupo envolvido na publicação dos *Cadernos de Circunstância*, na passagem do ano de 1967 para o de 1968, marcado por uma transição de posições mais próximas do marxismo-leninismo para posições esquerdistas mais próximas do comunismo de conselhos, do situacionismo e do operário italiano, até o último número da revista *Subversão Internacional*, no ano de 1979. Espaço-tempo este em que tais experiências ganham um sentido próprio e que, como salienta Gombin a respeito do esquerdismo francês, “apenas deve a sua coerência à convergência aparentemente fortuita de

elementos heterogêneos, mas ligado por um objetivo comum: transformar o mundo e modificar a vida” (1972, p. 31).

Chegamos assim, finalmente, a uma definição provisória do fenômeno esquerdista, entendido aqui como uma corrente minoritária do movimento operário do século XX, que buscou unificar duas palavras de ordem até então separadas tanto na teoria como na prática social revolucionária dos séculos XVIII e XIX, de acordo com a astuta observação do surrealista francês André Breton, em seu livro *Os vasos comunicantes* (1955): “*Transformar o mundo*, disse Marx, *mudar a vida*, disse Rimbaud, essas duas palavras de ordem são para nós uma única”. Palavras de ordem que, como veremos, correspondem perfeitamente ao *programa unitário da revolução esquerdista*, qual seja: *abolição da sociedade de classes* e *descolonização da vida cotidiana*. De acordo com Reeve, um esboço de tal programa manifestou-se com profundidade em Portugal durante o biênio revolucionário: “ter mais poder sobre a sociedade, impor uma repartição diferente da riqueza social, mudar a vida” (2019, p. 238).

2.4. A dupla expiação do mal esquerdista

Os indivíduos, grupos e publicações da corrente esquerdista foram, no plano histórico, alvos de uma dupla e aparentemente paradoxal expiação política, oriunda tanto do fascismo como do antifascismo de tendência comunista. No texto “A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo”, publicado em 1939 pela revista *Living Marxism*, o conselheiro alemão Otto Rühle lembrava do fato que o panfleto de 1920 de Lênin contra os seus adversários esquerdistas, seria poupado pela censura de Hitler que, em 1935, havia decretado a supressão de toda a literatura comunista e socialista, permitindo entretanto a sua livre difusão em território alemão.¹⁰³ Afinal, sua alta carga contrarrevolucionária servia perfeitamente aos interesses dos Estados totalitários vigentes, na Rússia como na Alemanha. Não é por acaso que, até hoje, a patologização do discurso e das práticas “esquerdistas” como uma “doença”, originalmente construída pelo principal líder bolchevique, terá sido amplamente difundida para além do campo comunista de origem e incorporada por correntes de extrema-direita de diversas partes do mundo.¹⁰⁴

Entretanto, o opúsculo antiesquerdista de Lênin seria entendido de outra maneira pela censura do fascismo português, que proibiu a circulação de sua edição francesa em

¹⁰³ Cf. Korsch et al., 1973.

¹⁰⁴ Uma breve pesquisa pelas palavras-chave “*esquerdismo; doença*” na internet, ou nas redes sociais, basta para comprová-lo.

Portugal, em 1947 e, novamente, da edição brasileira¹⁰⁵ em 1971. Neste último despacho, o censor não apresenta qualquer justificativa nova para a sua proibição, para além do fato de esta já ter sido anteriormente proibida.¹⁰⁶ No entanto, esta obra havia sido publicada clandestinamente pelo órgão editorial do PCP em 1960, e reeditada por quatro editoras diferentes no pós-25 de Abril,¹⁰⁷ após o desmonte da Direção dos Serviços de Censura (DSC) do Secretariado Nacional de Informação (SNI).

Em 1952, a edição argentina¹⁰⁸ de *O psiquismo da criança proletária* (1925), de Rühle, seria censurada pelo SNI por conter “ideias socialistas”.¹⁰⁹ Também a edição francesa¹¹⁰ da resposta de Gorter a Lênin seria proibida no ano de 1972. Em seu despacho, o agente do SNI manifestava que “este livro, apesar de escrito em 1920, conserva uma grande atualidade, e é uma espécie de catecismo político do ultra-esquerdista”.¹¹¹ O qualificativo “ultra-esquerdista” é entendido como sinônimo de “extremista” de esquerda pelo censor, que naturalmente não opera com a distinção técnica, ao mesmo tempo sociológica e política, de Gombin e, portanto, concebe a corrente esquerdista senão como manifestação da extrema-esquerda: “trata-se de uma resposta do autor a um ataque de Lênin contra os partidários de uma atuação extremista”.¹¹²

Ainda em 1972, outro clássico da literatura esquerdista seria proibido pelo serviço de censura do SNI. A edição britânica¹¹³ do opúsculo *Esquerdismo, remédio para a doença senil do comunismo* (1968), dos irmãos Gabriel e Daniel Cohn-Bendit, teria a sua proibição em território português justificada por este ser “um livro sucetível de causar uma certa agitação no já conturbado meio estudantil”.¹¹⁴

De fato, o censor estava correto em suas preocupações, afinal o meio estudantil português, marcado por uma primeira crise no ano de 1962, em 1969 havia se expandido para os campus universitários do Porto, Coimbra e Lisboa. Por outro lado, naquele mesmo ano, o SNI havia permitido a publicação da tradução portuguesa d’*A sociedade do espetáculo*, de Debord,¹¹⁵ um livro esquerdista sem dúvida mais influente, naquela altura, que o de Gorter e dos irmãos Cohn-Bendit.

¹⁰⁵ São Paulo: Editora Escriba.

¹⁰⁶ ANTT – SNI/DSC, 35-6-8936, m0319.

¹⁰⁷ Cf. Silva, 2013.

¹⁰⁸ *El alma del niño proletario*. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte.

¹⁰⁹ ANTT – SNI/DSC, 35-5-4818, m0514.

¹¹⁰ Paris: Librairie Ouvrière.

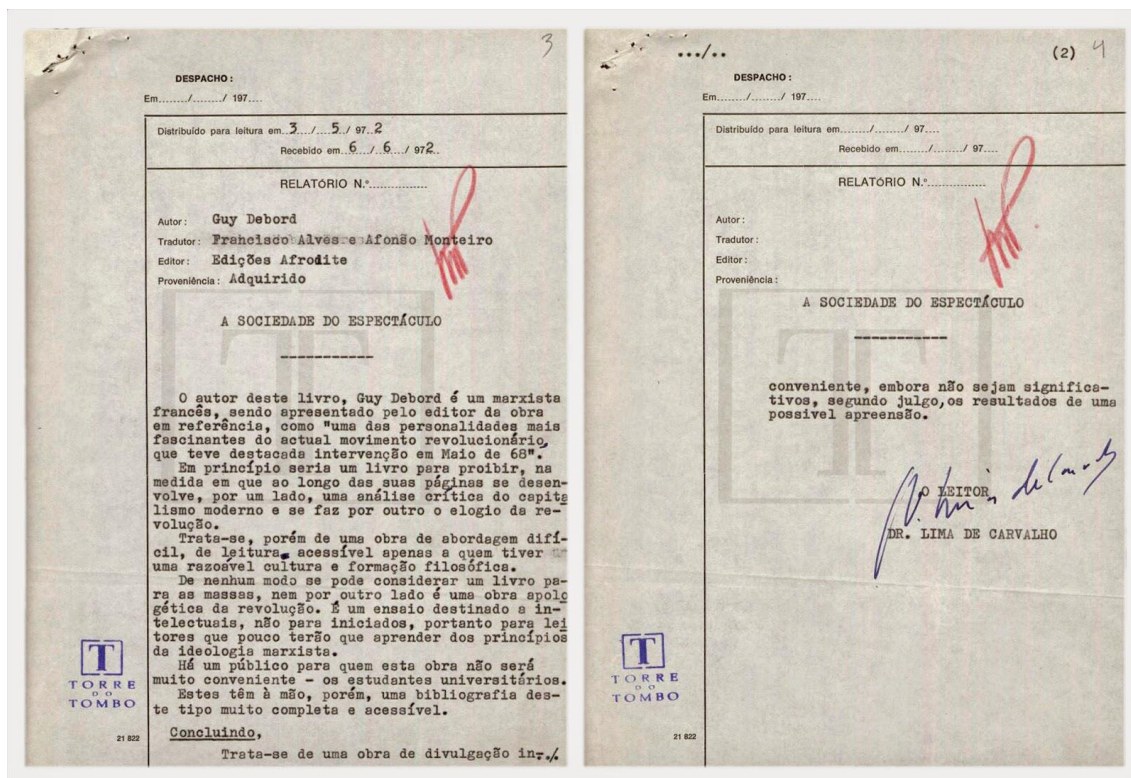
¹¹¹ ANTT – SNI/DSC, 35-6-9424, m0830.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ *Obsolete Communism: The Left-Wing Alternative*. Londres: Penguin Books.

¹¹⁴ ANTT – SNI/DSC, 35-6-9428, m0836.

¹¹⁵ ANTT – SNI/DSC, 13-8, m0352.



Relatório do Departamento de Censura à tradução portuguesa de *A sociedade do espectáculo*, de Guy Debord, 08/06/1972. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Secretariado Nacional de Informação/Direcção dos Serviços de Censura

No entanto, o “Dr. Lima de Carvalho”, que assina o despacho, parecia desconhecer a influência da Internacional Situacionista no movimento de maio-junho de 1968, uma vez que o mesmo irá proibir, também no ano de 1972, uma publicação da editora portuguesa Delfos intitulada *Os cartazes de Paris: Revolução de Maio de 1968*, pelo seu “carácter nitidamente revolucionário”.¹¹⁶ Por outro lado, a edição francesa¹¹⁷ de *A falsa consciência* (1962), de Joseph Gabel, que havia influenciado fortemente o autor de *A sociedade do espectáculo*, havia sido proibida em 1966, por se tratar de um “perigoso livro de doutrinação marxista”.¹¹⁸ Já *As relações de produção na URSS* (1949),¹¹⁹ de “Pierre Chaliou” (Cornelius Castoriadis), publicação social-bárbara que havia influenciado Debord, seria no entanto autorizada pelo SNI, para quem, “apesar de escrito por um socialista, este livro torna-se positivo pois mostra o malogro da criação de uma economia coletiva na

¹¹⁶ ANTT – SNI/DSC, 35-6-9440, m0856.

¹¹⁷ *La fausse conscience*. Paris: Les Éditions de Minuit. O circunstancialista Alfredo Margarido será o tradutor da edição portuguesa de *A falsa consciência* (Lisboa: Guimaraes, 1979).

¹¹⁸ ANTT – SNI/DSC, 35-7-7721, m0429.

¹¹⁹ Lisboa: Presença, s/d.

‘pátria’ socialista”.¹²⁰ A crítica esquerdista ao capitalismo de Estado da URSS parecia, assim, agradar aos censores do corporativismo salazarista, ao ponto de serem indulgentes com a crítica mais geral, inerente a ela, de todos os regimes ancorados em uma hipercentralização burocrática, como era o caso do próprio fascismo português. Isso quer dizer que os órgãos de repressão do regime fascista frequentemente cometiam uma paradoxal identificação da corrente esquerdista, ora com a perspectiva comunista, ora com a perspectiva anticomunista, a qual variava consoante as circunstâncias.

Nesse sentido, observa-se como a censura de um regime totalitário nem sempre deve ser compreendida como um bloco monolítico. O julgamento acerca da proibição ou autorização das obras recensadas varia de acordo com o perfil ideológico dos censores, relativamente heterogêneo – muito embora sempre houvesse um esforço para se manter fiel ao quadro de uma ideologia de matriz autoritária – além de variar também de acordo com as diferentes circunstâncias de cada conjuntura histórica. A edição francesa¹²¹ do primeiro volume de *Crítica da vida cotidiana* (1958), de Henri Lefebvre, por exemplo, seria proibida pelo SNI em 1960¹²² e, posteriormente, autorizada pelo mesmo serviço em uma nova recensão, realizada por um outro agente em 1962.¹²³

Já os serviços de inteligência dos aparelhos de repressão dos Estados democráticos em tempos de crise, incapazes de distinguir as nuances e contradições internas ao movimento operário, assim como os Estados autoritários, tenderam ou a ignorar os grupos esquerdistas, ou a classificá-los na mesma rubrica dos grupos de extrema-esquerda ou anarquistas. Em junho de 1968, na França, em um momento de franco refluxo do movimento revolucionário, o Estado reeditaria oportunamente uma lei da Frente Popular, originalmente dirigida contra as milícias paramilitares de extrema-direita, decretando a dissolução das organizações de extrema-esquerda – em sua maioria de orientação trotskista e maoísta –, além do politicamente eclético movimento 22 de Março. A Internacional Situacionista, contudo, não teria a sua dissolução decretada por De Gaulle, que parecia confundi-la com o grupo extremista e libertário fundado em Nanterre no dia 22 de março de 1968.¹²⁴ Em março de 1975, o antigo situacionista Gianfranco Sanguinetti (que havia dissolvido a IS junto com Debord, em 1972) seria preso junto com a sua companheira a bordo do carro de um amigo, sendo acusado e detido por porte de drogas e de projéteis

¹²⁰ ANTT – SNI/DSC, 35-6-9443, m0863.

¹²¹ *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche.

¹²² ANTT – SNI/DSC, 35-2-6757, m0296.

¹²³ ANTT – SNI/DSC, 35-2-7049, m0585.

¹²⁴ Cf. Corrêa, 2017.

de guerra, que supostamente teriam sido encontrados no veículo pelos policiais. Durante os quatro dias de detenção e interrogatórios, uma série de diligências são feitas nos domicílios dos antigos membros da seção italiana da IS. O proprietário do veículo que Sanguinetti dirigia no momento de sua prisão, Mario Masanzanica, também foi enquadrado na legislação “antiterrorismo” e preso sob a insólita acusação de ser o “matador” da IS, porém deixaria a prisão dois meses depois, por ausência de provas. Nesta época, o Estado orquestrava uma campanha de calúnias, através da imprensa, que buscava associar a Internacional Situacionista ao terrorismo na Itália.

Os situacionistas italianos denunciaram, no dia 19 de dezembro de 1969, ainda no calor da hora provocado pelas bombas do dia 12 de dezembro na *Piazza Fontana*, que o atentado terrorista se tratava de uma operação dos serviços secretos do Estado italiano. Um fato suficientemente relevante para motivar tais operações persecutórias e, além disso, um sinal de que a armadilha do terrorismo estava sendo reativada nos porões do governo de “solidariedade nacional” entre democratas-cristãos e comunistas. Também Debord seria mantido sob vigilância internacional após 1968, além de ser metodicamente acusado pelas imprensas francesa e italiana de ser *le chef intellectuel* da luta armada naqueles países, entre os anos 1970 e 1980, conforme ele relata em seu livro *Cette mauvaise réputation* [Esta má reputação] (1992), um pequeno tratado de autodefesa contra a fúria infamante dos *media* da época.

Na década de 1960, os esquerdistas portugueses exilados na França eram também constantemente vigiados, tanto pelos serviços de inteligência portugueses quanto pelos franceses, que agiam em estreita cooperação, apesar do fato de que os alvos prioritários de tal persecução fossem os quadros oriundos do PCP e da extrema-esquerda portuguesa, como a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR) ou as Brigadas Revolucionárias (BR). Contudo, os membros dos *Cadernos de Circunstância* não escapariam da vigilância da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que considerava a revista uma “publicação comunista” (não obstante sua nítida crítica aos PCs) e “subversiva”, chegando a prender, em Lisboa, um grupo de editores da revista *Luta de Classes* no momento em que distribuía os *Cadernos*.

A singularidade das posições esquerdistas era, assim, mais uma vez solapada pela indistinção, tanto dos órgãos de repressão estatais, que as tomavam por comunistas, quanto pelos próprios dirigentes do PCP, como Álvaro Cunhal, que as associavam aos seus adversários da extrema-esquerda maoísta sob o epíteto comum de “radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista”. Portanto, ainda que por razões diferentes, pode-se

dizer que os esquerdistas não só eram *mal vistos*, mas eram sobretudo *vistos como o mal* não somente pelo fascismo como também pelo antifascismo dos partidos comunistas em distintas situações históricas.

2.5. Nem vermelho nem negro

Às vezes confundida com a extrema-esquerda, mas também com o anarquismo, a corrente esquerdista possui, entretanto, um espaço próprio na dinâmica do movimento revolucionário moderno. No livro *Afinidades revolucionárias*, Olivier Besancenot e Michel Löwy procuraram “iniciar um canteiro de obras, prolongar um movimento, esboçar convergências teóricas e práticas para que se abra um novo espaço”, por eles denominado de “marxismo libertário” (2015, p. 187). Busca-se uma aproximação, ou “convergência”, do marxismo, em especial com o chamado “anarquismo classista”, em detrimento das tendências do “humanismo libertário” e do “anarquismo individualista”, de acordo com a tipificação estabelecida por Irène Pereira em sua *Antologia da tradição libertária* (2010). A despeito de se referirem à herança anarquista nos termos de uma malcaracterizada “experiência liberal” (*Ibid.*, p. 189), os autores marxistas objetivam contribuir para uma “convergência, na ação e no pensamento, das duas grandes correntes revolucionárias do passado, do presente e do futuro, marxismo e anarquismo, a bandeira vermelha e a bandeira negra” (*Ibid.*, p. 190). Para tanto, Löwy e Besancenot recorrem a diversos exemplos históricos onde se manifestaram “convergências solidárias” entre marxistas e anarquistas, como na Iª Internacional e na Comuna de Paris, no makhnovismo, na revolução espanhola e no Maio de 68, no altermundialismo e no movimento dos Indignados, bem como nas expressões teóricas de tais convergências, no pensamento de Walter Benjamin, André Breton e Daniel Guérin, e na práxis revolucionária de Louise Michel, Pierre Monatte, Rosa Luxemburgo, Emma Goldman, Buenaventura Durruti, Benjamin Péret e Subcomandante Marcos.

No que se refere ao Maio de 68, os autores resgatam a história do Movimento 22 de Março (22-M), formado “graças à convergência de visão e de ação de anarquistas e marxistas” (p. 46), representados pelas figuras do trotskista Daniel Bensaïd, liderança da JCR, e do libertário Daniel Cohn-Bendit, proveniente do grupo anarquista *Noir et Rouge*. Apesar de reconhecerem a evidente heterogeneidade política do movimento, Löwy e Besancenot destacam a cooperação entre libertários, denominação usada pelos autores como sinônimo de anarquistas, e trotskistas (sinônimo de marxistas). Para eles:

Se a corrente libertária em torno de Cohn-Bendit aceita sem muitas dificuldades cooperar com os marxistas revolucionários, é também porque se trata de uma mobilização interessada nas ideias de marxistas heterodoxos, como Henri Lefebvre, Herbert Marcuse e, com certeza, Guy Debord (p. 48).

Porém, os anarquistas e libertários de Nanterre, não se interessavam somente pelas ideias de Debord, mas pela teoria situacionista em seu conjunto, conforme o próprio Cohn-Bendit relataria em uma entrevista concedida vinte anos depois de 1968:

Distribuíamos *A miséria do meio estudantil* [IS] em Nanterre, assim como *A arte de viver para as novas gerações* [Vaneigem] e *A sociedade do espetáculo* [Debord]; esses textos foram importantes para o nosso horizonte teórico (...). Digamos que os situacionistas tiveram ideologicamente certa influência [sobre o 22-M], mas as relações com eles eram difíceis no plano pessoal (1988, p. 12).

Na realidade, houve uma ala pró-situacionista na ocupação da reitoria da Universidade de Nanterre que, omitida por Löwy e Besancenot, entrou em desacordo com trotskistas e anarquistas e deixou o movimento, acusando seus líderes, entre eles Cohn-Bendit e Bensaïd, de cumplicidade com grupos stalinistas e de zelar pelas instalações universitárias ao se oporem às pichações, entre outros atos de vandalismo que os pró-situacionistas propunham. A IS considerava o 22-M uma “cópia direta do SDS americano, igualmente eclético, democrático e alvo frequente de entrismo por velhas seitas esquerdistas” (2018, p. 46). Os situacionistas se referem, aqui, não aos grupos esquerdistas no sentido de Gombin, onde a própria IS se situava, mas aos grupos trotskistas, como a JCR de Bensaïd, entre outras organizações maoístas ou abertamente stalinistas. Trata-se, pois, de uma correção de ordem terminológica, cujo significado político é bastante claro. Ao se referirem ao ecletismo do 22-M, os situacionistas criticavam justamente essa convergência entre anarquistas e marxistas, na qual se apoiam Löwy e Besancenot como exemplar do chamado “marxismo libertário”. Mais tarde, durante a ocupação da Sorbonne, que teve início no dia 13 de maio de 1968, os situacionistas, agora aliados aos *Enragés* de Nanterre, novamente entram em desacordo com a ação de grupos de extrema-esquerda, principalmente com a JCR e os maoístas, que jogavam o jogo da CGT e do sindicalismo estudantil da UNEF. Tendo eleito o *enragé* René Riesel para o primeiro Comitê de Ocupação da Sorbonne, os situacionistas se retiram do mesmo após diversas manobras dos grupos

trotskistas e maoístas acenando para uma burocratização do movimento: “no mesmo momento em que o exemplo da ocupação começa a ser seguido nas fábricas, ele entra em colapso na Sorbonne” (2018, p. 151), escrevem em seu *Relatório sobre a ocupação da Sorbonne*, datado de 19 de maio. É desta ruptura que se forma o CMDO, a partir da junção do Comitê *Enragés*-Internacional Situacionista, “certo número de trabalhadores e alguns estudantes” (2018, p. 152).

Uma leitura menos atenta partiria daí para afirmar, rapidamente, que o projeto marxista libertário, inscrito tanto na experiência prática do 22-M quanto no livro teórico de Löwy e Besancenot, valoriza as convergências em detrimento das divergências, enquanto a corrente esquerdista, inscrita no pensamento e na ação dos situacionistas, iria justamente no sentido contrário. Entretanto, o dualismo entre convergências e divergências reproduz a perspectiva de uma separação fundamental entre anarquistas (ou libertários) e marxistas (ou comunistas), que oculta o fato de que o esquerdismo constitui uma corrente revolucionária própria, nem anarquista nem comunista, e que não se baseia em divergências ou convergências a partir de uma ou outra perspectiva. Como salientou o próprio Cohn-Bendit, “a história do esquerdismo não se alinha à falsa e desinteressante oposição entre anarquistas e marxistas” (1968, p. 18. Tradução nossa). Na verdade, tal oposição é apenas aparente e encobre, como nos diz Reeve, uma contradição essencial:

A história do movimento social sublinha que a verdadeira divisão entre as correntes do socialismo se baseia sobretudo na oposição entre o princípio de autoridade e o princípio de liberdade, e não nas diferenças sectárias que muitas vezes opõem as ideologias, marxismo contra anarquismo (2019, p. 316).

Mas a sobreposição de ideologias supostamente divergentes, em nome de uma abstrata convergência entre uma tendência e outra, na forma de neologismos tais como “comunismo libertário” ou “anarco-comunismo”, não se ajusta bem à corrente esquerdista, este “remédio para a doença senil do comunismo”, de acordo com a provocação lançada pelos irmãos Cohn-Bendit em seu livro de 1968. As críticas feitas neste livro, tanto às ideologias e organizações de extrema-esquerda quanto ao anarquismo (para além, é claro, do marxismo-leninismo), revelam que, na prática revolucionária de maio-junho de 1968, o que separava marxistas e libertários foi mais forte que o que os uniam. Por este motivo é que os Cohn-Bendit se valerão da expressão leniniana de 1920 para designar

o retorno desta corrente singular, no contexto dos anos 1960. Saliente-se que a ressignificação política dos irmãos, publicada em 1968, antecipa em três anos a ressignificação sociológica de Gombin, publicada em 1971.

Em *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975), João Bernardo empenhava-se numa crítica das contradições da segunda revolução russa, centrada na noção de “ambiguidade do movimento operário”. Apesar de pertencer ao movimento estudantil, portanto não operário, tal ambiguidade se manifestaria também no interior do 22-M, por meio de métodos de ação, formas de organização e orientação teórica que mesclavam princípios fundamentalmente opostos, como autonomia e federalismo, planificação estatal e autogestão, democracia direta e democracia representativa, autoridade e liberdade, assim por diante. Os situacionistas, assim como, antes deles, os conselhistas, não viam convergência possível entre tais princípios. Se os movimentos ambíguos, estudantis ou operários, viam a possibilidade de uma convergência entre correntes divergentes na e pela ação unitária, relegando ao segundo plano as divergências circunstâncias, ou de princípio, em função da conquista de objetivos táticos a curto prazo, os situacionistas buscavam reconstruir um movimento revolucionário não ambíguo, tal como ele se manifestou em momentos das revoluções russa e alemã, entre 1917-1921, bem como na Itália, França e Portugal, nas décadas de 1960 e 1970.

O núcleo dessa não ambiguidade, para retomar o pensamento de Bernardo, reside justamente na forma conselho e em sua rejeição às duas formas burguesas de hetero-organização, sindical e partidária (econômica e política), do proletariado. Esta é a razão pela qual Gombin não considera trotskismos e maoísmos como esquerdismos, no sentido histórico-político de Lênin, pois os esquerdistas estiveram ao lado dos conselhos, enquanto a extrema-esquerda nunca deu esse salto em direção à auto-organização das classes proletárias, isto é, fora da dupla forma de organização da esquerda tradicional (jacobina, bolchevique ou socialdemocrata) ou extremista (maoísta ou trotskista).

No ciclo revolucionário de 1917-1921, o centro das divergências entre bolcheviques e esquerdistas residia na questão da separação entre o político e o econômico. A defesa, pelos esquerdistas, da forma conselho como instrumento de unificação das lutas econômicas e políticas (afinal, o capitalismo resulta justamente de uma fusão do econômico ao político) do proletariado, se chocava com os princípios fundamentais da dupla forma de organização defendida por bolcheviques e socialdemocratas.

Já no ciclo de 1968-1975, esta divergência básica se manteve, no plano prático, muito embora se verifique um grande desenvolvimento no plano teórico. Em 1968, os

comunistas franceses toleravam, ao máximo, uma parcial autogestão econômica do sistema pelo proletariado, mas jamais uma autogestão política, isto é, do Estado. Os novos grupos esquerdistas, inspirados pela experiência do ciclo anterior, principalmente da tendência situacionista (em relação à social-bárbara), passam a defender a perspectiva de uma autogestão generalizada a todas as esferas da vida cotidiana, para além das esferas do econômico e político. É nesse sentido que a crítica teórica do espetáculo, formulada pelos situacionistas, pode ser entendida enquanto uma *crítica das separações* do modo de produção capitalista, que reside na base da ambiguidade verificada nos movimentos ditos anticapitalistas da esquerda tradicional. O fato de que os situacionistas deitavam suas raízes nas vanguardas artísticas do segundo pós-guerra, favoreceu em muito o desenvolvimento dessa perspectiva teórica, que adicionava à crítica marxista da economia política, a crítica da cultura presente nas vanguardas estéticas do entreguerras. Este novo canteiro de lutas aberto pelos situacionistas assumiria contornos inesperados ao longo do tempo, estando na base do desenvolvimento de diversos movimentos sociais que emergiram no pós-68, alguns já se valendo do rótulo de pós-situacionista.

O programa esquerdista, portanto, não é “marxista libertário” nem “anarco-comunista”. Ele também não pode ser “anarco-trotskista”, pois sempre evitou cair na armadilha da ambiguidade. A tomada de consciência teórica da ambiguidade no desenvolvimento do pensamento esquerdista, corresponde a uma tomada de atitude prática da corrente esquerdista contra esta mesma ambiguidade, que tende a se clarificar e radicalizar nos períodos de acirramento das lutas de classes. Afinal, é justamente desta divergência fundamental entre esquerdismo (não ambiguidade) e extrema-esquerda (ambiguidade) que parte Gombin em sua análise do fenômeno esquerdista, muito embora ele não faça uso desta terminologia bernardiana.

2.6. Esquerdismo e socialismo selvagem

Na concepção de Charles Reeve, as questões suscitadas pela revolução alemã de 1918-1921 carregaram uma importância sociopolítica mais decisiva, em termos históricos, que as revoluções russas de 1905 e 1917, uma vez que:

O desenlace da revolução russa paralisou durante um século o movimento operário, ao ligar a ideia de socialismo à ideia do totalitarismo de um só partido, mas a experiência rica, se bem que curta, da revolução alemã revelou-se, retrospectivamente, mais próxima dos movimentos contemporâneos que contestam a ordem do mundo (*Ibidem*, p. 318).

Isso explica a sua opção pelo abandono de qualquer categoria que pertença, de forma geral, ao antigo léxico da “esquerda”, seja ela de “extrema-esquerda”, de “ultra esquerda”, ou “esquerdista”, em prol do qualitativo “selvagem”, pois, em suas palavras, “a partir de agora tudo deve ser repensado em novas bases” (*Ibidem*, p. 316). Contudo, não deixa de ser pertinente a contradição apontada por Serge Quadruppani à opção conceitual de Reeve: “por que tentar reavivar a palavra ‘socialismo’?”.¹²⁵

Como Reeve apresenta uma *história da auto-organização e da democracia direta nas lutas de 1789 até os dias atuais*, conforme consta no subtítulo de seu ensaio sobre a história do socialismo selvagem, o esquerdismo é por ele visto como um subfenômeno desta corrente mais ampla e historicamente datado, circunscrito a duas conjunturas históricas distintas do século XX. A primeira, diz respeito ao ciclo originário do esquerdismo (1917-1921), no qual “os ‘esquerdistas’ foram os primeiros opositores excluídos nesta submissão das diversas correntes comunistas aos interesses do novo Estado russo, processo de normalização que será chamado de ‘bolchevização’ dos partidos comunistas” (REEVE, 2020a, s/p. Tradução nossa). A segunda, identifica-se com o seu ciclo de retorno (1968-1975):

Em favor do poderoso movimento social, o “esquerdismo” de Maio de 68 ganha, por uma curta duração, contornos relativamente mais precisos que a noção de “ultraesquerda”, momentaneamente esquecida. A palavra “esquerdismo” recobre o espírito subversivo do momento, centrada em aspirações *qualitativas* contra as reivindicações *quantitativas*, compatíveis com a perpetuação do velho mundo. Ela exprimia uma alternativa ao marxismo-leninismo clássico e colocava em relevo as práticas de luta que ultrapassavam as organizações tradicionais e se reivindicavam da auto-organização e do autogoverno (*Ibidem*, s/p. Tradução nossa).

De acordo com Reeve, com o refluxo do movimento revolucionário de 1968, cujo término se daria, segundo a nossa cronologia, com a derrota da perspectiva autônoma da revolução portuguesa de 1975, o esquerdismo “foi reduzido às únicas variantes envelhecidas da política leninista não ‘soviética’, trotskismos e maoísmos”. Depois da dissolução dos regimes do socialismo estatal controlados pela URSS, entre 1989 e 1991, “a expressão ‘esquerdismo’ foi sepultada nos escombros do Muro de Berlim e cai no esquecimento” (*Ibidem*, s/p. Tradução nossa).

¹²⁵ Cf. “*Avec Charles, soyons sauvages*”, fev. 2018, s/p. Tradução nossa.

Reconhecemos, com o autor de *Socialismo selvagem*, o caráter anacrônico do uso da noção de esquerdismo para designar as novas coletividades que desenvolvem as lutas sociais autônomas do século XXI, do zapatismo em Chiapas ao comunalismo em Rojava, do movimento dos coletes amarelos na França às coletividades anarquistas do Chile. Porém, ao invés de recorrermos a um neologismo, como o fizeram a historiadora *soixante-huitard* Lola Miesseroff, ao designar esta corrente como “além da esquerda” [*outrre-gauche*],¹²⁶ optamos por nos referir ao nosso objeto de modo imanente, isto é, tal como ele era tratado *em sua própria época*. De acordo com um relato de Reeve sobre a experiência dos portugueses exilados na França durante o Maio de 68, aglutinados em torno da publicação dos *Cadernos de Circunstância*:

Intervínhamos do exterior, obviamente, com panfletos e folhetos que distribuíamos às pessoas que entravam e saíam [da faculdade *Censier*], sob os olhares assassinos dos sindicalistas enfeudados à linha do Partido Comunista. Para eles, nós éramos “os esquerdistas” (2020b, p. 106).

O maior equívoco da insistência no emprego de um termo como esquerdismo, efetivamente vinculado ao espectro doutrinário da esquerda, seja de base socialdemocrata ou bolchevique, é que ele de certo modo ainda se situa no campo das polêmicas familiares, isto é, internas a este campo. Ocorre que, no ciclo de 1968-1975, os grupos e publicações esquerdistas já não mais se moviam dentro do campo da esquerda, mas fora e, sobretudo, contra ele – diferentemente da experiência do ciclo anterior, de 1917-1921, como vimos. É por esta razão que Lênin optou pelo epíteto “esquerdista” em sua polêmica com a corrente germano-holandesa de sua época, pois ela provinha do próprio movimento comunista e, portanto, do espectro ideológico de esquerda, tornando-se, desde então, *dissidências* deste campo. Já a situação no ciclo revolucionário de 1968-1975 era radicalmente distinta, pois os grupos que aqui designamos de esquerdistas, social-bárbaros e situacionistas, herdeiros do conselhismo, não mais constituíam dissidências do movimento comunista, mas atuavam desde fora e em oposição a este.

Neste ciclo de retorno, eram os extremistas, maoístas e trotskistas, que atuavam no campo das dissidências comunistas, o que justifica o emprego do anátema pelos comunistas: os esquerdistas eram, assim, aquelas tendências situadas *à esquerda da esquerda* e, portanto, ao extremo da própria doutrina marxista-leninista. Haveria aqui uma

¹²⁶ Cf. Miesseroff, 2018. Termo usado pela autora para designar a atuação, durante a revolução de 1968, dos grupos de anarquistas não federados, pró-situacionistas, comunistas de esquerda e conselhistas.

correspondência entre extremistas e esquerdistas no sentido de Lênin somente no nível do significante (esquerdistas/esquerdismo), enquanto dissidências da linha ortodoxa dos partidos comunistas que, contudo, não rejeitavam o marxismo-leninismo em nível doutrinário, possuindo divergências apenas de natureza tática em relação aos comunistas. Mas no que se refere ao nível do significado, porém, maoístas e trotskistas possuíam maiores afinidades políticas e ideológicas com os comunistas ortodoxos, provindos da tradição marxista-leninista,¹²⁷ do que com os social-bárbaros e situacionistas. Estes últimos, como vimos ao longo da tese, inspiravam-se nas correntes conselhistas da primeira metade do século XX, justamente por sua rejeição do ideário marxista-leninista que, ao nível doutrinário, na segunda metade daquele século, uniam extremistas e comunistas em um mesmo vínculo de parentesco. Este é, afinal, o pano de fundo das objeções feitas por Debord e Reeve à tentativa de ressignificação terminológica operada por Gombin, das quais temos consciência e estamos de pleno acordo.

O emprego do termo esquerdismo nesta tese, em detrimento de outros possíveis, tais como “autonomia” ou “autonomismo”, “esquerda radical” ou “nova esquerda”, deveu-se antes de tudo a uma necessidade de tratar o nosso objeto de modo imanente, como vimos. Desta forma, não se trata exatamente de uma “opção” subjetiva do pesquisador, mas de uma qualidade própria ao objeto pesquisado. Afinal, como observou Vaneigem a respeito do processo revolucionário português, “a confusão previsível era grande, e todas as antiguidades retro-bolcheviques estavam sendo reavivadas sob as cores desbotadas do comunismo”.¹²⁸

Reconhecemos, nesse sentido, certa inadequação no uso dos termos esquerdismo/esquerdista para designar as expectativas de autoemancipação dos movimentos sociais contemporâneos. Afinal, a experiência do ciclo revolucionário de 1968-1975 demonstrou definitivamente que a esquerda, e todo o espectro de ilusões “revolucionárias” que paira sobre ela, constitui um “remédio” que agrava a “doença”. O campo das esquerdas é, nesse sentido, mais parte do problema que da solução, para retomar uma expressão usada pelos britânicos Chris Pallis e Phil Mailer a respeito da revolução em Portugal.

Como poderia, afinal, um movimento revolucionário dos nossos dias reivindicar-se esquerdista, sem se afundar no pântano de aparências e contradições que envolveram

¹²⁷ De acordo com Mailer, em Portugal, “os grupos [da extrema-esquerda] eram leninistas no sentido mais profundo da palavra. Independentemente do seu discurso sobre socialismo, o seu objetivo era instalar um capitalismo de Estado em Portugal, ficando eles próprios nas cadeiras do poder. Só se distinguiam do PCP por serem mais fracos e verbalmente mais radicais” (2018, p. 156).

¹²⁸ Depoimento, 17/06/2020.

e ainda envolvem as esquerdas ao longo de sua história? Contudo, a busca por um *significante* mais adequado ao *significado* das atuais lutas pela autoemancipação proletária certamente não é tarefa da sociologia política, nem de qualquer tese acadêmica. Tal tarefa é apenas mais uma, entre tantas outras, cuja definição cabe somente ao próprio movimento encontrar no desenvolvimento de suas lutas, sem que para tal seja necessário recorrer a mediações exteriores a ele, sejam elas de origem partidária ou científico-social.

PARTE II

O ESQUERDISMO EM PORTUGAL (1968-1979)

Sou situacionista por aceitação. Não discuto problemas políticos, constituições ou programas. Confio instintiva, mas não irracionalmente, no General Carmona e no Professor Salazar.

Fernando Pessoa, *Pessoa Inédito* (1928)

O termo situacionista, no sentido da Internacional Situacionista, é exatamente o contrário daquilo a que se designa atualmente em português por “situacionista”, quer dizer, um partidário da situação existente, um salazarista, neste caso.

Internacional Situacionista, *Le questionnaire* (1964)

– Um situacionista em Lisboa, após a Revolução dos Cravos, era apenas mais um turista, um turista a mais! ... – exclamava Joaquim. E, além disso, a história é rica de anedotas de todos os tipos. Você se lembra disso, não se lembra? Um situacionista era um simpatizante do antigo regime, um militante ou um beneficiado pela antiga situação social, um fiel ao fascismo. Durante mais de quarenta anos, os portugueses assim chamavam todos aqueles que se acomodavam e se beneficiavam... do salazarismo. Eles representavam, mesmo para os mais ignorantes, os adeptos de Salazar.

Joaquim e Pierre riam... entretidos por esta curiosa coincidência.

Carlos K. Debrito, *Un situationniste à Lisbonne* (2012)

Capítulo 3

Os grupos e publicações esquerdistas

A explosão de 1968 na França e o clima internacional de otimismo revolucionário que ela gerou desencadearia uma série de abalos para além de suas fronteiras. No ano seguinte, a radicalização da contestação estudantil e operária também atinge outros países, como Portugal, cujo regime desde então passaria por uma grave crise que, internamente, atingia desde o meio rural até o acadêmico. A impopularidade e o anacronismo da guerra colonial aceleravam a crise moral e política do salazarismo, que declina justamente a partir de 1968, até cair definitivamente com o golpe militar de abril de 1974. O turbulento ano de 1968 não marcaria exatamente a queda política do regime fascista em Portugal, mas sim a queda literal do seu líder fascista, de uma cadeira de repouso durante as férias de verão, no Estoril, no dia 3 de agosto. Curiosamente, quando se acidentou em sua suíte no forte de Santo António, Salazar lia e anotava um livro do *Club Jean Moulin*, associado à esquerda moderada francesa, sobre a revolução de Maio de 68: “para quem defendia que Deus, Pátria e Autoridade não se discutem, essa visão de um poder que de repente não era obedecido devia ser um verdadeiro pesadelo” (CASTANHEIRA et al., 2018, p. 77). Entretanto, a queda prosaica de Salazar, então com setenta e nove anos de idade, abreviaria fatalmente a sua trajetória política, uma vez que as sequelas causadas pelo acidente o retirariam do posto de chefe do regime no mês de setembro de 1968, levando-o ao falecimento em menos de dois anos, no dia 27 de julho de 1970.

Mais do que isso, a saída de cena de Salazar abriria espaço tanto para as reformas liberalizantes de Marcelo Caetano, também conhecidas como a “primavera de Lisboa”, quanto para uma onda de greves operárias que, anunciadas antes mesmo da queda de Salazar, em junho-julho de 1968 com a greve da Carris, passaria ainda pela explosão da contestação estudantil, no ano seguinte, quando “as centelhas do maio francês chegam a Coimbra” (MADEIRA, 2013, p. 522), e pelas greves da Lisnave (estaleiro naval) e da TAP (empresa de transporte aéreo), também em 1969:

Esse movimento de greve de 1968-1970 é o primeiro sinal de uma renovação da combatividade operária. Iniciada a partir dos novos grandes centros fabris da região de Lisboa, tais como os canteiros navais, o movimento se expande rapidamente por todo o país (...). Os objetivos, espontaneamente saídos das lutas geradas pelos próprios trabalhadores, concernem sobretudo o aumento uniforme de salários, o 13º salário, a jornada de 40 horas e a redução do ritmo de trabalho, cuja intensidade

fazia a alegria dos capitalistas instalados em Portugal (AVILA et al., 1975, p. 43).

Esse movimento levaria a um recrudescimento da repressão, que em 1970 havia efetuado 165 detenções, subindo para 216 no ano seguinte (CARDINA, 2008, p. 111). Não obstante, entre 1973 e abril de 1974, o movimento reunirá de dezessete a trinta mil trabalhadores organizados em comissões de fábrica.¹²⁹ A partir de então, o regime chefiado por Caetano distenderia o controle sobre os sindicatos, permitindo a formação de comissões de trabalhadores eleitas nas grandes empresas com o objetivo de canalizar as energias revolucionárias contidas em suas reivindicações. Contudo, de acordo com Reve, “apesar destas tímidas tentativas de liberalização nos métodos de controle dos trabalhadores, a onipresença da repressão tornava a situação explosiva” (2019, p. 237).

Entretanto, a relação do movimento operário grevista de 1968-1970 e a contestação estudantil de 1969, corresponderia antes a uma dinâmica endógena à sociedade portuguesa, do que a uma dinâmica de contágio exógena, como o comentário supracitado de João Madeira parece aludir em referência ao Maio de 68 francês. Isto porque o movimento estudantil português havia já conhecido uma primeira vaga de politização e radicalização quando, cerca de seis anos antes, “a interdição do *Dia do Estudante* pelo Ministério da Educação Nacional, a invasão pela polícia do Restaurante Universitário ocupado pelos estudantes em Lisboa, desencadearam o que será designado como a Crise Acadêmica de 1962” (AUMOND, 2014, p. 55). Por outro lado, não deixa de ser necessário reconhecer a inserção deste movimento na vaga mundial de contestação social e, particularmente, estudantil, que desde então emerge como um significativo agente político e social a nível internacional.¹³⁰

Claro está que não foi a queda accidental de Salazar o que nos levou a tomar o ano de 1968 como um marco inaugural das teorias e práticas esquerdistas na sociedade portuguesa, em seu período pré-revolucionário. Não deixa de ser curioso, no entanto, registrar como, por volta de 1968, a história pareceu conspirar por todos os lados contra a permanência anacrônica do fascismo em Portugal.¹³¹ Algo que, em um texto de 1970, os redatores dos *Cadernos de Circunstância* qualificariam como uma espécie de *acaso cronológico*:

¹²⁹ Cf. Santos et. al., 1976, pp. 21-32.

¹³⁰ Cf. Accornero, 2013a.

¹³¹ Cf. Rosas; Oliveira, 2004.

É no quadro deste vastíssimo ciclo de lutas – que tocou já numa simples enumeração de países, e em graus e formas diversas, a França, a Itália, a Espanha, a Bélgica, a Inglaterra, a Alemanha, a Suécia, a Finlândia, a Dinamarca, a Irlanda, a Iugoslávia, a Checoslováquia, a Turquia, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, as Antilhas holandesas (Curaçau), o Japão – que se insere de pleno direito o processo de lutas aberto em Portugal pela classe operária em Junho de 1968 (acaso cronológico?!) com a greve da Carris (1975, p. 296).

O próprio Salazar, em maio de 1968, daria uma contribuição para este processo que, ao decorrer de seis anos, daria cabo ao Novo Estado corporativista e autoritário na metrópole portuguesa, imposto por um golpe militar em 1926, bem como às guerras coloniais na África, iniciadas em 1961. Salazar “mudaria os rumos da história portuguesa” (ABADIA, 2010, p. 41) ao nomear o brigadeiro António de Spínola como governador e comandante militar da Guiné para substituir o antigo ministro da Defesa, Arnaldo Schutz, que havia se mostrado incapaz de vencer os grupos independentistas armados dos países africanos colonizados:

O general Spínola deixou a Guiné no Verão de 1973, apesar de não se ter verificado uma verdadeira melhoria da situação nessa colônia durante o período de sua administração. Regressando a Lisboa, Caetano ofereceu-lhe o cargo de ministro do Ultramar, que foi recusado pelo general; Spínola justificaria a sua recusa, pois a sua aceitação implicaria calar a sua oposição à política africana de Caetano e em seu lugar, aceitou um cargo criado especialmente para si, o de vice-chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas, que lhe permitiria completar a sua crítica à política nacional, materializada no seu livro *Portugal e o futuro* (*Ibidem*, pp. 41-42).

O general Spínola tornar-se-ia uma das peças centrais do processo que, anos depois, levaria à queda do fascismo e da ditadura em Portugal. Em seu livro *Portugal e o futuro*, de 1974, ano da revolução, o general defende que o problema colonial era um problema antes *político* do que *militar*. Assim, acabaria por influenciar, de certa maneira, os quadros médios das Forças Armadas portuguesas no período de formação do Movimento das Forças Armadas (MFA) que, em 25 de abril daquele ano, daria o *putsch* que derrubaria o então decrépito regime salazarista.

Na perspectiva de Brinton, palavras de ordem poderosas como aquelas inscritas nos muros de Paris em Maio de 68, tal como *seja realista, exija o impossível*, “tinham um significado muito mais profundo do que a sua capacidade de surpreender (...) Ouviram-se os primeiros ecos em Portugal” (2018, p. 378). Em setembro de 1969, no último número de sua revista, a IS detectava que muitos documentos publicados pela organização

e pelo CMDO em maio-junho de 1968 haviam sido traduzidos, impressos e distribuídos em diversos países, como “na Itália, no Japão, nos Estados Unidos, na Suécia, na Venezuela, na Dinamarca e em Portugal” (IS, 1997, p. 661. Tradução nossa). E no documento de dissolução da Internacional Situacionista, datado de 1972, Debord e Sanguinetti assinalam que “a teoria, o estilo, o exemplo da IS hoje são adotados por milhares de revolucionários nos principais países avançados [...] suas exigências estão fixadas tanto nos muros das fábricas de Milão quanto na Universidade de Coimbra” (2006b, p. 1088. Tradução nossa). Para Reeve, “a revolução portuguesa e o Maio de 68 foram os dois últimos movimentos sociais significativos da segunda metade do século XX em que se manifestaram com força os princípios do ‘socialismo selvagem’” (2019, p. 254).

As sessões deste capítulo buscam reconstituir em seus traços mais gerais, nos planos organizativo, editorial e teórico, dos indivíduos, coletividades e publicações que tiveram origem no esquerdismo português. Nem por isso deixamos de nos aprofundar em certos aspectos ou elementos que julgamos centrais a esta perspectiva teórica e, simultaneamente, ao seu reflexo prático nos pequenos grupos que animavam esta corrente. Assim, o objetivo deste capítulo é apenas o de fornecer aos futuros pesquisadores interessados nessa matéria, uma caixa de ferramentas aberta para outras incursões teóricas que este e outros trabalhos possam vir a estimular, mais aprofundadas e adequadas a um “objeto maldito” que, como tal, foi até o presente mantido em segredo, silenciado ou esquecido pela historiografia sobre a esquerda portuguesa e o processo revolucionário de 1974-1975 em Portugal.

3.1. O antipatriotismo dos *Cadernos de Circunstância* (1967-1970)

Editada na França por portugueses refugiados do fascismo e desertores da guerra colonial, a revista *Cadernos de Circunstância*¹³² possuía uma linha editorial política e ideológica singular. Distinta de outras publicações clandestinas da época, fossem elas vinculadas à ortodoxia do Partido Comunista Português (PCP), às inúmeras organizações maoístas que então hegemonizavam o campo da extrema-esquerda portuguesa, ou ao movimento anarquista, os *Cadernos* seriam expoentes, no período pré-revolucionário, da corrente esquerdista portuguesa.

Os *Cadernos* se destacavam por desenvolver uma crítica anticapitalista *ampla e profunda*, pois duplamente determinada: dirigida ao mesmo tempo contra o capitalismo

¹³² Daqui em diante *CdeC* ou *Cadernos*.

privado e o capitalismo de Estado (tanto em sua variante russa quanto chinesa). Nas “Teses sobre a atualidade da revolução”, os *Cadernos* relacionam o “capitalismo monopolista de Estado” oriental ao imperialismo ocidental nos seguintes termos:

O alargamento ao mundo inteiro do modo de produção capitalista como modo dominante – processo acelerado depois da Primeira Guerra Mundial e praticamente concluído no segundo após-guerra – generaliza a contradição capital-trabalho como contradição principal da sociedade contemporânea (...). À concentração acelerada do capital e à sua constituição em monopólios corresponde uma redefinição das estruturas do político. Com o capitalismo monopolista de Estado, todo o poder de decisão efetivo abandona uma vez por todas as “representações populares” instaladas pela burguesia não-monopolista. Nos países capitalistas mais adiantados, a dominação política exprime-se através de uma contradição fundamental entre a necessidade de concentrar o poder de decisão em todos os domínios da vida social e a necessidade de legitimar um poder cada vez mais concentrado e, por consequência, cada vez menos aceito como “natural” pela maioria (1969, §1-2).

No plano sociológico, os editores dos *CdeC* provinham de uma classe média intelectualizada e radicalizada. Na condição de refugiados políticos do fascismo, como Manuel Villaverde Cabral, Aquiles Oliveira, Alfredo Margarido e Fernando Medeiros, eram extremamente inteligentes e vinculados a instituições universitárias – de onde se explica a natureza sociológica da primeira fase da revista, anterior ao envolvimento ativo dos circunstancionalistas na vaga de manifestações de rua, ocupações de fábricas e universidades e comitês de trabalhadores e estudantes que varreu Paris nos meses de maio e junho de 1968. Outros, como Freire e Valadas, eram desertores da guerra colonial, sendo o primeiro filho de um general da ditadura.

A sobrevivência material dos circunstancionalistas na França era assegurada, quer pela realização de estudos universitários, quer pelo emprego em diversos tipos de trabalhos precários.¹³³ Os contatos estabelecidos por Valadas e Freire na base das Forças Armadas assegurariam, inclusive, a distribuição clandestina de milhares de cópias da revista entre Lisboa, Porto e Coimbra, por meio de navios e embarcações militares.¹³⁴ Isto levaria Álvaro Cunhal a pensar que o grupo que editava os *Cadernos* constituía uma organização fortemente estruturada quando, na verdade, ele nunca contou com mais do que vinte in-

¹³³ Cf. Accornero, 2013b; Aumond, 2014.

¹³⁴ Cf. Entrevista concedida por Charles Reeve (Valadas) à rádio *Vosstanie*, 2014.

divíduos. Efetivamente, os *CdeC* não possuíam qualquer ligação orgânica com o movimento operário, nem da França nem de Portugal, tendo sua força sido até certo ponto superestimada pelo dirigente comunista.

Os portugueses exilados em França eram constantemente vigiados, tanto pelos serviços de inteligência portugueses quanto pelos franceses, que agiam em estreita cooperação. Lembre-se que, no contexto da Guerra Fria, ambos os regimes, de De Gaulle e de Salazar, aderiram à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na luta anti-comunista, contra a URSS. Os alvos prioritários de tal persecução eram, naturalmente, os quadros oriundos do PCP e da extrema-esquerda portuguesa, como a Liga de Unidade e Acção Revolucionária ou as Brigadas Revolucionárias¹³⁵. Entretanto, os membros dos *Cadernos* não escapariam da vigilância da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que considerava a revista uma “publicação comunista” e “subversiva”. Cabral, por seu antigo pertencimento ao PCP; Hipólito dos Santos, por sua prisão na ocasião da tentativa de assalto ao quartel de Beja, no Alentejo, em 1961; Aquiles de Oliveira, acusado de “controlar” a contestação estudantil de 1962 em Lisboa. Freire e Valadas, desertores da Marinha portuguesa, tiveram seus respectivos *dossiers* recuperados pelos militares que, após o golpe de 25 de Abril, puderam acessar os arquivos da PIDE, repassando-os diretamente a ambos, que imediatamente os destruíram.¹³⁶

Tal persecução culminaria na prisão, pelos órgãos de repressão, de um grupo de editores da revista *Luta de Classes*, Carlos Miranda, António Viegas, Artur Pais e Mário Kruger, no momento em que distribuía os *Cadernos* em Lisboa.¹³⁷ De acordo com a tipologia estabelecida por José Pacheco Pereira sobre as “publicações periódicas dos movimentos radicais de esquerda cultural e política”, os *Cadernos* faziam parte daqueles pequenos “grupos cujo elo de ligação é a própria publicação e que não têm qualquer organização para além de sua produção e distribuição” (2013, p. 30). Segundo Valadas, uma “revista era a forma de organização que permitia difundir as ideias que defendia-mos (...) Os *Cadernos* eram um vetor, entre outros que os havia, não muitos, no meio português, da *arma da crítica*”.¹³⁸ Segundo Freire, no plano organizativo, os circunstancialistas constituíam um *grupo de afinidades*, “como era habitual entre os anarquistas”,¹³⁹ assim como,

¹³⁵ Cf. Pereira, 2004.

¹³⁶ Cf. Aumond, 2014.

¹³⁷ Cf. Pereira, 1993.

¹³⁸ Depoimento, 10/12/2019.

¹³⁹ Depoimento, 04/03/2020.

para José Maria C. Ferreira, os *Cadernos* formavam outra coisa que um *grupo de propaganda*, “semelhante a qualquer partido ou sindicato”:

Só a motivação revolucionária, dedicação e até paixão ideológica e política permitiram a criação de um grupo com as características dos *Cadernos de Circunstância*. Sendo desertores ou refugiados políticos tinham que se organizar com certos pressupostos das organizações clandestinas. Isto não os impedia que tudo o que tinha que ver com o conteúdo das edições e distribuição dos *Cadernos* fosse objeto de comportamentos espontâneos, informais, livres e criativos¹⁴⁰.

Os *Cadernos* foram fundados no ano de 1967, através de duas reuniões ocorridas na casa de Aquiles de Oliveira, em Arcueil-Laplace, ao lado de Paris, por Alfredo Margarido, Alberto Melo, Manuel Villaverde Cabral, José Gil e Fernando Medeiros. Foi nessas reuniões que decidiu-se a linha editorial da revista, seu enquadramento temático e as modalidades de seu funcionamento redacional, “o qual nos incitava a comentar cada artigo e/ou documento proposto e assinado por seu redator” (MEDEIROS, 2013b, p. 226. Tradução nossa). Os *Cadernos* também organizavam *mesas redondas* a partir das quais se debatiam temas e problemáticas acordadas por seus editores como fundamentais, e que posteriormente eram transcritas e publicadas na íntegra pela revista. De certa maneira, este método seria retomado, anos mais tarde, pelo jornal *Combate*. Outra seção interessante da revista era o seu *Correio de leitores*, na qual os editores dos *Cadernos* publicavam as cartas recebidas contendo críticas aos editoriais e textos publicados e, em seguida, apresentavam suas réplicas, fomentando um debate também externo à revista.

No que diz respeito ao título do periódico, os *Cadernos* se diferenciavam das demais publicações clandestinas ligadas aos movimentos de orientação marxista-leninista, onde sobressaiam palavras-chave do léxico militante tais como “revolução”, “luta”, “guerra”, “vermelho”, “vanguarda”, “proletário”, “comunista”, e assim por diante. Até o seu sexto número, o periódico trazia como subtítulo o tópico *Análise e Documentos da Vida Portuguesa*, o que apontava, de acordo com José P. Pereira, para uma preocupação mais “analítica” de seus editores, assim como para uma “aproximação interdisciplinar e uma fundamentação estatística” (2013, p. 222), conjugando política com reflexões teóricas e sociológicas que, para além de se diferenciar tanto no estilo quanto nas intenções, da maioria dos jornais e periódicos marxista-leninistas produzidos seja na clandestinidade

¹⁴⁰ Depoimento, 09/04/2020.

seja no exílio, mais tarde desempenhariam um importante papel na “modernização científica, metodológica e temática das ciências humanas em Portugal” (*Ibidem*, p. 222). Contudo, Valadas vê a atuação do grupo de outro ângulo, desde um viés mais político do que sociológico, criticando a interpretação a seu ver unilateral de José P. Pereira, a quem acusa de falhar “lamentavelmente na tentativa de fabricar a história do grupo”:

O que constituiu a especificidade e originalidade dos *Cadernos de Circunstância* – e de outras raras publicações e grupos da mesma família – foi a ruptura com o vanguardismo patriótico do marxismo-leninismo nas circunstâncias históricas de senilidade do fascismo português e do horror da guerra colonial. Reduzir estas posturas novas e em ruptura radical com as práticas políticas da velha esquerda portuguesa a exigências “interdisciplinares” e “fundamentações estatísticas” é de um cômico irresistível (2014b, p. 39).

Também para Medeiros, “o ativismo que a sustentava inscrevia-se nas movimentações de uma esquerda radicalizada, mas sem laços partidários” (2013b, p. 207. Tradução nossa). O que ocorre, na verdade, é que a partir do sexto número, de março de 1969, isto é, após a explosão do maio de 1968 na França, a revista muda de formato. Seus artigos não são mais assinados, os textos passam a centrar sua atenção em análises da situação portuguesa, assim como as ilustrações de inspiração situacionista tornam-se mais presentes. Na “Introdução” de *O operariado português nas vésperas da República (1909-1910)*, Cabral confirma a existência destes dois períodos da revista, ao reconhecer a existência de uma abertura histórica sobre “o movimento operário mundial” (1977, p. 12) após 1968, que se refletiria nos *Cadernos* a partir de 1969.

Assim, pode-se distinguir *duas fases* dos *Cadernos*: uma, de cunho mais empírico e sociológico (nº 1, de novembro de 1967, nº 2 e nº 3, respectivamente, de fevereiro e maio de 1968), e outra, marcada por uma linguagem incisivamente revolucionária muito influenciada pela radicalidade da experiência vivida pelos circunstancialistas durante a revolução de maio-junho de 1968 na França (nº duplo 4/5, de novembro de 1968, nº 6, de março de 1969 e nº 7, de março de 1970).

Na primeira fase, que corresponde ao período *pré-68*, compunham o seu corpo editorial: Oliveira, Margarido, Melo, Cabral, Gil e Medeiros. Na segunda fase, que corresponde ao período *pós-68*, juntam-se ao grupo Santos, Valadas, Freire, (José Maria)

Ferreira e Hipólito dos Santos.¹⁴¹ Segundo Freire, nesta última fase, os *Cadernos* “situavam-se claramente na área da chamada ultraesquerda, que agregava luxemburguistas, conselhistas, parcialmente situacionistas, obreiristas anti-partidos e até bordiguistas”.¹⁴² De acordo com Ferreira, as divergências fundamentais que haviam entre os editores dos *Cadernos* provinham de uma leitura heterodoxa que faziam do marxismo e que correspondia às duas fases da revista: “uma que optava por uma leitura meramente teórica e analítica do capitalismo; outra que centrava na luta de classes e no operariado a resolução da emancipação deste último”.¹⁴³



Sete números (4-5 edição dupla) da revista *Cadernos de Circunstância* (1967-1970). Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Espólio Manuel Villaverde Cabral

¹⁴¹ Cf. Medeiros, 2013b, p. 227.

¹⁴² Depoimento, 04/03/2020.

¹⁴³ Depoimento, 09/04/2020.

Os *Cadernos* nas circunstâncias revolucionárias do Maio de 68

Na última metade da década de 1960, as circunstâncias se tornaram revolucionárias em diversas partes do mundo, reverberando também em Portugal. A partir de 1968, teria início o processo de decomposição acelerada do fascismo salazarista, a contestação estudantil de 1969 e as greves operárias de 1968 e 1970, atingindo, no biênio de 1974-1975, circunstâncias pré-revolucionárias nas quais, entretanto, os *Cadernos* já não mais existiam. Seus antigos membros, no entanto, seguiram atuando em diferentes horizontes de luta, porém sempre marcados pela experiência autônoma, em relação a partidos e sindicatos, e “desviante”, em relação ao marxismo ortodoxo, inscrita nos *Cadernos de Circunstância*.

O papel contrarrevolucionário do Partido Comunista Francês durante a crise de maio-junho de 1968, bem como do Partido Comunista Italiano durante a crise de 1967-1969,¹⁴⁴ assim como o apoio do PCP a ambos, fomentou na juventude europeia de modo geral, e na portuguesa em particular, uma cultura revolucionária que escaparia totalmente ao controle dos PCs.¹⁴⁵ Tal conjuntura levaria o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, a escrever, em novembro de 1967, um panfleto de clara inspiração leninista, dirigido contra os pequenos grupos de portugueses exilados em Paris de orientação extremista e esquerdista,¹⁴⁶ que será publicado somente em 1970. Essas correntes eram compostas por organizações de inspiração maoísta, entre outras que arriscavam dirigir uma crítica radical mais ampla ao próprio marxismo-leninismo. Entre essas últimas, destaca-se os *Cadernos* que, editados e publicados em Paris, teriam uma influência importante nos meios do exílio e, depois, em setores da juventude estudantil em Portugal. Segundo Valadas, o panfleto de Cunhal demonstrou que o partido estava em fragilidade, e que, além disso:

Cunhal estava mal informado, pois os *Cadernos* não representavam nada, era um núcleo minúsculo comparado ao aparelho do PCP. O verdadeiro perigo para o PCP eram as dissidências maoístas. Mas talvez o Cunhal não estivesse assim tao enganado, ele era um politico perspicaz e inteligente. O que era importante não era o núcleo dos *Cadernos*, mas as ideias por nos exprimidas. Que traduziam uma evolução do pensamento político, que exprimiam uma nova vontade e

¹⁴⁴ Cf. Corrêa, 2017.

¹⁴⁵ Mais do que isso, o estudo de Alex Macleod demonstra como, em 1974-1975, PCI e PCF também consideravam “inoportuna” a revolução em Portugal. Cf. *La révolution inopportune. Les partis communistes français et italien face à la Révolution portugaise (1973-1975)*. Québec: Nouvelle Optique, 1984.

¹⁴⁶ Cf. *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista* [1970]. Lisboa: Edições Avante, 1975.

desejo de fazer política, no sentido auto-emancipador, crítico dos “saberes” dos aparelhos profissionais.¹⁴⁷

As posições dos *Cadernos* pareciam incomodar não somente a cúpula dirigente do PCP, mas também de organizações maoístas como o CMLP (Comitê Marxista-Leninista Português). Membro da seção francesa da organização, o então maoísta João Bernardo seria acusado de realizar movimentações conspirativas em Paris, como uma suposta tentativa de “entrismo” no grupo que editava os *Cadernos* para nele “difundir o marxismo-leninismo” (CARDINA, 2011, p. 128). Esta acusação, todavia falsa, foi instrumentalizada pela direção do CMLP para expulsar Bernardo da organização sob a acusação de “trotskismo”. Entretanto, o que se passou, na realidade, foi algo de muito diferente, conforme nos relatou o próprio Bernardo:

Essa foi uma das razões da minha saída do CMLP. Eu tinha um amigo pessoal que era próximo dos *Cadernos*, e que me convidou a colaborar com a revista. Era o Jorge Fleming, que mais tarde trabalharia na editora Afrontamento... Resolvi então levar a questão ao CMLP, pois se tratava de uma revista que produzia análises interessantes. Isso serviu ao grupo para montar contra mim um conjunto de grandes críticas paranoicas. Não foi tentativa de entrismo, pelo contrário.¹⁴⁸

No segundo número do boletim *Estrela Vermelha*, órgão teórico do CMLP, de março de 1969, os maoístas denunciavam a “literatura anarquista e trotskista” dos *Cadernos*, supostamente baseada em “uma concepção ‘marxista’ muito liberal do mundo, uma visão muito eclética, nada ‘dogmática’”, e que certamente exerceria atração sobre “alguns jovens idealistas”. Assim, com tais “subprodutos literários”, a classe dominante penetraria na “parte mais destacada da juventude estudantil, incutindo-lhe uma série de preconceitos quanto à revolução e à ditadura do proletariado” (apud MOREIRA, 2017, s/p.). Como vimos, porém, a etiqueta de anarquista, trotskista, ou mesmo de um ambíguo “anarco-trotskismo”, não serve aos *Cadernos*, que se situavam numa zona de confluência mais próxima do conselhismo e do operaísmo italiano que do anarquismo ou do trotskismo. Nas palavras de Maurício Tragtenberg, “o termo anarco-trotskismo se constitui, no mínimo, em uma associação fundada na ignorância política” (2009, p. 196). Afinal, Trotsky revelou-se um empenhado carrasco de anarquistas em mais de uma oportunidade histórica, como se sucedeu na Ucrânia e em Konstradt, entre 1920-1921.

¹⁴⁷ Depoimento, 10/12/2019.

¹⁴⁸ Entrevista, 17/02/2021.

O vínculo orgânico do esquerdismo português com Paris e com o esquerdismo francês tem diversas causas. A principal delas se deve ao fluxo massivo de foragidos do fascismo e desertores da guerra colonial para a França, onde existiam grupos de ajuda econômica aos portugueses exilados. Além disso, de acordo com Medeiros:

Foi no Inverno de 1965-1966 que começou a tomar forma, entre os jovens portugueses exilados da região parisiense, o projecto de lançar uma revista dedicada à publicação de materiais de pesquisas militantes e de informações sobre as lutas sociais e acções de resistência contra a ditadura de Salazar e as guerras coloniais. A proposta inicial veio de Emílio Aquiles de Oliveira, que me começou a falar disso em 1965, quando participámos numa lista candidata à direcção da *Union des Etudiants Portugais en France* (UEPF), uma associação criada em 1963-1964 por militantes portugueses em Paris sob os auspícios da *Union Nationale des Etudiants de France* (UNEF). A referida candidatura concorria contra uma lista apoiada pelo PCP. Este ponto de partida é importante, pois foi esta contenda política e tudo o que nela estava em jogo – incluindo no plano simbólico – que iria provocar uma grande efervescência no microcosmos dos exilados portugueses em França e na Bélgica e desencadear o processo de tomada de consciência que esteve na origem da gestação e maturação do projecto dos *Cadernos de Circunstância* (2013a, s/p).

Valadas ressalta, inclusive, que a aliança entre circunstancionalistas e pró-situacionistas portugueses inspirava-se no chamado “escândalo de Strasburgo”, experiência que havia desempenhado um papel central na difusão da crítica situacionista no meio estudantil francês, particularmente em Paris e Nanterre:¹⁴⁹

No inverno de 1968 foi apresentada uma lista às eleições para a direcção da UEPF (*Union des Étudiants Portugais en France*), até aí controlada pelo PCP. A lista tinha como programa único a proposta de dissolução

¹⁴⁹ Em meados de 1966, alguns estudantes de Strasbourg procuraram os situacionistas de Paris, por intermédio de Mustapha Khayati, comunicando-os que tinham acabado de se eleger diretores da associação estudantil local, a Associação Federativa Geral dos Estudantes de Strasbourg (AFGES), todavia sem dispor de nenhum tipo de programa e, apesar do fato de serem notoriamente conhecidos na União Nacional dos Estudantes da França (UNEF) como extremistas “em total desacordo com todas as variantes de sua composição, dispostos até mesmo a derrubar tudo” (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 1997b, p. 519). Os situacionistas sugeriram a eles que redigissem e publicassem um texto de crítica geral do movimento estudantil e da sociedade, antes de tudo como um exercício de auto-esclarecimento. Porém, os estudantes strasbourguenses decidiram delegar a tarefa ao situacionista Khayati que, sob a supervisão da seção parisiense da IS, redigiria em 1966 o manifesto que se tornaria célebre, chamado *De la misère en milieu étudiant*¹⁴⁹. Impresso com os recursos da própria AFGES, o opúsculo seria distribuído às autoridades locais na ocasião de uma solenidade de reabertura da universidade, mas não sem antes serem realizadas diversas medidas preliminares destinadas a ampliar a dimensão do escândalo. *A miséria do meio estudantil* foi então distribuído conforme o planejado, enquanto o secretariado extremista da AFGES anunciava que seu único programa seria a imediata dissolução da associação, convocando, para o dia 16 de dezembro, uma assembleia geral para deliberar a respeito. Após passar por uma série de repressões jurídicas, o singular secretariado da AFGES foi a Paris em 4 de janeiro de 1967, na assembleia geral da União Nacional, para exigir dela a votação de sua moção de dissolução de toda a UNEF.

pura e simples dessa ridícula instituição burocrática. Sinal dos tempos, a lista encabeçada por José dos Santos bateu a dos maoístas e a dos comunistas. Uma vez eleitos, proclamamos a dissolução da dita associação, num *remake* do que os situacionistas haviam feito em Strasburgo com a UNEF (*Union Nationale des Étudiants de France*), para consternação dos grupos e grupúsculos especializados na atividade política “responsável” e “razoável” que viam nessa estrutura um trampolim para as suas futuras carreiras politigueiras (2014, p. 31)¹⁵⁰.

Para Valadas, “pela primeira vez na sua história”,¹⁵¹ o PCP, ainda na clandestinidade, tinha de responder a uma crítica de esquerda da sua tática da “revolução democrática” e de aliança com a burguesia anti-salazarista: “as circunstâncias mudavam rapidamente, alteradas por um descontentamento social e uma revolta da juventude estudantil contra o colonialismo, impregnada das ideias de Maio de 68” (2014, p. 26). Medeiros também recorda o impacto que a repressão soviética à primavera de Praga, em agosto de 1968, teria causado entre os circunstancionalistas, conduzindo-os a um “distanciamento crítico com respeito ao imaginário socialista que à altura impregnava mais ou menos a oposição à ‘ditadura fascista’” [em Portugal]” (2013b, p. 208. Tradução nossa). Atentas à explosiva conjuntura internacional daquele ano, as análises da revista procuravam inserir a situação portuguesa no quadro mais amplo de agudização da luta de classes que atingia diversos países do mundo, para além da Europa:

É no quadro deste vastíssimo ciclo de lutas – que tocou já numa simples enumeração de países, e em graus e formas diversas, a França, a Itália, a Espanha, a Bélgica, a Inglaterra, a Alemanha, a Suécia, a Finlândia, a Dinamarca, a Irlanda, a Iugoslávia, a Checoslováquia, a Turquia, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, as Antilhas holandesas (Curaçau), o Japão – que se insere de pleno direito o processo de lutas aberto em Portugal pela classe operária em Junho de 1968 (1975, p. 296).

A experiência adquirida pelos circunstancionalistas portugueses na França, em maio e junho de 1968, seria fundamental para o desenvolvimento teórico, político e cultural dos *Cadernos*. Para Medeiros:

¹⁵⁰ De acordo com Freire, a lista dos circunstancionalistas e pró-situacionistas portugueses teria sido apresentada no ano de 1970 e não de 1968, conforme relata Valadas. Cf. *Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX* (2007, pp. 366-367).

¹⁵¹ A afirmação de Valadas deve ser relativizada. Se é verdade, por um lado, que a radicalização de setores mais amplos da juventude portuguesa, particularmente no meio estudantil, é em grande medida influenciada pela revolução de Maio de 68, por outro lado, a primeira crítica à esquerda da tática da “revolução democrática e nacional” de Cunhal e endossada pelo PCP, data de 1965-1966 e surge no campo maoísta, por meio da contraposição defendida por Francisco Martins Rodrigues no sentido de uma “revolução popular”. Cf. Cardina, 2011.

Essas novas formas de ação procuravam contornar as tentativas de “recuperação” das organizações e dos aparelhos político-sindicais, de maneira a preservar o máximo possível a autonomia (a auto-organização) de um duplo movimento social e cultural, cuja irrupção e a dinâmica, investido de uma espontaneidade e de uma autonomia bastante valorizadas pelos ativistas de 68, eram largamente estranhas, senão francamente hostis aos métodos organizacionais e aos modos de funcionamento dos ditos aparelhos. Aparelhos os quais, seguramente, revidavam contra esses “esquerdistas”, “provocadores” e “grupúsculos irresponsáveis” (2013b, p. 217. Tradução nossa).

Os circunstancialistas envolveram-se diretamente na profusão de comitês revolucionários de estudantes e trabalhadores que se confederavam nos prédios da faculdade de *Censier*, onde “cada membro (se é que este termo tem aqui algum significado) dos *CdeC* fundiu-se na agitação política do movimento”, ratifica Valadas. Situado na região sudeste do Quartier Latin, o anexo *Censier*, vinculado à nova faculdade de letras da Universidade de Paris, foi sede da efêmera Universidade Crítica, criada após a ocupação por estudantes e trabalhadores, no dia 13 de maio de 1968, transformando-se rapidamente em sede de diversos “comitês de ação trabalhadores-estudantes”. Segundo o relato do *Solidarity*:

A ocupação do *Censier* atraiu menos atenção do que a da Sorbonne. Entretanto, ela provou ter sido tão significativa quanto aquela. Enquanto a Sorbonne era a vitrine da Paris revolucionária – com tudo que isso implica em termos de *glamour* – *Censier* era seu dínamo, o lugar onde as coisas realmente eram feitas [...]. O que uniu os companheiros do *Censier* foi a nítida percepção das potencialidades revolucionárias da situação e o entendimento de que não tinham tempo a perder [...]. Na maior parte, suas ideias políticas eram as mesmas que caracterizavam o novo agente político que tem crescido em importância histórica: os ex-membros de organizações revolucionárias [...]. A maioria deles havia saído de organizações stalinistas ou trotskistas após terem rompido com as mesmas [...]. Mais de 90% dos estudantes do *Censier* vêm de famílias pequeno-burguesas ou burguesas. No entanto, a maneira como rejeitam a sociedade que os criou é tão forte que eles chegam a pôr 24 horas por dia as fotocopiadoras em funcionamento, produzindo um fluxo de literatura revolucionária de uma forma que nenhuma cidade moderna tinha sido acometida anteriormente (2008, pp. 50-54).

Já os situacionistas faziam uma análise mais crítica da experiência do *Censier*, por onde membros tanto do *Solidarity* quanto dos *Cadernos* circulavam. Estes eram grupos mais próximos do Socialismo ou Barbárie, como o ICO, que da Internacional Situacionista e dos *Enragés* de Nanterre. No texto *Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations*, os membros da IS criticam a ambiguidade das posições tomadas pelas “tendências conselhistas” durante o movimento de maio-junho:

Esses conselhistas puderam intervir em algumas lutas práticas, especialmente no início da greve geral, enviando alguns deles para ajudar a fazer arrancar a greve ou a reforçar os piquetes. Mas a sua intervenção sofreu frequentemente dos defeitos inerentes à sua própria constituição: aconteceu de vários membros das suas delegações exporem aos trabalhadores pontos de vista fundamentalmente opostos (2018, p. 113).

Apesar das divergências internas à corrente esquerdista, o fato é que tanto a tendência situacionista do CMDO, como as tendências conselhistas do *Censier*, “estavam entre os melhores aspectos radicais de 68” (BARROT, 2015, p. 103). Segundo Medeiros, os comitês de ação forneceram ao movimento de 68 uma das raras plataformas que buscavam assumir as funções de coordenação da ação coletiva circunscrita “às modalidades aos objetivos e aos meios de ação definidos num quadro de ação centrado sobre a cooperação entre trabalhadores e estudantes” (2013b, p. 218. Tradução nossa). A coordenação da ação coletiva insidia sobre os múltiplos “comitês de base” que surgiam a todo instante (de bairro, de fábrica, de administração, de escola, de universidade, de hospital, etc.) e que compunham as sessões plenárias da Assembleia Geral permanente dos delegados de tais comitês, transformada em Fórum nas dependências dos anexos do *Censier*, na sequência da “noite das barricadas” em 10 de maio:

Para os participantes dos comitês de ação a coordenação da ação da qual dependia, a seus olhos, a dinâmica do movimento social, passava por uma organização que deveria provar constantemente que ela poderia funcionar sem ter que acordar prerrogativas de poderes à instâncias investidas de funções de coordenação do movimento. Essa experiência de um modo de funcionamento do coletivo claramente de inspiração “sindicalista-revolucionária”, implicava um perpétuo vai-e-vem entre a ação específica, desenvolvida na base, e a ação de reunião que, através os primeiros esboços de Fóruns, estava carregada da aspiração coletiva por transformações sociais perenes (*Ibidem*. Tradução nossa).

A lição legada por tais experiências aos circunstancialistas portugueses revelava “as dificuldades tanto empíricas quanto teóricas levantadas pela coordenação da ação coletiva em um movimento social que valorizava a autonomia dos atores” (*Ibidem*, p. 2019. Tradução nossa). Tais dificuldades resultavam de novos tipos de cooperação exigidos pela resolução de problemas também novos, “que são sempre, antes de tudo, de ordem prática”, avalia Medeiros.

O circunstancialismo: entre o esquerdismo francês e o operaísmo italiano

Com o termo “circunstancialismo” não pretendemos forjar mais uma ideologia decorrente do refluxo do movimento revolucionário de 1968, mas apenas exprimir uma ideia central que permeia as publicações dos *Cadernos*, segundo a qual a luta de classes carrega sempre um significado histórico variável, efêmero e, portanto, *circunstancial*. Dito de outra maneira, as teorias revolucionárias são perecíveis no tempo como o são as próprias revoluções. De acordo com Freire, o nome da revista foi sugerido por Margarido, não sem antes gerar uma exaustiva discussão no seio do grupo, acerca das “implicações do vocábulo, entre a referência filosófica de Unamuno e as conotações linguísticas desprendidas... da oportunidade até ao oportunismo” (2012, p. 82). Conforme as “Questões de princípio” da revista, publicadas em seu segundo número:

Protesta-se pois em primeiro lugar contra essa irresistível tendência para ficar agarrado a esquemas puramente mecânicos, que ao inspirarem-se nas experiências alheias não ultrapassam o nível de comparações tais que nada mais se conclui senão que uma revolução é sempre uma revolução, o que bem entendido pouco nos ensina quanto ao modo de fazer a nossa (1968, p. 4).

Os “circunstancialistas”, termo que encontramos em depoimentos de Cabral e Valadas,¹⁵² acompanhavam com interesse a atividade de organizações esquerdistas atuantes na França antes mesmo do incêndio de maio-junho de 1968. Valadas assegura que eles se interessavam especialmente pelas correntes dissidentes do marxismo, pois com frequência “liam e debatiam revistas como *Socialisme ou Barbarie*, *Arguments*, ou *L’Homme et la Société*. Estavam igualmente atentos aos escritos de Guy Debord e da revista *Internationale Situationniste*”.¹⁵³ Tradutor português de Marx, Nietzsche, Kafka, Gabel, e amigo de juventude do surrealista Mário Cesariny, seu conterrâneo, o circunstancialista Margarido era no entanto mais próximo da perspectiva teórica de SouB que da IS, grupo que ele havia conhecido por intermédio de outro amigo, o social-bárbaro Pierre Vidal-Naquet.

Entretanto, a relação entre os circunstancialistas portugueses, situacionistas franceses e pró-situacionistas portugueses era mais de ordem teórica do que prática, como assinala Medeiros, para quem “os *CdeC* mantinham certa distância em relação aos situacionistas, o que não ocorreu sem algumas rugas com os ‘situacionistas’ portugueses de

¹⁵² Apud Accornero, 2013b. Cf. Valadas, 2018.

¹⁵³ Depoimento, 10/12/2019.

Paris, de velhos conhecidos como Francisco Alves,¹⁵⁴ entre outros” (2013b, p. 220. Tradução nossa). Também de acordo com o relato de Freire, “líamos tudo o que estava publicada da IS e tínhamos alguma simpatia pelas suas teses, talvez menos pelos seus métodos de acção e a sua linguagem provocatória/surrealista”¹⁵⁵. Para Valadas, havia uma relação de “amor e ódio”¹⁵⁶ dos circunstancialistas para com os situacionistas:

Não havia influencia particular da critica situacionista no trabalho dos *Cadernos*. O grupo estava muito mais marcado pelas concepções e ideias de um marxismo que procurava libertar-se da ortodoxia leninista (...). Hoje, retrospectivamente, penso que os textos situacionistas exprimiram de forma mais clara e percutante um certo espírito que estava no ar, que se exprimiu concretamente no Maio de 68: a ideia que a revolução não era um acontecimento político, mas uma transformação da vida, das relações. Mas isso viveu-se em muitos campos da revolta, pouca gente conhecia os textos situacionistas, que só depois tiveram difusão. Era uma corrente muito confidencial, mesmo se os seus poucos membros foram muito ativos. Teve influencia em sectores do meio estudantil, em província e em Paris, na Sorbonne. Mas, no momento as ideias que defendiam eram pouco reconhecidas ou ignoradas. As correntes maoístas tiveram muito mais protagonismo., estiveram mais inseridas no movimento de greve, na oposição ao partido comunista e à CGT. Como também os grupos das correntes anti-leninistas, saídos de *Socialismo ou Barbarie* ou do anarquismo, presentes nos *Comités de Acção*. Parece-me bem inflacionado o papel que é hoje atribuído aos pequenos grupos situacionistas no Maio de 68. Que as suas ideias — e penso particularmente aos textos do Raoul Vaneigem — tenham exprimido bem o espírito mais radical da revolta, isso é indiscutível. Mas para perceber e colocar o movimento de Maio na historia, no movimento moderno das ideias de emancipação, as análises dos comunistas antibolcheviques parecem-me muito mais pertinentes¹⁵⁷.

Para o circunstancialista Rodrigues dos Santos, que se tornaria amigo de Henri Lefebvre,¹⁵⁸ professor de sociologia na faculdade de Nanterre, próximo dos situacionistas

¹⁵⁴ Trata-se do arqueólogo Francisco J. S. Alves, co-tradutor, com Afonso Monteiro, de *A sociedade do espetáculo* (Edições Afrodite, 1972) para a língua portuguesa e próximo de Debord, sob os auspícios de quem formaria, em Lisboa, o Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social, nos inícios do processo revolucionário desencadeado pelo golpe de 25 de Abril de 1974. Como a Internacional Situacionista já havia sido dissolvida àquela altura, não havia mais “situacionistas” (no sentido de membros da IS), senão “pró-situacionistas”, isto é, ativistas que agiam e pensavam inspirados pelas teses situacionistas e pelo modo de organização e acção da IS, circunscritas entre os anos de 1957 e 1972.

¹⁵⁵ Depoimento, 04/03/2020.

¹⁵⁶ Apud Aumond, 2014, p. 116.

¹⁵⁷ Depoimento, 10/12/2019.

¹⁵⁸ Em maio de 1961, Debord recebe um convite de Henri Lefebvre para apresentar uma comunicação aos sociólogos do *Grupo de pesquisas sobre a vida cotidiana*. No dia 17, Debord emite sua exposição gravada por um magnetofone, na sua presença, diante do grupo de sociólogos. Intitulada *Perspectivas de modificações conscientes da vida cotidiana*, a exposição se inicia com uma fórmula provocativa, diretamente inspirada pelas teses de Hamburgo: “Estudar a vida cotidiana seria uma empresa perfeitamente ridícula, e de início condenada a nada compreender do seu objeto, se não propuser explicitamente o estudo da vida cotidiana para transformá-la” (2010, p. 101. Tradução nossa). Esse texto reapareceu modificado no sexto

e coordenador do *Grupo de pesquisas sobre a vida cotidiana*, interessava-o *outro aspecto da política*, qual seja: “tudo o que faz com que o cotidiano das pessoas seja ou não habitável” (apud AUMOND, 2014, p. 110). No texto *Luta cultural e luta política*, Cabral considera que Lefebvre merecia “ser lido e relido, quanto mais não fosse, em homenagem ao fato de ser dos raros, senão o único, a opôr-se à diarreia estruturalizante de um ponto de vista marxista” (1968, p. 28). Segundo Valadas, “a leitura do Henri Lefebvre levou-me mesmo a pensar que os situacionistas copiavam a análise que ele já tinha feito antes”.¹⁵⁹

Já desde o segundo número da revista, os circunstancialistas aproximam-se tanto da sociologia lefebvrea como da crítica, de origem social-bárbara e, posteriormente, desenvolvida pelos situacionistas, acerca da colonização da vida cotidiana, ao manifestarem a ideia de que, somente no dia em que “certos setores da oposição” anti-salazarista, “se submeterem a uma radical modificação da mentalidade (que não afetará somente as suas ideias políticas, mas igualmente as suas ideias morais, sexuais, artísticas)”, poderia surgir “uma via autenticamente revolucionária para a sociedade portuguesa” (1968, p. 5). Também no texto *A revolução está na ordem do dia*, os circunstancialistas reconhecem que “o controle do Capital estende-se pois a todo o espaço social” (1970, p. 3). Apesar disso, José Maria C. Ferreira avalia que, durante os três anos convividos com o grupo dos *Cadernos*, “não foi possível encontrar elementos de acordo com as premissas teóricas e práticas do situacionismo”.¹⁶⁰

O primeiro número dos *CdeC* foi publicado em Paris, em novembro de 1967,¹⁶¹ editado por Margarido, Oliveira, Medeiros, João Rocha, José Porto e Cabral. Melo e Santos se juntariam ao grupo posteriormente. Desertor das forças armadas coloniais portuguesas, Valadas chega a Paris no outono de 1967 e, poucos dias depois, descobre a revista na livraria *La Joie de Lire*.¹⁶² Estabelecendo contato imediato com o grupo, passa a colaborar com os *Cadernos* a partir do número quatro, de novembro de 1968, no qual publica

número da revista da IS, em agosto de 1961, e marca o ponto culminante das relações entre Debord e Lefebvre. A partir de fevereiro de 1963, com o panfleto *Às latas de lixo da história!*, Debord e os situacionistas rompem publicamente suas relações com o filósofo.

¹⁵⁹ Depoimento, 10/12/2019.

¹⁶⁰ Depoimento, 09/04/2020.

¹⁶¹ Na França, os situacionistas publicavam naquele momento o seu segundo e talvez mais influente livro de teoria. Trata-se de *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord, também publicado em novembro de 1967.

¹⁶² Localizada na rue Saint-Séverin, no Quartier Latin em Paris, foi uma famosa livraria de esquerda gerida por François Maspero, posteriormente proprietário das Edições Maspero. A livraria difundia “publicações censuradas em Portugal mas igualmente suplementos em português de publicações francesas como o *Portugal Libertario*, editado pela organização revolucionária anarquista, ou traduções de publicações

uma reflexão sobre a sua experiência de quatro anos naquela instituição militar, intitulada “Para uma análise das Forças Armadas em Portugal”.

Nos primeiros números da revista, se observa uma clara demarcação com as concepções mais ortodoxas do marxismo-leninismo, onde se sobressai um forte componente antiautoritário destacado por Medeiros, para quem os primeiros circunstancialistas já “mantinham-se unidos por um cimento cujos ingredientes principais eram o antiautoritarismo visceral de que estávamos imbuídos e o anti-estalinismo que, como nessa altura já era claro aos nossos olhos, corroía toda a esperança da utopia socialista” (2013a, s/p.). Nas “Clarificações” do terceiro número da revista, de maio de 1968, os *Cadernos* se posicionam em favor da auto-organização social do proletariado em conselhos operários, desde uma perspectiva ao mesmo anticapitalista e antiestatal:

Não só outro modo de produção, mas sobretudo outro modo de vida – outro modo de se não organizar em Estado, outro modo de ser livre, outro modo de amar, outro modo de trabalhar e sobretudo de não trabalhar, outro modo de criar beleza, em suma, outro modo de comunicar, ao nível individual como ao nível coletivo, independentemente da mercadoria. Conhecíamos a ditadura do capital, hoje estamos a conhecer a ditadura da mercadoria e que esta pode perpetuar-se para lá da abolição da propriedade privada dos meios de produção, quando um “estado do povo inteiro” confia a sua gerência a uma nova classe de tecno-burocratas... É portanto de nos interrogarmos se a solução não estará na tomada do poder pelos conselhos operários (*soviets*) e na consequente auto-gestão coletiva e igualitária da sociedade? (1969, p. 6).

A partir 1968, os artigos publicados nos *CdeC* passam a ser “mais marcados por uma visão internacionalista, inserindo a situação portuguesa numa perspectiva simultaneamente mais lata e complexa”,¹⁶³ de acordo com Valadas. Medeiros ratifica que a participação dos circunstancialistas no movimento de ocupações de maio e junho de 1968 constituiu uma experiência fundamental para a evolução dos *Cadernos* rumo a outros horizontes de luta, “menos confinados no mundo luso-português e sobretudo livre da ideologia e das práticas stalinistas que constituíam o ponto de partida da formação política de alguns entre nós” (2013b, p. 221. Tradução nossa).

No plano “organizativo”, as relações do grupo tornam-se mais fluídas e menos formais, passando a assumir as características de um *milieu*, no qual havia pessoas mais ou menos próximas ao núcleo dos novos circunstancialistas. Desde então, de acordo com

francesas como *Viva o Comunismo* ou *Servir o Povo*, a partir de 1969” (AUMOND, 2014, p. 93. Tradução nossa).

¹⁶³ Depoimento, 10/12/2019.

Fernando Medeiros, “o nome persistia mas o novo grupo limitou-se à acção de ‘agit-prop’”, enquanto observava-se “uma atracção cada vez maior pelas ideias e libertárias e pelos movimentos anarco-sindicalistas” (2018, p. 85).

Junto com Freire, que se integra ao grupo, Valadas organizou dois volumes especiais dos *Cadernos*. O primeiro continha uma tradução inédita para o português de *Marxismo contra ditadura*, texto de Rosa Luxemburgo, e o segundo, trazia uma coletânea de *Textos Revolucionários*, composto por panfletos e manifestos de processos revolucionários modernos como o russo de 1905, o húngaro de 1956 e o francês de 1968. Nessa época, entram para o grupo Hipólito dos Santos e Reis Siqueira. No texto *Luta de classes em Portugal em 1969*, os circunstancialistas avançam na direcção de posições luxemburguistas, baseadas numa defesa da capacidade das massas de criar espontaneamente e de modo autónomo suas próprias formas de luta e de organização, como as ocupações, as manifestações de rua e as práticas de autodefesa. A referência ao conselhismo torna-se constante e, no sexto número da revista, é publicada uma tradução do texto de Rosa Luxemburgo *Contra a burocracia sindical*, de 1906.

No trânsito entre Paris e Lisboa havia já em 1968, portanto, uma pequena corrente revolucionária situada entre o conselhismo e o situacionismo e livre da zona de influência do marxismo-leninismo, do trotskismo e do maoísmo. Os circunstancialistas estavam, porém, atentos à conversão da experiência histórico-prática dos conselhos operários em ideologia *conselhista* que, “promovida a teoria definitiva da próxima revolução”:

Instaura-se a partir do momento em que se assume essa prática, e sobretudo os seus resultados teóricos, como uma totalidade abstrata, desligadas das condições materiais que determinaram a existência de tal prática e de tais resultados teóricos (1970, p. 7).

Os antagonismos entre os *Cadernos de Circunstância* e o PCP são nítidos. No entanto, esses antagonismos são fulcrais também em relação a todas as organizações da extrema-esquerda: maoístas, guevaristas, castristas ou trotskistas. Valadas distingue a orientação dos *CdeC* das distintas variantes de extremismo existentes àquela altura na Europa ocidental, ao reconhecer que seu “posicionamento ao lado das correntes revolucionárias anti-bolcheviques” deixava “definitivamente de parte guevarismos, maoísmos e mesmo trotskismos”, dado que “o meio onde nos movíamos era o dos companheiros do *22 Mars*, da revista *Noir et Rouge*, de *Informations Correspondance Ouvrières*, do *Groupe de Liaison et Action des Travailleurs*, da revista *Révolution Internationale*”

(2014, p. 29). A mesma distinção também é lembrada por Medeiros, para quem as “lutas socioculturais” de 1968 inauguraram “uma forma de mobilização social e política completamente inédita, não tendo evidentemente nada a ver com a revolução cultural chinesa” (2013b, p. 220. Tradução nossa).

Note-se, a esse respeito, que Valadas, pela primeira vez assinando um texto seu sob o pseudônimo de “Charles Reeve”, havia publicado na França, em 1972, pelas edições *Spartacus*,¹⁶⁴ uma importante análise crítica do desenvolvimento do capitalismo de Estado na China entre 1949 e 1971, intitulada *Le tigre de papier*. Para Freire, “as diversas variedades de trotskistas estavam para nós *a reboque* dos acontecimentos; e as inúmeras capelas maoístas eram rejeitadas sem contemplações, desde logo pelo seu leninismo”¹⁶⁵. Também José Maria C. Ferreira assinala que persistia no grupo “uma leitura baseada nos acontecimentos de Maio de 1968 em França, com identidades do marxismo diversificadas, mas sem ser leninista, estalinista, maoísta ou trotskista”.¹⁶⁶ Em março de 1969, os editores dos *CdeC* declaram-se explicitamente herdeiros da corrente esquerdista, no sentido em que Gombin a define:

Uma das tarefas teóricas fundamentais será a de reunir e articular coerentemente os elementos de análise e reflexão já fornecidos por toda a corrente “esquerdista”, que vai desde o spartakismo (Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht, Franz Mehring) até às oposições de esquerda dentro do próprio partido bolchevique (comunistas de esquerda, centralistas-democráticos, Oposição Operária, etc.), passando pelos teóricos dos Conselhos Operários (Gorter, Pannekoek, Otto Rühle, Mattick, etc), para chegar hoje aos representantes actuais da crítica radical das burocracias de Estado no interior dos países de Leste (1969, p. 7).

Gombin, n’*As origens do esquerdismo*, define tal “herança” em termos “das concepções ‘autonomistas’ da revolução e da gestão da sociedade socialista”, além da “concepção de organização-processo tal como a encontramos em Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek e nos propagandistas de um neo-anarquismo” (1972, p. 130). Entretanto, tal concisão ideológica é questionada por Pacheco Pereira, que aponta a diversidade de tendências políticas que coexistiam no *milieu* dos *Cadernos*:

¹⁶⁴ Fundada em 1936 por René Lefevre (1902-1988), as edições *Spartacus* editavam textos de Rosa Luxemburg, Anton Pannekoek, Herman Gorter, Victor Serge, Maurice Dommanget, Otto Rühle, Jacques Camatte, Daniel Guérin, entre outros intelectuais oriundos do universo esquerdista, no sentido de Gombin.

¹⁶⁵ Depoimento, 04/03/2020.

¹⁶⁶ Depoimento, 09/04/2020.

A heterogeneidade ideológica e política do grupo fundador teve igualmente um papel na riqueza de experiências e análises, no momento certo e na “revolução” certa, o Maio de 1968, embora essa coabitação acabasse por ser fugaz e não resistir à maior arregimentação política típica dos momentos de refluxo. Margarido vinha de uma experiência comunista turbulenta, José Rodrigues dos Santos tinha sido trotskista, Villaverde Cabral fora do PCP e depois CMLP e tornar-se-á “obreiro” à italiana, Jorge Valadas tornou-se “conselheiro”, João Freire anarquista. Maio de 1968 foi um acontecimento fundamental para este grupo, cujos membros participaram ativamente nos eventos em França: por exemplo, Valadas nos Comités Ouvriers-Étudiants (2013, pp. 225-226).

Esta ausência de consistência editorial dos *Cadernos* levantada por José Pacheco Pereira é confirmada por José Maria C. Ferreira, que a aponta como um elemento determinante para o fim da “identidade coletiva” que animava o grupo.¹⁶⁷ A propósito, José Hipólito revela que incomodou-o a publicação, pela revista, de um desvio publicitário confeccionado por José Maria C. Ferreira e Jorge Valadas, no qual igualavam-se, numa mesma posição, figuras do socialismo de Estado, como Mao Tsé-Tung, Brejnev, Fidel Castro, e o salazarista português Marcelo Caetano. Além de discordar de seu conteúdo, Hipólito percebe que, naquele momento, as decisões sobre o que deveria ou não ser publicado nos *Cadernos* já não tinham o mesmo carácter horizontal e coletivo de outrora.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Depoimento, 09/04/2020.

¹⁶⁸ Cf. Entrevista concedida à rádio *Vosstanie*, 25/01/2014.



Cadernos de Circunstância, nº 7, 1970, p. 43.

Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Após a derrota da revolução na França, o interesse dos membros dos *CdeC* se voltaria à situação revolucionária italiana, principalmente às análises de grupos extremistas como o *Potere Operai* e o *Lotta Continua*. Entre 1970 e 1971, Cabral e Freire iniciaram alguns debates com membros do operaísmo italiano, como Tronti e Negri, aproximando-se de suas perspectivas. Contudo, Valadas admite que a movimentação era por ele vista com ressalvas, uma vez que tinha mais afinidade com a perspectiva das correntes francesas, sobretudo do grupo ICO, que lhe apresentou “a obra de Paul Mattick e de outros teóricos comunistas de conselhos”, correntes por ele consideradas mais coerentes em relação à “rejeição do voluntarismo e dirigismo da política leninista” (2014, p. 32). A esse respeito, Cabral consente que, “talvez por trás do fim dos *CdeC* houvesse uma divergência que não quisemos aprofundar entre os que permaneceram mais ‘franceses’ do que aqueles que se ‘italianizaram’, como eu”.¹⁶⁹ De acordo com Medeiros, nesta fase “se verificou uma desmobilização crescente dos mais antigos e/ou menos tentados pelo ‘operaísmo’, o que fez com que os *CdeC* que tinham existido até ali desaparecesse rapidamente do radar” (2018, p. 85). Contudo, Valadas pondera que falar em “duas tendências” talvez seja uma

¹⁶⁹ Depoimento, 19 e 21/11/2019.

“fórmula demasiada formal”, embora não deixe de reconhecer que tenha havido um “afastamento” da parte daqueles que analisavam o operáismo italiano “como um derivado modernista do leninismo”.¹⁷⁰

Miguel Cardina reconhece que os *Cadernos* constituíram um grupo de “difícil catalogação ideológica” (2011, p. 340), embora o tenha relacionado, em outro espaço, com a extrema-esquerda maoísta, principalmente aquela reunida em torno da revista *Cadernos necessários* (1969-1970), que Mário Brochado Coelho e Alexandre Alves Costa animavam desde o Porto.¹⁷¹ José Pacheco Pereira rastreou uma influência dos *Cadernos* na formação, em Portugal, tanto de alguns setores mais radicalizados do movimento Esquerda Democrática Estudantil (EDE), quanto do periódico *Cadernos Necessários*.¹⁷² Isto porque, de modo semelhante ao operáismo italiano, como vimos, o grupo que editava os *Cadernos Necessários* amalgamava algumas características das correntes extremistas com as das esquerdistas. Os *Cadernos* são ainda mencionados no estudo de Ramiro da Costa, onde se reconhece “a receptividade que tiveram em certos meios estudantis lisboetas, onde as suas publicações chegavam” (1979, p. 203). Porém, ao assinalar a influência do Maio de 68, Costa avalia que os *Cadernos* “aproximam-se de posições anarquistas” (*Ibidem*), a despeito de sua aproximação com as tendências conselhistas do *Censier*, durante o movimento de maio-junho. Também vimos como, a partir de 1968, os *Cadernos* refluem junto com a situação revolucionária francesa, onde o grupo se dissolveria na agitação dos comitês do *Censier*. Ao contrário do que afirma Costa, a suposta “perspectiva intelectualizante” da revista não “se acentuou ao longo do tempo”, mas foi absorvida pela necessidade de uma aproximação prática com o movimento de maio-junho na França. Ao mesmo tempo, em relação a Portugal, se é verdade, por um lado, que “é logo no período em que a luta de classes em Portugal entra em ascenso que a publicação destes *Cadernos* cessa”, por outro lado, as análises da revista exerceria certa influência não apenas em setores do meio estudantil, como afirmam José P. Pereira e Costa, como também em grupos como o jornal *Combate*, inclusive a partir da participação direta de alguns ex-participantes da revista franco-portuguesa, como Jorge Valadas e José Maria C. Ferreira. Apesar de elencar alguns “Elementos para a história do movimento operário em Portugal”, no período entre 1820 a 1975, e de lembrar a experiência dos *Cadernos* na última metade da

¹⁷⁰ Depoimento, 10/12/2019.

¹⁷¹ Cf. Cardina, 2009.

¹⁷² Cf. Pereira, 2013.

década de 1960, Costa não menciona a experiência do *Combate*, que cumpriu um importante papel nas lutas operárias desencadeadas após o 25 de Abril de 1974, como veremos mais adiante.

A evaporação dos *Cadernos* no pós-68

Segundo o relato de Cabral, o grupo se dissolveria de modo atípico, após a publicação do sétimo número dos *Cadernos*, em 1970, “sem nenhuma reunião em que a questão tenha sido discutida nesses termos e muito menos votada”, apesar de se demonstrar convencido de que o motivo mais direto de tal “dissolução”, se é que se pode falar neste termos, tenha sido a “incapacidade” do coletivo de “escrever e publicar algo sério acerca do movimento de Maio de 68 e das suas ‘consequências’ ou ‘lições’ para o futuro de algo tão indefinido como ‘a revolução’”.¹⁷³ Nas palavras de Valadas, o grupo simplesmente *evaporou-se na alquimia de Maio de 68*:

Só depois retomamos as reuniões e debates, mas já era o fim, cada um tinha encontrado o seu caminho próprio através do movimento. Para nós era evidente que o resultado de Maio de 68 teria também consequências em Portugal, como teve anos mais tarde na revolução portuguesa, e que não havia tempo a perder com atividades “portuguesas”, pois tínhamos de lutar lá onde estávamos, nesse momento, onde o inimigo estava.¹⁷⁴

Para além dos sete números dos *Cadernos*, seus editores produziram alguns panfletos avulsos e volantes, como *Sur la lutte de classes au Portugal en 1969*, publicado na França em julho de 1969. José Maria C. Ferreira e João Freire editariam o jornal *Classe Operária, contra o patrão, contra o estado, contra o capital* que, criado em abril de 1970, era produzido na França com uma tiragem de cerca de 5000 exemplares, sendo distribuído até dezembro daquele ano nas regiões onde habitavam comunidades imigrantes portuguesas, assim como na região industrial de Lisboa, entre 1971 e 1972. Outra publicação emanada da experiência dos *Cadernos*, o panfleto *12 Milhões de Imigrados: Folha de Luta dos Operários Imigrados na Europa*, também editado na França, continha textos em várias línguas, incluindo francês, turco, árabe e português, sendo fortemente influenciado pelas concepções da autonomia operária italiana. Num dos dois números do panfleto, pu-

¹⁷³ Depoimento, 19 e 21/11/2019.

¹⁷⁴ Depoimento, 10/12/2019.

blicados em janeiro e fevereiro de 1974, seus editores afirmam que “os partidos, os sindicatos, os grupúsculos franceses colocam a luta dos imigrados numa posição subordinada, prejudicando sua ação”.¹⁷⁵

Os *Cadernos* chegariam a exercer influência sobre outros grupos portugueses que publicam clandestinamente panfletos aperiódicos como o *Luta de Classes* (1969-1970), que traduziram e editaram textos franceses de orientação conselhistas como *Pouvoir Ouvrier*, e situacionistas, como *A miséria do meio estudantil*.¹⁷⁶ Já o jornal *Os Proletários não Têm Pátria*, mimeografado e editado em Paris, em fevereiro de 1974, surge da evolução de alguns membros dos *Cadernos* para posições mais próximas do conselhismo e do situacionismo, publicando textos do Grupo dos Comunistas Internacionais da Holanda e da seção francesa da Internacional Situacionista. O grupo que o editava considerava que a condição de emigrante, apesar de ser nuclear, não devia originar qualquer movimento parcial, mas global, assente “na internacionalização e na autonomia das massas trabalhadoras”, levando-o a identificar-se “com uma prática em que não queremos formar mais um grupelho ou partido”. Esta publicação, na esteira dos *Cadernos*, trazia em suas páginas um conteúdo iconográfico muito interessante, com peças publicitárias e histórias em quadrinhos *détournés*, de inspiração situacionista.



À esquerda, capa de *Os Proletários não Têm Pátria*, nº 1, fev. 1974. À direita, detalhe da página 9a. No quadro acima do balão, uma frase desviada do panfleto *Dirigido a todos os trabalhadores*,¹⁷⁷ assinado pelo Comitê *Enragés*-Internacional Situacionista e pelo CMDO, de 30 de maio de 1968

¹⁷⁵ Cf. Pereira, 2013, p. 265.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 396.

¹⁷⁷ Onde se lê o seguinte: “o que já fizemos na França assombra a Europa e em breve ameaçará todas as classes dominantes do mundo, dos burocratas de Moscou e Pequim aos bilionários de Washington e Tóquio. Assim como fizemos dançar Paris, o proletariado internacional irá ao ataque às capitais de todos os Estados, de todas as cidadelas da alienação” (apud CORRÊA; MHEREB, 2018, p. 155).

Quando eclode a revolução no dia 25 de abril de 1974 em Portugal, os *Cadernos* já não existiam mais, nem como grupo nem como publicação. Embora reconheça que não tenha havido relação direta entre a história dos *Cadernos* e a criação do jornal *Combate*, ocorrida entre abril e junho de 1974, Valadas rememora que houve, no início do jornal, além de militantes oriundos do movimento estudantil, ativistas que vinham do exílio e que tinham sido marcados “pelas ideias dos *Cadernos* ou de outros pequenos grupos do pós-maio de 68”, entre outros que vinham diretamente do maoísmo, como João Bernardo e Rita Delgado, que pertenciam, até o 25 de Abril de 1974, aos Comitês Comunistas Revolucionários (Marxistas-Leninistas), mas que, desde 1972, “estavam em ruptura com o leninismo e neste sentido conduziam uma luta interna nos CCR (m-l)” (2020, p. 11). Veremos a seguir, como os *Cadernos* exerceriam certa influência sobre a ala esquerdista, ou “festiva”, do Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa, entre 1967-1969.

3.2. A “esquerda festiva” no Técnico insurgente (1967-1969)

No rescaldo das greves e assembleias desencadeadas pela crise acadêmica de 1962, o movimento associativo lisboeta acabaria nas mãos da repressão, com a prisão de grande parte dos seus dirigentes em 1964-1965. Será apenas no final de 1967 que o movimento será reerguido, durante as mobilizações em solidariedade às vítimas das inundações de 25 de novembro, que atingiram gravemente as populações das regiões periféricas da região metropolitana de Lisboa. A tragédia seria ignorada pelo governo, mesmo se tratando de uma das três maiores catástrofes ocorridas na história do país, depois do Terremoto de 1755, e do derrame de aluviões, em Funchal, no ano de 1803. Centenas de moradores das periferias perderam suas vidas nas inundações de 1967. O fato da destruição não ter atingido a região central da cidade desvelava a indiferença das autoridades em relação às populações atingidas, cuja omissão seria denunciada pelo estudantes.

Naquele momento, a Associação do Técnico assumia um papel de articulador do socorro prestado aos bairros periféricos de Vala do Carregado, Loures, Benfica, Odivelas, entre outros. Toda a energia concentrada e canalizada na prestação de apoio às vítimas, bem como os laços de solidariedade construídos naquela experiência, seriam suficientemente fortes para reequacionar a dinâmica do movimento associativo local, que o levaria a ultrapassar o horizonte de reivindicações corporativas acerca da vida universitária. Passava-se, assim, de um movimento de caráter “associativo” para um de caráter “estudan-

til”, conforme a distinção proposta por Álvaro Garrido em seu estudo sobre a “crise acadêmica” de 1962 em Coimbra, para quem a noção de “movimento associativo” se refere à “dinâmica desenvolvida pelas estruturas legitimamente representativas dos estudantes – as associações – no sentido da defesa dos seus interesses e da satisfação de suas necessidades”, enquanto o conceito de “movimento estudantil” se refere, de modo mais amplo, a “atitudes com certo grau de coletivismo” (1996, pp. 18-19).

Entre fevereiro e março de 1968, o IV Seminário de Estudos Associativos do Técnico vai incorporar uma discussão sobre a questão social suscitada pela tragédia, reunindo mais de mil estudantes na piscina esvaziada da Associação, com o objetivo de tomar consciência de que os efeitos daquela “catástrofe natural” tinham raízes antes sociais e econômicas, uma vez que no Estoril, por exemplo, não houve qualquer prejuízo material, apesar de lá as chuvas terem sido mais intensas.

O “Seminário 68” revelava, assim, a necessidade prática, sentida pelos estudantes, de compreender as contradições sociais e políticas de sua época também no plano teórico. Ressalto este fato, pois a afirmação de José P. Pereira, segundo a qual “o impacto do *ras-le-bol* de Maio de 1968 incluía essa dimensão global, que os situacionistas teorizaram e que os práticos da esquerda festiva aplicaram, mesmo sem teoria” (2019, p. 5), é discutível e deve ser problematizada. Afinal, se os estudantes do Técnico não desenvolveram uma teoria própria, a exemplo dos situacionistas, isso não nos autoriza supor que suas ações não fossem guiadas por qualquer teoria. De acordo com Henrique Garcia Pereira, um dos membros mais ativos da “esquerda festiva”, esta “nasceu no Técnico insurgente de 1967-1969 como expressão de um modo singular de conceptualizar a luta contra o capitalismo (...) a contestação de todas as formas de hierarquia”. Assim, os “festeiros” do Técnico assumiriam o epíteto depreciativo com que a esquerda tradicional os brindava:

Esta denominação agradava-nos sobremaneira, apesar de ser um epíteto com intenção deletéria, o qual nos tinha sido apostado pela tendência ortodoxo-escatológica que adia continuamente a festa para a “sociedade sem classes”, tendo – até lá – uma atitude séria e sofredora, contra qualquer coisa que os desviasse do caminho reto para o que lhes tinha sido “soprado” como o seu supremo objetivo: derrubar o imperialismo, de que o fascismo português era mandatário (PEREIRA, 2019, p. 26).

Além de Henrique G. Pereira, que em 2019 publicou um relato pessoal dessa história no livro *A Esquerda Festiva no Técnico dos Anos 60*, entre os “festeiros” encontravam-se figuras como João Crisóstomo¹⁷⁸ que, anos mais tarde, logo após o 25 de Abril fundaria, com outros dois militantes advindos do maoísmo, João Bernardo e Rita Delgado, o jornal *Combate* (este, contudo, já situado no campo do esquerdismo e, portanto, exterior ao marxismo-leninismo e ao próprio maoísmo). Miguel Cardina recorda um episódio envolvendo Crisóstomo e Bernardo, acontecido em 1967, no Cine-Clube Universitário de Lisboa – local tornado alvo frequente de acesas polêmicas entre amantes do neo-realismo italiano e adeptos dos filmes franceses ou do *underground* norte-americano. Em uma delas, um grupo de maoístas chegaria a assinar um manifesto pelo “direito de patear”, isto é, de vaiar os filmes que desagradassem os politizados espectadores da época. Entre os abaixo-assinados, constavam os nomes dos maoístas Crisóstomo, Bernardo e José P. Pereira¹⁷⁹ (2011, p. 236).

Em setembro de 1968, ainda na ressaca dos abalos de maio-junho, Henrique G. Pereira e João Crisóstomo se encontrariam em Paris para realizarem entrevistas com Jacques Sauvageot¹⁸⁰ e Alain Geismar,¹⁸¹ as duas principais lideranças do sindicalismo estudantil francês durante a crise revolucionária. No retorno a Lisboa, ambos participarão ativamente do “outono quente” de 1968.

Neste retorno a Lisboa, Henrique G. Pereira encontrava-se “totalmente imbuído do espírito de Maio” (2019, p. 1), pois “era o presente que queria viver, numa vida construída segundo o slogan lançado por Maio aos quatro ventos, exaltando uma subjectividade autónoma, pluralista e libertária que retomava a ideia de Rimbaud: *changer la vie*” (*Ibidem*, p. 2). “Mudar a vida” (crítica da colonização da vida cotidiana), uma aspiração que, associada ao “transformar o mundo” (crítica da exploração e dominação capitalistas)

¹⁷⁸ Segundo Henrique Garcia Pereira, Crisóstomo “nunca quis ter cargos diretivos, dificilmente se integrava nas estruturas associativas existentes, tratava todas as associações e pró-associações de um modo transversalmente igualitário. O que ele gostava era de escrever textos mais ou menos inflamados, de passar ‘comunicados’ ao copiógrafo, de ajudar e apoiar os amigos com a sua incedível solidariedade (por exemplo, ajudando nas deserções e exílios), de conversar em infundáveis tertúlias políticas, que tinham lugar no Café Suprema, na Avenida de Roma” (2019, p. 75). Entretanto, em 1967 Crisóstomo chegou a compor o Secretariado Coordenador da Informação e Propaganda, órgão federativo que coordenava as ações destes setores para várias associações estudantis de Lisboa, junto com João Bernardo, com quem irá formar o *Combate* em 1974. Cf. Cardina, 2011, p. 54.

¹⁷⁹ Pacheco Pereira se tornará mais tarde um dos mais produtivos historiadores da extrema-esquerda em Portugal, para além de proprietário do Arquivo documental EPHEMERA.

¹⁸⁰ Sauvageot (1943-2017) foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes da França (UNEF) em maio-junho de 1968.

¹⁸¹ Geismar (1939 -), foi secretário geral do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) em maio-junho de 1968. Após 68, torna-se dirigente da *Gauche Prolétarienne*, uma organização “maoísta-spontaneísta”.

de Marx, como vimos na proposição do surrealista Breton, constitui afinal o núcleo das teorias e práticas esquerdistas, sobretudo a partir de seu ciclo de retorno, entre 1968-1975. A concepção situacionista da Comuna de Paris enquanto festa (todavia partilhada com Henri Lefebvre), repercutiria assim para além da França, conforme explica Arvon: “é este duplo pano de fundo, da festa da Comuna e da festa iconoclasta dos surrealistas, que se professa na festa dos situacionistas, e que os atores de Maio de 68 se esforçaram em celebrar o melhor que podiam” (1974, p. 100. Tradução nossa). Procuramos, assim, desvelar como foi precisamente na intersecção entre as heranças da política apartidária e da contracultura, entre revolução e festa, que se situavam os “festeiros” esquerdistas do Técnico nos anos 1960.

Do circunstancialismo ao situacionismo: as influências do Maio de 68

A despeito de não produzir grandes elaborações teóricas, a esquerda festiva do Técnico se mantinha inteiramente a par do que havia na época de mais moderno e avançado em matéria de teoria e literatura revolucionária, provenientes sobretudo do esquerdismo francês, “num contexto ferozmente francófono” (PEREIRA, 2019, p. 38). De acordo com Júlio Henriques, esse movimento possuía uma ampla paleta de influências, como “os Provos da Holanda, vários autores decisivos do marxismo heterodoxo ou libertário, a Internacional Situacionista, Maio de 68, e também as tendências ecologistas e as correntes da contracultura provenientes dos EUA e da Grã-Bretanha” (2020b, p. 278).

Tais contatos eram estabelecidos através do tráfico de publicações esquerdistas (revistas, livros e panfletos) que chegavam a Portugal clandestinamente, trazidas de livrarias de Paris, como *La Vieille Taupe* e *La Joie de Lire*. Entre elas, a revista *Cadernos de Circunstância*, “constituída por um grupo de exilados em Paris que teve uma influência decisiva num novo estilo de contestação ao regime, ligado à experiência e à produção teórica de Maio de 68” (PEREIRA, s/d., p. 4):

A percepção de que o país rural idealizado pelo Salazar se ia desenvolvendo apesar de tudo (ultrapassando os 100 milhões de contos no PIB e os 30% no emprego industrial) resultava da primeira análise sócio-económica séria efectuada sobre a realidade portuguesa desse tempo, ao arrepio das fábulas criadas pela “oposição anti-fascista”. Essa análise pioneira – onde são referidas, *prima voce*, as “greves selvagens” que começavam e eclodir no país, desencadeadas por jovens proletários “desenquadrados” – é da responsabilidade da equipa dos *Cadernos de Circunstância* (...) Nessa publicação surgiu ainda a tese de que se assistia a uma fractura no interior da classe dominante, entre os tecnocratas

que deram origem à “ala liberal” e os reaccionários ultramontanos que se refugiavam no “Portugal Ultramarino” para se oporem à “Europa”. Também alguns estudos profundamente originais sobre a história portuguesa contemporânea foram publicados nos *Cadernos* de 1967 a 1969, “ressuscitando” alguns importantes documentos sobre a severa repressão que se abatera sobre os anarco-sindicalistas durante a (até aí) sacrossanta I República (sempre elogiada pelas representações baseadas no discurso “oficial” da esquerda). (*Ibidem*, p. 4).

Portanto, a teorização dos circunstancialistas chegaria a Lisboa através da ala mais minoritária do movimento estudantil, que não se identificava com as alas majoritárias do associativismo local, hegemônicas pelas esquerdas socialista e comunista, que possuíam um longo histórico de resistência à ditadura fascista e, até por volta de 1968, ainda gozavam de certo respeito nas camadas estudantis do antisalazarismo. O caráter sociológico de seus primeiros números, como vimos, despertava o interesse dos estudantes portugueses que, como João Crisóstomo, “tinha um pendor vocacional para a Sociologia, curso que não existia no Portugal obscurantista dos anos de chumbo” (2019, p. 90). Apesar de existirem àquela altura respeitados sociólogos portugueses, inclusive “sociólogos de esquerda” como José Carlos Ferreira de Almeida,¹⁸² a disciplina de sociologia permanecia marginalizada pelo regime, que a via como uma matéria subversiva e formadora de quadros socialistas ou comunistas.

Lembre-se que, àquela altura na França, em especial na universidade de Nanterre, a agitação no meio estudantil seria largamente provocada por estudantes do curso de sociologia, que seguiam a distintas ideologias revolucionárias, como o anarquista Jean-Pierre Duteuil, o libertário Daniel Cohn-Bendit e o trotskista Daniel Bensaïd, que ajudariam a fundar o movimento 22 de Março, naquele ano de 1968. Na verdade, desde 1967, os estudantes de sociologia de Nanterre realizavam diversas ações transgressoras dentro do espaço universitário. No dia 17 de novembro de 1967, ocupam os anfiteatros para impedir que as aulas se iniciem. No dia seguinte, estudantes e professores do departamento de sociologia decidem entrar em greve, sendo na sequência seguidos pelos demais departamentos. No dia 26 de janeiro, uma manifestação acabaria se transformando em um motim, após a polícia intervir no campus. No dia 1º de abril, estudantes do segundo ano decidem boicotar seus exames parciais (CORRÊA; MHEREB, 2018).

¹⁸² Pereira relata um episódio no qual este sociólogo seria ridicularizado, *à la mode situationniste*, por um grupo de esquerdistas festivos: “Lembro-me de estar a jantar num restaurante do Bairro Alto, entrar – despreocupadamente – um desses sociólogos, o Zé Carlos Ferreira de Almeida (...). Numa atitude que utilizava um *détournement* do slogan do Maio de 68, ‘*nous sommes tous des juifs allemands*’, o grupo da esquerda festiva zombou festivamente do Zé Carlos, cantando repetidamente e em uníssono, com o tom de Maio de 68: ‘*nous sommes tous des sociologues*’” (2019, p. 91).

Esta importante “base social” da contestação estudantil francesa mais radical estava, portanto, relativamente ausente nas circunstâncias portuguesas da época, marcadas sobremaneira pelo atraso ideológico vinculado ao velho dilema entre fascismo e antifascismo. Relativamente ausentes, pois além das análises sociológicas dos circunstancionalistas portugueses, os “festeiros” do Técnico liam também “algumas revistas anti-leninistas e livros que denunciavam a repressão bolchevique na sequência da Revolução de Outubro” (2019, p. 27), oriundos do anarquismo, mas principalmente da esquerda germano-holandesa e do conselhismo alemão dos anos 1920-1930, conforme asseverou Henrique G. Pereira:

Inspirando-se nos “conselhos operários” de Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Karl Korsch, a Esquerda Festiva representou, em Portugal, a primeira oposição (não trotskista e um pouco tardo-anarquista) às burocracias do Leste (o Farol do Mundo, para alguns). Batia-se por uma maior ligação não institucional entre estudantes e operários, pela autogestão e colaboração em rede, e também pela descentralização do poder, conduzindo a uma revolução *bottom-up* que rejeitasse fortemente o papel dirigente dos “revolucionários profissionais” à maneira leninista (que tendiam para o autoritarismo, para a burocracia e para o poder pessoal de uma nomenclatura que defendia ferozmente a sua “estaterocracia”) (*Ibidem*, p. 27).

De fato, os esquerdistas do Técnico seriam os primeiros atores portugueses a agir de acordo com os valores internacionalistas da crítica circunstancionalista ao salazarismo, desde uma perspectiva lata e integrada na dinâmica das lutas sociais que nos anos 1960 se espalhavam em escala global, principalmente em Maio de 68, na França, onde os *Cadernos* eram publicados desde 1967. Tal inversão de perspectiva, que deixaria Cunhal enfurecido (como se verifica em seu panfleto ultraleninista de 1970), se apresentava pela primeira vez como uma alternativa revolucionária teórica ao antifascismo patriótico do socialismo nacionalista do PCP, movimento ao qual os circunstancionalistas se referiam debochadamente como a *oposição do bacalhau*.¹⁸³ A influência do Maio de 68 e do aporte

¹⁸³ Em um relato de Reeve sobre o seu exílio na França de 68, ele se recorda que a experiência junto aos *Cadernos de Circunstância* colocou-o “fora da perspectiva antifascista primária, que era a dos grupos de matriz leninista e estalinista, sobretudo os maoístas” (2020a, pp. 102-103). Reeve e os demais circunstancionalistas criticavam os emigrantes portugueses de esquerda e de extrema-esquerda que, na condição de exilados políticos do regime fascista, não agiam “como inimigos do sistema como um todo”, mas parcialmente, “como opositores de uma forma política específica, atrasada, que era o fascismo colonialista” (*Ibidem*, p. 103). Evidentemente que, na condição de desertor da Marinha portuguesa, Reeve também era contra o fascismo e a guerra colonial, mas, ao mesmo tempo, ele tinha “consciência de que era mais do que isso, que era contra o estado do mundo, contra a organização do mundo tal como estava” (*Ibidem*).

teórico dos *Cadernos de Circunstância* levaria os esquerdistas do Técnico a serem os primeiros em Portugal a praticarem uma oposição crítica, tanto em relação ao fascismo quanto ao próprio antifascismo.

Outras referências teóricas importantes para os “festeiros” eram, sem dúvida, as publicações do esquerdismo francês do ciclo de retorno (para além do esquerdismo germano-holandês do ciclo originário), como *Socialisme ou Barbarie* e *Internationale Situationniste*. A começar por Henrique G. Pereira, que ainda hoje segue refletindo e produzindo de acordo com os velhos princípios *situs*, como se vê nos seus trabalhos publicados mais recentemente, como os livros *Arte recombinação* (Teorema, 2000), *Apologia do hipertexto na deriva do texto* (Difel, 2002) e “Itinerário Psicogeográfico pelas Avenidas Novas”, suplemento d’*A matéria de que são feitos os sonhos* (Teorema, 2004), para além do mais recente *A esquerda festiva no Técnico dos anos 60* (Tinta da China, 2019).

Apesar desta influência francesa, via circunstancialismo, Henrique G. Pereira admite que o seu “contacto com Maio de 68 deu-se quando o movimento já estava em franco declínio, depois dos acordos de Grenelle de 27 de maio (...) e depois das eleições de 30 de junho” (2019, p. 32). Porém, ainda que tardia relativamente aos acontecimentos na França, as centelhas de Maio de 68 não deixariam de se espalhar pelo meio estudantil lisboeta:

Começou a notar-se a influência, na Esquerda Festiva, de um dos círculos mais radicais que cintilaram em Maio de 68. Tratava-se de um pequeno círculo teórico-prático que dava pelo nome (um pouco malsonante no nosso país) de Internacional Situacionista, e que se caracterizava por uma implacável denúncia da sociedade do espetáculo em que vivemos. A IS retomava alguns temas do anarquismo com uma linguagem nova que criava conceitos novos (por exemplo, *situation*, *détournement*, *derive*, *psycogéographie*...), e que usava de uma maneira demolidora os *comics*, dando-lhes um conteúdo subversivo (*Ibidem*, p. 40).

Tal influência se dava, pois, em um plano ao mesmo tempo “teórico-prático”. Para além dos conceitos de situação, desvio, deriva e psicogeografia, interessava-o também a prática revolucionária dos situacionistas antes e durante o Maio de 68, pois “uma boa prática tem de ser acompanhada por uma boa teoria, como diria Debord com a sua prosa impecável e implacável” (*Ibidem*, p. 41). Deste modo, a esquerda festiva do Técnico marcou a primeira recepção prática das ideias e práticas situacionistas em território português, lembrando que, anteriormente, esta havia já ocorrido no meio editorial dos *Cadernos de*

Circunstância, radicado em Paris, como vimos. É o que procuramos demonstrar na sequência, ao rememorar algumas situações nas quais se manifestou uma transgressão, pela esquerda festiva, do dirigismo anacrônico vigente no associativismo estudantil, fosse ele de base marxista-leninista ou extremista (maoísta ou trotskista), durante o contestatário biênio de 1968-1969.

O “outono quente” de 1968 e seus desdobramentos

O outono de 1968 foi um período bastante agitado para os estudantes do Técnico, mas não só. O envolvimento dos estudantes na greve dos cobradores dos elétricos da Carris; as comemorações feitas após o acidente de Salazar em Estoril; o boicote à Abertura Oficial das Aulas do ano letivo 1968/1969; a manifestação silenciosa pela morte do estudante católico Daniel Teixeira; a ocupação, pelos rapazes, da Sala das Alunas; todos estes fatos culminariam na repressão do regime, quando a PIDE invade as dependências da Associação do Técnico, e o governo suspende suas atividades até janeiro de 1969. Tamanha ebulição política ficaria conhecida, pelos menos nos círculos mais restritos da contestação estudantil, como o “outono quente” de 1968.¹⁸⁴ De acordo com Henrique G. Pereira:

Nos tempos “conturbados” que se seguiram a Maio de 68, a Associação do Técnico – ponto de refúgio das mais variegadas gentes vindas de todos os quadrantes – tornou-se uma “zona franca”, um espaço de liberdade onde eu me sentia extremamente bem. E durante o Outono Quente de 1968, a revolta contra o autoritarismo teve o seu epicentro no Técnico (2019, p. 37).

Ao final de 1969, retornarão os conflitos no campus do Técnico, desta vez entre estudantes apoiadores do regime, chamados “lambe-botas”, e a ala festiva do movimento estudantil. Quase todo este processo ocorreria em paralelo à chamada *primavera marce-lista*, num contexto, portanto, de certa descompressão política, marcada por uma série de medidas “liberalizantes” que Caetano caracterizava como uma forma ambígua de *renovação na continuidade*, em relação ao salazarismo:

Regresso do exílio de Mário Soares, em Outubro de 1968, e de António Ferreira Gomes, bispo do Porto, em Julho de 1969; limitação de certos poderes da polícia política e sua mudança de Polícia Internacional de

¹⁸⁴ Um ano depois, seria a vez da Itália conhecer o seu *autunno caldo*...

Defesa do Estado (PIDE) para Direção Geral de Segurança (DGS), em Novembro de 1969; aprovação, em Abril de 1969, de nova legislação sindical que dispensava as direções sindicais eleitas de homologação (CARDINA, 2008, pp. 70-71).

O “outono quente” de 1968 exprimia, no fundo, um movimento social de transgressão, *pelo baixo*, da “primavera marcelista” e do processo de abertura política que ela ensaiava *pelo alto*. Foi um momento inédito em Portugal, em que trabalhadores e estudantes irromperam juntos no contexto da queda – literal – de Salazar (não da queda – simbólica – do salazarismo, que se dará somente em 1974), por meio de um processo contínuo de lutas, que irá se arrastar até as greves operárias de 1970, antes de retornar com o ciclo de lutas desencadeado pelo 25 de Abril.

A greve dos trabalhadores da Carris, na primeira semana de julho de 1968, ficaria popularmente conhecida como a “greve da mala”. Quando os cobradores de bilhetes dos elétricos de Lisboa cruzaram os braços, os condutores prosseguiram com seus itinerários normalmente. Ao livrarem-se das malas em que os cobradores depositavam o dinheiro cobrado pelas passagens, os grevistas tornariam o transporte temporariamente gratuito para a população que passava a circular livremente pela região central, saltando de bonde em bonde, desfrutando de um uso do espaço urbano livre da interdição imposta pela cobrança das tarifas.

Naquele momento, a esquerda festiva do Técnico prepara um panfleto assinado “Comitês Estudantes-Operários”, no qual se evidenciava a tática inovadora dos cobradores, pois transgredia os cânones tradicionais da mobilização operária, além de estimular a população a aderir ativamente à greve, “movendo-se livremente pela cidade aberta” (PEREIRA, 2019, p. 59). Mais que isso, o panfleto propunha uma aliança imediata entre o movimento estudantil e as classes trabalhadoras em luta “na procura de uma sociedade justa e igualitária”. Na prática, a greve da mala proporcionaria uma festiva confraternização entre trabalhadores da Carris e estudantes, no quartel-general dos grevistas, um grande depósito onde hoje fica o jardim do Arco do Cego, situado ao lado do Técnico, e que passaria a ser diariamente frequentado pelos “festeiros”, que compartilhavam “sardinhas noturnas” com os cobradores. Henrique G. Pereira assinala nesta confraternização um novo desdobramento da campanha de apoio às vítimas das inundações no ano anterior:

Se o estudantes revolucionários do Técnico (e das outras faculdades) tinham contactado com o lado profundamente miserável, triste e infeliz

do “povo”, enquanto vítima – por vezes, mortal – do regime (nas inundações de novembro de 1967), ficaram a conhecer uma outra faceta – festiva e alegre – da “gente”, que – apesar de espezinhada pelo capitalismo – não abdicava dos “prazeres da vida” (*je veux tout, tout de suite*, grafitava-se em Maio de 68 nas fábricas ocupadas) (2019, p. 59).

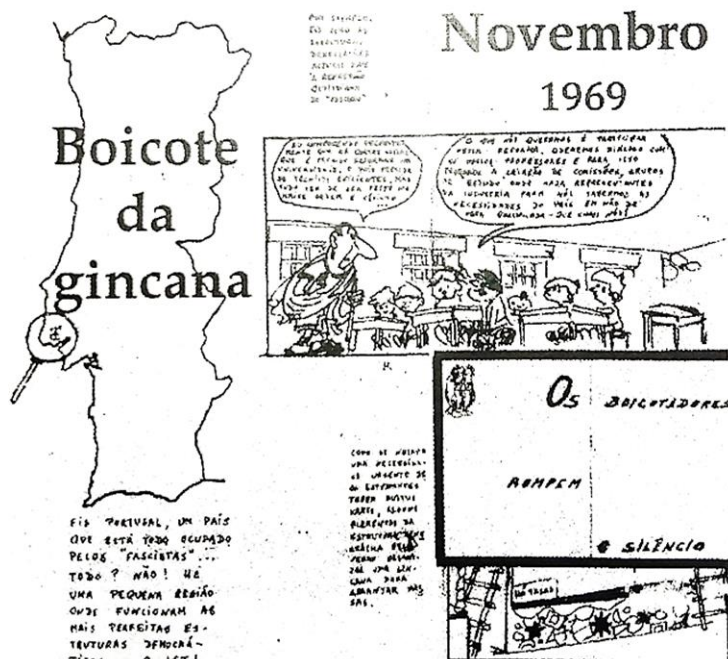
A greve terminaria com a conquista, pelos cobradores, de suas reivindicações. Se o governo não lançou contra os trabalhadores em greve o seu aparato repressivo, como de costume, isto sem dúvida se deveu ao apoio ativo dado aos grevistas por estudantes e pela população em geral. Enquanto isso, Salazar passava suas férias de verão no forte de Santo António, em Estoril, quando sofre, no dia 3 de agosto, uma grave queda de sua cadeira de repouso, ficando à beira da morte, segundo os boatos que corriam país adentro. Assim que souberam da notícia, Henrique G. Pereira e outros “festeiros” se reuniram para festejar o acontecimento, na esperança de que pelo menos os exilados pudessem a partir de então regressar a Portugal. Mas tal esperança se veria frustrada, na sequência da posse de Marcelo Caetano, ocorrida no dia 22 de agosto.

Henrique G. Pereira relata ainda, em novembro de 1968, duas outras provocações ao regime organizadas por João Crisóstomo. A primeira, se tratou de um boicote à Abertura Oficial das Aulas, tradicionalmente promovida pelas autoridades acadêmicas no início de cada ano letivo, organizando uma sessão alternativa na Cantina (com a participação de alguns professores) e em seguida uma manifestação que sairia da Cantina do Técnico até a Cidade Universitária, na região de Campo Grande. A outra atividade contestatária consistiu na denúncia da morte do estudante católico Daniel Teixeira, que faleceu em razão da insalubridade do presídio de Caxias. Crisóstomo organizaria uma manifestação, realizada na Praça de Londres, quando os manifestantes formaram uma roda em torno da Igreja de São João de Deus, movendo-se lentamente, em silêncio e de mãos dadas.

No mês de dezembro, os “festeiros” realizariam um *remake* da ocupação dos dormitórios femininos pelos rapazes, que havia acontecido no campus de Nanterre no dia 14 de fevereiro de 1968, quando cerca de 50 rapazes os prédios residenciais destinados exclusivamente às raparigas ocupados durante uma semana. No dia 4 de dezembro daquele ano, os “festeiros” do Técnico seguiriam a ação exemplar dos estudantes franceses, ao ocuparem as instalações da Sala das Alunas, onde o acesso masculino era até então interdito. A esse respeito, Henrique G. Pereira comenta que, no caso português, verificou-se uma “dimensão inédita no que diz respeito à ‘taxa de feminilidade’ dos *enragés*”. Pela primeira vez, na imprensa estudantil, surgem questões como a emancipação da mulher, o

problema do aborto, da repressão sexual e da instituição do casamento, questões que haviam sido afloradas já no “Seminário 68”. Poucos anos depois, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, autoras das *Novas Cartas Portuguesas* (1972), seriam levadas aos tribunais por atacarem a visão predominantemente conservadora a respeito do papel da mulher na família e na sociedade portuguesa, no episódio que ficaria conhecido como o caso das “Três Marias”.

Essa intensa agitação provocada nos movimentos associativo e estudantil, geraria uma reação coercitiva do regime. No dia 7 de dezembro, a PIDE invade a sede da Associação, e no dia seguinte o governo suspende as atividades do Técnico até janeiro de 1969. A contestação no meio estudantil e associativo só retornaria ao final daquele ano, quando elementos da chamada “esquerda festiva” promoveram um ato de protesto contra a gincana que alguns estudantes da direita desportiva pretendiam realizar no campus.



Os boicotadores rompem o silêncio. Panfleto anti-gincana dos festivais do Técnico, de novembro de 1969. Cf. Pereira, 2019, p. 44

Tratava-se de uma corrida de Kart, a ser realizada em traçados pintados nas ruas que ligavam entre si os pavilhões do Técnico. No dia do evento, os “festeiros” apareceram para encerrar a gincana, ateando fogo nos fardos de palha que protegiam as ruas tornadas pistas de corrida, não sem algum confronto físico entre os “boicotadores” e os “lambebotas do regime”. Segundo Henrique G. Pereira, os festivos agiram inspirados pelas ideias e formas de ação direta usadas pelos situacionistas em Maio de 68:

Passados uns dias, “fizemos sair” um longo folheto, em que a estória do boicote estava contada através de um *détournement* (à maneira da IS) da BD que contava as aventuras de Astérix, desta vez nos reinos do Técnico, tomado como a célebre aldeia gaulesa onde se instalaria a *zizanie*. (...) Obviamente que se tratou de uma “ação exemplar” (no sentido das que foram assim batizadas em Mai 68) para desmistificar o simbolismo que o automóvel representava junto dos “meninos” da Avenida de Roma e, *a fortiori*, para a sociedade do espetáculo (2019, pp. 44-45).

Esta reflexão transgressora sobre a sociedade motorizada, deitava raízes em posições teóricas da IS que vinham sendo discutidas em sua revista desde o início da década de 1960, e que também seria colocadas em prática alguns anos antes pelos Provos, movimento contracultural holandês, muito atuante em Amsterdã. No *Binómio* de nº 39, de janeiro de 1970, se começa a pôr em causa uma ditadura do automóvel, em consequência das questões suscitadas pelo conflito entre as alas desportivas e festivas do movimento estudantil em novembro de 1969. Foi assim que a errática e minúscula esquerda festiva do Técnico de Lisboa intergava-se “numa rede de revolta que passara (abrasadoramente) por Paris, mas que ia do Brasil e México ao Japão, da América às Burocracias de Leste, da Alemanha à Itália e à Holanda” (*Ibidem*, p. 34).

Um “agregado heteróclito de revoltados sem partido”

Os estudantes da esquerda festiva situavam-se nas antípodas dos associativos ligados à esquerda tradicional, mais conservadora, de base socialista e/ou comunista. Por esta tendência circulavam cerca de uma dezena de estudantes de diversas faculdades de Lisboa, para além do Técnico. Para o historiador José Pacheco Pereira, o principal fator distintivo da esquerda festiva em relação às esquerdas mais “caretas”, ligava-se antes a fatores de ordem cultural do que política:

A esquerda festiva, que sabia divertir-se, bebia, namorava, bailava e fazia outras coisas mais ou menos lúbricas, e contrastou essa “má vida” com os “associativos” menos festivos, que viviam sob o signo do dever e da obrigação e não queriam sequer sorrir, porque isso era mostrar uma qualquer falência de vontade de luta (2019, p. 5).

Diferentemente do tipo de sociabilidade mais tradicionalista experimentada em Coimbra, em Lisboa a boémia estudantil não se refugiava no gueto universitário de origem, mas circulava por outros espaços sociais, “integrando-se sem sombra de elitismo

nos mais ‘desclassificados’ meios sociais e abrindo para a interação com outras tribos”, de acordo o “festeiro” Henrique G. Pereira (s/d., p. 8). Ele e os demais “festeiros” do Técnico não só se permitiriam confraternizar com os cobradores da Carris em greve, no “outono quente”, como se compraziam em circular de modo mais frequente pela zona da Baixa, em bares como Bolero, Ritz e Cantinho dos Artistas, “apoiados numa estranha irmandade intelectual com a *pègre*, em analogia com algumas situações que os situacionistas criavam” (*Ibidem*). Com efeito, os situs também se mesclavam às camadas desclassificadas, marginalizadas ou perigosas de Paris, em suas derivas noturnas, diferentemente de outras correntes filosóficas ou artísticas parisisenses que não abriam mão de certos privilégios e confortos elitistas, fechando-se em seus cafés, no entorno da Sorbonne.

Assim, a esquerda festiva constituía, segundo Henrique G. Pereira, um “agregado heteróclito de revoltados sem partido”. Isto é, um meio informal e heteróclito, porém não eclético, reunido por afinidades sócio-políticas e culturais. Não um corpo especializado e hierárquico de revolucionários profissionais a serviço de uma doutrina, mas “um movimento informal anti-hierárquico e heterodoxo, baseado numa cultura de juventude” (2019, p. 34). Revoltada e iconoclasta, a esquerda festiva guiava-se por um marxismo heterodoxo, oxigenado pela convergência de outras heranças, provenientes não somente do anarquismo e do esquerdismo, mas também dos movimentos contraculturais, artísticos e literários, que se desenvolviam especialmente nos Estados Unidos e nos Países Baixos.

A ESQUERDA FESTIVA tinha um exemplo vivo de um movimento que se desenvolvia na prática quotidiana do contrapoder, em Amsterdão (e ao qual tivemos acesso, por um par de visitas à cidade, a partir da base segura que era Bruxelas, onde tínhamos muitos amigos exilados): tratava-se dos Provos, diminutivo de PROVOKATIV. Este movimento de contracultura nasceu em meados da década de 1960 e tinha como método de luta contra o *establishment* a provocação reiterada de ações violentas das autoridades, em resposta a ações não violentas dos contestatários (2019, p. 28).

A ela não interessava somente a luta contra o fascismo e a guerra colonial, mas também a libertação animal, das mulheres e dos homossexuais, as questões urbana e ecológica. Sua crítica ao *establishment* do fascismo português incluía também a crítica ao “*establishment* messiânico” do antifascismo comunista, que condenava a revolução “pela renúncia ao presente e promessa de uma vida plena num futuro incerto (quase teológico) de uma ‘sociedade sem classes’” (*Ibidem*, p. 34).

Portanto, a distinção entre as alas “tradicional” (associativa) e “festiva” (estudantil) do movimento, não correspondia somente ao plano da cultura e dos costumes, mas também a fatores de ordem política. A ala festiva se interessava não somente por outras formas de vida, como também por outras formas de luta e organização política, para além dos partidos, sindicatos, e do próprio modelo de associativismo estudantil vigente, manifestos nas greves selvagens que começavam a se espalhar, dos estivadores de Lisboa ao conserveiros de Setúbal, conhecida como a “Barcelona portuguesa”. Nas palavras de Henrique G. Pereira:

Quanto à relação com o “mundo do trabalho”, a pendência era mais contingente, embora comesçassem a despontar algumas pontes, com a sua amarração centrada na juventude. Das “greves selvagens” que começavam a surgir no final dos anos 60, tínhamos notícias difusas (dos conserveiros de Setúbal, dos pescadores de Matosinhos, dos estivadores do porto de Lisboa, dos operários da Standard Eléctrica), pressagiando algum confronto entre os velhos militantes do PC que esperavam as sempre adiadas “condições objectivas” e os “imatuross” rebeldes desenquadrados que queriam desafiar o poder, *hic et nunc* (s/d., p. 9).

A esquerda festiva era vista como “imatura” pelo PCP, o mesmo anátema lançado por Lênin contra a esquerda germano-holandesa na transição dos anos 1910 e 1920. A campanha de solidariedade com as vítimas das inundações de novembro de 1967 marcou um ponto de virada profundo do movimento associativo lisboeta, como vimos. É naquele momento, “quando uma grande massa de estudantes ‘desenquadrados’ deparou com as condições abomináveis em que se vivia na incipiente ‘cintura industrial’ de Lisboa” (*Ibidem*, p. 11), que o movimento estudantil do Técnico passa a ser algo mais do que uma “corrente de transmissão” associativa do PCP, conquistando maior dinamismo, autonomia e pluralismo. Como vimos, esta nova dinâmica se manifestaria não sem alguma radicalidade no biênio contestatário de 1968-1969. Além disso, é naquele momento, ao final dos anos 1960, que ocorre no Técnico um criativo movimento de “cruzamento de saberes, nas ligações que começaram a estabelecer (...) entre domínios desconectados” (2019, p. 65), de acordo com a visão técnica de Henrique G. Pereira, na época um proto-engenheiro “festeiro” e pró-situ, revoltado e apartidário.

3.3. O Instituto Português de Vandalismo Comparado (1971) no refluxo da crise de 1969

Na manhã do dia 25 de Abril de 1974, um grupo de “enraivecidos estudantes” arranca furiosamente a palavra “Salazar”, talhada ao rodapé de uma frase do ditador esculpida em bronze, na entrada do prédio que abriga a reitoria da Universidade de Coimbra (GÓES, 2007, p. 94). O ato de reparação simbólica dos estudantes *enragés* ao eclodir da revolução portuguesa, que chocara as consciências mais iludidas quanto à eficácia dos velhos meios de ação burocráticos, não surgira, entretanto, como um raio em céu azul. Havia sinais precursores desta forma de ação em franjas minúsculas e radicalizadas do meio estudantil coimbrão, pelo menos desde 1969, mas que passaram despercebidas em face dos grandes *affaires* protagonizados pelos representantes burocráticos do associativismo estudantil local e da tecnocracia estatal durante os processos jurídicos da chamada “crise acadêmica”.

A Universidade de Coimbra (UC) foi fundada em 1º de março de 1290 por Dom Dinis, sexto rei de Portugal. De origens monárquicas e eclesiásticas (pelo menos até os expurgos de Marques de Pombal contra os jesuítas por volta de 1750, quando este demisiona os bispos da reitoria), muitos dos prédios que hoje abrigam as faculdades, departamentos e institutos da UC, outrora abrigavam bispos, duques e condes. O prédio que abriga o reitorado é um antigo castelo onde viveu D. João III até 1537. As muralhas, que contornam o monte onde a universidade está localizada, serviam de proteção à família real. Suas luxuosas bibliotecas foram decoradas com madeira e ouro extraídos do Brasil. Seus catedráticos conservaram as estruturas ortodoxas dos ritos e tradições do passado.

Os velhos costumes locais, o doutoralismo das capas e batinas pretas herdadas do clericalismo, o provincianismo e conservadorismo da sociedade portuguesa sob o fascismo, entravam em contradição crescente com os processos subjetivos de libertação que se inscreviam em parcelas cada vez mais amplas da juventude e do meio estudantil europeu e mundial da década de 1960, principalmente a partir de 1968, aos os quais a juventude estudantil portuguesa não eram alheios. De Berkley a Turim, de Tóquio a Paris, da Cidade do México a São Paulo, de Milão a Coimbra, jovens radicalizados e estudantes entraram na cena histórica contestando os valores dominantes das sociedades tardocapitalistas em sua totalidade, como portadores de um movimento realmente antissistêmico: contra as guerras coloniais, a violência policial, a exploração capitalista e as opressões sentidas na vida cotidiana, na cultura e nos costumes. Foi assim que a principal centelha

a incendiar o meio estudantil francês nas vésperas da revolução de maio-junho, partiria de uma questão antes moral do que diretamente política ou econômica. Os estudantes do sexo masculino tinham ocupado os dormitórios femininos, contestando a permanência de uma forma tão arcaica de segregação, no contexto de libertação sexual e efervescência cultural dos *sixties*. As consequências da desocupação policial reagiriam em cadeia até atingir Paris, onde ocorrerá o seu ponto de ebulição, nois meses de maio-junho de 1968. De acordo com Arvon:

As primeiras manifestações que perturbaram o campus de Nanterre foram a consequência direta de uma série de conferências dadas sobre Wilhelm Reich; alguns moradores tentaram, com efeito, realizar por conta própria a libertação sexual pregada por Reich derrubando os “guetos sexuais” onde as estudantes e os estudantes permaneciam separadamente trancados (1974, p. 57. Tradução nossa).

No libelo situacionista *Da miséria no meio estudantil* (1966), que teria um grande impacto nas franjas mais radicais do movimento estudantil de Nanterre, como o movimento 22 de Março, condena-se justamente os estudantes que, “trinta anos depois de Wilhelm Reich, excelente educador da juventude”, continuam a perpetuar “os mais tradicionais comportamentos erótico-amorosos, reproduzindo as relações genéricas da sociedade de classes nas suas relações intersexuais” (2018, p. 32).

Em Portugal, tais conflitos se fizeram presentes, de certo modo, na polêmica gerada pela publicação, no jornal académico *Via Latina*, da misteriosa *Carta a uma jovem portuguesa* (1961), assinada por Anônimo A., e cuja autoria seria reivindicada posteriormente por Artur Marinha Campos. Nela, critica-se, entre outras coisas, a arcaica divisão entre as “repúblicas” (masculinas) e os “lares” (femininos), na busca por uma “concretização sexual do amor” e de uma demonstração de empatia para com a “repressão mental” sofrida pelas estudantes nos lares, enquanto os rapazes se beneficiam de “uma ordem social que em relação a vós [mulheres] nos favorece” (apud CARDINA, 2008, p. 44). A controvérsia, por sua vez, esteve inserida no ciclo de lutas de 1961-1962, quando as críticas das “praxes académicas” e da tradicional celebração da Queima das Fitas, passam a integrar as bandeiras do movimento estudantil coimbrão pela primeira vez, antes de serem

retomadas pelos ciclos de contestação ascensionais de 1965-1966 e 1968-1969. Entretanto, as praxes¹⁸⁵ seriam alvos de variadas críticas, e isto pelo menos desde o seu surgimento no século XVIII:

Em 1727, D. João V chegou mesmo a suspender as práticas rituais, após algumas investidas mortais a novatos. Ainda durante o século XVIII, intelectuais como Luís António Verney e Ribeiro Sanches criticaram com vigor certos costumes estudantis; em 1873, na sequência da morte de António de Barros Coelho de Campos, estudante de Direito, um grupo de 33 estudantes distribuiu um comunicado onde se insurgia contra a violência da praxe; em 1902, Gustavo Martins de Carvalho escrevia que “a praxe académica é uma sobrevivência de costumes de gerações que a história já há muito arrecadou”; dois anos depois, o jornal *O Coimbricense* dava conta de um encontro de estudantes anti-praxistas, realçando que “pelas adesões recebidas, se reconhece que a grande maioria dos académicos é anti-praxista” (...); em 1910, com o advento da República, a praxe foi abolida, para aparecer suscitada em 1919 (*Ibid.*, p. 28).

Paralelamente, em junho de 1969, nos Estados Unidos, irromperia o motim dos homossexuais de *Stonewall* contra a homofobia estrutural do Estado e a heteronormatividade da sociedade norte-americana. Assim, a luta contra a permanência de rituais académicos arcaicos, que se chocava com os princípios anti-hierárquicos trazidos pelos ventos libertários de 1968, se referia a uma frente antes cultural, do que diretamente política, como aquela que envolvia os processos abertos contra quarenta lideranças do sindicalismo estudantil de Coimbra,¹⁸⁶ cuja história foi amplamente documentada por Gualberto Freitas, a partir de sua pesquisa nos arquivos da organização estudantil do PCP em Coimbra. Esta frente se situava, portanto, numa ultrapassagem crítica tanto do modelo recreativo (praxista e desportivo), quanto do modelo reivindicativo e sindical de associativismo estudantil. Sua origem mais imediata tem início no ciclo de lutas de 1956-1957 contra o Decreto 40.900, onde o debate entre praxistas e anti-praxistas assume, nas palavras de Cardina, “certa dinâmica contestatária” (2008, p. 26). Júlio Henriques lembrou recentemente, na ocasião de uma nova tradução de *A miséria do meio estudantil*, um dos textos mais conhecidos da IS, as “circunstâncias mentais portuguesas que rodeiam esta miséria em particular” (2018, p. 8):

¹⁸⁵ Conhecidas no Brasil como “trotés”, “o termo ‘praxe’ surgiu pela primeira vez por volta de 1860-70 – substituindo denominações mais antigas como ‘investidas’, ‘caçoadas’ ou ‘troças’, num contexto onde a hegemonia da Universidade de Coimbra se começava a sentir ameaçada pelo aparecimento de novos pólos de Ensino Superior em Lisboa e no Porto” (CARDINA, 2008, p. 28).

¹⁸⁶ Cf. Freitas, 2019.

As “praxes” tornaram-se assim, nas diversas “academias”, objeto de uma vasta e desenvolvida infantilização de jovens adultos, revelando, do mesmo passo, o interessante grau de submissão a que podem ser levados indivíduos aparentemente na posse de suas faculdades mentais e na “flor da idade”, desde que a cenoura da ostentação com que lhes ascenem se apresente lustrosa. As desbundas “acadêmicas”, engenhosamente rascas, podiam deste jeito obriga-los a provar toda espécie de trapas, a fazer simulações de cenas sexuais à boa moda de um machismo eternizado, a desempenhar papéis de heroicos néscios, a obedecer, em suma, às ordens proferidas em “rituais” destinados a indigentes, para gáudio da inteligência ruminante dos “veteranos” e “veteranas” devidamente arreados e intumescidos, apoiados nas respectivas coortes de serviçais (*Ibidem*, p. 9).

Mais do que as “circunstâncias mentais” do meio estudantil português, Henriques lembra também como a submissão de tantos “jovens modernizados” a verdadeiras *torturas* impostas pelos colegas mais velhos, era um sinal de que os mesmos seriam capazes de suportar outras formas de abuso e submissão, estas decorrentes de novas circunstâncias então criadas pelas “ciências econômicas” em reação às greves selvagens que paralisaram as economias de França e Itália em 1968-1969: “estágios laborais sem receber um chavo e de sorriso nas ventas, baixos salários, recibos verdes, precariedade, flexibilidade, adaptabilidade” (*Ibidem*, p. 10). Já a celebração da tradicional Semana da Queima, no olhar desapiedado de Henriques, é vista senão como:

Verdadeiros arraiais de gesticulações, com multidões vestidas de preto, eles de calça ou calção, elas de saia ou saiote, envergando óculos escuros que em todos acentuam o ar moderno e sô prior, ingurgitando a toque de caixa hectolitros de cerveja a martelo, entoando gritos de vitória em honra e louvor das Santíssimas Novas Tecnologias (avé, até, ó miraculosas!), vomitando e mijando nas mais diversas superfícies disponíveis, e até, benza-os Deus, indo à missa (solene, para a “benzedura das pastas”), e ósdepois a outras missas, campais e frenéticas, crentes extasiados ante as sonoras vedetas que ali vêm de encomenda – as quais, com a sua estridência electrónica, têm a sublime tarefa de entoar hinos promissores ao futuro futuro da nova geração (*Ibidem*, 10).

Com o refluxo das contestações de 1969 nos meios estudantis portugueses, quando eles de fato saíram de sua “miséria”, e “uma vez derrotado o movimento social de características revolucionárias subsequente ao 25 de Abril de 1974”, as praxes e a celebração da Queima seriam reimplementadas, nos anos 1980, “alastrando então a todo este patético país o legado provinciano de Coimbra e a célebre palermice que Almada Negreiros ali detectou” (*Ibidem*, p. 8).

Existem ainda outras analogias possíveis entre a detonação das crises estudantis em Nanterre e Coimbra, durante o biênio 1968-1969. Em Nanterre, a agitação começa a ganhar forma no dia 8 de janeiro de 1968, durante a inauguração da piscina da universidade pelo ministro da Juventude e dos esportes, François Missoffe, que é interpelado ironicamente por Daniel Cohn-Bendit a respeito de seu *Livro branco sobre a juventude*, que havia acabado de ser publicado na França, por não abordar a questão da sexualidade, uma dimensão tão importante na vida dos jovens. A intervenção rendeu a Cohn-Bendit uma explicação formal na Prefeitura de Polícia de Paris, para que este desistisse de mover um processo contra o estudante de sociologia que, mais tarde, fundaria o movimento 22 de Março, a partir da fusão de grupos anarquistas e trotskistas que organizariam a ocupação da reitoria local. Para Gombin:

Não oferece dúvida que a crítica da vida cotidiana penetrava assim por um canal privilegiado: os problemas sexuais, os problemas relativos à finalidade do ensino, à “neutralidade científica” de disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a Psicanálise, eram o que mais preocupavam o estudante médio. O que explica que as perturbações de Nanterre tenham começado com uma pergunta publicamente feita por um estudante sobre a “miséria sexual” dos jovens. Que os primeiros confrontos sérios com a administração tenham tido lugar a propósito do regulamento da cidade universitária, que interditava as visitas ao pavilhão das raparigas (1972, p. 172).

Em Coimbra, no dia 17 de abril de 1969, também durante uma inauguração de novas instalações universitárias, Alberto Martins, dirigente estudantil local, pediu a palavra na presença de Marcelo Caetano e demais autoridades para fazer reivindicações estudantis, mas ela lhe seria negada. Essa situação desencadearia uma série de protestos, levando à decretação do chamado “luto académico”, o que incluía um potente movimento de greve aos exames, esta última, por sua vez, uma forma de luta popularizada pelo movimento de Nanterre nas origens da ebulição de maio-junho de 1968.

Uma história secreta do período marcelista

No final de 1968, começa a ser formada uma ala libertária no meio estudantil coimbrão, composta por estudantes de tendências políticas distintas, mas que se moviam juntas à esquerda do marxismo-leninismo do PCP e seu modelo de sindicalismo estudantil, profundamente questionado e atacado pelas alas esquerdistas dos movimentos revolu-

cionários francês e italiano da época. Eram os “contestas”, locução abreviada de “contestadores”, tal como as alas burocráticas do movimento estudantil denominavam, pejorativamente, suas alas mais críticas, na França como em Portugal. A expressão designa, no léxico do marxismo-leninismo, um movimento incapaz de transformar de modo estrutural e revolucionário as bases de um dado sistema. Sua renúncia ao objetivo de tomar o controle dos poderes econômico, político e militar, limitaria tal movimento a uma denúncia voluntarista, que apenas contestaria o *status quo*, sem transformá-lo fundamentalmente. João Madeira descreve assim a composição dos grupos informais de “contestas” em Coimbra, nas vésperas da crise de 1969:

No final do ano de 1968, um trotskismo político-cultural começaria então a dar os primeiros passos em Portugal, mais concretamente no seio de um grupo de estudantes universitários de Coimbra. Este, insultuosa e pejorativamente denominado de “contestas” por setores estudantis da mesma universidade mais próximos da direção da AAC e do PCP, não se reconhecia como trotskista, nem tão pouco como partido ou grupo organizado. Pelo contrário, apesar de situados à esquerda do PCP, entre os “contestatários” estariam anarquistas, situacionistas, trotskistas ou marxistas não-alinhados, nomeadamente Francisco Sardo, João Cabral Fernandes, Fernando Catroga e Torcato Sepúlveda. À heterodoxia e ao radicalismo político reivindicados e vividos pelo grupo corresponderia uma abertura de dimensão científica e cultural que não era tão perceptível nos outros dois coletivos. Como foi dito antes, à semelhança de Trotsky, aqueles jovens tenderiam a aproximar-se não só de correntes estéticas e disciplinas científicas como o surrealismo e a psicanálise, mas também da linguística e do existencialismo. Em todo o caso, somente após a “crise de 69” uma parte daqueles estudantes começaria a construir os Grupos de Acção Comunista (GAC) e a adotar muitas das orientações programáticas da Quarta Internacional (2013, p. 318).

Entre os “contestas” mencionados por Madeira, o jornalista Torcato Sepúlveda se tornaria, após a crise acadêmica de 1969, um dos animadores do Instituto Português de Vandalismo Comparado (doravante IPVC), um grupo informal de estudantes politicamente mais alinhado ao situacionismo do que ao trotskismo e ao anarquismo, e que do ponto de vista estético reivindicariam antes as heranças do letrismo e do situacionismo que a do surrealismo, o que não excluía a admiração de seus integrantes pelos escritos de surrealistas portugueses como António Maria Lisboa e Mário Cesariny.

Com efeito, o nome do grupo foi inspirado pelo *Skandinavisk Institut for Sammenlignende Vandalisme*, ou Instituto Escandinavo de Vandalismo Comparado (IEVC), fundado em 1961 pelo até então situacionista Asger Jorn, após se demitir amigavelmente da IS, através de um acordo tácito com o seu Conselho Central. Na verdade,

Jorn continuaria a apoiar a IS, inclusive financeiramente, porém sem estar oficialmente vinculado a ela, que naquela altura enfrentava um processo de exclusão de sua tendência artística, e de proibição de qualquer atividade artística por parte de seus membros. No caso do Instituto que inspirou os pró-situs portugueses, se tratava de realizar uma ampla pesquisa histórica, sobretudo iconográfica, sobre as culturas dos povos escandinavos na época das grandes migrações, em perspectiva comparada. Em parceria com outra antiga situacionista, a artista holandesa Jacqueline de Jong, as pesquisas realizadas pelo IEVC seriam publicadas na revista *The Situationist Times* que, apesar de não manter qualquer ligação com a IS, chegou a publicar seis números com este nome, entre 1962 e 1967. Segundo Gombin, a IS “tinha mesmo discípulos mais ou menos confessos que faziam agitação ‘exemplar’, sob nomes diferentes (*‘Enragés’*, *‘Vândalos’*...), em várias cidades universitárias (Paris, Nanterre, Strasbourg, Nantes)” (1972, p. 169). O que Gombin não sabia, é que no mesmo período em que publicava seu livro sobre o esquerdismo, esse tipo de influência exercida pela IS já se manifestava até mesmo no campus universitário de Coimbra.

Falecido em 21 de maio de 2008, Sepúlveda deixaria em aberto um enigma, um hiato, sobre a história das ideias situacionistas em Portugal. Outro membro do IPVC, o psicanalista Carlos Amaral Dias, que também poderia contribuir para uma restauração dessa contra-história da esquerda portuguesa, faleceria no dia 3 de dezembro de 2019. Na impossibilidade de reconstituir a história do IPVC através do relato de seus protagonistas, tivemos que recorrer a algumas informações esparsas, coletadas em artigos de jornal, páginas de internet e documentação depositada em importantes arquivos do país, especializados na história da esquerda dos anos 1960 e 1970 e da revolução portuguesa de 1974-1975.



INSTITUTO PORTUGÊS DE VANDALISMO COMPARADO
Secção da
Associação Internacional dos Trabalhadores

MAIO 1971 Suplemento ao n.º 1 de POTLATCH ANNO 1.º

A MARCA NOS AVELARES

Em verdade, Zaratustra é um vento forte para todos os bas-fonds; e eis o conselho que dá aos seus discípulos e a todos os que escutam e ouvem: "Livrem-se de enfiar contra o sono!"
Assim falava Zaratustra

A vinda ao estrangeiro de alguns revolucionários portugueses, permitiu a constatação de dados materiais irrefutáveis, e o desvendamento dum complot anti-igualitário forjado pelos manos Avelares. Nas relações inter-subjectivas imanentes a toda a prática radical, aquilo que tinha sido aparentemente igualitário, revelou-se visivelmente hierárquico. A divisão de trabalho na mentira comum, expressava a complementaridade dos papéis desempenhados por cada um dos Avelares. Neste sentido, ela não era mais do que a forma de permanência possível de manifestações transitórias da hierarquia oculta. No momento em que "tudo o que não avança, recua", a separação introduzida foi o entrave à transparência necessária ao desenvolvimento de novas exigências. A ingenuidade dos meios utilizados é finalmente, o testemunho do irrisório de tais objectivos.

Doravante, tal como lhes retiramos o direito de se reclamarem de nós, reconhecemos aos nossos inimigos o direito de se reclamarem deles.

A importância das nossas conclusões não deve escapar a ninguém, pois ninguém, com o tempo, nos escapa.

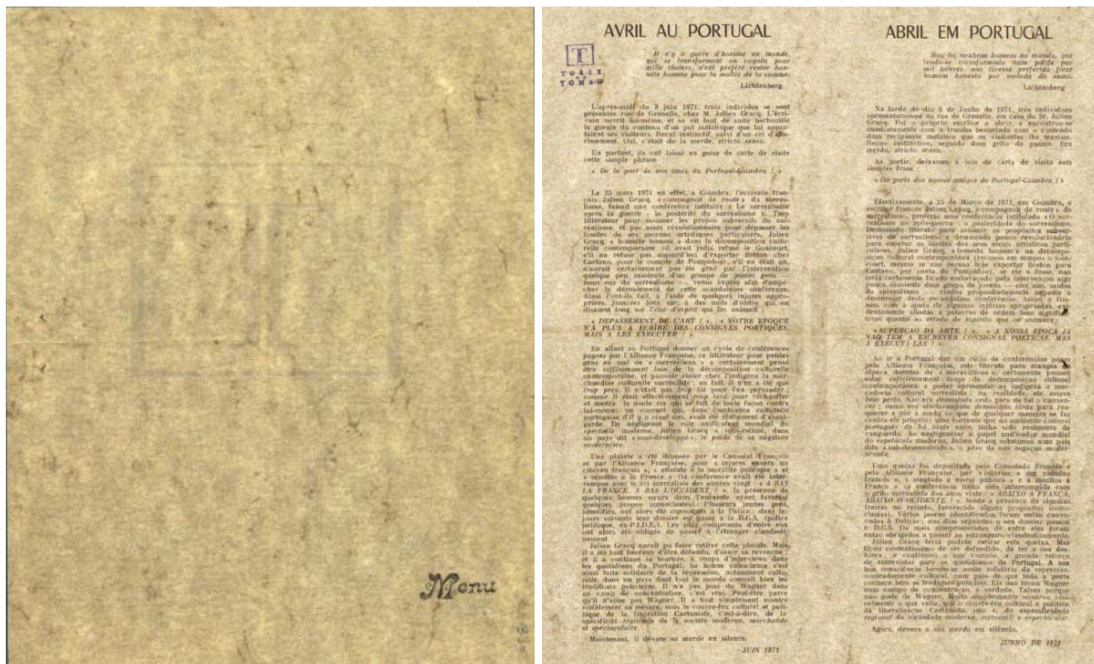
Maria Inês Grande, 18 de Janeiro de 1954

Antero de Quental José Fontana

Antero de Quental *José Fontana*

Instituto Português de Vandalismo Comparado: Secção da Associação Internacional dos Trabalhadores. "A marca dos Avelares". Suplemento ao nº 1 de Potlatch, mai. 1971 (frente e verso). Arquivo Nacional Torre do Tombo

O primeiro panfleto é do mês de maio e apresenta, na primeira página, a imagem de uma orgia na qual participam Bakunin e Marx, produzida a partir da colagem e do desvio de uma história em quadrinhos, ou “banda desenhada”, como se diz em Portugal, de autoria do cartunista estadunidense Robert Crumb. Bakunin fala da festa que é a revolução, enquanto Marx elogia o espírito revolucionário de Bakunin. No verso do panfleto, sob a designação de “Secção da Associação Internacional dos Trabalhadores”, aparece um texto intitulado *A Marca nos Avelares*, uma referência à novela pornográfica que circulava nos meios estudantis e entre os jovens operários da época, e “assinado” por Antero de Quental e José Fontana, dois representantes da I Internacional em Portugal. O próprio Antero de Quental teria protagonizado outra “crise acadêmica”, no contexto da chamada Questão Coimbrã, por volta de 1870. Foi naquele contexto que o escritor lançaria sua maldição sobre o arcaísmo dos catedráticos de sua época: *A universidade só iluminará o povo quando lhe deitarem fogo*. Um século depois, os vandalistas do IPVC pareciam levar essa máxima muito a sério, em sua tentativa de incendiar o meio estudantil coimbrão, no refluxo da vaga de contestação de 1969.



Instituto Português de Vandalismo Comparado: Secção da Associação Internacional dos Trabalhadores. *Avril au Portugal/Abril em Portugal*, jun. 1971 (frente e verso). Arquivo Nacional Torre do Tombo

O segundo documento, do mês de junho, traz na capa apenas a palavra *Menu* e, no verso, um texto intitulado *Abril em Portugal/Avril au Portugal*. Editado em versão bilíngue (francês e português), o texto apresenta um relato sobre a visita de Julien Gracq

a Coimbra, em 25 de março de 1971, para proferir uma palestra que acabaria sendo invadida e interrompida por um grupo de jovens, “vindos propositadamente impedir o desenrolar desta escandalosa conferência”. Carlos Amaral Dias seria preso na sequência do acontecimento.¹⁸⁷ Não satisfeitos com os resultados do escândalo, cerca de dois meses depois, no dia 8 de junho de 1971, os vandalistas de Coimbra iriam até a residência de Gracq, em Paris, para realizar um segundo ato:

Na tarde do dia 8 de Junho de 1971, três indivíduos apresentaram-se na rua de Grenelle, em casa do sr. Julien Gracq. Foi o próprio escritor a abrir, e encontrou-se imediatamente com a tromba besuntada com o conteúdo dum recipiente metálico que os visitantes lhe traziam. Recuo instintivo, seguido dum grito de pasmo. Era merda, *stricto sensu*. Ao partir deixaram à laia de carta de visita esta simples frase: *Da parte dos nossos amigos de Portugal-Coimbra!* (IPVC, 1971).

Não encontramos qualquer registro, na imprensa local, do acontecido, entretanto, ele seria lembrado por Gérard Guégan em seu romance *Père et fils, suite*, publicado na França em 1988. Tais atos poderiam se inscrever naquele campo ao qual o sociólogo e historiador norte-americano Greil Marcus deu o nome de “história secreta”, em sua reconstrução da influência exercida pela IS, a partir de sua seção inglesa, no surgimento do movimento *punk* daquele país. Nesse sentido, o adjetivo “secreta” não se refere tanto a uma espécie de secretismo estatal, nem de associativismo clandestino, de tipo conspirativo. Os grupos, indivíduos e publicações esquerdistas, em sua maior parte, não foram organizações ilegais nem seitas ocultas, mas instrumentos de ação pública, isto é, não só no sentido de se dirigir *ao* público e, muitas vezes, se integrar nele, como também de dizer, falar e agir *em* público, de modo transparente e visível. Trata-se, no sentido de Marcus, de “uma história que permanece secreta mesmo para aqueles que a fizeram, sobretudo por aqueles que a fizeram” (2008, p. 215). O autor de *Lipstick traces. A Secret History of the Twentieth Century* (1989), levanta o seguinte questionamento a respeito das concepções positivistas da história:

A história é simplesmente algo relacionado a eventos que deixam para trás coisas que se podem pesar e mesurar – novas instituições, novas constituições, novas regras, novos vencedores e novos perdedores – ou ela não é, também, o resultado de momentos que parecem não deixar nada para trás, exceto o mistério de conexões espectrais entre pessoas bastante afastadas no tempo e no espaço, porém falando, ao mesmo tempo, a mesma linguagem? (...) Se a língua que eles falam, a pulsão

¹⁸⁷ Cf. Almocreve das Petas, 2008.

que suas vozes exprimem, têm sua própria história, é possível que esta história conte coisas muito diferentes daquelas que ouvimos em toda nossa vida (*Ibid.*, p. 13).

Claro que tal concepção seria considerada, no mínimo, bastante esotérica pela historiografia de matriz positivista. Ela constitui, no entanto, uma estratégia pertinente para a escrita de contra-histórias em variados campos do saber e do poder. Numa carta enviada a Marcus, o próprio Debord reconheceria a pertinência de sua concepção:

Você realizou essa pesquisa segundo uma concepção muito pessoal da história do nosso século. A propósito daqueles domínios abordados que eu mesmo pude conhecer, estou largamente em simpatia com sua concepção, com certeza. Você teve o mérito de descobrir, de longe no espaço e no tempo, várias coisas notáveis, que foram por um longo tempo escondidas pelas pessoas que não gostavam delas (apud MARCUS, 2008).

Classificados pelas esquerdas tradicionais como atos despolitizados, antipolíticos, irracionais ou selvagens, as manifestações dos vândalos pró-situs de Coimbra exprimiam, no conteúdo como na forma, alguns dos mais modernos e avançados elementos em matéria de política e cultura revolucionária. De algum modo, ecos da movimentação do IPVC chegariam até Debord e Sanguinetti que, no documento de dissolução da IS, de 1972, diziam encontrar, naquele momento, suas “exigências afixadas nas fábricas de Milão como na Universidade de Coimbra” (1972, p. 11). De fato, a primeira tradução portuguesa de *A miséria do meio estudantil* (1966) surgiu em Coimbra já no ano de 1969 (HENRIQUES, 2018), e o livro *Banalidades de Base*, de Vaneigem, seria publicado por uma editora local, a Livraria Almedina, também em 1972.

Apesar disso, o impacto restrito das ideias situacionistas em Portugal foi algo restrito e tardio (pós-68), até mesmo no incipiente movimento estudantil que se reorganizava há cerca de uma década, desde a crise de 1962. Por outro lado, não se pode afirmar que tal impacto em Portugal tenha sido praticamente nulo. No plano quantitativo, a zona de influência alcançada pela teoria situacionista foi relativamente semelhante àquela atingida pelo trotskismo, algo reduzida em relação ao maoísmo, que hegemonizava o campo da extrema-esquerda portuguesa. O alcance das ideias situacionistas em Portugal é tão difuso e abrangente, que às vezes nos deparamos com informações curiosas, como a de que suas ideias despertavam o interesse não apenas de artistas e cientistas sociais, mas também de engenheiros (como Henrique Garcia Pereira), psicanalistas (como Carlos

Amaral Dias), jornalistas (como Torcato Sepúlveda), médicos (como o imunologista António Coutinho),¹⁸⁸ ou ainda José Pinho, proprietário, em Lisboa, das livrarias Ler Devagar, na Lx Factory, e da tradicional Ferin, localizada no Chiado, e que nos anos 1990 editou uma revista de influência situacionista chamada *Devagar*, em parceria com António Ferreira. No plano cultural, saliente-se a fundação, em 1956, do Círculo de Iniciação Teatral de Coimbra (CITAC), um ano antes da fundação da Internacional Situacionista. Segundo Cardina, este grupo teatral contava com um “núcleo de sócios adeptos do situacionismo”, pois “apresentava-se contíguo ao estilo e às ideias que Debord e os restantes situacionistas espalhavam por essa altura na Europa” (2008, p. 177)

De vândalos anônimos a intelectuais públicos

Os micro-grupos da constelação esquerdista são tradicionalmente diminutos em termos quantitativos. Algumas organizações contaram com dezenas, outras nem isso, de indivíduos, que se aglutinavam em razão de afinidades de ordem política, ética, moral e estética. Mas é sobretudo no plano qualitativo que reside a força de contágio e influência dos “grupelhos”, “grupitos”, “micro-grupos”, ou “grupúsculos” esquerdistas, o que exige uma abordagem apropriada, que procure situar tal impacto no tempo como no espaço. Começamos pelo levantamento de um breve perfil biográfico de dois antigos vandalistas, os únicos que deixaram para a história alguns indícios do crime de ter pertencido a um grupo tão maldito e escandaloso como o IPVC, no contexto do marcelismo.

João Torcato Macedo Duarte Sepúlveda (1951-2008) é natural de Braga e filho de professores. Foi lá que frequentaria a vasta biblioteca do pai de seu amigo, Américo Barbosa, quando toma conhecimento de muitos escritores estrangeiros. Ao final do liceu, se transfere a Coimbra para cursar Filologia Românica. A ebulição de 1969 lhe abrirá novas perspectivas de luta, influenciado pela leitura de alguns escritos situacionistas e sobre a revolução de maio-junho de 1968 na França, que começavam a circular em publicações artesanais e amadoras, em zines fotocopiados, com baixa qualidade de impressão e traduções militantes pouco rigorosas.

Ainda em 1971, Sepúlveda partirá para o exílio na Bélgica, onde vive entre até 1974, trabalhando como operário. Entra em contato, na época, com os *milieux* pró-situacionistas locais e franceses, muito embora nunca tivesse assumido o rótulo de pró-situacionista. Em 1976, publica o libelo *Reflexão sobre a estratégia da luta das classes em*

¹⁸⁸ Cf. Cardina, 2008, p. 102.

Portugal, sob o pseudônimo de “Anônimo do Século XX”. Regressa a Portugal somente após 25 de Abril, quando passa a trabalhar no serviço de fronteiras em Vila Real de Santa António e entra para a redação do jornal *Expresso*, na área de crítica literária, assinando seus textos como João Macedo. Publica no ano de 1978, em parceria com Luís Oliveira, *Declaração de guerra às Forças Armadas e outros aparelhos repressivos do Estado*, o primeiro livro da editora Antígona, escrito sob o pseudônimo de um fictício dissidente das Forças Armadas portuguesas, o general “Custódio Losa”. A colaboração com a Antígona irá perdurar até o fim de sua trajetória. Em 1980, publica sua tradução de *Isidore Ducasse e o Conde de Lautréamont nas poesias*, de Raoul Vaneigem, sob o pseudônimo “Silva de Viseu”, e em 2000, de *História desenvolvida do surrealismo*, do mesmo Vaneigem (sob o pseudônimo de “Jules-François Dupuis”), uma importante contribuição da corrente esquerdista para as teorias e historiografias da poesia e da arte moderna. Entre os anos 1980 e 1990, Sepúlveda irá colaborar esporadicamente com as publicações libertárias *Utopia* e *A Batalha*, tornando-se, mais tarde, um dos fundadores do jornal *Público*, editando o suplemento *Leituras*, de crítica literária. Colaborou ainda com diversas publicações não esquerdistas, entre revistas e jornais literários.

Carlos Amaral Dias (1946-2019) nasceu em Coimbra. Proveniente de uma família de médicos e enfermeiros, neto de um anarquista, aos nove anos lia Shakespeare, aos dez, Platão e Sócrates, aos dezessete, Freud, antes de se formar em medicina pela UC. Foi dirigente associativo durante a crise académica de 1969, o que renderia sua primeira prisão. Muda-se para Lisboa em 1970, quando será preso pela segunda vez, em Caxias, por ter dirigido uma greve de médicos no hospital onde estagiava. De acordo com um relato de Joana Amaral Dias, filha de Carlos e ex-deputada do Bloco de Esquerda, naquele período seu pai chegou a “comer documentos em frente à polícia para não ser incriminado”. Retorna a Coimbra no final de 1971, para trabalhar como assistente de psiquiatria de Vaz Serra (DIAS, 2004). Em 1981, finaliza seu doutoramento em psicologia, com uma tese sobre a influência dos fatores psíquicos e sociais no desenvolvimento da toxicomania. Desde então realiza uma série de conferências sobre o tema em Roma, Barcelona, São Paulo e Nova Iorque. Colabora com a revista *Arte Opinião* (1978-1982). Torna-se professor catedrático da UC em 1990, quando também passa a trabalhar, paralelamente, na rádio TSF, até 2003. Publicou mais de uma dezena de livros sobre psicanálise e toxicod dependência, entre outros temas, como *Para uma psicanálise da relação* (Afrontamento, 1988), *Só Deus em mim se opõe a Deus: um seminário de psicanálise* (Fenda, 1993),

Ascensão e queda dos toxicoterapeutas: ou a democracia da mentira (Fenda, 1995) e *A re-pensar: coletânea psicanalítica* (Afrontamento, 1995).

Dias teve um AVC em 2012, mas não resistiria a uma parada cardiorrespiratória, no dia 3 de dezembro de 2019, em Lisboa, onde faleceu aos 73 anos de forma trágica. Ao ser levado ao hospital por um carro do corpo de bombeiros, este avariou no meio do percurso, e Dias ali permaneceu por pouco menos de uma hora, até a chegada de uma ambulância, que não possuía nem médico nem equipamento de reanimação, de acordo com a denúncia feita por sua filha às autoridades portuguesas. Um inquérito foi então aberto junto ao Ministério Público para apurar eventual crime de negligência. Em janeiro de 2020, o Instituto de Emergência Médica (INEM) abriu quatro processos disciplinares contra funcionários e voluntários dos Bombeiros das freguesias de Beato e Penha de França.

O escândalo em dois atos contra Julien Gracq

Para compreender, primeiramente o escândalo na Aliança Francesa de Coimbra, depois o ato contra Gracq em Paris, é preciso situar tais métodos na corrente de ação e pensamento em que eles se inscreviam, ainda que de modo não expressamente consciente. Eles possuem antecedentes análogos, na interseção entre correntes de vanguarda artísticas e políticas, em outros períodos revolucionários, como na ação dos dadaístas durante a revolução alemã, por volta de 1918, e na ação de letristas e situacionistas, nos anos 1950 e 1960, para ficarmos com apenas dois exemplos, entre outros possíveis, acerca destas relações. Um ano após a perturbação da conferência de Gracq em Coimbra, ficaria bastante conhecida a interrupção de uma conferência de Jacques Lacan na universidade católica de Louvain, em 13 de outubro de 1972, por Anatole Atlas, um jovem claramente influenciado pela crítica situacionista da sociedade do espetáculo. O insólito diálogo entre Lacan e o sabotador de seu seminário, foi registrado no documentário *Jacques Lacan parle* (1972), dirigido por Françoise Wolff. A certa altura, ao ser questionado por Lacan sobre o que exatamente ele queria fazer, o jovem respondeu de imediato: *a revolução...*

Em novembro de 1918, em plena revolução alemã, enquanto Kurt Eisner proclamava a República dos Conselhos da Baviera, e em Berlim se realizava o congresso dos conselhos, formado pelos círculos autônomos de operários, soldados e intelectuais que lutavam pela edificação de um contra-poder proletário, Johannes Baader, integrante do círculo dadaísta berlinense, invade a catedral de Berlim à cavalo. No centro da catedral,

Baader grita as seguintes blasfêmias, para o público de crentes em Deus que, no entanto, não acreditavam na cena absurda armada diante de seus olhos: *Dada vai salvar o mundo! Cristo está se lixando para vocês!* (MARCUS, 2008).

Na manhã do dia 9 de abril de 1950, quatro jovens letristas adentram a catedral de Notre-Dame de Paris durante a missa de Páscoa, assistida por cerca de dez mil pessoas. Vestido de monge dominicano, um dos jovens, Michel Mourre, aproveita-se de uma pausa na oração para dar início à leitura de um sermão escrito por outro letrista presente na ação, Serge Berna, no qual acusava-se “a Igreja Católica Universal do desvio mortal de nossas forças vivas em favor de um céu vazio (...) de infectar o mundo com sua moral mortuária, de ser o cancro do Ocidente decomposto”, entre outras coisas. O sermão letrista seria interrompido após Mourre declamar, com ares de Zaratrusta: *Dieu est mort!* Após terem sido expulsos violentamente para as margens do Sena, os hereges letristas seriam salvos do linchamento pela polícia. Greil Marcus alerta, a respeito de uma suposta ou possível influência do escândalo dadaísta na formação dos letristas, que “não há nenhuma razão de pensar que Michel Mourre e Serge Berna tivessem conhecimento do que Baader tinha feito” (2008, p. 367). E poderíamos cá acrescentar ao aviso de Marcus: não há razão para acreditar que os vândalos de Coimbra tivessem conhecimento dos escândalos dadaístas dos anos 1910, ou letristas dos anos 1950. Trata-se de um fenômeno o qual Marcus, que é cientista político pela Universidade de Berkeley, compreendia como “o mistério de conexões espectrais entre pessoas bastante afastadas no tempo e no espaço, porém falando, ao mesmo tempo, a mesma linguagem” (*Ibidem*, p. 13).

Em julho de 1952, Debord se uniria a dois dos protagonistas do escândalo de Notre-Dame, Jean-Louis Brau e Berna (além de Gil Wolman), para formar uma tendência clandestina à esquerda do letrismo de Isidore Isou, denominada Internacional Letrista. No mês de outubro daquele ano, Charles Chaplin chega a Paris para fazer a promoção de seu novo filme, *Les feux de la rampe*. No dia 29, Chaplin daria uma conferência à imprensa no hotel Ritz, não fosse pela realização de um novo escândalo, com ares de escracho público, organizado pela esquerda letrista com o objetivo de anunciar a sua existência à capital francesa. Enquanto uma pequena multidão aclamava o ídolo do lado de fora do hotel, Debord, Berna, Brau e Wolman tentavam bloquear suas portas de acesso e provocar a segurança do evento, e distribuía um panfleto assinado pela Internacional Letrista onde se lia, ao final, *Go home Mister Chaplin!* A imprensa, assim como a esquerda ligada ao PCF, em jornais como o *Combat* e o *L'Humanité* logo os tratariam como vândalos, e seu ato como um escândalo e uma heresia inaceitáveis (MARCUS, 2008).

No dia 25 de março de 1971, Julien Gracq, pseudônimo de Louis Poirier, viajou de Paris a Lisboa para a realização de uma conferência intitulada *O surrealismo no pós-guerra: a posteridade do surrealismo*. Curiosamente, Gracq conduzia sua trajetória intelectual de modo discreto, ao contrário dos surrealistas, pois considerava que o autor deve desaparecer por detrás de sua obra. Apesar de ser próximo de André Breton, Gracq jamais integrou o grupo surrealista de Paris, de quem rejeitava a proximidade com o PCF e a herança dadaísta, que não lhe agradava. Em 1947-1948, após a publicação de um ensaio de Gracq sobre a obra de Breton e a atualidade do surrealismo, se desenvolveria um intenso debate entre Benjamin Péret, Maurice Blanchot e Georges Bataille, e alguns ideólogos do PCF, capitaneados por Sartre. Em 1970, Gracq publica *La Presqu'île*, que reúne três novelas e marca seu afastamento da literatura de ficção. Em 1971, o cineasta belga André Delvaux realiza uma adaptação ao cinema de uma daquelas novelas, *Le Roi Cophtua*.

Equanto isso, os vandalistas de Coimbra preparavam a organização do assalto à conferência de Gracq, considerado por eles um sujeito “demasiado literato para assumir os propósitos subversivos do surrealismo e demasiado pouco revolucionário para superar os limites dos seus meios artísticos particulares”. Os vandalistas viam na conferência de Gracq a tentativa de “exportar Breton para Caetano, por intermédio de Pompidou”, demonstrando o claro propósito político de seu ato: denunciar a vergonhosa operação, a qual se prestava Gracq, de neutralização do potencial subversivo do surrealismo em um país atrasado como Portugal, que procurava, por meio das reformas liberalizantes do marcelismo, transformar a cultura num setor lucrativo da economia.

No panfleto *Abril em Portugal*, que circularia no mês de junho, após o ataque do dia 8 em Paris, o IPVC relata como o palestrante, na Aliança Francesa de Coimbra, havia ficado “embaraçado pela intervenção algo insolente dum grupo de jovens – eles sim, saídos do surrealismo”, que lhe dirigiram “algumas injúrias apropriadas, evidentemente alinhadas a palavras de ordem bem significativas do estado de espírito que os animava: *Superação da arte! A nossa época já não tem a escrever insígnias poéticas, mas a executá-las!*”. A referência à IS é clara: *notre époque n'a plus à écrire des consignes poétiques, mais à les exécuter*, é um princípio caro aos situacionistas, publicado no oitavo número de sua revista. Também foram proferidas pelos vandalistas a palavra de ordem surrealista dos anos vinte: *Abaixo a França! Abaixo o Ocidente!*

No panfleto *Abril em Portugal*, os vandalistas de Coimbra apresentam a motivação do ato realizado no dia 8 de junho de 1971, quando alguns de seus integrantes, àquela

altura fugindo da DGS/PIDE, atiraram matéria fecal, ou “merda, *strictu sensu*”, no rosto de Gracq, quando este atendeu à campanha de sua residência, localizada na rua de Grenelle, ao lado da Fonte das Quatro-Estações, em Paris. Era a forma de retaliação encontrada pelo grupo para uma queixa depositada pelo Consulado Francês e pela Aliança Francesa, por “injúrias a um cidadão francês”, “atentado à moral pública” e “insulto à França”, como punição exemplar ao ato político-estético do dia 8. Na sequência do ato, “vários jovens foram então identificados e convocados à polícia, chegando à DGS no dia seguinte. Os mais comprometidos de entre eles foram obrigados a passar ao estrangeiro clandestinamente”. Para os vandalistas, Gracq poderia ter retirado esta queixa, mas optou por ser cúmplice dela, enquanto prosseguia normalmente com suas palestras em Portugal: “sua boa consciência se tornou assim solidária da repressão, nomeadamente cultural, num país de que toda a gente conhece bem as tradições policiais”. Na mesma época, mais precisamente no dia 23 de julho de 1971, o antigo situacionista Sanguinetti seria expulso do território francês por seu ministro do Interior. Junto a outros membros da seção italiana da IS, Sanguinetti se encontrava exilado em Paris desde o final de 1969, quando os situacionistas publicam um panfleto denunciando a carta do terrorismo de Estado, jogada na ocasião do massacre *Piazza Fontana*, em Roma, quando os serviços secretos italianos explodiram uma bomba no Banco da Agricultura em Milão com o objetivo de criminalizar e deslegitimar o “outono quente”.

A influência situacionista no IPVC é notável, e preponderante em relação à herança surrealista assumida pelo grupo em seu panfleto de junho, cuja linguagem se torna mais fluída e direta, em relação ao espalhafatoso e confuso comunicado de maio. Uma influência, ao mesmo tempo, teórica e prática. No plano teórico, a exigência de uma superação da arte estava inscrita nas teses situacionistas reunidas por Debord em *A sociedade do espetáculo*. Assim como, para Marx, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844), a superação da filosofia era inseparável de sua realização, para Debord, a supressão e a realização da arte são os aspectos inseparáveis de uma mesma superação da arte. Apenas desse modo podemos apreender adequadamente o sentido dialético da afirmação de Debord segundo a qual “o dadaísmo e o surrealismo são as correntes que marcaram o fim da arte moderna” (1997, p. 125). Na síntese debordiana de 1967:

O dadaísmo quis *suprimir a arte sem realiza-la*; o surrealismo quis *realizar a arte sem suprimi-la*. A posição crítica elaborada desde então pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são os aspectos inseparáveis de uma mesma *superação da arte* (*Ibidem*, p. 125).

Os pró-situs portugueses colocaram em prática o método dada-surrealista do escândalo, mas aprimorado por letristas e situacionistas nas novas condições do segundo pós-guerra, ao dizer que o assalto à conferência da Aliança Francesa “muito simplesmente, mostrou o que [Gracq] valia”. Já no panfleto *A miséria do meio estudantil*, os situacionistas assumiam a intenção de “tornar a vergonha ainda mais vergonhosa, dando-a a público” (IS, 2018b, p. 25), e Michèle Berstein, no romance *Tous les chevaux du roi* (1960), preconizava que “um escândalo bem organizado vale por dois” (2014, p. 85).¹⁸⁹

Desde o panfleto de maio, os vandalistas de Coimbra adotaram, no plano prático, métodos de propaganda situacionista, como as BD desviadas e uma linguagem irreverente e provocatória, herdada do surrealismo, da esquerda letrista e da primeira fase da IS. Tal linguagem demasiadamente artística revelava-se, naquele momento, um pouco anacrônica em relação ao desenvolvimento das ideias e práticas situacionistas após a cisão de 1962 com a sua ala artística, a aproximação com a corrente conselheira, a derrota de 1968 e o movimento de refluxo revolucionário que lhe seguiu, no interior do qual a própria IS viria se diluir. Em outras palavras, o pró-situacionismo do IPVC se dava em um momento de desaparecimento da IS enquanto organização.

No segundo panfleto do IPVC, de maio, os corpos de Marx e Bakunin aparecem mesclados a diversos outros em uma grande orgia. A referência à I Internacional revela esse desejo de exorcisar o fantasma da oposição entre comunistas e anarquistas, que teve origem naquela experiência. Também a referência do grupo a Antero de Quental, um dos fundadores da seção portuguesa da I Internacional, e cuja concepção de socialismo foi fortemente influenciada pelo anarquista Proudhon, remete ao período da Comuna. Foi no ano de 1871 que Antero publicou sua tese sobre as *Causas da decadência dos povos pe-*

¹⁸⁹ Esta linha de ação ainda repercute nos meios libertários ou pós-situacionistas contemporâneos, como em Quebec, no Canadá. O coletivo editor da revista *Hors-d'Oeuvre*, por exemplo, criada em 2005 e diretamente inspirada pelo situacionismo e pelo pós-situacionismo, já perturbou uma conferência de John Zerzan e, ao mesmo tempo, produziu panfletos polêmicos, como o *Anti Francis Dupuis-Déri*, que atacou duramente este sociólogo, autor de uma notória pesquisa sobre os *Black Blocs*, publicada no Brasil pela editora Veneta em 2014. Na linha situacionista, o grupo se considera “anarco-gangsterista”, adotando uma atitude de desconfiança em relação aos coletivos militantes que desaprova. De acordo com o coletivo editor de *Archives Révolutionnaires*, “estas práticas chocam parte do meio militante e criam tensões, particularmente com os insurrecionalistas, que consideram o coletivo autoritário e pouco camarada. Em busca de escândalos, *Hors-d'Ouvre* joga gasolina no fogo alegando querer realizar um *putsch cultural* no meio anarquista. (...) Em suma, este grupo pós-situacionista se tornou conhecido por suas práticas perturbadoras, embora ele tivesse também uma prática mais ambiciosa e uma produção teórica consequente” (2020, s/p. Tradução nossa).

ninsulares. Segundo ele, foi no século XVII que a Península ibérica entrou em decadência, após um período de resplendor, durante a Idade Média, marcado pelas contribuições das escolas judaicas e árabes da Espanha e, depois pela expansão ultramarina. A partir de então, tal decadência assumiria, no plano político, a forma de uma centralização absolutista do poder, em detrimento da autonomia das municipalidades e das iniciativas da emergente burguesia daquelas localidades. Antero atribui ao jesuitismo e à Inquisição, a expulsão de judeus e mouros da Península, isto é, de suas camadas industriais. Com a expulsão da burguesia nascente, provocava Antero, a única indústria peninsular era a Índia, isto é, a pilhagem colonial. Esse desenvolvimento acarretaria diversas consequências materiais, como a destruição da agricultura em todo o Sul da Espanha, o desaparecimento das profissões financeiras necessárias ao desenvolvimento capitalista, o bloqueio à formação de uma burguesia local, que estimularia a formação de latifúndios e a desertificação de metade da Península.

No caso específico de Portugal, tais fatores econômicos ocasionariam uma destruição da criatividade, inventividade e inteligência das camadas populares, que desde então se encontravam escravizadas e apassivadas. Em oposição à ignorância e à miséria em que sobreviviam as camadas populares, os poderosos viviam de luxo, ganância e corrupção. Antero identificava na tese da “decadência histórica” as raízes desta dupla mentalidade lusitana. Os vandalistas de Coimbra pareciam ter consciência das raízes históricas deste quadro mental decadente, cuja analogia com o fascismo salazarista era mais do que evidente, mesmo no contexto de relativa abertura do marcelismo, entendido pelo IPVC senão como uma “especificidade regional da sociedade moderna, espectacular e mercantil”. Daí suas principais linhas de ação se situarem nos campos da moral sexual, da política libertária e da arte moderna.

3.4. O quase imaginário Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social (1974)

O golpe de 25 de Abril desencadearia um processo revolucionário que ultrapassava de longe a capacidade de controle do I Governo Provisório, empossado no dia 16 de maio. Já no dia 1º de maio, manifestações de massas tomam as ruas do país. Entre os dias 8 e 20, uma onda de greves atingirá todos os setores da indústria. Suas reivindicações principais eram por um salário de seis mil escudos e pela jornada semanal de quarenta

horas. A partir do dia 19, tem início um movimento popular de ocupações de casas desabitadas, o qual irá se prolongar por vários meses. O governo, composto por, entre outros ministros, Cunhal (comunista), Soares (socialista) e Carneiro (socialdemocrata), apesar de legalizar as ocupações já realizadas, irá criminalizar as novas. Nesse momento, com a fuga de muitos proprietários dos saneamentos que lhes ameaçavam, em razão de sua colaboração de cerca de meio século com o fascismo em Portugal, começam a acontecer as ocupações de fábricas por seus trabalhadores, que passavam a funcionar segundo os princípios da autogestão econômica.

É nesse turbilhão de acontecimentos revolucionários que iria se formar, em Lisboa, o Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social (CDRS), a partir da reunião de pró-situacionistas portugueses e antigos situacionistas que haviam participado ativamente das tendências esquerdistas do movimento de maio-junho de 1968 na França, especialmente do Comitê *Enragés*-Internacional Situacionista (entre 14 e 17 de maio) e do Conselho pela Manutenção das Ocupações (entre 17 de maio e 15 de junho de 1968). Grupo afinatório e improvisado, reunido às pressas por um número ínfimo de pessoas, o CDRS publicou um cartaz e um panfleto, respectivamente em 26 e 29 de maio de 1974, que chegariam a circular em meios estudantis e operários, em ocupações de universidades e de fábricas. A força do CDRS residia, nesse sentido, mais em seu aspecto qualitativo que quantitativo, a exemplo da própria IS e do CMDO. Porém, distintamente do CMDO, o CDRS não chegaria a exercer qualquer impacto verificável no decurso dos acontecimentos, mantendo-se bastante isolado em relação ao movimento de ocupações que se alastrava rapidamente por Lisboa, onde o grupo atuava. É por ter se confinado nessa zona opaca entre mito e realidade, inexistência e existência, que Phil Mailer qualificou o CDRS como um conselho “imaginário”.¹⁹⁰ Entretanto, procuramos delinear nesta sessão o lugar concreto dessa experiência na história do esquerdismo português e da revolução de 1974-1975.

Do CMDO francês ao CDRS português

A exemplo da experiência do IPVC, também a história do CDRS poderia ser abordada pela perspectiva da “história secreta” de Greil Marcus. Existe pouquíssimo material biográfico de seus protagonistas dispersos por trabalhos sociológico-políticos e historiográficos sobre o esquerdismo europeu e a extrema-esquerda portuguesa em particular. Em

¹⁹⁰ Depoimento, 02/05/2020.

agravo, não foi possível entrevistar dois de seus antigos membros, Eduardo Rothe e Francisco Alves, os únicos remanescentes daquela aventura e que poderiam ajudar a reconstruir essa história. Apesar destes obstáculos, foi possível reconstituir a história do CDRS partindo do material documental e bibliográfico de que dispomos.

Com efeito, o principal elo entre os pró-situacionistas portugueses de Lisboa e os antigos situacionistas de Paris, seria costurado por dois pró-situs portugueses, Francisco Alves e Afonso Monteiro. Alves provinha das ramificações parisienses do CMLP (CARDINA, 2011, p. 45), entre 1964-1965. De acordo com Américo Nunes, Alves era um “antigo trotskista” quando o conheceu em Paris, no ano de 1966, momento em que este já não mais pertencia à organização maoísta. É nesta época que Alves apresenta Nunes a outros dois amigos seus, o historiador libertário Carlos da Fonseca e o poeta anarco-surrealista António José Forte, com que criaria, à margem da IS, um curioso “círculo situacionista português” radicado em Paris, ao qual se juntaria também Eduardo Vasconcelos Cruz. Contudo, com o regresso a Portugal de Fortes, o grupo afinatório não se formaliza jamais, e passa a se aproximar das tendências social-bárbaras, conforme relata Nunes:

Houve muitas discussões e preparação de textos, mas, por falta de meios e com o regresso do Forte a Portugal, o nosso “círculo” – a que queríamos chamar *Potlatch*, num impulso *bataillan* (de Georges Bataille, que nessa altura líamos paralelamente aos textos de Debord) – acabou por não vir a público. Decidimos então, com o Carlos [da Fonseca], juntar-nos ao grupo Pouvoir Ouvrier (PO), dissidente do colectivo *Socialisme ou Barbarie* (NUNES, 2017, s/p.).

Alves chega a 1968 mais próximo da tendência social-bárbara do que da tendência situacionista, a despeito de seu pró-situacionismo. Seu espaço de ação se deu exteriormente à tendência situacionista real, que havia participado do primeiro Comitê de Ocupação da Sorbonne e formado, em ruptura com aquele e em aliança com os *Enragés* de Nanterre, o CMDO. Tendo ocupado o Instituto Pedagógico Nacional (IPN) e sido composto por “dez situacionistas e *Enragés* (...), outros tantos trabalhadores, dez secundaristas ou ‘estudantes’ e uma dúzia de outros conselhistas sem função social específica” (IS, 2018a, p. 106), o Conselho publicaria dezenas de cartazes e panfletos, histórias em quadrinhos e canções, antes de diluir-se no refluxo revolucionário de junho. A ala pró-situ portuguesa do PO (Alves, Nunes, Fonseca e Vasconcelos), assim como o círculo dos cir-

cunstantialistas (Valadas, José Maria C. Ferreira, Medeiros, entre outros), se movimentaram pelos variados comitês autônomos confederados na ocupação do *Censier*, isto é, paralelamente à atuação do CMDO na ocupação do IPN.

Antes disso, porém, houve uma breve aliança tática entre pró-situacionistas portugueses, encabeçada por Alves e o círculo de circunstancialistas (como João Freire e Manuel Villaverde Cabral), na eleição de 1970 para a direção da União dos Estudantes Portugueses em França (UEPF), uma associação criada em 1963-1964 por militantes portugueses em Paris sob os auspícios da *Union Nationale des Etudiants de France* (UNEF). O objetivo era dar um golpe no sindicalismo estudantil até então dominado pelo PCP, e assim aconteceu, pois ao vencerem as listas dos comunistas e dos maoístas, resolveram dissolver a associação, numa reedição do golpe pró-situacionista que dissolveria a Associação Federativa Geral dos Estudantes de Strasbourg (AFGES), após vencer as eleições locais, em 1966.

Do grupo de pró-situacionistas portugueses, apenas Francisco Alves participará da formação do CDRS, em maio de 1974. Um grupo de claras afinidades convergentes entre conselhistas e situacionistas, e articulado pela amizade entre Alves, Afonso Monteiro e Debord, de quem eles haviam assinado a tradução de *A sociedade do espetáculo* para o português. Publicada em 1972 pela editora Afrodite, de Fernando Ribeiro de Mello, editor maldito do Porto, a tradução portuguesa não seria apenas a quarta mundial, depois das edições italiana, norte-americana e dinamarquesa, como também seria considerada por Debord como a melhor tradução já feita de seu principal livro de teoria:

O que começara como um projecto de “tesão” para o jovem estudante universitário Francisco Alves acabara no que Debord consideraria uma das melhores edições estrangeiras e na melhor tradução do seu texto, a par da dinamarquesa (a única “nódoa” nessa satisfação terá sido ver a imagem do seu rosto em alto contraste multiplicada na folha de rosto – solução gráfica que Marques de Abreu aplicara já no primeiro livro da colecção ao rosto de Engels – algo que, segundo Francisco Alves, lhe provocou um acesso de ira que quase o fez enviar uma carta de reclamação ao editor) (MARQUES, 2015, s/p.).

Desentendimentos à parte, restaria entre Debord, Alves e Monteiro (que havia sido responsável pela revisão da tradução feita por Alves), uma relação de amizade que, dois anos depois, no momento da queda do fascismo em Portugal, seria reativada por meio de uma série de correspondências trocadas entre Lisboa e Champot (localidade isolada no

campo, para onde Debord se refugiara na década de 1970), e que daria origem à chamada “campanha de Portugal”, de acordo com a expressão de Apostolidès.

Enquanto se colocava como um simpatizante e apoiador externo do CDRS, Debord articulou a ida para Portugal de dois antigos situacionistas e membros do CMDO, Eduardo Rothe e Patrick Cheval, para ajudarem a compor o grupo. Juntavam-se, assim, a Alves, Monteiro e sua companheira, Antónia Monteiro, além de José Carlos Marques, Ribeiro de Mello e Leonor Gouveia, uma amiga do casal que estudava filologia romana na Universidade de Lisboa. Afonso, “mais dado às deambulações pelos bares de Paris, acabara por estabelecer uma relação mais forte com Guy Debord” (RAMALHO, 2015, p. 22), e receberia deste o pseudônimo de “Ulisses”, em razão de suas múltiplas viagens pela Europa. Era Afonso quem mantinha o antigo situacionista informado do que se passava à altura em Portugal, ao mesmo tempo em que trocava análises sobre a situação revolucionária e articulava os próximos passos a serem dados pelo CDRS. Segundo Apostolidès, Afonso Monteiro deveria assumir “em Portugal o papel de Sanguinetti na Itália” (2015, p. 379).

José Carlos Marques inicia sua formação política ao aderir à Juventude Escolar Católica (JUC), após entrar em 1966 na Faculdade de Ciências de Lisboa. Após as cheias de novembro de 1967, parte do movimento estudantil se mobiliza para prestar apoio às populações moradoras dos “bairros de lata” da região metropolitana de Lisboa, as mais atingidas pela tragédia. Após ter presidido a JUC, Marques participa ativamente da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências, transferindo-se depois para o IST, “onde viria a integrar a corrente associativa ligada aos CCR (m-l), antes de ser expulso da escola com algumas dezenas de outros activistas” (CARDINA, 2011, p. 220). Portanto, Alves e Marques provinham de duas organizações maoístas, o CMPL de Francisco Martins Rodrigues e os CCR (m-l) de João Bernardo, antes de aderirem aos princípios esquerdistas e apartidários defendidos pelo CDRS:

Todos os partidos que na clandestinidade clamavam para si a aplicação da ideologia revolucionária só o fizeram enquanto ideologia, e as cores cinzentas com que massacraram as cores violentas da contestação operária real durante 48 anos, tornam-se agora ainda mais escuras quando a consciência proletária se eleva e começa assenhorar-se da consciência da sua vida e da sua história (*Aviso ao proletariado português sobre a possibilidade da revolução social*, 1974).

O venezuelano Eduardo Rothe, único sul-americano entre os situacionistas, possui uma trajetória de ativismo político muito singular. No início da década de 1960, por volta dos quinze anos, torna-se amigo de colégio do filho de Marc Chirik, um imigrante francês radicado em Caracas desde 1952, ativista da *Gauche Communiste* [Esquerda comunista] da França. No início de 1964, este pequeno grupo de adolescentes fundaria a *Fracción de la Izquierda Comunista* (FIC), que inicialmente publica alguns panfletos de propaganda endossando a herança da corrente francesa, como a oposição ao nacionalismo de esquerda e à ideologia nacional-libertadora, e a definição da URSS como regime “capitalista de Estado”. Mais tarde, ao final de 1965, o grupo editaria o primeiro número da revista *Internacionalismo*. Antes de ser admitido na IS, por volta de 1968, Rothe e outros venezuelanos da FIC migram a Paris para realizarem seus estudos. Eles então estabelecem contatos com as tendências conselhistas oriundas do *Socialismo ou Barbárie* e atuantes na França àquela altura, como o ICO. No início de 1968, o grupo lança uma revista clandestina chamada *Proletario*, e às vésperas da explosão de maio, o pequeno grupo de expatriados parece dividido por “sensibilidades contraditórias”, que então atravessavam uma tendência mais identificada com um “pós-bordiguismo”, e outra que “progressivamente deixa se levar por ideias conselhistas e situacionistas” (BOURSEILLER, 2003, p. 207).

No mês de maio de 1968, a revista publica, no calor dos fatos, uma edição especial que reproduzia alguns documentos do CMDO, ao qual Rothe irá se juntar. Em 1969, é transferido para a Itália, onde passa a compor a seção local da IS com Claudio Pavan, Paolo Salvadori e Sanguinetti. Será excluído da organização em setembro de 1971. Depois de ter passado pelo CDRS em 1974, e de seu regresso à Venezuela nos anos seguintes, Rothe assumirá uma função governamental relacionada ao ministério das comunicações, tendo inclusive conquistado um amplo espaço no jornalismo televisivo oficial do regime chavista, no início da década de 2000. Uma guinada radicalmente anti-situacionista na quase lendária trajetória deste antigo “situacionista venezuelano”, como lhe chamavam seus *estimados compañeros* europeus da IS.

Patrick Cheval foi um dos agitadores que, entre dezembro de 1967 e janeiro de 1968, tomaram a iniciativa de ocupar a moradia universitária feminina da cidade universitária de Nanterre, que até então proibía a visita dos rapazes. Entre eles, personalidades fortes e de sensibilidade libertária, anarquista e pró-situacionista como Daniel Cohn-Bendit, Jean-Pierre Duteuil, Patrick Cheval, René Riesel e Gérard Bigorgne. Estes dois últimos, membros da Internacional Anarquista, seriam imediatamente convocados a prestar esclarecimentos ao reitor Pierre Grappin. No início de fevereiro de 1968, Cheval será

expulso da Cidade Universitária e, no dia 1º de abril, Bigorgne será excluído por cinco anos de todos os estabelecimentos de ensino superior da França. Tanto os pró-situs *enragés* como os “anarcas” eram especialistas na criação de situações escandalosas:

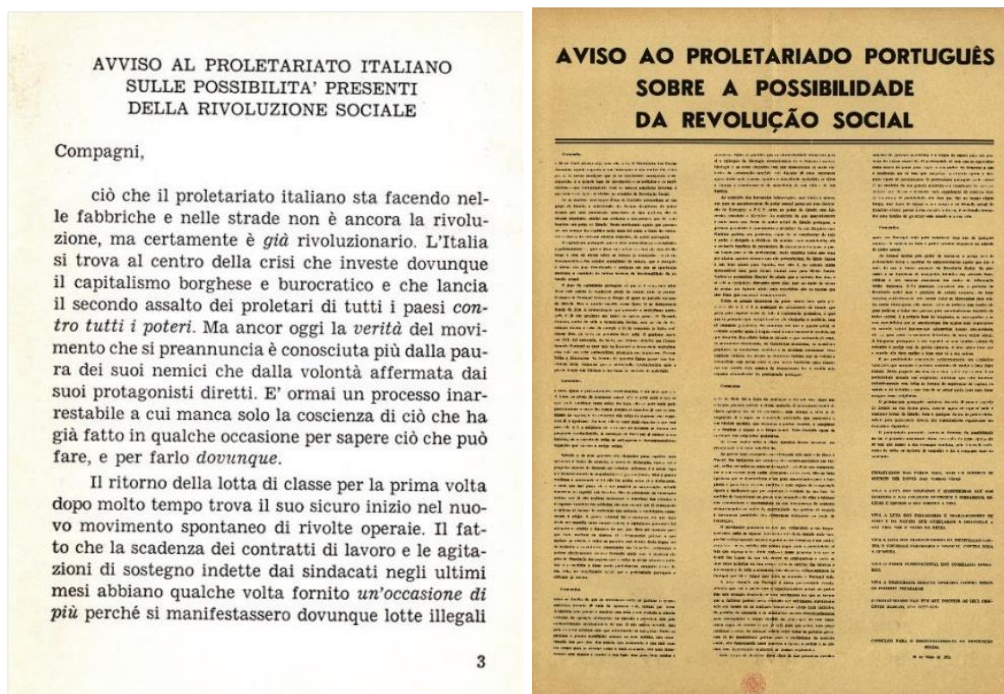
Interrupção das aulas por intervenções lembrando as dos estudantes de Strasbourg (lançamento de frutas podres, de injúrias contra alguns professores); *graffitis* sobre os muros da faculdade (dos quais alguns anunciavam já o estilo de Maio de 68); distribuição de panfletos e da palavra de ordem “boicote aos exames”; etc. (DUMONTIER, 1995, p. 105. Tradução nossa).

Havia uma rusga, entretanto, dos situacionistas de Paris, sobretudo por parte de Debord, com os anarquistas de Nanterre, que haviam planejado juntos, em junho de 1967, um escândalo contra Henri Lefebvre. Os situacionistas queriam que os anarquistas atirassem tomates no professor de sociologia da Universidade de Nanterre, mas no dia combinado eles se limitaram a distribuir o panfleto situacionista *A miséria do meio estudantil* e a interpelar Lefebvre sobre o que ele achava da acusação de ter se apropriado das ideias situacionistas, em desacordo com o que havia sido previamente combinado com os membros da IS, durante uma reunião preparatória ocorrida dias antes num café de Paris.

Para se distinguir dos anarquistas, libertários, trotskistas, maoístas e stalinistas, em janeiro de 1968 é formado um grupo que se autodenomina *Enragés*, em homenagem às alas mais radicais dos *sans-culottes* durante a Grande Revolução. Ele aglutinava cerca de dez indivíduos, entre eles Riesel e Cheval, além de Bigorgne, que se move do anarquismo para posições pró-situacionistas. No mês de maio, após a eleição de Riesel para a delegação do primeiro Comitê de Ocupação da Sorbonne e após romper com tal Comitê, os *Enragés* formarão uma aliança com os situacionistas, que mais tarde irão incorporar outros conselhistas durante a experiência do CMDO, que decretará sua própria auto-dissolução no dia 15 de junho. Cheval participa de todo o processo, e no verão de 1968 é convidado a integrar a IS junto com outros ex-integrantes do CMDO, como René Riesel, Gérard Birgorgne, Christian Sébastiani, Alain Chevalier e François de Beaulieu. Cheval será demitido da IS em 22 de janeiro de 1970, no processo de dissolução da seção francesa e de crise da organização. No documento “Notas para servir à história da IS de 1969 a 1971” (*A verdadeira cisão na Internacional*, 1972), Debord e Sanguinetti relatam a pouco honrosa motivação que levaria à exclusão de Cheval: “após uma bebedeira na qual foi mais longe que os demais, ele tentou atirar pela janela Sébastiani, que já não reconhecia, e que teve de se defender” (IS, 1972, p. 90. Tradução nossa).

Aviso ao proletariado português

No último número da revista *Internationale Situationniste*, de setembro de 1969, Raoul Vaneigem publica um texto intitulado “Aviso aos civilizados relativamente à autogestão generalizada”. Suas teses versam sobre os limites da crise de maio-junho de 1968, principalmente sobre os obstáculos que impediram uma passagem à autogestão generalizada pela instauração dos conselhos de trabalhadores. Tais teses pareciam estar na mente dos pró-situs do CDRS quando estes compuseram o cartaz do dia 26 de maio de 1974, intitulado “Aviso ao proletariado português sobre a possibilidade da revolução social”. Por sua vez, o cartaz dos portugueses, luxuosamente impresso por Fernando Ribeiro de Mello,¹⁹¹ o editor português de Debord, baseava-se, na forma como no conteúdo, num manifesto editado em novembro de 1969 pela sessão italiana da IS, intitulado *Avviso al proletariato italiano sulle possibilità presenti della rivoluzione sociale* [Aviso ao proletariado italiano sobre a possibilidade presente da revolução social]. O cartaz do CDRS servirá, por sua vez de modelo à confecção de outro cartaz, produzido por Sanguinetti e publicado em Roma em 7 de abril 1977, intitulado *Avviso al proletariato sugli avvenimenti delle ultime ore* [Aviso ao proletariado sobre os acontecimentos da última hora].



À esquerda, página do manifesto de 1969 da sessão italiana da IS. À direita, cartaz do Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social. *Aviso ao proletariado português sobre a possibilidade da revolução social*. In: Biblioteca Nacional de Portugal). Lisboa, 26 mai. 1974

¹⁹¹ Cf. Apostolidès, 2015, p. 382.

No dia 26 de maio de 1974, o cartaz do CDRS surgirá fixado nos murais e paredes de fábricas e universidades de Lisboa, apelando ao proletariado para que este passasse imediatamente à instauração de conselhos autônomos em relação a partidos e sindicatos. No dia 27, tem início em Lisboa a greve selvagem da Carris, quando cerca de cinco mil trabalhadores da empresa de transporte urbano impediram que os ônibus saíssem de suas garagens. Uma greve fortemente combatida pelos sindicatos que, na tentativa de deslegitimar o movimento grevista de base autônoma, faziam uma analogia descabida com a “greve” patronal do setor, ocorrida no início do processo contrarrevolucionário chileno. O Aviso do CDRS, lançado no dia anterior, era explícito nesse sentido, além de oportuno:

O proletariado português pode entrar já no caminho da sua grande aventura – a construção de uma sociedade sem classes e sem senhores, pela organização do controle total da economia. O proletariado não tem que dar ao tempo algum tempo, mas fazer do tempo o seu tempo e na situação actual de indecisão estatal passar à sua decisão histórica, à realização imensa das suas tarefas de governar este mundo e a sua vida.

Porém, o CDRS defendia uma noção, mais lata e profunda, de “revolução social”, que não devia se restringir à autogestão parcial de setores econômicos, mas a um autogoverno do mundo e da vida, ecoando assim a defesa da autogestão generalizada feita por Vaneigem em seu Aviso de 1969 e definida por Gombin em 1971 como “a direção pelas massas da sua própria vida, sob todos os aspectos: na e pela autogestão generalizada, o proletariado poderá emergir da sua luta contra a contemplação; tornar-se-á sujeito histórico (1972, p. 101). As “mini-revoluções” praticadas em setores isolados da economia em regime de autogestão econômica do trabalho pelos próprios trabalhadores, apenas mascararam “o perigo real do proletariado” e da luta por sua autoemancipação:

Os processos e as tentativas de autogestão iniciadas nos sectores burocráticos e nos sectores detentores dos meios de informação (rádio, imprensa, TV), mostram realmente não o prelúdio da Revolução social mas o prelúdio do Estado moderno. As lutas travadas centralizam-se não contra todas as hierarquias mas contra certas hierarquias, não contra todos os poderes mas contra alguns poderes e todas elas passam pelo reconhecimento imediato do poder central.

Naquele momento, as Forças Armadas e, em particular, a Junta de Salvação Nacional (JSN), já estavam instauradas no poder. O poder de influência do MFA no governo era desconhecido e incerto, e a esquerda dominava amplos setores do aparelho estatal, na

indústria, nos jornais e na televisão. Ninguém sabia qual tipo de transição estava sendo planejada pelos engenheiros da reconstrução do aparelho de Estado português, se a um tipo de capitalismo de mercado ou de Estado. Influenciados pelo balanço histórico feito por Debord após a derrota da revolução de maio-junho de 1968 na França, os pró-situs do CDRS apostavam senão numa “substituição das formas decadentes do poder arcaico por uma democracia autoritária de tipo gaulista”. Assim, não viam no chamado “processo revolucionário em curso” (PREC), senão a expressão de uma modernização e racionalização do capitalismo português, e de sua adesão subalterna ao Mercado Comum europeu.

O atraso português levaria o país a atingir o período europeu de 1944-1945 somente em 1974, porém, segundo o Aviso, “o mundo nascido nessa época já se desmoronou depois de 1968 (...) a modernização que pretende o capitalismo português é já um arcaísmo em outros países”. O Mercado Comum, naquele momento, enfrentava as consequências econômicas da crise energética de 1973, e a Itália acabava de deixar o bloco, no início de maio de 1974: “quando Portugal se quer unir tardiamente à democracia capitalista, esta está em crise sócio-política avançada em Inglaterra, França, Itália e Dinamarca”, enquanto “a contestação revolucionária sobe a passos largos nas fábricas e em todos os sectores da sociedade”.

O CDRS via no proletariado português a possibilidade de realizar uma revolução social verdadeiramente moderna, ao passo de sua época, desde que este passasse “à sua execução imediata, pela federação autónoma de todos os sectores já ocupados e daí à ocupação total da sociedade”. A efervescência do momento permitia o cultivo de um otimismo revolucionário em relação a uma autoconscientização das massas, elemento sem o qual não é possível qualquer processo de autogestão, nem parcial e muito menos generalizada a todos os aspectos da vida social cotidiana.

Nas greves selvagens, no movimento autônomo de ocupações que começava a transbordar do quadro estreito em que a esquerda o pretendia confinar, “a consciência proletária se eleva e começa assenhorar-se da consciência da sua vida e da sua história”. Já no andar de cima das lutas, nas instâncias de representação política do proletariado, o CDRS avisa que, em momentos como este, “todos se tornam o que realmente já eram, os comunistas democratas, os democratas socialistas, os socialistas populares, os anarquistas maoístas e os maoístas comunistas”. Um testemunho cristalino não apenas de seu esquerdismo, como de seu apartidarismo: “todos os partidos e grupos partidários entram na cena política (...) não para transformar este mundo e mudar a sua base, mas para bem unidos o conservar”. Assim, da aliança entre Cunhal, Soares e Spínola, entre PCP, PS e MFA,

passava-se rapidamente “para o mediatismo do controle social, não desprezando neste processo a igreja, a política e os oficiais mas desprezando realmente as massas exploradas”.

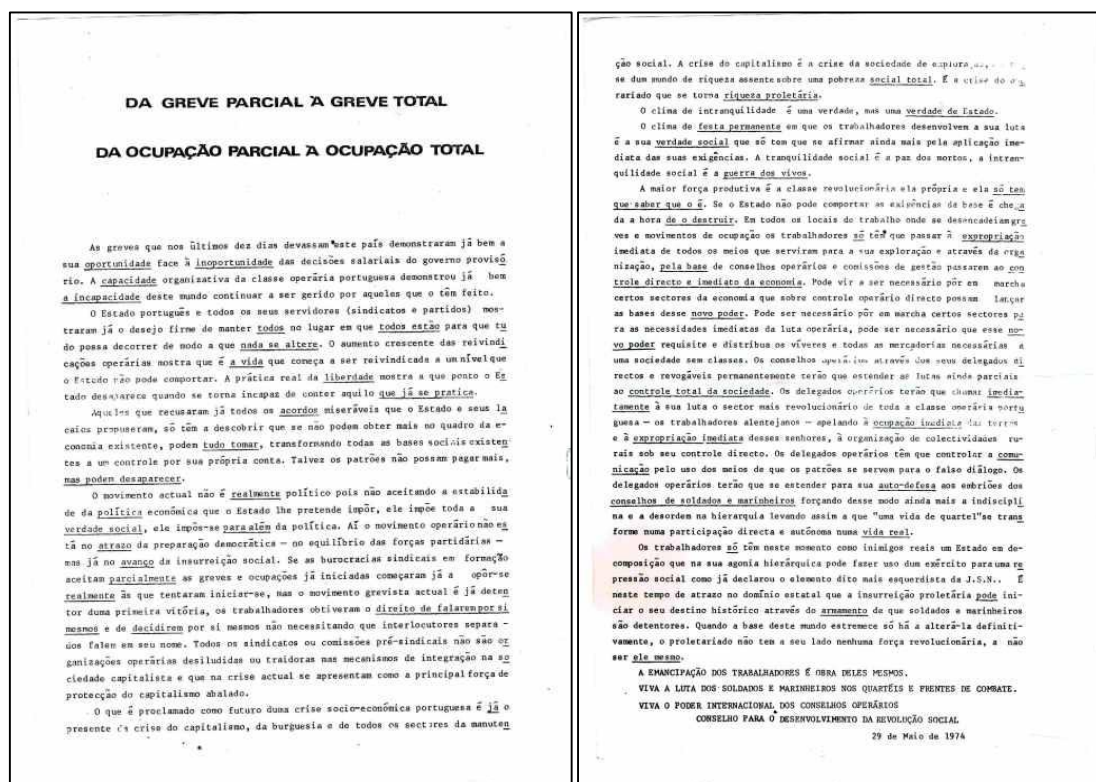
O CDRS faria ainda, no Aviso, uma analogia entre o papel do PCP após o derrube do fascismo em Portugal, e do partido bolchevique na revolução russa de 1917: “ao contrário dos burocratas bolcheviques, com Lênin à cabeça, que para se assenhorearem do poder estatal passaram pela destruição de Kerensky, o PCP entra no poder de Estado com Kerensky associado a Kornilov”. Esta passagem chamaria a atenção de dois esquerdistas atentos ao processo revolucionário português. Ao citar esta passagem no livro *A guerra social em Portugal* (1975), o francês Jaime Semprun descreve seus autores como “os revolucionários mais conscientes” (1976, p. 31) daquele processo. No sentido contrário, o britânico Maurice Brinton criticava precisamente aqueles grupos que “falaram de forma erudita de Kerensky e Kornilov, quando as pessoas precisavam de fortalecer a sua confiança na sua própria capacidade de organizar a produção” (2018, p. 362). Não é possível saber se Brinton se referia mesmo ao Aviso do CDRS neste seu Posfácio (1976) ao livro *A revolução impossível?* de Phil Mailer. O fato é que Brinton, pseudônimo de Chris Pallis, era alvo de pesadas críticas dos situacionistas, que o acusavam de exercer uma autoridade quase absoluta no seio do *Solidarity*, o chamando ironicamente de “especialista da não autoridade”, além de estimular um boicote das teses situacionistas nas assembleias de intelectuais e operários organizadas por ICO em 1968.¹⁹² Para um leitor bem informado como ele, é pouco provável que este não reconhecesse no Aviso do CDRS o estilo e as intenções da extinta Internacional Situacionista, que na época era considerada, nos meios conselhistas por onde se moviam *Solidarity* e ICO, uma organização elitista, cuja teoria revolucionária seria “erudita” demais para a compreensão dos operários. Mailer, próximo de Brinton, do *Solidarity* e membro ativo do *Combate* em 1974, considera a intervenção do “imaginário” CDRS “muito pequena e um pouco esnobe”.¹⁹³ O próprio Debord, principal aliado estrangeiro do CDRS, para além de mentor intelectual e estrategista do grupo, reconheceria, em novembro de 1975, que seus membros “certamente não atingiram em 18 meses um quarto da importância e da utilidade que o CMDO adquiriu em 18 dias” (2005, p. 311-312. Tradução nossa).

¹⁹² Cf. “Lire I.C.O.”. *Internationale Situationniste*, nº 11, 1967, pp. 63-64.

¹⁹³ Depoimento, 02/05/2020.

Da greve parcial à greve total, da ocupação parcial à ocupação total

Salientamos acima a influência exercida pelo Aviso de Vaneigem de 1969 no cartaz do dia 26 de maio. No panfleto do dia 29, desta vez reproduzido com materiais de baixa qualidade, diferentemente do cartaz editado por Ribeiro de Mello, o título “Da greve parcial à greve total, da ocupação parcial à ocupação total” indica uma semelhança com outro panfleto de Vaneigem (sob o pseudônimo de Ratgeb), publicado na França no dia 15 de março, chamado *De la grève sauvage à l'autogestion généralisée*.



Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social. *Da greve parcial à greve total. Da ocupação parcial à ocupação total*, 29 mai. 1974. In: Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira

Da greve selvagem à autogestão generalizada será publicado em português poucos meses depois, em setembro, pela Assírio & Alvim. É pouco provável, nesse sentido, que os pró-situs portugueses não tivessem conhecimento do livro de Vaneigem, publicado na França cerca de um mês antes da formação do CDRS. Aparentemente insignificante, a anedota tem um significado mais profundo, pois relativizaria o peso da influência de Debord sobre o grupo de pró-situs portugueses, afinal, em suas correspondências com Monteiro, o francês ridicularizava a viagem feita por Vaneigem a Portugal logo após o 25 de Abril:

Ouvi dizer que Ratgeb correu para o Porto, e não para Lisboa – provincialismo exige – onde ele possui há quatro anos *dois* partidários (...) Se as coisas se voltarem para a revolução antes que Ratgeb tenha pego o seu trem para retornar ao escritório, haverá seis ou sete portugueses que terão a oportunidade de experimentar qual a utilidade do pensamento de Ratgeb em circunstâncias concretas (2005, p. 151. Tradução nossa).

Ao desqualificar Vaneigem, Debord parece visar a dois alvos simultaneamente. Primeiro, se trataria de uma tentativa de manter os membros do CDRS afastados da influência que o belga poderia exercer sobre o grupo, estando em Portugal. Debord também temia que o livro de Ratgeb ecoasse em solo português, inclusive através de seu *milieu* pró-situ, isto é, o próprio CDRS, até mais vigorosamente do que a edição portuguesa d’*A sociedade do espetáculo*, que circulava em Portugal desde 1972 e que, em 1974, seria rapidamente esgotada. Vaneigem, por sua vez, recorda que seu livro de 1974 “foi escrito em um período deplorável em muitos aspectos”. A Internacional Situacionista “havia caído em decadência e acabado no ridículo das polêmicas absurdas”, como se pode verificar pelo teor depreciativo com que Debord se referia ao antigo *compagnon de combat*, nas cartas trocadas com os membros do CDRS:

Eu não tinha consciência disso, assim como ignorei sistematicamente os insultos patéticos e o lixo que o naufrágio da IS lançava nas encostas. Eu sempre acreditei que deixar o adversário marinar em sua raiva sem nunca responder a ela era a melhor maneira de seguir meu caminho sem voltar atrás. Desovar e desenvolver as vias da radicalidade é suficiente para mim. Deixo o situacionismo ao seu *status* de ideologia, boa para condimentar a nulidade mental que sacia os eventos sociais parisienses.¹⁹⁴

Após a sua demissão da IS, em novembro de 1971, Vaneigem seguiria seu próprio caminho, não se importando com a campanha infamante que Debord movia contra ele desde então. Assim ele descreve suas motivações, ao mesmo tempo pessoais e coletivas, para ter viajado a Lisboa logo após o 25 de Abril:

Foi o entusiasmo que a revolta portuguesa despertou em mim – com uma ingenuidade que não nego – que me fez tomar o primeiro trem para Lisboa, onde vivi um grande momento ao ser saudado, na estação, por moças e rapazes que depositavam um cravo em minha lapela. Eu tinha alguns endereços onde fui calorosamente recebido. Não estava lá para fazer o papel de agitador. Sempre soube me precaver contra o papel de mestre, que meus inimigos teriam ficado encantados em me ver jogar. Para mim bastava banhar-me nesse ar de liberdade que se respirava por

¹⁹⁴ Depoimento, 17/06/2020.

toda parte (sempre ouço com grande emoção a canção *Grândola, vila morena*).¹⁹⁵

Vaneigem passaria sua estadia portuguesa bem à margem dos acontecimentos, em uma comensalidade rural de propriedade do pai de um amigo que o acolhera. Apesar de seu isolamento, aquela experiência lhe proporcionaria um ponto de vista não menos relevante do processo revolucionário, em seus desdobramentos internos, mais distantes dos holofotes e do xadrez geopolítico por onde se moviam os dirigentes do PREC na capital Lisboa:

Fui convidado por um novo amigo para acompanhá-lo a uma fazenda familiar, onde eu conheceria o seu velho pai, proprietário de terras, viticultor e “reacionário” – ele havia me avisado. Na generosa e calorosa comensalidade, de repente me encontrei mais próximo do pai do que do filho “revolucionário”. “Esta terra – disse ele no essencial – é da uva, sua propriedade como tal não me interessa, é o vinho que me interessa e estou pronto para não ser mais o patrão, mas para trabalhar com meus empregados que são tão apaixonados pelo vinho quanto eu, mas – sussurrou ele em confidência – não quero que os comunistas coloquem suas mãos nela e me imponham sua gestão”. Havia ali uma sinceridade que excluía as manobras vis de um reacionário à beira do colapso. Achei curiosa a oposição entre o coração autogestionário e a intelectualidade de esquerda àvida por organização. Foi esta última que prevaleceu. Por quê? Um dia teremos que nos fazer esta pergunta”.¹⁹⁶

“Polêmicas absurdas” à parte, o fato é que no panfleto do dia 29 o CDRS faz uso de uma terminologia mais próxima das reflexões de Vaneigem de 1974 que das reflexões de Debord de 1967. O texto de 1974 assinado por Ratgeb é um panfleto dirigido diretamente ao proletariado, escrito de forma até prosaica, didática ou cartilhesca, contrastando radicalmente com o elevado grau de abstração teórica, até certo ponto inacessível para muitas pessoas, com que foram redigidas as teses debordianas de 1967. De acordo com Vaneigem, “o livro foi inspirado no *Catecismo do Povo*, de Deffuisseaux, um agitador socialista belga muito popular nos círculos da classe trabalhadora”.¹⁹⁷

Apesar deste detalhe, não é menos verdade que as análises da situação portuguesa feitas por Debord, haviam sido reproduzidas por “Afonso Monteiro e seus amigos” quase integralmente, no Aviso do dia 26. Ao saudarem a onda de greves que naquela altura já se espalhava para além de Lisboa, no panfleto do dia 29 o CDRS retoma o otimismo do

¹⁹⁵ Depoimento, 17/06/2020.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ Depoimento, 17/06/2020.

seu primeiro (e único) cartaz, apontando para a necessidade de uma passagem consciente, de um movimento fragmentado por greves isoladas e parciais, para um movimento em direção à *greve total*: “o aumento crescente das reivindicações operárias mostra que é a vida que começa a ser reivindicada a um nível que o Estado não pode comportar”. E isto porque, para o CDRS, “talvez os patrões não possam pagar mais, mas podem desaparecer”.

No processo de ocupações desencadeado pelos movimentos grevistas, “aqueles que recusaram já todos os acordos miseráveis que o Estado e seus lacaios propuseram” precisam tomar consciência de que “não podem obter mais no quadro da economia existente, podem tudo tomar, transformando todas as bases sociais existentes a um controle por sua própria conta”. É preciso realizar a passagem das greves e ocupações parciais, econômicas, para um movimento de greves e ocupações que tendam ao controle da totalidade da vida social e que, portanto, “impõe-se para além da política”.

O maior obstáculo a um desenvolvimento das greves e ocupações parciais no sentido da extinção total do Estado, era a ação dos sindicatos, vistas não como “organizações operárias desiludidas ou traidoras”, mas “mecanismos de integração na sociedade capitalista”, que na crise revolucionária detonada em 1974 representavam, na perspectiva antissindical do CDRS, “a principal força de proteção do capitalismo abalado”. Apesar da força contrarrevolucionária exercida pelos sindicatos, que se esforçavam para manter as ocupações e greves isoladas umas das outras, concorrendo assim para a sua desunião e para o enfraquecimento de sua força autônoma, o CDRS considerava o movimento grevista “detentor duma primeira vitória: os trabalhadores obtiveram o direito de falarem por si mesmos e de decidirem por si mesmos não necessitando que interlocutores separados falem em seu nome”.

O CDRS apostava no aspecto *hiperpolítico* do movimento que, ao recusar “a estabilidade da política econômica que o Estado lhe pretende impor, impõe toda a sua verdade social, impõe-se para além da política”. Seu principal instrumento de luta é a forma conselho, a única capaz de “estender as lutas ainda parciais ao controle total da sociedade”, na perspectiva de uma autogestão generalizada. Em todos os locais de trabalho onde se desenvolviam greves e movimentos de ocupação, cabia aos trabalhadores a expropriação “de todos os meios que serviram a sua exploração e, através da organização pela base de conselhos operários e comissões de gestão, passarem ao controle direto e imediato da economia”.

Os pró-situs indicam ainda algumas tarefas com que o movimento irá se deparar no caminho da revolução, e elegem como principal inimigo dos trabalhadores um *Estado em decomposição*:

Se o Estado não pode comportar as exigências da base, é chegada a hora de o destruir. Pode vir a ser necessário pôr em marcha certos sectores da economia, que sobre controle operário directo possam lançar as bases desse novo poder. Pode ser necessário pôr em marcha certos sectores para as necessidades imediatas da luta operária, pode ser necessário que esse novo poder requisite e distribua os víveres e todas as mercadorias necessárias a uma sociedade sem classes.

O panfleto ressalta a importância de uma aliança tática dos operários com os trabalhadores rurais do Alentejo, “o sector mais revolucionário de toda a classe operária portuguesa”, e apela para a “ocupação imediata das terras e à organização de colectividades rurais sobre o seu controle directo”. Visava, assim, a uma união do proletariado português, que “não tem a seu lado nenhuma força revolucionária, a não ser ele mesmo”.

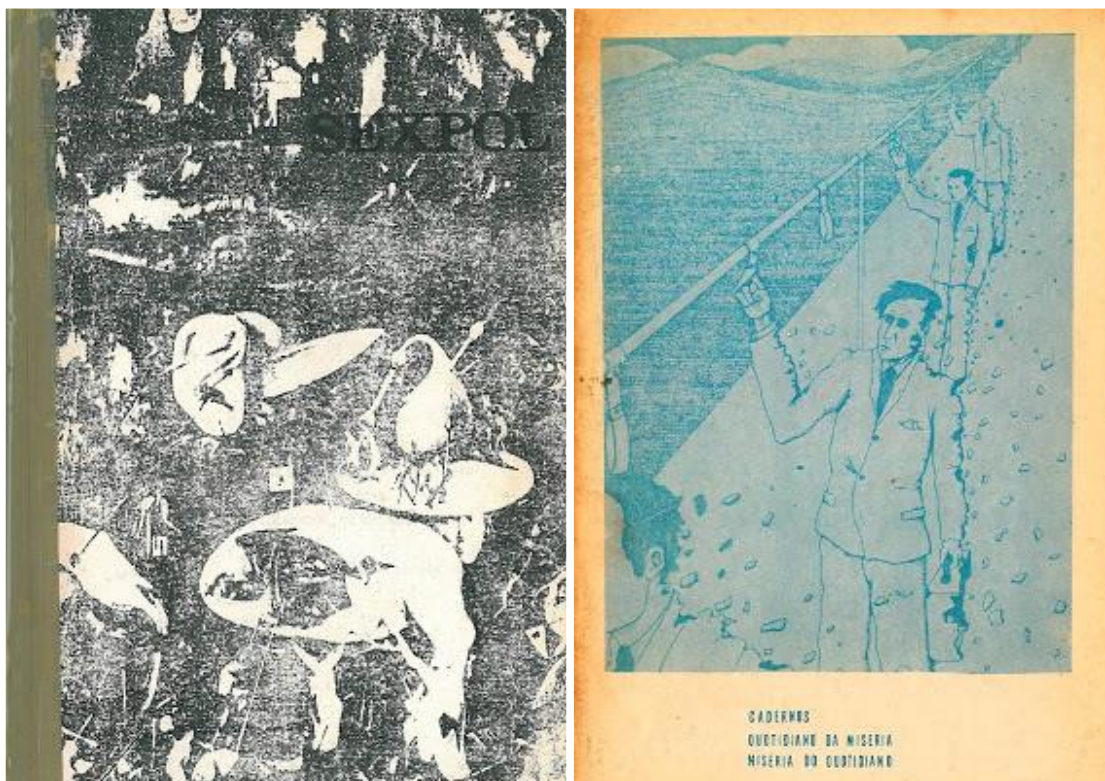
O CDRS apelava também para uma ocupação e controle, pelos delegados operários, da “comunicação pelo uso dos meios de que os patrões se servem para o falso diálogo”. Até aquele momento, populares haviam dado exemplos de revolta contra os monopólios locais da comunicação, logo no dia 26 de abril, atacando as sedes da ANP e do jornal *A Época* no Porto. No dia 3 de maio, será a vez dos trabalhadores do *Diário de Notícias* de Lisboa ocuparem as instalações do jornal e impedirem a entrada dos administradores. A ocupação e gestão dos veículos de comunicação era de fato, naquelas condições, um forte componente estratégico da revolução social preconizada pelo CDRS. O próprio MFA havia dado o exemplo, ao ocupar as sedes da Rádio Renascença, da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), da Emissora Nacional e do Rádio Clube Português, primeiramente para comunicar à população a libertação do fascismo e, num segundo momento, ser a voz dos sucessivos governos provisórios durante o PREC. Evidente que os meios utilizados e os fins perseguidos pelo MFA e aqueles defendidos pelo CDRS eram profundamente antagônicos. Os primeiros visavam a uma reconstituição do aparelho de Estado em vias de decomposição, enquanto os segundos visavam a uma aceleração de sua destruição.

O CDRS lança então as suas três palavras de ordem para aquele momento, ao final do panfleto do dia 29, que seria apenas o segundo, mas também o último produzido pelo

grupo esquerdista antes de seu desaparecimento: A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DELES MESMOS! VIVA A LUTA DOS SOLDADOS E MARINHEIROS NOS QUARTÉIS E FRENTE DE COMBATE! VIVA O PODER INTERNACIONAL DOS CONSELHOS OPERÁRIOS!

3.5. Os cadernos *Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano* (1974)

Ao final de 1974 aparecerá no meios universitários lisboetas uma revista politicamente esquerdista intitulada *Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano* (doravante QdM/MdQ), numa alusão ao marxiano “mecanismo corrosivo da inversão do genitivo” (DEBRITO, 1988, p. 187), que transformava a *Filosofia da miséria* (1846), de Proudhon, na *Miséria da filosofia* (1847). Com tiragem de 1000 exemplares e sede no Apartado, os cadernos circulavam pela Cidade Universitária de Lisboa, bem como pelas alas libertárias do Movimento da Esquerda Socialista (MES). Cada número trazia um tema diferente: *Sexpol* (nº 1), *Nem Robots nem Escravos* (nº 2), *Quotidiano da Miséria* (nº 3) e *Fora do Jogo* (nº 4).





Os quatro números dos cadernos *Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano*.
Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira

Do cotidiano da miséria à miséria do cotidiano

Protegidos pelo anonimato, os editores de QdM/MdQ eram “ferozmente colectivistas”. Contudo, sua orientação ideológica só é perceptível através da curadoria de textos, crônicas, poemas e canções traduzidas sobretudo do inglês e do francês, e que resgatavam tradições literárias, artísticas e políticas malditas, mais ou menos próximas do surrealismo e do situacionismo. Será apenas no quarto número que aparecerá um editorial, no qual seus redatores demonstram ter consciência do papel contingente dos cadernos por eles editados:

Estes cadernos, dir-se-á, são uma “manta de retalhos”. A isto, que pode ser uma crítica, responderemos: e depois? A nossa actividade tem-se, de facto, reduzido ao papel de selecionadores ou tradutores de textos já existentes. O facto, que é uma prova da nossa “debilidade de criação”, não se reduz porém aos nossos limites particulares: tal debilidade é muito mais geral – são limitados os textos (já que de textos se trata) publicados em Portugal, desde, em particular, há um ano para cá, que saíram das fronteiras da crítica das formas de dominação do modo de produção capitalista. O que está, naturalmente, ligado ao movimento social prático de subversão da sociedade e dos seus limites (1974, p. 3).

Em seus quatro números, publicam-se textos de Marx, Reich, Vaneigem (e também de seu pseudônimo Ratgeb, surgido em 1974), Lafargue e Júlio Henriques, ativo pró-situacionista português que àquela altura integrava o núcleo do jornal *Combate*. Sob o título “Marx contra os marxistas”, os cadernos trazem em seu último número uma seleção de trechos extraídos de textos do jovem Marx sobre diversos temas que, contudo, o afastam do marxismo economicista vigente na Segunda e na Terceira Internacional. Nas antípodas da ortodoxia marxista, seus editores se interessam por uma perspectiva teórica heterodoxa: “aquilo que publicamos não pretende ser qualquer ‘verdade acabada’” (*Ibidem*, p. 3).

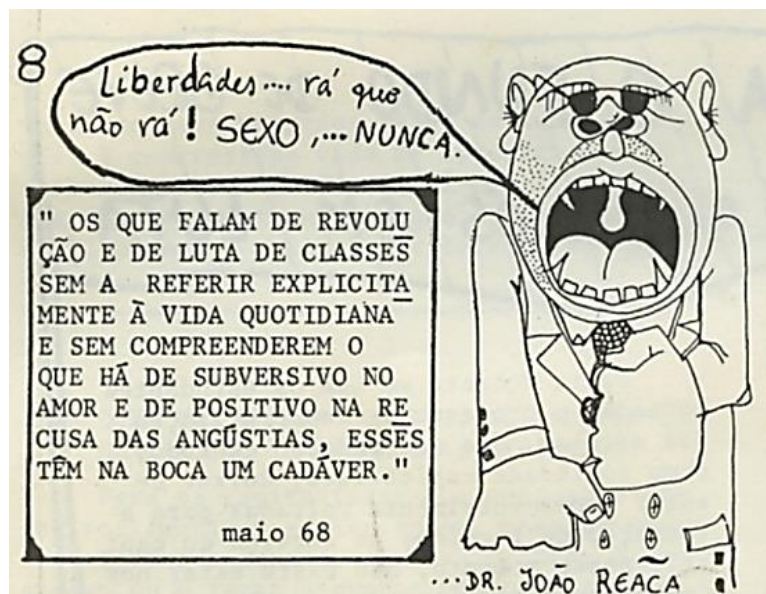
São estas as origens da passagem efetuada por QdM/MdQ, de um cotidiano (não criticado) da miséria, para uma miséria (criticada) do cotidiano. O tema da crítica da vida cotidiana, ou da denúncia de sua miséria, que em 1966 atingirá em cheio o meio estudantil francês por meio do escândalo pró-situacionista na universidade de Strasbourg, era já um problema enfrentado por sociólogos marxistas mais heterodoxos como Henri Lefebvre. Como vimos, a partir de 1967 o tema repercutirá nas páginas dos *Cadernos de Circunstância*, que o enfrentará a partir de um diálogo com a sociologia de Lefebvre, todavia atacada pelos situacionistas. Em maio de 1961, Debord receberia um convite do então professor de sociologia de Nanterre para apresentar uma comunicação aos sociólogos do *Grupo de pesquisas sobre a vida cotidiana*, sob sua orientação. No dia 17, Debord emitirá uma exposição gravada por um magnetofone (enquanto bebia um copo de uísque), intitulada *Perspectivas de modificações conscientes da vida cotidiana*. A exposição se iniciava com uma fórmula provocativa e inspirada pela décima primeira tese do jovem Marx sobre Feuerbach (1844): “Estudar a vida cotidiana seria uma empresa perfeitamente ridícula, e de início condenada a nada compreender do seu objeto, se não propuser explicitamente o estudo da vida cotidiana para transformá-la” (2010, p. 101. Tradução nossa). Esse texto reapareceu modificado no sexto número da revista da IS, em agosto de 1961, marcando o ponto culminante das relações entre Debord e Lefebvre. A partir de fevereiro de 1963, com o panfleto *Às latas de lixo da história!*, os situacionistas rompem publicamente suas relações com o sociólogo de Nanterre.

Debord via na “crítica radical, e em atos” da “crise extremamente avançada, sobretudo nos países mais modernos”, da “vida cotidiana não criticada”, tanto uma forma de frear o avanço “das formas atuais, profundamente desgastadas, da cultura e da política”, como de “conduzir a uma ultrapassagem da cultura e da política no sentido tradicional, isto é, a um nível superior de intervenção sobre a vida” (*Ibidem*, p. 105). Se, de um

lado, “a história acelerada de nossa época é a história da acumulação, da industrialização”, de outro, “a vida cotidiana está organizada nos limites de uma pobreza escandalosa [...] uma pobreza organizada historicamente, segundo as necessidades da história da exploração” (*Ibidem*, p. 106). Nesse sentido, o enclausuramento da vida social dentro dos limites de um “cotidiano colonizado” impede, segundo Debord, a possibilidade de uma “libertação do cotidiano” (*Ibidem*, p. 108). É precisamente os dados desta encruzilhada histórica que os editores de QdM/MdQ demonstram ter consciência, ao recolocá-los em jogo nas circunstâncias pré-revolucionárias da sociedade portuguesa em 1974.

A aliança com os libertários do jornal *Revolta* (1974)

No aspecto político, além de reportagens do *Combate*, publicavam-se notícias sobre o Maio de 68 e o 25 de Abril, entre outras expressões políticas de matiz libertária, surgidas nos últimos anos em Portugal, como o Manifesto dos Liceus (1972), e o jornal *Revolta* (1974), dirigido aos estudantes do ensino secundário e escolas técnicas de Lisboa. De inclinações antiautoritárias, anarquistas e esquerdistas, o jornal lançava fortes críticas ao dirigismo burocrático do movimento associativo nas lutas do secundário, almejando “acabar com qualquer controle burocrático sobre as iniciativas de base das turmas e impulsioná-las, tendo em conta as circunstâncias e a realidade concreta de cada liceu”. Na mesma linha internacionalista e anti-hierárquica dos cadernos, o jornal *Revolta* também inseria suas lutas particulares no quadro mais lato da contestação social de sua época: “nos fins dos anos 60 em França (Maio de 68), em Itália, em Espanha, também em Portugal (TAP, LISNAVE...), os trabalhadores já não lutam só por melhores salários, mas contra as hierarquias, o policiamento, contra as cadências e controle das operações...” (1974, p. 6). Suas duas principais palavras de ordem se concentravam na necessidade de construir uma prática estudantil de base, bem como uma ligação efetiva com as lutas dos trabalhadores. De acordo com Cardina, “a intensificação do ‘basismo’ radica na emergência de um novo discurso esquerdista, que apontava a necessidade de contestar a partir da base os métodos da escola capitalista” (2008, p. 146).



Revolta, nº 1, p. 8. No destaque, uma conhecida passagem d'*A arte de viver para as novas gerações* (1967), do situacionista Raoul Vaneigem (todavia assinada "maio de 68").
Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira

Ao trazer para o centro das reivindicações “as grandes questões da altura: a ciência, a função da escola, a luta de classes, o colonialismo, o capitalismo” (*Ibidem*), QdM/MdQ publicaria algumas matérias sobre a luta armada do Movimento Ibérico de Libertação (MIL), em Espanha, e sobre as lutas sociais na China, no Vietnã e na Polônia, além de alguns textos de opinião críticos do capitalismo de Estado e sobre o tema da abolição de trabalho, antecipando assim algumas questões que anos mais tarde se tornariam centrais na revista *Subversão Internacional*, editada pelos então pró-situacionistas Júlio Henriques e José Maria C. Ferreira.

Os partidários do “partido da subversão social”

Os cadernos resgatariam ainda o internacionalismo esquerdista de outras publicações e coletivos portugueses, como os *Cadernos de Circunstância* (do qual José Maria C. Ferreira fez parte) e o jornal *Combate* (do qual Júlio Henriques fez parte), em franca oposição ao socialismo nacionalista e patriótico do PCP e sua tática de “revolução nacional e democrática”, vistas pelo coletivo como “soluções burocrático-bonapartistas”:

Aquilo que pode ser considerado como inoperância sobre a “realidade nacional” demonstrará, em nosso entender, uma concepção um tanto estreita da crítica da sociedade presente: porque esta não conhece fronteiras, o seu domínio estende-se, com toda a violência, por todo o planeta. E só a mistificação organizada pode apresentar zonas do globo

como livres da violência dominante, da produção capitalista da vida (1974, p. 3).

Assim, “a crítica prático-teórica desta sociedade não pode limitar-se ao domínio das formas que reveste, devendo atacar os arcaboços que fazem com que seja o que é – aqui, na América ou na China” (*Ibidem*, p. 4). Isto é, trata-se de sustentar uma posição efetivamente *antissistêmica*, pois dirigida ao mesmo tempo contra a variante liberal, de mercado, privada, do capitalismo ocidental, e contra a variante socialista, de Estado, burocrática, do capitalismo oriental.

Suas ilustrações mesclavam o método situacionista do *détour* ao aspecto satírico mais tradicional das revistas de humor político da época, como a brasileira *Pasquim*, a espanhola *Mirandela* ou a francesa *Charlie Hebdo*, inclusive publicando várias ilustrações do francês Wolinski. A curadoria poética dos cadernos tinha predileção pela poesia maldita de Rimbaud, Tzara e Breton, além da prosa surrealista de António Maria Lisboa.

Esta gama de referências à esquerda do realismo socialista e da política de compromissos das esquerdas tradicionais, situa QdM/MdQ claramente no campo do esquerdismo português, primeiro por seu internacionalismo e, depois, por seu claro rechaço à forma partido, o qual não impedia que os mesmos *tomassem partido em favor da subversão social*: “não somos partidários do pastoreio político, arrebanhadores de quem quer que seja; segundo, pensamos que a abolição da sociedade presente só pode ser obra dos que, sendo por ela produzidos, a reproduzem” (*Ibidem*, p. 3). Nesse sentido, como bons esquerdistas, os editores de QdM/MdQ moviam-se não somente às margens do xadrez geopolítico do PREC, como os maoístas e trotskistas, mas de modo totalmente exterior a ele. Seu único editorial, publicado somente no quarto número, traz uma justificativa sobre este “não lugar” paradoxalmente ocupado pelo coletivo, que optou por dar um passo ao lado na dinâmica do processo revolucionário português:

Estamos um pouco fora do jogo. Estamos por que assim o quisemos, estamo-lo por opção nem sempre fácil de se fazer: O abismo existe realmente: por um lado os grupos políticos de representação operária distribuídos por partidos, instituições e organismos que acreditam na actualidade do desenvolvimento da Revolução (democrática e nacional, democrática e popular ou mesmo socialista) (1974, p. 5).

Por outro lado, QdM/MdQ se reconhece como uma “soma, minoritária, de indivíduos para quem (...) o mais necessário se encontra na destruição efectiva dos modos de

vida coactivos, dos conceitos como Normalidade e Alienação” (*Ibidem*), repercutindo assim as temáticas marxianas amaldiçoadas pelo stalinismo, e que seriam aprofundadas, nos anos 1920, por Lukács através do conceito de reificação, e por Debord, nos anos 1960, por meio do conceito de espetáculo. A ortodoxia dos partidos marxistas-leninistas considerava tais temáticas secundárias em relação às questões materiais, reflexo de um idealismo que teria sido superado pela cientificidade dos estudos econômicos do Marx maduro, reunidos n’*O capital*. Temáticas estas recuperadas e desenvolvidas pelos situacionistas, que nos anos 1960 estenderam a crítica da exploração capitalista para uma crítica da miséria por ela engendrada na vida cotidiana, e que influenciara claramente o título dos cadernos. Esta crítica da totalidade, mediada pela crítica da alienação capitalista em todas as formas revestidas por ela, reconhece que “a alienação não conhece zonas libertadas, muito simplesmente porque o capital existe dominando como um todo e não como um conjunto de parcelas a abater uma após a outra” (*Ibidem*, p. 8). Seu horizonte de expectativas é bem alto: a “revolução total”, ou nada.

Como já foi observado no caso da esquerda festiva do Técnico, havia de fato um “abismo” entre as formas de sociabilidade e organização oriundas das esquerdas de matriz marxista-leninista, incluindo as extremistas, e os demais coletivos de base esquerdista que então passavam a se formar em Portugal, sobretudo a partir de 1968. Vimos também como, em 1970, o secretário-geral do PCP se dirigiu furiosamente aos desviantes esquerdistas portugueses, tomando-os como pequeno-burgueses irresponsáveis e provocadores que “consciente ou inconscientemente fazem o jogo do fascismo”. Entretanto, para os editores dos cadernos:

Esses, os que falam assim, são pessoas “felizes”, pois cumprem todos os deveres que a sua (grande, enorme) consciência ordena: servir, servir o Povo de todo o coração (...). Para estes a Revolução (a sua Revolução) é uma Cruzada e como tal combata-se o Infiel e leve-se o Reino de Deus a Toda a Parte, através da dádiva, da entrega da alma e coração a tão grandioso ideal (*Ibidem*, p. 6).

Nesse sentido, restava a QdM/MdQ “oferecer a descoberta da Vida e a negação dos Valores”, porém não de uma perspectiva elitista, mas, pelo contrário, selvagem, e claramente inspirada pelas reflexões do situacionista Raoul Vaneigem: “por tudo isto compreendemos os que buscam a Sobrevivência, têm direito a isso, lutaram ou esperaram por ela durante muito tempo. Mas não estamos no meio deles porque da nossa sobrevivência estamos fartos” (*Ibidem*, p. 8).

3.6. O *Combate* (1974-1978) como sujeito e como representação

O jornal *Combate* teve 51 números publicados, em Portugal, entre junho de 1974 e fevereiro de 1978, com tiragens de até dez mil exemplares. Publicou ainda três edições suplementares, a primeira em janeiro de 1975, que faz um balanço de meio ano de lutas em Portugal pós 25 de Abril; a segunda, em março de 1976, sobre a questão feminina, e a terceira em julho de 1977, sobre as lutas sociais nos bairros. Publicou também dois números de um boletim chamado *Dossier de Lutas*, entre janeiro e maio de 1977.

Em julho de 1975, a Afrontamento editaria o sexto volume da coleção Luta de Classes, sugestivamente intitulado *Capitalismo privado ou capitalismo de Estado não é escolha*, contendo toda a série cronológica de textos e editoriais de responsabilidade do coletivo esquerdista publicados até a vigésima edição do jornal, entre 21 de junho de 1974 e 11 de abril de 1975. No primeiro semestre de 2020, a editora *Vosstanie* reeditou o livro com os editoriais do jornal, acrescido de um novo Prefácio assinado por João Bernardo, José Elísio e Rita Delgado e, no segundo semestre, editou pela primeira vez uma antologia completa e fac-similiar de todos os números do jornal.

A recepção desta experiência no Brasil data dos anos 1980, e tem se desenvolvido até o presente através das contribuições de Lúcia Bruno (1983), Danúbia Mendes Abadia (2010) e Tales dos Santos Pinto (2016).¹⁹⁸ A pesquisa pioneira de Lúcia Bruno, orientada por Maurício Tragtenberg, para além de uma análise simultânea das lutas sociais autônomas e da orientação autonomista do *Combate*, apresenta também uma discussão teórica sobre a formação do capitalismo de Estado e a constituição da classe tecnocrática. Já o estudo de Abadia “não tem como perspectiva fazer um debate teórico entre teorias marxistas, leninistas, trotskistas em contraposição com teorias conselhistas, autonomistas ou anarquistas” (2010, p. 15), mas busca centrar sua análise na percepção dos trabalhadores sobre suas próprias lutas e sobre a atuação das organizações político-partidárias, por meio de uma rigorosa análise da totalidade dos números do *Combate*. Tales dos Santos, por sua vez, optou por realizar uma análise de três mesas-redondas promovidas pelo *Combate*,

¹⁹⁸ Respectivamente, *Portugal: O “COMBATE” pela autonomia operária* (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1983); *O jornal COMBATE e as lutas sociais autonomistas durante a Revolução dos Cravos (1974-78)* (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, 2010) e *Gestão operária na revolução portuguesa. Auto-organização e hetero-organização no jornal Combate* (Goiânia: Editora UFG, 2016).

além de entrevistas com trabalhadores das fábricas ocupadas e suas comissões, e documentos por eles produzidos e publicados integralmente no jornal. Cerca de quarenta anos depois daquela experiência, procuramos salientar aqui as origens políticas do coletivo, suas bases teóricas e dinâmicas organizativas, sobretudo a sua distinção relativamente às correntes partidárias das esquerdas portuguesas, de orientação pró-russa (stalinista) ou pró-chinesa (maoísta). Pois é justamente no delinear destes traços formais distintivos, organizativos e teóricos, que procuramos situar o *Combate* como uma experiência coletiva explicitamente herdeira da corrente esquerdista, situada entre o marxismo e a anarquia.

Comunistas demais para serem anarquistas, e vice-versa

Fundado por João Bernardo, João Crisóstomo e Rita Delgado, o coletivo editorial do *Combate* tomaria como plataforma básica de ação um documento redigido por Bernardo em janeiro de 1974, chamado *Que fazer? Hoje*. Os três militantes provinham de organizações marxistas-leninistas em ruptura com o PCP, como o CMLP e os CCR (m-l), mas que abandonam completamente o leninismo a partir de 1974 e passam a desenvolver “um processo de reflexão aberto a tudo que fora ocorrendo, desde meados dos anos 60, no capitalismo e nas lutas sociais que nele têm origem” (HENRIQUES, 1994, p. 52).

A partir do 25 de Abril, João Bernardo, João Crisóstomo e Rita Delgado abandonam a luta interna que construíam dentro dos CCR (m-l) e passam a “conduzir a luta política a um novo terreno, através de um jornal ligado exclusivamente às lutas dos trabalhadores, que por todo o lado se desencadeavam com o fim do fascismo e da proibição das greves” (BERNARDO et al.; 2019, p. 11). Nesse sentido, a trajetória do *Combate* se diferencia da dos demais grupos esquerdistas portugueses, que não evoluíram a partir de posições internas ao campo do marxismo-leninismo nem em ruptura com ele, mas sempre a partir de seu exterior, como é o caso dos *Cadernos de Circunstância*, do IPVC, do CDRS e de *Subversão Internacional*. João Bernardo assim descreve sua trajetória política, do leninismo ao maoísmo, e deste para o esquerdismo do período de fundação do *Combate*:

Eu rompi com o leninismo a partir de dentro, é um caso diverso de muitos outros. Quando achei que ele estava sendo totalmente nocivo à atividade que queríamos ter e, claro, isso foi suscitado pela revolução cultural na China, foi isso que deu o alerta... Não foi só aqui que a coisa descarrilhou, isso foi desde o começo, desde a ideologia leninista da

exterioridade da luta de classes [em relação à revolução]... Só depois se dá meu encontro com *Socialismo ou Barbárie* e Castoriadis.¹⁹⁹

No Manifesto inaugural do *Combate*, seus editores restauram a divisa clássica da Associação Internacional dos Trabalhadores, segundo a qual *A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores*. A frase original, “a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras”, foi escrita por Karl Marx em outubro de 1864 e aprovada em novembro pelo Conselho Geral da I Internacional, sob o título de *Normas gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Segundo Maximilien Rubel, este “postulado implícito de todo socialismo genuíno” (apud MATTICK, 2010, p. 424), havia sido formulado, antes de Marx, por Flora Tristan, que no entanto não receberia os devidos créditos do comunista alemão.

Num relato de julho de 2006 sobre aquela experiência, alguns dos antigos animadores do coletivo explicam que seu objetivo era justamente o de “produzir um jornal não-doutrinário que relatasse as ocupações e as experiências de autogestão”²⁰⁰ durante a revolução portuguesa de 1974-1975. Tais experiências teriam lugar imediatamente após o golpe militar de 25 de Abril, quando trabalhadores passam a fundar suas próprias formas de auto-organização, primeiramente nas empresas, através das chamadas Comissões de Trabalhadores. Depois das experiências iniciais de autogestão das fábricas da Sogantal e da Charminha, o movimento se alastraria para centenas de fábricas. Muitos trabalhadores ocuparam seus locais de trabalho espontaneamente, em reação à debandada de seus patrões que, até então colaboradores do regime salazarista, deixaram tudo para trás temendo represálias do movimento de libertação, os chamados “saneamentos”. Em seguida, formaram-se Comissões de Moradores também nos bairros operários, estendendo a luta dos locais de produção para os espaços da vida cotidiana, inclusive no campo, onde “latifúndios do sul também foram ocupados e cultivados coletivamente”. Em outubro de 1974 havia duas mil Comissões atuando em todos setores do sistema econômico, já em meados de 1975, grande parte da economia e da sociedade portuguesa estava sendo gerida diretamente pelos trabalhadores. Foi nesse contexto que se publicou o jornal *Combate*.

Apesar de possuir uma sólida base teórica, pouco comum nos meios extremistas de esquerda, a experiência do *Combate* encontra-se ausente do mapeamento realizado por

¹⁹⁹ Entrevista, 17/02/2021.

²⁰⁰ Cf. *Jornal Combate: Portugal (1974-78)*. Texto coletivo datado de 2006 e assinado por Rita Delgado, João Bernardo, José Elísio Melo e Silva, José Paulo Serralheiro e Phil Mailer.

José Pacheco Pereira em *As armas de papel* (2013),²⁰¹ sobre as publicações periódicas *clandestinas* e do *exílio* ligadas a movimentos radicais de esquerda, entre 1963 e abril de 1974. Não poderia, nesse sentido, incluir nele a experiência editorial e de luta cristalizada no jornal *Combate*, que editou o seu primeiro número em 21 de junho de 1974, gozando já de plenas condições de *legalidade* organizativa, de imprensa e de expressão existentes no pós 25 de Abril: “os acontecimentos revolucionários subsequentes mudaram radicalmente as condições de elaboração, produção e distribuição da imprensa até então clandestina” (PEREIRA, 2013, p. 109). Contudo, para além desta particularidade histórica e circunstancial, o *Combate* não poderia ser incluído no trabalho de José Pacheco Pereira também nos aspectos político e ideológico que, de acordo com sua própria explicação, toma como referência os termos:

De “extrema-esquerda” ou de “esquerda radical” – embora esteja implícita uma graduação no seu uso: a primeira designação para os grupos mais politizados, em que a atividade política era central, e a segunda para aqueles que tinham um mais forte componente contracultural (*Ibidem*, p. 24).

Já no caso específico do *Combate*, a ausência de uma orientação propriamente “contracultural” em sua base impõe situá-lo num campo específico que, não sendo identificado com o campo da “esquerda radical”,²⁰² tão pouco se identifica com o da chamada “extrema-esquerda”. Para Bernardo, a isto se deve a dificuldade de se classificar o jornal: “alguns chamam de anarquista, embora nenhum anarquista português consideraria o *Combate* um jornal anarquista, outros o chamam de conselhistas, mas cada um procura puxar a sardinha para a sua seara...”.²⁰³ Na perspectiva de Júlio Henriques, “suas posições políticas aproximavam-nos dos anarquistas, sem no entanto se definirem enquanto tais” (1994, p. 53):

A sua atividade, ao mesmo tempo que se mostrava popular, por se integrar na alargada tendência apartidária, era manifestamente impopular junto das organizações de esquerda e extrema-esquerda, na medida em que nelas criticava o que já eram ou o que poderiam vir a ser: meios não dinamizadores da auto-organização política da classe proletária, ou até

²⁰¹ Uma rigorosa pesquisa de vinte anos ininterruptos que, nas inspiradas palavras de seu autor, constitui “um trabalho de amador, não no sentido de não usar as técnicas e métodos da historiografia, mas de ser feito por curiosidade e gosto. Por isso é uma *never ending history*” (2013, p. 17).

²⁰² Terminologia esta que Pacheco Pereira divide com Miguel Cardina. Cf. *A esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

²⁰³ Entrevista, 17/02/2021.

obviamente impeditivos desse autogoverno em gestação (*Ibidem*, pp. 52-53).

O *Combate* parece se alinhar a uma herança do esquerdismo que remete não apenas ao comunismo de conselhos, como também às críticas social-bárbara e situacionista da vida cotidiana.²⁰⁴ Assim, logo em seu primeiro editorial, de 21 de junho de 1974, o *Combate* anuncia que:

Em todos os campos em que a luta de classes se manifeste, nos locais de produção (fábrica e campo), nos quartéis, nos bairros, nas coletividades de recreio e cultura, nas lutas dos presos comuns e em todas as lutas das minorias contra a opressão – este jornal procurará estar presente (1975, p. 29).

Em abril de 1975, o jornal denuncia a “miséria do dia-a-dia” imposta a todos os setores da vida social: nos transportes, nas casas, nas cidades, nas escolas e universidades, nos veículos de comunicação, momento este em que é “cada vez mais difícil distinguir onde é que o regime da fábrica acaba”, dado que “a ordem da empresa reina em toda a sociedade” (2020, pp. 139-140). Mantêm-se, deste modo, uma preocupação já presente no esquerdismo português desde os *Cadernos de Circunstância* que, cinco anos antes, protestavam contra a expansão do controle do capital “a todo o espaço social” (1970, p. 3).²⁰⁵ Alguns editoriais abrangem análises destes novos conflitos e lutas sociais, como “Lutas Urbanas” (nº 12), “O Estado da informação, a informação do Estado” (nº 26) e “Família repressão, repressão da família” (nº 38), apesar da maioria de seus comunicados, análises, reportagens, mesas-redondas, editoriais, voltarem-se prioritariamente aos conflitos proletários nas fábricas e nos latifúndios, se aproximando mais da imprensa operária das esquerdas marxistas-leninistas que das revistas teóricas da herança conselhistas, social-bárbara e situacionista. Isto se deve ao próprio dinamismo dos conflitos, mais concentrado nas fábricas e nos latifúndios do que nos bairros e universidades, e que o jornal se limitava apenas a acompanhar. Apesar de adotar a palavra de ordem “mudar a vida,

²⁰⁴ “Aqueles que falam de revolução e luta de classes sem se referir explicitamente à vida cotidiana, sem compreender o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa das coações, esse têm um cadáver na boca”. Cf. Vaneigem, 2002, p. 31.

²⁰⁵ A esse respeito, consultar os seguintes artigos e reportagens: “A luta nos bairros camarários do Porto” (nº 2, jul. 1974, p. 7); “Gulbekian. A ‘revolução cultural’ que não foi” (nº 5, jul. 1974, p. 4); “Urbanismo e/ou autogestão. Uma experiência no Peru” (nº 11, nov. 1974, pp. 6-7); “Explorados no trabalho – Explorados fora do trabalho. Luta nos bairros” (nº 13, dez. 1974, p. 2); “Clínica popular Comunal – Cova da Piedade” (nº 19, mar. 1975, p. 2); “Um emprego como qualquer outro – mulheres negras e enfermagem” (nº 32, dez. 1975, p. 8); “Turismo para uns, porrada para outros” (nº 36, fev. 1976, pp. 4-5); “Moradores dizem não às desocupações” (nº 45, set. 1976, pp. 6-7). Cf. *Combate*, 2020.

nas fábricas, nos bairros, nos hospitais”, quanto às lutas sociais urbanas, por exemplo, o jornal as abordava por um viés marxista tradicional, conforme salienta Bernardo:

A gente analisava o Programa de Autoconstrução na perspectiva da mais-valia absoluta, isto é, os trabalhadores, em suas horas vagas, deviam construir suas próprias casas... A minha perspectiva sempre foi a da exploração, mas é claro que, naquela época, a composição da classe era completamente distinta da que se tem hoje.²⁰⁶

No texto de Apresentação à edição da *Afrontamento*, o coletivo demonstra a intenção deliberada de se distanciar criticamente das experiências políticas precedentes de matriz marxista-leninista, tanto editoriais quanto organizativas, inclusive aquelas provenientes da extrema-esquerda:

Enquanto os “partidos de esquerda” que estão no poder procuram a todo o custo travar as iniciativas de base, castrar a luta autônoma dos trabalhadores e pô-los enfim sob a sua tutela de novos patrões (patrões da administração, patrões da polícia, organizadores directos do trabalho através dos sindicatos burocráticos e patrões directos da economia cada vez mais estadualizada [*estatizada*], os partidos de “extrema-esquerda” (que não são ainda patrões mas que bem gostariam de sê-lo, e que desde já actuam como se o fossem...) procuram também tutelar a classe operária e os trabalhadores em geral e retirar-lhes a iniciativa. Mas, como não dispõem nem das polícias nem da administração, têm de proceder por formas mais veladas, mais subtis e, portanto, por vezes mais perigosas (1975, p. 6).

O coletivo acusa também a tentativa de *apropriação*, por parte dos grupos da esquerda tradicional, de linhagem ortodoxa, marxista-leninista, como o PCP, bem como da extrema-esquerda, de linhagem pró-chinesa e em ruptura frontal com o PCP “russificado” ou “stalinizado”, como as centenas de organizações maoístas ou “pró-chinesas” portuguesas,²⁰⁷ ao reivindicarem para si “ações cuja iniciativa se deve na realidade aos trabalhadores autonomamente organizados”, sabotando assim a *solidariedade operária* e a *coesão de classe do proletariado* e, por aí, buscando “tutelar os trabalhadores e retirar-lhes a autonomia na luta” (*Ibidem*). *Combate* via, neste procedimento técnico e tático do campo *não esquerdista* das lutas do período revolucionário, um capcioso movimento de *recuperação* dos esboços de auto-organização da classe proletária e suas tentativas de

²⁰⁶ Entrevista, 17/02/2021.

²⁰⁷ A cisão no movimento comunista português entre pró-russos e pró-chineses ocorre em 1964, na sequência do movimento das Cem Flores, na China, dando origem ao Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP), de orientação maoísta, e à Frente de Ação Popular (FAP), de orientação castrista.

instaurar mecanismos de democracia direta no interior delas, através do *poder hetero-organizativo da representação burocrática* sindical-partidária e, portanto, de Estado:

Afastam-se assim as massas trabalhadoras da direcção efectiva da luta, e os elementos que haviam sido eleitos para desempenharem temporariamente certas funções executivas convertem-se em “representantes” dos trabalhadores – o que quer dizer na verdade que, dizendo “representarem” os seus companheiros de trabalho agem em nome próprio, por iniciativa própria, relegando de novo os trabalhadores para a passividade e reconstituindo a cisão entre dirigentes e dirigidos. É assim que criam novas elites, novas burocracias e, daí, novos exploradores (*Ibidem*, p. 7).

No Manifesto do *Combate*, seus editores avisam que não constituem um partido nem visam constituir qualquer partido na base do trabalho ligado ao jornal: “elementos ou grupos de quaisquer partidos ou sem partido são colaboradores neste trabalho desde que desenvolvam, na lutas dos trabalhadores, posições práticas revolucionárias” (*Ibidem*, p. 19). Para o *Combate*, a divisão entre executantes e dirigentes recompõe, reproduzindo-a, “toda a sociedade opressiva e exploradora que tal divisão pressupõe” (*Ibidem*, p. 8), uma crítica que, como vimos, está situada no cerne da concepção esquerdista de revolução e de organização revolucionária que, em teóricos do ciclo originário do esquerdismo, desde Makhaïski, Pannekoek e Ciliga, até Castoriadis e Debord, teóricos do ciclo de retorno, entre outros, seria gerada no movimento de crítica à evolução da URSS e do stalinismo na Rússia.

É assim que o coletivo justifica o posicionamento radicalmente crítico do jornal, nascido da necessidade de “lutar contra este tipo de posições sabotadoras da unidade da classe operária, em organismos que se pretendem ‘acima’ das massas trabalhadoras, que agem sem consultar os trabalhadores e ‘em nome’ deles” (*Ibidem*, p. 8). Contra a acusação de “sectarismo” das alas não esquerdistas ou mesmo antiesquerdistas do movimento revolucionário, o coletivo adverte ainda que não pretende, com tais análises, “dividir a classe operária, bem pelo contrário, é em função da unidade revolucionária na prática da luta que essas análises teóricas são apresentadas” (*Ibidem*, p. 9). Sua base comum é a luta direta e autônoma da classe operária, não pretendendo colocar-se, portanto, como um fator de sua desunião:

Este jornal não é nem pretende ser o órgão de nenhum partido, mas está e continuará aberto, sem qualquer sectarismo, ao trabalho de todos os

progressistas e revolucionários, com ou sem partido, que aceitem a nossa plataforma de unidade prática” (*Ibidem*, p. 29).

Aproximadamente um ano após o golpe de 25 de Abril, o coletivo colocaria em dúvida o grau do direito à livre expressão atingido pelos trabalhadores naquela altura do processo revolucionário, cuja “voz directa é silenciada” pelos jornais e periódicos em que “são os partidos, os grupos e as organizações várias neles falam”, e que passam a se expandir em escala exponencial em Portugal entre 1968 e 1974.²⁰⁸ Neste aspecto da crítica, seus editores chegam a igualar a oposição antifascista, tanto comunista quanto extremista, aos próprios fascistas que ela pretendia combater, no sentido de que ela sempre sabe aquilo que deve interessar à classe operária, compartilhando a mesma visão corporativista segundo a qual “só às elites privilegiadas é reservada a sagrada tarefa de governar o mundo” (*Ibidem*, p. 9). A concepção de comunismo do coletivo é radicalmente heterodoxa nos planos teórico e conceitual, e essencialmente apartidária nos planos prático e organizativo:

As páginas que se seguem não se apresentam como a verdade (...). Pretendemos mostrar porque é que só sobre a expressão directa dos trabalhadores, só sobre a acção directa, só sobre a sua direcção colectiva imediata é que o comunismo pode ser construído (*Ibidem*, p. 10).

Deste modo, coadunam-se com a concepção apresentada por Bernardo em *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975), onde o processo de constituição do comunismo só pode se dar por meio da geração de *novas relações de produção*, “visto que se definem precisamente por passarem à prática formas embrionárias de controle e de gestão da produção pelos trabalhadores” (p. 76), quais sejam, os conselhos operários, que entre 1974 e 1975 se cristalizariam em centenas de comissões de fábricas e de moradores espalhadas pelo país. Na intersecção entre marxismo e anarquia, “havia uma *mouvance*, algo como uma nebulosa, que influenciava o *Combate*”.²⁰⁹

Um jornal não doutrinário e anti-doutrinário

Os editoriais do jornal eram concebidos de modo indissociável das práticas de luta dos trabalhadores que os fundamentavam e que ganhavam *visibilidade e voz ativa e direta*

²⁰⁸ Cf. Pereira, 2013, pp. 105-106.

²⁰⁹ Entrevista, 17/02/2021.

nas colunas do jornal, isto é, sem a necessidade de passar pelo filtro ideológico dos intermediadores profissionais dos periódicos e publicações oriundas das correntes da esquerda ortodoxa e das variadas dissidências extremistas:

Sem essa prática, poderiam aparecer como análises entre tantas outras. Integradas na prática da acção directa do proletariado, da luta autónoma dos trabalhadores, aparecem como uma das múltiplas pequenas peças que, nessas base prática de luta, se fundem num movimento cada vez mais geral – no movimento dos explorados contra a exploração, privada ou de Estado (1975, p. 10).

Segundo Abadia, “não foi o *Combate* que impôs a sua perspectiva ideológica aos trabalhadores, mas o movimento autónomo dos/das trabalhadores/as que configurou a própria configuração organizatória do jornal” (2010, p. 11). Em função de tal configuração organizativa, a linha editorial do *Combate* atuava em duas frentes distintas: uma informativa, não doutrinária, e outra formativa, anti-doutrinária.

A frente *informativa não doutrinária* trabalhava com pelo menos quatro tipos de fontes. Uma delas consistia em entrevistas feitas pelos colaboradores do jornal com delegados das Comissões de Trabalhadores e de Moradores de norte a sul do país, que eram publicadas integralmente, sem qualquer edição, ainda que o seu conteúdo “fosse contrário à orientação do jornal”. Outra fonte advinha dos panfletos produzidos pelos próprios trabalhadores e publicados *na íntegra*, “não apenas sob a forma de citações parciais, como era feito por outros jornais, de acordo com as suas ideologias”. O jornal organizava ainda debates entre delegados de diversas Comissões, gravando, transcrevendo e publicando seu conteúdo sem qualquer edição. Por fim, uma seção dedicada a informações sobre as lutas dos trabalhadores de outros países esteve presente em quase todos os seus números, atestando a natureza internacionalista do veículo.

A frente *formativa anti-doutrinária* presente nos editoriais do jornal procurou dar enfoque mais às “formas reais de organização espontânea” dos trabalhadores do que às suas “reivindicações específicas”. A lucidez política de seus editores advinha de seu contato estreito com a base do movimento. Assim procedendo, *Combate* foi capaz de detectar o seu declínio enquanto a esquerda tradicional e extremista animava-se com o chamado “verão quente” de 1975. Quando o golpe militar de novembro concluiu a hegemonia política do PCP no governo e destruiu o que ainda restava do movimento revolucionário, os editoriais do *Combate* afirmaram se tratar de “um reforço da democracia capitalista e não

de qualquer regresso ao fascismo”, como a maior parte da imprensa ligada à esquerda comunista alardeava na ocasião.

Ambas as frentes editoriais constituem, contudo, somente o *primeiro eixo* do trabalho desenvolvido pelo coletivo de editores do *Combate*, aquele que se propunha a “ser um agente activo na ligação entre si das várias lutas particulares, divulgando essas lutas e nomeadamente as experiências organizativas delas resultantes” (1975, p. 18).

Soma-se a ele um *segundo eixo* de trabalho, o de “fomentar a organização de reuniões de massas entre trabalhadores, soldados e marinheiros, ou trabalhadores com soldados e marinheiros inseridos em lutas particulares diferentes” (*Ibidem*). Isto posto, os dois eixos de trabalho do *Combate* possuem “como ponto de referência as posições práticas assumidas nas lutas dos trabalhadores” (*Ibidem*), com a intenção de contribuir “para acelerar a fusão das lutas dos trabalhadores e a união de todos os explorados” (*Ibidem*, p. 29).

No Manifesto do *Combate*, seu coletivo editorial procurava constituir um programa mínimo de intervenção e uma ampla plataforma de colaboração, elaborando assim sua própria forma organizativa. Propunha-se, nesse sentido, a “ser um agente activo na ligação entre si das várias lutas particulares”; a “fomentar a organização de reuniões de massas entre trabalhadores, ou trabalhadores com soldados e marinheiros inseridos em lutas particulares diferentes” (2020, p. 27). Apesar de afirmarem não constituir um partido e não visarem constituir “qualquer partido na base do trabalho ligado com este jornal” (*Ibidem*, p. 28), no Editorial de seu primeiro número, de 21 de junho de 1974, seus editores avisam que estarão abertos, “sem qualquer sectarismo, ao trabalho de todos os progressistas e revolucionários, com ou sem partido, que aceitem a nossa plataforma de unidade prática expressa nos nove pontos do nosso Manifesto”.

No momento em que sai o primeiro número do *Combate*, Portugal via a agitação revolucionária transbordar dos quartéis para as fábricas, das universidades para o campo e, na sequência, se alastrar para todos os setores da vida social. O Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)²¹⁰ reivindicava do governo um espaço próprio para reunião de suas organizações, as prostitutas protestavam pelo reconhecimento de direitos traba-

²¹⁰ Ver nota nº 226.

lhistas, a sociedade civil exigia a liberdade de divórcio, o Movimento de Ação Homossexual Revolucionária²¹¹ teria seu Manifesto publicado pelo jornal *Diário de Lisboa*. O Estádio Américo Tomás era rebatizado e passava a se chamar Estádio da Liberdade, a Ponte Salazar tornava-se a Ponte 25 de Abril. Em Paris, o consulado português foi invadido e ocupado por trabalhadores migrantes, desertores e refratários, que exigiam a emissão de passaportes. Em 15 de maio, mais de oito mil operários da Lisnave entram em greve e ocupam os estaleiros da empresa. No dia 19, grevistas dos correios (CTT) são agredidos pela população no Porto. Em junho, quando explode em Lisboa, a greve dos CTT sofrem forte oposição do PCP. No norte, os mineiros entram em greve, e quanto em Lisboa milhares de metalúrgicos se manifestam em Lisboa exigindo aumentos salariais, no dia 21. Uma semana depois, os trabalhadores da Carris impedem a saída dos ônibus da empresa de suas garagens. As paredes de Lisboa são tomadas por *grafittis*, comunicados, pichações e cartazes. Seria inútil a tarefa de levantar tantas expressões de luta diferentes que tinham lugar em Portugal na altura em que o *Combate* passa a atuar. Essas análises já foram feitas à exaustão, e podem ser consultadas nas centenas de trabalhos sobre a revolução portuguesa, bem como nos três estudos brasileiros sobre o jornal supracitados. Interessa-nos apenas situar aqui a amplitude de atores que o processo revolucionário português havia acionado, frente aos quais seus editores procuravam realizar um papel de articulação e coordenação, sem contudo reconhecer qualquer intenção de dirigir ou controlar suas lutas.

Uma ruptura pró-situacionista no interior do *Combate*

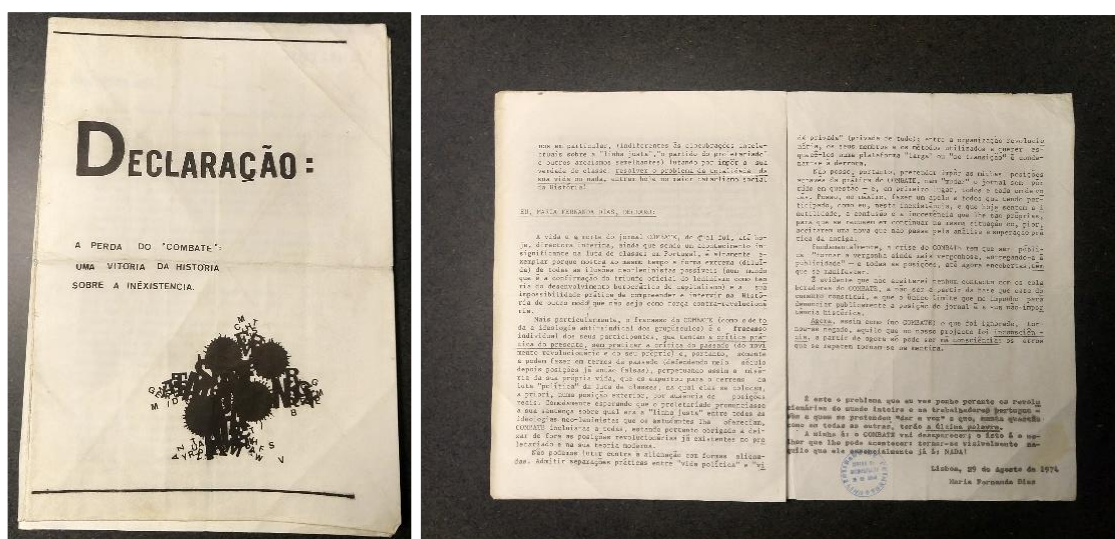
Será justamente os pilares da atuação do *Combate*, preconizados em seu Manifesto inaugural, que serão questionados por Maria Fernanda Dias, “diretora interina” do jornal até o seu quinto número e que irá assinar, no dia 29 de agosto de 1974, uma circular de clara inspiração situacionista, intitulada *Declaração: A perda do “Combate”*. *Uma vitória da história sobre a inexistência*.²¹² A partir do próximo número, ela aparecerá substituída por Marília Gouveia.²¹³ De acordo com seus fundadores, Bernardo, Crisóstomo e

²¹¹ Inspirado pela Frente Homossexual de Ação Revolucionária [*Front Homosexuel d'Action Révolutionnaire*], que formalizaria na França no ano de 1971. Ver nota nº 226.

²¹² Documento encontrado no Espólio do historiador libertário e pró-situacionista Carlos da Fonseca, depositado nos arquivos do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra.

²¹³ Marília será substituída enquanto “diretora interina” do jornal a partir do seu nº 33, por Monteiro Cardoso.

Delgado, “o nome do diretor, que aparece no cimo da primeira página, destinava-se apenas a cumprir uma exigência legal” (2020, p. 12). Além disso, segundo Bernardo, “até 1975 só havia prisões políticas para homens, então decidimos pôr mulheres à frente da direção. Outra condição é que não fossem pessoas ativas no jornal. Davam seu nome e, se fosse presas, não prejudicariam os trabalhos de edição”. A despeito de nunca ter colocado “os pés em nenhuma reunião”,²¹⁴ e de mesmo assim ter anunciado “a morte do jornal *Combate*”, este continuará atuando e publicando outras dezenas de edições de seu jornal, até o último número (51), de fevereiro de 1978.



A Declaração de Maria Fernanda Dias. Centro de Documentação 25 de Abril. Espólio Carlos da Fonseca

A Declaração não daria origem a nenhuma cisão coletiva nem à formação de uma dissidência à esquerda do *Combate*, constituindo antes numa tomada de posição individual, mais destinada ao debate interno, ou até mesmo como justificava política de uma demissão pessoal. Nele, Dias lança uma grave acusação contra o jornal que, a despeito das intenções manifestas desde o seu primeiro número, “não dava voz aos trabalhadores para dizer o que pensavam, mas dava a voz a um grupo de ‘redactores’ para repetir o que os trabalhadores já tinham dito”.

Ao invés de funcionar como um “espelho puro” das lutas autônomas dos trabalhadores, Dias via na atuação do *Combate* senão uma “imagem ideológica” delas, a sua *representação*, na medida em que “ignorava, de facto, a revolução mesma, contentando-se em reconhecer como tal as suas manifestações mais evidentes e imediatas e suas consequências mais grosseiras”. O programa mínimo e a plataforma ampla estabelecidas no

²¹⁴ João Bernardo. Entrevista, 17/02/2021.

Manifesto pelo coletivo editorial do jornal, teriam como resultado, passados dois meses de atividade e a publicação de cinco números, diversas consequências negativas, de acordo com o ponto de vista de Dias, tais como:

- 1) A aceitação como colaboradores do jornal de grupos ideológicos historicamente contrarrevolucionários (trotskystas, maoistas, leninistas, anarquistas, pró-situacionistas, etc.).
- 2) Permitir a instauração duma separação hierárquica velada, baseada na divisão entre os “redactores” do *Combate* (os que elaboravam ou discutiam os artigos) e os seus “militantes” (os distribuidores do jornal).

Dias reproduz quase textualmente as críticas dirigidas pelos situacionistas às tendências conselhistas do movimento de ocupações de 1968 na França, de grupos como o ICO e o *Solidarity*. Mais que isso, atualiza uma crítica já formulada por Debord na época em que passou pelo *Socialismo ou Barbárie* (mais precisamente em reuniões promovidas pela tendência de Lefort), a respeito da divisão hierárquica entre Castoriadis e os demais colaboradores da revista-grupo, que seria reproduzida, de acordo com os situacionistas, por meio do papel de “especialista da não autoridade” que Pallis (Brinton) exerceria sobre o *Solidarity*. Na contramão desta acusação, os fundadores do *Combate* afirmam que “não existiam hierarquias internas” ao coletivo (BERNARDO et al., 2020, p. 12).

Mas o aspecto mais interessante deste questionamento reside no fato de que a própria crítica de Dias ao *Combate*, não sendo situacionista, isto é, não partindo de um membro da IS – até porque em 1974 esta organização já havia desaparecido há cerca de quatro anos –, pode ser qualificada como uma crítica tipicamente “pró-situacionista”, que a autora da Declaração aponta como um dos grupos ideológicos contrarrevolucionários ecleticamente aglutinados no *Combate*, e que atestaria sua falta de coesão e coerência internas. O fato é que a IS foi a organização esquerdista que mais longe levou tais princípios de admissão e manutenção em suas fileiras, e que acarretaria outros tipos de problemas, diferentes daqueles enfrentados pelo *Combate*, como as frequentes exclusões, demissões e expulsões, ao ponto em que só restariam Debord e Sanguinetti no momento de sua dissolução.

Ao contrário dos seguidores pró-situacionistas, os situacionistas jamais defenderam qualquer forma de “entrismo”, chegando a proibir a entrada dos membros da IS em outras organizações, interditando qualquer forma de ambiguidade ou “duplo pertencimento”, sob pena de demissão ou exclusão conforme o caso. No documento de dissolução

da IS, Debord e Sanguinetti chegam a se referir ao fenômeno pró-situ como um “mal francês” (1972, p. 40), retomando de certo modo a maldição leninana contra a “doença infantil do comunismo”.

Voltando ao *Combate*, seus fundadores reconhecem a plataforma ampla e não seletiva de admissão ao coletivo-jornal nos seguintes termos:

Havia no grupo que sustentava o jornal quem se definisse como conse-
lhista ou como anarquista ou como libertário ou como marxista ou como
feminista ou como situacionista, sem contar com aqueles que se defi-
niam como coisa nenhuma a não ser uma, que nos unia a todos, a de
prestar apoio às lutas em curso (2020, p. 12).

Pelo teor de sua Declaração, fica clara a “filiação” de Dias à tendência situacio-
nista da corrente esquerdista. Além de Dias, o antigo circunstancialista José Maria C.
Ferreira, autor do editorial do número 27 do *Combate*, de 17 de julho de 1975, intitulado
“Que conselhos operários?”, também portava uma “forte influência situacionista em me-
ados de 1970”,²¹⁵ conforme o seu próprio relato pessoal. Dos fundadores do *Combate*,
João Crisóstomo provinha da esquerda festiva do Técnico de Lisboa que, como veremos,
sofreu certa influência das ideias situacionistas, diferentemente de Rita Delgado e João
Bernardo, que vinham de uma ruptura mais recente com o maoísmo. Júlio Henriques e
Phil Mailer, por sua vez, eram declaradamente herdeiros da crítica situacionista, conforme
relatou Bernardo, que mantinha-se deliberadamente afastado dessa tendência:

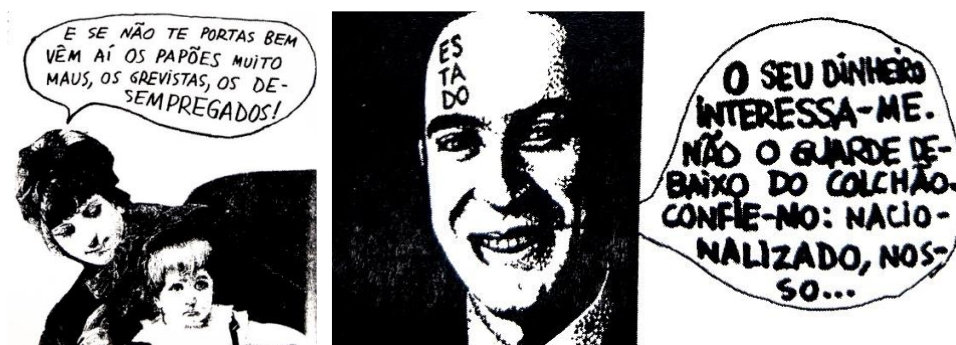
Havia no *Combate* três camaradas estrangeiros de influência situacio-
nista, um era o irlandês Phil Mailer, que já vivia em Portugal antes do
25 de Abril, e que era claramente situacionista, uma outra, brasileira,
que vivia em Londres e que foi a Portugal depois da revolução, a Maria
Luiza, e o outro era um australiano que também estava morando em
Londres, e que foi para Portugal naquela altura. Eram o que chamáva-
mos de “autonomista”, ou algo do gênero. Depois houve outra pessoa
que colaborou bastante, mas saiu a certa altura, que era o Júlio Henri-
ques, que eventualmente também seria situacionista (...). Quanto a mim,
o que eu conhecia dos situacionistas eram suas posições estéticas, pois
me interessava muito por arte, e bastou isso para eu me afastar deles, por-
que minhas noções acerca da arte estão em um campo oposto, que não
suscitaram em mim qualquer adesão.²¹⁶

Com efeito, no número 27 do jornal (cujo editorial é de autoria de José Maria C.
Ferreira) aparecem algumas ilustrações no estilo situacionista, compostas pelo desvio de

²¹⁵ Depoimento, 09/04/2020.

²¹⁶ João Bernardo. Entrevista, 17/02/2021.

peças publicitárias, que reaparecerão também nos números 47 e 48. No restante das edições, prevalece uma diagramação no estilo clássico do jornalismo operário, algo mais próximo dos jornais anarcossindicalistas que dos jornais comunistas, e suas ilustrações são compostas de charges, histórias em quadrinhos e ilustrações não desviadas, autorais e, portanto, não situacionistas.



Detalhes do jornal *Combate* nº 27, 17/07/1975

Herdeira da tradição situacionista e, portanto, esquerdista, Dias também denunciava o apoio dado pelo jornal aos “movimentos contrarrevolucionários” de libertação nacional, “hoje aliados ao Estado português na repressão do povo africano”. No comunicado “Colonialismo em Angola”, de 3 de julho de 1974 e publicado no terceiro número do jornal, seus autores declaram apoio incondicional à luta dos povos das colônias, reconhecendo os movimentos libertação – MPLA, PAIGC, FRELIMO, e MLSTP – como seus “legítimos e únicos representantes”. Já no segundo número, *Combate* trazia um panfleto intitulado “Angola: luta contra o colonialismo e o neo-colonialismo”, o qual era concluído com uma manifestação de “apoio incondicional à justa luta do heroico povo angolano, no seu combate libertador, dirigido pela sua vanguarda revolucionária o MPLA”.

Organizados de modo fortemente hierarquizado, estruturados segundo uma rígida disciplina partidária e militar, e situados no quadro dos socialismo nacionalista, ou “afro-stalinista”, os movimentos como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Movimento de Libertação Popular de Angola (MLPA), a Frente de Libertação Nacional de Angola (FLNA), ou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), eram vistos pelos esquerdistas como elementos integradores das populações africanas a uma nova forma de dominação e exploração de classe, a partir da conquista de sua “soberania” nacional e reconstrução em bases autóctones. Retoma, assim, uma dupla crítica dirigida, ao mesmo tempo, contra o colonialismo e o socialismo nacionalista

“nacional-libertador”, que está presente no pensamento esquerdista desde Pannekoek,²¹⁷ e que seria retomada pelos situacionistas em suas análises da guerra da Argélia e do *bellismo*.²¹⁸

Quando o *Combate* apoiou os movimentos de massas africanos, à altura acusados de “banditismo” pelo aparelho do MPLA, isto provocaria a saída de alguns maoístas que colaboravam com o jornal e simpatizavam com a luta de libertação do movimento angolano, materializando assim as contradições internas apontadas por Dias em sua Declaração. Tal apoio seria manifesto no editorial do sexto número do jornal, de setembro de 1974, onde se lê que:

O desenvolvimento da luta de classes em Portugal e nas colónias após o 25 de Abril e o trabalho prosseguido ao longo dos cinco números do jornal *Combate*, força-nos hoje à (...) aprofundar o ponto 2 do Manifesto: “A luta anticolonial deve desenvolver-se como solidariedade activa e militante entre os explorados em Portugal e os explorados africanos”.

Com efeito, nesta alteração feita no Manifesto, *Combate* analisa que “nenhum dos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique tomou até agora uma posição claramente anticapitalista, nenhum se apresenta como pretendendo construir o comunismo, nenhum atribui à classe operária o papel condutor da luta”. O coletivo via uma ultrapassagem à esquerda, de movimentos como a FRELIMO e o MPLA, pelas “massas operárias que desenvolviam autonomamente o seu combate em luta anticapitalista”. De fato, entre julho e agosto verificou-se em Moçambique e Angola, uma grande vaga de greves operárias. Esta reorientação de posição do jornal refletia, portanto, “a evolução ideológica que estava a operar-se na própria base trabalhadora em luta” (BERNARDO et al., 2020, p. 12), mais do que a qualquer debate suscitado internamente pela Declaração de Dias:

Quanto à correção no Manifesto, isso não teve nada a ver com ela [Dias]. Tinha a ver com a África e com as coisas que estavam a se passar em África. Nós sabíamos o que estava acontecendo por lá. Uma das fundadoras do *Combate*, a Rita Delgado, é angolana. Nós ficávamos cada vez mais apavorados com as posições que o MPLA estava tomando naquela altura. O topo imperial, soviético, condenava a insurreição de massas que estava a ocorrer em Angola, desqualificando-a de

²¹⁷ Para uma discussão sobre este tema, consultar o capítulo III, “Comunismo e libertação nacional”, de *Pannekoek et les conseils ouvriers* (1969), de Serge Bricianer.

²¹⁸ Referência a Ahmed Ben Bella (1916-2012), líder da Frente de Libertação Nacional da Argélia.

“banditismo”. Pois então, apoiamos os “bandidos”, que eram na verdade a expressão da luta de classes. Nós não estávamos nem aí para essas questiúnculas...²¹⁹

Em suma, Dias acusava *Combate* de ter se tornado, já em seu primeiro mês de existência, “a forma extrema de todas as ilusões neo-leninistas possíveis”. Ataca também a suposta “ideologia anti-sindical dos grupúsculos” presente no jornal, “que os empurrou para o terreno da ‘luta política’, na qual eles se colocam, *a priori*, numa posição exterior, por ausência de posições reais”. A concepção situacionista de organização aparece em uma citação de *A sociedade do espetáculo* (sem, contudo, fazer referência a Debord), de acordo com a qual “não podemos lutar contra a alienação com formas alienadas”. Tal concepção organizativa, radicalmente influenciada pela IS, parece colidir frontalmente com a abertura à participação de diferentes correntes instituída na plataforma do *Combate*, em virtude de fins ou objetivos convergentes e acima das divergências pontuais com relação às demais correntes, como o maoísmo: “admitir separações práticas entre ‘vida política’ e ‘vida privada’ (privada de tudo); entre a organização revolucionária, os seus membros e os métodos utilizados e querer esquecê-los numa plataforma ‘larga’ ou ‘de transição’ é condenar-se à derrota”. Dias anuncia, portanto, não apenas “a morte do *Combate*”, como sua “inexistência” frente à luta de classes e à história, isto é, a sua “inutilidade” prática, que o colocava muito aquém da situação revolucionária imposta pelas lutas autônomas do proletariado menos integrado e mais combativo.

Dias se valerá também de outro princípio situacionista – “tornar a vergonha ainda mais vergonhosa, entregando-a à publicidade” – para tornar pública “a crise do *Combate*”. Ao dizer que “todas as posições, até agora encobertas, têm que se manifestar”, Dias revela a esperança de que sua Declaração repercuta no interior do coletivo e provoque um debate sobre organização que reoriente a sua plataforma ampla e vaga de admissão. Ao estilo pró-situ, declara que, a partir de então, “assim como o que foi ignorado, tornou-se negado, aquilo que no nosso projeto foi inconsciência, a partir de agora só pode ser má consciência: os erros que se repetem tornam-se mentira”.

Mas o principal erro do *Combate* seria, segundo a pró-situ portuguesa, justamente o de ignorar tais contradições e, mais do que isso, impedir a devida “resolução das contradições internas do jornal com as exigências históricas *já presentes* nas lutas dos traba-

²¹⁹ João Bernardo. Entrevista, 17/02/2021.

lhadores”. Assim, denunciava-se que as afirmações de princípios não doutrinários e hetero-organizativos manifestos pelo *Combate* não se coadunavam com as suas práticas, que apontavam para uma “contradição irresolúvel entre os fins que o jornal se propunha e os meios utilizados”.

O mecanismo regulador de contradições dessa natureza, criado por João Crisóstomo – segundo o qual “nas reuniões do coletivo podia falar quem quisesse, mas só poderia votar quem se encarregasse de alguma tarefa relacionada com a preparação do número seguinte do jornal” (BERNARDO et. al., 2020, pp. 11-12) –, não bastaria para evitar que se destruíssem “as ilusões que ainda podiam existir em alguns de nós sobre a realidade das posições teóricas que originaram o *Combate*”, de acordo com Dias, que sugere a existência no coletivo de uma insatisfação coletiva, e não somente individual. Entretanto, Bernardo relatou não ter conhecimento desse tipo de insatisfação no coletivo, para além da manifestação isolada de Dias:

Todo mundo tinha muita coisa para fazer. Então, as pessoas estavam de acordo que era necessário realizar as entrevistas, divulgar aquelas lutas, demonstrar a situação dessa ou daquela luta, etc. As discussões que a gente tinha, era sobre o assunto do próximo editorial. Escolhia-se um assunto. De que maneira? Telefonava-se para o pessoal do Porto, ou inversamente, e dizíamos o que tinha ou não tinha acordo, etc. E alguém se encarregava de escrever. A gente não tinha tempo para discutir os editoriais passados. Repare bem, nunca houve reclamação sobre qualquer editorial publicado. Não, as pessoas escreviam de acordo com o que havia sido decidido e estava se passando (...). Não escrevíamos sobre assuntos abstratos, eram assuntos concretos que ali estavam em primeiro plano.²²⁰

Em resumo, Dias lembra como, naquele momento, enquanto o proletariado português e, sobretudo, dos países africanos – “indiferentes às elucubrações intelectuais sobre a ‘linha justa’, o ‘partido do proletariado’ e outros arcaísmos semelhantes” – *lutavam para resolver o problema da totalidade da sua vida ou nada*. Já o *Combate*, na crítica corrosiva e iconoclasta de Dias, teria se aliado justamente a esta frente do *nada histórico*, o que teria determinado sua *não importância histórica*: “*Combate* vai desaparecer; e isto é o melhor que pode lhe acontecer: tornar-se visivelmente aquilo que ele essencialmente já é: NADA!”.

De fato, a previsão de Dias se consumaria, porém, muito tempo depois do que ela aparentemente previa, em sua ruptura prematura com o coletivo. Uso o termo “prematura”

²²⁰ Entrevista, 17/02/2021.

sem qualquer conotação valorativa, apenas para salientar sua ruptura em um período relativamente curto de tempo (um mês), se comparado ao período de duração do jornal (quatro anos). Com efeito, o desaparecimento e a auto-dissolução das organizações surgidas em períodos de ascenso revolucionário, com o refluxo das lutas revolucionárias, é uma condição própria à dinâmica dos conflitos sociais. Um movimento que era, aliás, previsto pelos próprios fundadores do *Combate*, que levariam esta experiência até sua exasperação, passados três anos de conclusão do biênio de 1974-1975: “sabíamos que o *Combate* nascera com as lutas e terminaria quando as lutas perdessem o dinamismo que então as caracterizava” (BERNARDO et al., 2020, p. 12).

Não obstante as origens leninistas de alguns de seus fundadores, como Rita Delgado, João Bernardo e João Crisóstomo,²²¹ em 1974 todos estavam em pleno movimento de ruptura com o CCR (m-l) e o leninismo, aproximando-se de posições conselhistas. Ao contrário do dirigente russo, ou de Cunhal, eles simplesmente ignoraram a tentativa de golpe pró-situacionista e prosseguiram “combatendo” ao lado das classes trabalhadoras em suas lutas. A razão do fracasso do entrismo de Dias no *Combate*, no entanto, está ligada a questões bastante concretas, muito distantes das questiúnculas intelectuais da ideologia pró-situacionista: “era a própria pressão dos acontecimentos que determinava o nosso ritmo (...) a gente não ia se cindir por causa de ideologias”.²²²

Uma editora contra a corrente

A editora Contra a Corrente (CaC) nasceu da necessidade, sentida pelos membros do *Combate*, de aprofundar os debates teóricos introduzidos nos editoriais do jornal. No início, tratava-se de traduzir textos teóricos da corrente esquerdista que ainda não haviam sido editados em Portugal na forma de livros, mas somente por meio de alguns panfletos avulsos, publicados de forma artesanal pelos pequenos coletivos desta corrente. Num segundo momento, o coletivo passará a editar também suas próprias análises teóricas. Segundo Rita Delgado, “tudo o que não cabia no *Combate* tinha que sair pelas edições” (apud MAUÉS, 2013, p. 209). Ao longo de sua existência, de quase uma década, foram lançados pela CaC cerca de cinquenta títulos.

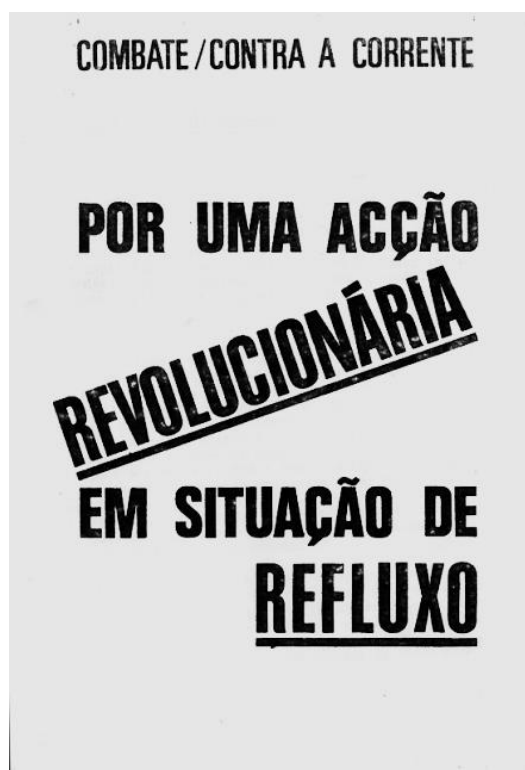
²²¹ Após ter se integrado à esquerda festiva do Técnico, entre 1967-1969, Crisóstomo se tornaria membro dos CCR (m-l), que a partir de 1970 passa a alcançar certa projeção naquele Instituto. Segundo Miguel Cardina, os CCR (m-l) “alcançaram uma significativa radicação no Instituto Superior Técnico, tendo vindo a definir na sequência de prisões ocorridas em 1972 e 1973, às quais se seguiram importantes divergências de cariz ideológico na direção do organismo” (2011, p. 154).

²²² João Bernardo. Entrevista, 17/02/2021.

A curadoria, ou linha teórico-política das edições CaC ficava a cargo de decisões coletivas, seguindo assim a forma organizativa posta em funcionamento no *Combate*: “a definição do que seria editado se dava em reuniões” (*Ibidem*, p. 2010). Dividia-se o trabalho entre os colaboradores presentes. Havia também uma razão econômica para este fim, já que a venda de livros se destinaria ao pagamento de algumas dívidas adquiridas em tipografias locais pelo grupo que editava o jornal. Entretanto, ainda de acordo com Delgado, as motivações centrais do coletivo eram antes políticas do que econômicas:

A livraria surge muito em função da necessidade de ter uma sede, um local de reunião, que pudesse também ser usado por grupos que procuravam o *Combate* e que necessitavam de um lugar em que pudessem se reunir e dinamizar o trabalho que estavam fazendo (*Ibidem*, p. 208).

Tratava-se, afinal, de trazer ao público português experiências práticas e textos teóricos sobre a história do movimento operário internacional. Nesse sentido, o trabalho da editora complementava o do jornal, na medida em que este procurava noticiar e refletir sobre as lutas sociais em Portugal no período de ascenso revolucionário, enquanto aquela destinava-se a fomentar o debate e a reflexão em situação de refluxo revolucionário.



Brochura editada em dezembro de 1980 por *Combate/Contra a Corrente*

O coletivo de editores da CaC abriria ainda duas livrarias, a primeira no Porto, onde o *Combate* possuía uma sessão local, dinamizada sobretudo por José Elísio Melo e Souza, e a segunda em Lisboa, que funcionava na casa de João Crisóstomo. Elas distribuíam livros franceses, espanhóis, italianos, ingleses e norte-americanos, que até então não circulavam em Portugal. Localizada no Bairro Alto, a livraria CaC de Lisboa sediava as reuniões de outros grupos, como um dos primeiros coletivos feministas de Portugal.²²³ Inicialmente, as livrarias funcionavam do meio-dia à meia-noite, mas com o tempo passaram a funcionar em horários reduzidos, devido a problemas materiais: “neste grupo nenhuma pessoa tinha trabalho [profissional] ligado a edições, todos tinham o seu emprego, e faziam o trabalho de edição como continuação da militância, como uma necessidade de ver aqueles textos difundidos” (*Ibidem*, p. 210). A livraria de Lisboa encerrará suas atividades no final de 1985.

²²³ Na França, o *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF), que já promovia desde 1967 alguns debates em torno da interseção das lutas anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal, se formaliza apenas em 1970, depois que passa a haver uma maior abertura no plano sócio-cultural, liberada pelo levante de maio-junho de 1968. Em Portugal, o homônimo Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) será formalizado na sequência do 25 de Abril, em maio de 1974, por Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno. Ambas já haviam protagonizado o caso que ficou conhecido como das “Três Marias”, ao publicarem *As novas cartas portuguesas* (1972) junto com Maria Velho da Horta. Em 1975, Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena de Sá Medeiros publicaram o primeiro livro sobre o aborto em Portugal, intitulado *Aborto, direito ao nosso corpo*. O jornal *Combate*, por exemplo, contava com a angolana Rita Delgado entre seu núcleo de fundadores, e publicou, em março de 1976, um Dossiê sobre a questão feminina nas lutas do pós-25 de Abril. Um suplemento organizado por Maria Luíza, brasileira de Belo Horizonte que vivia em Londres até por volta de 1974, quando migra para Lisboa, onde passa a colaborar ativamente com o *Combate*. Em entrevista concedida em 23 de maio de 2021 à rádio francesa *Vosstanie*, Rita Delgado relata que “muitas mulheres participaram do *Combate*, certamente em menor número que os homens, mas havia uma igualdade entre mulheres e homens. Não havia esse tipo de divisão, era sempre o mesmo trabalho. As diferentes tarefas eram distribuídas segundo critérios de preferência pessoal, uns gostam mais de realizar entrevistas, outros de escrever editoriais, enfim. Não havia divisão por critério de gênero. Um coletivo de mulheres chamado *Não acontece por acaso*, realizava suas reuniões na sede da livraria Contra a Corrente, em Lisboa. Na época, o aborto não era legalizado em Portugal, os abortos eram feitos clandestinamente, muitas mulheres morriam. Elas então ensinavam técnicas seguras de aborto, além de fazerem um trabalho de formação contra o machismo. Em Portugal, as mulheres formavam a mão-de-obra predominante nos setores têxteis, que eram via de regra controlados por homens. Mas o controle sobre o trabalho também era exercido, às vezes, por mulheres” (2021, s/p. Tradução nossa). Phil Mailer, companheiro do *Combate*, incluiu na nova edição de *A revolução impossível?* (Antígona, 2018), uma sessão sobre “O machismo e o movimento das mulheres” (todavia ausente na edição da Afrontamento, de 1978). Os cadernos *Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano* publicaram, em 1975, a tradução de um texto de “Constance Chatterley” (pseudônimo de Gilles Dauvé), publicado em 1974 no quinto número da revista francesa *Le Fléau Social* [A epidemia social]. Intitulado “Feminismo e Comunismo”, o ensaio representa o momento em que esta publicação, editada pelo *Front Homosexuel d’Action Révolutionnaire* [Frente Homossexual de Ação Revolucionária, FHAR], uma corrente minoritária dos movimentos gay e feminista da França, estava em plena ruptura com sua orientação hegemônica, acusada de trabalhar para uma renovação da normalidade capitalista, e não para a sua abolição. A revista *Subversão Internacional*, por sua vez, publicou dois ensaios críticos ao machismo e ao masculinismo patriarcais, entre 1977-1978.

Todas as edições da CaC foram produzidas de forma militante, sem qualquer pagamento pelo trabalho de tradução, datilografia, impressão e distribuição. A renda gerada pela venda dos exemplares era totalmente voltada para cobrir os custos da produção, como não poderia ser diferente no caso de um coletivo político-editorial anticapitalista. De acordo com Flamarion Maués:

Para além das dificuldades técnicas e financeiras para a realização das publicações, esta última característica parece refletir, também, certa recusa à prática e à estética editorial vigente, ao diferencial de imediato suas edições daquelas de caráter comercial, mesmo das publicadas por outras editoras do campo da esquerda. Esta opção estava também ligada ao desejo de autogestão e independência total do grupo, que, ao ter o controle sobre todas as etapas da edição – desde a definição dos textos a serem publicados, passando por sua produção editorial e gráfica, até a distribuição e venda de livros – autonomizava-se para publicar o que desejasse, sem interferências externas de qualquer tipo, e sem depender em nenhuma etapa do processo editorial de terceiros. Dessa forma, a editora punha em prática um dos princípios do grupo que lhe deu origem (2013, p. 213).

Com efeito, entre os autores estrangeiros publicados, constavam Anton Pannekoek,²²⁴ Helmut Wagner,²²⁵ Maurice Brinton,²²⁶ Henri Simon²²⁷ e, entre os portugueses, João Bernardo,²²⁸ Manuel Joaquim de Sousa,²²⁹ Charles Reeve (Jorge Valadas),²³⁰ José Maria Carvalho Ferreira,²³¹ António Bito,²³² Artur J. Castro Neves,²³³ Luís Leitão,²³⁴ Francisco Silva²³⁵ e José Luís Farinha.²³⁶ Publicou-se também alguns títulos em língua inglesa, como *Manifesto of Combat* (1975), *Portugal, economy and policy of the dominant class. One year, one month and one day after: where is the 25th April going?* (1976)

²²⁴ *Sobre a organização dos trabalhadores* (1975).

²²⁵ *Teses sobre o bolchevismo* (1978).

²²⁶ *Condicionamento autoritário, repressão sexual e o irracional em política* (1975).

²²⁷ *Novo movimento: questões sobre a prática revolucionária* (1975); *Trotsky e a ditadura do proletariado* (s/d.).

²²⁸ *A crise económica actual na esfera do capitalismo americano* (1975); *Um ano, um mês e um dia depois: para onde vai o 25 de Abril? – Economia e política da classe dominante* (1975) e *Lutas sociais na China* (1976) e *Notas sobre a desvalorização do escudo* (1977).

²²⁹ *Sindicalismo e acção direta* (s/d.).

²³⁰ *Polónia 1980-81: solidariedade domesticada* (1981).

²³¹ *Crise da sociedade portuguesa: “descolonização” e “independência nacional”* (1975), com Charles Reeve.

²³² *Para a revolta no Poço Verde* (1978).

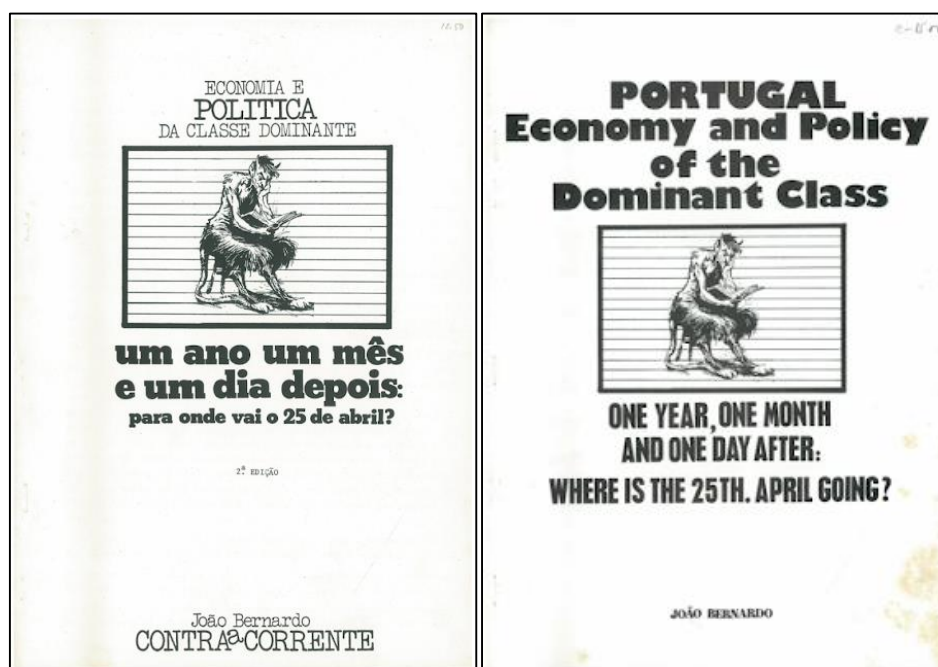
²³³ *Contribuição para a percepção da cultura (política) em Portugal* (1976).

²³⁴ *Movimentos urbanos e comissões de trabalhadores: Portugal, 1974-1976* (1980).

²³⁵ *Sobre a situação actual (banda desenhada)* (1978).

²³⁶ *De camuflado no peito e na cabeça* (1978).

e *Crisis historical forms of their appearance and recuperation* (1976), de João Bernardo, entre outros.



Versões em português (1975) e inglês (1976) de um dos livros de João Bernardo editados pela CaC

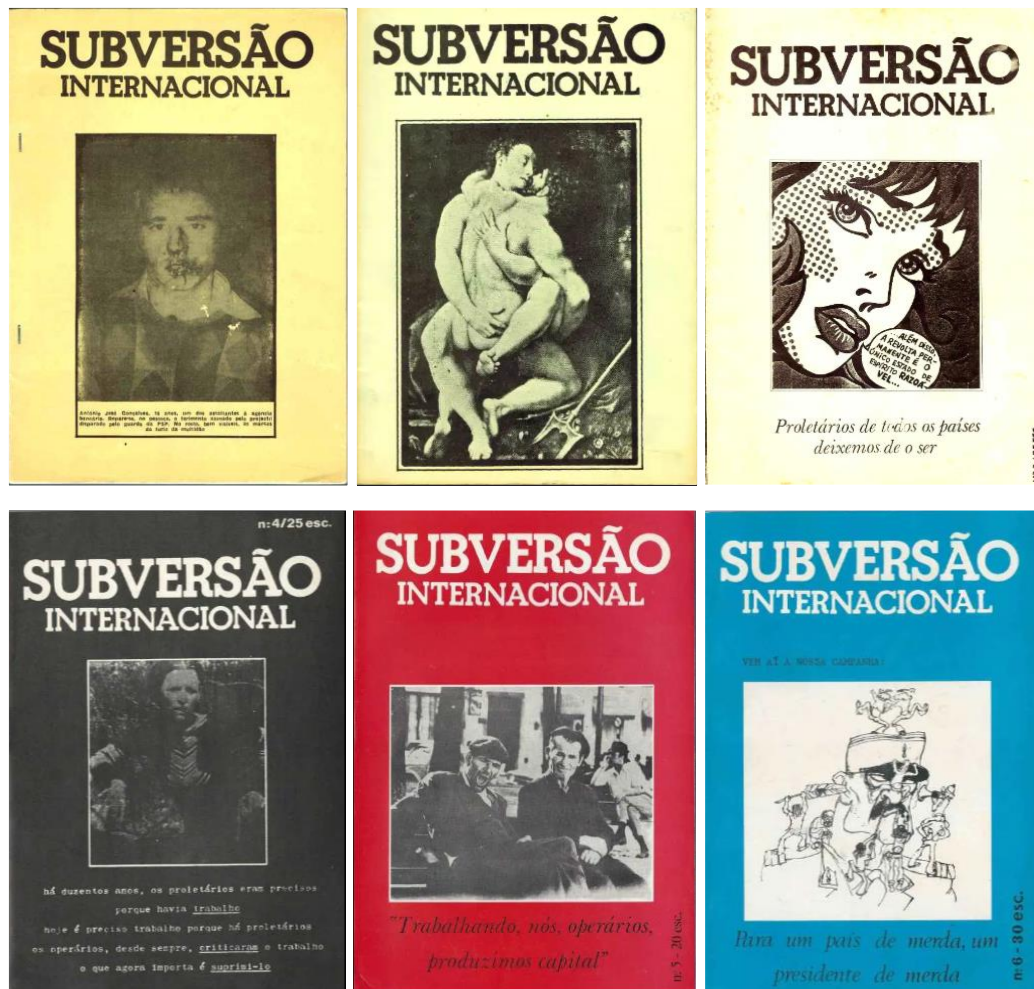
Também foram publicados um texto do *Solidarity* londrino,²³⁷ além de um debate com o coletivo *Minus*, de Hong-Kong. Destaque-se também a edição de dois “Dossiers de Luta do jornal *Combate*”, *Trabalhadores dos transportes. Estefânia em luta contra o patrão* (1976) e *1977: balanço de um ano de lutas* (1978).

3.7. A *Subversão Internacional* (1977-1979) no refluxo da revolução em Portugal

Com aproximadamente dois anos de refluxo do processo revolucionário e perante o clima de normalidade democrática instaurado pelo golpe de 25 de novembro de 1975, surge em Lisboa, em novembro de 1977, o primeiro número de *Subversão Internacional* (SI), uma “excelente revista pró-situacionista”, nas palavras de Phil Mailer. Seu primeiro número começou a ser produzido em fevereiro de 1977 “por três indivíduos, que entretanto se integraram num grupo que vinha procurando formas de actuação distintas da escrita” (1978a, p. 1). Em certa linha de continuidade com a perspectiva de QdM/MdQ, que qualificava a si próprio como o “partido da subversão social”, SI definia-se ora como

²³⁷ *O que somos e o que queremos* (1976).

o “partido sem fronteiras da subversão social”, ora como o “Partido do Mal”. Sua publicação trimestral pretendia “fazer circular informações e afirmações de subversão social que se produz nos nossos dias” (1977, p. 4).



Capas dos seis números da revista *Subversão Internacional* (1977-1979)

Dois de seus editores e fundadores, José Maria Carvalho Ferreira e Júlio Henriques, como vimos, haviam já colaborado com duas publicações esquerdistas, os *Cadernos de Circunstância* e o *Combate*. Ferreira seria mais próximo dos *Cadernos* que do *Combate* (com o qual colaborou pontualmente na escrita de um editorial sobre conselhos operários), enquanto Henriques foi um membro muito ativo desde a formação do *Combate*, não tendo participado dos *Cadernos*. Ambos, entretanto, eram certamente os ativistas mais próximos das teorias situacionistas no esquerdismo português, juntamente a Carlos K. Debrito, Torcato Sepúlveda e António Ferreira, e diferentemente de João Bernardo ou Jorge Valadas, por exemplo, que mantinham-se mais afastados destas perspectivas. En-

quanto Bernardo era mais próximo do Movimento Comunista Libertário, de Daniel Guérin, além da Corrente Comunista Internacional, e do *milieu* em torno de René Lefeuve, criador da [editora] *Spartacus*,²³⁸ Valadas era mais próximo de grupos como ICO, 22 de Março e *Noir et Rouge*.²³⁹ Apesar de reconhecer o elemento novo presente no jornal *Combate*, SI julga que este:

Veio no entanto a cristalizar-se como colectivo ideológico da gestão operária, mantendo perante tudo o que é proletário um respeito próximo duma má consciência; a sua exterioridade em relação ao movimento social é assumida a contrario daquilo que fará uma organização leninista típica dos nossos dias: dando sempre razão aos operários, com receio de os controlar e de ser dirigista (1977, p. 8).

Henriques, que antes do *Combate* movia-se numa oposição política e estética à tradição neo-realista associada ao PCP, defensora de uma arte “popular”, engajada e utilitária, que colocava no centro da obra a “mensagem” revolucionária, em detrimento de seus aspectos formais. Algumas de suas intervenções seriam reproduzidas pelos cadernos *Quotidiano da Miséria/Miséria do Quotidiano*, como vimos. A propósito, em seu primeiro número, SI se pronuncia sobre a sociedade moderna como a um “complexo produtor da miséria generalizada a praticamente todos os aspectos do que nos é dado fazer, segundo a sua lógica totalitária” (1977, p. 2). Após o fim de SI, Henriques editaria mais duas revistas, *Pravda. Revista de Malasartes* (1982-1992) e, contemporaneamente, a *Flauta de Luz. Boletim de Topografia* (2013 -), esta última publicando textos atuais de esquerdistas como Vaneigem, Mailer e Reeve (Valadas). Além de editor, Henriques tornaria-se o mais profícuo tradutor de língua portuguesa da Internacional Situacionista, organização que ele reconhece ter alcançado uma “inegável influência em Portugal antes de 1974 e nos anos subsequentes” (1997, p. 14).

Ferreira, por sua vez, fora do grupo dos *Cadernos de Circunstância*, onde afirma não ter encontrado “elementos de acordo com as premissas teóricas e práticas do situacionismo”, admite ter feito parte de grupos de reflexão e de intervenção em consonância estreita com a teoria situacionista:

Claro que as leituras preliminares de Guy Debord (*Sociedade do Espectáculo*), de Raoul Vaneigem (*Tratado de Saber Viver pra Uso das Jo-*

²³⁸ Entrevista, 17/02/2021.

²³⁹ Depoimento, 12/12/2019.

vens Gerações) e de Mustapha Khayati (*Da Miséria no Meio Estudantil*), assim como dos 12 números da revista da IS foram importantes para esse efeito. No entanto, não devo esquecer que, nesse período, eu e um grupo de amigos criámos o “Partido Mandrakista” com o objetivo de criar situações desviantes, cujo objetivo principal consistia em fazer desaparecer a riqueza social das montras das grandes superfícies comerciais.²⁴⁰

É este mesmo grupo de inspiração situacionista que em novembro de 1977 “se metamorfoseia em plataforma editora e dá a público os primeiros quinhentos exemplares de SI” (1978a, p. 1). Não obstante, seus editores enfatizam que “não se trata de repetir, trata-se de continuar, *nas nossas condições*, um esforço empreendido antes de nós” (1978b, p. 2). A revista surge, portanto, “em condições de exterioridade ao colectivo”, que a partir de seu segundo número contará já com a discussão e aprovação de seus textos por cerca de doze indivíduos. Apesar disso, reconhece a sua inserção no contingente marginalizado “de pequenos colectivos que não conseguem sair do contexto de grupos de edição” (1978b, p. 1).

Assim, o primeiro editorial da revista cita uma passagem do documento de dissolução da IS, *A verdadeira cisão na Internacional* (1972), segundo a qual “a poluição e o proletariado são hoje os dois aspectos concretos da crítica da economia política” (1977, p. 4). Essa passagem se encontrará no centro das preocupações do chamado pós-situacionismo, do qual falaremos a seguir. Consideramos, além disso, SI a primeira expressão portuguesa da tendência pós-situacionista surgida em França, somada a uma proximidade com o movimento da autonomia italiana, contemporâneo dela. No editorial de seu primeiro número, SI se inscreve em um movimento de negação das “actuais relações sociais”, e situa a “revolução comunista”, “ou qualquer outro nome que se lhe queira dar – anarquia, por exemplo”, no movimento prático de busca por um “mundo sem capital”. Não se trata, para eles, de uma negação abstrata, mas concreta:

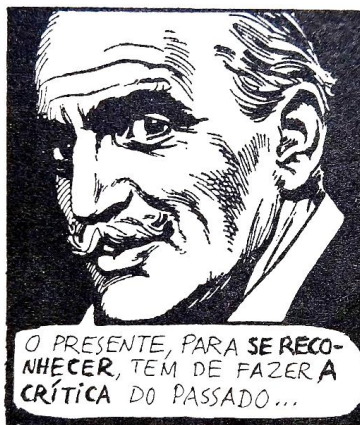
O movimento social comunista existe, embora não seja este o nome que normalmente se dá às suas manifestações práticas, mais comumente apelidadas de comportamentos selvagens diversos, de loucura, de irresponsabilidade, de banditismo, de delinquência, de recusa do trabalho (1977, p. 4).

Os anos de 1976 e 1977 foram de refluxo do movimento de autogestão nas fábricas, ocupadas durante o biênio de 1974 e 1975, e da conseqüente crise e declínio das

²⁴⁰ Depoimento, 09/04/2020.

organizações de extrema-esquerda, que pouco a pouco passam a se institucionalizar, sobretudo pela via de sua integração aos mecanismos eleitorais da democracia de tipo parlamentar constituída desde então. Diferentemente de Itália e Alemanha e, de modo mais lateral, França e Espanha, onde o refluxo da revolução em nível internacional e a decomposição e crise dos grupos de extrema-esquerda levariam ao surgimento de inúmeros núcleos voltados para a luta armada, esse processo não se verificou em Portugal.

Todavia, as ações violentas das Brigadas Vermelhas, na Itália, da Fração do Exército Vermelho, na Alemanha, da Ação Direta, na França, e do Movimento Ibérico de Libertação, na Espanha, gerariam um debate sobre estratégia revolucionária para além de suas fronteiras, reverberando em território português, onde os editores de SI o acompanhavam com especial interesse, não obstante a inexistência, naquela altura, desta forma de luta no país. *Subversão Internacional* inscrevia sua defesa da violência revolucionária nas experiências do banditismo social, do vandalismo, da delinquência juvenil e da sabotagem proletária, mais do que nas ações terroristas e espetaculares das organizações supracitadas.



Detalhe de *Subversão Internacional* nº 2, 1978a, p. 40

Perspectiva semelhante a esta se desenvolvia paralelamente, entre 1977 e 1983, em Nice (França), nas páginas da revista *Les Fossoyers du Vieux Monde* [Os Coveiros do Velho Mundo], publicação que, junto a *Encyclopédie des Nuisances* [Enciclopédia das Nocividades],²⁴¹ inaugura o chamado pós-situacionismo, uma tendência ainda hoje influente nos meios radicais franceses. Entre 1985 e 1990, o grupo que a editava se divide, e

²⁴¹ Fundada por Jaime Semprun, a revista pós-situacionista *Enciclopédia das Nocividades* publicou quinze fascículos entre novembro de 1984 e abril de 1992. Após colaborar na sua redação com três verbetes, *Abat-faim*, *Ab irato* e *Abolir*, no outono de 1986, Debord rompe com os Enciclopedistas Semprun,

uma parte dele passa a adotar a nomenclatura *Os Cangaceiros*,²⁴² tendo publicado três números entre janeiro de 1985 e junho de 1987. O elogio da ação direta e a defesa da luta anticarcerária por este pequeno grupo conviviam com posicionamentos críticos perante as ações armadas e aos atentados terroristas das organizações supracitadas, da Itália, Alemanha, França e Espanha: “os nossos meios de ação são os mesmos usados por qualquer proletário: sabotagem e vandalismo” (2017, p. 170), adverte o antigo franco-cangaceiro Leopold Roc. É nesse sentido que tomamos SI como a primeira publicação “pós-situacionista” de Portugal, e não “pró-situacionista” como a caracteriza Mailer, e que anos mais tarde encontraria certa continuidade nas acima mencionadas revistas *Pravda e Flauta de Luz*, editadas por Júlio Henriques. Um dos aspectos que definem qualquer pró-situacionismo é a sua adesão acrítica às posições da IS. Os pró-situs, de acordo com Debord e Sanguinetti, são aqueles que “fazem saber que aprovam integralmente a IS, e não sabem fazer nada além disso” (1972, p. 40. Tradução nossa). Já SI, ao contrário, em seu primeiro editorial, elabora um balanço bastante crítico do papel da IS em Maio de 68 e seus desdobramentos:

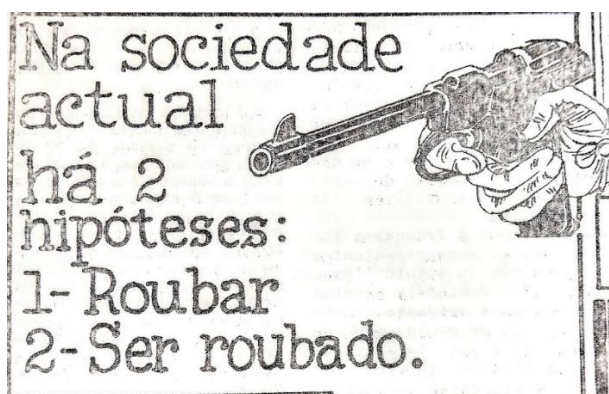
A Internacional Situacionista (...) soube reconhecer e apoiar as novas manifestações da crítica proletária, todavia, tornaram-se sobremodo modernizadores do conselhismo, situando-se como que por detrás do proletariado e da suas formas de luta (conselhos, assembleias), que elogiaram; por outro lado, de certo modo fascinados pelo espectáculo social que denunciam (e a sua denúncia é sem dúvida a mais profunda no contextoda alienação moderna), como que recriam, a partir do que fazem, um pequeno espectáculo do denunciado (1977, pp. 7-8).

Já na capa de seu primeiro número, SI estampava a foto de um jovem com o rosto coberto de sangue, extraída dos arquivos policiais. Tratava-se de António José Gonçalves, um dos três jovens que tentaram assaltar a agência do Banco Português do Atlântico, na Avenida da Liberdade (Lisboa) no dia 7 de janeiro de 1977. O fracasso da ação levaria uma multidão de portugueses à tentativa de linchamento dos jovens, dois deles de 18 anos

Sébastien e Fargette, que adotaram uma posição reacionária diante do movimento secundarista de ocupações de escolas contra a reforma proposta pela Lei Devaquet.

²⁴² “Projeto fortemente influenciado pelo situacionismo – mas não só – de onde adotaram diversos conceitos como, por exemplo: *não trabalhem nunca* e *revolução do cotidiano*. Por vezes assinavam os seus textos de *Situacionistas*. Curiosamente, ou talvez não, foram sempre ignorados pelos pretensos (e pretenciosos) chefes do ‘movimento situ’ e pelas obras consagradas ao estudo deste movimento” (PINTO, 2017, p. 5). De acordo com o relato de Leopold Roc, antigo membro d’*Os Cangaceiros*, “ao longo de todos aqueles anos estivemos obcecados com a ideia de criar um grande escândalo, qualquer coisa na tradição Dada-Surrealista-Situacionista: um ato espetacular mesmo no alvo, que expressasse a negatividade latente que mina a sociedade” (2017, p. 173).

que, em seguida, seriam presos pela PSP. Na legenda da foto de capa, seus editores posicionam-se ao lado dos assaltantes: “a identificação dos trabalhadores portugueses com o capital (no caso, o dos bancos) é significativa duma só coisa: do seu conservadorismo. Porque nesta sociedade só há duas hipóteses: roubar ou ser roubado” (1977, p. 1).



Detalhe de *Subversão Internacional* nº 1, 1977, p. 21

O conteúdo de seu primeiro número apontava para um recuo das aspirações revolucionárias, de natureza *ofensiva*, que correspondiam às crises de 1968 na França e de 1974-1975 em Portugal, para outras frentes de luta, de natureza *defensiva*, mais próximas da chamada autonomia italiana²⁴³ e fortemente enraizadas numa espécie de subversão da vida cotidiana: “ainda não se manifesta no terreno da sociedade, em esforço colectivizado de intervenção prática, um movimento de ruptura social a que possamos aderir” (1978b, p. 1). Tal subversão incluía o elogio e o apoio da delinquência juvenil²⁴⁴ e da criminalidade,²⁴⁵ da luta armada,²⁴⁶ das lutas antimanicomial e antiprisional,²⁴⁷ do feminismo,²⁴⁸ do movimento antinuclear,²⁴⁹ da negação do trabalho,²⁵⁰ além de severas críticas à heteronormatividade e ao sexismo²⁵¹ ainda predominantes na sociedade portuguesa pós-25 de

²⁴³ “Depois de Marx, Abril” (nº 2, abr. 1978).

²⁴⁴ “O fim da tranquilidade: delinquência e progresso” (nº 1, nov. 1977); “Delinquência/Revolta” (nº 3, outono 1978).

²⁴⁵ “Roubos de bancos: um eterno problema?” (nº 1, nov. 1977).

²⁴⁶ “Notas & Informações de e sobre a Rote Arme Fraktion, dita ‘Grupo Baader-Meinhof’”; “Alemanha: Porque a revolta (Liberdade e Social Democracia)” (nº 1, nov. 1977); “Discussão sobre a RAF e o terrorismo” (nº 2, abr. 1978).

²⁴⁷ “Prisão comum” (nº 3, outono 1978); “Mercado comum da repressão” (nº 3, outono 1978); “Depoimento de um prisioneiro” (nº 5, jul. 1979); “Depoimentos sobre o trabalho e as prisões” (nº 6, dez. 1979).

²⁴⁸ “Mulher: objeto de Cama & Mesa” (nº 1, nov. 1977); “Sobre o movimento masculino” (nº 2, abr. 1978).

²⁴⁹ “O pesadelo nuclear: todos vivemos na Pensilvânia” (nº 5, jul. 1979).

²⁵⁰ “Na hora da nossa morte” (nº 2, abr. 1978); “Abolir o trabalho” (nº 4, fev. 1979); “Abaixo o proletariado”; “Quem inventou o trabalho?” (nº 6, dez. 1979).

²⁵¹ “Da comunidade primitiva ao primitivismo do engate – parte I” (nº 2, abr. 1978); “Da comunidade primitiva ao primitivismo do engate – parte II”; “O sexo da revolução” (SI, nº 3, outono 1978).

Abril. A revista publicaria ainda algumas análises políticas conjunturais, sobre as lutas dos grupos autônomos em Espanha²⁵², a revolta operária de 1976 na Polônia²⁵³ e a chamada “revolução iraniana”.²⁵⁴ Mais concretamente, afirma SI em seu terceiro editorial:

O que um movimento subversivo terá de substituir à sociedade existente não são novas formas desta sociedade (as que nomeadamente a esquerda e a extrema-esquerda se propõem), mas uma sociedade sem trabalho assalariado, sem capital. A forma como este movimento se organizar será já o espelho directo do conteúdo dessa sua exigência de base (1978b p. 2).

A revista trazia diversas ilustrações desviadas de quadrinhos e peças publicitárias, retomando um aspecto visual de estilo situacionista. Apesar disso, no aspecto gráfico, SI se aproxima mais do fanzine anarquista ou de hebdomanários humorísticos como o francês *Charlie Hebdo* ou o brasileiro *Pasquim*, publicando-se, inclusive, diversos cartuns e quadrinhos de autores como o brasileiro Jaguar. Este aspecto mais irreverente e desleixado de SI contrasta com o estilo sóbrio e clássico das publicações situacionistas e pós-situacionistas francesas, a despeito do uso constante, na revista da IS, de alguns *comics* desviados, elemento visual este que caracterizaria ao mesmo tempo seu estilo moderno e popular. A própria sigla originada pelo nome da revista, SI, invertia, em língua portuguesa, a famosa sigla da IS, pela qual os situacionistas ficaram conhecidos nos meios esquerdistas da época. Conforme notaria Phil Mailer, antigo membro do *Solidarity* e colaborador do *Combate*, “as iniciais SI coincidem, curiosamente, com *Situationist International* – um dos melhores grupos marxistas críticos dos anos 1960 – mas nisso acaba a semelhança” (1979, p. 21). Jorge Valadas, antigo membro dos *Cadernos de Circunstância*, reconheceria “na maioria dos textos [de SI] um formalismo estético, do ponto de vista da expressão, que deve de certo muito à linguagem ‘peri-situacionista’ importada” (1978, p. 3).

Porém, desde o seu manifesto inaugural, SI afirma não se preocupar com questões de filiação teórica: “as discussões de capelas, mesmo as de capelas d’*avant-garde*, não nos interessam” (1977, p. 7). Ao mesmo tempo, seus editores demonstravam possuir consciência de que “as formulações subversivas não surgem do nada, sendo, pelo contrário, o resultado dos esforços empreendidos tanto no passado como nos nossos dias”

²⁵² “Aspectos do novo movimento operário em Espanha” (SI, nº 1, nov. 1977).

²⁵³ “A modernidade polaca: Crónica” (SI, nº 4, fev. 1979).

²⁵⁴ “A revolta da miséria, miséria da revolta: Irã” (SI, nº 6, dez. 1979).

(*Ibid.*). Assim, as principais contribuições teóricas de que se alimentavam seus editores, seriam tanto “Marx e Bakunin, como os comunistas de conselhos, como Bordiga e a Esquerda Comunista italiana, como a Ex-Internacional Situacionista” (*Ibid.*). É difícil de avaliar o sentido que os editores da SI conferiam à expressão “Ex-Internacional Situacionista”, se eles se referiam a alguma organização, ou conjunto de organizações contemporâneas a ela e que de certa maneira pretendiam continuar a crítica situacionista após a dissolução da IS, ou se referiam-se à genuína IS, criada em 1957 e dissolvida em 1972. Parece que os editores de SI não compreendiam bem a relação entre situacionismo e pró-situacionismo, pois constantemente faziam referência tanto a autores situacionistas, como Debord, Vaneigem e Sanguinetti, quanto a autores pró-situacionistas, como Rafael Pallais e Jean-Pierre Voyer, assim como pareciam considerar situacionistas intelectuais que jamais pertenceram à IS, como Jaime Semprun. Apesar de Pallais, Voyer e Semprun, na década de 1970, terem efetivamente publicado alguns livros próximos da teoria situacionista pela editora francesa Champ Libre, contudo, seria mais correto considerá-las obras pós-situacionistas e, como tais, distintas das reflexões propriamente situacionistas.

Por este e outros motivos, Mailer considerava a SI “uma mistura de várias tendências que não são de modo algum homogêneas” (1979b, p. 21). Por exemplo, o elogio de seus editores à criminalidade e à delinquência juvenil, a aproximava mais do movimento da autonomia italiana que das tendências conselhistas, situacionistas ou operaístas das décadas de 1960 e 1970. A despeito dos situacionistas terem elogiado, em diversos textos, o potencial revolucionário contido nas práticas de destruição dos valores espetaculares-mercantis inscritos nos saques coletivos e em atos de vandalismo crítico, durante a crise de maio-junho de 1968 eles se voltaram exclusivamente à defesa da formação e generalização dos conselhos de trabalhadores. As exigências do momento revolucionário, desencadeadas pela greve geral, levou os situacionistas a apostarem em uma revolução de caráter proletário que, nos momentos iniciais da crise, lhes pareceu possível de se concretizar por meio da generalização dos conselhos. Em novembro de 1967, poucos meses antes da explosão de Maio de 68, no livro *A sociedade do espetáculo*, Debord reconhecia no vandalismo dos “herdeiros desgarrados” de um “novo general Ludd”,²⁵⁵ o “prenúncio do segundo assalto proletário contra a sociedade de classes”:

²⁵⁵ Referência ao movimento dos trabalhadores que se lançavam na destruição do maquinário produtivo, na sequência da primeira revolução industrial. Ficou conhecido como “movimento ludista” em referência a Ned Ludd, aprendiz de um tecelagem britânica que destruiu com um martelo o tear mecânico que manuseava, após ser condenado a levar chicotadas sob a alegação de não demonstrar empenho no trabalho.

Quando as lutas anti-sindicais dos operários ocidentais são reprimidas primeiro pelos sindicatos, e quando as correntes revoltadas da juventude lançam um primeiro protesto informe – no qual, entretanto, já está presente a recusa da antiga política especializada, da arte e da vida cotidiana – aí estão as duas faces de uma nova luta espontânea que começa com feição *criminosa* (1997, p. 82).

Nesse sentido, SI parece mais próxima de grupos e publicações italianas como *Ludd*, *Comontismo*, *Invariance*, *Puzz* e *Indiani Metropolitani*,²⁵⁶ por inscreverem a revolução em um espaço de tempo mais dilatado, independente, portanto, da ocorrência de condições agravadas por uma situação revolucionária como a que se sucedeu em Maio de 68. Com o refluxo do biênio revolucionário de 1974-1975, a concepção de práxis revolucionária manifesta por estes grupos e publicações italianas se adaptava melhor à situação portuguesa pós-revolucionária em que os editores da SI se encontravam inseridos. Além disso, a “subversão” de que falava SI referia-se antes a um “aspecto-chave da luta contra o movimento do capital (...) a revolta contra o trabalho, que naturalmente se vê combatida pelos partidos políticos e pelos sindicatos, suas correias de transmissão” (1997, p. 4). Aspecto este muito presente nas lutas italianas, e que as revistas esquerdistas supracitadas procuravam exprimir no plano teórico e conceitual. Giorgio Cesarano, um dos mais pro-fícuos filósofos dessa corrente, mas cuja trajetória seria abreviada pelo seu suicídio em 1975, teria uma parte de seu *Manuale di Sopravvienza* (1974) publicado em Portugal em 1979 pela Antígona,²⁵⁷ a segunda publicação da editora que naquele ano tinha sido inaugurada com um panfleto do pró-situacionista Torcato Sepúlveda.²⁵⁸

Por outro lado, Mailer reconhece, nos primeiros números de SI, a existência de “uma tendência marxista definida, que aceita Marx mas não receia criticar as contradições existentes nos seus escritos ou dentro da escola marxista”. O esquerdista irlandês aponta, como exemplo da existência contraditória entre duas tendências opostas na revista, os textos “Do terrorismo em Itália. As *Brigate Rosse* e o seu tempo” (nº 3) e “Abolir o trabalho” (nº 4). No segundo número da revista, os próprios editores reconhecem que “o estado de espírito do grupo é confuso e diversificado”, e que “é possível que surja sob novas e diferentes formas”, para as quais o coletivo se diz “vivo e aberto” (1978a, p. 1).

²⁵⁶ Cf. “The passion of communism. Italian Invariance in the 1970s”. In: *Endnotes*, nº 5, 2019.

²⁵⁷ *A insurreição erótica. Autocrítica da Corporeidade Metafórica*. Lisboa: Antígona, 1979.

²⁵⁸ Custódio Losa [Major Dissidente]. *Declaração de Guerra às Forças Armadas e outros aparelhos repressivos do Estado*. Lisboa: Antígona, 1979.

Como vimos, SI não era somente um grupo minoritário, como também considerava-se “marginalizado”, não por sua defesa do lumpen-proletariado, mas porque a isso são “contrangidos, por não abdicarmos duma certa coerência, daquilo que nos move”. Em períodos de refluxo revolucionário, como é o caso do contexto em que SI se situava, “cada grupo, mesmo estando teoricamente próximo dos outros, vive deles separado, porque a situação real o não obriga ou não inclina a um agrupamento. O que não quer dizer que não possa haver uma determinada colaboração pontual entre eles” (1978b, p. 1). De fato, SI manteve contatos com outros coletivos esquerdistas de diferentes partes do mundo, como o grupo chinês *Minus*, constituído por ex-Guardas Vermelhos refugiados em Hong Kong, de quem publicou-se o artigo “A China moderna. As quatro modernizações e a ascensão da tecnoburocracia”; o coletivo italiano de Firenzi chamado *Collegamenti per l’organizzazione diretta di classe*, atuante durante o Movimento de 1977, de quem foi publicado o ensaio de 1978 sobre o terrorismo na Itália; o coletivo pós-situacionista francês *Les Amis du Potlatch*, de quem publicou-se excertos da brochura *A bas le proletariat. Vive le communisme!* [Abaixo o proletariado. Viva o comunismo!]; o grupo libertário espanhol que editava a revista *Negaciones*, de Madri; o coletivo editorial da revista norteamericana *Root and Branch*; o Comitê de Apoio às Greves Selvagens e a revista pós-situacionista *La Guerre Sociale*, de Paris, entre outros. Além disso, SI acompanharia, em 18 e 19 de fevereiro de 1978, a realização da II Conferência Libertária realizada em Lisboa, cujo relato seria publicado no segundo número da revista.

Grosso modo, os temas da luta armada e do terrorismo, da criminalidade e da delinquência juvenil, bem como da negação do trabalho, emergem como referências centrais à perspectiva subversiva defendida por SI. Por esta razão abordaremos, na sequência, estas problemáticas separadamente.

Defesa da criminalidade e da delinquência juvenil

Phil Mailer criticava, por um lado, o “marginalismo” e o caráter “antimarxista” de grande parte das análises de SI, principalmente aquelas que partiam de uma leitura romântico-revolucionária da “população lumpenizada”, desde a Comuna de Paris identificada como as classes perigosas, em oposição às classes laboriosas: “a classe operária não é, do mesmo modo que a população excedente, intrinsecamente revolucionária” (*Ibidem*, p. 22). Valadas, que no primeiro número havia assinado uma extensa análise sobre o

“novo movimento operário” espanhol, dirige a SI uma dura crítica, publicada em seu segundo número, pois considerava “todo esse elogio dos ladrões e dos loucos um pouco *obsceno* (...), francamente repugnante (...), isto para não dizer sacana” (1978a, pp. 3-4). Valadas explica o seu ponto de desacordo: “creio que quando não há movimento social (mais ou menos radical consoante as circunstâncias) não vale a pena procurá-lo ou descobri-lo onde ele *não pode estar*; pelo contrário, melhor seria analisar as razões de sua inexistência” (*Ibidem*, p. 4). Em sua réplica, SI explica que não se tratava de afirmar que a possibilidade de existência do movimento comunista, nos períodos de refluxo das lutas revolucionárias, residia nas ações marginais de banditismo e delinquência juvenil, típica das classes perigosas ou populações lumpenizadas, pois:

O que quisemos foi assinalá-lo como uma componente importante (e que o será, cremos, cada vez mais) da realidade capitalista e da sua dialética, daquilo que esta vai produzindo contra si mesma. A delinquência *não é* a revolução; mas tão pouco é a contrarrevolução. Ela é menos e mais do que isso: é um certo desgaste da aceitação do real disponível, e, nessa medida, em grande parte uma revolta. Naturalmente contraditória, precisamente porque não representa uma solução social. Mas, do mesmo modo que se não pode dizer dos operários que são reacionários por se não negarem como força de trabalho do capitalismo, tão pouco dos delinquentes se poderá dizer o mesmo por o fazerem (ou, mais propriamente, por a isso serem constrangidos). As coisas não são lineares. Os comportamentos delinquentes, que mais ou menos sempre foram tidos como algo de irrelevante ou de anódino, deixam de o ser no novo contexto de desagregação e degenerescência relativa do movimento capitalista; e é por isso que a sua dimensão passa a ser um dado importante da luta das classes moderna (*Ibidem*, p. 4).

Em *O inimigo oculto* (1979), João Bernardo classifica esse elogio do “marginal urbano” como uma postura “anarco-individualista” proveniente de um “elitismo romântico”. Para o fundador do *Combate*, eles não se referem ao banditismo social encontrado em países africanos e latino-americanos, que constituem verdadeiras “revoltas populares espontâneas visando a distribuição dos bens dos ricos entre os pobres, que deles se apropriam individualmente” (1979, pp. 187-188). Referem-se, na realidade, não à figura do “bandido”, mas do “marginal urbano”. Assim como Mailer e Valadas, Bernardo também considera que o roubo não coloca ninguém “fora da sociedade e das relações de produção dominantes. O roubo também é uma atividade econômica” (*Ibidem*, p. 188). Bernardo retoma um princípio discutido no editorial do 13º número do jornal *Combate*, de dezembro de 1974, de acordo como o qual:

Se são milhões de proletários a roubar a propriedade dos capitalistas, passando a possuí-las colectivamente, eles estão a construir o comunismo. Mas se é só um explorado que rouba a propriedade de um capitalista, ele não pode senão substituí-lo enquanto capitalista, muda o homem, mantém-se a função que foi, assim, reforçada (2020, p. 80).

Com efeito, o elogio feito por SI às camadas sociais “perigosas”, “marginais” “criminosas”, ou “desviantes”, como se queira denominá-las, contrapunha-se a uma “crítica do proletariado” jamais feita pelas “organizações meramente políticas” que, pelo contrário, faziam dele “o elogio mais descarado”: “a relação política é sempre essa: implica o elogio de quem se quer politizar – isto é, de quem se pretende que entre para a nossa organização e de modo nenhum para a do concorrente (...) tal como no mundo mercantil banalizado” (1977, p. 5). Já sobre o banditismo, SI observa que “não é possível fazer o elogio do roubo, porque é um acto apenas negativo; mas interessa-nos aponta-lo precisamente como expressão de negação que é, e que desse modo se manifesta contra a cinzenta normalidade da honestidade capitalista”. SI se coloca assim a tarefa de “dar a palavra aos ladrões, e em especial aos jovens ladrões” (*Ibidem*, p. 6).



Detalhe de *Subversão Internacional* nº 3, 1978b, p. 21

Como se observa, este debate se situava em um horizonte distinto da distinção moralista entre o operário-padrão, fiel seguidor da linha do partido, e o sub-proletário desclassificado, indisciplinado e degenerado, oriunda do marxismo-leninismo. Nessa perspectiva, o lumpenproletário é revestido da figura do “traidor”, do “mercenário” nato, sempre suscetível de se vender para causas hostis às da classe operária. Bem entendido, este tipo de moralismo operário, que deita raízes no darwinismo social, na psiquiatria

reacionária e na concepção policial da cultura e dos costumes, espécie de síntese dos preconceitos psicossociais típicos da burguesia do início do século XX, estava longe do horizonte de questões discutidas entre Valadas e os editores de SI.

Após o 25 de Abril, Portugal conhece um surto explosivo das taxas de criminalidade envolvendo atos de delinquência juvenil, tais como vandalismo, furtos, assaltos à mão armada, abuso de drogas ilícitas e recusa do trabalho, uma tendência que se verificava em todo o mundo a partir da década de 1960: “o fenómeno é generalizado, e nem poderia deixar de ser de outro modo: ele acompanha fielmente o ciclo do progresso de dominação capitalista em todas as áreas geográficas” (1977, p. 12). SI saúda tais dados, que assinalam o “fim da tranquilidade” em território português, quando “a sociedade dos portugueses normais, ou normalizados, sente, desde a entrada em cena desta geração de delinquentes, uma notória intranquilidade” (*Ibidem*, p. 10). Mais do que isso, assinalam que tal fenómeno se desenvolve paralelamente aos “movimentos de contestação da miséria moderna” dos anos 1960, que rompem com o consenso sobre a “paz social” do pós-guerra. A base social da criminalidade e da delinquência juvenil, segundo SI, é constituída por “jovens originários do proletariado, que não puderam integrar-se satisfatoriamente naquilo que em princípio lhes é oferecido, como futura perspectiva ou de imediato: o mercado de trabalho” (*Ibidem*, p. 12). Além de uma inadaptação ao mercado de trabalho, o que essa camada revoltada do proletariado não integrado revela, por meio dos atos de vandalismo, como o de danificar telefones públicos ou depredar vitrines comerciais, é “ainda e sempre, pois, o progresso”:

Quanto mais cabinas telefónicas e montras [vitrines] houver, maior será a delinquência. Porque este é o progresso que cada vez mais separa os indivíduos, sujeitos ao embrutecimento, pela dureza ou pela chatice, do trabalho assalariado, sempre mais rápido, sempre mais produtivo – e o telefone, nessas condições, é uma presença que contribui para avivar a consciência dessa separação social e progressiva. As montras, por seu turno, são a agressão visível e permanente duma sociedade de carneiros e de imagens – olha-se para as mercadorias que as montras avoram, com requintes verdadeiramente terroristas, e a única vontade, realmente irresistível e profundamente humana, é fazê-las em cacos, transformá-las visivelmente na merda que são de facto, rebentar a imagem totalitária que faz de nós espectadores da nossa própria sobrevivência (*Ibidem*, p. 15).

Ainda em seu primeiro número, SI reproduz na íntegra um artigo publicado pelo Boletim do Sindicato dos Bancários (1976), que versava sobre os esforços do Ministério da Administração Interna no sentido de organizar a defesa dos bancos e do seu pessoal

contra assaltos à mão armada. Em suas glosas ao referido artigo, SI critica “a mentalidade conservadora típica, neste caso sindicalista e de esquerda” (*Ibidem*, p. 20), do empregado do setor bancário. Denunciam, além disso, a imposição da “vigilância armada” em um número crescente de atividades capitalistas, sobretudo nos setores onde se encontra o dinheiro, “isto é, aquilo que representa o totalitarismo social de forma simultaneamente mais abstracta e mais real” (*Ibidem*, p. 21).

Para SI, a delinquência é, afinal, um problema antes social do que policial. No terceiro número da revista, publica-se o texto “Delinquência/Revolta”. Sua segunda tese parece responder diretamente à crítica de Valadas sobre o “obsceno elogio da marginalidade” feito por SI em seu primeiro número:

Não se trata de fazer o elogio dos delinquentes ou dos marginalizados, procurando com eles criar uma nova figura social substitutiva, perante a ausência de um movimento manifesto do proletariado enquanto classe. Não se trata de substituir a uma realidade que persiste pela sua ausência (a revolução social), a imaginação de uma outra, de carácter mítico: a da delinquência como movimento revolucionário. Trata-se apenas de apreender o sentido em que se desloca a sociedade, tendo aqui como referência a figura social do marginalizado, que, depois de o ser, se torna um delinquente potencial (1978b, p. 43).

A delinquência é um produto da marginalização social que atinge “estratos importantes de setores proletarizados ou em vias de proletarização”, mas que sobretudo a partir de 1973-1974, atinge inclusive setores “privilegiados”, como dos universitários e escolarizados num país predominantemente analfabeto como Portugal ao final da longa noite fascista, que “não escapam já a esta tendência marginalizadora”. A progressiva divisão do trabalho, ao fragmentar o proletariado em parcelas cada vez mais especializadas, impede-o de constituir uma atuação coletiva e unificada enquanto classe. A exclusão de parcelas cada vez mais amplas da “normalidade assalariada” levam frações consideráveis do proletariado, principalmente “os mais revoltados ou exasperados” entre elas, no “cometimento de delitos, tornando-se delinquentes”, haja visto que, “não podendo, em tais condições, utilizar a arma da economia contra a economia, são conduzidas a utilizar outras, sem dúvida mais débeis e aleatórias”. SI estabelece uma ligação direta entre delinquência e revolta contra o mundo do capital e da mercadoria. Não visa, nesse sentido, a uma crítica parcial do “emburguesamento do operário” nem do “ultra radicalismo do mar-

ginal”, mas de “realizar esforços no sentido de explicitar que a única radicalização revolucionária possível é a que aponte a abolição do trabalho capitalista, assalariado, como objetivo necessário”.

Com efeito, outro comportamento considerado “desviante” das “camadas proletarizadas mais jovens”, para além do crime e da delinquência, era também em relação à recusa do trabalho. Absenteísmo, desmotivação e sabotagens passavam a ser problemas cada vez mais comuns nas fábricas e escritórios de todas as zonas geográficas da época. Para SI, este novo ciclo do desenvolvimento capitalista exigia repensar a posição do velho “proletário produtivo normal”, isto é, sindicalizado, na preparação das revoluções proletárias futuras. Afinal, mesmo para “se abolir a delinquência, a abolição do trabalho capitalista, assalariado, terá de ser a primeira a realizar-se”, dizem os apartidários do “partido sem fronteiras da subversão”. Veremos, a seguir, de que modo as temáticas da negação e da abolição do trabalho assumem uma posição central na perspectiva de SI: “quando falamos em *subversão* temos em mente um aspecto-chave da luta contra o movimento do capital nos nossos dias: a revolta contra o trabalho” (1977, p. 4).

Elogio da negação e da abolição do trabalho

Para SI, a exemplo de outras tendências esquerdistas mais afastadas do conseilhismo e da ideologia autogestionária e mais próximas do situacionismo e da autonomia italiana, não há como abolir o capitalismo sem antes abolir a sua atividade fundamental, consubstanciada no trabalho. O problema da recusa ou negação do trabalho ganhou estatuto de questão social e sociológica, na sequência do movimento de greves selvagens verificado a partir da década de 1960 em países como Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica e Itália. Nestes e outros países, as greves selvagens atingiram não somente setores mais atrasados da economia, como a mineração ou agricultura, mas também setores mais avançados como a metalurgia e a química. Atingiram igualmente as sociedades governadas pelo corporativismo das ditaduras fascistas, como em Portugal e Espanha, como pela “colaboração de classes aberta” dos regimes parlamentares de Inglaterra, Alemanha e Suécia, ou “velada”, de França e Itália. De acordo com a revista *Analyses et Documents* (1970):

O termo “greve selvagem” refere-se às primeiras lutas da classe operária. Não é uma revolta contra a máquina (como diz a ideologia burguesa, dando a entender uma revolta contra o progresso), mas um meio

de defesa contra o capitalismo oriundo duma classe operária ainda desorganizada. É ao mesmo tempo um fator de organização, uma etapa de construção do movimento operário, pela qual a burguesia foi obrigada a tolerar a greve e a organização sindical, tornando-as legais (1973, p. 7).

Segundo SI, as greves selvagens marcam um divisor de águas entre o “velho” e o “novo movimento comunista”, retomando o esquema explicativo de Henri Simon, membro ativo do ICO, publicado em Portugal em 1976.²⁵⁹ Por seu dinamismo, as greves selvagens instauram um “espaço novo de subjetividade revolucionária” (1979a, p. 2):

Tornou-se, assim com frequência *claro* que as tradicionais instituições permanentes do movimento operário, e muito em particular as instituições *de luta*, as centrais sindicais, não têm como função atacar o *modo de produção* do capitalismo mas preservá-lo de eventuais ataques dos indivíduos proletarizados (*Ibidem*).

Obviamente que a crítica do sindicalismo antecede em muito o desencadeamento das greves selvagens no início da década de 1960, porém estas revelam um “grande alcance prático”, na medida em que exprimem não apenas uma ausência de enquadramento político-sindical, mas sobretudo “revelam *novas exigências qualitativas*”. Tais exigências se inscrevem numa recusa do mundo do capital e de sua atividade específica, o trabalho produtivo. SI tem em vista a “pressão da normalidade”, que age como uma força exterior no sentido de submeter o trabalhador à alienação. A miséria da sobrevivência material corresponde a uma miséria mental, que aprisiona o escravo assalariado na “estrutura mental com que somos conduzidos à prática da alienação” (*Ibidem*, p. 3). A razão deste procedimento mental reside, de acordo com SI, no fato de que o trabalho é considerado em si mesmo, “não só como aceitável mas como legítimo, lógico ou natural”. A ultrapassagem desta aceitação passa por uma ressignificação da noção de trabalho “como sinônimo de escravidão”.

Tal concepção não trazia novidade alguma, pois já se encontrava teoricamente formulada por Marx em 1851, para quem “deixar subsistir o trabalho assalariado e ao mesmo tempo suprimir o capital é (...) uma reivindicação que se contradiz a si própria, e que se autodestrói” (2011, p. 241). Entretanto, a problemática da recusa ou negação do trabalho se tornaria objeto de variadas querelas terminológicas entre distintas tendências e correntes do movimento revolucionário do século XX. Segundo o marxismo ortodoxo

²⁵⁹ *O Novo Movimento*. Lisboa: Contra a Corrente, 1976.

dos partidos comunistas, quando Marx fala em “abolição do trabalho”, está a falar em “abolição do trabalho assalariado”, distinção esta frontalmente atacada por SI, em defesa de Marx e contra o marxismo: “o trabalho extermina em nós, todas as potencialidades e riquezas da nossa natureza humana” (1979c, p. 53), dizem seu editores nas pegadas do filósofo alemão, para quem, “no seu trabalho, o operário não se afirma, nega-se”. No contexto da contrarrevolução democrática em Portugal, SI assim resume sua aspiração utópica a um mundo sem capital e sem trabalho:

O que profundamente queremos não é que o capital, privado ou estatizado, se democratize e nos pague melhor; o que queremos é que os nossos esforços e as nossas inteligências deixem de poder ser comprados pelo capital, como força de trabalho para a sua reprodução. O que queremos é que a nossa atividade deixe de ser mercadoria, e que o conjunto das nossas faculdades e talentos (abolindo o totalitarismo do valor de troca, e extinguindo o mercado) comecem por servir para responder às necessidades sociais práticas (1978b, p. 2).

Já no texto “Quem inventou o trabalho?” (nº 5), SI lembra como o axioma salazarista, segundo o qual “não discutimos o trabalho, nem como direito nem como obrigação”, tem sido muito pouco questionado em Portugal, mesmo “no último período de agitação social (1974-1976), em que o proletariado português pôde manifestar publicamente as suas mais radicais capacidades subversivas” (1979c, p. 52). Lembra também a manifestação de preocupação do “socialista” Mário Soares com o crescente índice de absentismo que se verificava à altura nos estaleiros da Lisnave. No quinto número, SI já havia advertido que “contrariamente à prescrição policiesca de Oliveira Salazar, o trabalho discute-se. Mais: critica-se. Nesta crítica consiste, de resto, a atividade revolucionária do proletariado” (1979b, p. 33).

Consequentemente, esta crítica radical do trabalho assalariado vai conduzir SI a uma herética e heterodoxa crítica ao próprio sujeito portador do trabalho, o proletariado. Uma perspectiva condenada pelos ideólogos da esquerda do capital e seu elogio incondicional às sacrossantas, imaculadas e redentoras classes laboriosas, como se pode observar na concepção de trabalho de Lukács, contida no Prefácio de 1967 à *História e consciência de classe* (1923), que acaba por transformar uma característica do capitalismo em necessidade ontológica do ser humano.

No sexto e último número da revista, publica-se a tradução de um artigo intitulado *Abaixo o proletariado. Viva o comunismo!* (1979), de um grupo pós-situacionista francês

chamado *Les Amis du Potlatch*. Vimos até aqui como o *potlatch* primitivo, cuja noção foi introduzida por Marcel Mauss na antropologia francesa dos anos 1920, se tornaria na década de 1940 um conceito muito operante também na filosofia e na literatura, graças à publicação de *La Part maudite* (1949), do inclassificável Georges Bataille. Operante, pois esta noção representava uma alternativa à economia de troca mercantil e do princípio de equivalência que constituem a base das sociedades capitalistas. Neste ritual praticado por algumas tribos canadenses, o prestígio afirmava-se por meio da oferta de um dom ao rival, de um presente. Este, caso não quisesse reconhecer a superioridade do doador, respondia com um dom maior, e assim sucessivamente, num movimento que muitas vezes levava à destruição de seus próprios recursos. O *potlatch*, diferentemente do princípio de equivalência da troca mercantil, baseia-se pelo contrário numa cultura do desperdício (em oposição à economia da acumulação), onde o desejo de receber em troca um valor equivalente não é primordial e nem chega a se manifestar em muitas ocasiões.

Ao trazer para o centro da análise econômica o papel da troca, Bataille desloca o problema para uma análise subjetiva das relações de produção, em detrimento da análise objetiva das forças produtivas, priorizadas pelo marxismo ortodoxo. Esta chave de leitura repercutirá também nos meios intelectuais de vanguarda, desde a esquerda letrista, que nomeará seu boletim gratuito justamente de *Potlatch* (1954-1957), até os situacionistas que, em 1959, tornarão *Potlatch* um órgão interno da sua organização. Com essa manobra, de acordo com Apostolidès, “Debord busca chamar atenção distribuindo o boletim gratuitamente ao invés de vendê-lo. À sua maneira, ele pratica assim o consumo ostentatório, como os indígenas analisados por Marcel Mauss e Georges Bataille” (2013, p. 121). Entretanto, o mesmo Apostolidès ressalta que Debord teria encontrado a noção de *Potlatch*, por intermédio da leitura de Breton, primeiramente no livro *Homo ludens. Essai sur la fonction sociale du jeu* (1938), do historiador holandês Johan Huizinga.

Assim, conforme observa Anselm Jappe, “elaborar uma teoria crítica sobre a troca”, como fez Debord, “constituía um progresso importante em relação aos marxistas do movimento operário para os quais só contava a ‘troca desequilibrada’ que é o comércio da força de trabalho” (1999, p. 190). Assim, “com sua crítica do trabalho, os situacionistas não são pois *boêmios* atrasados, mas anteciparam, a partir de uma perspectiva marxista, um fenômeno absolutamente atual” (*Ibidem*, p. 193).

A propósito, vimos como a noção de troca não mercantil seria resgatada, nos anos 1960, por um círculo de pró-situacionistas portugueses vivendo em Paris (Américo Nu-

nes, Carlos da Fonseca, Francisco Alves e António José Forte) que, “num impulso *bataillan* (de Georges Bataille, que nessa altura líamos paralelamente aos textos de Debord)”, dariam o nome de *Potlatch* ao seu boletim que, no entanto, jamais viria a ser publicado, conforme relatou Nunes (2017). Já o Instituto Português de Vandalismo Comparado (IPVC) chegaria a publicar, em maio de 1971, um cartaz como suplemento a um “boletim *Potlatch*” – que também não chegaria a ser publicado. Além disso, este seria o nome dado pela editora Espaço, de Braga, à coleção que publicará em 1976 o libelo de Torcato Sepúlveda, antigo membro do IPVC, intitulado *Reflexão sobre a estratégia da luta das classes em Portugal*, assinado por “Anónimo do Século XX”. Greil Marcus assim descreve a influência exercida pela IL e pela IS na formação de um grupo de afinidades pró-situacionistas na universidade de Strasbourg, formadas por estudantes de letras, entre eles André Bertrand, autor de uma célebre história em quadrinhos publicada pela IS, chamada *Le Retour de la Colonne Durutti* (1966):

Crianças que recitam as teorias primitivas da IL tal como foram retomadas pela IS: roubando mercadorias simplesmente para distribuí-las, os delinquentes transcendem a sociedade moderna da abundância e redescobrem a ordem social primeira, “a prática do dom” (2008, p. 482).

O mesmo Marcus destacou a influência do situacionismo nas origens do *punk* britânico, através de Malcom McLaren, criador e empresário dos *Sex Pistols*, quem detinha relações com a seção inglesa da IS, todavia expulsa da organização entre novembro e dezembro de 1967. Não por acaso, na canção “*Seventeen*”, de 1977, o vocalista Johnny Rotten proclamava a recusa e negação do trabalho em alto e bom som: *I don't work / I just feed / That's all I need!* [Não trabalho/Apenas me alimento/É tudo o que preciso!].²⁶⁰

Como vimos, quando Phil Mailer apontava para uma existência contraditória entre duas tendências opostas em SI, ele dava como exemplo os textos “Do terrorismo em Itália. As *Brigate Rosse* e o seu tempo” (nº 3), que resultava de um debate entre SI e um coletivo italiano chamado *Collegamenti per l'organizzazione diretta di classe* [Coligação pela organização direta da classe], mas que tomou forma numa síntese assinada por Charles Reeve, e “Abolir o trabalho” (nº 4), texto que não é assinado, mas cuja autoria convém atribuir ao coletivo editor de SI.

²⁶⁰ Na mesma época, precisamente em 1978, surgirá na Inglaterra *The Durutti Column*, outra banda punk britânica inspirada pelo anarquismo e pelo situacionismo. O seu primeiro álbum, de 1980, reproduziria o título da história em quadrinhos (HQ) pró-situ de André Bertrand: *The Return of The Durutti Column*, além de incluir um detalhe da HQ de Bertrand em seu encarte.

No que se refere especificamente ao problema da recusa do trabalho, Charles Reeve – que não o aborda diretamente no artigo indicado por Mailer – enfrenta-o em outro espaço, num artigo publicado na revista *Spartacus* de julho-agosto de 1976. Sob o título “Recusa do trabalho ou luta pelo direito à preguiça?”, o texto critica um artigo de John Zerzan publicado em 1974 na revista *Telos*, vinculada ao departamento de sociologia da Universidade de Washington, intitulado “Um conflito decisivo: as organizações sindicais combatem a revolta contra o trabalho”. Reeve critica, entre outras afirmações de Zerzan, a hipótese por ele esboçada, de que a crise de produtividade do capitalismo de então devia-se principalmente às manifestações de recusa do trabalho, como a sabotagem e o absenteísmo, colocadas em prática por amplos setores do operariado norte-americano ao longo dos anos 1960 e 1970. Reeve aponta fundamentalmente para a inadequação da palavra de ordem de *refus du travail* perante o crescimento do desemprego nos Estados Unidos.

Após demonstrar, por meio de diversos exemplos históricos, que a sabotagem e o absenteísmo não constituíam de modo algum “novas formas de luta”, como sugere Zerzan em seu artigo, Reeve as considera tão somente “a manifestação de uma fraqueza dos trabalhadores, de sua incapacidade para enfrentar o capitalismo de modo consciente, independente e coletivo”. Apesar de Reeve não ter feito nenhum debate sobre a recusa, negação ou abolição do trabalho com os editores de SI, para além da divergência sobre o elogio do banditismo e da criminalidade feito pela revista, pode-se afirmar que a sua crítica ao artigo de Zerzan serve igualmente para os textos em que ela defende a *negação* expressa nas manifestações de *recusa* do trabalho (sabotagem, absenteísmo), como um prelúdio à sua *abolição* final. Contudo, no artigo sobre as *Brigade Rosse* citado por Mailer, Reeve deixa clara a sua perspectiva em defesa de um combate pela “emancipação” do trabalho assalariado (1978b, p. 14), o que guarda certa distância da “negação do trabalho” reivindicada por SI.

Apologia do terrorismo e da luta armada

Vimos que *Subversão Internacional* publicou, em seu quinto número, uma “Crítica de SI e do Marginalismo” assinada pelo irlandês Phil Mailer, que pertenceu ao *Combate* e era próximo do *Solidarity* britânico. Mailer aponta, como exemplo da existência contraditória de duas tendências opostas na revista, os textos “Do terrorismo em Itália.

As *Brigade Rosse* e o seu tempo” (nº 3) e “Abolir o trabalho” (nº 4). Contudo, tal contradição está presente, de modo mais direto, já nos dois primeiros números da revista, onde ocorre um debate sobre a RAF, a partir dos pontos de vista opostos de Jorge Valadas e José Maria Carvalho Ferreira sobre o fenômeno.

No texto “Alemanha: porquê a revolta?” (nº 1), SI realiza um elogio incondicional do “fenômeno Baader-Meinhof”, visto pelo coletivo como uma legítima “revolta de escravos do século XX” (1977, p. 58). Além dele, publica-se no mesmo número um conjunto de extratos da “Declaração de Ulrike Meinhof no Processo de Berlim” (1974). A análise de SI recai principalmente sobre as formas psíquicas do fenômeno, sem perder de vista seus condicionantes econômicos, políticos e sociais. Seu objetivo é explicitar as razões de tamanha revolta extremista em um país dito democrático e de capitalismo avançado como a Alemanha. Colocando-se ao lado dos revoltados alemães, SI evoca o pensamento de Vaneigem ao declarar que “nada queremos dum mundo onde a garantia de não morrer de fome é trocada pela garantia de morrer de tédio”.

Valendo-se das reflexões de Erich Fromm, SI diagnostica um avanço nas técnicas de repressão governamentais do espetáculo. Se antes a repressão agia sobre os indivíduos como uma força objetiva e exterior a eles, consubstanciadas no aparelho estatal, ela passaria a agir, cada vez mais, também como uma força subjetivamente interiorizada: “somos nós que nos auto-reprimimos pensando estarmos-nos a realizar autenticamente” (1977, p. 60). Toda a questão se resume, aqui, a uma fórmula simples, que acaba por estabelecer uma simetria entre as forças da repressão e de seu contrário, a liberdade: “toda a força repressiva sobre o homem suscita uma força em sinal contrário e com a mesma violência” (*Ibidem*, p. 61). A morte dos que “lutaram nas filas dos muitos Baader-Meinhof” resulta de uma escolha consciente daqueles indivíduos que “assumiram ao extremo a sua liberdade, e reencontraram a sua identidade num movimento unificado”:

Se a vida tem algum significado só poderá ser esse. Souberam preservar alguma coisa de crianças que muitos de nós deixaram de ser para ser coisa nenhuma: a aderência total à vida contra a morte, mesmo que isso custe a vida.

Será, no entanto, somente no segundo número de SI que a discussão ganhará maior substância, através de uma carta enviada por Jorge Valadas a Júlio Henriques em novembro de 1977. Assinada por José Maria Carvalho Ferreira e publicada na íntegra pela revista, ela servirá de base a uma “Discussão sobre a RAF e o terrorismo”. RAF é o acrônimo para *Rote Armee Fraktion* [Facção Exército Vermelho]. A carta de Henriques, que

dá origem à discussão, todavia não será publicada. Mas o modo de exposição da carta publicada permite compreender algumas posições de Henriques, que são citadas e discutidas ponto a ponto por Valadas.

O antigo circunstancialista inicia dizendo que, àquela altura, encontravam-se na França “problemas idênticos” aos suscitados por SI no artigo sobre a RAF alemã, bem como na carta de Henriques. No entanto, sua perspectiva se aproxima mais daquela feita por um grupo de Frankfurt chamado *Plafstrand*, inclusive se afastando criticamente das posições de Henriques e da SI. O refluxo do ciclo revolucionário do final dos anos 1960 levaria a uma crise das organizações da extrema-esquerda, que ficaram reféns de um sentimento de revolta “legítimo, sem dúvida, mas gerador de atitudes irracionais que impedem o desenvolvimento do pensamento crítico” (1978a, p. 41), conforme diagnostica Valadas.

Por outro lado, Henriques defende que a legitimidade das ações da RAF deveriam ser reconhecidas, caso contrário “só se terá em conta a legitimidade do Estado”. Valadas, por sua vez, defende uma posição que ele julga ser mais “serena e racional”, na medida em que se recusa a “justificar a RAF pelo fato de o Estado a reprimir”:

Vamos nós hoje fazer nossos os princípios segundo os quais a morte, violenta de preferência, heroica se possível, justifica as ideias e práticas? Quantos estalinistas não foram assassinados em Espanha e em Portugal pela repressão do Estado! Vamos nós justificar e legitimar suas acções e princípios pelo facto de terem sido assassinados?

A ideia básica que movia as ações políticas da RAF era que suas ações despiriam o Estado de sua aparência democrática, pondo a nu a sua essência repressora e fascista e, com isso, atraindo novamente o proletariado, em pleno recuo, para retornar à luta pela abolição do Estado. As ações da RAF são, nesse sentido, de natureza “exemplar”, sua tática não envolve qualquer plano de tomada do poder estatal. Para Valadas, essa tática acarretava resultados muito distintos dos esperados. Diferentemente dos PCs e dos partidos socialdemocratas, que condenavam o terrorismo vermelho por justificarem a modernização do aparelho repressivo estatal, Valadas considerava mais grave ainda “o facto de tais acções unificarem temporariamente as classes exploradas com o Estado dos exploradores numa União Sagrada Antiterrorista (...) na medida em que legitima o Estado junto dos proletários como órgão necessário à proteção da sociedade” (*Ibidem*, p. 42).

Valadas critica sobretudo o messianismo de tal proposta, na medida em que a RAF se coloca na qualidade de “justiceiros da classe”, perspectiva essa que não seria mais do

que uma outra versão da velho preconceito burguês que considera “ser a classe operária incapaz de se ocupar dos seus próprios assuntos”. Mais que isso, se recusa a confundir o tipo de violência de grupos armados como a RAF, com a violência revolucionária “inerente a todos os períodos de movimento revolucionário”. As práticas da RAF são vistas por Valadas como situadas em linha de continuidade com os “princípios do terror capitalista (clandestinidade, hierarquia, organização militar) e valores (heroísmo, sacrifício, tortura de reféns, etc)”.

Muito embora a RAF não tenha realizado grande elaboração teórica mais aprofundada e explícita sobre seus princípios, objetivos e estratégia de sua luta, estes encontravam-se implícitos em suas ações.²⁶¹ Valadas parte do princípio, profundamente enraizado na tradição esquerdista, de que a destruição das relações capitalistas devem conter em si as tendências da sociedade futura, para concluir que este não era de modo algum o caso da RAF: “a sociedade futura que as ações destes grupos nos permitem imaginar não me parece melhor do que aquela contra a qual pretendem lutar” (*Ibidem*, p. 43).

Na sequência da carta de Valadas a Henriques, SI publica uma resposta assinada por Carvalho Ferreira, na qual se procura justificar as ações e o método da RAF, concebida como “um grupo de revolta, ou seja, que não pretende tomar o poder, mas que pretende com a revolta atingir a plenitude do ser, do ser que tenta construir a própria história”. Ferreira acusa “certo ar de pacifista intelectual” nas reflexões de Valadas, que segundo ele se equivoca ao qualificar como “violência” as ações que tinham como objetivo a destruição dos locais de consumo: “destruir um supermercado, matar um político, roubar um banco, nos nossos dias, já não necessita de explicação, de justificação, o acto justifica-se por si”. Em fevereiro de 1974, Ferreira havia editado a revista *Os proletários não têm pátria*, na qual publicou-se as “Conclusões Definitivas do Congresso do MIL”, de agosto de 1973. Além de uma defesa da luta armada do Movimento Ibérico de Libertação na Espanha, neste primeiro e único número da revista, também publica-se um “Boletim de informação dos trabalhadores da fábrica da LIP”, publicado por um comitê de ação de trabalhadores em janeiro de 1974. O panfleto contém posições claramente pró-

²⁶¹ Não obstante, no final de 1970, Ulrike Meinhof é incumbida de redigir um manifesto do grupo, que seria publicado pela primeira vez com a assinatura da RAF, chamado “O conceito de guerrilheiro urbano”, inspirada pelo *Manual do guerrilheiro urbano* (1969), do brasileiro Carlos Marighella. Cf. Vague, 2001.

situacionistas sobre a negação do trabalho,²⁶² baseadas na experiência das lutas operárias na fábrica da LIP em Besançon (França).

Voltando à polêmica, Valadas apontava para uma homologia estrutural entre os métodos da RAF e aqueles do Estado alemão (e de qualquer Estado), ao lançar mão dos mesmos processos do seu opositor. Mas Ferreira aponta um equívoco nesta associação entre a RAF e os demais grupos de extrema-esquerda, por utilizarem métodos hierárquicos e estruturas de organização militarizadas típicas das formações estatais que dizem combater. De acordo com ele, “ao iniciarem autonomamente um processo terrorista contra o Estado, iniciaram simultaneamente um processo de antagonização com as práticas e objetivos das estruturas esquerdistas” (*Ibidem*, p. 44). Note-se que Ferreira se refere aos grupos extremistas como “esquerdistas”,²⁶³ diferentemente de Gombin. Este uso da noção de esquerdismo, que do nosso ponto de vista técnico (sociológico) é vago e impreciso, já está contudo presente em uma obra de 1976,²⁶⁴ que reúne textos de três dos fundadores de SI, Reeve (Valadas), Ferreira e Henriques.

Quanto ao problema da “violência revolucionária”, que Valadas associa aos períodos em que o proletariado atua ofensivamente enquanto classe na perspectiva de sua emancipação, Varelas e Ferreira lembram como “sobreviver numa sociedade que respira violência por todos os seus poros, provoca naturalmente reações violentas contra ela” (*Ibidem*, p. 45). Isto porque Valadas considera as relações de produção o ponto crucial do sistema capitalista, e só as massas trabalhadoras estariam aptas a agir no sentido de o revolucionar, por meio de uma luta unificada nas unidades de produção, distribuição e consumo. Ao enfrentar o Estado, segundo Valadas, as chances de vitória dos grupos como a RAF²⁶⁵ seriam drasticamente diminutas, uma vez que estes não chagam a abalar significativamente o monopólio do emprego da força pelo Estado. Apesar de concordar

²⁶² “LIP-UNIDADE (um desvio pelos camaradas situacionistas)”, 1974, pp. 54-63. Agradeço ao José Maria a gentileza de ter me presenteado com um exemplar dessa revista, entre outras raridades.

²⁶³ “O termo *esquerdismo* representa para nós todas as concepções e práticas dos partidos ou grupos (à exceção dos Partidos Comunistas ligados à URSS) que se reclamam defensores do marxismo-leninismo, maoísmo, stalinismo, trotskismo, guevarismo, castrismo e hoxhismo, etc. Todos eles aprenderam na escola marxista-leninista, derivando posteriormente para outros hegemonismos religiosos” (1979c, p. 22). Ocorre aí, no texto “Os esquerdistas morrem em Portugal” (nº 6, 1979), uma contradição terminológica com o a noção de “extrema-esquerda”, empregada anteriormente no artigo “Da falência da extrema-esquerda ou de como é necessário ser-se inconformista para se ser revolucionário” (nº 2, 1978).

²⁶⁴ Charles Reeve. *O 25 de Novembro*. Lisboa: Meridiano, 1976. Prefácio de José Maria Carvalho Ferreira e Posfácio de Júlio Henriques.

²⁶⁵ Além da RAF, havia naquele período outras organizações de luta armada com as mesmas características atuando na Alemanha, como os Tupamaros de Berlim Ocidental.

parcialmente com essa premissa, Ferreira assinala todavia que “enquanto indivíduos, mais uma vez a luta contra o sistema é em toda a parte e em todo o momento”.

A coerência teórica e prática visada por Valadas é atacada por seu crítico, que acusa nela uma opção por “princípios moralizantes e absolutistas”, pois que “o desejo de viver implica destruição, criando ao mesmo tempo alternativas para superar esta sociedade”. A RAF representa, na perspectiva de Ferreira, apenas uma entre “várias tentativas possíveis para acabar com o capitalismo”. Defendem, assim, uma “solidariedade e identificação revolucionária com a RAF, sabendo à partida de antemão que não estamos de acordo com a sua estrutura militarista e ideologia terceiro-mundista”. Tanto a perspectiva de Valadas como a de seus críticos, não são divergentes no que diz respeito à crítica da forma organizativa, hierárquica e militarizada, da RAF, mas antes nos meios utilizados, e na contradição apontada por Valadas entre tais meios e os fins almejados. Valadas se mantêm, assim, em linha de coerência com suas primeiras análises, publicadas nos *Cadernos de Circunstância* ao final da década de 1960, quando as inovações táticas trazidas pelo debate sobre a guerrilha urbana, iniciado no Cone Sul (no Brasil, Uruguai e Peru), ainda não havia sido disseminado em solo europeu, e em Portugal a questão central residia em saber se o Exército estaria ou não a serviço da revolução.

Em um ensaio de 1976,²⁶⁶ Valadas (sob o pseudônimo de C. Reeve) já defendia que, assim como, na sociedade moderna, o Exército é uma instituição modelada pelo capitalismo, funcionando de acordo com os princípios capitalistas de delegação dos poderes decisórios, do mesmo modo, “toda a organização de massas em formas militares tradicionais leva, inversamente, ao abandono dos princípios revolucionários e à adoção dos princípios burgueses de comando” (1976, p. 73). Na Introdução²⁶⁷ deste mesmo ensaio, assinado por Ferreira, encontra-se de certo modo elaborada a sua perspectiva sobre as relações entre os meios (formas) e os fins (conteúdos) da ação socialmente revolucionária, que serão desenvolvidas no debate com Valadas sobre a RAF. Já ali Ferreira sustenta que subestimar as formas de organização, tanto quanto sobrevaloriza-las, constituíam erros complementares. Ao reconhecer o significado avançado das lutas pela autonomia operária, Ferreira alertava para o perigo de uma sobrevalorização da autonomia (a forma das lutas) em detrimento dos “objetivos por que se batem, o seu conteúdo”. Não obstante esta

²⁶⁶ Portugal: a concepção golpista da revolução social.

²⁶⁷ O esquerdismo, doença infantil do capitalismo de Estado.

ponderação inicial, Ferreira acaba por concluir em favor do conteúdo das lutas, em detrimento de suas formas, como os elementos fundamentais de qualquer movimento que se pretenda revolucionário:

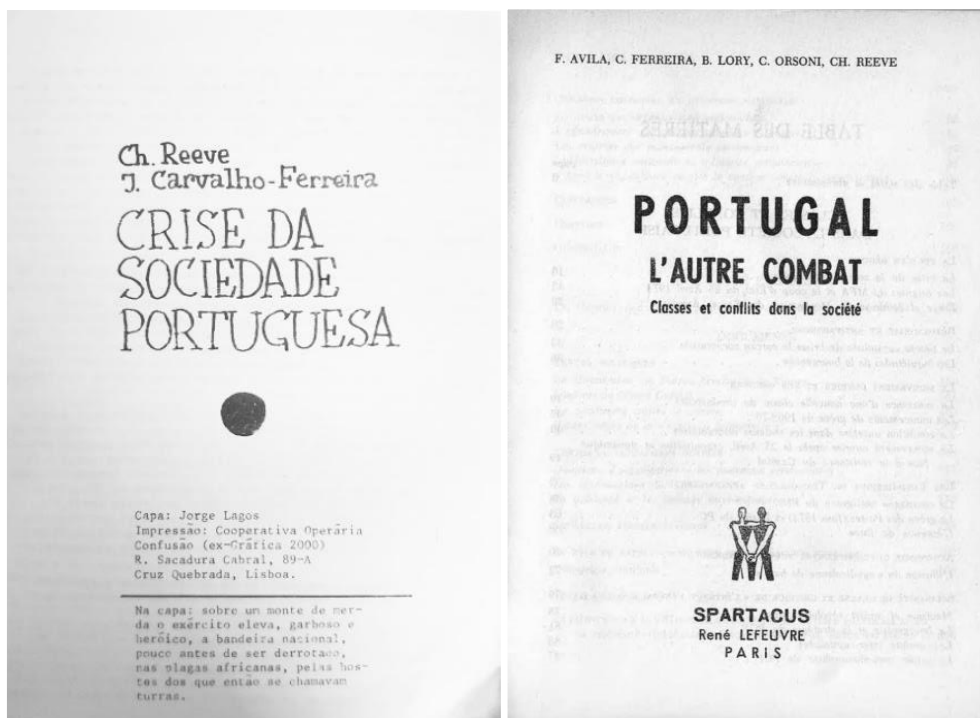
É praticamente impossível haver autonomia operária durável se as formas de organização revolucionária não veiculam objetivos (um conteúdo) de carácter subversivo; e nesse caso terão de lutar não só contra a divisão do trabalho como contra o salariado, não só contra a propriedade privada como contra o Estado (1976, p. 13).

Ambas as posições manifestas em suas reflexões de 1976, serão repostas no debate de 1977 sobre o terrorismo da RAF. Valadas e Ferreira se mantêm coerentes entre uma e outra intervenção, que se tornará cristalina na discussão ocorrida nas páginas de SI, atestando a natureza contraditória de algumas de suas posições, apontada por Mailer no quinto número da revista (1979). Tal contradição se deve, mais especificamente, às perspectivas divergentes de ambos na orientação de SI, como procurou-se demonstrar. Não obstante tais divergências, saliente-se que, em 1975, Valadas (Reeve) e Ferreira haviam co-assinado dois livros, *Crise da sociedade portuguesa: “descolonização” e “independência nacional”*²⁶⁸ e *Portugal: l'autre combat. Classes et conflits dans la société*.²⁶⁹ Este último, escrito com Françoise Avila, Claude Orsoni e Bertrand Lorry, antigos membros do movimento 22 de Março, geraria uma polémica com a revista francesa de orientação autogestionária chamada *Autogestion et socialisme*, dirigida por Yvon Boudet, que em seu número 37-38 (1977) acusa *L'Autre combat* de ser uma “publicação sectária”. Numa resenha publicada no número 33-34 (1976) da revista, um certo “C.D.” acusava os esquerdistas, à moda leninista, de incorrerem em “verbalismo radical” e num mal-caracterizado “bordiga-espontaneísmo”, para além de uma infundada relação de amizade com os “moístas”. Em sua réplica, os autores de *L'Autre combat* dirigem, por sua vez, severas críticas ao número de *Autogestion et Socialisme* dedicado à revolução portuguesa, bem como o verdadeiro lugar e função da revista e, particularmente, de Boudet,²⁷⁰ na contestação revolucionária da época.

²⁶⁸ Lisboa: Contra a corrente.

²⁶⁹ Paris: Spartacus.

²⁷⁰ Cf. “Correspondance”. In: *Autogestion et socialisme*, nº 37-38, 1977, pp. 203-207.



À esquerda, *Crise da sociedade portuguesa* (Lisboa: Contra a Corrente, 1975).
À direita, *Portugal: l'autre combat* (Paris: Spartacus, 1975)

Da IS à SI: o jogo de espelhos do terrorismo na Itália

Em um texto redigido por Charles Reeve (aliás, Jorge Valadas) a partir de um debate realizado, entre junho e agosto de 1978, por membros da SI e “camaradas italianos” da revista *Collegamenti per l’organizzazione diretta di classe* (1977-1980), de Firenze, é apresentada e analisada a situação sociopolítica anterior e posterior ao movimento de 1977 na Itália. O eixo da discussão incide sobre a diversificação de ideologias e dinâmicas de funcionamento manifestas nos inúmeros grupos armados atuantes no país, em especial no mais conhecido e bem estruturado entre eles, as Brigadas Vermelhas (BV). De acordo com Sanguinetti, “a partir de 1975, a Itália tornou-se um campo de batalha com as forças da contrarrevolução, stalinistas e policiais, judiciais e terroristas, que se desenvolveram nos anos seguintes: particularmente em 1977”.²⁷¹

Este debate, feito pelos esquerdistas portugueses em 1978, antecede aquele desenvolvido por Debord e Sanguinetti no ano de 1979, e apresenta, em face daquele, alguns elementos de análise complementares que foram de certa maneira ignorados pelo relativo esquematismo no qual os antigos situacionistas circunscreveram o fenômeno em suas análises. Antes de tratar da perspectiva de SI, nos deteremos rapidamente nas análises

²⁷¹ Depoimento. 23/06/2020.

feitas pelos antigos membros da IS. Apesar das análises de SI se anteciparem às de Debord e Sanguinetti, este percurso nos permitirá demonstrar mais claramente como a perspectiva de Valadas insere a problemática do terrorismo e da luta armada na Itália numa perspectiva mais ampla, complexa e concreta, ao evitar as armadilhas do conspiracionismo que tangenciaram as reflexões dos antigos membros da IS.

No *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo* (1979), Debord insinua que as BV, grupo que assumira a autoria do sequestro e assassinato do primeiro-ministro democrata-cristão Aldo Moro (1916-1978), seriam controladas pelo Estado italiano:

Nessa atmosfera, é inevitável constatar a ampliação de uma camada periférica de pequeno terrorismo sincero, mais ou menos sob vigilância, tolerado momentaneamente, como um viveiro no qual sempre se podem pescar, a pedido, alguns culpados para serem exibidos numa bandeja; mas a “força de ataque” das intervenções centrais só pode ser formada por profissionais; o que é confirmado por cada detalhe de seu estilo (2004, p. 157).

Moro seria capturado durante as negociações entre democratas-cristãos e comunistas sobre os termos do “compromisso histórico” a ser costurado pelo primeiro-ministro e autenticado por um ato parlamentar. Em 1979, Debord referia-se aos capitalistas italianos e ao “seu pessoal do governo” como uma força homogênea, apesar de ser internamente dividida. Na base desta divisão de tarefas dentro do regime italiano, um dos “clãs” apoiava o pacto governamental com os “stalinistas” do Partido Comunista Italiano (PCI), enquanto a “outra tendência, a que por enquanto tem a possibilidade de mandar nos controladores da ‘brigada vermelha’” (2004, p. 157), era-lhe mais hostil. A tese de Debord é que, no momento em que o PCI passou a fazer publicamente “alusão a manobras obscuras” (*Ibidem*, p. 158) a respeito da interpenetração de outros poderes ocultos com os terroristas vermelhos das BV, Moro teria sido assassinado por seus algozes. Em uma correspondência com o antigo situacionista italiano Paolo Salvadori, Debord precisa a respeito:

Quando eu digo que os stalinistas [do PCI] são *cúmplices*, não quero dizer que eles mesmos participem do pseudo-terrorismo. Eles são perfeitamente cúmplices, ao mesmo tempo que vítimas, naquilo que eles não querem denunciar verdadeiramente; porque há para eles, sendo o que são e o que se tornaram, inconvenientes a denunciar, e vantagens em não fazê-lo. Entretanto, um dos principais elementos de seu próprio jogo é justamente a ameaça de denunciar tudo isso, se se vai tão longe

contra eles: daí suas terríveis alusões em certos momentos (2005, p. 475. Tradução nossa. Grifos no original)²⁷².

O “compromisso histórico” costurado durante os anos 1970 entre democratas-cris-tãos e comunistas foi interpretado por Debord, em 1979, como uma “Santa Aliança re-pressiva do poder de classe, burguês e burocrático-totalitário” (2004, p. 159), e encontra-se na gênese da formação espetacular integrada que se consolidaria como paradigma de governo dominante em nível global a partir do final dos anos 1980: “Sendo no momento o país mais avançado no movimento em direção à revolução proletária, a Itália é também o laboratório mais moderno da contrarrevolução internacional” (*Ibidem*, p. 159).

Porém, ao reconhecer a existência “de uma camada periférica de pequeno terrorismo sincero” na Itália, Debord apresenta uma visão mais nuançada do que aquela ex-posta por Gianfranco Sanguinetti em *Del terrorismo e dello stato* [Do terrorismo e do Estado] (1979),²⁷³ para quem “*as BV são o Estado*, ou seja, um de seus múltiplos braços armados” (1981, p. 20. Grifos nossos). Enquanto Debord constatava nas ações terroristas das BV traços evidentes de infiltração/manipulação pelos serviços secretos do Estado italiano, Sanguinetti via nelas uma prática direta de “terrorismo de Estado”, cuja estratégia (“da tensão”, como ficaria conhecida) visaria “impedir o acesso do PCI ao poder” (1981, p. 21). Diferentemente da interpretação de Sanguinetti, tal estratégia visaria, segundo Debord, a um objetivo mais amplo no largo espectro da moderna luta de classes italiana, o de “desconcertar ou desacreditar os proletários que se revoltam contra o Estado, e talvez um dia eliminar os mais perigosos” (2004, p. 158). Em uma carta de julho de 1978 a Paolo Salvadori, Debord reitera que “romper o compromisso histórico [...] é apenas uma parte da operação; quer-se também captar os grupos terroristas autênticos e, sobretudo provocar os ‘autônomos’” (2005, p. 471. Tradução nossa). Em 1988, Debord retornaria ao tema

²⁷² Carta a Paolo Salvadori, de 18 de setembro de 1978.

²⁷³ Publicado na Itália em abril de 1979, apenas dois meses após a saída do *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord. Em uma carta de novembro de 1978, Debord confidencia a Paolo Salvadori a sua discordância com o livro de Sanguinetti, após ter lido o seu manuscrito: “Ainda que tenha boas páginas, e uma intenção geral aceitável, e certamente coragem se isso for mesmo publicado em breve na Itália, é preciso dizer que o livro, considerado como um todo constitui um desastre irreparável e monstruoso. Tudo faltou, na estratégia do discurso, na construção ‘literária’ do conjunto do texto, no estilo mesmo que não é só despropositado como pretensioso ao extremo, na figura que toma o personagem ostentatório do autor, e que consegue ser ao mesmo tempo vivamente antipática e plenamente ridícula. Para resumir o erro fundamental do *autor*, podemos dizer que, enquanto era necessário evidentemente ultrapassar Censor, ele retomou estupidamente esse glorioso personagem, com todos os seus tiques de expressão, mas *acanhado* porque passou agora ao lado dos proletários: de modo que o discurso toma um aspecto que evoca a velha barba anarquista autodidata do fim do século XIX” (2005, p. 483. Tradução nossa. Grifos no original).

insistindo naquela nuance entre duas tendências surgidas, nos anos 70, em torno da “interpretação dos mistérios do terrorismo”, como se houvesse duas escolas filosóficas adotando construções metafísicas antagônicas sobre o tema:

Há os que veem no terrorismo apenas manipulações evidentes por parte dos serviços secretos; há os que, ao contrário, acham que a única crítica a fazer aos terroristas é sua total falta de sentido histórico. O uso de um pouco de lógica histórica levaria à percepção de que não é contraditório considerar que pessoas que carecem do mínimo sentido histórico também possam ser manipuladas, e até com mais facilidade que outras (*Com.*, § IX).

Há aqui uma crítica implícita à perspectiva de Sanguinetti, que havia estabelecido em *Del terrorismo e dello stato* uma simetria total entre as BV e o Estado italiano, perspectiva esta que se aproxima, contra as intenções do antigo situacionista, daquela defendida pela extrema-esquerda, que as acusava de ser infiltrada pelos serviços da KGB. No entanto, importa destacar que, efetivamente, como o próprio Sanguinetti recorda no Prefácio à edição francesa de seu livro de 1979, “a IS nunca teve uma ideologia, porque as combateu todas, inclusive a da luta armada” (1981, p. 9).



Detalhe de *Subversão Internacional*, nº 1, 1977, p. 40

Apesar de Sanguinetti declarar que “o terrorismo italiano é o último enigma da sociedade do espetáculo, e só quem raciocinar dialeticamente o poderá resolver” (1981, p. 23), a “lógica histórica” de Debord identificaria na perspectiva “dialética” de Sanguinetti um duplo equívoco, histórico e estratégico, ao denunciar o Estado como *o único autor material do terrorismo na Itália*, uma generalização metafísica difícil de ser sustentada na/pela realidade histórica. Também no Posfácio à tradução portuguesa de *Do*

terrorismo e do Estado, seu editor (Antígona) avisa que o livro deve ser lido com “cautela”, perante a crítica unilateral e generalizante da luta armada e do terrorismo que ele apresenta:

Alicerçando-se numa visão sobremodo mecanicista da história, Gianfranco Sanguinetti, depois de denunciar *irrefutavelmente* o Estado como arquitecto do terrorismo espectacular grassante em Itália, generaliza *irracionalmente* ao considerar os *desejos de mudança* expressos através de um qualquer tipo de acção homicida (...) como servindo na sua ineficácia, ou sabe-se lá se até na sua imoralidade, objectiva ou subjectivamente, o Estado (apud SANGUINETTI, 1981, p. 131).

É justamente esta generalização de Sanguinetti, apontada tanto por Debord como pelo editor da Antígona, que a análise de Reeve e do coletivo *Collegamenti* evita, ao assinalar a natureza diversificada do movimento e de sua complexa relação com a tradição stalinista do PCI. “Do terrorismo em Itália. As *Brigate Rosse* e o seu tempo”, sublinha a amplitude do fenómeno em questão, precisando as nuances políticas e ideológicas em presença nas frentes da luta armada:

Na sua quase totalidade, estes grupos são de raiz ideológica leninista, representando as BV a tendência marxista-leninista mais ortodoxa, ao passo que vários outros grupos são influenciados pelas ideias do “operaísmo” italiano. No que diz respeito à sua estrutura, há, de um lado, os grupos “estáveis”, “insurrecionalistas”, que se apresentam já como um partido “de um tipo novo”, e de outro, as organizações “variáveis”, “marginalistas”, que pretendem ser a expressão “armada” de setores específicos do Movimento: mulheres, jovens, delinquentes, etc. (1978b, p. 5).

Além destas diferenças ideológicas e organizativas, salienta-se as diferenças destes dois tipos de agrupamentos em relação a outras questões, tais como a intensidade da violência a utilizar, os objetivos a serem atacados e a relação com as massas. Além destes dois tipos, SI aponta também a existência de outra tendência, “de origem anarquista e muito minoritária”, da qual o grupo mais conhecido se chamava *Azione Rivoluzionaria*, cuja ineficácia organizativa levaria a maior parte de seus integrantes à prisão. Não obstante, estes seriam “os únicos a atacarem o PCI, o que constitui uma ruptura com a atitude geral dos grupos armados em relação ao partido comunista”. Todas estas nuances parecem escapar das análises (estratégica) de Debord e (lógico-dialética) de Sanguinetti, sobretudo na do antigo situacionista italiano.

Deste modo, a crítica de SI não incide centralmente sobre o suposto peso da manipulação e infiltração policial dos serviços secretos italianos sobre os grupos armados, mas antes no fato de que “não é nas formas que utilizam as organizações clandestinas para combater este mundo que nos anunciam um novo; pelo contrário, não fazem mais do que perpetuar as formas do velho mundo” (*Ibidem*, p. 10).

Crítica do anticolonialismo de “libertação nacional”

A partir do século XX, a questão das lutas de libertação nacional assume um papel crescente no movimento comunista internacional. Todavia, da Índia à Rússia, passando pela China, “as revoluções nacionais assumiram uma série de formas e características mantendo uma estrutura basicamente capitalista” (MATTICK, 2010, p. 321).

Na primeira metade do século, socialdemocratas, leninistas e esquerdistas possuíam visões distintas sobre o papel da luta de classes, das massas proletárias e dos partidos operários, da aliança com as burguesias locais, nos processos de independência nacional. De acordo com Bricianer, “as esquerdas alemãs (Luxemburgo, Knief, e outros), convencidas que a era das lutas de libertação nacional estava fechada, afirmavam que doravante só importava a luta de classes pelo socialismo” (1969, p. 204. Tradução nossa). Já os esquerdistas Pannekoek e Gorter demonstravam simpatia pelos movimentos de libertação nacional que começavam a surgir na época (muito depois da derrota do movimento operário, entre 1917-1921), porém, sua solidariedade ativa para com as populações em situação de colonização também era concebida nos quadros da luta de classes. Para Pannekoek:

O Capital intervêm nas colônias como um fator de decomposição, ele destrói seus modos de vida e de trabalho sem substituí-los por técnicas mais evoluídas. Tal como um vampiro, ele se lança contra os povos desarmados dos Trópicos e, indiferente ao destino de suas vítimas, se alimenta de seu sangue (apud BRICIANER, 1969, p. 206. Tradução nossa).

Pannekoek tomava o caso da Índia como exemplar da questão colonial, onde uma burguesia autóctone passava a se desenvolver no processo de industrialização que, neste caso, seria entretanto bastante limitado: “nas colônias, a autonomia é apanágio exclusivo das classes superiores” (*Ibidem*, p. 207). Seu atraso econômico, provocado em parte pela própria dominação colonial, o subdesenvolvimento de suas forças produtivas, impediam a formação de uma vigorosa burguesia industrial, onde o proletariado estava longe de ser

a classe majoritária. Assim, segundo Gorter, as colônias não gozavam das condições necessárias para se libertarem por si próprias:

O capitalismo e, em particular, o imperialismo, não pode resolver o problema das nacionalidades. Pode ser que nações ascedam à independência, mas neste caso a pequena nação se torna alvo de uma luta entre as grandes, ou das pequenas entre si, que procuram se submeter a ela ou anexá-la (*Ibidem*, p. 204. Tradução nossa).

Com a Segunda Guerra Mundial, a questão da exploração colonial ganhava novos contornos. Pannekoek redige sua obra mais importante, *Os conselhos operários* (1946), entre 1941 e 1945, numa Holanda ainda nazificada. O Livro IV, intitulado “A Guerra”, foi escrito a partir de 1944, já no contexto de libertação do nazismo, e se reveste de um caráter prognóstico. Para o conselheiro holandês, nenhum processo revolucionário acompanhará os processos de descolonização, num contexto onde “a nova classe que dirigia a Rússia considerava, como seus aliados naturais, as futuras classes dominantes de países coloniais e se esforçava para ajuda-los” (*Ibidem*).

O internacionalismo de Pannekoek não lhe permitia conceber qualquer solução revolucionária nos limites do quadro nacional, mesmo que esta se revestisse com as cores da bandeira socialista. Em sua época, conforme observa Bourseiller, este livro foi “desprezado, ocultado, esquecido” (2003, p. 143), contudo, a obra será descoberta no ciclo de retorno do esquerdismo, no período de 1968-1975. Sua perspectiva sobre a questão colonial está situada nas antípodas da solução “terceiro-mundista” que, em voga a partir do final da década de 1950, preconizava que a revolução viria dos chamados “países emergentes”, tal como ela se apresenta, por exemplo, nas obras de Régis Debray do final dos anos 1960 e início dos 1970.

Na década de 1960, os esquerdistas franceses retomarão em novas condições o sentido das preocupações dos esquerdistas germano-holandeses, posicionando-se de modo crítico frente ao colonialismo, ou “neocolonialismo”, no caso, como também aos próprios movimentos anticoloniais. Não obstante se tratar de um movimento essencialmente europeu, a IS se engajou ativamente em favor da luta anticolonial na Argélia, mas também no Congo, além de incorporar na organização os argelinos Mohamed Dahou e Abdelhafid Khatib, o congolês Ndjangani Lungela, além do tunisiano Mustapha Khayati (VOYER; RASPAUD, 1972).

Em julho de 1965, na ocasião fornecida pelo golpe militar que conduziu Houari Boumédiène ao poder, Khayati assina, pela IS, um libelo intitulado *Comunicado aos revolucionários da Argélia e de todos os países*. Até novembro, o comunicado seria editado em cinco línguas (francês, alemão, espanhol, inglês e árabe), enquanto o panfleto *As lutas de classes na Argélia* repercutiria em território argelino no mês de dezembro (sendo republicado no décimo número da revista, de março de 1966).

Já na galáxia do esquerdismo português, gravitavam dois ativistas de origens africanas, o moçambicano Américo Nunes da Silva, de orientação pró-situacionista (após ter passado por *Pouvoir Ouvrier* e *La Vieille Taupe*), e a angolana Rita Delgado, que seria uma das fundadoras do jornal *Combate*, após ter passado pelos CCR (m-l).

Entre os grupos e publicações esquerdistas portuguesas, quem mais aprofundou a crítica do “socialismo de libertação nacional” foram os editores de *Subversão Internacional*, que puderam acompanhar o desenvolvimento dos processos de descolonização em África, bem como a burocratização dos antigos movimentos independentistas, para além dos territórios colonizados por Portugal. No quarto número da revista, publica-se uma crítica do MPLA;²⁷⁴ no quinto, uma refutação dos princípios basilares do “socialismo nacional-libertador”²⁷⁵ e; no sexto, uma análise da revolução iraniana.²⁷⁶

²⁷⁴ Cf. “Angola é nova”.

²⁷⁵ Cf. “Refutação do Terceiro Mundo, crítica da consciência subdesenvolvida”.

²⁷⁶ Cf. “A revolta da miséria, a miséria da revolta”.



Desvio sobre foto de António Agostinho Neto, principal liderança do MPLA. Em 1975 se tornará o primeiro presidente da República de Angola. Detalhe da revista *Subversão Internacional*, nº 4, 1979a, p. 18

A guerra civil que teve lugar em Angola após 1974 revestia-se, de acordo com SI, de um conflito protagonizado pelas duas zonas rivais do capitalismo mundial, a ocidental, de mercado, e a oriental, de Estado. Não se tratou, para seus editores, de um processo de “libertação popular”, senão de uma alternância na dependência externa de Angola. Assim, devido ao apoio militar russo e cubano, o MPLA assumiria a hegemonia do poder, relegando a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), mais alinhados ao bloco ocidental, a um plano secundário no governo. Para SI, essa divisão na luta pelo poder em Angola havia sido introduzida através da influência ideológica exercida pelo PCP e pela extrema-esquerda,²⁷⁷ sobretudo no seio do MPLA, reproduzindo “as lutas intestinas dos partidos em Lisboa quanto ao modo de se levar a cabo a ‘revolução em Angola’” (1979a, p. 17). Em sua síntese:

A luta pelo poder centra-se no controlo do território, opondo, de um lado, o MPLA, e, de outro, a FNLA e a UNITA, transformando esta luta interpartidária a questão do “poder popular”. Este, basicamente, consistiu num movimento espontâneo e maciço por reivindicações tais como

²⁷⁷ Cf. Cardina, 2011, cap. 15.

40 horas semanais de trabalho, direito à greve, à assistência médica, defesa contra a agressão dos militares do ELNA, formação de cooperativas de consumo nos bairros e locais de trabalho, principalmente em cidades como Luanda e Benguela, já que no centro interior e no norte a UNITA e a FLNA dominavam. O MPLA serve-se desse movimento de massas para expulsar a FNLA e a UNITA das províncias de Luanda, Cabinda, Malange, Quanza Norte, Benguela, Moçâmedes, Quanza Sul e Luanda, acusando-as de servas do imperialismo norte-americano e defendendo a bandeira ideológica da independência nacional. Expulsa a FNLA do centro e sul, reduzida a UNITA às províncias de Huambo e Bié, o MPLA pode apoderar-se da máquina estatal abandonada pelos portugueses e empenha-se na guerra contra a agressão estrangeira. Ao mesmo tempo, a UNITA e a FNLA procuram apoio estrangeiro com a finalidade de recuperarem o poder que fica nas mãos do MPLA (*Ibidem*).

O anticolonialismo do MPLA resultaria na implementação de um capitalismo burocrático em Angola, favorecendo senão a “formação de uma burguesia de Estado e um desenvolvimento mais rápido da máquina burocrática a partir do antigo aparelho colonial” (*Ibidem*). O socialismo nacional-libertador visava a uma legitimação e ao reforço do Estado que, moldado por um “discurso anti-imperialista abstrato”, acabaria por projetar contra o proletariado angolano a sombra de uma “ditadura militar e ideológica”. Para SI, todas as falhas do MPLA eram automaticamente atribuídas ao imperialismo ocidental, contra o qual seus dirigentes diziam lutar, enquanto se apoiavam no imperialismo russo, inflitando deste modo as aparências e contradições geopolíticas da época:

A posição geográfica de Angola no domínio militar e o seu potencial de riquezas naturais continua, entretanto, a ser alvo dos apetites das potências imperialistas, que voltam a querer repartir Angola entre si e a fazer exigências de todo tipo ao Governo. Os russos aproveitam-se de sua posição estratégica para fazer de Angola uma base naval de abastecimento aos seus navios e para tentar o domínio das rotas do Atlântico Sul (*Ibidem*, p. 18).

No quinto número da revista, de julho de 1979, SI publica a tradução de algumas teses pós-situacionistas de Rafael Pallais, reunidas no livro *Incitation à la réfutation du Tiers Monde* [Insitação à refutação do Terceiro Mundo] (1978). Uma obra que, “apesar da linguagem algo codificada, de tipo situacionista”, procura clarificar “a chaga da má consciência terceiro-mundista, cujos adeptos constituem, em Portugal também, uma verdadeira legião” (1979b, p. 3), sendo intitulada pelos portugueses de “Refutação do Terceiro Mundo, Crítica da Consciência Subdesenvolvida”. O emprego de noções anacrônicas como “terceiro mundo” ou “subdesenvolvimento” é feito em sentido crítico, visto que

“o falso conceito de subdesenvolvimento só existe como *referência obrigatória* à sociedade capitalista desenvolvida”, assim como “as sociedades ditas ‘subdesenvolvidas’ não têm o seu ser nelas mesmas mas no seu devir” (*Ibidem*, p. 4). Contudo, SI não deixa de apontar para certo olhar etnocêntrico presente no texto do esquerdista francês, que faz uma distinção controversa sobre “sociedades históricas” (desenvolvidas) e “sociedades sem história” (subdesenvolvidas):

A denominação “sociedade histórica” parece limitar a história à história dos países capitalistas desenvolvidos. Ao invés de uma “ausência de história”, as sociedades ditas subdesenvolvidas caracterizam-se por uma ausência ou atraso de experiência/vivência histórica quanto ao processo de proletarização (1979b, p. 3).

Além disso, o emprego da expressão “consciência subdesenvolvida” é criticado pois “não é a consciência do proletariado que é subdesenvolvida (como também o dizem os leninistas), mas sim a manifestação desta consciência” (*Ibidem*). Fazendo uso de um léxico peri-situacionista, Pallais atribui o surgimento do espetáculo nos “países pobres” justamente à implementação, de “forma autóctone, senão autónoma”, da *ideologia do subdesenvolvimento* em seus territórios. Na sua síntese:

A colonização do Mundo empreendida pelo jovem capitalismo até inícios do século XX foi, num primeiro tempo, uma vitória não capitalista do capitalismo, uma simples conquista militar burguesa, uma vitória e uma exploração ainda exteriores. A nossa época conhece a verdadeira vitória capitalista do capitalismo sobre o Mundo, so segundo movimento do “maior poder colonial de todos os tempos”. Os povos são então conquistados do interior, e a transformação provocada pelo cancro mercantil é, daí para a frente, irreversível. Todo o desenvolvimento ulterior a esta inoculação, toda a história das colónias “independentes” é a sangrenta e contraditória história do desenvolvimento desta forma e dos seus conteúdos, da mercadoria. A ideologia do subdesenvolvimento é a garantia e a guardiã deste desenvolvimento (1979b, p. 4).

No mesmo sentido da formulação do artista congolês M’Piku, segundo a qual “a Bélgica colonizou o Congo, mas o capitalismo colonizou a Bélgica” (apud PETERS-KLAPHAKE, 2015), Pallais advertia que “de todos os poderes coloniais que existiram na história, o maior de todos é o capital” (1979b, p. 3). Hoje tal constatação soa como algo prosaico, mas na época em que foi denunciada, por situacionistas e pós-situacionistas, ela estava longe de ser consensual no campo das esquerdas marxistas-leninistas, como vimos.

Ao deslocar a centralidade da crítica do capitalismo para uma crítica do imperialismo, o socialismo nacionalista substitui a análise da luta de classes e dos conflitos sociais pela análise da luta geopolítica entre nações. De acordo com Pallais, “sob a *teoria leninista do imperialismo*, adoptada por todos os ideólogos terceiro-mundistas nas suas pseudodiferentes versões (trotskista, maoísta, albanesa, fanonista, aprista, etc.), esconde-se na realidade a *teoria do capitalismo nacional*” (*Ibidem*, p. 7). Saliente-se, a este propósito, que as revoluções nos países do leste europeu, no final das décadas de 1950 (Hungria, Polónia e Alemanha oriental) e 1960 (Tchecoslováquia e novamente Polónia), configuravam-se, em parte, como movimentos nacional-libertadores contra o domínio estrangeiro *russo*.

A crítica esquerdista revelava, assim, como a abordagem nacional-libertadora ignorava, em suas origens, o fato de que os movimentos de libertação africanos apoiados pela URSS, uma vez no poder das antigas colónias, não alteraram significativamente as estruturas de opressão e exploração capitalistas locais. Pelo contrário, tais experiências levariam a resultados muito distintos dos proclamados, ao promoverem senão uma substituição das velhas elites dominantes estrangeiras por novas camadas dirigentes, desde então assentadas em bases autóctones. Afinal, não será justamente contra a tirania exercida pelos antigos líderes dos movimentos vitoriosos de libertação nacional, que se voltará grande parte das sublevações da chamada “primavera árabe” no início do século XXI?

Capítulo 4

Desenvolvimentos teóricos do esquerdismo português

A corrente esquerdista francesa do ciclo de 1968-1975 atualizou aspectos teóricos desenvolvidos pelas tendências germano-holandesa e conselhistas dos ciclos anteriores. Entre as principais contribuições do esquerdismo francês, destacam-se as obras de Castoriadis, Lefort, Debord e Vaneigem, elaboradas coletivamente nas revistas *Socialisme ou Barbarie* e *Internationale Situationniste*. Além do esquerdismo francês, saliente-se a importância das teorias oriundas do esquerdismo britânico, de Pallis e Mailer, produzidas em meio aos vários núcleos do *Solidarity*; e do esquerdismo italiano, de Perniola, Fallisi e Cesarano, por meio de grupos e publicações como *Ludd*, *Comontismo*, *Invariance*, *Puzz* e *Indiani Metropolitanani*.

Neste capítulo, procuramos demonstrar como as reflexões teóricas de Jorge Valadas (Charles Reeve), João Bernardo e José Maria Carvalho Ferreira, elaboradas no seio de experiências coletivas como os *Cadernos de Circunstância*, *Combate* e *Subversão Internacional*, se aproximam mais da perspectiva social-bárbara do que situacionista, enquanto as elaborações de Torcato Sepúlveda, Carlos K. Debrito e António Ferreira, são mais próximas desta última herança em relação à primeira. Tal incorporação, pelos esquerdistas portugueses, das teorias e práticas das tendências pretéritas da corrente esquerdista, como da esquerda germano-holandesa dos anos 1920 e do comunismo de conselhos dos anos 1930, passando pelas tendências social-bárbara e situacionista, das décadas de 1950 e 1960, se deu por vias críticas e, muitas vezes, marcada pelo desejo de atualização teórica e prática do legado de seus antecessores. Este fato conferiu ao esquerdismo português uma identidade própria, singular e original, que em muitos aspectos se distingue dos esquerdismos francês, britânico e italiano, sem contudo abandonar as bases de acordo fundamentais que garantem a coesão mínima desta corrente minoritária e radical, heterodoxa (Bernardo) e selvagem (Reeve/Valadas) do socialismo no século XX.

4.1. O socialismo selvagem de Jorge Valadas (Charles Reeve)

Nascido em Lisboa em 1945, Jorge Valadas fez parte do núcleo dos *Cadernos de Circunstância* e da revista *Subversão Internacional*, tendo também colaborado mais pontualmente com o jornal *Combate*, as três experiências mais sólidas do esquerdismo por-

tuguês. Entre suas principais obras teóricas e ensaios políticos, destacam-se *Tigre de Papel, le développement du capitalisme en Chine: 1949-1971* (1972),²⁷⁸ *L'Expérience portugaise: le 25 novembre 1975 au Portugal, les conséquences de la conception putschiste et militaire de la révolution sociale* (1976),²⁷⁹ *Solidarité enchaînée: pour une interprétation des luttes en Pologne, 1980-1981* (1981)²⁸⁰ e *Le Socialisme sauvage: Essai sur l'auto-organisation et la démocratie directe dans les luttes de 1789 à nos jours* (2018).²⁸¹

Todos estes livros foram assinados com o pseudónimo de “Charles Reeve”, em homenagem a um emigrante australiano, de orientação sindicalista-revolucionária, membro dos *Industrial Workers of the World* (IWW) e fundador do “primeiro clube anarquista da Austrália” (ALMEIDA, [1992] 2018, s/p), condenado em 1916 a dez anos de prisão, em Sydney, pelo seu ativismo contra a Primeira Guerra Mundial (junto ao grupo que ficaria conhecido como os “Doze de Sydney”). Mais que uma homenagem, Valadas adotou seu nome “por razões de segurança, por se encontrar na França, onde a polícia política portuguesa actuava com o beneplácito dos serviços franceses” (HENRIQUES, 2020a, p. 96). Só mais tarde, após o 25 de Abril, Valadas assinará alguns livros com seu nome próprio, como *Crónicas portuguesas* (2001) e *A Memória e o Fogo* (2006), além de ensaios e resenhas atualmente publicadas na revista *Flauta de Luz* e no jornal *Mapa*.

A revolução húngara de 1956 teria um impacto político e existencial precoce sobre a vida de Valadas, então com onze anos de idade. A primeira manifestação de massas que ele presencia em Portugal, ocorrerá alguns anos depois, em Leria, organizada pelo Partido Único, de orientação anticomunista. Valadas muda-se nos anos seguintes para Almada, onde pela primeira vez entra em contato com alguns republicanos antisalazaristas. Entra para a Escola Naval em 1963, aos dezoito anos, logo após o início das guerras coloniais:

A Marinha, naquela altura, tinha uma tradição republicana, portanto anti Estado Novo. Mesmo se a alta hierarquia estava obviamente fiel ao regime. Caí num grupo de jovens revoltados como eu e assim nos íamos motivando uns aos outros. A guerra colonial tinha começado e na escola militar, obviamente, falava-se muito da situação. Havia mesmo quem lesse os textos de Guevara para melhor perceber a guerra de guerrilhas. Neste processo nunca houve nenhuma intervenção ou contacto com organizações clandestinas, com o partido comunista sobretudo. Eu vivia totalmente fora desses contactos. Quando tomei a

²⁷⁸ *O tigre de papel. Sobre o desenvolvimento do capitalismo de Estado na China (1949-1971)*. Lisboa: Spartacus, 1975.

²⁷⁹ *O 25 de Novembro*. Lisboa: Meridiano, 1976.

²⁸⁰ *Polónia (1980-81): solidariedade domesticada*. Lisboa: Contra a corrente, 1981.

²⁸¹ *O socialismo selvagem. Ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias*. Lisboa: Antígona, 2019.

decisão de desertar fi-lo totalmente sozinho, com a minha consciência.²⁸²

Em fevereiro de 1964, toma posição contra as *praxes* [trotos] na Escola Naval, onde tomará contato pela primeira vez com escritos de Amílcar Cabral e Che Guevara. Muitos dos que participaram daquele movimento se reuniram, cerca de dez anos depois, para formarem o Movimento das Forças Armadas (MFA), que detonará o golpe militar de 25 de abril de 1974. Até sua deserção e partida para Paris, no ano de 1967, no que se refere à teoria marxista, Valadas havia tido contato senão com um exemplar do *Manifesto do Partido Comunista*, comprado numa viagem feita ao Brasil, no ano de 1965. Outra viagem, desta vez à Guiné, no ano seguinte, época em que lia Sartre, seria decisiva para a sua deserção, que todavia não será organizada por nenhum partido ou organização clandestina, mas individualmente:

Essa recusa não era organizada, ainda menos encorajada, pelos partidos de oposição. O Partido Comunista tinha, na época, uma única palavra de ordem: fazer a guerra para se opor à guerra, mas no interior das Forças Armadas. Na realidade, o objetivo era o de infiltrar as Forças Armadas na eventualidade de uma revolta militar (1999, pp. 4-5. Tradução nossa).

A insubmissão dos jovens portugueses, entre desertores e refratários, que recusavam-se a participar do esforço de guerra nas colônias africanas não era de modo algum encorajada pelo PCP, a principal força política de oposição ao regime salazarista que, seguindo as lições leninistas, preconizava a tática do “entrismo” nas instituições militares, na expectativa de preparar, na clandestinidade, as condições para a promoção do “levantamento nacional antifascista”. Esta tática era resultante de uma inflexão na antiga linha do partido, defendida por Júlio Fogaça e definida pelo seu V Congresso (Estoril, 1957), que preconizava uma “solução pacífica para o problema político português”.

No exílio parisiense, Valadas entrará em contato com os primeiros números dos *Cadernos de Circunstância*²⁸³ numa livraria do *Quartier Latin*, “poucos meses depois de ter desembarcado na estação de Austerlitz”. Em suas palavras:

Achei aquilo de uma frescura diabólica e escrevi-lhes. Eles responderam-me e sem exame de entrada comecei a fazer parte dum pequeno

²⁸² Depoimento, 12/12/2019.

²⁸³ Daqui em diante, simplesmente *Cadernos* ou *CdeC*.

gangue de gente que já pensava a situação lusitana em termos internacionais e não saloios. Eu era um rapazola de vinte anos e foi aquele gangue que me ajudou a crescer politicamente (2020b, p. 102).

Àquela altura, a revista publicava textos de Guevara e Luxemburgo, possuindo uma visão política mais aberta do que aquela proveniente das organizações maoístas. Seu primeiro artigo na Revista será sobre a crise das Forças Armadas portuguesas, “uma mistura de observações empíricas e de generalizações sociológicas” (*Ibidem*, p. 102), baseada em sua experiência pessoal na Marinha. Valadas participará do núcleo editorial dos *Cadernos* até o seu último número. Os *Cadernos* não possuíam qualquer ligação orgânica com o movimento operário, nem de França nem de Portugal. Segundo Valadas, a principal distinção desta “gangue” em relação à extrema-esquerda maoísta era a questão do nacionalismo. Para os membros dos *Cadernos*, de modo geral, os grupos maoístas flertavam contraditoriamente com perspectivas políticas totalitárias.

Seus editores se integraram rapidamente no movimento francês de Maio de 68, mas não na qualidade de “portugueses”, “exilados” ou “membros” dos *Cadernos*:

Evidentemente, eu era anticolonialista e antifascista, mas já no momento de desertar tinha tido consciência de que era mais do que isso, que era contra o estado do mundo, contra a organização do mundo tal como estava. A argumentação teórica dessa visão veio depois, com as frequentações e com o Maio de 68 (*Ibidem*, p. 103).

Valadas se envolveria com os comitês autônomos de trabalhadores e estudantes que se confederavam na faculdade *Censier*, com o objetivo de intervir nas empresas onde o controle pelos sindicatos da CGT, dominados pelo PCF, era total. Em suas palavras, “intervínhamos do exterior, obviamente, com panfletos e folhetos que distribuíamos às pessoas (...) sob os olhares assassinos dos sindicalistas enfeudados à linha do Partido Comunista. Para eles, nós éramos os ‘esquedistas’” (*Ibidem*, p. 106). Nesse período de revolução, Valadas se aproxima de militantes do ICO, um meio pouco rígido ou sectário, no qual “ninguém se reclamava desta ou daquela organização” (*Ibidem*, p. 107). De acordo com Valadas, em maio-junho de 1968:

O núcleo mais ativo dos *Cadernos* rapidamente encontrou-se mergulhado na agitação que se desenvolvia na faculdade de *Censier* à volta dos *Comités de Ação*. Que se formavam à volta dos trabalhadores que tinham integrado o espírito subversivo da revolta e que não se podiam exprimir no interior dos lugares onde trabalhavam e onde a CGT e o partido comunista tinham criado um controlo absoluto e rígido

anti-esquerdista, como eles chamavam. Eu, como falava português, fui logo “recrutado” para o comitê dos operários da construção civil, sector onde havia uma multidão de trabalhadores portugueses que não participavam no movimento nem na greve, que estavam apavorados com o que se passava, influenciados pela ideologia religiosa e conservadora que os dominava. (...) Então, eu traduzia os textos do comitê e ia distribuir nos bairros da lata — mundo que descobri na altura com revolta — com outros camaradas franceses.²⁸⁴

Álvaro Cunhal, que também vivia em Paris no mesmo período, vislumbrava um perigo real das “tendências anarquizantes” no seio do movimento operário português, de onde resultaria o conhecido panfleto de 1970 contra o “radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista”, em referência aos grupos e indivíduos da corrente esquerdista, entre eles os próprios *Cadernos*. João Freire, outro integrante dos *CdeC*, de quem Valadas se tornaria amigo, também era desertor da Marinha. Por meio de ambos, milhares de cópias dos *Cadernos* circulariam entre Lisboa, Porto e Coimbra, através dos navios e embarcações militares com as quais detinham contatos. Naquela altura, isso levaria Cunhal a pensar que os *CdeC* constituíam uma organização fortemente estruturada, quando na verdade o grupo que os editavam nunca contou com mais do que vinte indivíduos. Além dos números dos *Cadernos*, Valadas e Freire faziam circular pelas embarcações militares textos sobre Maio de 68, além de traduções inéditas em língua portuguesa de textos como *Ditadura e democracia*, de Rosa Luxemburgo.

Logo em sua chegada à Paris, Valadas chegaria a falsificar documentos para realizar alguns estudos no Instituto de Ciências Políticas, direcionados aos estudantes estrangeiros. O caráter elitista e reacionário dos estudantes levaria Valadas a se afastar do meio universitário, muito embora o fator decisivo para tal fosse antes “alimentar, pois não havia bolsas, não havia ajudas parentais... como eu ia sobreviver?” (2020b, p. 103). Sua sobrevivência material será garantida através de variados trabalhos precarizados, como “distribuidor de publicidades nas caixas de correios à limpeza de tapetes em casas burguesas”. Não se tratava, pois, de uma opção ideológica “de ir de encontro à classe operária, como faziam os maoístas; era apenas o caminho mais lógico para a sobrevivência, à espera de algo melhor” (*Ibidem*, p. 104). Só quando retorna a Paris, em 1971, após fazer uma viagem aos Estados Unidos com Jacqueline Reuss, que conhecera em julho de 1968, Valadas decide fazer um curso de eletricitista, que lhe garantiria o sustento até a sua aposentadoria.

²⁸⁴ Depoimento, 12/12/2019.

Nos EUA, estabelecerá um laço de amizade com o lendário Paul Mattick, que vivia em Boston e cujo endereço ele havia obtido com militantes do ICO. Mattick lhe apresentará então a Serge Bricianer, colaborador de Maximilien Rubel, e de quem Valadas permanecerá amigo até o seu falecimento, em 1997. No retorno à Paris, Valadas integrará, por cerca de três anos, “um pequeno grupo da galáxia do comunismo antileninista”, o *Groupe de Liaison et Action des Travailleurs* (GLAT).

Nos EUA, Valadas também colaborou com a revista *Root & Branch*, publicada por um grupo de jovens “marxistas-libertários” e opositores da Guerra do Vietnã, entre eles Paul Mattick Jr. (filho de Ilse Hamm e Paul Mattick). Sua experiência norte-americana seria breve, porém, intensa, pois vivida durante as mobilizações do último período da oposição à Guerra, da contestação estudantil, da luta pelos direitos civis das mulheres, dos negros e homossexuais, que marcariam profundamente a sua subjetividade revolucionária. Assim, sua primeira passagem pelo país lhe proporcionaria:

Um conhecimento directo da sociedade que se situa no centro do sistema capitalista, das suas profundas contradições, das desigualdades sociais abismais, da violência da vida social. Uma violência que tem raízes na génese colonizadora e na prática do genocídio dos começos da sua história. E no sistema escravagista. Uma violência que também gera oposições irredutíveis, radicais. É uma sociedade dos extremos, um modelo violento do capitalismo. (...) Voltei dos Estados Unidos com uma outra visão do monstro capitalista, da sua força e das suas fragilidades (*Ibidem*, p. 110).

Além de colaborar, atualmente, com a rubrica *Field Notes*, editada por Mattick Jr. na revista *Brooklyn Rail*, de Nova York, no início da década de 1990, Valadas faria outra viagem aos EUA, além do México, a qual resultaria em dois livros escritos com sua amiga e parceira de viagem Sylvie Deneuve. *Viajantes à Beira de uma América em Crise* foi publicado primeiramente na França²⁸⁵ e depois em Portugal,²⁸⁶ e *Au-delà des passes montagnens du Sud-Est mexicain*,²⁸⁷ que ainda permanece inédito em língua portuguesa. Já antes, em 1985, Valadas havia publicado outro caderno de viagens, desta vez sobre sua passagem por Brasil, Bolívia, Argentina e Uruguai, entre 1983 e 1984, intitulado *Exotisme s'abstenir: journal de voyage en Amérique Latine*.²⁸⁸

²⁸⁵ *Voyagers au borde d'une Amérique en crise*. Paris: Traffic, 1992.

²⁸⁶ Coimbra: Fora de Texto, 1995.

²⁸⁷ Paris: Ab Irato, 1996.

²⁸⁸ Paris: Acratie.

Após viver intensamente as turbulências do final dos *sixties* na França e nos Estados Unidos, Valadas retornará a Portugal apenas em maio de 1974, por ocasião da queda do fascismo, mas não para lá ficar definitivamente. Chega à capital portuguesa com o pró-situacionista moçambicano Américo Nunes e alguns amigos franceses provenientes do 22 de Março, que ele havia conhecido em Paris em Maio de 68. Porém, Valadas e seus amigos percebem rapidamente que o peso do regime autoritário em Portugal levaria a sociedade portuguesa a canalizar as energias revolucionárias liberadas pelo 25 de Abril para vias politicamente reformistas. Junto com José Maria Carvalho Ferreira, entre outros, incluindo membros do jornal *Combate*, de quem se aproxima em maio de 1974, Valadas acompanha de perto a greve da Sogantal, conduzida majoritariamente por operárias e à luz de princípios autogestionários. Aquela experiência evidenciaria a eles o peso da sociedade portuguesa tradicional, como por exemplo, das relações das grevistas com seus maridos e demais familiares. Entretanto, ao contrário do que se tem publicado em resenhas sobre Valadas, este nos disse ter colaborado com o jornal apenas “episodicamente, pontualmente”, não havendo inserção orgânica no coletivo que o editava:

Como outros e outras, eu apoiava plenamente o projeto, que correspondia ao espírito mais avançado do movimento português. Embora eu tenha passado muito tempo em Portugal durante os anos da revolução, sempre fiquei radicado em Paris. Tinha relações muito próximas com alguns dos membros do coletivo do jornal — que ainda guardo hoje — que vinham do exílio francês e que tinham sido influenciados/as pela experiência dos *Cadernos* e sobretudo pelos anos após Maio de 68. Mas não conhecia o pessoal que vinha da experiência do movimento estudantil português. Também não tinha relações com outros membros que vinham da experiência maoísta e que tinham estado no exílio em Paris alguns anos. E que integraram o jornal um pouco mais tarde. Não posso dizer que fiz parte do coletivo do *Combate*, não seria justo afirmá-lo.²⁸⁹

No contexto de retorno à normalidade pós-revolucionária, no livro *A concepção golpista da revolução social* (1976), Valadas elabora um balanço do período revolucionário, no qual critica centralmente a tática entrista defendida pelos grupos maoístas que, após o 25 de Abril, acreditavam poder transformar as instituições militares desde o seu *interior*, incorrendo, como vimos, na mesma operação tática endossada pelo PCP nos inícios da guerra colonial. Valadas apostava numa via diametralmente oposta, ao defender uma ação completamente exterior às instituições militares, voltada não para qualquer

²⁸⁹ Depoimento, 12/12/2019.

transformação de seu aparato, mas sim para sua extinção. À época, tal posicionamento era considerado “delirante” pelos grupos da extrema-esquerda, que viam na instituição militar o principal ator do processo revolucionário português, enquanto que os grupos esquerdistas dos quais Valadas fazia parte, absolutamente minoritários, defendiam que a instituição militar não poderia, por princípio, ser protagonista de qualquer processo que se pretendesse verdadeiramente revolucionário.

Com a situação de refluxo revolucionário em Portugal, Valadas retorna a Paris, onde passa a frequentar o *milieu* de René Lefevvre, editor da *Spartacus*, que ele considerava “um personagem de cores vivas, com uma simpatia e uma generosidade infinitas, possuidor de um grande sentido ético” (2020b, p. 107). A editora *Spartacus*, por sua vez, seria responsável pela disseminação de muitos textos de Rosa Luxemburgo e dos comunistas de conselhos em língua francesa, por volta de 1968. Lefevvre irá publicar, em 1972, a crítica de Valadas (na persona de Reeve) à revolução cultural e ao capitalismo de Estado chinês.



À esquerda, edição francesa de *Le Tigre de Papier* (1972).
À direita, edição portuguesa de *O tigre de papel* (1975)

Valadas havia aproveitado a sua estadia nos EUA para estudar a fundo a bibliografia abundante sobre o comunismo no país asiático, que havia nas bibliotecas universitárias. Porém, de acordo com seu autor, além da passagem pela América do Norte, seria

sobretudo sua experiência na revolução de maio-junho de 1968 que o levaria a assinar este trabalho:

Em Maio de 68 eu tinha visto a importância que a ideologia maoísta adquirira entre a juventude e os operários radicalizados. O maoísmo era a porta de saída do comunismo soviético, que cheirava a bafio. Mas não punha em questão os princípios autoritários adstritos à concepção do socialismo de Estado, e pior ainda, alimentava uma medíocre submissão voluntária aos chefes partidários, aos valores hierárquicos (*Ibidem*, p. 110).

Valadas viajaria à China cerca de cinco vezes, em companhia de Hervé Denès, um sinólogo francês amigo do situacionista René Vienet (na época estudante de mandarim), com quem escreveria três livros de crônicas sobre aquela sociedade. A partir dos anos 1990 até 2010, publicará outras três obras sobre a China e sua burocracia, em parceria com Hsi-Hsuan-wou: *Burocratie, bagnes e business* (1993),²⁹⁰ *China Blues: Voyage au pays de l'harmonie précaire* (2008)²⁹¹ e *Les mots qui font peur. Vocables à bannir de la toile em Chine* (2011),²⁹² todos ainda inéditos em língua portuguesa.

Ao final dos anos 1970, como vimos, Valadas irá colaborar, ao lado de José Maria Carvalho Ferreira, Júlio Henriques, entre outros esquerdistas portugueses, com a revista *Subversão Internacional*. Vimos na sessão dedicada à Revista como, além de escrever alguns artigos sobre a situação política em Espanha e Itália, Valadas criticaria o elogio feito em seu primeiro número, à criminalidade e à delinquência juvenil, bem como à defesa das ações da Fação Exército Vermelho (RAF) na Alemanha. Vimos também como, nessa época, Valadas polemizaria com as posições do anarquista universitário John Zerzan sobre a recusa do trabalho nos EUA, de modo paralelo e exterior à SI, gerando um debate na França com os grupos pós-situacionistas que, como SI e Zerzan, defendiam convictamente a perspectiva da negação/abolição do trabalho. Na virada do século, Valadas irá colaborar ativamente com a revista *Oiseau-tempête* (1997-2006, OT),²⁹³ editada na França por Barthélémy Schwartz.

²⁹⁰ Paris: L'insomniaque.

²⁹¹ Paris: Verticales.

²⁹² Paris: L'insomniaque.

²⁹³ Segundo seus editores, OT é uma *revista de crítica social*, “realizada por um coletivo de uma dezena de pessoas de diferentes itinerários, inspirando-se das ideias anarquistas, marxistas, situacionistas ou surrealistas”. Contudo, a maior parte do grupo diz não se reconhecer “completamente em nenhuma dessas correntes”. Pode-se, para qualificar o projeto com o qual a revista pretende contribuir, “reter os termos comunista, libertário e internacionalista” (2006, p. 7. Tradução nossa).

Um passo ao lado na história do socialismo

Com efeito, as duas primeiras décadas do século XXI viram ressurgir, nas diversas regiões geográficas do mundo, muitos movimentos sociais que recolocaram na ordem do dia os velhos princípios antiautoritários e horizontais da corrente esquerdista, esboçados na Europa ocidental nas primeiras décadas do século XX. Na obra de síntese histórica intitulada *Le socialisme sauvage* (2018), Reeve reconstitui uma arqueologia das práticas de auto-organização e das teorizações sobre a democracia direta que tiveram origem nos modernos conflitos sociais, pelo menos desde 1789, tomando como fio condutor movimentos contemporâneos, do zapatismo ao zadismo (de ZAD, “zonas a defender”), como os *Indignados* espanhóis (ou 15-M), o *Occupy Wall Street* estadunidense, o *Nuit Debout* francês, entre outros.

Reeve dedica o livro a quatro antigos *compagnons de combat*, que lhe serviram de “referências humanas e políticas” em seu percurso, como Serge Bricianer (1923-1997), Fernando Gómez (1917-2008), Paul Mattick (1904-1981) e Ngô Van (1913-2005). É com base na “memória da vida vivida fora do tempo do Velho Mundo, Maio de 68 e a revolução portuguesa de 1974-1975” (2019, p. 5) – experiências com as quais nosso autor esteve diretamente envolvido, e que constituíram, na última metade do século XX, dois dos mais representativos exemplos das modernas lutas em prol da soberania direta dos produtores –, que Reeve narra a sua história das alas vencidas, minoritárias e selvagens do movimento socialista, desde suas origens até os dias atuais. No caso de Maio de 68 e do biênio português de 1974-1975, sua análise retrospectiva coincide, portanto, com o ponto de vista estratégico dos atores diretamente implicados naqueles acontecimentos.

A seguir, procuramos salientar alguns aspectos categoriais que nos parecem oferecer as maiores contribuições teóricas d’*O socialismo selvagem*, para além de sua inestimável contribuição à historiografia das minorias políticas. O impacto desta obra parece ter sido maior na França, onde foi publicada em 2018, do que em Portugal, publicada um ano depois. Apesar de não dispormos de dados relativos às vendas de ambas as edições em cada país, é um fato que a eclosão do movimento dos *gilets jaunes* [coletes amarelos] no biênio 2018-2019, tornaria a obra de Reeve mais pertinente no contexto francês do que no português. Diferentemente do que aconteceu em França, onde o rechaço ao dirigismo dos chefes partidários, manifesto em Maio de 68, ganharia as massas cinquenta anos depois, extrapolando os nichos esquerdistas (pós-situacionistas, insurrecionais ou “appellis-

tas”) de origem, em Portugal, tais princípios selvagens do socialismo parecem permanecer confinados em pequenos guetos, desde o biênio de 1974-1975 até aos nossos dias. Além do mais, Reeve reside em Paris há cerca de cinquenta anos, período no qual manteve uma atividade política e intelectual constante e influente nos meios radicais e libertários parisienses.

Como vimos, tanto a noção de socialismo selvagem (de origem socialdemocrata), ressignificada por Reeve, quanto a de esquerdismo (de origem bolchevique), ressignificada por Gombin, referem-se igualmente a um mesmo tipo de ressignificação sociopolítica. Trata-se de uma assunção positiva, no plano teórico, de anátemas que, em suas origens históricas, possuíam uma conotação “mais que pejorativa (...) negativa, redutora” (2019/2020, p. 15). Recentemente, Reeve explicou que:

No meu livro, “selvagem” é uma palavra positiva; o que ela exprime não é uma qualquer imaturidade social ou política, é a busca da afirmação da política dos princípios antiautoritários, a crítica prática da ideia autoritária segundo a qual as sociedades nunca poderão emancipar-se da opressão e da exploração pela sua própria acção autónoma, mas só pelo recurso inevitável a chefes que possuem o saber e a ciência (2020b, p. 102).

Vimos que as origens da “ofensa” se situam historicamente na contrarrevolução alemã, quando a corrente “civilizada” do socialismo passou a “desqualificar” os conselhos revolucionários de trabalhadores como experiências “selvagens”, resgatando, assim, o termo preconceituoso do léxico colonialista. Apesar das origens socialdemocratas da expressão, em contexto moderno, Reeve extrapola o seu significado para todas as demais experiências históricas onde tal antagonismo se cristalizou. Da Grande Revolução de 1789, dos *Enragés* e da Comuna de 1795, onde se manifestou pela primeira vez, em sentido moderno, a oposição entre os princípios de soberania e delegação do exercício do poder político, passando pelo ensaio de “democracia pura” esboçado na Comuna de 1871; pela oposição entre os princípios de autoridade e liberdade na Primeira Internacional (1864-1877); pelo sindicalismo-revolucionário do início do século XX; pela dupla revolução dos *soviets* na Rússia (1905 e 1917); pela revolução espontânea dos conselhos alemães (1918-1921); pelas fraturas do velho campo socialista manifestas na repressão ao makhnovismo e ao *soviet* de Kronstadt, na transição de 1920 e 1921; pelas coletividades espanholas durante a revolução de 1936-1937; pelo movimento de ocupações de maio-junho de 1968 na França; pela forma apartidária do socialismo selvagem manifesta na

revolução portuguesa de 1974-1975; até aos movimentos da última virada de século, dos caracóis intergalácticos zapatistas às ZADs nos campos da França. A obra é, assim, perpassada por um único “fio condutor”, que nos leva do presente ao passado, e vice-versa, tal como nos explica o autor:

Dois acontecimentos que se desenrolam no tempo presente estão na origem deste texto. Assistimos, nas sociedades da velha democracia, a uma crise do sistema político representativo parlamentar. Há, por outro lado, nestas mesmas sociedades, a emergência de movimentos e de mobilizações de tipo novo que se estruturam a partir do reconhecimento desta crise. Que procuram uma alternativa concreta às velhas formas de organização para afrontar as questões sociais, ambientais, que se colocam (2019/2020, p. 14).

Seu ponto de partida não é outro senão a profunda “crise de representatividade” verificada nas sociedades contemporâneas, o que lhe permitiu “desbobinar toda uma filiação das correntes autoritárias até hoje” (*Ibidem*). Segundo uma metáfora constantemente usada por Reeve, esta “alternativa concreta às velhas formas de organização” inscrita na história do socialismo selvagem, representa a concretização de um *passo ao lado* na marcha normal do progresso histórico:

Só quando a História normal faz um passo para o lado, quando há ruptura na reprodução do mundo tal qual ele é e parece ser para sempre. Nesse passo para o lado, nessa ruptura estará a negação da “impotência do utopismo”, estará a concretização da utopia dos novos princípios, do imaginário social da construção de um novo mundo. E é no elogio deste “passo para o lado” que está todo o sentido do nosso trabalho. Porque no desfile da reprodução da normalidade nós não temos lugar reservado (2020a, p. 18).

Este novo *topos* político identificado por Reeve representa, nesse sentido, uma alternativa *concretamente utópica* às ideologias progressistas (revolucionárias) ou regressivas (reacionárias) da história, formuladas por suas representações políticas, tanto proletárias como burguesas, que pretenderam impor às classes exploradas a via correta, seja para a construção do socialismo burocrático, seja para a edificação da civilização burguesa. Ambas as ideologias carregam um mesmo princípio de autoridade, consubstanciado na forma Estado. Pouco importa as formas de que o Estado se revista, se mais ou menos democráticas, mais ou menos despóticas, o fato é que, para além de um determinado conteúdo histórico, ele jamais deixou de se consubstanciar a partir de uma dicotomia entre valores e princípios sociais das sociedades *contra o Estado* (ditas “selvagens”) e

com Estado (ditas “civilizadas”): nobres/vis, elevados/baixos, superiores/inferiores, adultos/infantis, centralistas/descentralistas, hierárquicos/desobedientes, verticais/horizontais, vanguardistas/basistas, elitistas/populares, aristocráticos/plebeus, autoritários/libertários, e assim por diante. Na sequência, procura-se explorar a contraditória polissemia da palavra “selvagem”, e os significados que ela assume no contexto das sociedades arcaicas, segundo a antropologia política de Clastres, bem como no contexto das sociedades modernas, de acordo com a perspectiva de Reeve.

Indígenas metropolitanos? Socialismo selvagem e anarco-indigenismo

No texto introdutório do segundo capítulo desta tese, denominado “O mal esquerdista”, foi realizada uma aproximação entre o aporte antropológico, político e econômico de Georges Bataille, onde a figura do “selvagem”, suas práticas e visões de mundo, aparecem como expressões da “parte maldita” das sociedades “com Estado”. A “maldição” lançada contra as correntes ditas “selvagens” do socialismo constitui, por sua vez, uma reação das sociedades capitalistas à ameaça de *transgressão* por elas representadas, dos mecanismos do Estado, do mercado e seus respectivos princípios básicos de autoridade (chefes) e equivalência (dinheiro e capital). Já os “esquerdistas”, não sendo “insultados” pelos chefes bolcheviques como “selvagens”, seriam no entanto igualmente “reduzidos” a seres “imaturos” e “infantis”, isto é, sem história (a exemplo dos povos “selvagens”), e cujo linguajar revolucionário expressaria senão um verbalismo inconsciente e inconsequente; enquanto o movimento “esquerdista” era reduzido a uma “doença”, numa patologização emprestada do imaginário colonialista por Lênin e que, desde então, seria seguida fielmente pelos leninismos de todas as partes.

Nos anos 1960 e 1970, o surgimento de grupos como os *Tupamaro*, em Montevideu (Uruguai), cujo nome deriva da expressão “pejorativa” dos espanhóis para os insurgentes autóctones, então associados à figura de Túpac Amaru II, os *Indiani Metropolitanani* [Indígenas Metropolitanos] de Nápoles (Itália), ou o Instituto de Vandalismo Comparado de Coimbra (Portugal), viriam atestar a proliferação de *coletividades em guerra contra o Estado no interior das sociedades com Estado*. Ao praticarem a negação do Trabalho e a desobediência da Disciplina fabril; a recusa dos valores positivos da Família; a abolição imediata da Propriedade e da troca mercantil pelo furto de bens de consumo; a desobediência ao princípio de Autoridade dos chefes partidários e sindicais, entre outras recusas e negações, os “esquerdistas selvagens”, ou “selvagens esquerdistas” portugueses dos anos

1968-1979, representariam o mais radical antagonismo, na sociedade portuguesa, ao colonialismo fascista de Salazar e seu regime de *interdição permanente* de qualquer questionamento sobre valores como “Deus, a Pátria, a Autoridade, a Família, o Trabalho”. É justamente a transgressão de tais interdições que tornarão o esquerdismo português uma corrente política não somente “selvagem”, no sentido de Reeve e Clastres, como também “maldita”, no sentido de Bataille.

Publicado em 1974 na França, *La société contre l'État*, de Clastres, viria renovar, nos meios esquerdistas dos anos 1970, um interesse pelos povos ameríndios próximo daquele que os estudos antropológicos, econômicos e literários de Bataille haviam despertado, nos meios letrista e situacionista, cerca de vinte anos antes. Em 1979, a editora Afrontamento publica a primeira tradução portuguesa de *A sociedade contra o Estado*. No mesmo ano, *Subversão Internacional* republica um excerto desta tradução, em seu último número, de dezembro daquele ano. Na sessão dedicada à SI, demonstrou-se como Reeve se afastava da perspectiva teórica e política de Zerzan, que mais tarde confluiria para o chamado “anarco-indigenismo”, uma vertente da pesquisa contemporânea em ciências sociais que reúne sociólogos e antropólogos de orientação anarquista, como Glen Coulthand, Richard Day, David Graeber, James S. Scott, Francis Dupuis-Déri, Benjamin Pillet, entre outros. A expressão “anarco-indigenismo” foi cunhada em idos dos anos 2000 pelo canadense Gerald Taiaiake Alfred, pesquisador e professor universitário de origem *mohawk*, que vem realizando um esforço para a “convergência dos princípios filosóficos do anarquismo e do indigenismo” (apud DUPUIS-DÉRI; PILLET, 2018, p. 110). Saliente-se ainda que, na tradição anarquista, o tema das sociedades ditas “sem Estado” é objeto de interesse desde a publicação, em Londres, de *O apoio mútuo* (1902), do “príncipe anarquista” Piotr Kropotkin.²⁹⁴

Contudo, a noção de socialismo selvagem de Reeve carrega uma significação histórica, política e social um pouco distinta desta manifesta pelo anarco-indigenismo. A começar por suas diferentes bases sociais e perspectivas teóricas. Começemos pelo resgate etimológico feito por Júlio Henriques sobre a assunção positiva do termo “selvagem” por Reeve, numa entrevista que este lhe concedeu em 2020. Vale a pena a longa citação, que termina com uma questão dirigida ao seu interlocutor e amigo:

²⁹⁴ Em 2021, a editora Antígona relançou a obra em Portugal, na tradução de Miguel Serras Pereira, antigo membro do *Combate*.

A contraditória polissemia da palavra selvagem (cuja etimologia se esfumou nas suas acepções mais comuns), é muito interessante para penetrarmos no teu último livro, *O Socialismo Selvagem*, onde o sentido profundo e histórico deste título se encontre perfeitamente explicitado. Mas não deixa de ser surpreendente que um termo cuja origem significa “da floresta, do bosque, da selva” (do latim *silvaticus*) tenha adquirido – ao longo da história colonial europeia, convém lembrar – um tão grande peso metafórico, e sempre ambivalente, que podemos constatar também nas contrárias expressões, nossas contemporâneas, “greves selvagens” e “capitalismo selvagem” (2020, p. 100).

Em sua resposta, Reeve evoca primeiramente o passado escravagista lusitano, os campos de trabalho forçado nas colônias portuguesas de exploração, que submetiam igualmente, tanto os “selvagens” indígenas quanto africanos: “já aqui a figura do ‘selvagem’ deve ser assumida como figura positiva por todos e todas quantos conhecem o conteúdo odioso do patriotismo português” (*Ibidem*, p. 101). Quando os chefes do partido socialdemocrata alemão ficaram espantados (e certamente amedrontados) com a virulência do movimento autônomo e espontâneo dos conselhos que se desencadeia por volta de 1918, eles logo o condenariam como “uma aberração, um erro, um grave sinal de imaturidade e de ignorância política”. Foi assim que:

Conscientemente ou não, para caracterizarem a sublevação dos trabalhadores os doutos burocratas do socialismo de Estado foram desenterrar o termo à história colonial, designando o movimento revolucionário como “selvagem”, ou seja, não civilizado. Um movimento social civilizado só podia ser o que obedecesse às direções, aos chefes (*Ibidem*, p. 101).

Ironia da história, os chefes socialdemocratas, arautos de um “socialismo civilizado”, eram os mesmos que conduziram milhares de trabalhadores alemães para a carnificina da Primeira Guerra Mundial. Ora, se o “socialismo civilizado” da socialdemocracia alemã considerava o Estado um instrumento indispensável para a construção da nova sociedade socialista, o “socialismo selvagem” dos conselhos se constitui sobretudo enquanto um movimento da “sociedade contra o Estado” que remete, sem dúvida alguma, ao pensamento de Clastres. Contudo, Reeve diz tratar de um “projecto mais moderno, mais elaborado, embora a problemática não seja muito diferente”. O que a noção de socialismo selvagem exprime, segundo ele:

Não é uma qualquer imaturidade social ou política, é a busca da afirmação dos princípios antiautoritários, a crítica prática da ideia autoritária segundo a qual as sociedades nunca poderão emancipar-se da opressão

e da exploração pela sua própria acção autónoma, mas só pelo recurso inevitável a chefes que possuem o saber e a ciência. Num mundo onde o civilizado é o veículo de morte e de alienação da vida, “selvagem” é a figura colectiva que incorpora a criatividade de um novo mundo possível. Se a “civilização” é o progresso que conduz a coisas como Fukushima e à guerra dos drones, só a acção “selvagem” poderá ser o caminho para a preservação da vida (*Ibidem*, p. 103).

Aqui, retornamos ao duplo aspecto da contribuição histórica e teórico-conceitual de Reeve para uma devida rememoração à contrapelo da história das esquerdas e, particularmente, da herança esquerdista. A metáfora do necessário “passo ao lado” na ideia de progresso, herdeira da civilização judaico-cristã e burguesa, coaduna-se perfeitamente com a noção de socialismo “selvagem” como negação do socialismo “científico” e “civilizado” dos modelos socialdemocrata e bolchevique. Uma dupla perspectiva, histórica e estratégica, que constitui uma valiosa contribuição para munir as armas da crítica das atuais e futuras gerações de *indígenas metropolitanos*, que lutam contra o Estado num registro ao mesmo tempo arcaico e moderno, dando assim um *passo ao lado* na hipótese positivista da evolução progressiva da história por etapas sucessivas, da “selvageria”, passando pela “barbárie”, até a bendita e sacrossanta “civilização”.

Contra a concepção “conspiratória” da história

Como vimos no capítulo dedicado à SI, a análise do terrorismo e da luta armada na Itália dos anos 1970 teria na análise conjunta de Reeve e do coletivo *Collegamenti per l'organizzazione diretta di classe*, de Firenze, uma abordagem mais próxima da realidade dos fatos, do que nas análises publicadas um ano depois, em 1979, por Debord e Sanguinetti, nas quais se confere um peso maior ao secretismo conspirativo do antiterrorismo estatal. Contudo, principalmente na análise debordiana, tais abordagens não chegariam a atingir o nível de uma crítica paranoica típica das teorias do complô e da conspiração,²⁹⁵ conforme a interpretação da revista pós-situacionista *Tiqqun* (2001). De acordo com seus editores, a análise debordiana de 1979 teria introduzido na França “o esporte favorito do jornalismo italiano”; a *retrologia*, espécie de “jogo de espelhos paranoico ao qual se entrega aquele que não pode mais crer em nenhum evento ou fenômeno vital” (2006, p. 21).

²⁹⁵ Argumento em favor desta interpretação no primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado sobre Guy Debord. Cf. Corrêa, 2017.

Tradução nossa). Entretanto, traços de uma perspectiva “conspiratória”²⁹⁶ da história estiveram de fato presentes na IS em pelo menos uma ocasião histórica (lembre-se que em 1979 o debate entre Debord e Sanguinetti está completamente afastado da IS, que na prática já se tinha dissolvido em 1970).

Quando, no dia 12 de dezembro de 1969, os serviços secretos italianos explodiram uma bomba no Banco da Agricultura em Milão (no evento conhecido como massacre da *Piazza Fontana*), com o objetivo de retaliar o “outono quente”, os situacionistas italianos denunciariam, ainda no calor dos acontecimentos, a provocação do Estado, difundindo clandestinamente o panfleto *Il Reichstag brucia*, em alusão ao incêndio criminoso do parlamento alemão ocorrido em 27 de fevereiro de 1933.²⁹⁷ Segue um trecho do panfleto, assinado anonimamente pelos *Amigos da Internacional* (1969):

Perante a escalada do movimento revolucionário, e apesar da ação metódica de recuperação dos sindicatos e dos burocratas da velha e da nova esquerda, o poder vê-se obrigado (...) a jogar desta vez a carta viciada do terrorismo (...) A burguesia italiana de 1969 (...) já não precisa dos erros dos velhos anarquistas para encontrar um pretexto para a concretização política de sua realidade totalitária, mas procura fabricar ela própria um tal pretexto, enterrando os novos anarquistas numa maquinaria policial (...) A bomba de Milão explodiu contra o proletariado (apud SANGUINETTI, 1981, p. 82).

Em 2003, Charles Reeve e Yves Pagès revelarão, por meio de uma pesquisa inédita, a história real do holandês Marinus van der Lubbe (1909-1934), um jovem holandês desempregado e próximo da perspectiva conselheira, condenado à morte e executado em 1934, que ficaria conhecido como o “incendiário do *Reichstag*”. Uma história até então mantida, desde os anos 1930, sob uma nuvem de fumaça conspiratória – a exemplo da questão do terrorismo na Itália – e que, mesmo na historiografia sobre o Terceiro Reich, ainda hoje não é objeto de consenso historiográfico.

No livro *Carnet de route de l'incendiaire du Reichstag* (2003), Reeve e Pagès demonstram como o incêndio no prédio do Parlamento alemão, em 1933, provocado por

²⁹⁶ O neologismo que conjuga “conspiração” e “paranoia” é empregado por Reeve e Pagès.

²⁹⁷ *Reichstag* é o nome do prédio onde funciona o parlamento federal da Alemanha (*Bundestag*). O incêndio de suas instalações é considerado um dos fenômenos originários do regime nacional-socialista alemão. Para Salinas, “o chanceler Adolf Hitler aproveitou esses fatos para obter a Lei de Plenos Poderes que lhe permitiu suspender os direitos civis, perseguir os partidos de esquerda, etc” (1996, p. 38). Em sua genealogia do *Estado de exceção* (2003), Agamben lembra o fato de que “a história do art. 48 da Constituição de Weimar é tão estreitamente entrelaçada com a história da Alemanha de entre as duas guerras, que não é possível compreender a ascensão de Hitler ao poder sem uma análise preliminar dos usos e abusos desse artigo nos anos que vão de 1919 a 1933” (2004, p. 28).

Marinus, suscitaria rapidamente duas teorias da conspiração sobre o evento, oriundas de campos opostos. Em desacordo com a perspectiva conspiracionista, os autores se opõem a “esta maneira de pensar os eventos sociopolíticos pelo único prisma do romance de espionagem”:

Nem o seu entorno nem a sua forte personalidade, nem o seu precoce instinto de revolta nem as suas atividades miliantes se equadram com o retrato fabricado *a posteriori*, de um pirômano semi-débil manipulado pelos nazistas ou, pior ainda, de um agente provocador à soldo do hitle-rismo (2003, p. 7. Tradução nossa).

De acordo com o teorema nazista, Marinus teria agido a mando do KPD, enquanto os comunistas o acusavam de ser manipulado pelo Partido Nacional-Socialista. Tais narrativas conspiranóicas serviam, com efeito, tanto aos nazistas quanto aos comunistas, de modos diferentes, em face da conjuntura, ao apagarem tanto a biografia de Marinus quanto a corrente política minoritária da qual ele era proveniente. A retórica nazista visava, assim, a criminalização dos comunistas, a abertura de um flanco para a destruição das bases políticas da República de Weimar e para a emergência do Terceiro Reich. Já a retórica comunista visava dissimular suas próprias contradições e erros, cujo papel na ascensão dos nazistas era denunciado justamente pelas correntes minoritárias e radicais de que Marinus fazia parte.

O que unia nazistas e comunistas era, nesse sentido, uma mesma concepção conspiracionista e golpista da história, apesar da contradição aparente: os primeiros, em chave contrarrevolucionária; os segundos, em chave dita revolucionária. A complexidade do caso Marinus levaria, por exemplo, a seção italiana da IS a partilhar as teses conspiracionistas dos comunistas alemães na ocasião do incêndio do *Reichstag*, ao relacionarem este evento à *Strategia della tencione* em ascensão na Itália a partir dos anos 1970. Ao intitular um panfleto seu de *Il Reichstag brucia* (1969), a seção italiana da IS parecia endossar o teorema da conspiração forjado pelos comunistas nos anos 1930, segundo o qual o incêndio do parlamento alemão seria parte de um complô nazista para criminalizar a esquerda alemã. Estratégia esta que, segundo os situacionistas, estaria sendo atualizada sob novas condições pelo Estado italiano.

Se, por um lado, tal acusação era válida para o caso italiano, como viria a ser comprovado mais tarde, a sua associação com o caso alemão, no entanto, reproduzia o anátema infamante mobilizado por nazistas e comunistas contra Marinus van der Lubbe. Se os situacionistas tivessem, na época, acesso ao material recentemente levantado por

Reeve e Pagès, certamente teriam evitado esta equivocada associação histórica entre dois fenômenos de naturezas tão distintas.

4.2. O marxismo das relações de produção de João Bernardo

João Bernardo nasceu no Porto, em 1946. Inicia-se na política lutando contra o fascismo, aos quinze anos de idade, no ano letivo de 1961-1962. Militava tanto no movimento estudantil como na ação clandestina, às margens do PCP. Ingressa em 1963 na Faculdade de Direito e, no dia 1º de Abril de 1965, será acusado de agredir²⁹⁸ Paulo Cunha, reitor da Universidade de Lisboa. Acusação que culminaria, em 1966, com uma sentença do Supremo Tribunal de Justiça pela sua expulsão de todas as universidades portuguesas por um período de oito anos. Meses depois, com o apoio de dois colegas, Bernardo roubou do Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, os volumes do seu processo de acusação, e depois os incinerou. Dois dias depois seria preso, e posto em liberdade uma semana depois, por ausência de provas.

É nesse período que entra para o PCP na qualidade de militante, entre 1963 e 1966. Tendo sido preso três vezes entre 1965-1966, Bernardo deixa o partido e se aproxima dos grupos maoístas em ruptura com o PCP. Em junho de 1968 parte para o exílio em Paris, onde permanecerá clandestinamente e com documentos falsos até abril de 1974, quando retorna a Lisboa, após o 25 de Abril, para fundar o jornal *Combate* e, desde então, atuar numa linha política esquerdista, em ruptura com o leninismo, em particular com o maoísmo.

Em 1984, Bernardo será convidado a lecionar no Brasil, onde vai se dedicar também a um trabalho de formação à convite da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Entre outubro e novembro de 1988, realiza uma série de aulas e seminários em universidades como Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade de São Paulo (USP); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Pontífica Universidade Católica (PUC) de São Paulo e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG), época em que trabalhava na redação do livro *Economia dos conflitos sociais*, publicado no Brasil pela editora Cortez em 1991. Em 1997, ministra um curso na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sobre os fascismos em perspectiva comparada e, no ano seguinte, defende na

²⁹⁸ Na verdade, João Bernardo, então um jovem de dezenove anos, não chegou a agredir Cunha, apesar de ter entrado em confronto corporal com dois funcionários que acompanhavam o reitor e impediram a sua aproximação.

mesma instituição uma tese de doutoramento sobre este tema. João residirá no Brasil até o final da década de 2010, quando retorna a Portugal.

Do comunismo ao esquerdismo, passando pelo maoísmo

Entre 1968 e 1970, militou no Comitê Marxista Leninista Português (CMLP), antes de ajudar a fundar uma dissidência à esquerda do CMLP, porém ainda no interior do marxismo-leninismo, os CCR (m-l), que se diluirão após o 25 de Abril. É nesse contexto que Bernardo formará, com João Crisóstomo e Rita Delgado, o jornal *Combate*, agora situado inteiramente fora tanto do marxismo-leninismo quanto do maoísmo.

Com a publicação de *Para uma teoria do modo de produção comunista* em 1975, João Bernardo se tornaria uma das três principais referências do marxismo português, ao lado do pró-russo Álvaro Cunhal (PCP) e do pró-chinês Francisco Martins Rodrigues (CMLP). Porém, naquele momento, como vimos, o jornal *Combate* se movimentava de modo completamente exterior ao comunismo e ao maoísmo de onde provinha Bernardo, um de seus principais dinamizadores. Dos CCR (m-l) ao *Combate*, nosso autor realiza uma ultrapassagem do campo da extrema-esquerda para o da corrente esquerdista:

Redigido quase todo antes do 25 de Abril de 1974, este livro reflectia principalmente os impasses a que me levava a prática militante no interior de organizações leninistas: primeiro o partido comunista, depois movimentos maoístas. Foi o desenvolvimento das lutas operárias posterior ao pronunciamento militar de 25 de Abril que me permitiu abandonar uma perspectiva que, se já não leninista, dependia ainda parcialmente de uma problemática de origem leninista. Pude então seguir de perto a extraordinária expansão de um movimento autónomo da classe proletária, particularmente pujante entre a segunda metade de 1974 e os fins de 1975 (BERNARDO, 2019, p. 78).

É, portanto, somente em 1975 que terá origem o “marxismo das relações de produção” em sentido bernardiano, bem como sua incorporação à corrente esquerdista portuguesa, de certo modo presente na experiência dos *Cadernos de Circunstância* e na ala festiva do movimento estudantil do Técnico, por volta de 1968, quando já se movimentavam não só por fora do maoísmo, como também contra ele e a esquerda de modo geral.

Desde então Bernardo se tornara o mais produtor teórico dessa corrente. De sua produção teórica dos anos 1970, para além de *Para uma teoria do modo de produção comunista*, destaca-se alguns panfletos e brochuras, tais como *A crise económica actual na esfera do capitalismo americano* (1975), *Um ano, um mês e um dia depois* (26 de maio

de 1975), *Para onde vai o 25 de Abril? (Economia e política da classe dominante)* (1975), *Lutas Sociais na China* (1976) e *O inimigo oculto* (1979). Retomando o rigor teórico-categorial do livro de 1975, publica em 1977 *Marx Crítico de Marx. Epistemologia, Classes Sociais e Tecnologia*, uma obra dividida em três volumes. Nos anos 1990-2000, diversos estudos seminais, como *Crise da economia soviética* (1990), *Dialética da Prática e da Ideologia* (1991), *Economia dos conflitos sociais* (1991), *Labirintos do fascismo*, estudo revisto e aumentado quatro vezes (1998, 2003, 2015 e 2018) e *Poder e dinheiro*, dividido em três volumes (1995, 1997 e 2002).

Não sendo o objetivo desta sessão realizar uma discussão aprofundada do conjunto de sua obra, procuramos tão somente destacar alguns pontos que nos parecem fundamentais, do ponto de vista teórico e de suas consequências no plano prático, para uma compreensão mínima acerca do percurso político e intelectual de João Bernardo.



Da esquerda para a direita: *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975), *Lutas sociais na China* (1976) e *O inimigo oculto* (1979)

Teoria e prática do modo de produção comunista

Redigido quase todo antes do 25 de Abril, *Para uma teoria do modo de produção comunista* (1975) é a primeira obra de Bernardo publicada em nome próprio. Logo em sua Introdução, o autor admite ter sido “militante há mais de dez anos em partidos – vários – todos eles reclamando-se de Lênin, e prossequindo de organização em organização a busca de um leninismo puro que fosse simultaneamente a condição e a realização da revolução social” (1975, p. 5). Contudo, como vimos, Bernardo seria levado, com o passar

do tempo, a uma ultrapassagem do leninismo e ao desenvolvimento de suas próprias ideias “num rumo que muitos apelidarão de anarquista ou anarquizante” (*Ibidem*). Tal epíteto, porém, não condiz absolutamente com seu percurso teórico que, como veremos, sempre se situou no campo do marxismo, ainda que heterodoxo e antagônico à ortodoxia dos partidos marxistas-leninistas. O biênio de 1974-1975 causaria um profundo impacto no percurso teórico e político de Bernardo:

Foi o desenvolvimento das lutas operárias posterior ao pronunciamento militar de 25 de Abril que me permitiu abandonar uma perspectiva que, se já não leninista, dependia ainda parcialmente de uma problemática de origem leninista. Pude então seguir de perto a extraordinária expansão de um movimento autónomo da classe proletária, particularmente pujante entre a segunda metade de 1974 e os fins de 1975. Essa experiência possibilitou-me a ultrapassagem de certos aspectos deste livro, levando-me nomeadamente a redefinir o campo de luta em que o proletariado desenvolve as relações sociais comunistas (2019a, p. 78).

Na busca de uma resolução teórico-prática para a oposição fundamental, em nível ideológico, entre marxismo e anarquismo, sua ultrapassagem deste campo seria fortemente motivada por três fatores concretos: a derrota da revolução cultural na China; o seu engajamento nas organizações leninistas; e o estudo de experiências históricas passadas “cuja versão oficial tinha há muito arquivada como certa (...) e que não o era” (1975, p. 7). É por este motivo que, na segunda metade do livro, o historiador português empenha-se numa crítica das contradições da segunda revolução russa, centrada na noção por ele desenvolvida de *ambiguidade do movimento operário*. Ao conceber a teoria como nada mais que “a sistematicidade do conhecimento de uma prática”, Bernardo elenca alguns dos princípios que estariam na base de sua primeira obra teórica:

O comunismo como dominância dos produtores socialmente organizados sobre a produção; a realização do comunismo como fusão do político no econômico pelo poder cada vez mais direto do produtor tanto no político como no econômico; os conselhos de fábrica como condição da realização do comunismo e instituição dessa realização (*Ibidem*, p. 8).

Isto é, Bernardo visa igualmente tanto à existência social (em germe nas lutas dos conselhos de trabalhadores) como à existência ideológica do modo de produção comunista (enquanto oposição à lei do valor do modo de produção capitalista). Em sua pers-

pectiva, a estrutura do modo de produção capitalista produzida pela moderna teoria revolucionária de Marx desenvolve-se em torno de um eixo central, que é a *lei do valor*. Segundo Bernardo, a dupla determinação da lei do valor (tempo de trabalho incorporado; tempo mínimo de trabalho incorporado) aparece desarticulada em Marx. O que ele propõe é, nesse sentido, uma reformulação da lei do valor, pela qual se revela o antagonismo do modo de produção comunista (lei do institucional) em relação ao modo de produção capitalista (lei do valor). Tal proposição, como vimos, seria marcada, no plano histórico, por uma ruptura com o maoísmo, provocada pelo 25 de Abril, que o levaria a reorientar as polémicas internas aos CCR (m-1) num sentido exterior ao marxismo-leninismo:

O golpe militar de 25 de Abril de 1974, que derrubou o fascismo e deu início a um longo processo revolucionário e me fez desistir, a mim e a outros dois camaradas, da polémica no interior dos Comitês Comunistas Revolucionários e nos levou a situarmo-nos num âmbito já exterior ao leninismo. O jornal *Combate* nasceu nesse processo. O fim do fascismo implicou também o fim da censura, o que me permitiu reescrever todo o livro numa linguagem explícita, e o *Nova Institucional* passou a intitular-se, de maneira clara, *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Os leitores que conheçam esse livro sabem que nele eu contraponho a Lei do Valor, definidora do capitalismo, a uma Lei do Institucional, vocacionada para presidir a um sistema económico-social comunista (2020a, s/p.).

A “primeira forma de realização da lei do valor” ocorre com a primeira Revolução Industrial, onde se dá uma cisão originária entre trabalho vivo e trabalho morto. Já a “segunda forma de realização da lei do valor” ocorre, no plano histórico, com a chamada Automatização, que inaugura a completa cisão entre o trabalhador e o trabalho. A lei do valor, isto é, “a lei do tempo de trabalho mínimo incorporado nos produtos” (1975, p. 80) representa, na terminologia bernardiana, a “lei da dinâmica da tecnologia capitalista”:

A forma capitalista de vivificação do trabalho morto pelo trabalho vivo produz e generaliza a luta social dos detentores do trabalho vivo contra o modo de produção. Assimilar a lei do valor às leis do preço de mercado e fazer crer que o desaparecimento do mercado era o desaparecimento do modo de produção capitalista era produzir um campo em que convergiram ideologicamente os interesses daqueles que lutavam por reproduzir o capitalismo nas novas formas de sua realização e os interesses desviados dos que combatiam pela destruição do capital (*Ibidem*, p. 58).

Dá-se o nome de “revisão” a essa forma de integração ideológica das lutas em prol da extinção do capital. Porém, a julgar que tal terminologia pertencia ao mesmo

campo dessa subordinação, Bernardo opta por uma outra, segundo ele mais adequada, de *ambiguidade* do movimento operário. Tal ambiguidade se refere, pois, ao “ponto ideológico em que o movimento operário se subordinava aos interesses da reprodução da exploração” (1975, p. 59), e se verificaria primeiramente em Marx, o “próprio produtor dos conceitos científicos de análise e destruição do capitalismo” (*Ibidem*, p. 63). O que ele caracteriza como “indeterminação” da lei do valor, isto é, “a lei central do modo de produção capitalista” (1975, p. 64), se exprime no comunista alemão “sob a forma da assimilação da lei do valor à sua realização nos preços de mercado” (*Ibidem*, p. 61), e pela “assimilação do capitalismo à forma livre-concorrencial de realização do capitalismo” (1975, p. 64). Tal assimilação cumpriria na história uma importante função ideológica, qual seja, “a de assimilar o comunismo ao capitalismo” (*Ibidem*, p. 67).

Segundo o autor de *Para uma teoria do modo de produção comunista*, se tal indeterminação tem origem no próprio momento da determinação da lei do valor, com Marx, “é porque é bem forte a base objetiva que tem nessa indeterminação a sua expressão” (1975, p. 65). Em sua perspectiva unitária (teórico-prática), a evolução dessa base objetiva encontra-se indissociável da história do movimento operário e de suas derrotas.

O antagonismo básico do modo de produção capitalista, entre as forças produtivas e as relações de produção, de acordo com a repisada fórmula marxiana, é concebida por Bernardo senão como a “expressão mais aparente da contradição intrínseca à lei do valor”. Deste modo, “ela é uma contradição estrutural, o que quer dizer que os seus termos estão estruturalmente articulados numa forma contraditória. Ela é, portanto, irresolúvel no seu próprio campo” (1975, p. 73).

Disto decorre uma crítica da forma sindical de organização, “que tem por fim unicamente a luta no mercado da força de trabalho por um salário mais elevado e que corresponde a um estágio hoje inteiramente ultrapassado do desenvolvimento material da classe operária” (*Ibidem*, p. 74). Tal forma assumida pela moderna luta da classe operária é, pois, inseparável de sua existência enquanto classe assalariada. Ela não apenas ultrapassa os limites do capitalismo, como se encontra *integrada* a eles, na medida em que se realiza “em função de objetivos programáticos mais ou menos limitados” (1975, p. 76). A destruição da sociedade da exploração, ancorada no modo de produção capitalista, não pode advir, nesse sentido, de parciais objetivos econômicos, salariais, “mas sim através da sua prática material na luta” (*Ibidem*, p. 74).

Assim, a forma de organização que corresponde a uma unificação das massas operárias “em função da sua prática material de luta e não em função de objetivos mais ou

menos limitados”, são os conselhos de trabalhadores. Bernardo compreende os conselhos em sentido amplo, embora considere-os o eixo fundamental desta forma de organização. Eles podem construir-se em função de problemas particulares, como habitação, educação, transportes, entre outros, e por meio de formações específicas tais como os comitês de greve ou as comissões de fábrica. Portanto, o caráter revolucionário dos conselhos verifica-se não pelos objetivos de cada luta particular, “mas sim à forma assumida pela luta em seu aspecto material” (1975, p. 75). Em outro lugar, Bernardo pondera justamente que “a forma é o verdadeiro conteúdo” das lutas. De origens estéticas (neoplasticistas), esta noção preside toda a sua análise dos conflitos e movimentos sociais:

É a forma das relações que determina as suas potencialidades e as linhas de desenvolvimento possíveis. É a forma das relações estabelecidas numa dada luta que determina a sua capacidade para romper, ou não, com os sistemas de organização capitalistas, para fundar um relacionamento igualitário ou para reproduzir novas burocracias, para passar além ou para envernizar com outros tons o presente (2019a, p. 12).

Apenas os conselhos de fábrica conferem, desta perspectiva, “à generalidade dos elementos da classe operária uma prática de luta que desenvolve a experiência do controle direto da produção e da vida social, bem como os conceitos teóricos dessa experiência” (*Ibidem*). Os conselhos constituem, assim, uma forma embrionária do futuro “Estado em extinção”, movimento através do qual o comunismo poderá irromper no sentido bernardiano, ensejando assim as “futuras relações de produção comunistas, visto que se definem precisamente por passarem à prática formas embrionárias de controle e de gestão da produção pelos trabalhadores” (1975, p. 76). Em seu Prefácio à edição espanhola de 1977, Bernardo explica que:

Neste livro [*Para uma teoria do modo de produção comunista*] denomino “conselhos de fábrica” todas aquelas instituições de luta directa, autónoma, que, porque fluidas e espontâneas, o proletariado cria sempre, e sempre sob nomes diversos (em Portugal seriam, depois do 25 de Abril, às “comissões de trabalhadores”); não se trata de aferir essas instituições por um padrão único, pois uma das suas características é a permanente mutabilidade das formas organizacionais concretas em que se constituem (2019, p. 81).

Visando a ideologia do “conselhismo”, Bernardo alerta para uma recuperação do termo “conselho”, em voga naquele período, por “certas tendências esclerosadas que pretendem encerrar o futuro do movimento operário numa espécie de museu das figuras de cera das revoluções passadas” (*Ibidem*).

O processo de realização de novas relações de produção constitui na realidade um movimento de *extinção do poder político*, isto é, de “destruição pela classe operária do aparelho de Estado da burguesia e da edificação de uma nova forma de poder político” (*Ibidem*, p. 88). Ao fazê-lo, o operariado se extingue enquanto classe operária, pois ele só existe em função das relações de produção capitalistas, enquanto que, “no modo de produção comunista, a determinação de produtor é outra, abarcando todos os elementos ativos do corpo social” (1975, p. 89).

O modo de produção capitalista resulta de uma articulação entre as forças produtivas com as relações sociais capitalistas. As instituições derivadas da luta proletária, como os conselhos, entram em antagonismo com este modo de produção, ao produzirem relações sociais de tipo novo. Bernardo coloca, desta maneira, os conflitos sociais no cerne do modo de produção capitalista, na medida que explicam o desenvolvimento e pautam o ritmo e a dinâmica do próprio capitalismo.

Sua perspectiva teórica e política evita, nesse sentido, o estabelecimento de qualquer necessidade de um período ou fase de “transição” de um modo de produção a outro (capitalista para comunista), uma vez que é na própria dinâmica das lutas autônomas que se criam as relações sociais de outro tipo e que constituem a base do novo modo de produção. O processo de extinção do poder político não pode, nesse sentido, ser definido como algo semelhante a qualquer “ditadura do proletariado” uma vez que, pelo contrário, “a extinção do poder político significa, entre outras coisas, a realização final da extinção do proletariado como classe” (*Ibidem*, p. 90). Nestes termos, a ditadura do proletariado, que Marx havia denominado “socialismo” ou “estágio inferior do comunismo”, não pode ser mais do que uma “ambição utópica de inverter a contradição política sem desestruturar os seus elementos” (1975, p. 90). Deste modo, se o pensamento de Bernardo deve muito à obra do comunista alemão, não há dúvida de ele que resulta também de um enfrentamento crítico com a obra marxiana, exposto nos três volumes de *Marx crítico de Marx*.

Bernardo conclui *Para uma teoria do modo de produção comunista* com uma defesa dos conselhos como a forma de organização própria de um “movimento operário não ambíguo”, resgatando a “pergunta dramática que durante vinte anos de refluxo fizeram

os representantes de uma das vias da interpretação pela ambiguidade. Socialismo ou barbárie?” (1975, p. 324). Deste modo, acaba por inscrever o seu marxismo das relações de produção numa ultrapassagem das posições de Castoriadis, que para Bernardo confundiu sistematicamente “a tecnocracia como base de classe do capitalismo de Estado monopolista com a burocracia dos partidos operários como uma expressão política dos interesses dessa tecnocracia” (*Idem*, p. 304). Saliente-se que, no plano conceitual, Bernardo utiliza a terminologia “tecnocracia” em *Para uma teoria do modo de produção comunista* e, a partir de *Marx crítico de Marx*, passará a utilizar o termo “gestores”.

Marxismo ortodoxo e marxismo heterodoxo

Na síntese de sua obra teórica, exposta em *Economia dos conflitos sociais* (1991), Bernardo se identifica com a corrente do “marxismo das relações de produção”. Esta tradição teórica – que por nossa conta associamos aqui ao campo político do esquerdismo –, tem inspirado, segundo ele:

Todos que, no campo do marxismo, assumem uma posição de crítica às instituições do poder. Concentrar a atenção nas relações de produção significa averiguar, em cada caso, se a exploração existe e quais são as suas formas. Por isso esta corrente não identifica o socialismo com quaisquer sistemas de organização e de planificação que retirem aos trabalhadores o controle sobre os processos de trabalho e sobre a organização global da economia (1991, p. 315).

Já o “marxismo das forças produtivas”, no sentido oposto, “é uma ideologia do poder ou, mais exatamente, uma das ideologias da reorganização e do desenvolvimento do poder capitalista” (*Ibidem*, p. 314). Representa, pois, o fundamento teórico do capitalismo de Estado. No esquema bernardiano, o marxismo das forças produtivas corresponde ao “marxismo ortodoxo”, e o marxismo das relações de produção, ao “marxismo heterodoxo”. Em *Marx crítico de Marx*, Bernardo demonstra como estas duas correntes encontram-se articuladas contraditoriamente numa doutrina unificada, na obra do próprio Marx. Já a bifurcação do marxismo em duas correntes distintas tem suas origens nas tentativas de ruptura históricas do proletariado com o modo de produção capitalista e seus esboços de um sistema econômico, político e social antagônico a ele, corporificando na prática a separação existente no plano teórico.

Gregos e romanos possuíam duas palavras diferentes para designar a alteridade: *allos* e *alius* para a alteridade genérica, e *heteros* e *alter* para a alteridade como oposição entre dois. Nesse sentido, um pensamento heterodoxo não é simplesmente aquele que

difere, mas sobretudo aquele que *diverge*. Maurício Tragtenberg, amigo e interlocutor brasileiro de Bernardo, por sua vez, avalia que o “marxismo heterodoxo” se define por uma leitura não regida por moldes “ortodoxos” definidos pelo marxismo-leninismo, que fundamentavam as análises dos PCs vinculados ao modelo da URSS: “os marxistas heterodoxos colocam em discussão a noção de partido hegemônico” (1981, p. 7).

Na perspectiva teórica e histórica de Bernardo, toda ortodoxia é aferida pelas decisões do poder, sendo ortodoxas, nesse sentido, “aquelas teses com que os vitoriosos concebem a vitória e a proclamam enquanto tal” (1991, p. 314). Deste modo, se é a vitória no poder que define cada ortodoxia, “então os críticos do poder não podem senão ser heterodoxos” (*Ibidem*, p. 315), identificando-se, nesse sentido, com os vencidos da história. Segundo Bernardo, a classe que corresponde à ortodoxia do marxismo das forças produtivas não é, pois, nem a burguesia nem o proletariado, mas a dos gestores e de sua hegemonia. Diferentemente dos discípulos ortodoxos de Marx, que procederam a uma “leitura redutora” de sua obra, a corrente heterodoxa do marxismo das relações de produção revela-se hostil a qualquer forma de capitalismo:

Enquanto os gestores que se reivindicam do marxismo proclamam o caráter socialista dos regimes onde prevalecem, argumentando para isso que assentam no desenvolvimento das forças produtivas e que tomam a disciplina empresarial como modelo de organização social, os críticos que se reivindicam do marxismo respondem que esse pretenso socialismo mais não é do que a continuação da extorsão da mais-valia, em formas de capitalismo mais concentradas e centralizadas e nas quais a propriedade do capital, mediante o exercício do controle, tornou-se coletiva à classe dos gestores. Enquanto os defensores do marxismo das forças produtivas apresentam estes regimes como socialistas, por serem planejados, os que defendem o marxismo das relações de produção argumentam que esse tipo de planificação é o instrumento do capital, porque retira o controle à classe trabalhadora para reservá-lo aos exploradores (1991, p. 315).

Portanto, a bifurcação, no plano ideológico, entre duas correntes antagônicas do marxismo, corresponde, no plano dos conflitos sociais, a uma oposição prática entre trabalhadores e gestores. Ainda no que se refere ao plano material de tal antagonismo, é justamente por conferir centralidade às relações e conflitos sociais próprios ao modo de produção capitalista, que o marxismo heterodoxo demonstra um interesse especial pelas dinâmicas organizativas das classes trabalhadoras ao longo de sua história. Ele confere primazia à seguinte questão: a classe trabalhadora se organiza a si própria (auto-organização) ou é organizada por uma classe exterior a ela (hetero-organização)?

Apesar do duplo antagonismo, teórico (marxismo ortodoxo vs. marxismo heterodoxo) e prático (hetero-organização vs. auto-organização), que fundamenta tal problemática, na dinâmica da realidade concreta as formas de auto e hetero-organização da classe trabalhadora não apenas coexistem como se condicionam reciprocamente. São forças paralelas que concorrem entre si, conforme se verificou em diversas situações revolucionárias ao longo da história, da Comuna de 1871 à revolução portuguesa de 1974-1975, da revolução russa de 1917 à revolução alemã de 1918, da revolução espanhola de 1936-1937 ao Maio de 68, por meio de processos de recuperação burocrática das lutas autônomas do proletariado pela tecnocracia gestora do Estado e seus aparelhos partidário (político) e sindical (econômico).

A teia labiríntica dos fascismos

Uma das mais aprofundadas e complexas análises teórica e histórica sobre o fenômeno fascista a nível mundial teve sua origem na moderna corrente esquerdista portuguesa. *Os labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*, de João Bernardo, resulta de sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Campinas, no ano de 1998. Desde então, mais três versões da obra, ampliadas, foram publicadas. A segunda, pela editora Afrontamento, em 2003, e as terceira e quarta versões, de modo independente pelo próprio autor, em 2015 e 2018, que se viu “farto das editoras”, em suas próprias palavras. Inscrita numa *crítica estratégica*, mais do que num esforço de tipo historiográfico, o que *Os labirintos do fascismo* apresenta “não é uma história do fascismo, mas a apresentação histórica de problemas que o fascismo revelou plenamente como tais e que continuam hoje por resolver” (2018, p. 8).

Ao centrar a sua análise na circulação de quadros ideológicos e organizacionais por entre “amplas vertentes do fascismo e por sectores significativos do movimento revolucionário, bem como para a circulação de pessoas entre os dois campos opostos” (*Ibidem*, p. 259), Bernardo procura desenredar a teia labiríntica por onde, ao longo do século dos extremos, alguns temas da extrema-esquerda encontraram correspondência na extrema-direita. Mais do que isso, a obra avança hipóteses mais heréticas do que as ortodoxias de esquerda gostariam de admitir, como, por exemplo, o fato de que tal correspondência “não poderia verificar-se se o movimento operário não tivesse começado já a dar a esses temas outra conotação e se entre ambos os extremos não houvesse um encadeado

de acções e uma circulação de figuras políticas” (*Ibidem*). O tema do nacionalismo, presente em ambas as extremidades do espectro político, constitui um elemento central de sua hipótese. Por isso, a coragem de sua argumentação reside justamente em apontar que “a crítica do fascismo requer uma crítica do capitalismo e uma autocrítica do movimento operário” (*Ibidem*, p. 259). Nesse sentido, Bernardo procurou desenredar, no plano histórico, os mecanismos que levaram a dissolução do movimento operário a gerar a ascensão do fascismo, movimento por ele definido como uma “revolta dentro da ordem”:

Sempre que se confrontou com o movimento operário organizado, o fascismo só alcançou a hegemonia depois de haver desaparecido do horizonte a alternativa social incorporada pelas manifestações de luta colectivas e activas, e desde que, por outro lado, persistissem entre os trabalhadores todos os motivos de insatisfação. Com o abandono da esperança revolucionária, a hostilidade de classe passava a assumir a forma degenerada do ressentimento. Diluídas as redes de solidariedade, os trabalhadores já não apareciam como membros de uma classe e apresentavam-se como elementos das massas. Uma massa agitada pelo descontentamento, mas sem nenhuma expectativa que não se cingisse à sociedade existente — eis a base popular da revolta dentro da ordem (2018, p. 26).

O triunfo do fascismo decorre, portanto, de uma burocratização das formas sociais inovadoras criadas pelo movimento operário, que condicionam fortemente a sua derrota. Isso aconteceu tanto na Itália como na Alemanha, onde se constituíram as duas formas mais conhecidas de fascismo. Subjaz a essa tese o fato de que o fenômeno da burocratização é sempre condicionado pelo grau de passividade da base do movimento operário, nunca pela sua cúpula:

Por mais que os dirigentes queiram assumir uma postura independente e consagrar os seus privilégios momentâneos como um direito próprio, jamais o poderão fazer se a luta mantiver um dinamismo colectivo e os trabalhadores comuns se conservarem activos e vigilantes (*Ibidem*, p. 27).

O desenvolvimento da burocratização leva a uma independentização dos dirigentes em relação às bases. Assim, o levante operário e camponês esboçado em junho de 1919, e que no mês seguinte se espalharia por toda a Itália, revelou que as direcções sindicais e a cúpula do Partido Socialista não estavam dispostas ao confronto direto com o capital, isso quando não eram francamente avessas a uma agudização das lutas:

Os quase dezenove milhões de dias de trabalho que a indústria perdera em 1919 por motivo de greve e os dezesseis milhões e quatrocentos mil perdidos em 1920 reduziram-se em 1921 a menos de oito milhões e em 1922 mal ultrapassaram os seis milhões e meio. A indiferença ou a hostilidade que os dirigentes socialistas e sindicais haviam manifestado desde início perante as aspirações mais inovadoras da vanguarda anónima levaram-os a adoptar moldes inteiramente convencionais na condução do surto revolucionário, embotando-lhe o radicalismo e destruindo-lhe a dinâmica motriz (BERNARDO, 2018, p. 30).

Mussolini e os demais chefes fascistas italianos tiraram proveito de tais contradições do movimento revolucionário conhecido como *Biennio Rosso* (1919-1920), atacando os grevistas como perigosíssimos extremistas, expondo a demagogia dos dirigentes sindicais e socialistas e, ao mesmo tempo, reconhecendo alguma justiça nas reivindicações dos trabalhadores. Foi assim, de acordo com Bernardo, que os chefes fascistas tiveram o terreno finalmente livre para arrebatar à sua maneira as massas populares. Protagonista das lutas daquele período, o anarquista Errico Malatesta testemunhava aquele processo nas páginas do *Umanità Nova* de junho de 1922:

Bastaram o trabalho dissimulado dos dirigentes da CGT e os acordos realizados com Giolitti²⁹⁹, que fizeram com que se acreditasse numa espécie de vitória, com a trapaça do *controle operário*, para que os operários deixassem as fábricas, no momento exato em que eram maiores as probabilidades de êxito (apud PARIS, 1976, pp. 96-97).

Na Alemanha, durante os primeiros anos da República de Weimar, apenas em alguns casos específicos a violência opôs diretamente os trabalhadores auto-organizados em conselhos revolucionários (democracia direta) aos representantes dos órgãos hetero-organizados (democracia representativa). Tal nuance é salientada por Bernardo:

O que sobretudo se verificou foi a progressiva desnaturação dos conselhos, graças a modalidades de recuperação que mantinham os nomes das instituições revolucionárias e lhes alteravam o funcionamento, escondendo, como sempre, a degenerescência do conteúdo por detrás de uma ilusória continuidade formal (2018, p. 38).

A recuperação do sistema de conselhos pelo parlamentarismo conduziu as expectativas de autoemancipação do proletariado alemão, cristalizadas em suas inovadoras formas de auto-organização, no seu exato oposto: o corporativismo hetero-organizativo dos gestores. Mais tarde, o esboço de democracia direta realizado pelo poder autónomo dos

²⁹⁹ Giovanni Giolitti (1842-1928) foi primeiro-ministro da Itália entre 1920 e 1921.

conselhos seria superado pelo autoritarismo empresarial e pelo poder discricionário dos patrões:

O tema da destruição das hierarquias, que inspirara o sistema de conselhos, viu-se reduzido às *encenações simbólicas* de que o fascismo foi mestre e em que marchavam lado a lado, com o mesmo passo e os mesmos uniformes, por umas horas apenas, aqueles que no resto da vida tudo distinguia. Uma vez mais a forma, aqui um *simulacro da forma*, cobria a inversão do conteúdo (BERNARDO, 2018, p. 43. Grifos nossos).

Como se pode notar, Bernardo atribui um forte peso ao fator ideológico na constituição dos regimes fascistas na Itália e na Alemanha. Tal procedimento de “recuperação” do significado social e politicamente revolucionário das formas de auto-organização criadas pelos trabalhadores em suas lutas que, originalmente cristalizadas na forma conselho, seriam posteriormente “desviadas” pelos fascistas visando a fins contrarrevolucionários, contudo, parece escapar ao Debord de 1967, para quem “o fascismo (...) em si não é fundamentalmente ideológico. Apresenta-se como aquilo que é” (1997, p. 75).

Baseado nas teses do romeno Mihail Manoilescu (1891-1951), economista e teórico do corporativismo europeu dos anos 1930, autor de *O século do corporativismo* (1938), Bernardo lembra que a organização econômica corporativista dos fascismos italiano e alemão “tornaria de novo competitivos os países europeus mediante a redução operada nos salários dos trabalhadores e nos lucros dos patrões” (2018, p. 245), correspondendo, assim, a uma diminuição dos rendimentos das duas forças cuja supremacia havia sucessivamente caracterizado os estágios anteriores, levando a uma hegemonia dos *gestores* em relação aos proprietários privados e aos trabalhadores. É nesse sentido que Bernardo qualifica o fascismo como um “capitalismo de gestores”:

A diminuição dos lucros dos capitalistas privados não podia ser levada a cabo nas democracias, porque aí, apesar de o movimento operário e socialista gozar de liberdades, os capitalistas eram os mais poderosos e o Estado liberal não intervinha nas questões económicas. A passagem à economia organizada exigia, portanto, o fim das democracias e a instauração do fascismo, de modo a rebaixar os lucros dos patrões em benefício da remuneração dos gestores (...) Perante esta falência histórica da classe que até então havia sido hegemónica foram os gestores quem assumiu a direcção dos acontecimentos, salvando o capitalismo (*Ibidem*, p. 246).

A concisão do esquema analítico de Debord não lhe permite distinguir com muita clareza uma diferença importante entre as experiências econômicas nazifascistas na Itália e na Alemanha da experiência bolchevique na Rússia. Segundo Bernardo, enquanto nas experiências italiana e alemã, burgueses e gestores uniram-se na salvação do capitalismo contra os trabalhadores, na URSS, a classe nascente dos gestores procurou aliar-se às classes trabalhadoras contra a burguesia russa:

Enquanto o proletariado procurava a aliança dos gestores para destruir ou transformar as relações sociais de produção, identificando assim a burguesia com a totalidade do capitalismo, os gestores ambicionavam o apoio do proletariado para remodelar as relações jurídicas de propriedade, de maneira a desenvolver formas de apropriação adequadas ao carácter colectivo da sua classe e retirar à burguesia a exclusividade do controle do capital. Nesta confusão entre relações de produção e relações de propriedade ocorreram todas as grandes derrotas do movimento operário e os mais macabros paradoxos do socialismo (*Ibidem*, p. 247).

Porém, não obstante essa relevante distinção, tanto na experiência nazifascista quanto na fase stalinista da experiência soviética ocorreu igualmente uma mobilização do proletariado sob o comando dos gestores. O italiano Bruno Rizzi, em *A burocratização do mundo* (1939), integra tanto o fascismo quanto a burocracia stalinista no que chama de “coletivismo burocrático”, ao qual também se integrava o *New Deal* de Roosevelt. Se, por um lado, “a burocracia sindical dos países capitalistas se encontra ao serviço da burguesia, no Estado soviético essa burocracia está ao serviço de um Estado burocrático e, por conseguinte, ao seu próprio serviço”, por outro lado, “entre a burocracia sindical soviética e a americana, inglesa ou francesa, as diferenças não são muitas no tocante aos objetivos a atingir” (RIZZI, 1983, p. 28).

Grosso modo, para Bernardo, o fascismo português representava uma terceira via de superação, ao mesmo tempo, tanto do capitalismo de Estado socialista como do capitalismo livre-concorrencial, baseada no poder dos gestores sobre burgueses e trabalhadores, mas em nome do poder econômico burguês.

A transição política do capitalismo fascista para o capitalismo democrático, processada entre 1974 e 1976, seria marcada por uma continuidade do poder central dos gestores, que salvaria a burguesia portuguesa nas novas condições de modernização do capitalismo: “ainda que os gestores e a renovada burguesia tivessem acabado por ultrapassar o arcaboço do regime fascista e promovessem formas de democratização, o certo

é que para além das inegáveis rupturas os traços de continuidade não foram menos reais” (2018, p. 366).

Como procuramos demonstrar neste curto itinerário, o percurso teórico de Bernardo após 1974 insere-se plenamente não apenas na corrente heterodoxa do marxismo das relações de produção, bem como seu percurso político o situa na corrente esquerdista, isto é, ao lado das classes trabalhadoras e de suas formas unitárias (econômico-políticas) de auto-organização, contrárias às formas separadas (econômica e política) de hetero-organização defendidas pela classe tecnocrática-gestorial e pelos teorizadores do marxismo ortodoxo.

4.3. A anarquia sem “ismos” de José Maria Carvalho Ferreira

Diferentemente de Jorge Valadas e João Bernardo, José Maria Carvalho Ferreira seguiu um percurso intelectual vinculada a instituições acadêmicas, pesquisando, lecionando e orientando estudos científicos no âmbito da sociologia política, urbana e rural e, mais particularmente, no domínio da psicossociologia das organizações. Seguiu, assim, o percurso de outros integrantes do círculo circunstancialista, como Manuel Villaverde Cabral,³⁰⁰ Fernando Medeiros,³⁰¹ João Freire³⁰² ou José Rodrigues dos Santos.³⁰³

Fernando Medeiros, amigo de José Maria C. Ferreira desde o exílio em Paris, por volta de 1970, dedicou em 2018 um ensaio de biografia intelectual e política em sua homenagem, “pelo prisma da sociologia” (2018, p. 68). Ao comentar o paralelismo de suas carreiras universitárias, bem como sua convergência institucional quando Medeiros passa a integrar o corpo docente do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, o antigo circunstancialista (da primeira fase dos *Cadernos*) lembra como tal “viragem acadêmica” (afinal, José Maria trabalhava como mecânico de automóveis em França) seria acusada de “traição” por antigos camaradas de luta. Jorge Valadas, por exemplo, que procurou “manter uma distância salutar para com as instituições universitárias e a investigação que ali se faz”, reconhece que “por vezes terei sido um pouco intolerante para com amigos que optaram por essas

³⁰⁰ Professor da Universidade de Lisboa.

³⁰¹ Professor da Universidade de Paris Ouest e da Universidade de Lisboa.

³⁰² Professor emérito do Instituto Universitário de Lisboa.

³⁰³ Professor da Universidade de Évora.

vias”. Postura esta que, no entanto, seria mais tarde revista: “hoje considero isso excessivo, na medida em que cabe a cada um escolher o seu caminho e assumir as consequências dos inevitáveis compromissos” (2020b, p. 105).

Um operário no círculo de intelectuais circunstancialistas

Contudo, a colaboração permanente de José Maria com publicações, coletividades e indivíduos anarquistas, para além das revistas académicas e dos congressos de sociologia, coloca este “operário-universitário” (na expressão de Medeiros) numa posição semelhante àquela do brasileiro Maurício Tragtenberg, que também procurou aliar o discurso sociológico a uma prática pedagógica e política autónoma e crítica em relação ao “poder do saber” (Bakunin). Não é por acaso que, no Brasil, a crítica de Tragtenberg ao fenómeno que ele chamou de “delinquência académica”, com José Maria C. Ferreira assume a forma de uma crítica da “cafetinagem académica”.³⁰⁴ Assim, de acordo com Medeiros, José Maria fez da passagem entre dois universos, o da “experiência do *engagement* militante” e aquele “marcadamente codificado e ritualizado do *Homo academicus*” (2018, p. 69), o “tema-epítome de uma vida”. Sua formação política e cultural, antes de conhecer os *Cadernos de Circunstância* em abril de 1970, se divide em dois horizontes temporais distintos.

No plano da formação cultural, para além da instrução primária concluída em Canadões, freguesia de Meca, no Concelho de Alenquer (onde nasceu em 1945), depois em Lisboa, no ano letivo de 1956-1957. Mais tarde, exercendo a profissão de operário mecânico, frequentou o ensino noturno da Escola Industrial Afonso Domingues (entre 1962 e 1966) até ao quarto ano e, finalmente, o ensino liceal noturno no Lycée Charles Pierre (entre 1966 e 1969), sem contudo ter terminado o antigo sétimo ano do liceu.

No que concerne à formação política, esta circunscreveu-se basicamente à agitação no tecido industrial da região de Lisboa – para onde foi trabalhar quando fugiu de sua infância camponesa em Alenquer, aos treze anos (MEDEIROS, 2018) – e, por outro lado, à sua participação como delegado da freguesia de Campolide no âmbito da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), durante as eleições para a assembleia legislativa de 26 de outubro de 1969. Esta Comissão possuía fortes laços táticos e estratégicos com o PCP. De acordo com Medeiros:

³⁰⁴ Cf. Valentim, 2018.

Isso ocorreu no período 1967-1969, durante o qual a “agitação” social nos meios operários urbanos se tornou mais visível chegando mesmo a desembocar, em 1968, numa enfiada de greves e de protestos reivindicativos que o José Maria seguiu de perto. No ano seguinte, 1969, foram as grandes mobilizações à volta das eleições legislativas em que ele se envolveria a fundo, como membro e delegado da CDE (2018, p. 80).

Em sintonia com a atividade política, destaca-se sua participação ativa, a partir de 1965, em manifestações cívicas e culturais contestatárias do regime fascista de Salazar e Caetano, tanto em reuniões clandestinas quanto na assistência técnica em festivais de “música de intervenção” (conhecida no Brasil como “música” ou “canção de protesto”). Medeiros lembra que, na época de sua atuação como delegado da CDE, José Maria desenvolveu formas de militância novas e indesejáveis para a linha do PCP, apesar de sua profissão de fé na “construção do socialismo”, como a de vestir-se com cartazes contendo palavras de ordem contrárias à repressão, protestando individualmente e sem qualquer mediação coletiva contra o regime. Até meados de 1970, quando ocorre o seu encontro com os circunstancialistas, José Maria ainda nutria o desejo de viajar à Cuba para “ajudar a construir o socialismo” cubano, chegando a procurar a Embaixada de Cuba em Lisboa para este fim. Medeiros revela também como foi esta, aliás, “a razão de sua saída de Portugal para Paris, em Março de 1970, onde ele pensava obter o precioso visto através da Embaixada de Cuba [em Paris]” (2018, p. 80). Contudo, a convivência com o círculo dos circunstancialistas lhe ensinará fundamentalmente “a não cair do embuste que era o socialismo real à escala mundial”,³⁰⁵ constituindo um ponto de virada crucial em seu percurso político. A partir de então, José Maria C. Ferreira passa a defender um marxismo de tonalidade situacionista, antes de se aproximar definitivamente do anarquismo.

Idílio Ribeiro, que distribuía clandestinamente os *Cadernos de Circunstância* em Lisboa, deu o endereço do circunstancialista Manuel Villaverde Cabral em Paris a José Maria, para que este o procurasse. Cabral, no entanto, persuadirá José Maria de não ir a Cuba, ficar em Paris e “construir o socialismo em Portugal” (apud MEDEIROS, 2018, p. 81). Logo, José Maria se tornará “um trunfo imperdível para o grupo se ‘implantar’ na frente mais avançada das lutas nas fábricas em Portugal” (*Ibid.*, p. 82):

Foi assim que o José Maria se juntou ao grupo dos *CdeC* entretanto recomposto e mais envolvido no chamado “maio deslizante” que se seguiu, sobretudo em Itália, ao movimento de Maio de 68. A partir daí, a prioridade passou a ser a publicação de um “quatro” ou “oito páginas”

³⁰⁵ *Ibidem.*

com conteúdos abertamente panfletários de apoio e de “análises concretas” das lutas operárias seguindo a linha “operaísta” de *Potere Operaio* (*Ibid.*, p. 83).

José Maria era visto como o “operário” pelos membros dos *Cadernos*, que o estimulariam desde a sua integração ao grupo, a retornar a Portugal para servir como elo de ligação entre os *Cadernos* e a agitação nas fábricas, que se desenvolvia no ciclo de greves operárias de 1969-1970. Todavia, esta sugestão não seria aceita pelo jovem que nutria aspirações intelectuais e, mantendo-se em Paris, concluiria sua licenciatura na Universidade de Paris 8.

Tendo passado pelas três mais importantes experiências políticas e editoriais do esquerdismo português, *Cadernos de Circunstância*, *Combate* e *Subversão Internacional*, entre o final dos anos 1960 e toda a década seguinte, a partir de 1980 José Maria seguirá um caminho mais claramente identificado com o anarquismo: “embora já sentisse alguma afeição pelas propostas de certos autores e experiências revolucionárias anarquistas, só no início da década de 1980 é que me identifiquei totalmente com o anarquismo”.³⁰⁶ Acompanharemos a seguir como se desenvolveu esta assimilação tardia do ideário anarquista em sua vida – que coincidirá com seu retorno a Portugal.

Conselhismo e situacionismo

No “verão quente” de 1975, as assembleias de trabalhadores formadas nas fábricas, bairros, hospitais, campos, entre outros espaços de produção e reprodução do capital, nos níveis local, regional e nacional, necessitavam se ampliar e desenvolver, sob risco de perecimento. No editorial nº 27 do jornal *Combate*, de 17 de julho daquele ano, intitulado “Que conselhos operários?”,³⁰⁷ José Maria C. Ferreira aproxima a crítica unitária do esquerdismo conselhistas ao papel contrarrevolucionário dos partidos e sindicatos, de uma crítica radicalmente antiestatal, de tonalidade anarquista e reminiscências *communards*:

Elas [assembleias gerais de base] deverão ser eleitas democraticamente e revocáveis a todo o instante, devendo ter como função a realização prática dessas necessidades actuais, com o objetivo de no futuro derrubarem violentamente o poder de Estado. Os trabalhadores terão que lutar contra tudo e contra todos os que personificam a perpetuação desta sociedade. É todo um mundo de exploração a abater que começa nas

³⁰⁶ Depoimento, 09/04/2020.

³⁰⁷ Não tendo sido assinado, a autoria do editorial seria contudo revelada em um debate que teve lugar em 2012, nos comentários a um artigo publicado no jornal eletrônico *Passa Palavra*, chamado “Anarquismo em Portugal: 1974-1990, uma breve abordagem”, de autoria de José Nuno Matos.

fábricas, hospitais, transportes, comércio e acaba no ESTADO (2020, p. 171).

Além de José Maria, outro antigo circunstancialista que se aproxima da tradição anarquista e libertária é João Freire, contudo, a partir da década de 1990, este passa a se identificar com proposições cada vez mais liberais – a exemplo de Villaverde Cabral, cujas origens, por sua vez, são mais próximas do luxemburguismo e do operaísmo italiano. Lembre-se que após o 25 de Abril, Freire irá participar da fundação do grupo editor do novo jornal *A Batalha*, e José Maria fará uma incursão de orientação anarco-sindicalista na Comissão Inter-empresas, que procurava rivalizar com a Intersindical dominada pelos comunistas. José Maria, por sua vez, seguirá um percurso diferente de Freire, ao se aproximar das tendências contemporâneas do anarquismo. De acordo com o resumo que ele nos concedeu sobre seu próprio percurso: “no início da década de 1970 emergi para o marxismo radical, em meados de 1970 para o situacionismo. No início da década de 1980 abraço o anarquismo e depois de 2016 mergulhei na anarquia”.³⁰⁸ Sobre a influência da crítica situacionista, José Maria comenta:

Pela sua originalidade revolucionária e irreverência contestatária, a IS teve um papel importante ao desbloquear os atavismos seculares da ação individual e coletiva nos processos revolucionários, nomeadamente, ao pôr em causa a ação tradicional dos partidos e dos sindicatos, do Estado e do capitalismo, ao mesmo tempo que faz uma crítica radical dos aspectos alienantes da sociedade de consumo e, em última análise, da sociedade de espectáculo.³⁰⁹

Contudo, José Maria diz não ter encontrado, nos três anos de convivência com o núcleo dos circunstancialistas, qualquer influência mais direta da IS no seio do grupo, que era mais próximo de posições luxemburguistas, conselhistas e operaístas, como vimos na sessão dedicada aos *Cadernos*.

As informações que José Maria C. Ferreira obteve no período de maio-junho de 1968, a respeito da revolução em França, foram praticamente nulas, sobretudo em razão das dificuldades que o regime fascista criava para esse efeito, como a censura. Em consequência, ele não tinha qualquer conhecimento da natureza autônoma e peri-situacionista da agitação estudantil em Nanterre, bem como do Movimento 22 de Março. Será apenas mais tarde, em 1970, quando então chega a Paris, que José Maria passa a ter contato direto

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem.

com as publicações de pequenas organizações esquerdistas, como *Internationale Situationniste*, *Informations Correspondance Ouvrières*, *Pouvoir Ouvrier*, *Cahiers du communisme des conseils*, *Spartacus*, GLAT, etc. É com base em sua integração neste *milieu* que José Maria ajudará a criar, em abril de 1970, o jornal *A Classe Operária, contra o patrão, contra o Estado, contra o capital*, que será distribuído até dezembro daquele ano nas regiões onde habitavam comunidades imigrantes portuguesas.

Nesta época, José Maria C. Ferreira estabelecerá uma colaboração importante com Jorge Valadas (Reeve), prefaciando dois de seus livros: *O tigre de papel. Sobre o desenvolvimento do capitalismo de Estado na China (1949-1971)* (1975) e *O 25 de novembro* (1976). No primeiro prefácio, co-assinado com Reeve, dirige-se uma crítica teórica e histórica mais ampla ao maoísmo, ao capitalismo de Estado chinês e às desilusões da “revolução cultural”, assim como aos grupos maoístas portugueses, antes e depois do 25 de Abril. No segundo prefácio, José Maria assina sozinho “O esquerdismo: doença infantil do capitalismo de Estado”, título claramente provocatório que, entretanto, acaba por reproduzir, no aspecto formal, a maldição leniniana de 1920 contra os esquerdistas ocidentais.

Na concepção de José Maria C. Ferreira, também reproduzida por Reeve (assim como, mais tarde, pela revista *Subversão Internacional*), o esquerdismo é compreendido como sinônimo de maoísmo, ou de extrema-esquerda, de acordo com a distinção estabelecida por Gombin em 1971. Porém, ao invés de absorver positivamente o insulto originário, José Maria opta por fazer outra coisa, que consiste em devolvê-lo ao insultante. O maoísmo é então diagnosticado como uma “doença infantil do capitalismo de Estado”, à maneira de Lênin ao diagnosticar, no início do século XX, o esquerdismo como a “doença infantil do comunismo”. Apesar de sua recusa em se conceberem a si próprios como “esquerdistas” (assim como os situacionistas), a crítica dirigida aos grupos maoístas de José Maria e Charles Reeve coaduna-se absolutamente com a tradição esquerdista no sentido de Gombin. No sentido em que empregamos o termo esquerdismo nesta tese, pode-se afirmar que ambos pertenceram *efetivamente* a esta corrente, pelo menos desde a segunda fase dos *Cadernos*.

Em contrapartida, após a evaporação dos *Cadernos*, José Maria faria parte de grupos de reflexão e de intervenção em consonância estreita com os princípios e as práticas situacionistas, e como resultado das leituras preliminares de Guy Debord, Raoul Vaneigem, Mustapha Khayati e dos 12 números da revista da IS. Nesse período, cria com um

grupo de amigos o informal Partido Mandrakista, cuja finalidade era “criar situações desviantes, e o objetivo principal consistia em fazer desaparecer a riqueza social das montras das grandes superfícies comerciais”.³¹⁰ Será a partir deste núcleo afinitário e informal que, anos depois, entre 1977 e 1979, surgirá a revista *Subversão Internacional*, editada por José Maria C. Ferreira e Júlio Henriques, e com a qual Jorge Valadas também irá colaborar desde o seu primeiro número.

A partir dos anos 1990, José Maria C. Ferreira volta-se para uma intensa produção científica. Um percurso iniciado com sua tese de doutoramento, intitulada *La problematique de “la transition vers le socialisme” dans l’histoire: le cas de Portugal (du 25 avril 1974 au 25 novembre 1975)* e defendida na Universidade de Nanterre (Paris X), em outubro de 1984. Uma síntese desta tese será publicada no Brasil em 1997, com o título *Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” (história de um equívoco)*.

O interesse de José Maria pelo problema da transição e pelo caso da revolução portuguesa não advém de uma curiosidade historicista, positivista, mas de um ponto de vista ancorado no presente. Nesse sentido, a tese escrita no período de Gorbachov tornava-se importante para “compreender, hoje, em grande parte, o fenômeno de mudança da URSS”, assim como para se compreender o que adveio em Portugal após o 25 de Abril de 1974, era igualmente “necessário avaliar os postulados teóricos e práticos que estiveram na origem e no desenvolvimento histórico da ‘transição para o socialismo’” (*Ibidem*, p. 31).

Na primeira parte desta obra, José Maria analisa os pressupostos teóricos e práticos da noção de “transição para o socialismo” ao longo da história, de Marx e Engels, passando pelo revisionismo e pela ortodoxia de Bernstein e Kautsky, até as posições de Lênin e Trotsky sobre a real natureza do regime dito “soviético”. Enfrenta, além disso, um debate acerca da crítica à problemática da transição nas obras de Bettelheim, Pannekoek e Castoriadis. Na segunda parte, José Maria se volta a um estudo do caso português, cujo processo de “transição para o socialismo”, dilatado entre os golpes de 24 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, lhe permitiu realizar uma análise objetiva de um dado histórico concreto, passados cerca de vinte anos de sua ocorrência. Na terceira parte, esta análise desemboca numa crítica das concepções marxistas do socialismo e da noção de transição, em suas versões asiática ou bolchevique, seguida de uma síntese sobre um

³¹⁰ *Ibidem*.

“projeto societário” alternativo ao capitalismo. “Que se chame ‘socialista libertário’, ‘socialista autogestionado’ ou ‘anarquista’, pouco importa” (1997, p. 351), este projeto não se ocupa com a questão de qualquer “transição”, isto é, de “saber quando é que ocorrerá a construção de uma alternativa social de tipo emancipalista”. Trata-se, antes, de lutar no presente “contra os fundamentos básicos dos paradigmas sociais dominantes”, pois “só um movimento social capaz de dar forma e conteúdo a estas opções básicas pode definir e criar uma sociedade sem Estado, sem escravos e sem amos” (*Ibidem*).

Aqui já é possível observar, nas palavras de nosso autor, o início de “uma grande rotura compreensiva, explicativa e interpretativa” em seu percurso teórico e político, entre as concepções defendidas na época dos *Cadernos de Circunstância* e da década de 1970, e aquelas desenvolvidas sobretudo a partir da década de 1990, no sentido de unificar concretamente anarquia e utopia no “aqui e agora do espaço-tempo”:

Enquanto que nos tempos áureos a causalidade e os efeitos de qualquer fenómeno económico, social, político e cultural era sempre interpretado, explicado e vivido de forma dicotómica a partir dos valores essenciais da civilização judaico-cristã: morte/vida, bom/mau, amor/ódio, pequeno/grande, inteligente/ignorante, etc., hoje penso que todos fenómenos são interdependentes e complementares, causas e efeitos e vice-versa. Penso e ajo como teterotopia e utopia, daí que a “Anarquia seja um caos auto-organizado sem Deuses e sem Amos”. É e só poderá ser uma probabilidade no espaço-tempo do Universo.³¹¹

Sua adesão ao anarquismo seria marcada, na interpretação de Medeiros, por fatores ao mesmo objetivos (históricos) e subjetivos (biográficos). Assim, se por um lado, tal adesão se daria em razão da “valoração aberta e completamente desinibida que essas correntes ideológicas conferem a todas as formas de acção social, isto desde que elas sejam movidas por sentimentos de revolta contra as injustiças” (2018, p. 95), por outro lado, Medeiros destaca que algumas “vivências e ocorrências biográficas muito marcantes”, teriam “um grande peso na orientação do rumo de vida” de José Maria. Entre elas, Medeiros ressalta o arcaísmo patriarcal das relações familiares de sua localidade natal, a fome e a exploração do trabalho no campo, o suicídio do pai,³¹² aos onze anos de idade, em agosto de 1949, a fuga para Lisboa e a luta pela autonomia e sobrevivência material aos

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² Mais tarde, José Maria teria outra experiência traumática, desta vez com o suicídio de sua companheira Maria da Conceição Tavares Magos Jorge, em 2001. José Maria dedicou um ensaio sobre a história desta libertária portuguesa na revista *A Ideia* n° 73/74 (2014). Cf. Ferreira, 2014.

treze. Todos estes fatores predispuseram José Maria, segundo Medeiros, “a ‘ir ao encontro de...’, a procurar aberturas e portas de saída para outros horizontes, a procurar a revanche para vingar a ferida lancinante do agulhão da ‘infância ausente’” (*Ibid.*, p. 97).

Situado no campo da chamada sócio-análise bourdieusiana (que procura conjugar sociologia e psicanálise), o ensaio de biografia intelectual de Medeiros sobre o percurso singular de José Maria, no entanto, estabelece uma ponte direta entre o período dos *Cadernos*, no início da década de 1970, e sua aproximação com o anarquismo, no início da década de 1980. Contudo, esta ponte não leva em consideração um dado histórico que julgamos fundamental para compreender a evolução política de José Maria: a revista *Subversão Internacional*.

Vimos que José Maria chegou a colaborar com o *Combate* durante o “verão quente” de 1975, em defesa de uma concepção claramente conselhistas de organização política e revolução social. Em fevereiro de 1974, apenas dois meses antes do golpe de 25 de Abril, José Maria havia editado com um grupo de imigrantes portugueses em Paris, a revista *Os proletários não têm pátria*, onde publicam, em seu primeiro e único número, o texto “Teses sobre o bolchevismo” (1934), do conselhistas Helmut Wagner (Grupo dos Comunistas de Conselho da Holanda), publicadas originalmente na *International Council Correspondance*. Além deste texto, publicam-se quadrinhos “recuperados” (ou “desviados”, no léxico situacionista) do hebdomadário francês *Charlie Hebdo*, um texto de análise sobre “problemas do desenvolvimento capitalista em Portugal”, um boletim do Comitê de Ação de trabalhadores da LIP de Besançon, de clara inspiração situacionista, além da resolução de auto-dissolução do Movimento Ibérico de Libertação (MIL), adotada no seu congresso de agosto de 1973. Organização de natureza político-militar voltada para a luta armada em Espanha, seu desenvolvimento era visto pelos portugueses como ligado “ao desenvolvimento dos grupos operários autónomos que, um pouco por toda a parte, atestam o reaparecimento do proletariado no campo da luta de classes a nível internacional” (1974, p. 63). Este elogio da luta armada reaparecerá, mais tarde, nos números de SI, estimulando um debate com Valadas sobre a RAF alemã e as Brigadas Vermelhas italianas.

José Maria mantém seu posicionamento favorável não somente à luta destas organizações político-militares, bem como à delinquência juvenil e à marginalidade, à criminalidade e ao banditismo, em consonância com as revistas e grupos pós-situacionistas que na mesma época surgiam em França e Itália. Nesse momento de refluxo revolucionário em Portugal e de consolidação da contrarrevolução democrática, José Maria afasta-se dos

antigos princípios conselhistas – centrados no papel preponderante das massas trabalhadoras em suas lutas necessariamente coletivas pela instauração de uma sociedade sem classes, sem capital e sem Estado –, ao desenvolver uma crítica desapiedada da própria classe operária e de sua integração acrítica à democracia parlamentar implementada no país, na sequência da derrota da revolução de 1974-1975.

Quando, no ano de 1973, em Paris, Freire planejava a fundação da revista *A Ideia* (que será publicada a partir do ano seguinte), este faz um convite a José Maria para participar na elaboração de uma revista especificamente anarquista. Ao recusar o convite de Freire, José Maria expressava a sua manutenção no campo esquerdista, que ganharia forma entre 1977 e 1979, na revista *Subversão Internacional*. Será somente no início da década seguinte que José Maria C. Ferreira passará a colaborar regularmente com *A Ideia* (fundada em 1974 e publicada até hoje em Portugal). Contudo, este nunca chegou a integrar o seu conselho editorial, aparecendo como “colaborador permanente” na ficha catalográfica da revista. Sua primeira colaboração ocorre efetivamente em abril de 1982, no nº 24-25 da revista, com o texto “Economia doméstica e o papel da família na sociedade portuguesa”. Nessa época, Freire faz um novo convite a José Maria, desta vez aceito, para integrar a cooperativa Sementeira que, fundada em 1978 e dissolvida em 1992, era naquela altura responsável pela publicação d’*A Ideia*. De acordo com António Cândido Franco, antigo editor da revista, “a sua acção acabou por se centrar mais no Círculo de Estudos Neno Vasco e na edição de livros do que na publicação da revista” (2018, p. 168).

Tendo participado, na década de 1970, das três experiências editoriais mais influentes do esquerdismo português, a partir da década de 1980, José Maria se tornará, com exceção de Freire, a personalidade mais influente na revista *A Ideia*, desde sua fundação até os dias de hoje, marcando também uma das experiências editoriais mais bem sucedidas do campo anarquista ou libertário. Na opinião de Franco:

[José Maria] Deu-lhe um contributo digno de nota, quer como cooperante da Sementeira, no período em que esta cooperativa existiu e funcionou, quer como colaborador efectivo das suas páginas, acabando por marcar as suas orientações, sobretudo no que à liberdade, aceitação mútua e convívio fraterno diz respeito (*Ibid.*, p. 172).

A partir de seu retorno a Portugal na década seguinte, esta radicalização no marxismo de José Maria, observada nos debates de SI, desembocará numa primeira aproximação com o anarquismo individualista, para depois rejeitar qualquer modelo ideológico

de anarquismo (e quaisquer outros “ismos”), seja o “anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, comunismo libertário, anarco-individualismo, anarco-pacifismo, anarco-naturismo, anarco-feminismo, municipalismo libertário, anarco-punks, etc.” (2002, p. 100). Desde então, passa a defender uma concepção de anarquia como forma de vida, livre de todo arquétipo do Deus ou Salvador e as dicotomias que derivam do antagonismo de origem entre o Bem e o Mal; como um conjunto de práticas e não como modelo ideológico; como “caos auto-organizado” e livre de qualquer sistema organizativo ou normativo atrelado às velhas dicotomias valorativas da cultura ocidental, de base judaico-cristã. A concepção de anarquismo que anima José Maria é, pois, radicalmente heterodoxa e transitória. Por não se fixar em nenhuma tendência específica da corrente anarquista e, mais do que isso, por ir na contramão delas, no sentido de sua unificação teórico-prática, é que se torna difícil classificar ou adjetivar o anarquismo *sui generis* de José Maria.

Anarquia e anarquismos

Entre os esquerdistas portugueses, certamente José Maria é aquele que mais se aproximou dos princípios “anarquistas” ou, melhor dizendo, “anárquicos”, se quisermos operar com sua distinção entre “anarquismos” (como modelos ideológicos, organizativos e normativos fechados) e “anarquia” (como conjunto criativo e aberto de novas práticas e formas de vida).³¹³ Uma distinção anteriormente elaborada, de certo modo, pelos situacionistas, que consideravam o termo “situacionismo” um “vocábulo privado de sentido, abusivamente forjado por derivação do termo ‘situacionista’. Não existe situacionismo (...). A noção de situacionismo é evidentemente concebida pelos anti-situacionistas” (IS, 1997, p. 13).

Além de colaborar com *A Ideia*, como vimos, José Maria também publicará em outros veículos de orientação anarquista e libertária, como a revista portuguesa *Utopia* (1995-2012), o jornal português *A Batalha* (1974 -), ele próprio editado por colaboradores d’*A Ideia*, além da revista autogestionária brasileira *Verve* (2002 -), sediada em São Paulo. Num artigo de 2002, publicado na *Utopia*, nosso autor expõe um balanço sobre as “Perspectivas do movimento anarquista para o século XXI”:

Relativamente à actual situação histórica do anarquismo, é chegado o momento de não continuar a pensar e a agir exclusivamente com base

³¹³ Cf. Ferreira, 2018b.

nos mitos, nos símbolos e nas figuras emblemáticas do passado, transformando a nossa frustração e a impotência teórica e prática do presente em vitórias e feitos gloriosos que não vivemos e não podemos reivindicar como se só a nós nos pertencesse. A crise dos anarquismos não radica exclusivamente na perpetuação do Estado, do capitalismo e de Deus, mas em nós, através das práticas e princípios que desenvolvemos (2002, p. 94).

Para tanto, defende a construção de zonas de intervenção *ao mesmo tempo* prática e teórica, que permitam a estruturação de relações *igualmente* individuais e coletivas, “ao nível local, regional, nacional e mundial”, e corporifiquem em atos “a auto-consciencialização, a auto-organização e o auto-governo dos indivíduos e grupos, cujo sentido e orientação histórica é a anarquia” (*Ibidem*). Aqui estão presentes traços evidentes da crítica situacionista das *separações* constituintes da sociedade do espetáculo. Na concepção de José Maria, as disjunções espaço-temporais, tais como indivíduo e sociedade, teoria e prática, são na realidade elementos interdependentes e complementares.

José Maria C. Ferreira opõe, deste modo, os “símbolos e figuras emblemáticas do passado”, tais como Kropotkin, Proudhon, Bakunin, Réclus, Malatesta, Makhno, etc., ao imperativo prático de transformação criativa das relações sociais no “aqui e agora” do presente histórico. Para José Maria, a anarquia parte antes de tudo dos impulsos e sentimentos de revolta e liberdade do indivíduo em busca de emancipação, relativamente à opressão política-cultural e à exploração econômica. A cristalização histórica de uma corrente política identificada com os princípios anárquicos tem suas origens na modernidade e na emergência do operário-massa que, por sua posição no modo de produção capitalista, tornou-se o depositário exclusivo de todas as expectativas de uma transformação revolucionária de suas bases, de onde decorreria a necessidade de se elaborar teoricamente modelos de sociedade superiores ao capitalismo e seu Estado.

Na Comuna de Paris, na dupla revolução russa dos *soviets*, bem como na dos conselhos alemães, observa-se pela primeira vez um movimento de massas revolucionário e independente dos modelos teóricos fornecidos pelos anarquistas supracitados, que constituíram “movimentos utópicos em sua concretude”. Com a contrarrevolução bolchevique na Rússia, a carga utópica do anarquismo levará um golpe quase fatal, levando muitos anarquistas a fundarem os partidos comunistas de seus países, no início da década de 1920.

Porém, precisamente a partir deste novo dinamismo dos conflitos sociais, verificou-se, pelo contrário, o surgimento de duas tendências, ou modelos de anarquismo, voltados para uma elaboração teórica daquele vasto e espontâneo movimento de massas: o anarco-sindicalismo e o anarco-comunismo. O anarco-individualismo, o anarco-naturismo, o anarco-primitivismo, o anarco-indigenismo, o municipalismo libertário, e assim por diante, ressurgem, porém como manifestações residuais em relação àquelas duas tendências.

Para José Maria, todas estas tendências defendem concepções conflitantes de anarquia como “modelos societais” alternativos e credíveis ao capitalismo, foram duplamente derrotadas: como experiências históricas concretas e como modelos teóricos. Tais tendências do anarquismo não são somente conflitantes externa como também internamente, não podendo deste modo percorrer em sentido paralelo umas às outras. Para José Maria, em que pese a radicalidade de tais tendências, de suas análises teóricas e ações práticas, elas em nada se diferenciam dos modelos das demais correntes ideológicas, como o socialismo, se observadas desde uma perspectiva crítica da totalidade da herança política, cultural, religiosa e social da civilização judaico-cristã, no sentido de uma “negação da criatividade e da liberdade” do indivíduo e da espécie humana.

José Maria confere uma primazia aos valores culturais, civilizatórios, éticos e estéticos, em detrimento das estruturas econômicas, políticas e jurídicas, para a manutenção das sociedades capitalistas. Tais modelos seguem o caminho do poder ao confiarem todas as decisões nas mãos de líderes, ainda que estes se digam anarquistas e contrários a tal poder. Por outro lado, a figura do “Salvador da Pátria”, encarnada por Salazar em Portugal, representa plenamente um arquétipo da cultura judaico-cristã.

Eis afinal o eixo de sua virada política e epistemológica, à qual corresponderá, no plano conceitual, a distinção terminológica entre anarquia e anarquismos. A anarquia, para José Maria, “não pode ser um ismo” e, portanto, não pode ser “modelizada”, nem como prática nem como teoria. Ela deriva antes de um movimento não linear “caoticamente auto-organizado”, enraizado na vida cotidiana e corporificado em novas formas de vida que, por sua vez, também nos “ensinam a viver”. Sua força vital deriva das pulsões de vida, em oposição às pulsões de morte, e que nosso “anarquista sem ismos” classifica em quatro elementos: liberdade, criatividade, amor e amizade.

José Maria alerta que não se trata, nesse sentido, de forjar um novo modelo com capa de anti-modelo, mas de um jogo de probabilidades. Cada indivíduo é único e, antes de ser operário, marginal, desempregado ou burguês, ele é antes de tudo um ente da espécie

humana. Nada está institucionalizado e estruturado, tudo está em constante construção. De onde decorreria um abandono da necessidade do Estado, suas normas e estruturas.

Nenhum comitê central nem qualquer modelo societal anarquista poderá resolver os problemas que cabem aos indivíduos resolverem diretamente por si próprios: “Bakunin e mais um punhado de revolucionários anarquistas se reuniram em Lyon em 1871 e decretaram a abolição do Estado, mas tiveram que fugir em poucas horas, porque o Estado afinal não havia sido abolido”, provoca José Maria. Nesse sentido, a anarquia só pode emergir da espontaneidade dos indivíduos e da informalidade das coletividades de base afinitária, isto é, ancoradas na vida cotidiana. Os anarquismos foram assim vencidos e varridos para as margens da história. Enquanto se basearem nos modelos vencidos e, portanto, mortos, do passado, não poderão dar à luz qualquer força vital, no presente, pautada pelas pulsões de vida.

4.4. Torcato Sepúlveda: estratégia e luta de classes no refluxo revolucionário

Na sessão dedicada ao Instituto Português de Vandalismo Comparado (IPVC), procuramos desenredar a “história secreta” por trás do duplo ataque contra o escritor Julien Gracq, decorrido em Coimbra e Paris, no ano de 1971. Nesta sessão, daremos um salto de cinco a oito anos para a frente em relação à curta aventura do IPVC, analisando dois libelos anônimos, um de 1976 e outro de 1979, cujas autorias são hoje notoriamente atribuídas ao Torcato Sepúlveda, antigo vândalo do IPVC.

Reflexão sobre a estratégia da luta das classes em Portugal (doravante Reflexão) é um panfleto esquerdista assinado por um misterioso “Anónimo do Século XX” e publicado em 1976, no primeiro ano da III República, pelas Edições Espaço, fundada por António Manuel Correia na cidade de Braga. Apesar de não se tratar de uma editora propriamente esquerdista, em seus pouco mais de dez livros publicados entre 1974 e início dos anos 1980, questionava-se tanto a ortodoxia do marxismo vinculado aos partidos comunistas, quanto dos grupos de extrema-esquerda. Seus principais títulos resultavam da tradução de textos publicados por intelectuais franceses como o bordiguista Jacques Camatte, na revista *Invariance*, e o sociólogo Jean Baudrillard, na revista *Utopie*. Porém, apesar de ser um crítico do economicismo ortodoxo do marxismo tradicional, Baudrillard era acusado pelos situacionistas de ser “pró-chinês”, um sinônimo de maoísta, no texto *Os*

nossos métodos e os nossos objetivos no escândalo de Estrasburgo,³¹⁴ publicado em 1967, no décimo primeiro e último número de sua revista.

Não obstante, seu editor abriria espaço para duas vozes heréticas da esquerda portuguesa, como Feliciano Alves, de quem é publicado o libelo *Delito de Corpo* (1974),³¹⁵ além da Reflexão do “Anônimo do Século XX”, na verdade, um panfleto escrito por Sepúlveda.³¹⁶ Estes dois libelos foram publicados numa coleção chamada “Potlatch”, ecoando novamente a atração dos pró-situacionistas portugueses pelas origens letristas da IS. Na Paris de 1968, este era o nome dado por outro círculo de pró-situacionistas portugueses ao seu grupo informal, formado por Américo Nunes, Carlos da Fonseca, Francisco Alves, Eduardo Vasconcelos Cruz e António José Forte, e que teria sido também o nome de um boletim que, porém, jamais seria publicado. Curiosamente, também o IPVC identifica o seu panfleto de maio de 1971 como “suplemento ao nº 1 de Potlacth”. Entretanto, não tivemos conhecimento de que tal boletim tenha sido publicado, a exemplo do que ocorreu anteriormente com o boletim homônimo dos pró-situs portugueses radicados em Paris.

Um estrategista Anônimo e apartidário

A Reflexão é dividida em três partes: a primeira, dedicada a uma análise do campo militar de direita e de esquerda durante o golpe de 25 de Novembro de 1975, a segunda, dedica-se a analisar as contradições do campo burguês, enquanto a terceira está focada nas ambiguidades do campo proletário. Anônimo dedica este libelo “aos que sequestraram em São Bento quase toda a nossa classe política, fazendo-nos antever a felicidade de que gozaremos se a destruímos completamente”. Ele se refere ao cerco do dia 12 de novembro de 1975 ao Palácio de São Bento, em Lisboa, por cerca de cem mil trabalhadores da construção civil, que mantiveram os deputados sitiados durante aproximadamente 36 horas, sem poderem deixar o Palácio. O “sequestro” dos parlamentares culminaria no anúncio, pelo governo, da suspensão das suas atividades, sob a alegação de “falta

³¹⁴ Internacional Situacionista, 2018b.

³¹⁵ Feliciano dispara contra o que chama de “decência revolucionária” do marxismo-leninismo no plano da vida cotidiana e individual da militância: “A existência na prática dum polícia de costume interna, mostra-se como a única defesa possível destes ‘bondosos espíritos de esquerda’ contra o ameaçador projecto revolucionário que lhes há-de transformar a pele em couro para calçado. Incitando aparentemente a desprezar a polícia, a prática vem demonstrando que estes grupos de ajuda filantrópica ao proletariado, desgraçada e eternamente por eles condenado à inconsciência – vide *Que fazer*, de Lênin – exortam na realidade a viver num mundo onde impera um policiamento asfixiante” (1974, p. 10).

³¹⁶ Cf. Almocreve das Petas, 2008.

de condições de segurança para o exercício do governo no país”, que então seria transferido para o Porto, no dia 14, retornando a Lisboa somente no dia 18. O episódio remete ao dia 20 de maio de 1968, na França, quando os operários da Sud-Aviation de Nantes mantiveram cerca de vinte diretores presos em seus escritórios por volta de cinco dias, sem poderem deixar a fábrica. Em setembro de 1974, as operárias da Texmalhas também manteriam seus patrões e diretores impedidos de deixar o local de trabalho, onde permaneceram por três dias sem comer: “ou nos davam as chaves, ou então morriam de fome”, diziam as grevistas (COMBATE, 13/9/1974, p. 4).

Tratado pela imprensa da época como um inaceitável “sequestro” da democracia, que então dava seus primeiros passos no país, aquele acontecimento indicava uma polarização da sociedade civil, ou de um setor das classes trabalhadoras, frente ao Estado e a totalidade de seus aparelhos partidários, da extrema direita à extrema esquerda do espectro político português, que até aquele momento da transição permaneciam espetacularmente controlados pelos militares sob uma fachada civil. Deste modo, a situação chegava a “impasses caricatos, em que a classe operária sequestra o governo, o presidente deste manda à merda os trabalhadores e o governo entra em greve. E vive-se em Portugal com o governo em greve! O governo não fazia falta” (1976, p. 16), de acordo com o autor.

Logo no Aviso introdutório, Anónimo fala na terceira pessoa do plural, como se sua Reflexão fosse fruto de uma experiência coletiva, o que nos remete para a experiência anterior de Sepúlveda no IPVC, ou a uma escrita por mais de duas mãos, que no entanto não foi possível confirmar. De qualquer modo, segundo seu autor, a publicação se tornou necessária após o jornal *Gazeta da Semana* ter recusado a publicação de seu primeiro capítulo, sobre o papel dos militares, “negando-nos a possibilidade de trocar impressões com os nossos camaradas sobre as derrotas passadas e as perspectivas presentes”.

A exemplo dos situacionistas, que se definiam precisamente como “amadores-profissionais” e/ou “anti-especialistas”, a experiência coletiva por trás de Anónimo revela não partir de “um escritor, profissional ou amador, preferindo sempre o calor da revolta quotidiana contra todas as opressões e alienações e a leitura calma dos livros dos outros, à trabalhadeira de se ter que ser brilhante ou ao incômodo de se ser banal” (1976, pp. 9-10). Por isso, não escrevem para “especialistas da política, mas tão só para os nossos camaradas de combate”. De fato, o texto é escrito em um estilo bem mais acessível, se comparado aos panfletos do IPVC, de cinco anos antes. Apesar de se distinguir das frações operárias e camponesas do proletariado, o autor se apresenta como um de seus elementos constituintes.

Anónimo considera a *A guerra social em Portugal* (1975), de Jaime Semprun, uma análise demasiado “optimista”, apesar de sua proximidade com a perspectiva de Debord e dos pró-situs do CDRS, cuja análise seria citada por Semprun em seu livro. Diferentemente da perspectiva de outros esquerdistas, como Mailer e Semprun, que viam com certo otimismo, na ação do proletariado português, traços evidentemente revolucionários, Anónimo defende que este, contudo, nunca passou à ofensiva, mas sempre se manteve refém de uma defesa permanente das “conquistas alcançadas”, não obstante os vários sinais prenunciadores de uma revolução social, tais como a “auto-organização dos trabalhadores, ultrapassagem, ainda incipiente mas real, por parte do proletariado, das organizações partidárias e sindicais, desagregação do exército, recusa da hierarquia a todos os níveis da sociedade, profunda crise de valores” (1976, p. 16). Tal “revolução”, no entanto, não foi jamais feita pelo proletariado português, “e é esta falta que definiu a situação revolucionária portuguesa”, pois “o proletariado não sentiu claramente na prática a necessidade de o fazer”.

Mas a tese central da Reflexão se apoia sobre a responsabilidade da esquerda no golpe militar de direita do 25 de Novembro que, contida em sua primeira parte, havia sido rejeitada pela *Gazeta da Semana*. Para Anónimo, a esquerda abriu mão da ofensiva, que foi no entanto encampada pela direita, que cumpriria seu papel ao “atacar antes de ser atacada”. Se valendo de conhecimentos de estratégia militar, Anónimo argumenta que qualquer plano de ação insurrecional ou golpista, assim que se decide pela ofensiva, deve obedecer a uma combinação de três princípios: a) obtenção de superioridade numérica; b) escolha do momento; c) escolha do objetivo essencial.

No que se refere ao primeiro princípio, Anónimo lembra como a esquerda militar possuía maioria absoluta nos quartéis, às vésperas do 25 de Novembro. Poucas unidades militares apoiavam a direita àquela altura. Porém, foi o reformismo desta esquerda, seu legalismo, que a impedia de fazer um uso ofensivo de suas forças, pois ela não queria causar a má impressão de almejar tomar o poder.

Quanto ao segundo princípio, segundo Anónimo, a direita soube escolher o momento certo para o ataque:

Utilizou uma insubordinação pontual e não verdadeiramente coordenada dos pára-quedistas que lhe forneceu o alibi necessário para a opinião pública nacional e internacional e arrancou decididamente para o golpe (...) Aproveitou, por outro lado, a confusão reinante na maior parte dos quartéis e a falta de operacionalidade das tropas, de forma alguma preparadas para uma defesa por mínima que fosse (1976, p. 23).

A direita soube escolher o momento certo para o ataque, e havia se preparado psicologicamente para que este momento não lhe escapasse, realizando uma série de manobras prévias que lhe serviam “tanto para tomar o pulso da esquerda e constatar a sua inoperância como para a obrigar a movimentos descoordenados e hesitantes”, como “a destruição à bomba da Rádio Renascença, a auto-suspensão do sexto governo, a tentativa de demissão de Otelo, a desactivação dos pára-quedistas e a nomeação de Vasco Lourenço para a chefia da Região Militar de Lisboa” (1976, p. 23).

Quanto ao terceiro princípio, relativo à escolha do objetivo essencial, Anónimo verifica como a esquerda procurou se defender ocupando os estúdios da RTP no Lumiar, enquanto a direita tomava a antena de Monsanto, esvaziando a eficácia simbólica da ocupação promovida pela esquerda, neutralizando o RALIS, preservando Belém e isolando Tancos, ações estas consoantes à conquista dos chamados “objetivos essenciais”. Por seu turno, a esquerda “toma as instalações do Lumiar, e rende-se sem luta em Monsanto, perde na PM, não ataca Belém, não utiliza o RALIS e deixa Tancos isolado” (1976, p. 24). Anónimo não esperava que a esquerda tomasse o poder em nome do proletariado, mas que somente impedisse o golpe da direita, “fornecendo ao proletariado o compasso de espera que lhe permitisse organizar-se para a revolução” (1976, p. 25).

Anónimo conclui que “o proletariado, assim como não pode abandonar aos partidos a edificação da sua auto-organização e a realização da sua auto-emancipação, não deve entregar aos especialistas militares a tarefa da sua auto-defesa” (1976, p. 26). Uma perspectiva consoante àquela apresentada por Ratgeb (Vaneigem) dois anos antes, para quem, na luta pela sociedade da autogestão generalizada,³¹⁷ “a autodefesa é o primeiro direito dos revolucionários” (1974, p. 91).

Portanto, não se tratava, para a geração de 68, da qual Sepúlveda era proveniente, de abdicar do uso da violência revolucionária nem da dimensão estratégica das lutas, mas de dissociá-las da necessidade de um corpo político-militar especializado para conduzi-las. Debord, que em maio-junho de 1968 se posicionou ao lado dos conselhos autônomos em relação aos partidos e sindicatos (operários e estudantis), foi também um profundo conhecedor de Sun Tzu, Tucídides, Maquiavel e Clausewitz, ao ponto de Umberto Eco tê-lo descrito, no final da década de 1980, em um artigo publicado no jornal *Libération*,

³¹⁷ Recorde-se que Vaneigem emprega a palavra de ordem da “autogestão generalizada” (2002, p. 289) desde 1967, no livro *A arte de viver para as novas gerações*.

como uma “espécie de Maquiavel ou Clausewitz moderno”. Nos dias seguintes à queda do fascismo em Portugal, Debord comentava que era necessário, a partir de então, “defender a autonomia das assembleias de trabalhadores e suas armas” (2005, p. 157), e o apartidário Manuel Rodrigues defendia, no ano seguinte, a instauração de “milícias populares de vigilância e defesa das conquistas do proletariado”, cuja ação deveria ser acompanhada de perto por “conselhos regionais, constituídos por delegados de todas as empresas e unidades de produção de uma dada região ou grande cidade” (1975, p. 149). Na esteira dos esquerdistas Debord, Vaneigem e Rodrigues, Anónimo defende que “a futura organização revolucionária dos soldados terá, se se quiser assumir como tal, de dissolver o exército e entregar as suas armas e os seus conhecimentos técnicos à classe, para que esta se possa defender e atacar sem necessidade de ‘generais revolucionários’” (1976, p. 26).

Na segunda parte, dedicada à análise da burguesia portuguesa durante o biênio revolucionário, Anónimo lembra que esta só se arriscou a mostrar a verdadeira natureza do seu poder, no 25 de Novembro, “pela incapacidade manifesta do seu aparelho estatal em controlar sequer minimamente as primeiras manifestações de um proletariado jovem na luta autónoma” (1976, p. 30). A burguesia sabia que era o momento de passar à ofensiva, mas que era impossível fazê-lo pelos seus próprios meios. Entre tantas limitações e auto-limitações que impediram a burguesia de exercer o poder direto após o 25 de Abril, Anónimo destaca “a sua própria curteza de vista, que lhe fez confundir o comunismo e o proletariado com o partido comunista, privando-se assim da única arma de controle dos trabalhadores ao seu alcance”, diferentemente das burguesias de países como França e Itália:

A burguesia internacional (...) procura auto-reformar-se, chamando a si sindicalistas, partidos comunistas, tecnocratas de esquerda, estabelecendo contratos de governação com os “representantes” da classe operária, numa tentativa de salvar o que lhe é essencial: o seu poder sobre a sociedade, não importando sob que forma. A burguesia internacional sabe que é isto o que tem que começar a fazer porque a sua opressão sobre o resto da sociedade é cada vez mais posta em causa (1976, p. 34).

A burguesia lusitana teria sido, nas palavras de Anónimo, injusta ao atribuir ao PCP a responsabilidade pela agitação revolucionária ocorrida durante o biênio de 1974-1975: “ninguém fez tanta força para que o proletariado fosse ordeiro, trabalhador e contente com a sua sorte como o partido comunista” (pp. 35-36).

Assim, ela não aparece como “uma verdadeira classe dominante, no sentido real do termo”. Isto porque, relegada à oposição durante cinquenta longos anos pelo corporativismo tecnocrático do salazarismo, ela viu-se pela primeira vez confrontada com o exercício do poder. Uma vez confrontada com tal exercício, ela buscou adaptar à realidade portuguesa os projetos de modernização e desenvolvimentismo adotados pelas burguesias europeia e norte-americana no princípio da década de 1960: “não vê, a louca, que isto também está em crise” (p. 35), sobretudo a partir dos abalos de terra de 1968.

Anónimo identifica no proletariado um problema, tanto para os oficiais nos quartéis, quanto para a burguesia e a burocracia sindical-partidária nas fábricas. Pois ele avançava cada vez mais, na medida em que percebia a inoperância de seus inimigos de classe. Enquanto isso, a burguesia em pânico sabia que, “se recuasse um palmo, o adversário descobria-lhe totalmente a fraqueza e esmagava-a” (p. 38). Foi assim que, na impossibilidade de recuar, a burguesia se viu obrigada a avançar. Como, por si só, ela não tinha força para isso, “foi à direita militar que coube a missão de avançar um pouco, conquistando o espaço suficiente para as primeiras manobras governamentais: as eleições e o consequente estabelecimento de um Estado de direito” (p. 39).

Na terceira parte do panfleto, dedicada à análise das contradições e ambiguidades tanto do proletariado quanto da esquerda partidária, Anónimo afirma que o primeiro não fez mais do que criar problemas para a política econômica no poder durante o biênio revolucionário: “com efeito, o proletariado não conseguiu mais do que diminuir o poder de manobra da burguesia” (p. 44). Anónimo se diz cético em relação aqueles que gritam aos quatro ventos que o proletariado português “invadiu todos os palcos da vida nacional”. Assim como a Comuna de Paris não se apossou do Banco da França, em Portugal, “o proletariado invade mas não toma, não ocupa, não destrói” (p. 45). Para Anónimo, o proletariado perdeu porque “dividiu suas forças e atacou um falso objetivo”. O objetivo essencial a ser atacado, segundo Anónimo, era a lógica do poder burguês, “e a lógica de qualquer poder é sempre o próprio poder”:

Se pudemos dizer no primeiro capítulo desta reflexão que o proletariado esteve, em Portugal, sempre na defensiva, foi mais pelo carácter não consciente da sua ofensiva que por uma escolha consciente de uma posição defensiva. Uma defensiva conscientemente assumida contém em si a possibilidade do ataque quando as condições o permitirem; uma ofensiva aceite na aparência do jogo adversário não permite a defensiva quando este ataca (pp. 46-47).

Em outras palavras, é o mesmo que dizer que o proletariado jogou o jogo da burguesia. Quando diz que o proletariado dividiu suas forças, Anónimo se refere ao fato de que ele nunca colocou sobre a mesa a carta da contestação global do poder: “a palavra de ordem dos camponeses do Alentejo foi *a terra para quem a trabalha* e não *a terra para quem trabalha*”. A reforma agrária foi feita de fazenda em fazenda, “as ocupações de fábrica em fábrica e de casa em casa”, e “o conselho de trabalhadores, com poder sobre todos os aspectos da vida, não existiu em Portugal” (p. 47). As chamadas “comissões de fábrica”, representaram senão uma “cristalização da falsa consciência do proletariado português” (p. 48). Tais comissões se restringiram a suas lutas particulares. Apenas a forma conselho seria capaz de realizar uma contestação global, ao “cumprir a função de destruidor de todos os poderes”:

Isto não passou, sem dúvida alguma, de uma manobra defensiva, não porque se evitasse atacar, mas porque se não abandonou o terreno conhecido da luta — a empresa, o patrão, o contra-mestre — e se deixou à burguesia a tarefa de resolver os problemas globais, fortalecendo-a na sua posição de providência todo-poderosa para as aspirações parcelares e categorias das diversas “camadas da população”. A isto se chama normalmente reformismo e o reformismo, como toda a gente sabe, é o triciclo de Staline. Sempre que o proletariado remeteu para o IV^o e V^o governos a tarefa de resolver os seus problemas imediatos (nomeadamente os créditos pedidos para as fábricas falidas, dando assim o seu aval a uma autogestão parcelarizada sob tutela estatal, em oposição à autogestão generalizada que pressupõe a revolução proletária e os conselhos) e, posteriormente, para a esquerda militar e civil a tarefa de o livrar do VI^o, esteve a demitir-se da sua função histórica de coveiro de todos os poderes (pp. 48-49).

Anónimo considera que o proletariado português permaneceu à reboque do modelo bolchevique de revolução, portado pela esquerda partidária, quando deveria lutar para “construir o poder dos *soviets*” (p. 52). Os limites e contradições internas à esquerda partidária manifestaram-se por meio de uma longa lista de sinais que atestavam a insuficiência daquelas formas de luta:

Na maneira como nos encostávamos aos militares nas manifestações e ocupações, reforçando-lhes a impressão (realidade?) de serem os nossos defensores; na vergonhosa política do menor dos males, entregando-nos nas mãos dos esquerdistas, por exemplo, aquando da desseleção da Rádio Renascença, esperando mais de duas horas pela resposta que o presidente da república deveria dar à delegação, na sua maioria UDP, que lhe foi pedir licença para ocupar aquela rádio, na prática,

já nas mãos dos trabalhadores; na atitude pelo menos ingênua de exigir ao general Otelo que fizesse a sua opção de classe, como se um general fosse alguma vez capaz de a fazer enquanto tal; nos recuos constatados em algumas comissões de trabalhadores de fábricas da cintura industrial de Lisboa que, desiludidas com os esquerdistas, voltaram para a órbita do P.C.; na clara influência que os partidos conseguiram, apesar de tudo, ter sempre na nossa luta; na pequena percentagem de mulheres participantes nas nossas manifestações e, o que é mais grave, no restrito número delas votadas para lugares representativos influentes, apesar da sua participação muito combativa na luta quotidiana da classe; na forma ligeira como consideramos os problemas dos camponeses do norte, numa clara manifestação de sócio-centrismo cidadão; etc. (pp. 50-52).

A lentidão do proletariado internacional em avançar na direção de sua auto-emanipação, o atraso legado por cinquenta anos de fascismo, que lançou o proletariado na luta antifascista, também seriam fatores condicionantes da derrota da revolução em Portugal. Com o 25 de Novembro, encerra-se o “primeiro acto do drama revolucionário português”. O poder, desorganizado após o 25 de Abril, deu lugar a uma vigorosa reconstrução do aparelho de Estado. Para derrota-lo, era preciso que o proletariado deixasse de ser eleito-rado e abandonasse as ilusões e reformismos “do tipo voto útil no PCP, candidatura do general Otelo, etc. (...) Ou se assume como a classe que subverte todos os poderes e destrói todas as ilusões e ideologias ou será o eterno vencido de um combate sem solução” (p. 54).

Em sua conclusão, Anónimo de desvencilha de qualquer acusação de pessimismo que se lhe possa ser atribuída em razão de sua crítica desapiedada da revolução portuguesa, ao afirmar que *os dados estão lançados*: “os ventos por toda a parte semeados em 68-69 voltam agora sob a forma de tempestades. O isolamento será vencido, os proletários de todos os países unir-se-ão para destruir a torre de Babel que lhes tem impedido a comunicação” (p. 55). Esta aposta em uma comunicação real, direta e prática entre o proletariado internacional, como forma de superação de seu isolamento, foi tomada como eixo principal da crítica situacionista das separações, entre 1957 e 1972. É precisamente desta corrente que Anónimo extrai a compreensão do novo palco onde deveria ocorrer o drama revolucionário da época aberta pelas derrotas em Portugal e no Chile, entre 1974-1975, ao citar o documento de dissolução da IS (*A verdadeira cisão na Internacional*, 1972), assinado por Debord e Sanguinetti: “a poluição e o proletariado são hoje os dois aspectos concretos da crítica da economia política”.



À esquerda, capa da *Reflexão sobre a estratégia da luta de classes em Portugal* (1976).
À direita, capa da *Declaração de Guerra* (1979), primeiro título da editora Antígona

Um Major dissidente e libertário

O livro intitulado *Declaração de Guerra às Forças Armadas e Outros Aparelhos Repressivos do Estado* e assinado sob o pseudônimo de “Custódio Losa”, um fictício “major dissidente” das Forças Armadas Portuguesas, foi o primeiro publicado pela editora Antígona, em 1979, e retomava uma forma de *golpe editorial* empregado na Itália, quatro anos antes, pelo antigo situacionista Gianfranco Sanguinetti.

Rapporto veridico sulle ultime opportunita di salvarei il capitalismo in Italia, assinado sob o pseudônimo de “Censor”, um fictício capitalista da alta burguesia italiana, seria traduzido ao francês por Guy Debord e publicado na França em 1976 pelas edições Champ Libre. Tal panfleto, concebido e redigido com a colaboração de Debord,³¹⁸ seu tradutor na França, foi enviado a “ministros, parlamentares, industriais, sindicalistas, assim como aos jornalistas mais respeitados pela opinião pública” (SANGUINETTI, 1976,

³¹⁸ Segundo o próprio Debord confidencia a Gérard Lebovici, em uma carta de 17 de agosto de 1977: “quero antes de tudo manter o fato que, desde o fim da IS, sou inteiramente independente com relação a ele [Sanguinetti], como a qualquer outro. A recíproca é portanto verdadeira, e ‘Censor’ foi um negócio particular dele” (2005, p. 432. Tradução nossa).

p. 169. Tradução nossa). O próprio Sanguinetti retomava, por sua vez, um método usado por Bruno Bauer (com a colaboração de Karl Marx) contra a direita hegeliana,³¹⁹ mas propondo-se desta vez a “provocar um Estado de provocadores” (*Idem*, p. 183).

Escrito sob o pseudônimo de “Censor”, um cínico burguês que, inspirado por Maquiavel, Tácito, Tucídides, Cardeal de Retz e Clausewitz, realiza uma criteriosa justificação, de um ponto de vista conservador do *status quo*, do “compromisso histórico” a ser costurado com o PCI para salvar o capitalismo italiano da bancarrota. No mês de dezembro, após ter enganado toda a imprensa local, que repercutiu inadvertidamente o panfleto em todos os seus veículos, Sanguinetti veio a público anunciar a inexistência de Censor, revelando as reais motivações de sua provocação:

O que eu queria provar publicando este panfleto? Quis provar, antes de tudo, que a carta do “compromisso histórico” é a carta do capitalismo menos atrasado, aquele que tem inteligência suficiente para ter compreendido que o partido dito comunista e as burocracias sindicais são seus melhores aliados no enfrentamento social permanente que o opõe aos trabalhadores; e não quis demonstrá-lo aos capitalistas, que por experiência já sabem disso o bastante, mas aos trabalhadores (1976, p. 183).

Em Portugal, a verdadeira autoria da Declaração assinada pelo fictício major “Custódio Losa” foi mantida em segredo por três décadas, até ser revelada por Oliveira na extinta revista *Os meus livros*, de acordo com Bruno Ministro e São José Sousa, que o entrevistaram em 2013. Custódio Losa era, na verdade, fruto de uma parceria entre Oliveira e seu amigo Torcato Sepúlveda, antigo vandalista do IPVC, e o indivíduo por trás de Anónimo do Século XX. Após deixar Santarém e se transferir para Lisboa, em 1973, Oliveira passa a frequentar a boémia lisboeta, fazendo amizade com escritores e poetas, como os pró-situacionistas António José Forte e Sepúlveda. Este se tornaria inquilino de Oliveira, ao arrendar um quarto de seu apartamento, para além de companheiro das noitadas pelo Cais do Sodré e, mais tarde, cúmplice e artífice do golpe editorial que inauguraria a trajetória da Antígona em Portugal. Oliveira recorda-se que “o Losa foi um nome escolhido pelo Torcato e Custódio fui eu que escolhi, porque era um tio meu” (apud MINISTRO; SOUSA, 2013, s/p.).

³¹⁹ Publicado anonimamente em 1841 sob o título *Die Posaune des Jüngsten Gerichts über Hegel den Atheisten et l'antichristen: ein Ultimatum* [A trombeta do julgamento final contra Hegel, o ateu e o Anticristo: um ultimatum].

Antes de passarmos ao conteúdo da Declaração, voltemos à analogia formal que indicamos entre o golpe editorial de Sepúlveda-Oliveira/Custódio Losa e o de Sanguinetti/Censor. Assim como na Itália, o livro de Censor havia “suscitado imediatamente um grande interesse e uma vasta discussão” (SANGUINETTI, 1976, p. 169), em Portugal, o livro de Custódio Losa havia “lançado o gancho, despertado o interesse, iniciado um alvoroço, que, durante meses, alimentou as páginas da imprensa” (MINISTRO; SOUSA, 2013, s/p.). Contudo, Sanguinetti assinaria, logo depois, suas *Provas sobre a inexistência de Censor, por seu autor*, com o objetivo de revelar os métodos e objetivos de sua manobra, enquanto editores da Declaração de Guerra mantiveram o segredo até o falecimento de Sepúlveda, em 2008. Na época de sua publicação, em 1976, Oliveira seria alvo de uma série de indagações de jornalistas sobre a verdadeira identidade do “major dissidente” autor da Declaração, mas sempre respondia que havia encontrado o manuscrito esquecido sobre a mesa de um bar no Cais do Sodré:

Na altura andaram à procura do major, telefonaram-me várias vezes. Sobretudo um jornalista de um jornal que depois acabou, já não me lembro bem, Diário Popular ou uma coisa assim, telefonou-me várias vezes a ver se eu lhe apresentava o major. E eu disse “eu não conheço, nós encontrámos o original dactilografado num bar, sei tanto como você, portanto não posso fazer nada”. E ele perguntava “mas ele nunca apareceu, nunca reclamou os direitos, nunca disse nada?”. “Nada, até hoje”. Foi assim uma coisa “quem é este gajo, este Custódio Losa, que é um militar e porteiro num bar e esquece-se de uma coisa destas, deixa isto?”. E eu dizia “olha, o Mário-Henrique Leiria diz que o acaso tem causas matemáticas muito precisas”. Dizia sempre isso: “foi um acaso, encontrámos isto” (*Ibidem*, s/p.).

Na capa e contra-capas do livro, há uma foto, em preto e branco, de dois generais franquistas encontrados baleados e mortos dentro de um carro, que Oliveira havia recordado de um velho jornal e guardado, pois intuía “que esta fotografia um dia havia de servir para qualquer coisa”. Sobre um dos corpos, na capa, perfura-se uma cruz invertida, materializada em buracos circulares, que deixam entrever sob ela a página vermelha do seu interior.

Apesar de Oliveira não revelar a autoria efetiva do texto na entrevista em questão, acreditamos que ela deva ser exclusivamente atribuída a Sepúlveda, que já possuía uma experiência de aproximadamente dez anos de contestação, bem como na produção de panfletos anônimos e escândalos políticos e culturais, como vimos. Autoria que pode, nesse sentido, ser aferida tanto a partir do estilo da escrita como de seu conteúdo. Já o

“Prefácio dos editores” parece ser de autoria de Oliveira, que assim dá a sua versão sobre as origens do misterioso manuscrito:

Discutíamos um dia, num bar do Cais do Sodré, entre vodka e absinto, um projecto editorial. Por onde começar? Questão embaraçosa. E não é que, aos nossos pés, se encontrava uma pasta de cartolina guardando um texto dactilografado e assinado? Sem grandes excitações, abrimos e demos uma vista de olhos. E fomos-nos espantando, ia-nos aparecendo um texto coerente, radical, incompleto, é certo, mas que sabia o que queria dizer e onde queria chegar. No fim, bem visível, lá estava a assinatura: Custódio Losa – major dissidente. Consideramos imediatamente o livro nosso; o problema estava resolvido (1979, p. 5).

Na continuidade do Prefácio, ao dizerem algumas palavras sobre o aparecimento do livro, seus editores desviam o conhecido silogismo dialético de Debord acerca da superação/realização da arte, para a superação/realização da forma livro enquanto mercadoria: “só realizando a mercadoria se pode superá-la e só superando-a se pode realizá-la” (*Ibidem*, p. 6). Isto porque, segundo eles, “nunca demos especial importância à cultura, servimo-nos sempre dela como simples ferramenta para pensar melhor a nossa vida, organizar os desejos e defender o instinto” (*Ibidem*, p. 6).

Feitas as considerações relativas ao formato do livro, passemos diretamente à análise de seu conteúdo. Na Introdução, o autor previne logo o leitor de que a Declaração de Guerra que ele tem em mãos não contém memórias pessoais. Trata-se, antes, de um panfleto político em favor da abolição das Forças Armadas e outros aparelhos repressivos do Estado, como revela claramente o subtítulo da Declaração. Losa revela apenas que proveio de uma família de militares, que fez sua primeira incursão na Guiné e participou, em dezembro de 1972, da chamada Operação Marosca, responsável pelo massacre de três aldeias moçambicanas, em retaliação às emboscadas da FRELIMO. Em 1974, porém, Losa tomará parte no golpe do MFA: “nem só de chacinas é feita a minha vida. (...) Fiz o 25 de Abril!” (p. 10).

Losa justifica sua colaboração com o golpe de Abril por não mais acreditar em uma solução militar para a guerra colonial, “e só por isso”. Os mesmos motivos militares que o haviam levado até ao massacre, obrigaram-no a procurar o seu fim. Losa justifica sua adesão ao MFA partindo da seguinte reflexão de Sun Tzu: “não há nenhuma guerra prolongada da qual algum país tenha beneficiado”. Após o golpe, Losa é manejado, sem saber “como nem porquê”, para a 5ª Divisão do Estado-Maior das Forças Armadas. Daí

em diante, terá início uma “nova fase” de sua vida, inicialmente marcada por seu encontro com uma estranha mescla de religião e socialismo humanista:

Os mitos de que até aí me alimentava, Ocidente, Raça, Império, Pátria, estavam nitidamente caducos. Não não serviam, nada explicavam. Sentia-me ultrapassado, tudo se passava, do mais pequeno acontecimento de rua até a mais incompreensível e intrincada crise política, como se fosse fora de mim. Era urgente encontrar novas ideias, ou só me restaria o suicídio. (...) Pouco tempo depois tinha substituído o Ocidente, a Raça, o Império e a Pátria por novos deuses: a Humanidade, a Democracia, o Socialismo e o Povo (p. 11).

Contudo, os ventos trazidos pela queda do fascismo e pela “situação pré-revolucionária vivida em Portugal depois do golpe de 25 de Abril” (p. 28), soprariam o major para outras paragens, mais libertárias e radicais do que aquelas manifestas no vago humanismo socialista da época do MFA. Desde então, Losa participará de “dezenas de encontros político-militares”, de “centenas de tricas e complots”, além de inúmeras manifestações, como o cerco ao Palácio de São Bento, em novembro de 1975, um episódio que também havia sido destacado por Sepúlveda/Anónimo em sua Reflexão de 1976. Foi naqueles dias, entre os “milhares de rebeldes” que sitiaram a classe política portuguesa, que Losa teria sentido aquele estado de espírito em que o homem cessa de se debater com “as velhas antinomias” que o aprisionam, do qual falava Breton no Segundo manifesto surrealista. Losa cita esta passagem entre aspas, sem no entanto fazer qualquer referência ao escritor surrealista:

Em São Bento, centro nervoso de um poder paralisado, onde deputados históricos passeiam pela mão de ministros assustados, descobri esse “ponto do espírito onde a vida e a morte, o real e o imaginário, o passado e o futuro, o comunicável e o incomunicável, o que está por cima e o que está por baixo deixam de ser percebidos contraditoriamente” (p. 12).

Losa é esta idiossincrática figura de um major dissidente das Forças Armadas, que passa a escrever insígnias poéticas de inspiração surrealista e manifestos subversivos de inspiração situacionista. Sua Declaração de Guerra é um “convite à dissidência” e à busca de outras formas de vida. Losa se sente muito mais livre e honrado servindo como “porteiro num bar de prostitutas” de Lisboa do que se sentia como soldado das guerras coloniais. As críticas da cultura, dos velhos costumes inquisitoriais e tradições policiais, do

patriarcado, do capitalismo e da burguesia portuguesa, coincidem em sua nova e oxigenada visão de mundo:

O prostíbulo é o trono da mercadoria, a verdade da sua nudez, o resto dos desejos não realizados. Mas o canto de Lautréamont ‘fiz um pacto com a PROSTITUIÇÃO para semear a desordem nas famílias’ é também o grito aprisionado dos rebeldes que destruirão a mercadoria, libertando o homem e as coisas (p. 12).

Eis algumas das motivações deste misterioso ex-major, para declarar “guerra a algumas instituições a que pertenci, que abandonei e que hoje quero destruir – destruir total e completamente” (p. 12), seguindo assim a conhecida diretriz do rei Ubu: “não teremos demolido tudo se não demolirmos inclusive as ruínas”.

No sentido oposto de Censor, um grande burguês que via na economia política moderna uma continuação da guerra por outros meios, e mobilizava um erudito conhecimento de grandes estrategos como Maquiavel, Tácito, Tucídides, Cardeal de Retz e Clausewitz, Losa é um oficial dissidente das Forças Armadas, que via na guerra moderna uma continuação da economia política por outros meios, e mobilizava, por sua vez, de Retz a Sun Tzu, entre outros estrategos menos afamados, como o português Luís Mendes de Vasconcelos e o inglês Lidell Hart. Em outras palavras, Censor era um burguês interessado em estratégia militar e Losa, um militar interessado em economia política: “será a burguesia, hoje só gestonária do capital, a comandar as operações da guerra social, pois a política acaba sempre por superintender aos negócios da guerra” (p. 47). Sepúlveda inverte, deste modo, o sentido da provocação de Sanguinetti, porém retendo o mesmo método que, como vimos, seria utilizado primeiramente por Bauer contra a esquerda hegeliana alemã.

Debord, que desenvolveu um jogo de tabuleiro denominado *Kriegspiel* [Jogo da Guerra] partindo das “leis estabelecidas pela teoria de Clausewitz, fundamentada na guerra clássica e prolongada depois pelas guerras de Revolução e do Império” (1991, p. 133), certa vez disse a seu amigo Giorgio Agamben não se considerar um filósofo, mas um estrategista. Sepúlveda, por sua vez, mobiliza os ensinamentos do grande estrategista prussiano, para quem “a natureza objetiva da guerra é o jogo”, e “como a guerra diz respeito à política, ela adoptará naturalmente o seu carácter. Se a política é poderosa e grandiosa a guerra sê-lo-á também, e poderá mesmo atingir o cume onde ganha a sua forma absoluta” (p. 30). Com efeito, o interesse de Sepúlveda pela teoria estratégica, entendida por

ele como a “lógica do Estado”, já está presente na Reflexão de 1976, em sua análise dialética das forças contraditórias, ofensivas e defensivas, à esquerda e à direita, que culminaram no golpe de direita de Novembro de 1975. Na Declaração, tal pensamento encontra-se mais avançado e maduro, favorecendo a criação de um personagem como Custódio Losa, que apresenta uma concepção própria da lógica estratégica:

A estratégia é a organização e, em muitos casos, a criação totalmente nova de uma série de forças tendo por objeto a integração ou negação de uma entidade social (indivíduos ou classes) que, dada a sua impossibilidade ou recusa em se identificar com o que se considera inimigo, é por este também definida como tal (p. 28).

Nesse sentido, é muito provável que a concepção teórica que orienta a Declaração de Guerra tenha ficado sob a responsabilidade de Sepúlveda, e as condições logísticas de sua edição, reprodução, publicidade e circulação, de Oliveira. Curiosamente, este movimento em prol de uma compreensão dialética e estratégica do processo conflitual, seria contemporânea daquele mencionado por Debord, em uma carta endereçada ao venezuelano Eduardo Rothe, dois anos após o fim da IS, às vésperas do 25 de Abril e da formação do CDRS (do qual Rothe faria parte):

Parece-me que o trabalho principal a explorar agora – como o contrário complementar de *A sociedade do espetáculo*, que descreveu a alienação petrificada (e a negação que lhe era implícita) –, é a teoria da ação histórica. É fazer avançar, em seu momento vindouro, a teoria estratégica. Nesse estágio, e para falar aqui esquematicamente, os teóricos de base a retomar e desenvolver são menos Hegel, Marx e Lautréamont do que Tucídides, Maquiavel e Clausewitz (2005, p. 125. Tradução nossa).

Contudo, não se trata bem de uma “virada” subjetiva no pensamento do autor, do terreno da luta de classes para o teatro da guerra. Como diz o próprio Debord, o avanço da teoria estratégica deve “complementar” objetivamente a luta de classes revolucionária, isto é, a negação prática da sociedade do espetáculo. Quando ele evoca a figura de três dos maiores estrategos desde a Antiguidade, não o faz no sentido de tentar substituir a compreensão da luta de classes por aquela da lógica militar da guerra, mas com a convicção de que estas não constituem senão formas particulares de uma mesma conflitualidade histórica, a qual se tratava de assumir subjetiva e objetivamente. Este movimento está igualmente presente na trajetória de Sepúlveda, desde a concepção de revolução como

jogo e festa, da época do IPVC (1971), passando pela análise materialista da luta de classes, na Reflexão de 1976, até o pensamento estratégico da Declaração de Guerra (1979).

Dividida em duas partes, a Declaração de Guerra trata, primeiramente, de tecer algumas “Considerações sobre a revolução clássica”, baseando-se centralmente na análise dos limites da Comuna de 1871 e da revolução espanhola de 1936-1937. Nesta parte, Losa resgata algumas características que lhe parecem centrais para se alcançar “o corte generalizado e radical com os que se opõem ao nosso desejo de liberdade total e de vida sem entraves” (p. 13), ecoando assim as vozes mais hedonistas do Maio de 68.

Tal ruptura não poderia ser consumada, segundo Losa, sem a incorporação de bandeiras de luta que reemergiram com força após 1968, como a questão feminina. Ao conjurar “o fim do Estado e de todos os seus aparelhos repressivos” (p. 17) e seu “falocratismo”, Losa associa a opressão sentida pelas mulheres a uma forma de escravidão, e afirma que a sua “revolta é a mais inquietante e tem o condão de tornar visível a aliança defensiva de todos os poderes” (p. 16), do fascismo ao comunismo, das famílias aos partidos burgueses. Assim, dá prosseguimento à Reflexão de Anónimo, que situava a luta pela autogestão generalizada no centro do projeto revolucionário de descolonização da vida cotidiana, a única capaz de reverter as degradações provocadas pelo desenvolvimento não perturbado do sistema capitalista. Além de uma sintonização com as lutas mais avançadas de sua época, estes temas ganhariam relevância com o passar do tempo, tornando-se cada vez mais atuais. Segundo Arvon:

A partir de então, a “descolonização” não era mais somente o ato aparentemente generoso mas na realidade reparador dos erros acumulados, que consistia em libertar de toda tutela de todos os povos anteriormente colonizados, ela se aplicava igualmente ao “colonialismo interno”, quer dizer, às relações de forças que se criaram no interior das nações, das sociedades e das famílias e cuja injustiça fundamental eram incompatíveis com os princípios democráticos que desde tanto tempo fingia-se professar (1974, p. 122).

Na leitura de Losa, as principais exigências da Comuna de 1871 residiam na “re-cusa dos chefes, dos intelectuais, da arte e dos artistas, enfim, dos especialistas” (p. 20), e o *comunnard* é, antes de tudo, um “revoltado”, aquele que “não é a vanguarda de qualquer revolução, nem aceita como um carneiro as decisões colectivas apenas por serem colectivas” (p. 25). O revoltado deve realizar uma síntese da antinomia entre individualismo e coletivismo: “a democracia directa acaba onde começa a consciência individual” (p. 25). Inspirada pelo anarquismo individualista de Stirner, a forma organizativa própria

à perspectiva do revoltado é a “liga dos únicos, iguais no ódio ao velho mundo, diferentes na subjectividade e unidos na cumplicidade amorosa” (p. 24).

Para Losa, as revoluções clássicas como a Comuna de Paris, o movimento makhnovista, Kronstadt e a revolução espanhola, falharam precisamente em função do “respeito pelos valores do inimigo – verdadeira quinta coluna, sempre infiltrada em nossas fileiras – e [d]o atraso tecnológico e social da época, com as suas graves implicações ao nível da consciência” (p. 25). A primazia conferida aos fatores subjetivos no desenvolvimento da luta de classes, como a consciência e a linguagem, a recusa ao poder dos chefes e das hierarquias, a crítica da especialização e separação dos poderes político e econômico, a defesa da autogestão generalizada e da perspectiva da descolonização de “todo o espaço social” (p. 21), inscrevem a Declaração de Guerra diretamente na tradição esquerdista de Pannekoek e Debord, Rühle e Vaneigem.

Assim como no texto de 1976, na Declaração de Guerra, a análise de Sepúlveda sobre a derrota do programa inscrito nas revoluções clássicas, não incide sobre qualquer forma de pessimismo em relação à vitória das revoluções futuras: “a derrota representa para mim o mesmo que a tempestade para a grande árvore. Há um largo agitar de folhas e chocar de ramos, porém a árvore não cai” (p. 25).

Na segunda parte, intitulada “À queima-roupa: Portugal”, Losa avalia que as Forças Armadas portuguesas, durante o salazarismo, negavam a realidade dos seus principais inimigos estratégicos, o proletariado (interno) e os povos autóctones das colônias em África (externo), “declarando-se, inclusive, a inexistência oficial da luta de classes, sendo as guerras coloniais apresentadas ao país e ao mundo como meras rusgas policiais” (p. 29). O desenvolvimento industrial da década de 1960 provocou uma grande concentração quantitativa da classe operária na região de Lisboa, e “qualitativamente mais poderosa”, ao mesmo tempo em que, nas colônias africanas, cresciam as lutas dos autóctones pela libertação do jugo português. Foi nestas circunstâncias que, segundo Losa, “o clã militar, temendo o degradar aflitivo do poder, deixou de apostar na negação do inimigo para tentar o integrar” (p. 30). O primeiro passo no sentido desta *integração* do duplo inimigo do Estado – proletariado na metrópole portuguesa e movimentos de libertação nacional nas colônias africanas –, seria dado tardiamente, após cinquenta anos de sua *negação*, com a formação do MFA e o golpe de 25 de Abril.

A Declaração de Guerra foi publicada no mesmo ano em que Debord e Sanguinetti publicaram suas análises sobre a situação italiana, o *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo* e *Do terrorismo e do Estado*, respectivamente. Para Debord,

“sendo no momento o país mais avançado no movimento em direção à revolução proletária, a Itália é também o laboratório mais moderno da contrarrevolução internacional” (2004, p. 159), enquanto para Sanguinetti, “o terrorismo italiano é o último enigma da sociedade do espetáculo, e só quem raciocinar dialeticamente o poderá resolver” (1981, p. 23). Losa, por sua vez, vai além da denúncia das “habituais picardias do exército (espionagem por conta própria, públicas alianças do alto comando com os bandos fascistas e com a máfia, etc.)”, e observa que “um interessante desmoronar das instituições e uma agudíssima crise de valores fazem que a sociedade se divida pelo essencial: de um lado a vida, do outro a morte” (1979, p. 15).

Em Portugal, foi somente no período democrático que teve lugar a iniciativa, jamais conseguida por Salazar, de centralizar e unificar em um departamento independente, “a coordenação entre civis, militares e policiais nos mais variados campos, do tecnológico ao político, passando pelo criminal” (p. 36). Além disso, Losa lembra que foi na democracia, e não da ditadura, que ocorrera uma substituição do conceito de Defesa para o de Segurança Nacional, um termo mais lato que compreende, para além das tradicionais funções repressivas das Forças Armadas, o objetivo de “controlar e assepsizar as pessoas ao ponto de se preocuparem com os seus problemas espirituais e ‘melhoria’ das suas condições de sobrevivência” (p. 37). Na mesma época, os serviços de inteligência de diversos países europeus especulavam sobre a atividade de grupos terroristas em território português, o que mais tarde justificará a criação de um novo Serviço de Informações, “uma PIDE sem tortura, ou melhor, uma tortura sem PIDE” (p. 39).

Para o ex-major, a “finalidade última do golpe militar de Abril” era justamente operar uma modernização/atualização do aparato estatal português, que tornava-se então contemporâneo daquilo que de mais avançado se fazia nesta matéria em países como Itália e França:

Já não é só a vida exterior do homem que lhe interessa; também a sua intimidade e a sua subjetividade, a sua ‘espiritualidade’, como diz o brigadeiro Rocha Simões, têm de ser controladas. Tudo o que, a partir de agora, ponha em causa a capacidade de trabalho do operário produtor (...) vai ser, por este Estado em permanente aperfeiçoamento, cada vez mais policiado (pp. 39-40).

São estes, em resumo, os principais elementos do quadro traçado por Losa, em seu convite à uma deserção que deve ser entendida de modo amplo, para além daquela

que compete aos ofícios militares: “é preciso entender, de uma vez por todas, que o problema central deste mundo reside no Estado, nos seus aparelhos repressivos e mecanismos repressores e alienadores” (p. 49). Tal deserção deve dar lugar à revolta contra o Estado e suas instituições, pois segundo a expressão deste major dissidente, *quem rasteja é governado a golpes*.

4.5. A contra-história maliciosa e crítica de Carlos K. Debrito

Carlos Ramalho de Brito nasceu em Braga, em 1952. Filho de mãe bibliotecária, cresceu em meio aos livros. Será no jornal do liceu que Carlos passa a assinar seus textos sob o pseudônimo literário de “Carlos K. Debrito”. Em entrevista, explica que, “como contestava muito na altura contra o fascismo, assinava com K, e então punha sempre um K do Kafka” (2017, s/p.). Nesta época, Debrito participaria ativamente da expressão local da crise académica de 1969: “os acontecimentos de Coimbra, a greve e a recusa das festas da Queima da Fita, vieram perturbar, também, a placidez bracarense” (2019, s/p.). Foi assim que alguns estudantes “liceais” de Braga se esforçaram por criar um movimento de contestação às festas do Enterro da Gata, em solidariedade ao movimento de Coimbra. Participante ativo dessa “ousadia subversiva” no Liceu Sá de Miranda, Debrito assim descreve o seu malogrado desfecho:

A ideia foi crescendo nessa Primavera de todas as esperanças, de tal modo que o poder local, a Direção do Liceu, se sentiu ameaçada. (...) A situação, cada vez menos controlada pelo poder local, obrigou o Reitor a organizar uma assembleia geral que seria seguida de um voto. Uma assembleia dirigida por um professor de sua confiança, ao qual esteve associado um representante da comissão organizadora do ano anterior. Para o primeiro, tratava-se de anular o movimento e, para o segundo, a tarefa consistia em reconduzir as festas para equilibrar um orçamento comprometido por sua má gestão. E foi assim: perdemos... (*Ibidem*, s/p.).

As razões da derrota, segundo Debrito, deveram-se ao número reduzido de vozes dissidentes, silenciadas “pela força do poder instituído, pelo oportunismo dos antigos organizadores e, acima de tudo, pela inércia de uma maioria”. Contudo, neste balanço feito após cinquenta anos, Debrito reconhece que “embora tenhamos perdido a batalha em 1969, em Braga, a ideia cresceu e teve os seus frutos nos anos seguintes...” (*Ibidem*, s/p.).

Após a conclusão do ensino liceal em Braga, Debrito estudará medicina (psiquiatria) em Lisboa, de onde terá que se mudar novamente, em 1973, para o exílio em Bruxelas. Retornará a Lisboa somente em 1983, onde permanecerá até 1989, quando se transfere definitivamente para Paris. Seu interesse pela psiquiatria adveio sobretudo da possibilidade de articulação entre os três campos do saber que lhe despertavam maior interesse: a ciência, a filosofia e a literatura. Sua produção intelectual se divide em dois momentos distintos, o primeiro, dos anos 1980, volta-se à crítica e análise teórica, e o segundo, dos anos 2000, voltado para uma produção literária onde biografia, história e ficção se misturam.

No período em que residiu em Lisboa, entre 1983-1989, Debrito estabeleceu uma frutuosa colaboração com a ainda jovem Antígona, inaugurada em 1979 com o golpe editorial do fictício “Custódio Losa” (na realidade, uma criação de Torcato Sepúlveda e Luís de Oliveira), onde publicará três obras, na década de 1980, que carregam um mesmo fio condutor: *Historiografia maliciosa e crítica da miséria em Portugal* (1983), *Marx: um elogio crítico* (1985) e *D’o gosto e d’o jeito* (1988). A partir de sua mudança para Paris, publicará, mais recentemente, outros três títulos mesclando ficção e autobiografia, pela editora L’Harmattan: *Retour à Lisbonne* (2008), *Un situationniste à Lisbonne et autres histoires* (2012) e *Somnambule* (2015).

Crítica maliciosa da miséria portuguesa

Começamos por seu primeiro opúsculo, *Historiografia maliciosa e crítica da miséria em Portugal* (doravante, *Historiografia*) concluído em Bruxelas ao final de 1992 e publicado em Portugal, no ano seguinte por Luís de Oliveira (Antígona). O aspecto mais interessante da obra é o seu ponto de vista “malicioso” e “crítico” sobre a história “da miséria em Portugal”, considerada, ao estilo situacionista, em todos os seus aspectos (morais, sexuais, econômicos, políticos, religiosos, etc.), em oposição à miséria historiográfica dos “ridículos profissionais-da-história” (1983, p. 22). Debrito tem a pretensão de escrever uma breve contra-história de Portugal que, na contramão do historicismo, considera, como o escritor Robert Musil, que “há atividades intelectuais onde não são os espessos livros, mas os pequenos tratados, que fazem o orgulho de um homem” (apud DEBRITO, 1983, p. 7).

Assim, opta por uma exposição extremamente sintética, onde não há pormenorições e detalhamentos de ordem bibliográfica, nem o recurso acadêmico frequente às citações, mas tão somente uma rememoração dos “grandes momentos da história” que,

neste tipo de trabalho, assumem “o ponto de referência e o fio condutor” que Debrito pretende “transmitir... *maliciosa e criticamente*” (p. 54). Para tanto, subdivide estes momentos em três: “A acumulação primitiva” (capítulo 1), “A circulação” (capítulo 2), “A ilusão desiludida” (capítulo 3) e “Portugal e o mundo, hoje” (capítulo 4). A influência do pensamento situacionista nesta obra se reflete desde o título, pela incorporação da denúncia da “miséria em Portugal”, passando pela capa do livro, que remete aos cartazes do CMDO de 1968. A despeito disso, nos dois últimos capítulos, Debrito lançará contra a IS as mesmas armas da crítica que esta havia lançado contra seus antepassados dadaístas e surrealistas. Em suas palavras, “o gozo de criticar aqueles que passaram é o gozo que eles tiveram ao criticar os que os tenham antecedido” (p. 83).

Apesar do conteúdo crítico à IS, no plano formal da linguagem, do estilo da escrita ao modo de exposição teórica, Debrito demonstra-se devedor da teoria e da prática situacionista que procura ultrapassar em sua Historiografia (voltaremos a este tema na última parte desta sessão). Nela, reproduz-se as ofensas aos cânones artísticos e filosóficos de cada época, uma arte que os situacionistas dominavam. Henri Lefebvre, por exemplo, é para Debrito um “stalinista esclarecido” (p. 78); já o “fascista Pessoa”, um “bobo-da-corte” da burguesia local, cuja “ridícula e medíocre vida foi o castigo da história” (p. 77); enquanto Camões, o mais celebrado poeta português, “viveu lambendo as botas do rei e dos seus alcólitos para existir, e copiando as obras clássicas” (p. 21). António Maria Lisboa e o surrealismo português são considerados um movimento “anacronicamente ridículo” (p. 75). Fascistas e comunistas são igualmente chamados de “cretinos”, com a ressalva de que os primeiros são “de direita”, e os segundos, “de esquerda” (p. 64). Remetendo ao amaldiçoado poeta Lautréamont, julga que as universidades não passam de “pequenas quantidades de importância nula” (p. 84).



Da esquerda para a direita: *Historiografia maliciosa e crítica da miséria em Portugal* (1983), *Marx: um elogio crítico* (1985) e *D'o gosto e d'o jeito* (1988).

Seu juízo sobre a história portuguesa é sumário e impiedoso. Começamos pela fase da acumulação primitiva, seguindo o modo de exposição diacrônico estabelecido pelo autor da *Historiografia*. Pelo menos desde a segunda dinastia, durante os reinados de Dom João II, D. Manuel I e D. João III, Portugal permaneceu sendo um “permissivo e subjugado” (p. 18) “moço-de-recados da Europa” (p. 17) e, no período do “anacrônico milenarismo de S. Sebastião”, o país viveu uma “miséria crescente, no meio das fobias e prazeres de alguns poderosos embrutecidos pelo poder e pela inércia intelectual”, contexto no qual “só restava a Portugal... MORRER” (p. 20). No período da dominação espanhola, entre “o apogeu do reino dos Filipes de Espanha até ao princípio da sua decadência”, Portugal “viveu sonolento esta ocupação” (p. 25).

No século XVII, com “o despertar de 1640”, o país se tornará uma “verdadeira colônia inglesa” (p. 26), e o enfraquecimento econômico da Espanha arrasta Portugal para a decadência. A fidelidade do país ao cristianismo romano e ao “misticismo evangelizador”, sua incapacidade para desenvolver suas próprias forças produtivas e realizar uma acumulação primitiva de capital, retirava-o “do mundo moderno que rapidamente se erguia das ruínas da sociedade feudal” (p. 27). Assim, os portugueses atravessaram o século XVII “insensíveis aos ruídos da Europa”, como das “questões modernas” levantadas por Spinoza na Holanda, Leibniz na Alemanha, Descartes na França, Hobbes e Locke na Inglaterra.

Ao longo do século XVIII, que viu surgir a ideologia burguesa da economia política, Portugal mantêm-se sob a tutela e subordinação da Europa, que lhe tratava como um “país sem dignidade” (p. 30). Fichte e Schelling na Alemanha, Voltaire e Rousseau na França, Smith na Inglaterra, expressavam no plano teórico o triunfo que suas burguesias locais haviam conquistado nos planos econômico e político. Os portugueses seguem, neste contexto, os “lacaio perfeitos” da política inglesa, bem como “submissos e condescendentes” da política francesa. Marques de Pombal representará, segundo Debrito, “o único sobressalto para este século XVIII”, em ruptura com o precedente “marasmo, miséria, indiferença e imbecilidade institucional” (p. 33) da nação lusitana.

Já o século XIX, que viu nascer os grandes movimentos advindos da emergência da chamada questão social, e que desembocariam nas revoluções de 1848 e 1871, “aparece em Portugal como arcaico e deslocado no tempo e na história” (p. 33). Na Alemanha, Inglaterra e França, a esquerda hegeliana (Strauss, Feuerbach e Bauer), os socialistas utópicos (Saint-Simon, Fourier e Owen) e, depois deles, Marx e Engels, Proudhon e Bakunin, iriam ligar-se à subversão proletária nascente, que resultaria na criação, em 1864, em Londres, da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como a Primeira Internacional. É quando emerge na história o “problema do intelectual: nascido de uma classe que recusa, procura ligar-se e participar nas lutas daquela que historicamente aceita e à qual associa o seu destino” (p. 35). Na visão desapiedada e antipatriótica de Debrito, Portugal teria uma contribuição pouco honrosa na história deste século:

Na Alemanha, o proletariado alemão representava o esforço de superação da filosofia, realizando-a, e tornava-se o *teórico* do proletariado europeu; em França, o proletariado francês oferecia a imagem de sua capacidade *política*; em Inglaterra, o proletariado inglês era a crítica da *economia*, o proletariado português recém-nascido presenteava a história com a sua *Miséria* (pp. 36-37).

Vários fatores concorreram para que Portugal permanecesse, neste período de grandes transformações em nível internacional, presa “à penúria, ao subdesenvolvimento e por fim ao imobilismo” (p. 39). O regime de trabalho no campo, onde prevaleciam as estruturas de tipo feudal; o nascimento dos centurões industriais, com concentração de uma mão-de-obra operária disponível e barata, a exploração desenfreada, inclusive de crianças, poderiam ter permitido uma acumulação acelerada de capital em Portugal. Entretanto, nada disso aconteceu, devido a seguinte conjunção de fatores:

Incapacidade administrativa, os interesses estrangeiros (...) a luta entre clãs e famílias, digladiando-se e atentos apenas aos seus pequenos lucros imediatos e, adicionadas a tudo isto, as guerras civis entre Liberais e Absolutistas – duas formas diferentes de dominação da maioria dos portugueses (p. 39).

Deste modo, o despertar operário nasceria em Portugal marcado por uma “indescritível confusão e de uma inesgotável *Miséria*” (p. 40). Os elevados níveis de analfabetismo da sociedade portuguesa, as escassas traduções que lá existiam das ideias socialistas, comunistas e anarquistas, favoreceram esta situação. Assim mesmo, “assiste-se à criação de inumeráveis associações de trabalhadores, reunidos em função dos seus interesses imediatos (...) mas desprovidos de um real projecto de contestação global” (p. 41). Será somente no início do século XX que as ideias da Primeira Internacional chegarão efetivamente ao território português, entretanto, marcadas por uma “falta de precisão e rigor na análise” (p. 42). Debrito salienta que, entre estes teorizadores do movimento operário, Proudhon seria aquele que maior influência exercerá em Portugal, onde “as massas nada sabiam das grandes questões postas por Bakunin” (p. 43). Também Kropotkin conquista uma boa audiência na parte ocidental da Península, onde “o carácter simples e demagógico dos seus textos era facilmente assimilável” (p. 44). Já Marx teria uma influência considerável, após a proclamação da República em 1910, no processo de modernização econômica e política da sociedade portuguesa.

Ao comentar as lutas revolucionárias do século XX, mais particularmente a segunda revolução russa de 1917, Debrito radica sua crítica na herança esquerdista, tal como esta tese a concebe:

O bolchevismo, forma particular da revolução burguesa jacobina, associando o reacionarismo camponês ligado à propriedade privada e a capacidade combativa da classe operária, em condições económicas que estavam longe de ser desenvolvidas, triunfou com Lenine, e definiu e colocou as pedras da nova forma de exploração: a burocracia (p. 47).

Retoma, assim, a crítica do capitalismo de Estado russo, desenvolvida pela esquerda-germana holandesa, sobretudo por Pannekoek, Gorter e Rühle, no período de formação da Terceira Internacional, que nascerá em 1921 sob o signo da “russificação” ou “bolchevização” do movimento comunista internacional: “cobardemente aceites por todos os outros partidos dito comunistas, as suas palavras de ordem internacionais apenas serviam a consolidação do seu poder dentro da Rússia” (p. 47). Um pouco tardia em re-

lação à retomada desta crítica pelos grupos e publicações esquerdistas portuguesas, a crítica do bolchevismo desenvolvida por Debrito mantém seus principais traços distintivos, ao considera-lo senão como um “misto de revolução burguesa pelo desenvolvimento das forças produtivas e de socialização aparente sob o comando de um partido único” (p. 48), e Stálin, um “fiel continuador” de Lênin. As destruições lideradas por Trotsky, entre 1920 e 1921, do exército makhnovista e do *soviet* de Kronstadt, são apresentadas como “os grandes exemplos da contra-revolução burocrática”, quando “a burocracia, substituindo-se à burguesia anterior, vem uma vez mais reprimir o proletariado... mas agora em seu nome” (p. 48).

Entretanto, Debrito considera o movimento criado por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht a corrente mais subversiva da revolução alemã de 1918-1919, em detrimento de organizações à esquerda do spartakismo (isto é, esquerdistas), como a tendência unionista animada por Rühle e Merge no interior da AAUD, muito embora se reconheça a aliança dos spartakistas com as “forças declaradamente reaccionárias” (p. 50) do partido socialdemocrata.

O esmagamento das revoluções na Alemanha, na Rússia e na China, “cujos conselhos operários foram a base e o motor fundamental da subversão generalizada [de 1925-1927]” (p. 51), não provocaram “grandes questões nem induziu a grandes conclusões” em Portugal, seja entre as massas, seja entre as associações anarquistas. Apesar de as terem impressionado, contudo, “as lições tiradas vieram tardias e tornavam-se difíceis de interpretar” (p. 52). A criação da CGT em 1919, e do PCP em 1921, forneceram ao proletariado “uma organização que infelizmente trazia o gosto amargo dos que falariam em seu nome”. A diversidade de organizações e associações anarquistas, “alida à sua incoerência”, impediam a formação de um programa coeso e unitário de ação. Em Portugal, a desarticulação da classe operária favoreceria a adoção da solução fascista, a exemplo do que se passava sobretudo em Itália e Alemanha. Como resultado, o PCP seria a única, entre “todas as organizações operárias ou ditas operárias” portuguesas, que “atravessará a funesta escuridão do fascismo” (p. 53).

O “longo pesadelo” do salazarismo lançou Portugal na “falsa dicotomia: fascismo ou antifascismo”. A exemplo dos demais esquerdistas, Debrito considera o fascismo, de modo geral, um fenômeno resultante do “estado de sítio que se encontrava a economia e à qual a burguesia em pânico procurou dar solução através de uma intervenção maciça do Estado, forte e centralizado” (p. 57). Em Portugal, a implementação de um “fascismo de pé-de-meia e de soluções beatas”, por seu caráter “moderado”, sobreviverá por quase

meio século. Por toda a Europa, “a burguesia renascida reconstruía meticulosamente a sua economia e divertia-se eleitoralmente no jogo parlamentar; a leste, por sua vez, a burocracia instalava o seu poder. Em Portugal, tudo continuava como dantes... nada de novo...” (*Ibidem*).

A longa permanência de Salazar no poder deveu-se, entre outros fatores, a esta natureza “moderada” e “beata” do fascismo português, que procurou não “sujar demasiado as mãos” durante o esmagamento da revolução espanhola de 1936-1937, assim como na guerra de 1939-1945. Deste modo, os fascismos ibéricos permitiram a “Salazar e Franco, parentes pobres da Europa *democrática*, existir durante longos anos no seu subdesenvolvimento económico e social, olhados condescendentemente pelos seus cúmplices mais abastados e... *democráticos*” (p. 60).

Da vanguarda à retaguarda revolucionária

O regime fascista em Portugal é derrubado no dia 25 de Abril de 1974, ou seja, quarenta e oito anos de sua implementação. Esgotadas por uma guerra irracional nas colónias africanas, as Forças Armadas portuguesas entregariam o poder ao general Spínola por meio de um golpe de Estado, ou “uma fantochada de feira” (p. 62), nas palavras de Debrito. Tratava-se, num primeiro momento, de um movimento implosivo, de declínio e derrube do fascismo em decomposição, para em seguida assumir características explosivas, liberadoras de energias revolucionárias. Em sua Historiografia, que constitui uma tentativa de reescrita à contrapelo da história oficial e oficiosa de Portugal, o autor procura não se ater aos fatos e “detalhes sinuosos” do PREC, que “são demasiado conhecidos para que os repita”. A “mistura de acusações mútuas” entre os protagonistas do “processo revolucionário em curso”, isto é, “da canalha estalinista, leninista ou trotskysta aos burgueses de direita ou de esquerda”, é senão reveladora de uma “comunicação falsificada” típica da sociedade do espetáculo.

Antes, importava analisar o “processo profundo” que esteve na essência do PREC, qual seja, “a luta permanente à qual se entregaram todos os poderes na sua tentativa sistemática de usurpação e controlo dos assalariados portugueses”. Estes, por sua vez, ao saírem às ruas e, com este gesto, desobedecerem ao toque de recolher imposto pelo MFA, “encontravam a sua própria linguagem e a prática era a sua teoria”. Assim, por meio de suas lutas, aprendiam em poucos dias “o que o proletariado europeu fora obrigado a com-

preender em meio século” (p. 63). O movimento autônomo dos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas escapava largamente ao controle do PCP, que falhava em sua “triste missão histórica”, o *policimento da revolução*: “Cunhal e o seu bando assentiam a todas as proposições e acomodavam-se como podiam no papel de polícia dos trabalhadores, à falta de sindicatos ou organismos afins”.

Segundo Debrito, quando “o gosto pela democracia direta” penetra nas massas trabalhadoras, “que autossuficientes repudiavam todos os que em seu nome as procuravam fiscalizar do alto das suas ridículas e estéreis proposições”, passa a ocorrer certa desagregação da velha dicotomia entre fascismo e antifascismo até então vigente em Portugal. Naquele momento, estava em movimento uma grande abertura para as possibilidades de transformação revolucionária da sociedade portuguesa:

A teoria era encontrada imediatamente na prática revolucionária, como outrora em 1917, os *soviets* eram, não o fruto da teoria, mas o resultado da prática; e a aprendizagem nos conselhos operários era o prazer e o jogo do proletariado. O que em 25 de Abril começara como um simples golpe apadrinhado internacionalmente, era nesse instante uma agitação incontrolável (pp. 64-65).

No início de 1975, Lisboa libera uma energia revolucionária tamanha “que fará tremer, no alto do seu pedestal, os *burocratas do oriente* e os *democratas do ocidente*”. Reverbera-se aqui o otimismo revolucionário e a grandiloquência da linguagem empregada por Jaime Semprun n’*A guerra social em Portugal* (1975). Contudo, diferentemente do livro de Debrito, o livro de Semprun foi escrito e publicado no calor dos acontecimentos, o que de certo modo justificaria seu otimismo exacerbado.

Para Debrito, a incapacidade demonstrada pelos burocratas de controlar o proletariado português, expressa na tentativa de golpe fracassado de 11 de março de 1975 e seu “esboço de formação de um Estado burocrático sob a égide do estalinista Vasco Gonçalves” (p. 66), levou a burguesia a tomar a dianteira da normalização do processo revolucionário, concretizando-se na “palhaçada democrática” (p. 69) do 25 de Novembro. Para Debrito, a derrota da revolução proletária não foi total. Tal batalha foi inglória “porque vencida no terreno mercantil, mas permanecerá inaliavelmente viva”, na medida em que:

A subversão que apaixonadamente construiu em conselhos de trabalhadores, cuja simples criação e cuja simples existência tornou gloriosamente viva uma derrota, transformada para sempre numa vitória

desse movimento revolucionário e de todos os movimentos revolucionários (p. 69).

Também a vitória da burguesia portuguesa, por sua vez, foi relativa, na medida em que se manterá submissa à burguesia internacional, dela dependendo “para sobreviver como precisou das suas lições ou da sua ajuda real para triunfar sobre o movimento revolucionário” (p. 73). Em resumo, a aprendizagem de ambos, a burguesia e o proletariado, “foi violenta e dolorosa” (p. 74).

No último capítulo da *Historiografia*, Debrito realiza um balanço das “tentativas de recusa e contestação” do mundo do capital no “campo intelectual”, que tiveram origens nos auspícios do século XX. Ao comentar o papel do dadaísmo e do surrealismo no plano da poesia, da arte e da cultura moderna, Debrito retoma a análise feita por Debord, n’*A sociedade do espetáculo*, acerca da superação/realização da arte, com foco no anacronismo que tais ideias assumiram no contexto português dos anos 1950:

Tantas misérias acumuladas, tanta ignorância vergonhosamente avocada pelos surrealistas portugueses, que contra toda a inteligência e astúcia continuam a reconhecer-se surrealistas; o movimento surrealista, se algum interesse teve, apagou-se trotskistamente nos anos trinta... vindo ressucitar “vinte anos depois” na Miséria portuguesa (p. 76).

Mas a falta de inteligência dos surrealistas portugueses também se manifestaria, de outro modo e em outra frente, “nas sussecivas gerações de homens e mulheres ditos de esquerda” e sua admiração “pelo onanismo de Fernando Pessoa” (*Ibidem*). Segundo Debrito, o nascimento de novas vanguardas artísticas, no segundo pós-guerra, como o COBRA, a Internacional Letrista e a Internacional Situacionista, não se manifestaria em Portugal, “onde nada de novo vinha enterrar os polícias fascistas ou os surrealistas” (p. 77). De fato, vimos como o Instituto Português de Vandalismo Comparado (IPVC) havia atacado Julien Gracq, em Coimbra, no ano de 1971, não por sua proximidade com o movimento surrealista, mas por simbolizar justamente uma espécie de traição de um surrealismo supostamente autêntico que, conforme Debrito assinala com acerto, já não existia nos anos 1930, a partir da aproximação de Breton e Trotsky no México.

Assim, Debrito ensaia já em sua *Historiografia*, um esboço de crítica e superação teórica da IS, que será retomada em sua próxima obra, *Marx: um elogio crítico*, publicada em Portugal dois anos depois. Subjaz a ela uma crítica da própria noção de “vanguardas revolucionárias”, que em suas palavras jamais “serviram a contestação radical, profunda

e prática, da sociedade, mas simplesmente a usurpação, o aspecto formal e a promoção social tão desejada na sociedade mercantil” (p. 81). Com exceção das experiências revolucionárias da Comuna de 1871 e do Maio de 68, “nunca as ideias concebidas e arquitetadas por um intelectual ou por um grupo de intelectuais serviram a realidade prática”.

É nesse sentido que Debrito considera, a si e a todos os seus “companheiros de viagem”, uma “retaguarda revolucionária”, aliada ao potencial subversivo das camadas inferiores da sociedade, “aqueles que realmente podem inverter as condições existentes: as massas trabalhadoras, os assalariados, que constituindo-se como classe e organizando-se são o PROLETARIADO, e serão a radicalização inventiva da história” (*Ibidem*).

Superar o legado teórico da Internacional Situacionista

Não obstante seu enfoque num “elogio crítico” ao pensamento do comunista alemão, em *Marx: um elogio crítico*, Debrito tratará a IS como uma simples “criadora de moda, e nada mais” (1985, p. 100), enquanto julga que Debord “falha completamente como teórico, encerrado em seu *delírio espectacular*” (*Ibid.*, p. 98). Tal simplificação, exposta nas conclusões de um livro dedicado a uma tentativa de exêgese do marxismo ortodoxo, exprime certo afastamento do autor em relação à teoria situacionista. Contudo, embora José Maria C. Ferreira reconheça nesta obra “um contributo de inegável valor teórico e função revolucionária”, não deixa de concluir que sua tentativa “revelou-se num grande fracasso teórico e ideológico” (1986, p. 115). Segundo a rescensão crítica de José Maria, Debrito cai no mesmo dogmatismo que pretende criticar, ao lançar luz sobre alguns aspectos da obra marxiana enquanto oculta outros, recorrendo inclusive à desqualificação, por meio de simplificações superficiais, contra figuras divergentes de Marx, como Stirner ou Bakunin, baseando-se naquilo que o próprio Marx havia escrito sobre elas em textos como *A sagrada família* (1844) e *A ideologia alemã* (1845-1846).

Voltemos, porém, à questão da IS. Debrito inicia sua crítica com um elogio da organização:

De Brooklyn a Paris ou de Tóquio a Praga, por exemplo, a contestação radical manifesta-se na rua. E é na rua que a contestação moderna realiza a sua essência, a sua própria realidade. A Internationale Situationniste ilustra esta presença activa no mundo; embora geograficamente limitada, mas rica na multiplicidade dos seus componentes de diversas nacionalidades, lança na vida quotidiana a crítica quotidiana da vida (p. 95).

Debrito atrela a inovação da teoria situacionista a uma retomada das “ideias fundamentais do pensamento social correspondente às obras de juventude de Marx”, que teria tornada possível uma ultrapassagem “do local de trabalho como ponto de partida crítica da sociedade”. Uma associação unilateral, visto que os situacionistas incorporaram criticamente, à influência dos escritos filosóficos do “jovem Marx”, o anarquismo individualista de Stirner, o insurrecionalismo de Blanqui, a recusa do princípio de autoridade de Bakunin, os socialismos utópicos, entre outras teorias de matriz não marxista, como a poesia e a arte moderna, ou a antropologia econômico-política de Mauss e Bataille. No texto *Banalidades básicas* (IS, nº 7-8, 1962-1963), por exemplo, Raoul Vaneigem situa a IS “na linha de contestação que passa por Sade, Fourier, Lewis Carroll, Lautréamont, o surrealismo, o letrismo” (2002, p. 112). Mesmo assim, em *D’o gosto e d’o jeito*, Debrito insistirá em sua interpretação unilateral, ao afirmar que a IS “encontrou em Marx a perspectivação fundamental para a sua emancipativa aventura” (1988, p. 187).

Debrito também aponta que a IS não foi capaz de “ultrapassar aquilo a que se abalanchava: a explicativa subversão do mundo” e que, fechada nesta noção, não conseguiu “superar a ideologia conselheira”. Segundo ele, no plano político, os situacionistas glorificaram “a espontaneidade e os conselhos, mas sem penetrar realmente na sua natureza profunda” (p. 96). No plano teórico, a noção de espetáculo sintetizada por Debord “refere ainda uma percepção hegeliana, idealista do mundo, colocando o pensamento sobre uma realidade que lhe é moldada” (*Ibidem*).

Além disso, ao exigir uma “crítica radical omnipresente, a IS mergulha no radicalismo (...) e arrasta-se para um impasse”, conclui Debrito ao opor o “radicalismo” situacionista como “forma moderna de moralismo”, ao princípio da “radicalidade”. Em *D’o gosto e d’o jeito*, ele reafirmará que “o abandono da radicalidade para cair na forma mais moderna de militantismo, o radicalismo, conduziu-a [a IS] ao desaparecimento, no seio do turbilhão mundial” (1988, p. 189). Saliente-se, neste ponto, que semelhante acusação de “radicalismo”, havia sido empregada por Cunhal e pelos stalinistas do PCP contra os esquerdistas portugueses em 1970, levando Debrito à formulação de uma ambígua crítica ortodoxa da suposta ortodoxia situacionista por ele apontada. Para os situacionistas, entretanto, “o verdadeiro radicalismo não é ortodoxo: ele fomenta a diversidade e garante todas as liberdades” (VANEIGEM, 2002, p. 289).

Neste livro de 1988, Debrito parte para uma interpretação chauvinista sobre a repercussão mundial do Maio de 68, em França, um acontecimento que em sua opinião teria sido hipervalorizado pelo “pedantismo gaulês” e pelo “egocentrismo francês”, na medida

em que estes iludem “outras perspectivas e outras abordagens da realidade, como se situasse todas as agitações, de maior ou menor grau de importância, em todo o globo, em relação a si próprio” (1988, p. 191). Ao proceder, na sequência, a uma retomada de alguns exemplos históricos em que a contestação assumiu contornos revolucionários, para além de Paris, das “reivindicações raciais nos Estados Unidos da América e na África do Sul”, às “concretizáveis e muitas vezes bem sucedidas modificações na América latina” (*Ibid.*, p. 196), como a revolução cubana, Debrito não faz mais do que reproduzir, anacronicamente, o que os próprios situacionistas fizeram em sua própria época, na qual tais contestações tiveram lugar, muitas vezes participando diretamente delas, por meio de suas sessões internacionais, principalmente em países como Inglaterra, Estados Unidos e Itália. A crítica *post festum* de Debrito não acrescenta em nada, ao contrário do que pretende, em relação à crítica formulada pelos situacionistas *no calor dos acontecimentos*.

No texto de 1985, criticava-se já o emprego, pelos situacionistas, do método dada-surrealista do escândalo, “um erro grave”, cujas consequências foram “sempre desastrosas” (p. 97). “A publicidade antipublicidade não existe; nunca se pode utilizar uma forma que se combate”, dispara Debrito um princípio debordiano contra o próprio Debord, que n’*A sociedade do espetáculo* preconizava já não ser mais possível “combater a alienação sob formas alienadas” (1997, p. 84). Acusa ainda a IS de cair num “pedantismo ideológico”, através de um “uso pedante dos grandes estrategos”, muito embora tal uso seja mais frequente na obra de Debord do que nas revistas da IS, e o próprio Debrito ter citado vários estrategos no texto de 1983, e de uma forma não menos pedante: “deplorável Spínola, militar orgulhoso que nunca leu Clausewitz, Henri Jomini ou Charles Ardant du Picq!” (1983, p. 66). Nesse sentido, estamos de acordo com a crítica que José Maria C. Ferreira dirigiu à tentativa de superação, por Debrito, do legado situacionista:

A intenção manifesta de superar a crítica ideológica da Internacional Situacionista revelou-se frustrada. Do princípio ao fim do seu texto, Carlos K. Debrito utiliza o modelo conceptual e a metodologia daqueles que pretende criticar e superar – a Internacional Situacionista. Nesse sentido, não basta escrever que Debord morreu como teórico no seu tempo e que o pós-situacionismo falhou na sua tentativa de superar criticamente o marxismo, porque Carlos K. Debrito utilizando o mesmo referencial epistemológico caiu na armadilha de sistematizar, no seu texto, a mesma tipologia de significações inteligíveis (1986, p. 114).

A despeito das motivações manifestas – “é minha intenção, não a esquecendo [a IS], lembra-la para melhor a superar” (p. 101) –, sua crítica acaba sendo mais *devedora*

do que *superadora* do legado situacionista, tanto no conteúdo quanto na forma de sua exposição, conforme apontado por José Maria C. Ferreira. Debrito opera, com a IS, a mesma tentativa de “elogiar criticamente” a obra de Marx, ao invés de critica-las elogiosamente... De acordo com José Maria, o resultado será igualmente ineficaz nos dois casos. O “elogio crítico” à Marx e à Debord ficou aquém da ultrapassagem visada por Debrito, *na teoria como na prática*, de tais objetos de superação. Nesse sentido, justifica-se sua inclusão entre os esquerdistas portugueses de influência situacionista, não obstante suas intenções.

4.6. António Ferreira: uma crítica debordiana da sociedade portuguesa

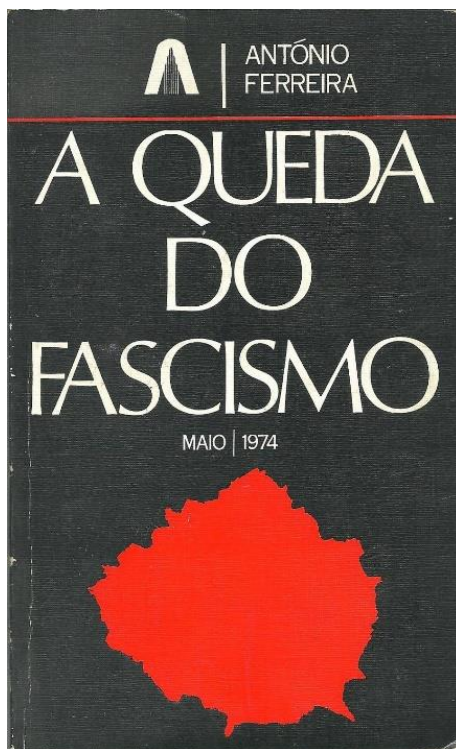
A queda do fascismo, opúsculo esquerdista que contém 37 aforismos e um curto prefácio do autor, foi “premonitoriamente escrito e publicado em Paris em 1973 e actualizado e publicado em Lisboa em Abril e Maio de 1974” (DUARTE, 1999, p. 12), pela editora Assírio & Alvim,³²⁰ em pleno período de libertação e queda do regime fascista. Trata-se, nesse sentido, mais de um documento de intervenção política do que de um texto teórico.

Suas teses refletem a abertura política e cultural e o clima de otimismo revolucionário que tomava as ruas do país no exato momento de sua publicação. Em 1999, a Editora Chão republicou a obra, acrescentando a ela “as novas teses que o autor foi elaborando e publicando nos anos oitenta e noventa, na revista *Devagar*” (*Ibidem*, p. 12), como o texto *Análise das classes na sociedade portuguesa* (1989), que analisa aspectos políticos, econômicos e culturais da sociedade portuguesa no período “democrático” ou pós-revolucionário.

A revista de crítica literária e social *Devagar* foi editada por António Ferreira e José Pinho nos anos 1990, com tiragem de mil exemplares. Seu nome foi inspirado em uma frase do grego Príamo, rei de Tróia durante a Guerra de 1.300-1200 a.C.: *tudo o que é bom é feito devagar ou com vagar*. Já em seu primeiro número, de março de 1989,

³²⁰ Segundo João Carlos Alvim, fundador da editora e amigo de Fernando Ribeiro de Mello, o editor português de *A sociedade do espetáculo*, “a Assírio & Alvim nasceu sobretudo como um projecto de editora política de intervenção, só aos poucos foi adquirindo um cariz mais literário. As nossas referências seriam, na época, a *Afrontamento* – que estava igualmente a nascer por essa altura – a *Centelha*, a *Prelo*, a *Seara Nova* (bem como a equipa da revista *Análise Social*). E do lado espanhol os *Cuadernos para el Diálogo* e a *Seix Barral*. Ou em França a *Maspero*”. Cf. Marques, 2015.

António Ferreira publica uma resenha³²¹ aos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, de Debord, livro publicado na França no ano anterior. Desde os escritos dos anos 1970, António tem sido uma das poucas vozes a difundir a crítica situacionista em Portugal, como veremos a seguir. Em 1999, publica *Incitiação à crítica do espectáculo jovem*, outra obra inspirada pela crítica debordiana do espetáculo.



Capa de *A queda do fascismo* (1974)

25 de Abril: revolução ou queda do fascismo?

No Prefácio de *A queda do fascismo*, António adverte o leitor e a leitora que suas “teses destinam-se aos operários, mas muitos intelectuais acharão a linguagem demasiado intelectual para ser compreendida por operários” (1974, p. 5). Uma querela comum entre trotskistas, maoístas e situacionistas franceses em maio-junho de 1968, na qual esses últimos eram frequentemente criticados pelos extremistas por terem modernizado o repertório categorial da teoria revolucionária com o conceito de “espetáculo”, tornando-a inacessível para grande parte da classe operária. António Ferreira antecipa sua defesa, ata-

³²¹ Cf. *Devagar* nº 1, pp. 22-23.

cando seus presumidos adversários políticos: “são esses mesmos intelectuais que consideram a classe operária incapaz de se emancipar por si própria e que programam já uma pseudo-emancipação cujo proveito lhes caberia inteiramente” (*Ibid.*). Suas teses são concebidas na forma de uma contribuição ao processo de “transformação qualitativa da consciência política da classe operária” (*Ibid.*), um princípio caro à corrente esquerdista desde Pannekoek, como vimos.

Escrito em estilo aforismático e versado no léxico situacionista, *A queda do fascismo* situa de antemão a sua crítica social na corrente esquerdista do movimento revolucionário de sua época. Seu primeiro aforismo³²² constitui um *détour* daquele com que Debord abre *A sociedade do espetáculo*³²³ e que já parafraseava, por sua vez, a sentença com que Karl Marx abre *O capital*.³²⁴

Desde um ponto de vista próximo daquele desenvolvido nas revistas *Socialismo ou Barbárie* e *Internacional Situacionista*, sobre o período da Guerra Fria, nosso autor concebe a doutrina da *coexistência pacífica* entre EUA e URSS,³²⁵ “as potências que concorreram à concentração monopolista e burocrática do Capital”, senão como uma ideologia que “pretende dissimular a luta entre as classes que construíram essas potências: a burguesia e o proletariado” (§ 2). Segundo António Ferreira, enquanto o isolado sistema corporativo português ignorava e era ignorado pela burguesia avançada da Europa, “o proletariado português não deixou de seguir o exemplo revolucionário do proletariado mundial” (§ 2), algo que a onda de greves de junho de 1974, que teve início na época da publicação do livro, comprovava imediatamente no plano histórico.

³²² “Todos os conflitos das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção anunciam uma imensa revolução social internacional”.

³²³ “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos”.

³²⁴ “A riqueza das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, a mercadoria individual como sua forma elementar”.

³²⁵ No texto “Les situationnistes et les nouvelles formes d’action dans la politique ou l’art” (1963), Debord observa que tal política de “coexistência pacífica” não passava de um *equilíbrio do terror* entre “grupos de Estados rivais” para mascarar suas contradições internas e “reforçar as defesas psicológicas e materiais do poder das classes dirigentes” (2006c, p. 53. Tradução nossa). Mais do que apenas coexistirem, ambos os blocos imperialistas passaram, a partir da segunda metade do século XX, a incorporar técnicas governamentais de seu bloco rival, uma já tendência assinalada por Paul Mattick nos anos 1950, quando comentava o seguinte: “enquanto o mundo ocidental tende a adotar muitas das inovações do capitalismo de Estado, o Leste bolchevique parece adaptar-se ao estilo ocidental” (2010, pp. 368-369). Nos anos 1970, Vaneigem constatava, na esteira de Mattick, que “a velha oposição entre capitalismo privado e capitalismo de Estado anula-se na realidade totalitária do sistema espetacular-mercantil” (1978, p. 33) e, em 1988, Debord aprofundaria a análise desta espécie de fusão através do conceito de “espetáculo integrado”.

Os sucessivos governos de Marcelo Caetano não objetivavam qualquer “restauração das instituições políticas da democracia”, senão “um reforço extremo do sistema corporativo (...) que permitisse um controle eficaz da agitação proletária” (§ 4). A incapacidade dos últimos governos fascistas para transformar o sistema político português “ao nível das aparências” sem precipitar ao mesmo tempo “a sua transformação real” levou à ruptura de Abril, uma situação na qual “o movimento militar nada mais é do que uma tentativa da burguesia para impedir a transformação revolucionária da sociedade burguesa” (§ 4). A primeira fase do governo de Caetano, de natureza “reformista e liberal”, seria centralmente marcada, de acordo com António, pela criação, em outubro de 1970, da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), uma “associação absolutamente legal de tecnocratas liberais de centro-esquerda” (§ 5). Porém, “a intensificação das lutas operárias e da agitação revolucionária a partir do ano seguinte provocou o refluxo do reformismo oficial”, chegando ao fim com “a entrada em vigor do ‘estado de subversão’ em Novembro de 1971” (§ 5). A SEDES é então dissolvida pelo decreto-lei de 27 de novembro, acusada de praticar “atividades de natureza não económica”, o que levaria a uma demissão massiva dos tecnocratas bem como a uma deslegitimação quase total do governo:

Esta primeira derrota grave do novo governo traduziu-se numa restrição da base social do regime e na redução da margem de manobra ideológica e política do presidente do conselho que o reduzirá à impotência completa. O poder real passa para as forças políticas do regime as quais passam a afrontar-se sem qualquer arbítrio (§ 5).

Na cronologia estabelecida por António Ferreira, a segunda fase do governo de Caetano tem início com a reformulação da equipe governamental, de agosto de 1972. Além desta “nova restrição ideológica do poder determinada pelo retorno da agitação proletária” (§ 6), a nova equipe governamental refletia localmente a crise mundial do capitalismo de 1973, estando o ministério da economia e das finanças no centro das alterações governamentais. A integração europeia era o maior objetivo do novo programa económico, devendo ser realizada na base das condições criadas pelo acordo então celebrado com o chamado Mercado Comum europeu.

Para além dos aspectos económicos do marcelismo, o autor de *A queda do fascismo* chama a atenção também para seus aspectos culturais, como a “nova tentativa, ao mais alto nível político, de suprimir o atraso local no domínio propriamente técnico da

ideologia” (§ 6). A criação de secretarias temáticas que tratassem dos domínios da Cultura, da Juventude, dos Esportes, da Educação, do Turismo, assim por diante, “era antes de tudo o reflexo duma condição determinante do mundo moderno (...) na qual foi recuperada em bloco a cultura, isto é, absorvido todo o seu lado negativo, realmente crítico” (§ 6). Contudo, nessa tardia integração ao mundo moderno, fruto do “atraso tipicamente lusitano”, Portugal descobre que já “não se trata do mundo da dominação burguesa incontestada, mas do mundo da revolução proletária renascente” (§ 7).

António Ferreira critica o que chama de “burocratização geral das relações de produção”, da qual não escaparia a produção artística e cultural, “transformada num sector particularmente rentável da economia”. O artista – e António se baseia hereticamente numa declaração dada em 1971 por José Afonso, que em 1974 se tornaria autor da canção símbolo do 25 de Abril –, convertido em assalariado “sem qualquer autonomia real”, se encerra numa “ideologia empobrecida da boémia” (§ 8). Também as universidades portuguesas abriram-se “a um número sempre crescente de filhos da pequena burguesia assim como algumas amostras do proletariado urbano industrial” que, convertidos em estudantes, “matéria-prima natural da burocracia”, preparavam-se para se reconverter socialmente numa “nova classe em expansão – os burocratas”, fracionada, segundo nosso autor, em três grupos distintos, os *quadros pequenos, médios e superiores* (§ 9).

No momento em que *A queda do fascismo* é publicado, o proletariado urbano industrial já compreende mais de um terço da população ativa de Portugal, desde o segundo pós-guerra concentrado nas regiões de Lisboa-Setúbal, Aveiro e Porto-Braga. Para António Ferreira, a autonomia das lutas operárias no período pré-1974, de um lado, resultava da “inexistência de estruturas sindicais adequadas ao enquadramento das lutas” e, de outro, revelavam “a combatividade nova da classe” (§ 10). Citando o exemplo da *greve com ocupação* das operárias da Grundig em Braga, António observa que “são hoje as mulheres que mais frequentemente desencadeiam a revolta nas empresas, e sempre com excelentes resultados” (§ 10). Porém, ao limitarem-se essencialmente aos conflitos salariais, “tais lutas serviam também os interesses da burguesia monopolista no poder: se os salários sobem os lucros descem; e para recuperar a taxa de lucro anterior à subida dos salários, o capitalista tem de elevar proporcionalmente o valor do trabalho” (§ 10), de modo que as exigências salariais que caracterizavam *o movimento real da classe operária* “são, dialeticamente, um resultado imediato e uma determinação nova e decisiva deste movimento de concentração monopolista do Capital, que estende a dominação burguesa à totalidade da vida social” (§ 10). Nesse aforismo, António Ferreira restitui a tese marxiana segundo

a qual os regimes de exploração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa correspondem, respectivamente, à submissão formal e real do trabalho ao capital, concluindo-o com a tese debordiana da proletarização do mundo, segundo a qual a lógica alienada típica do trabalho assalariado havia se estendido, no segundo pós-guerra, à totalidade da vida social cotidiana.

Na tese onze, o autor de *A queda do fascismo* inverte a centralidade conferida, sobretudo nos meios jornalísticos da época, ao papel do movimento militar na passagem das lutas operárias a um nível superior em Portugal: “ao contrário, é o movimento militar que deve ser compreendido como o produto de um conjunto de circunstâncias fortemente determinado por tais lutas” (§ 11). Perspectiva esta que contrasta com interpretações românticas da revolução de 1974-1975, como aquela exibida no conhecido filme *Capitães de Abril*, de Maria de Medeiros, que apresenta a revolução como um movimento de natureza puramente militar conduzida pelo espírito de bravura e generosidade do capitão Salgueiro Maia.

António Ferreira defende que o movimento político de integração europeia de Portugal não corresponde a uma “opção livre da burguesia portuguesa perante alternativas meta-históricas – Europa ou Ultramar, independência nacional ou submissão ao imperialismo” (§ 12), como queria o PCP, senão a um movimento econômico de *concentração monopolista*, uma “*ordem* emitida pelos centros de decisão do mundo capitalista, que os modestos funcionários da política local se limitam a executar o melhor que podem” (§ 12. Grifo no original).

Do mesmo modo como os esquerdistas italianos e franceses concebiam o papel e a função contrarrevolucionária dos Partidos Comunistas de seus países, António acusa o PCP, que já havia demonstrado suas “tendências colaboracionistas” participando do governo provisório, de ter-se tornado “a grande esperança da burguesia portuguesa na questão central de todo o capitalismo moderno: a *representação operária*³²⁶” (§ 13. Grifos no original). Contudo, diferentemente da experiência de países como Alemanha e Rússia na primeira metade do século XX (entre 1917-1921) e de França e Itália na segunda (entre 1967-1968), o problema da representação proletária “era até hoje totalmente ignorada em

³²⁶ Desenvolvemos uma reflexão sobre o problema da representação proletária na perspectiva situacionista de Guy Debord no texto “Autoemancipação contra burocratização: o proletariado como sujeito e como representação”. In: Deysi Cioccarri, Gilberto da Silva e Mara Rovida (orgs.). *A sociedade do espetáculo: Debord, 50 anos depois*. Curitiba: Appris, 2018a. Cap. 6, pp. 83-104.

Portugal” (§ 13). Esta ausência levaria o moderno proletariado português a uma situação singular, conforme sua explicação:

Aqui, todas as greves eram selvagens. A criação de sindicatos “livres” não representa, no entanto uma regressão do movimento operário. Ela vai permitir aos operários a crítica desse tipo de representação. Ao constituírem-se em representantes do proletariado, o PCP e o seu futuro sindicato nacional revelarão claramente o seu verdadeiro papel na história contemporânea – falsificar o movimento revolucionário (§ 13).

Em seguida, António Ferreira passa a uma crítica tipicamente esquerdista do *mitantismo* de esquerda,³²⁷ visto por ele como o “estádio supremo da alienação” (§ 15). Sabe-se como os comunistas, a começar por seu principal dirigente em Portugal, o neostalinista Álvaro Cunhal, que publica em 1970 o panfleto *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, desqualificavam qualquer forma de oposição interna ao movimento comunista como sendo pejorativamente “pequeno-burguesa”.³²⁸ Dessa forma, o líder comunista português seguia rigorosamente a estratégia leninista no período de formação da Terceira Internacional, na época contrária às posições da esquerda germano-holandesa, conforme vimos no primeiro capítulo. Em suas palavras:

Sem a menor ideia da composição social do mundo em que vivem, os semi-intelectuais desclassados [*desclassificados*] que aspiram a uma promoção social revolucionária têm uma especial predileção pela injúria sistemática duma bem determinada classe a que eles chamam “pequena burguesia”. A pequena burguesia é o pilar de toda a mitologia subconceitual da vida grupuscular. Ela é a personificação mágica de todos os erros e traições de que cada grupo político acusa os outros. Mas se a pequena burguesia se viu reduzida, no discurso militante, à categoria de insulto puramente estilístico, tal não se deve apenas à desconsoladora pobreza teórica da prosa grupuscular, mas essencialmente a este facto que os que fazem segredo de suas próprias intenções políticas – a tomada do poder *em detrimento* da classe operária – são naturalmente levados à ignorância total da sociedade moderna, cuja realidade revolucionária de facto recusa qualquer possibilidade de realização a essas intenções; e a transferir-se em imaginação à época histórica do seu sucesso provisório – a contra-revolução bolchevique (§ 15. Grifos no original).

³²⁷ Tal como franceses e portugueses denominam as pequenas organizações dissidentes e extremistas do movimento comunista, e que no Brasil são usualmente denominadas “grupos”.

³²⁸ “Os radicais pequeno-burgueses têm concepção completamente diversa do processo revolucionário. Eles não consideram a necessidade de definir, de harmonia com a situação e mesmo a conjuntura política, quais as formas de luta a adotar e quais as principais em cada momento. Consideram sempre a luta violenta como forma preferencial. Partem, não do exército político e da luta de massas para a ação armada, mas da ação armada como forma primeira, central, determinante, para alguns exclusiva, do movimento político” (In: *Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*. Lisboa: Avante, 1974, p. 197).

António Ferreira também estende a polémica aos “pseudo-intelectuais pseudo-revolucionários portugueses” vivendo no exílio, “uma experiência muito útil aos revolucionários portugueses; e não tanto pela variedade de leituras oferecidas pelas livrarias de esquerda [no estrangeiro]”, mas sobretudo “pela riqueza teórica das próprias questões levantadas pela situação pré-revolucionária de diversos países – França, Itália...” (§ 16). Como vimos na terceira parte do primeiro capítulo, o retorno da corrente esquerdista como movimento de massas explode nas tentativas de revolução proletárias de 1968 e 1969 na França e na Itália, experiências de greves selvagens e antissindicais que haviam escancarado a natureza contrarrevolucionária dos PCs daqueles países, principalmente no caso italiano, que se arrastaria por mais tumultuados dez anos. António arremata sua crítica ao militantismo da esquerda tradicional e da extrema-esquerda à maneira situacionista: “a submissão que define a existência quotidiana dos nossos autores marxistas é a melhor garantia duma ignorância certa de todas as questões sociais sem exceção” (§ 16).

O que estava em jogo no movimento militar desencadeado em 25 de abril de 1974 era, segundo o esquerdista português, a “tentativa desesperada duma fracção da classe dominante para manter a coesão da sociedade capitalista, a qual ameaça desagregar-se graças à incompetência da outra fracção dessa classe no exercício do poder” (§ 17). Sem negligenciar as consequências práticas das diferenças ideológicas entre este movimento que subverteu o aparelho do Estado Novo e aquele que em 28 de maio de 1926 havia subvertido o aparelho de Estado da república parlamentar, para António Ferreira ambos “têm o mesmo significado histórico” (§ 17). Contra a imagem espetacular que os veículos de comunicação construíam acerca do movimento, no qual “os trabalhadores vêm atribuir-se-lhe o papel de espectadores”, António traça o seguinte quadro da composição social do movimento entre abril e maio de 1974:

Em realidade, existem neste momento em Portugal dois movimentos paralelos: de um lado, o movimento da burguesia reformista exprimido pela Junta Militar e pelo Governo Provisório e cuja finalidade é a realização das transformações necessárias à manutenção das estruturas fundamentais da sociedade de classes, postas em perigo pela política suicida do governo anterior (...); do outro lado, o movimento revolucionário do proletariado, cuja manifestação mais impressionante é a súbita aparição da consciência de classe na vida quotidiana (§ 17).

Este é um aspecto muito valorizado na cultura política esquerdista, sendo mesmo o fio condutor dos relatos dos esquerdistas britânicos do grupo *Solidarity*, “Brinton”

(pseudônimo de Chris Pallis) e Mailer, respectivamente, sobre as revoluções de maio-junho de 1968 na França³²⁹ e de 1974-1975 em Portugal³³⁰. O breve relato de Ferreira dá igualmente conta de retratar a atmosfera de remodelação total da vida social que os portugueses experimentaram logo no período de libertação do antigo regime:

Indivíduos que pareciam até então completamente alheios à vida política põem-se a falar com entusiasmo da queda do fascismo e da democracia. (...) Os jornalistas expulsam os seus chefes dos jornais – ainda ontem fascistas – para publicarem apelos revolucionários. (...) Os edifícios públicos são rebaptizados pela espontaneidade popular: a Ponte Salazar torna-se na Ponte 25 de Abril. (...) Os marinheiros subitamente politizados aplaudem na ruas as manifestações proletárias (§ 17).

Tais acontecimentos revelam o grau de profundidade das transformações que a revolução impunha à sociedade portuguesa, encetando uma subversão quase total da ordem social, restituindo espontaneamente princípios da cultura organizativa esquerdista como as assembleias soberanas e os mandatos revogáveis a qualquer momento: “nas repartições públicas e nos ministérios, as assembleias dos trabalhadores demitem os chefes e nomeiam outros, os quais serão por sua vez demitidos quando a assembleia assim o entender” (§ 17). Como também a tática da ocupação, inclusive para além dos locais de produção: “os prédios de habitação acabados de construir são ocupados pelos moradores dos bairros de lata vizinhos” (§ 17).

Desde um ponto de vista libertário, ao mesmo tempo anticapitalista e antiestatal, nosso autor questiona o grau relativamente baixo de radicalidade das medidas anunciadas pelo Primeiro Governo Provisório, tais como a libertação dos presos políticos “(e porque não dos outros?)”, a suspensão da polícia política “(e porque não da G.N.R.?³³¹)”, e a supressão da censura “(e porque não do monopólio da informação pela alta finança?)” (§ 18). Consciente dos limites de tais medidas, António não deixa, contudo, de reconhecer que elas representavam “um avanço enorme em relação ao antigo regime”. Porém, uma contradição essencial do movimento golpista de abril e que impedia um aprofundamento do processo revolucionário, era o fato de não se ter armado a população: “ora, uma junta militar não pode conceber sequer uma tal atitude” (§ 18), conclui Ferreira. E, na sequência, passa a uma crítica da ideologia militar, a “mais imóvel da história, mais ainda que

³²⁹ Cf. *Solidarity*, 2008.

³³⁰ Cf. Mailer, 1978.

³³¹ Guarda Nacional Republicana.

as religiões” (§ 19). Isso porque os vínculos que estruturam as rígidas instituições e hierarquias das *aristocracias militares*, isto é, dos “quadros dirigentes do exército – os oficiais de carreira”, jamais poderiam, segundo Ferreira, “estar na origem de um movimento que aboliu a polícia secreta e libertou os presos políticos”:

Foi graças aos oficiais milicianos, cuja formação anterior era completamente independente da ideologia militar, que as ideias subversivas penetraram na aristocracia militar, obrigada a recrutá-los em massa para fazer face à necessidade de enquadrar um exército cada vez mais numeroso (§ 19).

Em Portugal, contudo, o ímpeto totalitário das aristocracias militares se viu abalado “pelas transformações impostas pela guerra colonial na estrutura da burocracia dirigente” (§ 20). A enorme extensão das colônias africanas e a dureza de uma guerra em três frentes exigiam um vasto exército que, para um país pequeno como Portugal, “não poderia ser assegurado sem a mobilização de toda a juventude” (§ 20). Era necessário recrutar africanos – que correspondiam a metade do efetivo militar imperial de alguns “Estados ultramarinos” (como o regime colonial designava suas colônias africanas). Não sendo o efetivo de oficiais de carreira suficiente para assegurar a vitória na guerra colonial, foi preciso apelar para os oficiais milicianos, antigos estudantes tornados oficiais que, segundo ele, “não estavam de modo algum decididos a submeterem-se cegamente à autoridade militar” (§ 20).

Tornadas centros muito ativos de agitação política desde a década de 1960, mas especialmente a partir do biênio 1968-1969, as universidades portuguesas ofereciam aos futuros milicianos uma experiência política e um relativo acesso à consciência de classe que fez com que a contestação estudantil penetrasse “pouco a pouco nas casernas onde se desenrolava a formação militar dos oficiais milicianos” e, com o tempo, *envenenasse* “as reivindicações ainda puramente corporatistas dos oficiais de carreira” (§ 20). António Ferreira lembra, como exemplo histórico desse processo, a greve com ocupação parcial dos locais na Escola de Infantaria em Mafra, em junho de 1971. Segundo ele, tal movimento não pretendeu assumir a direção do Estado de forma durável “porque a condição militar dos oficiais milicianos, verdadeiros inspiradores do movimento, é ela própria transitória” (§ 21).

De acordo com os “especialistas da economia política e demais ciências da dominação de classe” (§ 22) do governo de Marcelo Caetano, a guerra colonial, “última baixez do fascismo em Portugal”, passa a ser um entrave ao “movimento de apropriação do poder pelo capital financeiro e industrial” e à integração europeia:

Qualquer que seja a forma política que tomará finalmente a independência das colónias portuguesas de África, a Junta Militar e o Governo Provisório terão defendido até ao fim os interesses dos grandes grupos económicos portugueses e dos seus associados estrangeiros (§ 22).

O gradual processo de descolonização das províncias ultramarinas, em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, iniciado por Caetano e acelerado pela junta militar e pelo Primeiro Governo Provisório, só pôde levar ao fim da guerra, pela “pressão formidável dos autênticos inimigos da guerra colonial – os trabalhadores” (§ 22), isto é, dos *capitães* que estão na origem do MFA e que queriam a conclusão imediata da guerra.

As transformações operadas pelo Movimento das Forças Armadas no aparelho de Estado não alterariam “a natureza nem as perspectivas reais” da guerrilha urbana em Portugal, mas exigiam uma adaptação de sua ideologia às novas condições, uma vez que o fascismo havia sido derrubado e, com ele, a “única razão de ser do antifascismo, ao qual se pensava estar a guerrilha urbana subordinada” (§ 23). A partir de então, o combate já não se daria mais contra uma “forma arcaica do poder da burguesia”, o fascismo, mas contra “a sua forma mais avançada”, a democracia, o que exigiria dos grupos que se mantivessem no terreno da luta armada, ou de novos grupos guerrilheiros que viessem a surgir em Portugal, “uma consciência política mais radical” (§ 23).

Muitos dos objetivos “estritamente antifascistas” dos grupos guerrilheiros estavam sendo realizados pela própria junta militar e pelo governo provisório, como a libertação dos presos políticos, a suspensão da polícia política e supressão da censura. Porém, António observa que “pode legalizar-se a luta política, não a luta armada”, de modo que os guerrilheiros urbanos portugueses tendiam a se tornarem os “primeiros presos políticos do novo regime”, revelando assim que “as novas condições nada têm de novo” (§ 24). Os praticantes da luta armada e, portanto, da ação direta, “ignoravam o alcance de sua própria prática”, ao verem-se como “secção de choque dos partidos que pretendiam participar do poder em nome do proletariado”, reduzindo suas ideias políticas “ao palavreado da esquerda tradicional”. Em suas palavras, a tarefa da vanguarda revolucionária naquele momento era justamente o de “descobrir e comunicar o verdadeiro alcance da ação imediata

(*ação direta*)” (§ 25). Nosso autor concebe, pois, a “guerrilha urbana moderna” senão como uma *crítica do urbanismo*:

Crítica em atos das múltiplas técnicas do isolamento anarquicamente justapostas nessa pseudociência, cujo desenvolvimento fulgurante coincide com o advento das sociedades modernas (§ 26).

Entendida como “crítica em atos”, a ação direta “desmente na prática essa *urbanidade* da luta de classes cuja planificação sistemática ao nível da vida cotidiana define o capitalismo moderno”. Para António, o vandalismo criticamente direcionado pelas massas contra as vitrines dos bancos durante as grandes manifestações de maio de 1974 em Lisboa, entendido como “a expressão mais simples da guerrilha urbana”, contém “a crítica duma concepção da cidade subordinada ao Capital” (§ 26). Já a guerrilha urbana dos pequenos grupos armados é expressão de uma forma específica de luta proletária de uma classe social intermediária, os *quadros*:³³²

Historicamente, os quadros também não são senão a metamorfose dessa pequena burguesia urbana dos produtores independentes *tornada assalariada*. Mas se os interesses de classe dos quadros superiores, os administradores de empresa, por exemplo, estão intimamente ligados aos da burguesia dominante, já as múltiplas camadas de quadros médios e de pequenos quadros, que só aparentemente participam do poder, estão hoje ainda mais perto do proletariado do que outrora a pequena burguesia – pois o quadro *não possui nunca* o seu instrumento de trabalho. São estas camadas inferiores dos quadros, plenamente proletárias, que fornecem a maioria dos ativistas da guerrilha urbana moderna. A luta armada é a resposta dos quadros ao isolamento social que lhes é imposto (§ 27. Grifos no original).

Tendo estabelecido o perfil sociológico dos grupos de luta armada, António Ferreira passa então a uma crítica política de sua luta, especialmente “lá onde ela se recobre de um leninismo opaco”, vivendo “da velha aspiração utópica dos funcionários de todas as burocracias a tornarem-se mestres absolutos do Estado, por meio de um enquadramento exterior das classes operária e camponesa” (§ 28). Incorporando criativamente uma conhecida frase da introdução de *A arte de viver para as novas gerações* (1967), do situacionista belga Raoul Vaneigem,³³³ António compreende que nas sociedades da abundância, a guerrilha urbana “não é afinal senão a expressão mais ou menos politizada dessa

³³² Os *gestores*, segundo repertório categorial de outro esquerdista português. Cf. Bernardo, 1979.

³³³ “Não queremos um mundo no qual a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio” (2002, p. 20).

violência inevitavelmente provocada por um mundo onde a garantia de não morrer de fome se troca pelo risco de morrer de tédio” (§ 28).

Segundo nosso autor, “o único grupo de guerrilha urbana moderna a romper explicitamente com o leninismo foi o Movimento Ibérico de Libertação (MIL)”. Fundado na Espanha no final de 1969, de acordo com Isabel do Carmo, autora do livro *Luta armada*, “ao contrário das organizações maoístas da época, [o MIL] tinha influência conse- lhista, anarquista e antiparlamentar”, visando “como objetivo a propaganda política anti- capitalista de apoio às lutas operárias” (2017, s/p.) e fazendo assaltos a bancos para se auto-sustentar materialmente. Alguns membros do MIL formariam ramificações também na França, para além de Portugal e Espanha, como os *Groupes d’Action Révolutionnaire Internationalistes* (GARI), de onde saíam militantes como Jean-Marc Rouillan, funda- dor da *Action Directe*, organização de guerrilha urbana que atuaria na França entre 1979 e 1987, a exemplo da Facção Exército Vermelho³³⁴ alemã, das Brigadas Vermelhas (BVs) italianas e das Células Comunistas Combatentes (CCC) belgas. Curiosamente, as *Con- clusões do congresso de dissolução* do MIL, de agosto de 1973, baseiam-se diretamente na crítica situacionista da Guerra Fria e da vida cotidiana, quando apresentadas na forma de uma “crítica global de todas as zonas geográficas onde existem diferentes formas de poder, assim como numa crítica de todos os aspectos da vida” (apud FERREIRA, 1974, § 29).

Mas o autor de *A queda do fascismo* nota que, diferentemente do que havia acontecido na Alemanha, onde o principal grupo de luta armada, a Facção Exército Vermelho, seria desmantelada pela repressão política, no ano de 1972, “precisamente por nunca ter conseguido articular as suas ações com as lutas de massa”; em Portugal, “tal articulação tem sido procurada a conseguida pelos grupos de guerrilha urbana mais radicais”, como ocorrera em julho de 1972 no Barreiro (área metropolitana de Lisboa), quando um com- boio de caminhões teria sido alvo de uma sabotagem, de acordo com o autor, “para im- pressionar o proletariado da região, que pouco antes fizera importantes greves na CUF” (§ 30). A tese de número trinta e um enuncia um esboço de programa mínimo para o que seria uma “tarefa inaugural do presente retorno da agitação proletária”:

A história da revolução e da teoria revolucionária é o terreno de todas as falsificações instituídas pela contra-revolução moderna. Reescrever o seu próprio passado, trazendo à luz do dia o dissimulado pela ideolo-

³³⁴ Mais conhecida como Grupo Baader-Meinhof.

gia dominante do comunismo de partido e desmistificando os seus heróis reconhecidos. (...) E uma base segura da reformulação moderna do antigo projeto revolucionário da realização consciente da arte e da filosofia na vida quotidiana (§ 31).

A base de tal projeto é claramente inspirada pela crítica ao comunismo de partidos da esquerda holandesa e alemã do início do século XX, tanto quanto pela crítica situacionista da crise da vida cotidiana desenvolvida a partir do segundo pós-guerra na Europa ocidental. Seu acento na necessidade de superação total do mundo da mercadoria situa o opúsculo de António Ferreira entre as alas mais conscientes e avançadas do movimento revolucionário de sua época:

O movimento internacional dos conselhos operários dos anos 20 foi o primeiro momento da negação histórica desta efetivação do poder do Capital, negação cujo projeto havia sido primitivamente esboçado por Marx e pelo proletariado da Comuna de Paris – um em teoria, o outro na prática. Mas desta vez, o atraso da consciência de classe dos operários e dos soldados que então se organizavam por toda a Europa em assembleias livres que condenou ao isolamento e ao massacre a expressão teórica adequada ao seu próprio movimento histórico – o grupo espartaquista de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht – e que levou ao poder absoluto dos ideólogos da pura inversão desse movimento – os “revolucionários profissionais” de Lênine e Trotsqui (§ 33).

A tese da proletarização do mundo recebe uma interessante contribuição da experiência portuguesa pelo viés crítico de António, para quem tal processo, “pelo qual as leis da economia política se impõem à totalidade da produção material e invadem cada um dos aspectos da vida social”, corresponde a uma “passagem da dominação formal à dominação efetiva do Capital sobre o Trabalho”. Tal *generalização da condição proletária* exprimiu-se, primeiramente, na experiência da AIT, enquanto que em Portugal, “este movimento da economia encontrou-se adequadamente exprimido só pelo anarco-sindicalismo, completamente suprimido com o advento da ditadura militar em 1926” (§ 32). Estabelecido “para bloquear a agitada luta de classes de então”, o fascismo de Salazar ganharia “a triste fama de país fascista exemplar, e mais pragmaticamente, a de colónia de férias aberta a todos os criminosos de guerra reformados”:

Implantado sem uma gota de sangue, ao contrário do fascismo de Franco, isento de expansionismo desmedido, ao contrário do fascismo de Hitler, o fascismo de Salazar pôde também atravessar incólume a Grande Guerra de 1939-45, ao contrário do fascismo de Mussolini (§ 33).

Ao lembrar um silogismo dialético de Korsch, publicado em um texto de 1938 intitulado *Karl Marx*, de acordo com o qual “não podeis realizar a economia (na prática) se não a abolis (em teoria). Não podeis abolir a economia política (na prática) se não a realizais (em teoria)”, António esboça uma síntese do que seria *a principal tarefa teórica do momento*: uma “compreensão histórica global do desenvolvimento da história da consciência de classe *a partir da vida quotidiana alienada* das sociedades modernas” (§ 34. Grifos no original).

Na perspectiva esquerdista e heterodoxa do autor de *A queda do fascismo*, a vitória da contrarrevolução nos anos 1920, principalmente na Alemanha e na Rússia, “acto inaugural da apropriação totalitária da sociedade pelas burocracias estatais onnipresentes e omniscientes, dos diversos fascismos aos vários estalinismos”, permitiu uma dupla verificação histórica do silogismo de Korsch. Enquanto no “campo socialista” havia ocorrido uma *realização* da economia política “na prática, mas não em teoria”, nos “Estados fascistas” ocorreu uma *abolição* da economia política “em teoria, mas não na prática” (§ 34). O retorno das aspirações revolucionárias em diversas partes do mundo no final da década de 1960, de acordo com António:

Retomou já a dialética assim interrompida, começando a realizar a economia política em teoria – a Internacional Situacionista – e a aboli-la na prática – o movimento das ocupações em França, em Maio e Junho de 1968 (§ 34).

A “aplicação não dialética do projecto revolucionário do proletariado dos anos 20”, retoma António, “foi o começo da inversão completa desse *projeto* numa *ideologia* que depois se amparou do mundo inteiro: a ideologia da produtividade” (§ 35). A “exaltação do trabalho” seria o ponto de encontro de todas as ideologias dominantes, seja na prática do (ex-operário e) dirigente socialdemocrata alemão Friedrich Ebert como na do stalinista francês Maurice Thorez.

António Ferreira também dirige críticas aos anarquistas da Frente Libertária Portuguesa (FLP) por terem enviado à Junta de Salvação Nacional um telegrama manifestando sua “profunda satisfação” pelo movimento que restaurava “as liberdades fundamentais” no país, conforme noticiou o seu veículo de imprensa no dia 6 de maio de 1974. Critica também a reivindicação de um “sistema autogestionário” pelos trabalhadores da TAP que, apesar de ser “mais radical do que a simples aprovação da reestruturação da

democracia formal”, não é nem pode ser “um fim em si” (§ 36). Nesse sentido, nosso autor parece recuperar a divergência dos situacionistas em relação à estratégia dos grupos conselhistas (como o ICO, por exemplo) no que se referia à centralidade da autogestão da produção no processo revolucionário.

Como vimos na segunda parte do primeiro capítulo, antes mesmo da revolução de 1968, na esteira das reflexões desenvolvidas pelos sociais-bárbaros, os situacionistas propunham um alargamento da concepção de autogestão defendida pelos grupos conselhistas para além dos espaços da produção, no sentido de uma *autogestão da vida cotidiana*.

A “meta do movimento atual”, isto é, “dos acontecimentos no próprio momento em que eles se desenrolam” (§ 37), de onde António Ferreira intervêm, é a “organização racional das forças produtivas” (§ 36), um processo que dependeria de pelo menos três grandes transformações econômico-políticas, a “supressão dos setores fundamentalmente parasitários da economia (armamento e outros)”, a “supressão da usura acelerada dos produtos fabricados artificialmente, provocada no intuito de vender mais frequentemente a mesma mercadoria ao mesmo consumidor”, e a “orientação de todas as pesquisas científicas em curso em função da substituição por máquinas do que resta ainda na produção moderna de trabalho humano necessário” (§ 36).

Para António, a “automatização completa da produção material é o fundamento económico do comunismo” (§ 36). Já a *organização revolucionária* não seria “o produto artificial da propaganda, mas o produto da luta de classes”, enquanto que o *revolucionário* “descobre e comunica o sentido histórico das lutas proletárias no mundo moderno: a abolição da sociedade de classes” (§ 37). Suas referências se assemelham àquelas dos demais esquerdistas portugueses da época (como Bernardo ou Valadas), apontando que António Ferreira poderia ter vivido fora de Portugal, muito provavelmente na França, algo que sua filiação às correntes esquerdistas da revolução de maio-junho de 1968 sugere. Seus posicionamentos, ainda que exprimidos apenas no plano teórico, algo incomum na cultura esquerdista, não nos impediu de considerá-lo um legítimo representante do esquerdismo português.

Como vimos, suas principais referências políticas de organização e teoria revolucionária se concentram: a) no período de formação da AIT e na Comuna parisiense de 1871; b) no comunismo de conselhos e na oposição esquerdista germano-holandesa do período de formação da Terceira Internacional Comunista e dos processos revolucionários de 1917-1921 em diversos países europeus; c) na IS e na revolução de maio-junho de 1968 na França. António Ferreira critica também o militantismo das organizações da

esquerda tradicional e da extrema-esquerda em Portugal, bem como aquelas oriundas do anarquismo; o movimento dos militares desde o ponto de vista da luta de classes; a luta armada; o urbanismo e a colonização total da vida cotidiana; além de realizar um herético elogio da ação direta e da espontaneidade das massas frente ao burocratismo da representação proletária no bojo do processo revolucionário.

Capítulo 5

Os esquerdistas estrangeiros e a revolução em Portugal

Entre 1974 e 1975, Portugal e o mundo conheceram uma “revolução acolhedora”, de acordo com a expressão de Victor Pereira (2003). A solidariedade entre antigos exilados portugueses na França e intelectuais franceses era então reativada após os contatos estabelecidos em Maio de 68. Não por acaso, muitos intelectuais fizeram analogias entre o papel do Movimento das Forças Armadas na detonação do processo revolucionário português, e o papel do movimento 22 de Março na detonação da revolução em França, ou entre a Praça do Rossio em abril de 1974 e a corte da Sorbonne em maio de 1968. Segundo Victor Pereira, esta verdadeira “peregrinação” rumo a Lisboa, de revolucionários do mundo todo (em especial da França), era estimulada pelos próprios portugueses:

Alguns foram convidados e acolhidos por antigos camaradas da universidade, de militância. Entre 1974 e 1975, muitos exilados – notadamente latino-americanos –, revolucionários de todos os países vinham se estabelecer em Lisboa, novo refúgio para o esquerdismo mundial. Daniel Cohn-Bendit, ícone dos acontecimentos do maio de 1968 francês, ficará hospedado em Lisboa por alguns meses (2003, p.12).

Entre os *soixante-huitards* convidados a participar *in loco* da revolução portuguesa, figuraram Jacques Attali, Charles Bettelheim, Jean-Pierre Chevènement, Jean-Pierre Cot, Régis Debray, Jean-Marie Domenach, Maurice Duverger, Georges Friedman, Roger Garaudy, Gisèle Halimi, Edmond Maire, Pierre Mendès France, Michel Rocard, Alain Touraine. Outros integrantes de organizações de extrema-esquerda, como Daniel Bensaïd, Carlos Rossi e Charles-André Udry;³³⁵ Jean-Pierre Faye³³⁶ e Jacques Frémontier,³³⁷ publicariam livros de análise da situação portuguesa (PEREIRA, 2003).

Entre os esquerdistas, os situacionistas Debord e Vaneigem mantiveram-se próximos de alguns revolucionários portugueses. Entretanto, apenas o segundo se deslocaria ao oeste da Península Ibérica, enquanto o primeiro se recusou a realizar o que chamava de “turismo revolucionário”. Semprun, àquela altura próximo de Debord, publicará, ainda antes do 25 de novembro, um pequeno livro de clara inspiração situacionista sobre a situação portuguesa, intitulado *La guerre sociale au Portugal* (1975).

³³⁵ *Portugal: la révolution en marche*. Paris: Christian Bourgois, 1975.

³³⁶ *Le Portugal d’Otelô: la révolution dans le labyrinthe*. Paris: Lattès, 1976.

³³⁷ *Portugal: les points sur les i*. Paris: Editions sociales, 1976.

Phil Mailer, pró-situacionista irlandês que desde 1973 lecionava em Lisboa, havia integrado o *King Mob* londrino desde 1967 e acompanhado de perto movimento das ocupações de maio-junho de 1968 em Paris, antes de integrar o núcleo do *Combate* em Lisboa, entre 1974 e 1975. Já seu amigo Chris Pallis (vulgo Maurice Brinton), o mais influente membro do *Solidarity* britânico, visitará Portugal somente em setembro de 1975.

5.1. A breve aliança de Guy Debord com o CDRS

Em uma carta de 21 de fevereiro de 1974 endereçada ao venezuelano Eduardo Rothe, antigo membro da seção italiana da Internacional Situacionista e do CMDO, Debord comunica o sentido de sua participação na operação que levaria à dissolução da IS, efetuada entre 1970-1972. Define-se também o novo trabalho teórico a ser empreendido no período seguinte, no qual se pretendia “fazer avançar (...) a teoria estratégica”, e que culminaria na publicação, em 1988, dos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*.

Essa guinada estratégica na reflexão teórica de Debord seria acompanhada de uma extensão no escopo de suas operações práticas, dali em diante voltadas para o eixo latino da Europa ocidental, entre Itália, Portugal e Espanha. Nas já citadas *Teses sobre a Internacional Situacionista e seu tempo*, Debord explica as razões desse movimento:

A partir de 1967 foi preciso priorizar a nossa presença em diversos países onde começava a subversão prática que nossa teoria buscava e, especialmente, a partir do outono de 1968, agimos para tornar tão conhecida no exterior quanto era na França a experiência e as principais conclusões do movimento de ocupações. A partir de 1970, o essencial desta tarefa felizmente havia sido retomado e fortemente ampliado por elementos revolucionários autônomos. Encontravam-se partidários da IS em quase todos os lugares, lá onde começavam as lutas autônomas e extremistas, justamente nos países que eram os mais agitados (2006b, p. 1122-1123. Tradução nossa).

Nesse contexto, Debord presta um apoio imediato ao processo português, que havia dado origem a “uma situação revolucionária e contrarrevolucionária exemplar sob todos os ângulos” (2005, p. 283. Tradução nossa. Grifo no original).³³⁸ Contudo, o autor de *A sociedade do espetáculo* não chegaria a viajar para Portugal entre 1974 e 1975,³³⁹ diferentemente da intelectualidade francesa de esquerda e extrema-esquerda que, após o refluxo das jornadas de 1968 na França, apostava suas últimas fichas em uma solução

³³⁸ Carta a Gianfranco Sanguinetti, 1º de julho de 1975.

³³⁹ Debord e Alice passariam por Portugal em 1980, época em que residiram ao sul da Espanha (entre 1980 e 1981), envolvendo-se na campanha pela libertação dos libertários encarcerados no presídio de Se-góvia. Cf. Ramalho, 2015.

revolucionária para o processo português de libertação do fascismo, peregrinando ao país para colaborar com os revolucionários locais e formular suas análises conjunturais, perante o calor dos acontecimentos.³⁴⁰ Não obstante ter sido insistentemente convidado pelo círculo de pró-situacionistas autóctones para participar da revolução *in loco*, Debord se recusaria a realizar esta inócua modalidade de “turismo revolucionário”. De fato, segundo João Bernardo:

Havia uma quantidade enorme de grupúsculos franceses que vieram a Portugal para nos dizer como tínhamos que fazer a revolução. Um destes indivíduos chegou a dizer que devíamos ir aos comícios e explicar a *Fenomenologia do Espírito* [de Hegel] para as classes trabalhadoras. Eu e Phil Mailer rimos muito disso depois... Enfim, cada um vinha dar as suas ordens.³⁴¹

Raoul Vaneigem,³⁴² por sua vez, esteve de fato em Portugal, em abril de 1974, porém não “para fazer o papel de agitador” nem “para influenciar o curso da história, mas para explorar uma realidade que assombrava minha imaginação subversiva desde a infância, banhada em contos da Revolução Espanhola”, conforme nos revelou em entrevista.³⁴³

Todavia, em uma carta inédita de 1973 dirigida a Sanguinetti,³⁴⁴ Debord revela seu apreço pelas impressões pessoais do amigo italiano sobre a capital portuguesa e sua vida noturna e boêmia, após ter regressado de sua viagem clandestina a Lisboa, em 1972, a bordo de um *Bentley* azul e branco. O objetivo da operação era entregar o manuscrito aprovado por Debord da tradução de *A sociedade do espetáculo*, de autoria de Francisco Alves e Afonso Monteiro, nas mãos de Fernando Ribeiro de Mello, seu editor português:

Tua magnífica pintura de Portugal me dá a maior vontade de percorrer Lisboa antes do próximo tremor de terra (...) Tanto em Florença quanto em Paris, não são certamente os bordéis que se fazem raros, mas os bares” (apud APOSTOLIDÈS, 2015, p. 378. Tradução nossa).

³⁴⁰ Como o maoísta Jean-Paul Sartre, o trotskista Daniel Bensaïd e o esquerdista Daniel Cohn-Bendit, entre tantos outros. Cf. Pereira, 2003.

³⁴¹ Entrevista, 17/02/2021.

³⁴² A despeito de não ser francês, por sua francofonia e seu pertencimento à seção francesa da IS, incluímos Vaneigem nesta sessão dedicada à participação dos esquerdistas franceses na Portugal revolucionária de 1974-1975. Inclusão breve e lateral, na medida em que as únicas considerações existentes de Vaneigem sobre este tema foram extraídas do relato que ele nos concedeu para a realização desta pesquisa.

³⁴³ Depoimento, 17/06/2020.

³⁴⁴ Descoberta por Apostolidès no fundo Sanguinetti da *Beinecke Library*, na Universidade de Yale (Estados Unidos).

Mais do que isso, Apostolidès revela que Debord e Sanguinetti planejavam, em 1973, uma viagem a Lisboa na primavera de 1974, sem saberem, naturalmente, que Portugal conheceria uma situação revolucionária da gravidade que se viu na sequência do golpe de 25 de Abril: “Debord pretende influir sobre os acontecimentos com suas armas pessoais, que são o livro e o cinema, mas ele é rapidamente ultrapassado pela agitação da sociedade portuguesa” (2015, p. 378).

No início de maio de 1974, Lisboa será varrida por uma onda de manifestações populares massivas, greves operárias, ocupações de fábricas e “saneamentos”, como a classe trabalhadora portuguesa denominaria a sua “caça aos colaboradores” do antigo regime fascista. Debord vislumbra por um momento a concretização de sua viagem à capital portuguesa, planejada um ano antes com Sanguinetti, porém recua, “impedido pelo lançamento do filme *La société du spectacle* e pela situação francesa” (*Ibidem*, p. 379). Em uma carta de março de 1974 destinada a Afonso Monteiro, Debord se lamenta por não ter ido a Portugal ao final de setembro de 1974, isto é, no auge da crise revolucionária, quando as massas populares erguem barricadas e forçam a derrota da direita, obtendo a demissão de Spínola no dia 28. Curiosamente, Debord responsabiliza os membros do CDRS por sua própria hesitação em viajar a Portugal:

Lamento um pouco que vocês não tenham me chamado em setembro. Me parece que naquele momento – alguns dias *antes* do 28 – vocês não tinham suficientemente se dado conta da primeira manifestação autônoma dos trabalhadores, de cujo panfleto vejo somente agora, reservada na forma, mas contendo alusões radicais bem claras (2005, p. 249).

Ausente tanto da biografia escrita por Christophe Bourseiller (1999), quanto da cronologia comentada estabelecida por Vincent Kaufmann como introdução às *Œuvres* (2006) completas de Debord, a aliança tática estabelecida pelo fundador da IS com alguns “pró-situacionistas”³⁴⁵ portugueses em 1974 foi recentemente recuperada por alguns trabalhos que trazem à tona essa história ainda pouco conhecida dos leitores de Debord. Eles

³⁴⁵ Não sendo nem pró-russos (stalinistas) nem pró-chineses (maoístas) e ao aderirem às ideias divulgadas pela IS, sem contudo pertencerem à organização, seriam apelidados de pró-situacionistas, segundo Debord, aqueles “espectadores entusiastas da IS” que existiram na França “a partir de 1960, mas primeiramente em um número bem pequeno. Nos cinco últimos anos, eles se tornaram uma multidão (...) O meio pró-situacionista representa aparentemente a teoria da IS tornada ideologia (...) mas na realidade este meio exprime essa parte da real contestação moderna que ainda deveria permanecer ideológica, prisioneira da alienação espetacular, e instruída segundo os seus termos” (1972/2006b, p. 1107. Tradução nossa). Para um levantamento completo da constelação de grupúsculos pró-situacionistas surgidos no refluxo de Maio de 68, especialmente na França e nos Estados Unidos, consultar o capítulo 7 do trabalho supracitado de Anna Trespeuch-Berthetot.

foram favorecidos pela publicação, em 2005, do quinto volume das Correspondências de Debord que, reunindo as cartas enviadas pelo situacionista entre 1973 e 1978, revelaria sua proximidade e influência sobre Afonso Monteiro e seus amigos pró-situs. Também o aprofundado estudo da historiadora Anna Trespeuch-Berthelot, intitulado *L'Internationale Situationniste. De l'histoire au mythe* (1948-2013), publicado na França em 2015 e que centra sua análise justamente na recepção política da teoria e da prática situacionista, não trata de sua repercussão em Portugal, privilegiando a análise de seu impacto nos países de língua inglesa, particularmente Estados Unidos e Inglaterra, para além da própria França.

O artigo intitulado *Realizar a poesia: Guy Debord e a Revolução de Abril* (2015), de autoria da arqueóloga portuguesa Maria de Magalhães Ramalho, investiga a colaboração de Debord com os pró-situacionistas portugueses Francisco Alves, Carlos Marques, Leonor Gouveia, o casal Afonso e Antónia Monteiro, além de antigos situacionistas, como Eduardo Rothe e Patrick Cheval, durante a revolução portuguesa. Este trabalho tem sobretudo o mérito de cruzar a análise das “cartas portuguesas”³⁴⁶ de Debord com testemunhos orais, como do italiano Gianfranco Sanguinetti que, contudo, esteve em Portugal somente em duas ocasiões, em 1971 e 1973, não participando diretamente do processo revolucionário português de 1974-1975, conforme nos relatou por correspondência.³⁴⁷ Outro artigo que versa sobre o mesmo assunto é *Letters from “Glaucos”: Guy Debord during the Portuguese Revolution* (2018), de autoria de Ricardo Noronha. Já o artigo “*Fernando de Bentley*”, *Guy Debord e a edição portuguesa de “A Sociedade do Espectáculo”* (2015), de autoria do historiador português Pedro Piedade Marques, volta-se aos bastidores da publicação, no ano de 1972, por Fernando Ribeiro de Mello, da tradução portuguesa de *A sociedade do espetáculo* (Edições Afrodite), a quarta mundial, depois das edições italiana, norte-americana e dinamarquesa, em cuja operação Sanguinetti teria um importante papel ao levar clandestinamente o manuscrito original da França para Portugal, como vimos. De autoria de Francisco Alves e Afonso Monteiro, a tradução seria considerada por Debord (que colaborou com a tradução) como a melhor já feita de seu

³⁴⁶ De abril a dezembro de 1974, Debord trocou, sempre desde Paris, ao menos uma dúzia de cartas com alguns “pró-situacionistas” de Lisboa.

³⁴⁷ De acordo com o seu relato, Sanguinetti sentia já naqueles anos uma atmosfera de *fim de regime*, “o momento mais bonito de qualquer revolução, quando se respira o ar do fim de uma época: aconteceu comigo no Brasil em 1984, na URSS em 1987 e na Tchecoslováquia em 1989”. Depoimento, 23/06/2020.

principal livro de teoria: “as primeiras traduções foram em todos os lugares infieis e incorretas, com exceção da de Portugal” (2006b, p. 1460. Tradução nossa)³⁴⁸.

Em sua biografia sobre Debord, intitulada *Le naufrageur* (2015), Jean-Marie Apostolidès³⁴⁹ dedicou algumas páginas sobre “a campanha de Portugal”, salientando algumas vicissitudes da incursão debordiana no processo revolucionário português.

Contudo, tais trabalhos focam-se em aspectos mais circunstanciais da aproximação entre os pró-situs portugueses com antigos situacionistas como Debord, Rothe e Cheval, sem se aprofundarem no sentido histórico mais lato envolvendo a teoria e prática situacionistas em Maio de 68, uma experiência que Debord acreditava poder servir ao proletariado português durante a crise revolucionária precipitada em abril de 1974.

Reativar a experiência do CMDO na situação portuguesa

Esta será a principal motivação de Debord ao encorajar Eduardo Rothe para influir no processo revolucionário detonado em Lisboa, levando consigo a experiência adquirida pelo CMDO em maio-junho de 1968. Foi assim que ele o colocaria em contato com os portugueses Francisco Alves e Afonso Monteiro,³⁵⁰ para a formação do Conselho para o Desenvolvimento da Revolução Social (doravante CDRS), ao qual se juntaria também Antónia Monteiro, companheira de Afonso, o editor Fernando Ribeiro de Mello e Patrick Cheval, antigo membro da seção francesa da IS e do CMDO.

³⁴⁸ Em uma carta para Afonso Monteiro, de abril de 1972, Debord revela que “definitivamente, devemos aprender o português” (2004, p. 540. Tradução nossa). Curiosamente, entretanto, após o refluxo da revolução em Portugal e do rompimento com o grupo de pró-situacionistas portugueses, no período de sua colaboração com os grupos autônomos espanhóis entre 1979 e 1984, Debord adotaria uma postura chauvinista em relação à cultura portuguesa, em uma carta a Jean-François Martos de 10 de janeiro de 1982: “Da pseudo-língua aos tristes costumes, vê-se logo que Portugal, desde três séculos, não teve verdadeiro sucesso senão em fazer-se o puro contrário da Espanha. Portanto, para quem ama a Espanha, Portugal não pode agradar” (2006a, p. 198. Tradução nossa). O comentário seria replicado pelo linguista português Pedro Jofre, em sua *Carta a Jean-François Martos sobre a sua correspondência com Guy Debord e sobre o português com pseudo-língua* (Paris: Farândola, 1998).

³⁴⁹ Professor de literatura francesa na Universidade de Stanford, além de teatrólogo e dramaturgo. Para Sanguinetti, sua biografia sobre Debord é “ruim na intenção, ruim no método e, portanto, muito ruim no resultado”. Cf. “Argent, sexe et pouvoir: à propos d’une fausse biographie de Guy Debord”. In: *Mediapart*, 15/01/2016. Ruim na intenção, pois apesar de se apresentar como sendo uma biografia, Apostolidès nem mesmo dissimula que tem o objetivo de “trazer à luz uma imagem diferente, ‘negativa’, de Debord”. Cf. “Guy Debord n’a pas été capable d’appliquer dans sa vie les principes qu’il revendiquait en théorie” (entrevista com Jean-Marie Apostolidès). Curiosa definição de biografia essa que se propõe a “trazer à luz uma imagem”, seja “negativa” ou “positiva” do sujeito biografado, esta sendo antes, como se sabe, função da propaganda. In: *Libération*, 23/12/2015. Entretanto, em 1999, o mesmo Apostolidès havia publicado, na França, *Les tombeaux de Guy Debord*, um livro que reúne três estudos simpáticos “sobre a vida e a obra de um escritor maior de nosso tempo” (2006, p. 7. Tradução nossa).

³⁵⁰ Revisor da edição portuguesa de *A sociedade do espetáculo* (Edições Afrodite, 1972), tanto Afonso como Antónia, sua companheira, já faleceram.

A radicalidade da perspectiva situacionista e do CMDO se rerepresentaram no *programa mínimo* defendido pelo CDRS no início do processo revolucionário português. Tal programa seria exposto, no final de Maio de 1974, em dois comunicados: *Aviso ao proletariado português sobre a possibilidade da revolução social*³⁵¹ (dia 26) e *Da greve parcial à greve total. Da ocupação parcial à ocupação total* (dia 29), cujos conteúdos seriam imediatamente elogiados por Debord, que acompanhava a movimentação desde Paris: “O cartaz de 26 de Maio é magnífico” (2005, p. 174. Tradução nossa).³⁵²

Porém, dali em diante, Debord não receberia mais nenhuma informação sobre as ações do CDRS, percebendo no silêncio dos portugueses um sinal evidente de seu isolamento em face do processo revolucionário, que se acelerou ultrapassando largamente o campo limitado de atuação no qual o próprio CDRS havia se confinado. Nas palavras de Sanguinetti, que acompanhava a movimentação desde a Itália, a atuação de Rothe no CDRS “foi mesmo muito decepcionante”.³⁵³ Em abril de 1975, Debord rompe “completa e definitivamente”³⁵⁴ (2005, p. 260) com o venezuelano e, em uma correspondência com Semprun (de junho de 1975), demonstra ceticismo em relação à atuação do CDRS: “após 28 de setembro [de 1974],³⁵⁵ o movimento começava a ultrapassá-los visivelmente” (2005, p. 280. Tradução nossa). Sua ruptura formal com o CDRS não tardaria, ocorrendo em 15 de novembro de 1975, através de um duro comunicado destinado a “Afonso Monteiro e seus amigos”, onde se lia que:

Enquanto o proletariado português foi bem mais longe do que o movimento de Maio de 1968, vocês mesmos [do CDRS] certamente não atingiram em 18 meses um quarto da importância e da utilidade que o CMDO adquiriu em 18 dias: como lugar de onde o “processo” exprime o que ele é e o que ele poderia fazer. (2005, p. 311-312. Tradução nossa)

Na correspondência supracitada com Semprun, Debord qualifica o absentismo e isolamento dos “amigos de Afonso Monteiro”, isto é, dos membros do CDRS, como um fenômeno “tipicamente pró-situacionista” (*Idem*, p. 281), que no documento de dissolução da IS seria designado como um “mal francês” (1972, p. 40) – à moda leniniana.

³⁵¹ Inspirado no panfleto *Avviso al proletariato italiano sulle possibilità presenti della rivoluzione sociale*, publicado pela seção italiana da IS em 1969.

³⁵² Carta a Eduardo Rothe, 26 de junho de 1974. Nela, Debord o orienta a “entrar em contato com os trabalhadores revolucionários” (2005, p. 176. Tradução nossa) de Portugal.

³⁵³ Depoimento, 23/06/2020.

³⁵⁴ Carta a Afonso e Antónia Monteiro, 10 de abril de 1975.

³⁵⁵ Data em que a chamada “Marcha da Maioria Silenciosa”, organizada em defesa de Spínola, é impedida de se realizar por militares e civis de esquerda.

Denunciar o espetáculo revolucionário em Portugal

Naquela altura dos acontecimentos, Debord mantinha-se informado através de Semprun, autor de *La Guerre Sociale au Portugal* (1975), livro no qual a revolução portuguesa de 1974-1975 é apresentada desde uma perspectiva bem próxima da situacionista, como “a segunda ofensiva da época revolucionária que começou em 1968” (1976, p. 81). Também para Debord, tanto na França em 1968, como em Portugal em 1974-1975, a revolução teria sido derrotada por uma aliança entre capitalistas, sindicalistas, socialistas e comunistas contra o proletariado auto-organizado em conselhos. No curta-metragem chamado *Refutação de todos os julgamentos, tanto elogiosos quanto hostis, que até aqui foram feitos sobre o filme “A sociedade do espetáculo”* (1975),³⁵⁶ uma obra repleta de imagens da revolução portuguesa, Debord reafirma a sua proposição de unir crítica social e cinema, partindo justamente de uma análise política daquela crise, desde uma perspectiva antiautoritária:

Existem pessoas que compreendem, e outras que não compreendem, que a luta de classes em Portugal foi, em primeiro lugar e principalmente, dominada pelo enfrentamento direto entre os trabalhadores revolucionários, organizados em assembleias autônomas, e a burocracia stalinista engrossada por generais derrotados. Aqueles que compreendem isto são os mesmos que podem compreender o meu filme; e não faço filmes para aqueles que não compreendem, ou dissimulam isso. (1994, p. 171. Tradução nossa)

No *Prefácio* de 1979 à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*, Debord voltaria a se referir a este aspecto das derrotas proletárias de 1968 na França e de 1975 em Portugal:

Que operários revolucionários insultem os stalinistas e obtenham o apoio de quase todos os companheiros é muito normal, já que eles querem fazer a revolução. Pois já não estão cientes, por sua longa experiência, de que a primeira coisa a fazer é expulsar os stalinistas das assembleias? Foi por não poderem ter agido assim que a revolução fracassou na França em 1968 e em Portugal em 1975 (1997, p. 156).

³⁵⁶ No original: *Réfutation de tous les jugements, tant élogieux qu'hostis, qui ont été jusqu'ici portés sur le film “La société du spectacle”*. O curta traz as célebres imagens dos soldados marchando com flores nas pontas de seus fuzis; da manifestação das trinta e oito usinas federadas contra o governo provisório, ocorrida em 7 de fevereiro de 1975; do general Spínola, Álvaro Cunhal (PCP) e Mário Soares (Partido Socialista) assinando acordos e discursando para as massas; do recém-eleito presidente francês, Giscard d'Estaing cumprimentando Soares, etc.

Uma crítica semelhante seria feita, em dezembro de 1975, por Sanguinetti, que estabelecia uma analogia entre a situação portuguesa e italiana, no texto *Provas da inexistência de Censor, por seu autor*: “esta Santa Aliança entre os burgueses e os burocratas stalinistas, que se propõe hoje a ser entronizada na Itália, já reina em Portugal desde o 25 de Abril: *ela reina mas não governa*” (1976, p. 185. Tradução nossa).

Em uma carta de 8 de maio de 1974 a Afonso Monteiro, escrita em francês e assinada com o pseudônimo “Glaucos”,³⁵⁷ Debord realiza uma síntese da situação portuguesa àquela altura. Traduzida ao português pelo casal Antónia e Afonso, essa carta constituiria a base do comunicado do CDRS do dia 26 de maio (*Aviso ao proletariado português sobre a possibilidade da revolução social*), impresso em formato de cartaz.

Debord inicia sua análise observando que o Movimento das Forças Armadas (MFA) teria agido “segundo a hierarquia e não contra ela” (2005, p. 153), mas que, paradoxalmente, esse movimento teria engendrado novas condições que tendiam a lhe escapar por todos os lados. Tal processo dizia respeito, segundo Debord, senão a uma modernização e racionalização política e econômica do defasado capitalismo português. O objetivo “mais claro” daquele movimento de “golpistas corajosos” era o de instaurar uma “democracia autoritária capaz de acabar com as formas desgastadas do poder arcaico precedente (guerra colonial sem fim e ordem salazarista), e de jogar seu jogo no Mercado Comum”. No plano interno, os partidos que então estavam se constituindo, “inclusive os stalinistas”, já haviam aceitado fundamentalmente “a perspectiva da *democracia burguesa* e, o mais rápido possível, parlamentar”, de tal modo que “todos os partidos ‘democráticos’ querem, sobretudo desarmar as massas”.

Até aquele momento, na perspectiva de Debord, Portugal passava mais por um processo de “libertação” do que propriamente por uma revolução social: “a atmosfera atual me parece se assemelhar, muito mais do que com Maio de 68 ou Budapeste [1956], à libertação de Paris em 1944, ou do norte da Itália em 1945. O fim do fascismo e da Gestapo, a caça aos colaboradores, etc” (*Ibid.*, pp. 154-5),³⁵⁸ e isso porque “a reafirmação de um Estado ‘democrático’ *apoiado pelos stalinistas* bastou para dissolver rapidamente qualquer aspecto revolucionário” do movimento (*Ibid.*, p. 155).

³⁵⁷ Conforme confidencia a Rothe, segundo Debord, “Glaucos é um voluntário estrangeiro vindo combater com os defensores de Tróia que, no VIº canto da *Iliada*, diz belas coisas a propósito da vida” (2005, p. 158. Tradução nossa).

³⁵⁸ No dia 1º de maio de 1974 ocorreu em Lisboa uma imensa festa popular, após a dissolução da PIDE-DGS (a polícia secreta salazarista), a abolição da censura e a restituição dos direitos de associação e de greve.

Debord via na confraternização da população com os soldados e marinheiros o “ponto mais interessante” surgido até então naquele movimento, chegando a reunir outros elementos de uma festa popular que, “se não basta para caracterizar uma revolução, lhe apresenta muitas possibilidades” (*Ibid.*). Porém, o atraso característico do capitalismo português fazia-o atingir àquela altura “o período europeu de 1944-1945, mas o mundo nascido desde então ruiu justamente entre 1968 e este ano [1974]” (*Ibid.*). Assim, a modernização desejada por Portugal era já um arcaísmo em outros lugares, uma vez que o modelo da “democracia capitalista” se encontrava “em crise sócio-política avançada na Inglaterra, na França e na Itália” (*Ibid.*, p. 156). Tal crise, segundo ele, residia no funcionamento débil das formas de governo daqueles países, como na repentina e explosiva ascensão da contestação revolucionária em todos os setores da sociedade.

O objetivo revolucionário do momento, na perspectiva de Debord, devia ser o de uma “ultrapassagem do Estado pela democracia operária *armada* (ultrapassar o estágio burocrático eleitoral e sindical que se apresenta alegremente e que no limite não se apresenta senão *para perder*)” (*Ibid.*, p. 156). Assim como, o objetivo dos revolucionários portugueses seria “fazer da situação atual uma verdadeira revolução do nosso tempo”, denunciando, ao mesmo tempo, “o espetáculo mundial” e o “espetáculo revolucionário”. Tal denúncia devia ser feita na base de um programa mínimo que consistia na “descrição e explicação *do que se passa* dia após dia; jamais se satisfazendo em proclamar ridiculamente abstratos objetivos gerais” (*Ibid.*, p. 156). Apesar dessa “orientação”, Debord elenca algumas palavras de ordem que se impunham naquele momento, como “o reembarque imediato das tropas da África; a denúncia cotidiana de toda a coalisão dos partidos de esquerda com Spínola, a Igreja, os banqueiros; a autonomia das assembleias de trabalhadores e seu armamento” (*Ibid.*, p. 157). Além disso, sugeria também que:

Se a classe trabalhadora se colocasse o objetivo de expropriar os patrões, ela devia conchamar os milhões de sub-proletários portugueses pela Europa a retornar, assegurando-lhes que, tendo sido o sistema mercantil abolido, haveria do que se viver frugalmente para todos, ao invés de sucumbir catando as migalhas da Europa rica (*Ibid.*, p. 157).

Esse tipo de violência utópica vislumbrada por Debord “se demarcaria terrivelmente”, segundo ele, “dos projetos de expansão capitalista – e dos sacrifícios bem piores que eles exigem – que forçosamente vão defender os stalinistas e os outros”, além da situação paradoxal na qual, “diante do estado real da economia europeia que não pode

mais prosseguir seu crescimento, seu primitivismo aparente segue a via mais efetivamente moderna” (*Ibid.*, p. 157).

Ao final da carta, Debord alerta aos membros do CDRS para a premente necessidade de denunciar os maoístas, “suas ilusões contrarrevolucionárias sobre a China e as formas burocráticas de organização” (*Ibid.*, p. 157), procurando situar-se politicamente em outro campo que o da extrema-esquerda portuguesa e, nesse sentido, aproximando-se da perspectiva defendida pelo grupo apartidário que editava o jornal *Combate* e que, situado ao lado da luta autônoma dos trabalhadores, em editorial de 14 de março de 1975, também julgaria ser o “capitalismo burocrático de Estado a meta não só do PCP como dos seus rivais maoístas” (2020, p. 122).

Em outra carta para Afonso, datada de 12 de junho de 1974, Debord acusa os stalinistas portugueses de terem “batido seus recordes mundiais anteriores como defensores do velho mundo, opondo-se abertamente às greves operárias para ‘salvar a economia’” (*Ibid.*, p. 168). E, numa carta de 26 de junho a Eduardo Rothe, diz ser “preciso denunciar com precisão todos aqueles que combatem as greves” (*Ibid.*, p. 174), cometer a heresia de contestar a “estranha teologia do Mistério da Democracia em forma trinitária de Spínola-Pai, Cunhal-Filho e o Espírito Santo do Mercado Comum” (*Ibid.*, p. 175). Na visão de Debord, o sucesso do “governo stalino-spinolista” era do interesse das “forças mundiais de defesa da sociedade de classes” não somente por salvar o capitalismo em Portugal, mas principalmente por salvá-lo “*por esta via* da participação governamental stalinista enquanto forma moderna de contrarrevolução em uma Europa que desmorona” (*Ibid.*, p. 176). O antigo situacionista lembra que a mesma fórmula era experimentada na Itália, na forma do “velho projeto italiano do acordo stalinismo-democracia cristã” (*Ibid.*, p. 178), mais conhecido como o “compromisso histórico”, uma estratégia do Partido Comunista Italiano (PCI) que consistia em estabelecer um “acordo orgânico” com a Democracia Cristã (DC) visando combater a “estratégia da tensão” em ascensão na Itália. Uma aliança capaz de tranquilizar as classes proprietárias e intermediárias e de isolar os fanatismos à extrema-direita e à extrema-esquerda do espectro sociopolítico, de modo que impedisse o avanço do terrorismo no país e estabilizasse o capitalismo italiano em crise desde 1967-1968.

Em carta de 16 de julho ao mesmo Eduardo, um dia antes do Segundo Governo Provisório chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves assumir o poder, Debord acusa o “fim da bela revolução” (como dizia Marx a propósito do período entre fevereiro e maio de 1848 na França), isto é, aquele “momento em que todos podiam crer, ou fingir crer, que

estavam de acordo e contentes simplesmente pela feliz liquidação do salazarismo” (*Ibid.*, p. 181).

Como vimos acima, o silêncio que se seguiu a partir de então da parte dos pró-situacionistas portugueses e de Eduardo Rothe em particular, levaria Debord a romper relações com o grupo em abril do ano seguinte. As correspondências de 1975 revelam um progressivo ceticismo de Debord em relação ao triunfo da revolução em Portugal, passando a se ocupar exclusivamente da publicação do livro de Sanguinetti,³⁵⁹ que naquele mesmo ano ele traduziria para o francês. Neste livro, o antigo membro da seção italiana salienta uma lição central do processo revolucionário português que, verificada em outros países ocidentais desde 1968, como França e Tchecoslováquia, se recolocava também no processo italiano:

Aquilo que os trabalhadores italianos estão em vias de aprender, é simplesmente o que seus camaradas portugueses aprenderam há pouco; e o que os trabalhadores revolucionários franceses compreenderam em 1968, e o que o proletariado russo ou tchecoslovaco sempre soube, explorado que é pelo imundo capitalismo burocrático que domina esses países: que os burocratas que se dizem ‘comunistas’ e sindicalistas *não estão absolutamente dispostos a aceitar a abolição da exploração capitalista do trabalho* (1975, p. 184. Tradução nossa).

Ao mesmo tempo, Debord trabalhava na produção de seu curta metragem *Refutação de todos os julgamentos, tanto elogiosos quanto hostis, que até aqui foram feitos sobre o filme “A sociedade do espetáculo”*, lançado na França em outubro de 1975. Um filme no qual, como vimos, a derrota da revolução portuguesa em 1975 é apresentada como experiência conclusiva do ciclo revolucionário iniciado na França em 1968. No dia 19 de outubro de 1975, logo após a nomeação de Costa Gomes como presidente da República, Debord escreve uma canção dedicada à revolução portuguesa, que deveria ser entoada segundo a melodia de *Le Déserteur*, de Boris Vian. Segue abaixo a canção traduzida para o português, de autoria de Júlio Henriques:

³⁵⁹ *Rapporto veridico sulle ultime opportunita di salvare il capitalismo in Italia* [Relatório verídico sobre as últimas chances de salvar o capitalismo na Itália]. Debord e Sanguinetti rompem a amizade em 1979, no contexto de publicação do Prefácio à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*, de Debord, e do livro *Do terrorismo e do Estado*, de Sanguinetti, ambos tratando do processo contrarrevolucionário italiano.

O chorinho de Costa Gomes

O senhor Carvalho uma carta me enviou
 Que eu talvez leia
 Se ele me der tempo
 Quer qu'eu conclua a questão proletária
 A História e os seus mistérios
 Antes ainda de quarta-feira à noite
 Ai, general Carvalho, isso não posso eu fazer
 Pois sou um militar
 Bem pouco inteligente
 Mas ninguém mais do que eu
 É revolucionário
 Se a tarefa for ligeira
 Ponha-se lá no meu lugar
 Já vi pôr a correr tanto proprietário
 Tantos generais, tantos autarcas
 E até mesmo governos
 Já vi desandarem-nos fábricas
 A marinha de guerra
 E tantos regimentos
 Que sem Vasco nem Cunhal
 Não hav'ria na Terra
 Protectores nem pais
 Nestes nossos tormentos
 A sociedade de classes
 por todo o lado se altera
 Que o austero burocrata
 É o seu melhor defensor
 Quem melhor do que ele
 trava a ofensiva operária
 Só com três ministérios
 E jornais embusteiros?
 Se não gosta do que digo,
 vá e pergunte ao Neves
 Quantos soldados lhe deixam
 E quantos padres?
 E diga francamente
 Que acelerando-se as coisas
 Vai tudo ser bem renhido
 E que se impõe disparar!³⁶⁰

Vimos que Debord percebia, desde o início do processo revolucionário, como a aliança entre os militares do MFA, os comunistas do PCP e os socialistas (ou socialdemocratas) do PS estavam a engendrar mais um processo de modernização e racionalização política e econômica do capitalismo português e de entrada no Mercado Comum europeu, seja pela via do capitalismo de Estado, na perspectiva do PCP e de Álvaro Cunhal, seja pela via do capitalismo privado, na perspectiva do PS, de Mário Soares e dos demais

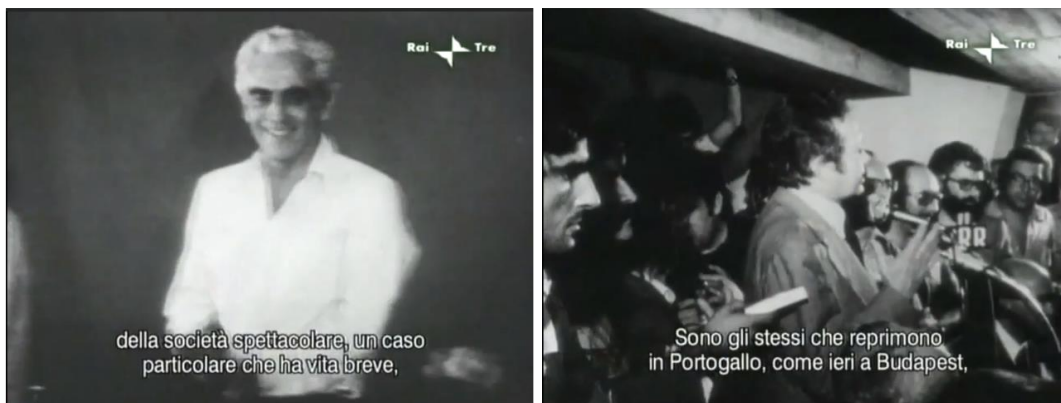
³⁶⁰ Apud Ramalho, 2015.

partidos à sua direita, do que propriamente a uma verdadeira revolução social.³⁶¹ Consequentemente, viu com acerto que tal movimento aproximava-se mais de um processo de libertação do fascismo do que de um processo de destituição econômica-estatal do capital que abalasse os seus fundamentos, a produção de mercadorias e o trabalho assalariado, ou de abolição da sociedade de classes e suas hierarquias. Também foi capaz de antecipar, mesmo à distância, o movimento de recuperação pelo poder das lutas autônomas dos trabalhadores, através de sua progressiva centralização política, operada pelos partidos políticos contra o poder dos conselhos operários de base apartidária, em direção à democracia de tipo parlamentar vitoriosa com a promulgação de uma nova Constituição em abril de 1976.

Se, de um lado, no plano das formas de luta – e essa não é uma dimensão de menor importância, ela é, pelo contrário, determinante³⁶² –, a incursão debordiana via CDRS no processo revolucionário português ocorreu de modo problemático, conforme revelam alguns dos apontamentos de ordem biográfica levantados por Apostolidès em seu trabalho, de outro lado, no plano da compreensão do sentido e do conteúdo das lutas em curso entre 1974 e 1975 em Portugal, o julgamento de que “nenhuma das predições de Debord se verificará” (APOSTOLIDÈS, 2015, p. 379) entra em contradição com a história tanto do próprio 25 de Abril, quanto daquilo que lhe adveio. Afinal, a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 e à sua moeda única em 1999, bem como a sua consequente submissão política às diretivas de Bruxelas, até o atual espetáculo democrático hegemonizado pelo socialistas que, desde fevereiro de 2005, governam o país com uma confortável maioria parlamentar “a aplicar as receitas elaboradas nos laboratórios do neoliberalismo” (VALADAS, 2008, p. 21), não seriam consequências históricas de um diagnóstico que, no plano lógico e estratégico de onde partia, não se separava de um coerente prognóstico daquilo que se passaria em Portugal após a convulsão revolucionária de 1974-1975 e o subsequente *retour à la normalité*, após o golpe de 25 de Novembro?

³⁶¹ De acordo com Brinton, “uma revolução social não é apenas uma resposta reflexa às injustiças e opressões de uma ordem existente. Semelhante resposta pode levar uma sociedade a soçobrar, mas não assegura a sua substituição por outra qualitativamente diferente. Esse desfecho exige uma perspectiva, partilhada por um grande número de pessoas, de uma maneira de viver totalmente diferente” (2018, p. 360).

³⁶² De acordo com Bernardo, “é a forma das relações que determina as suas potencialidades e as linhas de desenvolvimento possíveis. É a forma das relações estabelecidas numa dada luta que determina a sua capacidade para romper, ou não, com os sistemas de organização capitalistas, para fundar um relacionamento igualitário ou para reproduzir novas burocracias, para passar além ou para envernizar com outros tons o presente” (2019, p. 12).



À esquerda, o comunista Álvaro Cunhal, à direita, o socialista Mários Soares, em dois momentos do curta-metragem de 1975, *Refutação de todos os julgamentos, tanto elogiosos quanto hostis, que até aqui foram feitos sobre o filme "A sociedade do espetáculo"*, de Guy Debord. Capturas feitas a partir de exibição da Radiotelevisione italiana (RAI).

5.2. O otimismo estratégico de Jaime Semprun

Filho da atriz e dramaturga francesa Loleh Bellon e do comunista espanhol Jorge Semprun,³⁶³ Jaime Semprun (1947-2010) era também sobrinho do anarquista Carlos Semprun Maia, autor de *Revolução e contrarrevolução na Catalunha (1936-1937)*, livro que Jaime ajuda a redigir precocemente, aos vinte e três anos de idade, entre os anos de 1970 e 1971. Este conhecerá Debord pessoalmente na ressaca de 1968, através de Eduardo Rothe, no momento em que a IS desaparecia, por volta de 1972. Em meio à expansão do fenômeno pró-situacionista, a reflexão original de Semprun tendia mais a continuar a teoria situacionista por outros meios, do que simplesmente repeti-la ou recuperá-la à maneira pró-situacionista. É por esse motivo que, além de sua análise sobre a situação em Portugal, Semprun ainda publicaria mais dois títulos pela editora Champ Libre (que havia abrigado antigos situacionistas como Debord e Sanguinetti em seu catálogo): *Précis de récupération* (1976) e *La Nucléarisation du monde* (1980).³⁶⁴

Em 1976, Semprun publicará uma crítica do processo de “transição democrática” espanhol, em colaboração com o anarquista catalão Miguel Amorós, no panfleto *Manuscrito encontrado em Vitoria* (1977). Até a metade da década de 1980, Semprun irá colaborar episodicamente com a revista *L'assommoir* (1977-1985), com destaque para uma análise da revolução polonesa de 1980-1981. No ano de 1984, fundará a revista “pós-

³⁶³ Jorge Semprun seria expulso do PCE junto com Fernando Claudín em 1964, após a crise interna do partido, desencadeada no ano de 1963. Cf. Pereira, 2008.

³⁶⁴ *A nuclearização do mundo*. Lisboa: Antígona, 1982.

situacionista” *l'Encyclopédie des Nuisances*,³⁶⁵ que publicou na França quinze fascículos até 1992. No ano seguinte, a revista se tornaria uma editora, as *Éditions de l'Encyclopédie des Nuisances* (EdN), onde Semprun publicará outros quatro livros: *Dialogues sur l'achèvement des Temps modernes* (1993), *L'Abîme se repeuple* (1997), *Apologie pour l'insurrection algérienne* (2001) e *Défense et illustration de la novlangue française* (2005). Dois anos antes de falecer, quarenta anos depois do Maio de 68, Semprun publica *Catastrophisme, administration du désastre et soumission durable*, seu último livro, escrito em parceria com René Riesel, antigo *Enragé* de Nanterre e membro da IS (entre 1968 e 1971) que, a partir do ano 2000, passaria a colaborar com a EdN.

Formular uma perspectiva teórica para o CDRS

Numa carta dirigida a Eduardo Rothe e aos camaradas do CDRS em 26 de junho de 1974, Debord sugere ao antigo situacionista venezuelano, naquele momento já instalado em Lisboa, iniciar a escrita de um livro sobre a situação portuguesa, que seria publicado na França pela Champ Libre, “pois o aspecto mais radical da situação está e permanecerá ocultado [*caché*] no estrangeiro, sobretudo pela esquerda” (2005, p. 177. Tradução nossa). Nas semanas seguintes, Rothe enviará a Debord, em sua residência de Champot, uma série de recortes de jornal, panfletos, cartazes e outros documentos coletados diretamente no epicentro dos acontecimentos. Entre fevereiro e março de 1975, Rothe chegará a enviar uma primeira versão do manuscrito a Debord.

Entretanto, conforme Apostolidès, a ruptura entre ambos se consumaria devido a uma suposta crise de ciúmes do fundador da IS em relação a uma aproximação entre Rothe e Leonor Gouveia (2015, p. 382). Especulações biográficas à parte, o fato é que a ruptura com o venezuelano colocará um termo ao projeto de livro com o “capitão Rayo”, como Debord lhe chamava. O material enviado por Rothe será, entretanto, largamente aproveitado por Debord, tanto na realização de seu filme *Réfutation de tous les jugements...* (1975), quanto por Semprun na escrita de *La guerre sociale au Portugal*.

Publicado na França pela Champ Libre (1975) e em Portugal pela Moraes (1976), Semprun substituirá Rothe na tarefa de interpretar a revolução portuguesa na perspectiva

³⁶⁵ Debord colaborou na sua redação com três verbetes, *Abat-faim*, *Ab irato* e *Abolir*. No outono de 1986, o antigo situacionista rompe formalmente com os enciclopedistas Semprun, Sébastiani e Fargette, acusados de terem adotado uma posição reacionária diante do movimento secundarista de ocupações de escolas contra a reforma proposta pela Lei Devaquet. Cf. Bourseiller, 2003.

situacionista. Em correspondência com Semprun, Debord avalia o livro como “magnífico”, e diz acreditar “ser a primeira vez que se pode ler um livro assim antes da derrota de uma revolução”, algo tornado possível também “pela lentidão do processo revolucionário português” (2005, p. 273). Sugere ainda a sua publicação em Barcelona pela *Ruedo Iberico*, contudo esta tradução espanhola jamais será realizada. Semprun parece retribuir a parceria nas páginas de seu libelo, ao qualificar os membros do CDRS como “os revolucionários mais conscientes” (1976, p. 31) do processo revolucionário português. Uma apreciação no mínimo discutível, como vimos no capítulo referente ao minúsculo e inexpressivo núcleo de pró-situacionistas portugueses e antigos situacionistas estrangeiros.



À esquerda, a edição francesa de *La guerre sociale au Portugal*, de 1975.
À direita, a edição portuguesa, de 1976

Do PREC à Guerra Social em Curso

Vamos nos ocupar aqui somente de seu primeiro livro, *La guerre sociale au Portugal*, publicado na França pela Champ Libre em maio de 1975, ou seja, durante o curso mesmo do processo revolucionário português, cujo desfecho viria ocorrer seis meses depois, em 25 de novembro daquele ano.³⁶⁶ Numa carta a Jaap Kloosterman de 12 de maio

³⁶⁶ Em Portugal, o livro será publicado somente em 1976, pela editora Moraes, contendo uma curiosa ressenção em sua quarta capa, que o apresenta como “uma leitura da revolução que, embora extremamente discutível, não deixa por isso (ou até mesmo por isso) de justificar a nossa atenção”.

de 1981, na qual Debord discute a análise de Semprun sobre a revolução polonesa (publicada no quarto número de *L'Assomoir* de janeiro de 1981), ele comenta essa característica peculiar do autor de *A guerra social em Portugal*: “porque as revoluções e contrarrevoluções atualmente são tão *lentas*, elas deixam a Semprun o tempo de escrever o que elas são no início, e de publicar antes que elas se tornem essa vitória ou aquela derrota” (2006a, p. 115. Tradução nossa. Grifo no original).

Por esse motivo, a cronologia sobre a qual Semprun estrutura a sua análise da revolução portuguesa aparece incompleta, tendo início no 25 de abril (data do golpe militar que derruba Caetano), passando pelo 28 de setembro (quando ocorre a marcha da maioria silenciosa), porém, encerrando-se no 11 de março (quando acontece a tentativa de golpe por oficiais spinolistas). Antes, portanto, do confronto militar entre a esquerda e demais setores das Forças Armadas do 25 de Novembro, episódio que marcaria o fim do processo revolucionário e que, a partir de então, passaria a ser canalizado para as vias institucionais da chamada “transição democrática”, culminando com a promulgação de uma nova Constituição em abril de 1976. Mais do que numa cronologia dos acontecimentos, Semprun se apoia na seguinte perspectiva metodológica:

A guerra social não consiste numa *quantidade infinita de pequenos acontecimentos análogos* e a despeito de sua diversidade, que se pode dominar mais ou menos bem conforme é mais ou menos bom o seu método, mas num certo número de *acontecimentos singulares de grande envergadura* (*Ibidem*, p. 54).

No emprego deste método, Semprun procura evitar cair no “servilismo desconcertado dos comentadores” que se limitam a “sondar as divergências entre militares” (*Ibidem*, p. 74) e entre “as manobras e contramanobras dos dirigentes” (*Ibidem*, p. 77). Também opõe às sondagens sobre os acontecimentos na superfície do “processo revolucionário em curso”, uma abordagem de seus conflitos desde um ponto de vista estratégico, isto é, aquele desenvolvido a partir do ponto de vista dos atores, que se moviam na base da *guerra social em curso*, se quisermos conferir um outro sentido à noção empregada por Semprun.

Escrito em língua francesa “com a colaboração de camaradas portugueses” (1976, p. 16) do CDRS e publicado na França durante o “verão quente” português de 1975, *A guerra social em Portugal* é um livro de coloração revolucionária e tonalidade situacionista, marcado por um tom grandiloquente e otimista em relação ao triunfo da revolução naquele país que, todavia, não lograria o êxito vislumbrado por seu autor.

Esse aspecto do texto seria salientado, mais tarde, por outras tendências do esquerdismo português. De acordo com o pró-situacionista Torcato Sepúlveda, “um dos grandes defeitos da literatura revolucionária sobre a luta de classe em Portugal é ter sido quase sempre otimista (caso de *La Guerre Sociale au Portugal*)” (1976, p. 10). Também para os redatores da *Subversão Internacional*, “esta visão decididamente otimista está presente, nos textos situacionistas que se referem ao movimento proletário em Portugal (1974-1975), de forma sistemática e reiterada, muito em particular no livro de Jaime Semprun” (1979c, p. 8). Continuando sua crítica ao livro de Semprun, os editores advertem que “esse exagero quanto à radicalidade atingida pelo movimento proletário em Portugal contrasta, sem dúvida, com a frequente lucidez dos situacionistas, e é, digamos, uma das suas falhas visíveis” (*Ibidem*). Contudo, como vimos, a Internacional Situacionista já tinha sido dissolvida há três anos no momento em que Semprun publica seu livro, de modo que a sua análise não pode ser considerada situacionista. Além disso, Semprun jamais foi membro da IS, um fato que os editores da SI parecem ignorar.

Tal otimismo, porém, não está isento de problematizações e nuances. Semprun reconhece que, por um lado, até aquele momento (transcorrido cerca de um ano do início do processo revolucionário), a revolução portuguesa havia “modificado o curso da revolução na Europa”; contudo, não deixa de observar no entusiasmo popular diante do golpe de 25 de abril, “a docilidade fotogénica dum povo que se submete em bloco, e de cravo na espingarda, em *todas* as direções e a *todos* os aparelhos” (*Ibid.*, p. 10). Para Semprun, o golpe pactuado em abril de 1974 pelo “monstro híbrido burguês-burocrático, com o MFA”, havia sido “selado pelo silêncio do proletariado” (*Ibid.*, p. 11). Porém, a “imensidade da tarefa presente dos trabalhadores portugueses” estava situada em um contexto onde “se desfizeram todas as mediações ideológicas que se interpunham entre eles e o sentido das suas próprias acções” (*Ibid.*, p. 16).

Ao contrário do que se especulava no senso comum jornalístico de então, a *crise generalizada* pela qual passava Portugal e que desde então “abala as sociedades capitalistas, burguesas e burocráticas, do mundo inteiro” (*Ibid.*, p. 19), não era para Semprun uma consequência, mas a causa da queda do fascismo: “o 25 de Abril não deu início à ruína da sociedade portuguesa, encontrou-a quando chegou” (*Ibid.*, p. 20). Os trabalhadores e os soldados recusaram desde o início “as condições que Spínola e os generais de direita tinham posto para a sua adesão ao golpe dos capitães: a continuidade do Estado, *ou seja da sua polícia*” (*Ibid.*, p. 20). Segundo ele, os trabalhadores mais críticos sabiam,

segundo ele, que apenas os “prisioneiros políticos – stalinistas e socialistas” seriam anistiados pela JSN, bem como, por outro lado, “os torcionários [torturadores] da PIDE tiveram que ser salvos do ódio das massas, pela prisão” (*Ibid.*, p. 21). Ao confraternizar-se com os soldados “contra a hierarquia militar” (*Ibid.*, p. 21) nas ruas de Lisboa, o proletariado português avançava uma “crítica do exército, e o exército era então tudo o que restava do Estado português” (*Ibid.*, p. 22), uma afirmação que entra em certa contradição com sua afirmação anterior, calcada nas ilusões do apoio popular e no silêncio do proletariado que até ali havia marcado o processo de libertação do fascismo português pelas mãos do MFA.

Mesmo assim, o proletariado não deixaria de conferir à sua luta “um conteúdo prático que já ultrapassava as frases redundantes sobre ‘a unidade antifascista’” (*Ibid.*, p. 21). Diferentemente das leituras sobre o regime fascista oriundas do antifascismo português de matriz comunista, Semprun salienta o caráter arcaico-moderno do regime salazarista/caetanista, ao lembrar que “o fascismo e as suas instituições políticas arcaicas estavam rodeados na metrópole por condições modernas de exploração capitalista” (*Ibid.*, p. 22).

A guerra do regime salazarista nas colônias da África, em Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, “não somente podia resolver, evidentemente, o problema colonial, mas havia exacerbado todos os outros” na metrópole, como “a oposição reformista tecnocrática” representada pelos estudantes e “a oposição revolucionária proletária à ditadura” representada pelos desempregados portugueses. O MFA, que detinha um duplo objetivo, “pôr fim à guerra colonial e salvar a economia portuguesa”, carregava consigo a contradição de “querer transformar o Estado tendo simultaneamente necessidade de o defender” (*Ibid.*, p. 24). Foi assim, “ao organizarem-se a partir do terreno do Estado contra as lutas dos trabalhadores” (*Ibid.*, p. 26), que a JSN se constituiu, nas palavras de Semprun, numa “nova versão graduada do poder burocrático” (*Ibid.*, pp. 24-25), costurada com socialistas e comunistas e cristalizada na organização do Primeiro Governo Provisório:

Com a esquerda como aliada, o novo Estado arriscava o presente pela tolerância do que sempre fora e seria de novo proibido, com o único fim de assegurar o seu futuro pela preparação de novas leis antioperárias e a criação duma estrutura de partidos e de sindicatos que, sob o signo da “unidade nacional antifascista”, teria de construir a colaboração de classes (*Ibid.*, p. 26).

Durante a euforia do período de libertação, no qual as ilusões dos quarenta e oito anos de enfrentamento político entre fascismo e antifascismo seriam dissolvidas em cerca de quarenta e oito horas, os trabalhadores “só tinham reconhecido aos inimigos o direito de existir a fim de poderem eles mesmos existir”, porém, enquanto “o Estado ganhava tempo, eles queimavam etapas” (*Ibid.*, p. 27).

Quando, no mês de maio, teve início uma “guerra social” aberta entre as classes antagônicas, “burocratas, capitalistas, tecnocratas e militares, e entre eles todos eles e o proletariado” (*Ibid.*, p. 10), a estratégia dos comunistas portugueses consistia, na visão de Semprun, em conjurar o espectro do fascismo enquanto inimigo comum ao Estado e às massas “para que as massas julgassem ter algo em comum com este Estado” (*Ibid.*, p. 28), repetindo assim a estratégia dos comunistas espanhóis durante a guerra civil de 1936-1937. Em 1937, o esquerdista alemão Helmut Wagner alertava precisamente para o fato de que “a causa real da falência interna da revolução espanhola explica-se por sua dependência em relação à ajuda material dos países capitalistas (no caso, o capitalismo de Estado russo)” (1973, p. 220. Tradução nossa). Saliente-se que Semprun, a exemplo dos situacionistas, referia-se aos comunistas vinculados aos PCs generalizadamente como “stalinistas”, assim como o PCP, “último partido estalinista que mantém a ideologia do bolchevismo e apoiando-se numa base essencialmente operária” (1976, p. 40). Do mesmo modo que o movimento real saltava “cinquenta anos em alguns meses”, o PCP se veria constrangido a revelar “a face contra-revolucionária *moderna* do estalinismo, na hora do ‘compromisso histórico’” (*Ibidem*, p. 41).

Semprun realiza ainda algumas análises sobre os meandros das reviravoltas estimuladas pela valsa de golpes e contragolpes (uns bem sucedidos, outros fracassados) que marcam os pontos de virada do processo revolucionário português em dois períodos: do golpe do 25 de abril ao “golpe precipitado” do 28 de setembro de 1974, e deste até o “*putsch* tardio” do 11 de Março de 1975. Como vimos, Semprun finaliza e publica seu livro ainda antes do golpe final do 25 de novembro. Em sua análise estratégica, o primeiro período fora marcado por dois momentos sucessivos:

Se no dia 25 de Abril a classe esquecida da história se encontrava por detrás do MFA, no 28 de Setembro a classe que não esquece a História encontrava-se na sua frente, obrigando os capitães semiesquerdistas que, ao princípio, apenas rodeavam os generais, a encontrarem-se por sua vez subitamente cercados pelos soldados, os marinheiros e as massas. E estas já não eram as do 25 de Abril, intervinham de outra forma e com outra consciência” (*Ibidem*, p. 49).

Já o segundo período, num período de seis meses (do 28 de setembro de 1974 ao 11 de março de 1975), seria marcado por uma “separação definitiva entre a luta política dos diferentes programas de desarmamento das massas e o movimento autónomo das próprias massas” (*Ibidem*, p. 53). Assim, em seu balanço, a “astúcia histórica” demonstrada pelo proletariado no primeiro período, isto é, “o antifascismo tomado à letra e levado às suas últimas consequências práticas”, no segundo período, já não lhe pode “servir porque tem de conhecer e *nomear* os seus novos inimigos, os que ele mesmo produziu, a contra-revolução estalino-militar maçica e poderosa que faz surgir na sua frente (*Ibidem*, pp. 53-54). Deste modo, o segundo período parecia “repetir, salientando-as, as peripécias que só tinham sido esboçadas no decorrer do primeiro” (*Ibidem*, p. 57). As camadas político-partidárias da sociedade, surpreendidas pelo movimento de massas desencadeado no primeiro período, a partir do segundo, passariam a atuar num “novo equilíbrio defensivo que se instaurou no final de Setembro” (*Ibidem*). O 28 de setembro marca, assim, um “período em que tudo parecia recomeçar como um 25 de Abril *controlado burocraticamente*” (*Ibidem*, p. 58). De acordo com sua síntese:

De facto as massas foram as únicas vitoriosas no 28 de Setembro, mas faltou-lhes saberem-no verdadeiramente a fim de utilizarem esta vitória. Não houve vitória da esquerda sobre a direita, mas uma retirada do poder para uma nova linha de defesa. O 28 de Setembro não passou de mais um erro da classe dominante portuguesa; não revelou mas apenas confirmou uma impotência que já estava contida no compromisso do 25 de Abril (*Ibidem*, p. 55).

O insucesso do golpe de 11 de março seria uma consequência necessária, inevitável, da etapa anterior: “o Estado burocrático-militar precisava desta repetição em farsa da comédia do 28 de Setembro para se desligar completamente do seu passado e tornar-se activamente o que já era essencialmente” (*Ibidem*, p. 71). As massas, por sua vez, “não festejaram o 11 de Março, como tinham festejado o 25 de Abril, e não participaram nele como tinham participado no 28 de Setembro” (*Ibidem*).

Na perspectiva estratégica de Semprun, uma das principais razões da derrota da revolução em Portugal deveu-se à “ausência duma corrente radical *organizada* que saiba, em cada momento decisivo do processo, concentrar nalgumas hipóteses e nalguns objetivos práticos o que está em todos os espíritos e já em todas as bocas” (*Ibidem*, p. 54). Do

ponto de vista desta tese, a corrente esquerdista portuguesa foi, não obstante suas debilidades e insuficiências objetivas (quantitativas) e subjetivas (qualitativas), a que mais se aproximou de tais objetivos e tarefas, sobretudo na ação do *Combate*. Era este, afinal, o papel atribuído por Debord ao CDRS, numa retomada da experiência do CMDO em 1968 que, todavia, não lograria o êxito esperado. Já o destino eleitoral do PCP, que havia sido derrotado por PS e PPD nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975, “enfraqueceu-o mais do que meio século de repressão” (*Ibidem*, p. 80). Segundo sua interpretação, “ao votarem nos socialistas, os trabalhadores votaram em primeiro lugar contra os estalinistas” (*Ibidem*).

Semprun concluirá suas reflexões estratégicas levantando hipóteses otimistas, ou superestimadas, sobre as chances de se desenrolar nos meses seguintes “um combate decisivo em Lisboa”, que poderia inclusive reverberar no vizinho ibérico, reativando as “suas velhas recordações e as suas paixões revolucionárias” (*Ibidem*, p. 81). De um ponto de vista histórico mais abrangente, a luta em curso em Portugal era vista por Semprun como nada menos do que “a segunda ofensiva da época revolucionária que começou em 1968” (*Ibidem*), porém, com uma diferença substancial: enquanto a primeira ofensiva “ridicularizara todas as ilusões da época precedente, todas as ilusões sobre a estabilidade da ordem existente”, a segunda “ridiculariza todas as ilusões sobre a instabilidade posterior, todas as ilusões sobre a revolução” (*Ibidem*). Ilusões das quais o próprio otimismo de Semprun não escaparia totalmente, conforme a história viria comprovar logo nos meses seguintes à publicação d’*A guerra social em Portugal*.

A natureza otimista do panfleto se deve prioritariamente ao fato de que se trata de um texto político de intervenção, publicado antes da conclusão do processo revolucionário, enquanto as possibilidades revolucionárias, de acordo com Semprun, ainda permaneciam entreabertas: “os proletários portugueses precipitaram o curso da história moderna. Podem precipitá-lo ainda mais, e até vencer” (*Ibidem*, p. 81). Um texto dessa natureza, escrito e publicado durante o calor dos acontecimentos, e desde um ponto de vista explicitamente revolucionário, em princípio não deveria incorrer no erro lógico de dissuadir os proletários no sentido de não fazerem a revolução, mas justamente o contrário, o que explicaria seu tom não apenas otimista, como grandiloquente: com a revolução portuguesa, dirá Semprun, “o proletariado mundial alcançou um novo ponto de partida de importância histórica universal” (*Ibidem*).

5.3. A dialética do possível-impossível de Phil Mailer

Como vimos, dois elementos foram fundamentais para o estabelecimento de fortes laços solidários entre revolucionários de França e Portugal, tanto em 1968 quanto em 1974: a existência de grupos de apoio e proteção aos refugiados do salazarismo em França, bem como a troca de experiências entre duas experiências revolucionárias distintas, mas que assumiam feições modernas e avançadas muito semelhantes. Estas duas condições estão ausentes em relação aos países britânicos. Isto não impediu, contudo, a solidariedade entre revolucionários de ambos os países. É o caso do pró-situacionista irlandês Phil Mailer e do conselheiro inglês Chris Pallis, fundador do *Solidarity*, grupo britânico cuja trajetória política seguia os passos do *Socialisme ou Barbarie*, do trotskismo para o conselhismo.

Do *King Mob* ao *Combate*

Mailer nasceu na Irlanda, em 1946, transferindo-se para Portugal nas vésperas do 25 de Abril de 1974, onde lecionava inglês numa das principais escolas de língua de Lisboa, a convite de alguns amigos portugueses, ativistas e desertores, que havia conhecido em sua passagem por Paris no ano de 1973, onde “havia sofrido a influência dos situacionistas em 1968” (MAILER, 2018, p. 6).

Antes disso, Mailer havia passado por Estados Unidos e Inglaterra, onde “trabalhara com o grupo pró-situacionista *King Mob*” (*Ibidem*, p. 6), formado em 1968 e dissolvido em 1969 por antigos membros da seção britânica da IS, como Timothy Clark, Christopher Gray, Donald Nicholson-Smith e Charles Radcliffe que, excluídos da organização em dezembro de 1967,³⁶⁷ possuíam laços com o grupo britânico *Solidarity*, além do nova-iorquino *Black Mask*, formado em 1966 e renomeado como *Up Against the Wall, Motherfucker* em 1968:

Nessa época eu havia conhecido alguns dos membros do *King Mob* (...) e participei de algumas atividades, como a ocupação da *Powis Square* em *Notting Hill*, transformando um parque privado fechado em um parque infantil público. Participei também do movimento dos *Squatters*. (...) Acompanhamos de perto os eventos de Maio de 68 e passei uma semana em Paris, no início de junho, onde nos encontramos com vários ativistas.³⁶⁸

³⁶⁷ Cf. Raspaud; Voyer, 1972.

³⁶⁸ Depoimento, 02/05/2020.

As relações dos situacionistas com os grupos pró-situacionistas britânicos radicados nos Estados Unidos eram pouco amistosas. Debord, por exemplo, considerava os ativistas do *Black Mask* uns “surrealistas cretinos”, enquanto Vaneigem, numa viagem a Nova Iorque em novembro de 1967, se recusou a encontrar-se com Ben Morea, uma de suas lideranças.³⁶⁹ De acordo com Mailer:

A seção inglesa da IS tinha criado o *King Mob* em Londres. Chris Gray, que mais tarde se tornaria um místico, estava muito influenciado pelo *Black Mask* e Ben Morea, publicando uma edição do *King Mob Echo* (nº 2) sobre eles. Quando Vaneigem foi a Nova York para visitar o *Black Mask*, havia diferenças muito marcantes entre as preocupações mais intelectuais de Vaneigem e a cultura intervencionista *Yippie/Dadaísta* de Ben Morea, tanto que os dois não conseguiam realmente se entender. Quando Vaneigem retornou a Paris, a IS exigiu que a seção inglesa (Chris Gray, Donald Nicolson Smith e Tim Clarke) se distanciassem do *Black Mask* e quando recusaram foram excluídos da organização. Toda a questão era marginal e muito distante do movimento operário da época, no qual grupos como o *Solidarity* e o ICO estavam mais interessados. Embora a crítica à Arte e à Cultura tenha sido muito importante neste momento da história e tenha sido um elemento chave do movimento de Maio de 1968, ela tendeu a dominar em detrimento do movimento operário generalizado que estava ocorrendo nesta época. Sempre me interessei pelas duas vertentes, assim como outros membros do *King Mob* (como os irmãos David e Stuart Wise, por exemplo).

Durante o curso da revolução portuguesa de 1974-1975, Mailer e Júlio Henriques, então membro do *Combate*, tentam estabelecer um contato direto com Debord, pois eles acreditavam que o antigo situacionista poderia se interessar pelos jornais editados pelo grupo português, especialmente as entrevistas que realizavam com os trabalhadores, porém, “isso não aconteceu”, pois “nunca houve uma resposta” da parte de Debord.³⁷⁰

Após ter conhecido Chris Pallis e outros membros do *Solidarity* em Lisboa, “depois de 1974”, Mailer passa a colaborar com este grupo que, formado em Londres em 1960, também surge, a exemplo do francês *Socialismo ou Barbárie*, de uma cisão com o trotskismo, sendo muito influenciado pelo grupo de Castoriadis e Lefort. Apesar de nunca ter pertencido formalmente à organização, Mailer estava ciente dos panfletos do *Solidarity*, que considerava algumas das melhores publicações do Reino Unido na época. Na sua perspectiva, os franceses do *SouB*:

³⁶⁹ Cf. Trespeuch-Berthelot, 2015.

³⁷⁰ Depoimento, 02/05/2020.

Reorientaram radicalmente a teoria revolucionária crítica, afirmando como a mudança social emergiu das lutas das pessoas comuns e da vida cotidiana. Criticavam um mundo dividido em dois campos burocráticos, o capitalismo e o capitalismo de Estado, e insistiam que a única solução seria a autogestão dos trabalhadores. O *Solidarity* foi uma versão em inglês disso, idealizado por Maurice Brinton [Pallis] e Ken Weller, entre outros.³⁷¹

Apesar da tentativa de estabelecer um contato entre Debord e o jornal *Combate*, sabe-se que a IS dirigia duras críticas tanto a Brinton (Pallis) e ao *Solidarity*, quanto a Cardan (Castoriadis) e o *SouB*. Numa crítica ao ICO (uma dissidência de ILO, por sua vez dissidência do *SouB*), os situacionistas acusavam os britânicos do *Solidarity* de “exigirem o boicote aos situacionistas” (IS, 1997, p. 560) nas reuniões periódicas organizadas pelo grupo. Apesar de reconhecer que o grupo britânico era constituído por “operários bastante combativos”, os situacionistas criticavam o papel preponderante do “Doutor C. Pallis”, então chamado de “especialista da não autoridade”, no controle da organização. Mais do que isso, acusavam Pallis de introduzir na Inglaterra as teses de Cardan, o “principal pensador da *débâcle* de *Socialismo ou Barbárie* na França (...), escolhendo sobretudo seus textos menos decompostos, escritos anos antes, e escondendo o seu movimento” (*Ibid.*). “Cardan” é o pseudônimo adotado por Castoriadis quando ele passa a realizar um “reexame” do marxismo, abandonando o pseudônimo “Chaulieu”, do período marxista. Para os situacionistas, o “vazio revolucionário” no pensamento de Cardan seria preenchido pelo abandono de “toda distinção com qualquer sociologia reinante” (*Ibid.*).

É muito provável que Debord soubesse da existência do *Combate*, mas que também identificasse na publicação muitos dos problemas verificados nas tendências conselhistas do esquerdismo francês por volta de 1968, de grupos dissidentes do *SouB*, como PO, ILO e ICO, entre outros. Os situacionistas acusavam estes grupos de uma “desconfiança da teoria”, o que os levavam a considerar, de modo geral, a IS como um grupo demasiado elitista, em razão de seu elevado desenvolvimento teórico. A ausência de um tal desenvolvimento próprio a tais tendências as limitavam, segundo os situacionistas, a uma “exigência purista da autonomia operária absoluta e sem ideias”. Eles acusavam os grupos conselhistas de retirarem toda a sua experiência das derrotas passadas do proletariado, e das lições legadas pelos teóricos do comunismo de conselhos da primeira metade do

³⁷¹ *Ibidem.*

século XX: “se tem Rubel, se tem Mattick, etc., e cada um tem seu Dada” (*Ibid.*), provocavam os situacionistas ao final de 1964.³⁷²

A partir de 1974, Mailer vai colaborar ativamente com o jornal *Combate*, e com a livraria e editora Contra a Corrente. Sua aproximação do *Combate* foi motivada pelo fato de “os seus colaboradores entrevistarem trabalhadores em autogestão, nas fábricas e no campo, publicando os textos das entrevistas em sua integralidade, com todas as coisas boas e más, além de organizarem mesas-redondas com várias comissões de trabalhadores” (*Ibidem*, p. 6).



À esquerda, a edição norte-americana de *Portugal: The Impossible Revolution?* (1976)
À direita, a edição portuguesa de *Portugal: A Revolução Impossível?* (1978)

Em 1976, Mailer escreve *Portugal: The Impossible Revolution?* com base em “apontamentos registrados à pressa durante o período que mediou entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975” (*Ibidem*, p. 5). Foi publicado em inglês primeiramente pelo grupo britânico *Solidarity*, depois, nos Estados Unidos, pela *Free Life Editions* e, no Canadá, pela *Black Rose*. Em Portugal, seria traduzido e publicado em 1978 pela editora Afrontamento, juntamente com uma introdução de Brinton, do *Solidarity*. O livro ganhou novas traduções e edições nos anos 2010, pela editora norte-americana *PM Press* (2012),

³⁷² “Lire I.C.O.”. *International Situationniste*, nº 11, out. 1967.

pela espanhola *Editorial Klinamen* (2015), pela portuguesa Antígona (2018)³⁷³ e pela francesa *Les Nuits Rouges* (2019).³⁷⁴ Mailer assim resume o papel que este livro teria na sua aproximação com o grupo de Brinton:

O livro foi publicado pela primeira vez pelo *Solidarity*, em Londres em 1977, com a ajuda financeira de algumas edições da *Free Life* em Nova York e da *Black Rose* no Canadá, assim como de outros, como os *Wise Brothers* em Londres, que colocaram algum dinheiro que haviam ganho como trabalhadores da construção civil. Assim, de certa forma, tornou-se um livro do *Solidarity*.³⁷⁵

Tal percurso levará Mailer ao epicentro da revolução portuguesa, mais especificamente ao núcleo de sua corrente mais radical que, reunida em torno do *Combate*, amalgamava indivíduos pró-situacionistas e conselhistas de diversas origens. É justamente este ponto de vista direto e imediato dos acontecimentos que o levará a situar a revolução portuguesa de 1974-1975 numa dialética entre o possível e o impossível, como procuramos demonstrar na sequência.

Dialética do possível-impossível

Quando o movimento de ocupações de universidades e fábricas de maio-junho de 1968 atingia e paralisava todos os setores da vida social francesa, uma palavra de ordem se destacaria, entre tantas outras: “Sejam realistas, exijam o impossível” [*Soyez realistes, demandez l'impossible*]. O real significado histórico desta palavra de ordem representava, para os seus criadores, justamente a necessidade sentida por eles de se insurgirem contra todas as mediações políticas, inclusive as ditas revolucionárias, sindicais e partidárias, em especial dos aparelhos da CGT e do PCF. De acordo com um relato de Michel Leiris (2003), escritor próximo do surrealismo e do Colégio de Patafísica, a fórmula “Sejam realistas, exijam o impossível” foi criada coletivamente no seio do Comitê de Ação Escritores-estudantes, sediado nas dependências do *Censier*. Tal palavra de ordem teria sido inspirada, segundo outro protagonista daqueles acontecimentos, pelo discurso de um sindicalista vinculado à CGT que, hegemônica pelo PCF, no início da crise revolucionária

³⁷³ Esta nova edição portuguesa traz uma nova tradução e uma introdução inédita do autor. Além disso, Mailer revela que a edição de 1978 era “apenas parcial, e a tradução insatisfatória” (2018, p. 5).

³⁷⁴ O título da edição francesa foi alterado para *Histoire de la révolution portugaise de 1974*.

³⁷⁵ Depoimento, 02/05/2020.

advertia aos operários de que era preciso “ser realista, e não exigir o impossível” (MASCOCO, 1984). Outra fonte de inspiração possível, porém não comprovada por nenhum ator diretamente vinculado ao movimento, também poderia residir na declaração do anarquista russo Mikhail Bakunin a respeito da revolução detonada em Paris em fevereiro de 1848, onde “o inacreditável tornava-se habitual” e “o impossível, possível”.

Lênin foi o principal mentor e articulador da exclusão das alas minoritárias que ainda carregavam a ilusão de “exigir o impossível” por dentro do movimento comunista internacional, em sua dupla forma de organização, sindical e partidária, durante o período de bolchevização ou “russificação” da Terceira Internacional, sobretudo a partir de 1921. Tal processo foi centralmente motivado pelo questionamento que as alas minoritárias do movimento, principalmente de países ocidentais como Holanda, Alemanha, Inglaterra e Itália, voltavam contra a legitimidade da “política de compromisso” leninista. Há cem anos, no panfleto *Esquerdismo: doença infantil do comunismo* (1920), preparado para o II Congresso da Internacional Comunista, Lênin dirigia-se principalmente contra “os esquerdistas da Alemanha”, que “tomaram o seu desejo, a sua atitude político-ideológica pela realidade”. Na crise francesa de maio-junho de 1968, o movimento inverteria o sentido da crítica leniniana em seu favor, ao convertê-la nas palavras de ordem “Tomem seus desejos pela realidade” [*Prenez vos désirs pour la réalité*], ou “Não tomem seus desejos por banalidades” [*Ne prenez pas vos désirs pour des banalités*]. É por este motivo que Jean Rabaut (1974), em seu estudo sobre a atuação dos “esquerdistas” franceses entre 1929-1944, deu a ele o título de *Tout est possible!* [Tudo é possível!], e Peter Marshall nomeou sua História do Anarquismo justamente de *Demanding the impossible* (1992) [Exigindo o impossível].

No léxico da tradição comunista, desde Marx e Engels, dá-se o nome de “utopismo” aos projetos de transformação social cuja realização é considerada impossível pela “análise materialista” do partido, que assim define o que é possível e o que não é de se realizar em nome do proletariado. Trata-se da lei de bronze do “realismo” e do “realizável”, em oposição, portanto, ao princípio utópico-concreto da esperança, conforme a formulação do teórico-crítico alemão Ernst Bloch. No panorama político do século XX, por diversas vezes e em diferentes países, os dirigentes comunistas lutaram para enquadrar ou reprimir abertamente as aspirações, sonhos e desejos de emancipação proletária que ultrapassavam os limites daquilo que o partido definia como possível e realizável.

Isto pôde acontecer porque, nas sociedades capitalistas, o possível se encontra submetido ao permitido. Se por um lado o desenvolvimento das forças produtivas torna

possível a realização de novas formas de vida, contudo, estas permanecem interdidas pelas relações de produção capitalistas existentes. Entretanto, também é verdade que “as condições materiais (incluindo as condições culturais) influenciam o que pode e o que não pode ser feito, mas não o determinam em nenhum sentido unívoco” (2018, p. 378), conforme salientou Brinton em seu Prefácio de 1978 ao livro de Mailer (1976). Afinal, mulheres e homens sempre sonharam sonhos considerados “impossíveis” mas que, em períodos de ascensão revolucionária, foram materializados pela ação coletiva, dando corpo a seus desejos e expectativas. É nesses momentos que os seres humanos se tornam sujeitos potenciais da história, contrariando a condição de espectadores que os senhores de todas as épocas lhes impõem. Se seus objetivos parecem irrealizáveis, ou impossíveis de se atingir em períodos de refluxo ou descenso revolucionário, isto não significa que seus desejos e expectativas de autoemancipação tenham sido abandonados. Nas palavras de Brinton:

Palavras como “possível” e “impossível” têm uma dimensão histórica e uma dimensão imediata. O que hoje é impossível pode tornar-se realizável amanhã (...) Declarar uma revolução “impossível” pode, em determinadas circunstâncias, contribuir para a impedir (2018, p. 377).

É em razão desta problemática histórica de fundo que, segundo o próprio Mailer, “houve debates infundáveis, que atravessaram continentes, sobre se a palavra [impossível] devia ser seguida de um ponto de interrogação” (*Ibidem*, p. 9) no título de *Portugal: The Impossible Revolution?* No Prefácio redigido pelo autor para a nova tradução portuguesa de 2018, Mailer reafirma a necessidade de tal interrogação: “continuo a defender que sim” (*Ibidem*). Todavia, seu livro de 1976 não geraria um debate somente em torno das possibilidades e/ou impossibilidades de vitória da revolução proletária em Portugal, como também um “diálogo” sobre autonomia proletária, entre Mailer e os editores da *Subversão Internacional*, que intitularam sua crítica justamente de “A impossível revolução portuguesa” – sem ponto de interrogação.

A revolução impossível? dirigia-se, segundo o seu autor, ao público anglo-americano, “que não tinha vivido diretamente as esperanças e alegrias desse tempo no seu quotidiano” (*Ibidem*, p. 5). Seus capítulos seguem o fio cronológico dos grandes acontecimentos, sem contudo abrir mão de abordar aspectos das lutas que diferem das abordagens focadas exclusivamente nos “conflitos interpartidários predominantes” (*Ibidem*, p. 6). De acordo com Brinton, o livro “não é só um relato arguto de acontecimentos reais. É uma

tentativa de fazer um novo tipo de historiografia” (2018, p. 358). Em sua narrativa, Mailer divide o processo revolucionário português em basicamente três tendências:

As várias ideologias (e partidos) de capitalismo de Estado; a defesa de um regime de democracia parlamentar-liberal, protagonizada pelos socialistas e os partidos à sua direita; e finalmente, os vários ensaios de democracia directa, que pretendiam aumentar a influência dos trabalhadores desde a base, sem intermediários (*Ibidem*, p. 7).

Sua tese central é a de que a dependência econômica e o isolamento revolucionário constituíram os fatores determinantes para a derrota da revolução: “Portugal não podia fazer a revolução sozinho, dada a dependência do país relativamente ao comércio e ao investimento estrangeiros, bem como desanuiamento que se verificava entre os EUA e a URSS” (*Ibidem*, p. 9); além disso, “durante os meses cruciais, o rastilho espanhol não se ascendeu” (*Ibidem*, p. 361) – conforme salientou Brinton em apoio à tese central de Mailer. Outro elemento fundamental de sua perspectiva, associado ao anterior, reside na percepção de que “os revolucionários – na sua grande maioria – eram parte do problema, e não da solução” (*Ibidem*, p. 354), entendendo tais revolucionários como os militantes profissionais dos partidos que defendiam o capitalismo de Estado como via de resolução da crise revolucionária. Esta seria a dupla impossibilidade, objetiva e subjetiva, da revolução proletária vencer em Portugal: “este proletariado continua a existir, subjectivamente desejando um fim para estas relações sociais de produção, sem bem que, objectivamente, isso não possa no momento ser possível” (1979b, p. 22). Na perspectiva de Mailer, subjetividade e objetividade, o possível e o impossível não são compreendidas como entidades separadas, mas “estão relacionadas, se de facto elas não são uma e mesma coisa” (*Ibidem*).

Será justamente tal concepção que se tornará objeto de crítica dos editores da revista *Subversão Internacional*, que todavia não deixavam de considerar o livro de Mailer a “contribuição mais útil” (1979b, p. 18) publicada em Portugal sobre a revolução:

Phil Mailer dá conta de algumas ambiguidades, de certas fraquezas e incapacidades do movimento proletário. Mas estas últimas, sobretudo, parecem entroncar, na sua visão crítica, sobretudo na questão do confinamento do movimento revolucionário à região portuguesa, e, por isso, na sua inevitável asfixia pelo mercado internacional (*Ibidem*).

Apesar de destacarem o comprometimento crítico do autor com o “movimento social autônomo emergente”, que o conduz a uma análise desmistificada dos acontecimentos, os editores de SI julgam que tal comprometimento não teria sido suficientemente crítico, sobretudo por se voltar mais a uma crítica (todavia útil e legítima) “das instâncias políticas comuns”, do que a uma “crítica do próprio movimento proletário” (*Ibidem*). Para SI, Mailer imputa basicamente ao primeiro elemento a derrota proletária, quando a “*impossibilidade* da revolução em Portugal (...) ficou a dever-se, *antes disso*, às insuficientes exigências revolucionárias de que o movimento deu provas” (*Ibidem*).

A crítica de SI revela, ao mesmo tempo, uma autocrítica de seus editores, que julgavam não se situar, de modo aristocrático, “fora ou acima de um movimento que foi, em toda a sua riqueza possível, apesar disso estrategicamente pobre” (*Ibidem*). Ela insinuará principalmente na constatação situacionista, de acordo com a qual “a organização revolucionária (...) não pode, sob pena de o não ser, de ficar aquém do seu projecto, dotar-se de meios alienados para combater a alienação” (*Ibidem*).

De acordo com SI, Mailer opera um recorte entre o “político” e o “social”, isto é, entre as representações leninistas do proletariado e o movimento proletário real que, de certo modo, o permitira “condenar” as primeiras e “absolver” o segundo. Com efeito, segundo o esquerdista irlandês, “todos os partidos estabelecidos foram ultrapassados pelos acontecimentos e mostram-se incapazes de enfrentar a situação. (...) Os trabalhadores, quilômetros mais à frente, exigem um salário mínimo e um longo rol de reivindicações ‘práticas’” (2018, p. 36). SI julga, por sua vez, “excessiva” e “otimista” a suposição de que as “reivindicações operárias dos operários” seriam mais “avançadas” do que as “reivindicações políticas dos políticos”, na medida em que “a *dependência* do movimento proletário em relação aos poderes separados que se foram sucedendo é disso a prova mais insofismável” (1979b, p. 19). Para SI, o proletariado português simplesmente não *quis* realizar o comunismo e superar o capitalismo, enquanto as organizações partidárias realizavam uma “crítica ainda largamente capitalista do capitalismo” (*Ibidem*), porque:

A organização prática do movimento real de subversão não foi capaz de se definir (e só poderia definir-se por aquilo que fizesse) de modo suficientemente revolucionário enquanto instituição de luta, muito simplesmente porque o conteúdo da luta que a produzia era ainda basicamente o do desenvolvimento da economia (1979b, p. 20).

Ou seja, a autonomia proletária realmente atingida foi, todavia, relativa e parcial, pois se manteve *dependente* das formas de hetero-organização partidárias e sindicais, inclusive nas comissões de trabalhadores e na experiência da Inter-Empresas, uma tentativa de federação dessas diferentes comissões. No início da revolução, os militares venceram o proletariado e, em seu desfecho, com a reorganização do Estado, a democracia venceria a autonomia proletária. Assim, “o movimento proletário não alcançou a autonomia suficiente para ter como projecto declarado a abolição do Estado, quer dizer, a abolição de suas *dependências*” (*Ibidem*). Tal movimento se restringiu, segundo SI, a “apanhar boleia no comboio dos militares coloniais sublevados” e, porque “o favor fora demasiado grande, não podia mostrar-se mal agradecido” (*Ibidem*). Não podia, deste modo, expulsar o maquinista do comboio e tomar o seu controle, nem dar um salto para fora dele.

É nesse sentido que SI pretendeu fornecer uma solução para o enigma de Mailer, calcado na dialética do possível-impossível: “se dizemos que a revolução portuguesa foi impossível, é para assinalarmos a presença da sua possibilidade” (*Ibidem*).

Na sua réplica, Mailer apontará em SI a manifestação de “um elitismo bastante comum entre intelectuais”, pois considera “fácil criticar os falsos começos e a incapacidade de realização do projecto [de revolução proletária], como certas publicações virtuosas revolucionárias às vezes fazem” (*Ibidem*, p. 22). Mailer possui uma noção diferente de autonomia do proletariado, em relação àquela defendida por SI. Retomando Debord, para quem os projetos revolucionários burgueses e proletários carregam uma diferença fundamental, de ordem qualitativa, Mailer dirá que “o proletariado, como classe, é um projecto, ao passo que a classe operária é apenas uma condição social” (*Ibidem*). Argumenta que o foco do seu livro reside justamente nos momentos em que se deram a passagem da classe operária, por meio de suas lutas autônomas, para a sua constituição em proletariado, não obstante seus limites, contradições e fraquezas: “o simples facto de o terem feito, e de o fazerem de modo independente (...) apontam para a existência de um proletariado autónomo em formação”. É justamente nessa dialética, “neste crescimento do proletariado, que o meu livro tenta situar o movimento de 1974-1975 em Portugal” (*Ibidem*). Vimos que, no entendimento de SI, diferentemente de Mailer, o proletariado português havia sido derrotado por sua suposta falta de perspectiva, ou incapacidade de se posicionar de maneiras mais radicais:

A impossibilidade da revolução em Portugal – da revolução proletária, comunista – ficou a dever-se (...) às insuficientes exigências revolucionárias de que o movimento deu provas. Antes de ser vencido pelo exterior, ele foi-o, na realidade, *por dentro*, a partir do cerne da sua própria dinâmica estratégica, por não ter podido elevar-se a uma crítica suficientemente radical do mundo, a uma visão do que seria necessário negar e destruir (*Ibidem*, p. 18. Grifos no original).

Em sua réplica, Mailer reitera que o movimento de expansão do proletariado foi efetivamente “estrangulado” pelo capital internacional: “a ideia de que o movimento foi derrotado *primeiramente dentro de Portugal* só é correcta na medida em que o capital tinha os seus representantes também dentro do país”, e na medida em que os setores não proletários da sociedade portuguesa (pequenos agricultores, tecnocratas, empresários, comerciantes, etc.) se encontravam totalmente dependentes dos “mercados e fornecedores internacionais” (*Ibidem*). Mailer concebia o proletariado, como vimos, não como uma classe constituída, mas sobretudo como “uma tendência, um projecto, que cresce pouco a pouco, que aprende através dos erros cometidos, rejeitando todas as condições sociais de sua miséria passada, económica e psicológica, alcançando a consciência de si próprio” (*Ibidem*).

No plano subjetivo, no que tange especificamente o problema da consciência (de classe, histórica ou revolucionária), os editores de SI entendiam que o proletariado simplesmente *não quis* abolir o Estado em 1974-1975, enquanto Mailer reiterava, em sua réplica de 1979, que “largas fracções do proletariado mostraram que *queriam* o comunismo em Portugal, mostrando-o através de actos” (*Ibidem*, p. 22. Grifos nossos). Não se tratava, para o ex-membro do *Combate*, de minimizar os erros cometidos pelo proletariado em suas lutas, conforme a interpretação dos editores de SI, mas antes de indagar sobre a sua capacidade concreta (ao mesmo tempo objetiva e subjetiva) de evita-los.

Mailer revela ainda que se absteve de responder algumas críticas sobre seu livro surgidas em publicações canadenses, norte-americanas e inglesas, “principalmente porque as ideologia fechadas dessas publicações (anarquistas, marxistas-leninistas, trotskistas, etc.) não permitem o diálogo e só estão abertas na medida em que são recuperadoras” (1979b, p. 21). Com SI, entretanto, o diálogo era política, social e ideologicamente possível, afinal ambos se moviam na mesma corrente esquerdista. Nesse sentido, afirma não pretender “*encerrar* uma questão” mas, ao contrário, propor um “diálogo” com os editores de SI, porque “é o diálogo, quando ele é possível, que me interessa” (*Ibidem*, p. 25).

Porém, o “diálogo possível” com SI não passaria de um “possível diálogo”, que no entanto não aconteceu.

5.4. O ceticismo de Chris Pallis (Maurice Brinton)

Sendo um dos fundadores do *Solidarity*, Christopher Agamemnon Pallis, ou apenas Chris Pallis (1923-2005), fez uso do pseudônimo “Maurice Brinton” para traduzir e escrever, entre 1960 e princípios dos anos 1980, seus textos de crítica social e orientação conselheira e libertária. Nascido na Índia e tendo se escolarizado quase integralmente na Suíça, tornou-se fluente em francês e grego. Ingressou na Universidade de Oxford em 1941 para estudar Medicina, quando entra para o Partido Comunista da Grã-Bretanha, de onde seria expulso rapidamente, por suas críticas ao papel do partido no início da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, adere ao trotskismo e apoia, até 1946, o *Revolutionary Communist Party*.

Após um distanciamento temporário da política, em 1957 Pallis adere ao *Club*, um grupo de orientação trotskista que, em 1959, se transformaria na *Socialist Labour League* (SLL). No entanto, um novo giro à esquerda ocorre em seu percurso, quando ele é expulso da SLL, em 1960, e forma imediatamente uma dissidência com outros ex-membros da Liga, o *Solidarity*. Mais tarde, Pallis será celebrado na Inglaterra como autor do conceito de “morte cerebral”, tal como ele o expôs em *ABC of Brainstem Death*, de 1985, ou no verbete *Morte* da Enciclopédia Britânica. Também será autor de análises políticas que se tornariam clássicas do esquerdismo europeu em seu período de retorno, como *Paris: May 68* (1968),³⁷⁶ *The Bolsheviks and Workers Control (1917 to 1921): The State and Counter-revolution* (1970)³⁷⁷ e *The irrational in politics* (1975), além da sua significativa Introdução ao livro de Mailer sobre a revolução portuguesa, da qual nos ocuparemos nesta sessão.

Solidarity-Lisbon

O *Solidarity* surgiu em 1960, reunindo uma dissidência da SLL, organização trotskista liderada por Gerry Healy. A exclusão da organização deveu-se a uma acusação de anti-trotskismo por parte de Chris Pallis, Mike Dey, Dan Kane, Tony Woodwise, Graham Childs, John King, Ken Weller, entre outros indivíduos que liam a revista *Socialisme ou*

³⁷⁶ *Paris: Maio de 68*. São Paulo: Conrad, 2008.

³⁷⁷ *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

Barbarie, fundada na França em 1948 por Castoriadis e Lefort, ela própria surgida de uma ruptura com o trotskismo. Mailer explica este movimento:

Trotsky tinha uma crítica a Stálin mas não a Lênin e os trotskistas tinham a mesma ideia de construir o partido de vanguarda. Isto levou a cenários ridículos, com grupos trotskistas como os *International Socialists* infiltrando-se no *Labour Party* ou fingindo ser outra coisa. O SouB criticou isso repetidamente em sua revista ao longo dos anos 1948-1967, que foi recentemente republicada como uma Antologia. Eles reorientaram radicalmente a teoria revolucionária crítica, afirmando como a mudança social emergiu das lutas das pessoas comuns e da vida cotidiana. Criticavam um mundo dividido em dois campos burocráticos, o capitalismo e o capitalismo de Estado, e insistiam que a única solução seria a autogestão dos trabalhadores. O *Solidarity* foi uma versão em inglês disso, idealizado por Maurice Brinton e Ken Weller, entre outros.³⁷⁸

Este grupo editará um boletim mensal primeiramente intitulado *Agitator for Workers' Power* [Agitador pelo poder dos trabalhadores], que meses depois será renomeado como *Solidarity for Workers' Power* [Solidariedade para o poder dos trabalhadores]. É então que a coletividade passa a ser reconhecida internacionalmente simplesmente como *Solidarity*. Esta foi uma organização que confederava uma dezena de pequenos grupos autônomos, como o *Solidarity-London*, o *Solidarity-Aberdeen*, o *Solidarity-Leeds*, e assim por diante. Seu funcionamento se assemelhava à experiência francesa do ICO, o que levaria inclusive a um encontro entre representantes dos dois grupos em Paris, no ano de 1964, no qual se verificou uma convergência entre suas perspectivas. Contudo, os britânicos pretendiam desenvolver suas lutas também no plano teórico, uma tarefa todavia rejeitada pelos franceses, como Henri Simon e Cajo Brendel.

Solidarity será responsável por difundir em território britânico os textos de Castoriadis, mantendo uma constante correspondência com seus membros e chegando a participar eventualmente de suas reuniões em Paris. Por sua vez, Castoriadis também se reuniria com os membros da organização britânica em Londres, no início da década de 1960. Diferentemente do grupo francês, *Solidarity* se beneficiou dos avanços teóricos desenvolvidos sobretudo por Castoriadis, nos duros debates do final dos anos 1940 e 1950 sobre as heranças leninista e trotskista. Por outro lado, o grupo procurou envolver-se diretamente nas lutas de sua época, seja dos movimentos operário e estudantil, seja nos novos

³⁷⁸ Depoimento, 02/05/2020.

movimentos sociais surgidos nos *sixties*, como o movimento antinuclear (BOURSEILLER, 2003), na tentativa de colocar em prática as ideias que se discutiam no plano teórico.

Seu contato com Portugal e a revolução de 1974-1975 começa em abril de 1974, quando Phil Mailer envia-lhe uma carta. Nesse período, o pró-situacionista irlandês chega a colaborar para o *Solidarity* com um artigo,³⁷⁹ enquanto Pallis analisava minuciosamente o manuscrito do livro de Mailer, e o núcleo editorial do grupo preparava a sua impressão, que só ocorrerá em 1976. Por meio daquele manuscrito, Pallis ficará muito familiarizado com a Portugal revolucionária, ao ponto de propor a escrita de um Prefácio, que será acolhido com entusiasmo por seu *comrade* irlandês e publicado na edição portuguesa de 1978. A convite de Mailer, Pallis e sua companheira Jeanne viajarão para Lisboa somente em setembro de 1975, no fim do chamado “verão quente”, como observadores do *Solidarity* londrino. Durante os dez dias de sua curta estadia em Lisboa, Pallis participará do Segundo Congresso dos Conselhos, realizado no Instituto Superior Técnico, um evento segundo ele “repleto de leninistas de hoje a sonhar com Smolny e Putilov, por entre a parafernália da televisão moderna” (2018, p. 359). Na ocasião, Pallis será apresentado por Mailer a João Bernardo e outros membros do *Combate*, com quem conversariam sobre os impasses do momento.

Entre otimismo e pessimismo

No Prefácio ao livro de Mailer, Brinton destaca a tensão central que domina toda a sua narrativa, entre as possibilidades e impossibilidades de realização da revolução em Portugal, “tendo como pano de fundo uma realidade social e económica que colocava limites ao que podia ser realizado” (2018, p. 357). Trata-se, para Brinton, de assinalar na obra de Mailer justamente o que chamamos acima de “dialética do possível-impossível”. Em outras palavras, como vimos, tratava-se de compreender, mais do que julgar, de que maneira as possibilidades para uma transformação revolucionária da sociedade portuguesa, apesar de estarem presentes, seriam contudo “impossibilitadas” por uma série de condicionantes econômicas, políticas, culturais e históricas, que Brinton procura elencar e comentar criticamente ao longo de seu Prefácio. Afinal, tratava-se de compreender que “o avanço da classe operária foi bloqueado por um conjunto de fatores importantes para todos os envolvidos na dinâmica da revolução” (*Ibidem*, p. 361).

³⁷⁹ Trata-se do texto “*Portugal: North and South*”, publicado no terceiro número (oitavo volume), de dezembro de 1975, dedicado especialmente à revolução portuguesa.

Assim, a problemática central que orienta sua perspectiva será guiada pela seguinte questão: “por que razão o processo revolucionário não avançou mais em Portugal?” (*Ibidem*, p. 359). Para responde-la, Brinton parte das enormes contradições acumuladas em meio século de salazarismo, que viriam à tona no momento de sua queda:

Os objetivos dos que se opunham à velha sociedade eram díspares. Por várias razões, diversos grupos queriam pôr fim à guerra colonial, à inutilidade de um longo período de serviço militar obrigatório, à censura e à ubiquidade da odiada PIDE. Mas o consenso não ia além disso (*Ibidem*, p. 361).

Após o 25 de Abril, o ímpeto revolucionário do proletariado português seria aplacado, na medida em que “a classe dirigente foi conseguindo restabelecer a sua ordem, a sua disciplina, a sua propriedade da terra, das casas e das fábricas, e, com um misto de coerção e cooptação, a produtividade dos ‘seus’ trabalhadores” (*Ibidem*).

Mas Brinton avança também uma crítica do próprio movimento proletário, cuja ausência seria apontada pelos editores de SI como sendo o grande hiato do livro de Mailer. Na perspectiva de SI, existe uma contradição central entre as perspectivas “pessimista” de Brinton e “optimista” de Mailer. De fato, se Mailer compreendia que “os trabalhadores, dada a abertura existente (a indecisão da classe dirigente) tinham uma certa liberdade para avançar; se o comunismo fosse possível apenas pela vontade dos trabalhadores portugueses, não há dúvida de que teria sido instituído” (1978, p. 92),³⁸⁰ de acordo com Brinton:

Uma revolução social não é apenas uma resposta reflexa às injustiças e opressões de uma ordem existente. Semelhante resposta pode levar uma sociedade a soçobrar, mas não assegura a sua substituição por outra qualitativamente diferente. Esse desfecho exige uma perspectiva, partilhada por um grande número de pessoas, de uma maneira de viver totalmente diferente (2018, p. 360).

Se Mailer assinalava, em 1976, a indubitável manifestação de uma perspectiva de transformação revolucionária contida no movimento proletário português, Brinton se demonstra mais cauteloso, ou mesmo cético, frente a esta possibilidade:

A classe operária de Portugal – ou uma parte significativa dela – terá essa perspectiva? Quem sabe? Não há dúvida de que houve tentativas de reduzir o leque salarial, elaborar um modelo de distribuição capaz de contornar os mecanismos de mercado tradicionais, quebrar as barreiras

³⁸⁰ Esta passagem foi suprimida na nova edição portuguesa do livro, de 2018.

entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, produzir e viver em comunidade de acordo com regras diferentes (*Ibidem*).

Contudo, não deixa de observar em todas essas situações “meras adaptações empíricas a circunstâncias específicas”, na medida em que os “objectivos sociais mais fundamentais, como a abolição do trabalho assalariado e da produção de mercadorias nunca estiveram realmente na agenda histórica” (*Ibidem*, p. 361).

Ao apontarem para uma distinção entre o suposto “otimismo” de Mailer e o suposto “pessimismo” de Brinton, e optando pelo segundo, os editores de SI acabam por abordar a questão de modo maniqueísta: “é por isso preferível o ‘pessimismo’ que Maurice Brinton exprime em seu Prefácio” (1979b, p. 19). Vimos como Trotsky qualificaria, em 1920, a perspectiva de Herman Gorter como expressão de uma personalidade pessimista. Quase cem anos mais tarde, o trotskista Daniel Bensaïd incluirá Debord no que chama de uma “genealogia do desespero”³⁸¹ (2011, s/p.), que remeteria ao pessimismo do Marcuse de *One Dimensional Man* (1964) e estaria presente, na contemporaneidade, em autores como Giorgio Agamben e John Holloway. No entanto, n’*A sociedade do espetáculo*, Debord deixava clara a sua posição sobre este dilema, ao lembrar que “o falso desespero da crítica não dialética e o falso otimismo da pura publicidade do sistema são idênticos como pensamento submisso” (1997, p. 128).

Portanto, diferentemente de SI, que nesta questão pontual parece se aproximar da desqualificação pessoal das tradições leninista e trotskista, consideramos o ceticismo de Brinton um contrapeso importante à narrativa de Mailer, pois situado numa dialética entre otimismo e pessimismo atenta às contradições imanentes ao processo. Porém, não apreendemos tais perspectivas desde um prisma dicotômico, pois como vimos, tal dialética também está presente no livro de Mailer, ao procurar articular as dimensões do possível e do impossível na totalidade do processo revolucionário.

³⁸¹ Bensaïd usa quase a mesma expressão desqualificadora de Bourseiller, para quem, nos *Comentários* de 1988, de Debord, “a perspectiva da revolução parece abolir-se para dar lugar a uma *filosofia do desespero*, sem porta de saída” (2003, p. 410. Tradução e grifo nosso). Segundo o amigo e interlocutor Michael Löwy, Bensaïd trabalhou nesta crítica a Debord de 2004 até os meses que antecederam a sua morte, em 12 de janeiro de 2009, tendo sido publicada apenas postumamente.

Autogestão ou controle operário?

No livro *Os bolcheviques e o controle operário* (1973), Brinton advertia que “o problema da autogestão não é um problema esotérico (...) a autogestão é muito simplesmente o conteúdo da revolução da nossa época” (1975, p. 19). Já nas circunstâncias de refluxo do biênio revolucionário português de 1974-1975, ele observava como:

Alguns falam hoje (...) que a autogestão não tem nada a ver com socialismo, e como se todo o discurso da autogestão fosse a derradeira conspiração recuperadora do maquiavélico capitalismo. A confusão – admitindo que não é deliberada e, por conseguinte, desonesta – revela uma patética pobreza conceitual. É indubitável que, no seio do sistema capitalista, a autogestão pode transformar-se num potente meio de recuperação capitalista (...). É claro, portanto, que podemos conceber a autogestão sem socialismo. Mas podemos imaginar um socialismo, em que valha a pena viver, sem indivíduos, coletividades e instituições autônomos? (2018, pp. 372-373).

Para ficarmos com apenas alguns exemplos históricos destas experiências no século XX, entre tantos outros possíveis, recordemos a emergência dos *soviets* na primeira revolução russa, de 1905, os conselhos de trabalhadores durante a revolução alemã de 1918-1921, as coletividades espanholas na revolução de 1936-1937 e o movimento partidário dos trabalhadores portugueses que eclodiu no biênio de 1974-1975. Experiências que, vinculadas às lutas proletárias em períodos de ascensão revolucionária, é importante salientar, se diferem qualitativamente do chamado “socialismo autogestionário” iugoslavo, de matriz burocrática.

Isto porque todas as experiências supracitadas foram derrotadas, em parte pelas forças políticas e econômicas burguesas, em parte por suas próprias representações políticas, socialdemocratas e/ou comunistas. No biênio português de 1974-1975, segundo Mailer, “entraram em luta centenas de milhares de trabalhadores. Mas o inimigo surgiu-lhes sempre à frente com umas vestes inesperadas: as das suas próprias organizações” (2018, p. 354). Uma síntese consoante a de Brinton, para quem:

As revoluções passadas enfrentavam dois perigos principais: podiam ser esmagadas por aqueles cujos privilégios ameaçavam (Paris, 1871; Alemanha, 1918-1919; Espanha, 1936; Hungria, 1956), ou ser destruídas por dentro devido a degeneração burocrática (como aconteceu na Revolução Russa de 1917). Agora, perspectiva-se no horizonte um terceiro perigo: o de revoltas genuinamente radicais serem desviadas para canais conducentes ao capitalismo de Estado (2018, p. 364).

Até a primeira metade dos anos 1970, o PCF sempre condenou categoricamente a autogestão como um princípio incompatível com o planejamento socialista. No texto *O PCF e o socialismo autogestionário*, Yvon Boudet observa que:

O PCF espera *realizar*, atualmente, de acordo com suas próprias fórmulas, uma “gestão democrática” que implica uma “intervenção dos trabalhadores nas empresas”, evitando, ao mesmo tempo, os perigos ou as ilusões da autogestão. Notemos, desde já, que essa “intervenção dos trabalhadores” se limita explicitamente a acontecer “nas empresas”. Essa restrição (...) já indica o abismo que continua a separar os comunistas dos defensores da autogestão generalizada a todos os setores da vida social, inclusive a política (1974, p. 105. Tradução nossa).

Diferentemente de uma autogestão econômica, parcial, que o PCF da época se dizia disposto no máximo a tolerar, a autogestão generalizada “é a organização social do poder reconhecido a cada um, na sua vida cotidiana, e exercido diretamente quer pelos próprios indivíduos quer por assembleias de autogestão” (RATGEB, 1974, p. 85). Ela surgiu na história do movimento operário em cada momento que as bases quiseram impor e realizar as suas próprias decisões, “não abandonando o seu poder a chefes, e não se deixando guiar por nenhuma ideologia” (*Ibidem*). Portanto, é esta autogestão generalizada que assombrava, muito embora por diferentes razões, tanto os economistas e empresários burgueses, quanto os dirigentes comunistas. Em 1974, Ratgeb (Vaneigem) alertava para o perigo de uma recuperação pelo poder político da *autogestão generalizada a todos os aspectos da vida social*:

A partir de agora, se os operários revolucionários não se decidirem a tratar eles próprios dos seus problemas e a levar até ao fim as transformações sociais que as greves selvagens, as ocupações e os desvios das fábricas anunciam, aqueles que não têm os meios para a realizar, farão da autogestão generalizada, mais uma ilusão no céu das ideias, e virão, feitos messias descidos à terra, pregar a organização do proletariado, na melhor tradição de Lênin, Trotsky, Mao, Garcia Oliver, Castro, Guevara e outros burocratas (1974, p. 9).

Vimos como o historiador alemão Oskar Anweiler havia demonstrado, em seu estudo sobre as revoluções de 1905 e 1917 na Rússia, que os *soviets* constituíram sua base social. Para além do plano histórico, no plano teórico, o italiano Bruno Rizzi havia estabelecido, em sua obra *A burocratização do mundo*, publicada na França em 1939, uma aproximação entre a burocracia stalinista, o dirigismo fascista e o intervencionismo de Roosevelt, então apresentados senão como variantes de um mesmo fenômeno burocrático

que, dois anos depois, o norte-americano James Burham (1941) caracterizaria como um “despotismo gerencial”. Se, por um lado, “a burocracia sindical dos países capitalistas se encontra ao serviço da burguesia, no Estado soviético essa burocracia está ao serviço de um Estado burocrático e, por conseguinte, ao seu próprio serviço”, por outro lado, “entre a burocracia sindical soviética e a americana, inglesa ou francesa, as diferenças não são muitas no tocante aos objetivos a atingir” (1983, p. 28), argumentava Rizzi.

Por estas razões, a tentativa da historiadora Raquel Varela, em seu livro *História do povo na revolução portuguesa: 1974-1975* (2014), de associar a perspectiva de Brinton ao modelo trotskista do “duplo poder”, carece de fundamentação teórica e histórica. Para os autores da brochura *Quando le peuple est populaire* [Quando o povo é popular] do círculo franco-lusitano *Vosstanie*, trata-se de uma postura política consciente da autora que, ao basear a sua investigação em premissas teóricas extraídas do *Programa de Transição* (1938) de Trotsky acerca do chamado “controle operário”, e da tese leniniana *Sobre a dualidade do poder* (1917), “oculta objetivos políticos bem precisos” (2019, p. 20).

Tais objetivos inscrevem-se, de acordo com o esquema analítico proposto por Bernardo em *Economia dos conflitos sociais*, na tradição do chamado “marxismo ortodoxo”, ou “marxismo das forças produtivas”, por ele definido enquanto “uma ideologia do poder ou, mais exatamente, uma das ideologias da reorganização e do desenvolvimento do poder capitalista” (1991, p. 314). Trata-se, afinal, de ocultar sua ruptura com o trotskismo e sua posterior evolução política para a corrente esquerdista, e teórica, para o chamado “marxismo heterodoxo”, ou “marxismo das relações de produção”, aquele que “tem inspirado todos que, no campo do marxismo, assumem uma posição de crítica às instituições do poder” (*Ibidem*, p. 315), ainda de acordo com a distinção proposta por Bernardo.

Nesse sentido, é no mínimo estranho que Varela integre o marxismo “heterodoxo” de Brinton, não obstante sua ruptura com o trotskismo, às concepções “ortodoxas” de “controle operário” e “duplo poder”, de origens trotskistas. De acordo com Valadas:

Para Raquel Varela, a questão do controlo operário é fundamental para a interpretação da revolução portuguesa. Encara assim o movimento das organizações de base, das comissões de trabalhadores, no âmbito do duplo poder e de uma alternativa ao poder do Estado capitalista. Formada na escola do militantismo trotskista, Raquel Varela vê o movimento de base, a auto-organização, pelo prisma do conceito de Estado proletário. O movimento social, a atividade dos trabalhadores, parecem ser peças de um processo mecânico, objetivo, onde só a direção política do partido revolucionário pode impor uma orientação (...). Deste modo, o controlo operário é sempre posto em perspectiva com a necessária

formação de um partido de vanguarda capaz de transformar o duplo poder em novo poder de Estado, um trampolim para a tomada do poder (2015, p. 11).

Assim como Varela interpreta a derrota da revolução portuguesa, os trotskistas franceses, como Ernest Mandel no livro *Da comuna ao Maio de 68*, também lamentavam (como sempre, aliás, desde Trotsky) a “ausência de uma adequada direção revolucionária” (1979, p. 281), atribuindo a ela a derrota da revolução de maio-junho de 1968. No balanço dos situacionistas, “os lamentos trotskistas sobre a ausência de uma ‘organização de vanguarda’ são o oposto do projeto histórico de emancipação do proletariado” (IS, 2018a, p. 98).

Portanto, ao contrário da perspectiva de Varela, para quem “o controlo operário permitirá aos trabalhadores (...) prepararem-se progressivamente para a tomada de poder político” (2014, p. 270), Brinton considerava, na realidade, este tipo de solução precisamente como “uma nova forma de opressão, independentemente das intenções revolucionárias do organismo em causa” (1975, p. 15). A distinção entre controle operário e autogestão é, como vimos, definidora dos limites teóricos e práticos, de conteúdos e formas, de princípios e organizativos, que separam as correntes da extrema-esquerda e do esquerdismo. Não obstante suas origens trotskistas, é sem dúvida na corrente esquerdista que o percurso político e intelectual de Chris Pallis deve ser situado.

CONCLUSÕES

Em um texto de 1936, Paul Mattick distinguia uma “história da luta de classes onde as rivalidades internas e as lutas de pessoas, assim como as lutas de grupos que se desenrolam na margem do combate real entre as classes é deixada de lado”, do tipo de história que manifesta “uma ideia mais romanesca das coisas (...) que não ultrapassa a descrição das imagens que os fenômenos deixaram no espírito dos atores históricos” (apud SIMON, 2006, p. 3. Tradução nossa). Contudo, a presente tese procurou se distanciar daquilo que Mattick chamou de descrição “romanesca” dos combates travados por certos indivíduos no interior do minúsculo esquerdismo português, eles próprios indissociáveis do “combate real entre as classes” de sua época.

Constituindo parte integrante deste combate mais amplo entre as classes, os grupos e revistas do espectro esquerdista eram animadas por indivíduos inseparáveis das questões de princípio e táticas pelas quais tais grupos e revistas muitas vezes polemizavam e divergiam entre si, na medida em que eram essas pessoas que carregavam consigo e colocavam em prática esse ou aquele princípio, essa ou aquela tática. Se falamos de Gorter e Pannekoek, de Castoriadis e Debord, de Pallis e Mailer, de Valadas e Bernardo, não é no sentido de construir uma narrativa baseada nas “lutas estreitas de pessoas”, mas no sentido de identificar nelas a expressão teórica do “combate real entre as classes” pelo ponto de vista autônomo do proletariado, em oposição ao ponto de vista heterônomo das duas classes capitalistas, burguesa e burocrática, e seus porta-vozes, de Kautsky a Lênin, de Soares a Cunhal.

Assim, procuramos, na medida do possível, evitar o tipo de descrição “romanesca” reprovada por Mattick, ao manter o foco nos princípios que orientavam a prática de certas pessoas, e não na “descrição das imagens que os fenômenos deixaram no espírito dos atores”. Torcato Sepúlveda, antigo membro de um grupo bastante informal, formado por amigos em torno de afinidades pró-situacionistas, e autor de pequenos textos e panfletos durante a primeira metade da década de 1970, dizia de modo muito prosaico e, nesse sentido, bem pouco situacionista, das relações que seu pequeno grupo buscaram estabelecer com o “combate real das classes” durante o biênio revolucionário de 1974-1975: “não quisemos nem pudemos analisar até à exaustão neste panfleto todos os problemas da estratégia da luta das classes em Portugal. Não quisemos porque não escrevemos para especialistas da política”, mas apenas “para os nossos camaradas de combate que, estamos

certos, não precisam de grandes razões para compreenderem a necessidade e a oportunidade da luta do proletariado, a sua e a nossa luta” (1976, p. 9).

Desde o ciclo originário de 1917-1921, se manifestaram importantes divergências de princípio e táticas no interior do próprio esquerdismo, para além daquelas externas ao movimento, relativas aos princípios e táticas provenientes das esquerdas tradicionais, socialdemocrata e comunista, bem como da extrema-esquerda.

Vimos, no segundo capítulo, como a tendência bordiguista do primeiro ciclo esquerdista tornaria-se, apesar de sua rejeição à participação no parlamento burguês,³⁸² defensora de um “sindicalismo vermelho” todavia rechaçado pelas tendências britânica e germano-holandesa, que adotavam posicionamentos antissindicais e defendiam resolutamente as greves selvagens. Enquanto a tendência italiana de Bordiga alegava haver uma “invariância” do marxismo desde 1848 e da teoria comunista desde Lênin, a tendência germano-holandesa de Rühle e Pannekoek condenava a revolução de outubro de 1917 e colocava em questão alguns princípios do marxismo. Bordiga nunca renegou a forma-partido leninista, da qual criticou sua democracia, ao propor um “centralismo orgânico” ao “centralismo democrático”. Ao contrário dos unionistas alemães, por exemplo, Bordiga criticava a prioridade conferida pelos conselhistas às formas de luta e por considerar o comunismo, acima de tudo, como um conteúdo. Já o português João Bernardo, na esteira dos conselhistas dos anos 1930, defende uma visão heterodoxa de comunismo, onde é a dimensão formal que assume um papel preponderante: “é a forma das relações que determina as suas potencialidades e as linhas de desenvolvimento possíveis” (2019a, p. 12).

Também vimos como, no interior da própria tendência germano-holandesa, a ala minoritária de Rühle, no interior da AAUD, defendia a dissolução do KAPD ao rejeitar a necessidade de qualquer partido, em oposição à ala majoritária apoiada por Gorter, no contexto de refluxo da revolução alemã. A maioria do KAPD não só defendia a sua manutenção como órgão distinto da AAUD, como defendia a necessidade de participar da Terceira Internacional e de colaborar com os bolcheviques russos. Tal divergência levaria a uma cisão protagonizada pela fração unionista de Rühle, que em dezembro de 1920

³⁸² Em dezembro de 1918, Bordiga lança em Nápoles um órgão independente do Partido Socialista Italiano, chamado *Il Soviet* [O soviét], onde se publica textos de Pannekoek, Lukács, Gorter e Pankhurst. O órgão avançava ideias antiparlamentares que constituirá as bases da “fração comunista abstencionista” animada por Bordiga a partir do final de 1919. Cf. Bourseiller, 2003, pp. 86-87.

funda a AAUD-E. É por essa razão que Bourrinet distingue, em seu estudo sobre as esquerdas alemã e holandesa da primeira metade do século XX, o “comunismo de esquerda” dos anos vinte, “situado no terreno da revolução russa, na Internacional Comunista, e reconhecendo a existência e a necessidade de um partido revolucionário”, do “comunismo de conselhos” dos anos trinta, “que rejeitava a revolução russa como burguesa e recusava a existência de qualquer partido revolucionário militando no proletariado” (1968, s/p.).

Mais tarde, no final da década de 1930, durante o período da contrarrevolução totalitária, dois importantes esquerdistas alemães exilados nos Estados Unidos, Rühle e Mattick, divergiam também quanto à natureza dos regimes totalitários da época, nas páginas da revista *Living Marxism*. Enquanto Mattick estabelecia um paralelo direto entre a socialdemocracia alemã e o nazismo,³⁸³ Rühle apontava para um “semelhança”, todavia mais nuançada, entre a ditadura alemã e a ditadura russa.³⁸⁴

As polêmicas e controvérsias internas, assim como as demissões com ares de cisão, também se manifestaram no interior do esquerdismo português. Elas exprimiram diferenças e divergências entre as tendências que bifurcam a corrente esquerdista do ciclo de 1968-1975: uma, de influência social-bárbara e a outra, situacionista – refletindo, assim, as divisões do esquerdismo francês. Alguns esquerdistas portugueses, como Jorge Valadas, circularam pelos meios conselhistas franceses do final da década de 1968, como o ICO, um grupo proveniente da tendência social-bárbara. Outros, como Torcato Sepúlveda, Carlos K. Debrito e António Ferreira, sofreram mais a influência do situacionismo, num momento em que a IS estava a se dissolver, na ressaca do pós-68. Já Rita Delgado, João Crisóstomo e João Bernardo vinham de uma ruptura com o maoísmo. Entre os primeiros circunstancionalistas, Manuel Villaverde Cabral vinha de uma ruptura com o PCP. Esta circulação de figuras oriundas de campos sociopolíticos distintos e até mesmo opostos, no entanto, confluem na base de um acordo geral sobre a teoria e a prática revolucionárias, em ruptura com “o quadro preestabelecido pelas organizações tradicionais: portanto, em toda a parte onde ela é dirigida ao mesmo tempo contra o sistema e contra as direções operárias” (GOMBIN, 1972, p. 22).

No capítulo referente ao *Combate*, vimos como a ruptura individual de Maria Fernanda Dias com o coletivo assumira tonalidades coletivas de dissidência. A influência situacionista manifesta em sua *Declaração: A perda do “Combate”*. Uma vitória da história sobre a inexistência, uma circular interna publicada em agosto de 1974, colidia-se

³⁸³ Cf. “Karl Kautsky, de Marx a Hitler”. *Living Marxism*, nº 7, jun. 1939.

³⁸⁴ Cf. “A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo”. *Living Marxism*, nº 8, set. 1939.

com a proposta organizativa do coletivo, baseada numa plataforma de adesão ampla e não sectária. Dias reproduzia, no contexto português, algumas questões organizativas levantadas pelos situacionistas em 1968, em polémica com as alas conselhistas do esquerdismo francês, provenientes do *Socialisme ou Barbarie*, de grupos como ILO e ICO. Além do plano organizativo do *Combate*, ela também questionava o posicionamento favorável de seus primeiros editoriais, frente aos movimentos de libertação nacional africanos, considerados “contrarrevolucionários” por ela em particular e pelos esquerdistas de modo geral. Até o *Combate* revisar seu posicionamento sobre a questão colonial/anticolonial, este manteve-se mais próximo da extrema-esquerda do que da corrente esquerdista. Por este motivo, os maoístas que até então circulavam em torno do núcleo do *Combate*, se afastariam dele em bloco a partir do momento que o jornal passa a criticar aqueles movimentos, sobretudo o MPLA.

A última publicação do jornal *Combate*, de fevereiro de 1978 (nº 51), consagrada às *Lutas sociais nos campos*, apresentava uma série de entrevistas com assalariados de cooperativas agrícolas contemplados pela reforma agrária integrantes do Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN), além de uma extensa análise focada nos problemas da agricultura portuguesa no período anterior ao 25 de Abril, bem como à luz da reforma agrária que teve lugar desde então. Esta publicação geraria uma crítica por parte dos editores de *Subversão Internacional*, num artigo ironicamente intitulado “Socialismo alentejano”, publicado pela revista no outono de 1978. Para SI, *Combate* incorria no erro de confundir o movimento dos assalariados agrícolas do Alentejo e do Ribatejo, com a Reforma Agrária implementada pelo Estado a partir de 1975, que “atacou apenas a propriedade fundiária”, sem contudo alterar significativamente as relações de produção capitalistas no campo. A questão não se restringia a uma confusão conceitual sobre o significado da reforma agrária, pois a sua identificação “com as lutas históricas do proletariado rural, tal como a faz *Combate*, não constitui uma questão de definição terminológica: uma tal identificação tem consequências graves porque conduz à defesa dos gestores do Estado e, em particular, dos stalinistas” (1978b, p. 30). Porém, diferentemente de Dias, SI diz não estar interessada em realizar nenhuma “crítica de forma (sobre o tipo de apresentação do problema)”, desejando apenas “prosseguir o debate, levantando alguns pontos centrais que reputamos essenciais” (*Ibidem*, p. 29). Um debate que, entretanto, não

chegaria a se desenvolver, conforme relatou João Bernardo, para quem “aquelas eram coisas periféricas”.³⁸⁵

Novamente, o *Combate* seria criticado por posicionamentos mais alinhados às perspectivas maoístas que estiveram em suas origens, do que às perspectivas da própria corrente esquerdista de que o jornal fazia parte. Contudo, SI não considera o jornal um órgão de extrema-esquerda, na medida em que “a sua atividade de agitação teórica é aquilo que de mais radical se pode encontrar por entre a verdadeira multidão de jornais ‘revolucionários’ surgida depois de Maio de 1974” (*Ibidem*, p. 37). Trata-se, na realidade, de um vínculo estrutural do *Combate* “com o seu obreirismo, visível a olho nu nas entrevistas que constituem a primeira parte de *Lutas Sociais nos Campos*” (1978b, p. 38): “criticamos o *Combate* porque faz o elogio da *gestão operária* como momento privilegiado do movimento proletário, sem caracterizar radicalmente o conteúdo daquilo que está a ser realizado ou que já o foi” (*Ibidem*, pp. 37-38. Grifos no original).

No período de refluxo revolucionário, Jorge Valadas se posicionaria criticamente mediante o elogio de SI à criminalidade, à delinquência juvenil e ao banditismo social, mesmo na qualidade de colaborador da revista. Aliás, sua análise sobre a luta armada e o terrorismo na Itália, publicada por SI, apresentava um importante contraponto à interpretação do fenômeno feita na mesma época pelos antigos situacionistas Debord e Sanguinetti, debate este que, todavia, acabou não tendo lugar, mas cujos principais contornos procuramos delinear na sessão respectiva à SI.

A exasperação das divergências internas a um dado movimento, arrasta consigo uma série de depurações e expiações, traições, revisões e arrependimentos. Esse processo está presente no movimento socialista desde a primeira grande cisão entre bakuninistas e marxistas, no seio da Primeira Internacional. Já no período de formação da Terceira Internacional, entre 1917-1921, os esbirros bolcheviques contra os esquerdistas ocidentais, a repressão violenta aos anarquistas russos e ucranianos, conduziram o movimento esquerdista a um desenvolvimento autônomo, que desde então passaria a constituir uma corrente totalmente exterior ao comunismo partidário (incluindo o de extrema-esquerda) e ao anarquismo.

Ou seja, no campo das esquerdas de modo geral, dos socialdemocratas aos bolcheviques, dos trotskistas aos maoístas, as divergências são muitas e profundas, pois refletem a heterogeneidade e pluralidade de princípios e táticas que em períodos de crise

³⁸⁵ Entrevista, 17/02/2021.

tendem ao acirramento, gerando cisões e conseqüentemente novos movimentos e tendências dissidentes. As correntes minoritárias, menos poderosas e mais isoladas das massas em relação às correntes hegemônicas, tendem a se dissolver após a derrota e desarticulação de suas lutas, em meio a arrependimentos, acusações de traição, prisões, tortura, desaparecimentos, perseguições policiais, intimidações e provocações variadas, infiltrações, transtornos psíquicos, miséria material e, frequentemente, ao desenlace dramático das relações de confiança tecidas nos períodos de ascensão das lutas, todavia rompidas nos períodos de refluxo.

Estas debilidades do complexo esquerdista não devem ser subestimadas nem tão pouco romantizadas, mas compreendidas como o que de fato elas são: problemas relativos à intersecção entre os domínios da objetividade e da subjetividade nos ciclos de ascensão revolucionária, onde as relações entre biografia e história, indivíduo e sociedade, não são de modo algum separáveis, uma vez que “os conselhos inauguram um estilo de vida fundado sobre a emancipação permanente, individual e coletiva, unitariamente” (VANEI-GEM, [1969] 1997b, p. 632). A derrota coletiva do projeto de autoemancipação proletária é indissociável da derrota individual de cada um que se envolveu no curso de seu desenvolvimento, assim como suas vitórias parciais resultam da conjugação de forças simultaneamente individuais e coletivas. Especialmente perante o esforço de *unificação* entre arte e vida, poesia e revolução, economia e política, teoria e prática, manifesto pelas correntes esquerdistas da Europa ocidental ao longo do século XX.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS E FUNDOS DOCUMENTAIS

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

AHS – Arquivo de História Social (Universidade de Lisboa)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra)

EPHEMERA – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira

2. FONTES ORAIS

Depoimentos

Cabral, Manuel Villaverde. 19 e 21/11/2019.

Valadas, Jorge. 12/12/2019.

Freire, João. 04/03/2020.

Ferreira, José Maria Carvalho. 09/04/2020.

Mailer, Phil. 02/05/2020.

Vaneigem, Raoul. 17/06/2020.

Sanguinetti, Gianfranco. 23/06/2020.

Entrevistas

Bernardo, João. 17/02/2021.

3. FILMOGRAFIA

GUY Debord, son art et son temps. Direção: Guy Debord e Brigitte Cornand. Canal +, 1994 (60 min.), p&b.

JACQUES Lacan parle. Direção: Françoise Wolff. 1972 (56 min.), p&b.

RÉFUTATION de tous les jugements, tant élogieux qu’hostiles, qui ont été jusqu’ici portés sur le film “La Société du Spectacle”. Direção: Guy Debord. Simar Films, 1975 (22 min.), p&b.

SCENES from the class struggle in Portugal. Direção: Robert Kramer e Philip Spinelli. 1977 (85 min.), color.

4. DISCOGRAFIA

MARCHAIS, Jacques; HACHLOUM, Vanessa; DEVY, Michel; MORTIER, Jean. *Pour en finir avec le travail*. Paris, 1998.

THE DURUTTI COLUMN. *The Return of The Durutti Column*. Londres, 1980.

SEX PISTOLS. *Never Mind The Bollocks. Here's the Sex Pistols*. Londres, 1977.

5. BIBLIOGRAFIA

ABADIA, Danúbia Mendes. **O jornal COMBATE e as lutas sociais autonomistas durante a Revolução dos Cravos (1974-78)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010, 165f.

ACCORNERO, Guya. “La répression politique sous l’Estado Novo au Portugal et ses effets sur l’opposition estudiantine, des années 1960 à la fin du régime”. In: **Cultures & Conflits**, nº 89, 2013a. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/conflits/18664>>. Acesso em 02 nov. 2019.

_____. “Da militância política à investigação científica: história de uma vocação”. In: SILVA, Pedro Alcântara da; SILVA, Filipe Carreira da. **Ciências Sociais: Vocação e profissão: homenagem a Manuel Villaverde Cabral**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013b, pp. 39-67.

ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMOCREVE DAS PETAS. “Torcato Sepúlveda (1951-2008)”. In: **Almocreve das petas**, 22/05/2008. Disponível em: <<http://almocrevedaspetas.blogspot.com/2008/05/torcato-seplveda-1951-2008-era-um.html>>. Acesso em: 22/06/2020.

ANALYSES ET DOCUMENTS. **As greves selvagens na Europa ocidental [1970]**. Porto: Afrontamento, 1973.

ANWEILER, Oskar. **Los soviets en Rusia (1905-1921) [1958]**. Madrid: Zero, 1975.

APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **Les tombeaux de Guy Debord**. Paris: Flammarion, 2006.

_____. “La campagne du Portugal”. In: **Debord. Le naufrageur**. Paris: Flammarion, 2015.

ARAUJO, Octavio Rodríguez. **Esquerdas e esquerdismo. Da primeira Internacional a Porto Alegre**. Porto: Campo das Letras, 2006.

ARCHIVES RÉVOLUTIONNAIRES. “Post-situationnisme et appelisme au Québec. Fragments 2004-2019. Partie I”. In: **Archives Révolutionnaires**, 2020, s/p. Disponível

em: <<https://archivesrevolutionnaires.com/2020/10/07/post-situationnisme-et-appelisme-au-quebec-fragments-2004-2019/>>. Acesso em 05/02/2021.

ARVON, Henri. **Le gauchisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

AUGUSTO, Claudio de Farias. **A revolução portuguesa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

AUMOND, Clémence. **La trajectoire des membres des *Cadernos de Circunstância: une histoire de portugais em exil (1962-1970)***. Dissertação de mestrado (História e Relações Internacionais). Université de Rennes, Rennes, 2014, 156f.

AUTHIER, Denis. **A esquerda alemã (1918-1920). “Doença infantil” ou revolução?** Porto: Afrontamento, 1975.

AUTOGESTION ET SOCIALISME. “Correspondance”. In: **Autogestion et socialisme**, nº 37-38, 1977, pp. 203-207.

AVILA, F.; FERREIRA, C.; LORY, B.; ORSONI, C.; REEVE, C. **Portugal: l'autre combat. Classes et conflits dans la société**. Paris: Spartacus, 1975.

BARROT, Jean (Gilles Dauvé). **Crítica de la Internacional Situacionista**. Madrid: Editorial Klinamen, 2013.

_____. “Fascismo & Antifascismo”. In: **Libcom**, jan. 2016. Disponível em: <<https://libcom.org/library/fascismo-antifascismo-jean-barrotgilles-dauv%C3%A9>>. Acesso em: 04/06/2020.

BEBIANO, Rui. **O poder da imaginação. Juventude, rebeldia e resistência nos anos 60**. Coimbra: Angelus Novus, 2003.

BEBIANO, Rui e ESTANQUE, Elísio. **Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

BEBIANO, Rui e CARDINA, Miguel. “À volta do ‘radicalismo pequeno-burguês’”. In: NEVES, José. **Álvaro Cunhal. Política, História e Estética**. Lisboa: Tinta da China, 2013, pp. 79-90.

BECKER-HO, Alice; DEBORD, Guy (Os amigos Internacionais). “Aos libertários” [1980]. In: COORDENAÇÃO DOS GRUPOS AUTÓNOMOS DE ESPANHA. **Apelos da prisão da Segóvia**. Lisboa: Antígona, 1984, pp. 11-24.

_____. **O “jogo da guerra”. Relação das posições sucessivas de todas as forças no decurso de uma partida**. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

BENSAÏD, Daniel. **Le Spectacle, stade ultime du fétichisme de la marchandise. Marx, Marcuse, Debord, Lefebvre, Baudrillard**. Paris: Lignes, 2011.

BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **O inimigo oculto. Ensaio sobre a luta de classes e manifesto anti-ecológico.** Porto: Afrontamento, 1979.

_____. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. “Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial” [1981]. In: **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril.** Lisboa: Edições Dinossauro, 1994, pp. 207-214.

_____. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder.** São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. “Portugal não existe”. In: **Passa Palavra**, 16/12/2010. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2010/12/33125/>>. Acesso em: 29/05/2020.

_____. **Labirintos do fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta** (Terceira versão do autor, revista e ampliada), 2018. Disponível em: <<https://ia802807.us.archive.org/19/items/jb-ldf-nedoedr/BERNARDO%2C%20Jo%C3%A3o.%20Labirintos%20do%20fascismo.%203%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

_____. **Era um mundo. Libertar-se do mundo morto.** [Local desconhecido]: Voss-tanie, 2019a. Disponível em: <<https://vosstanie-editions.blogspot.com/2019/07/era-um-mundo-joao-bernardo.html>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

_____. “Algumas sugestões bibliográficas, muito pessoais, sobre os gestores”. In: **ArqOperaria**, 2019b. Disponível em: <https://arqoperaria.blogspot.com/2019/07/algumas-sugestoes-bibliograficas-muito_87.html>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BERNARDO, João; DELGADO, Rita; MAILER, Phil; SERRALHEIRO, José Paulo; SILVA, José Elísio Melo. **Jornal Combate: Portugal (1974-78)**, 2006. Disponível em: <http://jornalcombate.blogspot.com/2007/10/jornal-combate-portugal-1974-1978-em_20.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

_____. “Lutas sociais na China – Apresentação”. In: **Passa Palavra**, 21/10/2020a. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/10/134670/>>. Acesso em: 11/02/2021.

BERNARDO, João; DELGADO, Rita; ELÍSIO, José. “Prefácio” [2019]. In: **Todos os editoriais do jornal Combate.** Paris: Vosstanie Éditions, 2020b, pp. 11-14.

BERNSTEIN, Michèle. **Tous les chevaux du roi.** Paris: Allia, 2014.

BERTRAND, André; SCHNEIDER, André. **Le scandale de Strasbourg mis à nu par ses célibataires, même.** Montreuil: L’Insomniaque, 2018.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michel. **Afinidades revolucionárias. Nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BLANCHARD, Daniel. **Debord “dans le bruit de cataracte du temps”.** Paris: Sens et Tonka, 2000.

BOUDET, Yvon. “O PCF e o socialismo autogestionário”. In: **Autogestion et socialisme**, nº 28-29, 1974, pp. 101-118.

BOURRINET, Philippe. **La gauche-communiste germano-hollandaise, des origines à 1968**, 1968. Disponível em: <<https://bataillesocialiste.files.wordpress.com/2015/01/gch-bourrinet-rev-2sansremerciements.pdf>>. Acesso em: 16 jun. de 2019.

_____. **Los Consejos Obreros en la teoria de la Izquierda Comunista holandesa y alemana**. Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques (segunda edição digital), 2003. Disponível em: <<http://www.left-dis.nl/e/consejos.htm>>. Acesso em 25 jun. de 2019.

BOURSEILLER, Christophe. **Histoire générale de “l’ultra-gauche”**. Paris: Denoël, 2003.

_____. **L’extrémisme: une grande peur contemporaine**. Paris: CNRS Éditions, 2012.

BRETON, André. **Les vases communicants**. Paris: Gallimard, 1955.

BRICIANER, Serge. **Pannekoek et les conseils ouvriers**. Paris: EDI, 1969.

_____. **La lettre ouverte de Gorter. Tenants et aboutissants**, 1979. Disponível em: <<http://www.left-dis.nl/f/brichg.htm>>. Acesso em: 09/06/2020.

_____. “Introduction à la présentation des différents textes écrits par les ‘radicaux de gauche’ pendant la période 1890-1918”. In: **Fragments de l’histoire de la gauche radicale**, 22 mai. 2014. Disponível em: <<https://archivesautonomies.org/spip.php?article788>>. Acesso em 02/04/2020.

BRINTON, Maurice. “Les bolcheviques et le contrôle ouvrier: l’État et la contre-révolution”. In: **Autogestion et socialisme**, nº 24-25, 1973.

_____. “The Malaise on the Left”. In: **Solidarity**, vol. II, nº 12, nov. 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/brinton/1974/11/malaise.htm>>. Acesso em: 09/06/2020.

_____. **Os bolcheviques e o controle operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. “Prefácio”. In: MAILER, Phil. **A revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978, pp. 09-28.

_____. “Posfácio”. In: MAILER, Phil. **A revolução impossível?** Lisboa: Antígona, 2018, pp. 357-378.

BRUNO, Lúcia. **Portugal: O “COMBATE” pela autonomia operária**. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais). PUC, São Paulo, 1983.

_____. “Da autogestão ao cooperativismo: o que se pode aprender com a luta dos trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril”. In: TIRIBA, Lia; FARIA, Maurício; NOVAES, Henrique. (Orgs.). **Cenários da autogestão em Portugal: o processo revolucionário em curso (1974-1975)**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, pp. 287-305.

BÜRGER, Peter. **Teoria da vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CABRAL, Manuel Villaverde. **O Operariado Português nas Vésperas da República (1909-1910)**. Lisboa: Presença, 1977.

CADERNOS DE CIRCUNSTÂNCIA. **Cadernos de Circunstância**, nº 1. Paris: nov. 1967.

_____. **Cadernos de Circunstância**, nº 2. Paris: fev. 1968a.

_____. **Cadernos de Circunstância**, nº 3. Paris: mai. 1968b.

_____. **Cadernos de Circunstância**, nº 4-5. Paris: nov. 1968c.

_____. **Cadernos de Circunstância**, nº 6. Paris: mar. 1969.

_____. **Cadernos de Circunstância**, nº 7. Paris: mar. 1970.

_____. **Cadernos de Circunstância, 67-70**. Porto: Afrontamento, 1975.

CADERNOS NECESSÁRIOS. **Cadernos Necessários (1969-1970)**. Porto: Afrontamento, 1970.

CARDINA, Miguel. **A tradição da contestação**. Coimbra: Angelus Novus, 2008.

_____. **A esquerda radical**. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

_____. “A extrema-esquerda e as eleições de 69”. In: **Caminhos da memória**, 2009. Disponível em: <<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/11/10/a-extrema-esquerda-e-as-eleicoes-de-69/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal: 1964 – 1974**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CARMO, Isabel do. **Luta armada: as Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde na segunda metade do século XX**. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

CASTANHEIRA, José Pedro; CAEIRO, António; VAZ, Natal. **Salazar: o princípio do fim da ditadura**. Lisboa: Tinta da China, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. “Une lettre d’Anton Pannekoek”. In: **L’expérience du mouvement ouvrier. Tome 1: Comment lutter. Socialisme ou Barbarie**. Paris: Union Générale Éditions, 1973.

_____. **A sociedade burocrática I. As relações de produção na Rússia**. Porto: Afrontamento, 1979.

_____. “A revolução antecipada” [1968]. In: CASTORIADIS, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. **Maió de 68: a brecha (vinte anos depois)**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, pp. 113-174.

CASTORIADIS, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. **Maió de 68: a brecha (vinte anos depois)**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CEREZALES, Diego Palácios. **O poder caiu na rua – a crise de Estado e ações coletivas na Revolução Portuguesa, 1974-1975**. Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2003.

CESARANO, Giorgio. “Provocación”. In: **Artilleria Imanente**, 2019. Disponível em: <<https://artilheriainmanente.noblogs.org/?p=1183>>. Acesso em: 02/04/2020.

CIOCCARI, Deysi; SILVA, Gilberto; ROVIDA, Mara (orgs.). **A sociedade do espetáculo: Debord, 50 anos depois**. Curitiba: Appris, 2018.

CLASTRES, Pierre. “A sociedade contra o Estado”. In: **Subversão Internacional**, nº 6, 1979c, pp. 62-64.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COHN-BENDIT, Daniel et Gabriel. **Le gauchisme. Remède à la maladie sénile du communisme**. Paris: Seuil, 1968.

COLLECTIF JUNIUS. **Au-delà du parti**. Paris: Spartacus, 1982.

COMBATE. **Capitalismo privado ou capitalismo de Estado não é escolha! Editoriais e textos do jornal *Combate***. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **Todos os editoriais do jornal *Combate***. Paris: Vosstanie Éditions, 2020a.

_____. **Todos os números do jornal *Combate***. Paris: Vosstanie Éditions, 2020b.

CORRÊA, Erick; MHEREB, Maria Teresa (orgs.). **68: como incendiar um país**. São Paulo: Veneta, 2018.

CORRÊA, Erick Quintas. **Debord: crítica e crise da sociedade do espetáculo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2017, 156f.

_____. “Autoemancipação contra burocratização: o proletariado como sujeito e como representação”. In: CIOCCARI, Deysi; SILVA, Gilberto; ROVIDA, Mara (orgs.). **A sociedade do espetáculo: Debord, 50 anos depois**. Curitiba: Appris, 2018a, Cap. 6, pp. 83-104.

_____. “Guy Debord e a Internacional Situacionista: crítica unitária da economia política e da cultura”. In: **Angelus Novus**, v. 14, pp. 99-115, 2018b.

COSTA, José Pereira da. “Socialismo ou barbárie”. In: **Público**, 22/09/2016. Disponível: <<https://www.publico.pt/2016/09/22/mundo/opiniao/socialismo-ou-barbarie-1744766>>. Acesso em: 07/07/2020.

COSTA, Ramiro da. **Elementos para a história do movimento operário em Portugal (1820-1975). 2º vol (1930-1975)**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

CUNHAL, Álvaro. “O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista” [1970]. **Obras Escolhidas IV. 1967-1974**. Lisboa: Edições Avante! 2013.

_____. **A revolução portuguesa. O passado e o futuro** [1976]. Lisboa: Edições Avante, 1994.

_____. “Abril foi uma Revolução libertadora”. In: **Colóquio “25 de Abril, ontem, hoje e amanhã”**, 18/04/1994. Disponível em: <<http://www.pcp.pt/abril-foi-uma-revolu%C3%A7%C3%A3o-libertadora>>. Acesso em: 30/08/2017.

D’AMICO, Tane e ECHAUREN, Pablo (orgs.). **Il Piombo e le Rose Utopia e Creatività nel Movimento 1977**. Roma: Postcart, 2017.

DEBORD, Guy. **Œuvres cinématographiques complètes (1952 – 1978)**. Paris: Gallimard, 1994.

_____. **A sociedade do espetáculo; Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo; Comentários sobre A sociedade do espetáculo** [1967, 1979, 1988]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. **Panegírico**. São Paulo: Conrad, 2002.

_____. **Correspondance, vol. 4 (1969-1972)**. Paris: Arthème Fayard, 2004.

_____. **Correspondance, vol. 5 (1973-1978)**. Paris: Arthème Fayard, 2005.

_____. **Correspondance, vol. 6 (1979-1987)**. Paris: Arthème Fayard, 2006a.

_____. **Œuvres**. Paris: Gallimard, 2006b.

_____. **Rapport sur la construction des situations**. Paris: Mille et une nuits, 2006c.

_____. “Perspectives de modifications conscientes dans la vie quotidienne” [1961]. In: **Enregistrements magnétiques (1952-1961)**. Paris: Gallimard, 2010, pp. 97-117.

DEBRITO, Carlos K. **Historiografia maliciosa e crítica da miséria em Portugal**. Lisboa: Antígona, 1983.

_____. **Marx: um elogio crítico**. Lisboa: Antígona, 1985.

_____. **D’o gosto e d’o jeito**. Lisboa: Antígona, 1988.

- _____. **Retour à Lisbonne**. Paris: L'Harmattan, 2008.
- _____. **Un situationniste à Lisbonne et autres histoires**. Paris: L'Harmattan, 2012.
- _____. “Déjà jadis”. In: CAPELA, José Viriato; NUNES, Henrique Barreto. **Bracarense na crise académica de 1969**. Minho: UMinho Editora, 2019, pp. 122-123.
- DELGADO, Rita. “Entretien avec Rita Delgado – Militante révolutionnaire internationaliste”. In: *Vosstanie*, 23 mai. 2021. <Disponível em: <https://radio-vosstanie.blogspot.com/2021/05/en-telechargement-emission-de-radio.html>>. Acesso em 18/06/2021.
- DUPUIS, Jules-François (Raoul Vaneigem). **História desevolva do surrealismo**. Lisboa: Antígona, 2000.
- DUPUIS-DÉRI, Francis; PILLET, Benjamin. “Anarco-indigenismo”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 5, abr. 2018, pp. 107-119.
- DIAS, Carlos Amaral. “O outro lado de Carlos Amaral Dias”. **Boletim informativo do Instituto Superior Miguel Torga**, nº 33, outubro-novembro de 2004, pp. 23-28.
- DUARTE, José. “Nota do editor”. In: FERREIRA, António. **A queda do fascismo, seguido de, Em Abril, lembrar Novembro**. Lisboa: Editorial Chão, 1999a, pp. 7-13.
- DUMAS, Marie-Hélène. **Sylvia Pankhurst. Féministe, anticolonialiste, révolutionnaire**. Montreuil: Libertalia, 2019.
- DUMONTIER, Pascal. **Les situationnistes et mai 68. Théorie et pratique de la révolution (1966-1972)**. Paris: Ivrea, 1995.
- ENDNOTES. “The passion of communism. Italian Invariance in the 1970s”. In: **Endnotes**, nº 5, out. 2019, pp. 249-304.
- FERREIRA, António. **A queda do fascismo**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.
- _____. “Habent sua fata libelli”. In: **Devagar** nº 1, mar. 1989, pp. 22-23.
- _____. **A queda do fascismo, seguido de, Em Abril, lembrar Novembro**. Lisboa: Editorial Chão, 1999a.
- _____. **Incitação à crítica do espectáculo jovem**. Lisboa: Editorial Chão, 1999b.
- FERREIRA, José Maria Carvalho. “O esquerdismo, doença infantil do capitalismo de Estado”. In: REEVE, Charles. **Portugal: a concepção golpista da revolução social**. Lisboa: Editora Meridiano, 1976, pp. 7-21.
- _____. **La problematique de “la transition vers le socialisme” dans l'histoire: le cas du Portugal (du 25 de avril 1974 au 25 novembre 1975)**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Université de Paris X, Nanterre, 1985, 537f.

_____. “Carlos K. Debrito. Marx: um elogio crítico” (resenha). In: **A Ideia**, nº 40-41, jun. 1986, pp. 114-116.

_____. **Portugal no Contexto da “Transição para o Socialismo” (História de um Equívoco)**. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

_____. “Maria da Conceição Tavares Magos Jorge (1953-2001)”. In: **A Ideia**, nº 73/74, 2014, pp.197-198.

_____. “Anarquia e maio de 1968 em França”. In: **Verve**, nº 33, 2018a, pp. 15-45.

_____. “Anarquia e anarquismos segundo José Maria Carvalho Ferreira. Entrevista concedida a João da Mata”. In: **Somaterapia**, 2018b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DwnYILUrRC4>>. Acesso em: 23/03/2021.

FRANCO, António Cândido. “A revista ‘A Ideia’ e José Maria Carvalho Ferreira”. In: **Utopia, anarquia e sociedade: escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira**. Coimbra: Almedina, 2018, pp. 165-172.

FREIRE, João. **Les anarchistes du Portugal**. Paris: Éditions CNT, 2002.

_____. **Pessoa comum no seu tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX**. Porto: Afrontamento, 2007.

_____. “Alfredo Margarido: entre o marxismo, o anarquismo e o surrealismo”. In: HENRIQUES, Isabel Castro; LOPES, Fátima; ORDORICA, Júlia; RAFAEL, Gina; RÊGO, Manuela (orgs.). **Alfredo Margarido (1928-2020): um pensador livre e crítico**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2012, pp. 81-83.

FREITAS, Gualberto. **O processo. Os documentos da crise académica. Coimbra, 1969**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2019.

GARRIDO, Álvaro. **Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962**. Coimbra: Minerva, 1996.

GÓES, Waldemar de. **Revolução em Portugal**. Brasília: Editora UnB, 2007.

GOMBIN, Richard. **As origens do esquerdismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

_____. “Communisme de Parti et communisme de Conseils: l'exemple de la République de Weimar”. In: **Revue d'histoire moderne et contemporaine**, tomo 23, nº1, 1976, pp. 32-43. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/AsPDF/rhmc_0048-8003_1976_num_23_1_2347.pdf>. Acesso em: 14/08/2017.

GORTER, Herman. “Carta aberta ao companheiro Lênin” [1920]. In: TRAGTENBERG, Maurício (org). **Marxismo heterodoxo (Gorter/Makhaïski/Bordiga)**. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 14-84.

GUILLON, Claude. **Notre patience est a bout. 1792-1793: les écrits des Enragé(e)s**. Paris: Éditions IMHO, 2017.

HENRIQUES, Júlio. “Um jornal diferente”. In: **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994, pp. 52-54.

_____. “Prefácio”. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Internacional Situacionista – Antologia**. Lisboa: Antígona, 1997, pp. 11-19.

_____. “Prólogo com siso”. In: VALADAS, Jorge (Charles Reeve). **A memória e o fogo. Portugal: o cenário invertido da Eurolândia**. Lisboa: Letra Livre, 2008, pp. 7-9.

_____. “Necessário proémio paroquiano”. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Da miséria no meio estudantil**. Lisboa: Antígona, 2018, pp. 7-18.

_____. “Socialismo selvagem: novos passos”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 7, abr. 2020a, pp. 96-97.

_____. “Contra a Tanato Esfera”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 7, abr. 2020b, pp. 278-279.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **La véritable scission dans l’Internationale. Circulaire publique de l’Internationale Situationniste**. Paris : Champ Libre, 1972.

_____. **Internacional Situacionista – Antologia**. Lisboa: Antígona, 1997a.

_____. **Internationale Situationniste (1958-1969). Texte integral des 12 numéros de la revue**. Paris: Fayard, 1997b.

_____. “*Enragés* e situacionistas no movimento das ocupações” [1968]. In: CORRÊA, Erick; MHEREB, Maria Teresa (orgs.). **68: como incendiar um país**. São Paulo: Veneta, 2018a.

_____. **Da miséria no meio estudantil**. Lisboa: Antígona, 2018b.

INVISÍVEL, Comitê. **A insurreição que vem**. [S.l.]: Edições Baratas, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein (org.) **Apologia da deriva, escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

JAMESON, Frederic. “Periodizando os anos 60”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. “Ludd ou le soixante huit transcendent”. In: **Lundi Matin**, 26/02/2019. Disponível em: <<https://lundi.am/Ludd-ou-le-soixante-huit-transcendant>>. Acesso em: 30/06/2020.

KORSCH, Karl; MATTICK, Paul; PANNEKOEK, Anton; RÜHLE, Otto; WAGNER, Helmut. **La contre-révolution bureaucratique**. Paris: Union Générale Éditions, 1973.

LAMBERT, Gérard. “Crítica de S.I.”. In: **Subversão Internacional**, nº 6, 1979, p. 50.

LEFORT, Claude. “Le parti situationniste”. In: **Le temps présent. Écrits (1945-2005)**. Paris: Belin, 2007.

LEIRIS, Michel. **Frêre Bruit** [1976]. Paris: Gallimard, 2003.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês**, 1918. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>>. Acesso em: 23/08/2017.

_____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. Porto: Edições Latitude, 1961.

_____. **O revolucionarismo pequeno-burguês**. São Paulo: Editorial Estampa, 1975.

MACLEOD, Alex. **La révolution inopportune. Les partis communistes français et italien face à la Révolution portugaise (1973-1975)**. Québec: Nouvelle Optique, 1984.

MADEIRA, João. “Trotskismo em Portugal: 1968-1974”. In: **Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal**, 13-15 mar. 2013, FCSH-UNL, Vol. I, pp. 314-326.

_____. **História do Partido Comunista Português: das origens ao 25 de Abril**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

MAILER, Phil. **A revolução impossível?** Porto: Afrontamento, 1978.

_____. “Crítica da S.I. e do ‘marginalismo’”. In: **Subversão Internacional**, nº 5, 1979, pp. 21-22.

_____. “Introdução”. In: **A revolução impossível?** Lisboa: Antígona, 2018.

MALATESTA, Errico. “A ocupação das fábricas”. In: PARIS, Robert. **As origens do fascismo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

MANOLO. “Labirintos do fascismo (resenha)”. In: **Passa palavra**, 20 ago. 2018. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2018/08/122323/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MARCUS, Greil. **Lipstick traces. Une histoire secrète du vingtième siècle**. Paris: Alia, 2008.

MARQUES, Pedro Piedade. “Fernando de Bentley”, **Guy Debord e a edição portuguesa de “A Sociedade do Espectáculo”** (2015). Disponível em: <<https://pedromarquesdg.wordpress.com/2015/03/19/fernando-de-bentley-guy-debord-e-a-edicao-portuguesa-de-a-sociedade-do-espectaculo/>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MARTOS, Jean-François. **Histoire de l’International Situationniste**. Paris: Ivrea, 1995.

MARX, Karl. *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCOLO, Dionys. “Une présence secrète”. In: *Libération*, 29/01/1984.

MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*. Lisboa: Terramar, 2011.

MATTICK, Paul. *Biografia de Anton Pannekoek (1873-1960)*. 1960a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mattick/1960/mes/pannekoek.htm>>. Acesso em: 02/09/2017.

_____. *Karl Korsch*. 1960b. Disponível em: <<http://guy-debord.blogspot.com/2009/06/paul-mattick-karl-korsch.html>>. Acesso em: 09/06/2010.

_____. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: A regra do jogo, 1977.

_____. *Marx & Keynes. Os limites da economia mista*. Lisboa: Antígona, 2010.

MATTICK (Jr.), Paul. “Modernisme et communisme antibolchévique. Les Progressistes de Colonie”. In: *Oiseau-tempête*, nº 4, 1998, pp. 19-22.

MAXWELL, Kenneth. “A derrubada do regime e as perspectivas de transição democrática em Portugal”. In: O’DONNEL. *Transições do regime autoritário – sul da Europa*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988, p. 160-99.

_____. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

_____. *O império derrotado. Revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MEDEIROS, Fernando. “Genèse et projet des *Cadernos de Circunstância*” [2013b]. In: SILVA, Pedro Alcântara da; SILVA, Filipe Carreira da. *Ciências Sociais: Vocaçào e profissão: homenagem a Manuel Villaverde Cabral*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

_____. “Numa vida há sempre mais vidas do que parece: retalhos da vida de um operário universitário”. In: *Utopia, anarquia e sociedade: escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*. Coimbra: Almedina, 2018, pp. 65-98.

MENDES, Danúbia. “Jornal *Combate*: a revolução portuguesa a partir das lutas autônomas dos trabalhadores”. In: TIRIBA, Lia; FARIA, Maurício; NOVAES, Henrique. (Orgs.). *Cenários da autogestão em Portugal: o processo revolucionário em curso (1974-1975)*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, pp. 165-211.

MICHEL, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIESSEROFF, Lola. *Voyage en outre-gauche. Paroles de francs-tireurs des années 68*. Paris: Libertalia, 2018.

MILIBAND, David (org.). **Reinventing the left**. Cambridge: Polity Press, 1994.

MINISTRO, Bruno; SOUSA, São José. **Antígona contra o quotidiano seco do mundo**. 2013, s/p. Disponível em: <https://edicenafiles.wordpress.com/2013/07/anticc81gona_bruno_e_sc3a3o.pdf>. Acesso em 02/02/2021.

MOREIRA, João. “O maoísmo português e o ‘anarco-trotskismo’”. In: **Praxis magazine. Acção e movimento**, ago. 2017, s/p. Disponível em: <<https://medium.com/praxis-mag/o-mao%C3%ADsmo-portugu%C3%AAs-e-o-anarco-trotskismo-jo%C3%A3o-moreira-f66a47338df9>>. Acesso em: 04/08/2020.

NEVES, José. “Entrevista a Manoel Villaverde Cabral por José Neves”. In: **Análise Social**, vol. XLVI, 2011, pp. 522-537.

NORONHA, Ricardo. “Letters from ‘Glaucos’: Guy Debord during the Portuguese Revolution”. In: CHAMOLEAU, Brice; MARTÍNEZ i MUNTADA, Ricard; MOLINERO, Carme (orgs.). **68s** (Ata de Congresso Internacional). Barcelona, 2018, pp. 111-127.

NUNES, Américo. “In Memoriam (Carlos da Fonseca)”. In: **Mapa. Jornal de Informação Crítica**, 29/12/2017. Disponível em: <<https://www.jornal-mapa.pt/2017/12/29/in-memoriam/>>. Acesso em: 28/10/2020.

OLIVEIRA, Pedro Aires; ROSAS, Fernando (orgs.). **A transição falhada: o marce-lismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

PAGÈS, Yves; REEVE, Charles. “Marinus van der Lubbe au coeur de son époque. Biographie panoramique”. In: LUBBE, Marinus van der. **Carnets de route de l’incendi-aire du Reichstag**. Paris: Éditions Verticales, 2003, pp. 15-87.

PASSA PALAVRA. “A classe trabalhadora vai à rua e encontra os mesmos do costume”. In: **Passa Palavra**, 28 set. 2012. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2012/09/64828/>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

PANNEKOEK, Anton. “A propósito do Partido Comunista”. In: **International Council Correspondance**, Vol. I. n° 7, jun. 1936, s/p. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/pannekoe/1936/mes/proposito.htm>>. Acesso em: 09/05/2020.

PEREIRA, Henrique Garcia. **A Esquerda Festiva no Técnico dos anos 60**. Lisboa: Associação Cultural Ephemera, 2019.

_____. **O Outono Quente no IST em 1968**. Lisboa, s/d.

PEREIRA, Irène. **L’anarchisme dans les textes – Anthologie Libertaire**. Paris: Éditions Textuel, 2010.

PEREIRA, José Pacheco. **A sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1993.

_____. **“O um dividiu-se em dois”**: origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65). Lisboa: Alêtheia Editores, 2008.

_____. **As armas de papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

_____. “Memórias dos tempos radicais: biografia bem pouco ‘comum’”. In: **Público**, 16 jun. 2007. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2007/06/16/jornal/memorias-dos-tempos-radicaais-biografia-bem-pouco-comum-218850>>. Acesso em 15 jun. 2019.

PEREIRA, Victor. “Pèlerinage au Portugal révolutionnaire: les intellectuels français et la révolution des Ceillets”. In: DULPHY, Anne; LÉONARD, Yves (orgs.). **De la dictature à la démocratie: voies ibériques**, 2003, pp. 7-23.

_____. “La PIDE et les Portugais en France”. In: **Latitude, Cahiers Lusophones**, n°21, set. 2004, pp. 3-12.

PETERS-KLAPHAKE, Katrin. “The Subversive Potentials of Micro-Histories”. In: **Contemporary and**, 27 mai. 2015. Disponível em: <<https://contemporaryand.com/magazines/the-subversive-potential-of-micro-histories/>>. Acesso em: 05/04/2021.

PHAN-VAN, Jean-Louis. “Postface”. In: FREIRE, João. **Les anarchistes du Portugal**. Paris: Éditions CNT, 2002.

PINTO, Mário Rui. “Préface”. In: PINTO, Mário Rui (org.). **Os Cangaceiros**. Lisboa: Barricada de Livros, 2017, pp. 5-13.

PINTO, Tales dos Santos. **Gestão operária na revolução portuguesa. Auto-organização e hetero-organização no jornal *Combate***. Goiânia: Editora UFG, 2016.

_____. **Revolução, política e cultura em Alexander Bogdanov**. Goiânia: Editora UFG, 2018.

QUADRUPPANI, Serge. “Avec Charles, soyons sauvages”. In: **Les contrées magnifiques**, 07/02/2018. Disponível em: <<http://quadruppani.blogspot.com/2018/02/avec-charles-soyons-sauvages.html>>. Acesso em: 09/05/2010.

QUOTIDIANO DA MISÉRIA/MISÉRIA DO QUOTIDIANO. **Sexpol**, n° 1. Lisboa: 1974.

_____. **Nem Robots nem Escravos**, n° 2. Lisboa: 1974.

_____. **Quotidiano da Miséria**, n° 3. Lisboa: 1974.

_____. **Fora do Jogo**, n° 4. Lisboa: 1974.

RAMALHO, Maria de Magalhães. “Realizar a poesia: Guy Debord e a Revolução de Abril”. In: **Flauta de Luz – Boletim de Topografia**, n° 3, out. 2015, pp. 17-35.

RASPAUD, Jean-Jacques; VOYER, Jean-Pierre. **L'Internationale Situationniste. Protagonistes/Chronologie/Bibliographie (avec um index des noms insultés)**. Paris: Champ Libre, 1972.

RATGEB (Raoul Vaneigem). **Da greve selvagem à autogestão generalizada**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.

REEVE, Charles (Jorge Valadas). **Portugal: a concepção golpista da revolução social**. Lisboa: Editora Meridiano, 1976a.

_____. “Serge Bricianer, des nuances du noir et du rouge vif”. In: **Oiseau-tempête**, n° 2, Automne, 1997, pp. 15-16.

_____. “La fabrication officielle de l’oubli”. In: **Latitude. Cahiers Lusophones**, n° 6, set. 1999, pp. 3-5.

_____. “Révolution contre fascisme em Allemagne, 1919-1937. ‘Bandits rouges’, fonctionnaires et poètes”. In: **Oiseau-tempête**, n° 6, 1999/2000, pp. 4-8.

_____. “Sur Charles Reeve. Pour um itinéraire bio-bibliographique”. In: **Vosstanie**, 25/01/2014. Disponível em: <<https://vosstanie.blogspot.com/2014/01/emission-du-25012014-avec-charles-reeve.html>>. Acesso em: 04/08/2020.

_____. **Le socialisme sauvage. Essai sur l’auto-organisation et la démocratie directe dans les luttes de 1789 à nos jours**. Paris: L’échappée, 2018.

_____. **O socialismo selvagem. Ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias**. Lisboa: Antígona, 2019.

_____. “Y a-t-il une vie après la mort de l’ultra-gauche?”. In: **Lundi Matin**, 18 fev. 2020a. Disponível em: <<https://lundi.am/Y-a-t-il-une-vie-apres-la-mort-de-l-ultra-gauche>>. Acesso em: 02/04/2020.

_____. “A pátria faz do homem um traidor ao seu semelhante”. Entrevista concedida a Júlio Henriques. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, n° 7, abr. 2020b, pp. 100-113.

REVOLTA. **Jornal dos núcleos estudantis de intervenção política**, n° 1. Lisboa: 1974.

RODRIGUES, Manuel. **A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **O apartidarismo e o valor social do trabalho**. Porto: Edições COPSA, s/d.

RIZZI, Bruno. **A burocratização do mundo (1ª parte)**. Lisboa: Antígona, 1983.

ROC, Leopold. “O rasto encoberto de Os Cangaceiros nos pampas sociais”. In: PINTO, Mário Rui (org.). **Os Cangaceiros**. Lisboa: Barricada de Livros, 2017, pp. 163-174.

RODRIGUES, Francisco Martins. **Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento**. S.l.: Edições do Partido, 1970.

_____. **O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Dinossauro, 1994.

_____. **Abril traído**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1999.

ROUSSEL, Frédérique. “Guy Debord n’a pas été capable d’appliquer dans sa vie les principes qu’il revendiquait en théorie” (entrevista com Jean-Marie Apostolidès). In: **Libération**, 23/12/2015. Disponível em: <http://next.liberation.fr/livres/2015/12/23/guy-debord-n-a-pas-ete-capable-d-appliquer-dans-sa-vie-les-principes-qu-il-revendiquait-en-theorie_1422482>. Acesso em: 01/11/2019.

ROY, Jonathan. **Conseillisme et autogestion dans l’œuvre de l’Internationale Situationniste**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Université du Québec à Trois-Rivières, 2008, 159f.

SALINAS, Samuel Sérgio. **Antes da Tormenta: Origens da Segunda Guerra Mundial, 1918-1939**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SANGUINETTI, Gianfranco (Censor). **Veridique Rapport sur les dernières chances de sauver le capitalisme em Italie [1975]**. Paris: Champ Libre, 1976.

_____. **Do terrorismo e do Estado [1979]**. Lisboa: Antígona, 1981.

_____. “Argent, sexe et pouvoir: à propos d’une fausse biographie de Guy Debord”. In: **Mediapart**, 15/01/2016. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/lechatetlasou-ri/blog/150116/argent-sexe-et-pouvoir-propos-d-une-fausse-biographie-de-guy-debord>>. Acesso em: 01/11/2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)**. Porto: Afrontamento, 1990.

SANTOS, David. “Ernesto de Souza: utopia e vanguarda em Portugal”. In: **Arqa**, nº 20, jul./ago. 2003, s/p. Disponível em: <<http://www.ernestodesousa.com/bibliografia/ernesto-de-sousa-utopia-e-vanguarda-em-portugal>>. Acesso em: 12/04/2021.

SANTOS, José Hipólito dos. “Les *Cadernos de Circunstância* et Mai 1968”. In: **Vosstanie**, 25/01/2014. Disponível em: <https://vosstanie.blogspot.com/2014/09/la-lutte-des-classes-au-portugal.html>. Acesso em: 03/06/2020.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias. **O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas. Vol. 1**. Porto: Afrontamento, 1976.

SECCO, Lincoln Ferreira. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004.

- SEMPRUN, Jaime. **La guerre sociale au Portugal**. Paris: Champ Libre, 1975.
- _____. **A guerra social em Portugal**. Lisboa: Moraes Editora, 1976.
- SEPÚLVEDA, Torcato (Anônimo do Século XX). **Reflexão sobre a estratégia da luta das classes em Portugal**. Braga: Edições Espaço, 1976.
- _____. (Custódio Losa [Major Dissidente]). **Declaração de Guerra às Forças Armadas e outros aparelhos repressivos do Estado**. Lisboa: Antígona, 1979.
- SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. **Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2013, 617f.
- SILVA, José Teixeira da. “A paixão do comunismo ou a crítica da crítica crítica”. In: RIZZI, Bruno. **A burocratização do mundo (1ª parte)**. Lisboa: Antígona, 1983, pp. 105-122.
- SILVESTRE, Osvaldo Manuel. **Um mar sem margens. Paris, em maio de 68, no olhar de João Cândido e nas palavras de António José Saraiva**. In: Zentralpark. Revista de Teoria & Crítica, nº 2. Coimbra: Angelus Novus, 2000.
- SIMON, Henri. **ICO et l’IS. Retour sur les relations entre Informations Correspondance Ouvrières et L’Internationale Situationniste**. Paris: Échanges et Mouvement, 2006.
- SKIRDA, Alexandre. **Nestor Makhno. La lutte pour les soviets libres en Ukraine (1917-1921)**. Paris: Spartacus, 2020.
- SOCIALISME OU BARBARIE. L’insurrection hongroise. In: **Supplément au N° 20 de Socialisme ou Barbarie**, 1956/1957. Disponível em: <<http://archivesautonomies.org/IMG/pdf/soub/SouB-insurrection%20hongroise.pdf>>. Acesso em: 07/08/2017.
- SOLIDARITY. **Paris: Maio de 68**. São Paulo: Conrad, 2008.
- SOUSA, M. Ricardo de. “Sejamos realistas é um projecto pouco libertário”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 7, abr. 2020, pp. 253-255.
- SORLIN, Pierre. “Lénine et le gauchisme”. In: **Études**, jun. 1970, pp. 805-823.
- SUBVERSÃO INTERNACIONAL. **Subversão Internacional**, nº 1. Lisboa: nov. 1977.
- _____. **Subversão Internacional**, nº 2. Lisboa: abr. 1978a.
- _____. **Subversão Internacional**, nº 3. Lisboa: outono de 1978b.
- _____. **Subversão Internacional**, nº 4. Lisboa: fev. 1979a.
- _____. **Subversão Internacional**, nº 5. Lisboa: jul. 1979b.
- _____. **Subversão Internacional**, nº 6. Lisboa: dez. 1979c.

TALON, Vicente. **Portugal ¿Golpe o revolucion?** Madrid: CVS Ediciones, 1974.

TAVERNIER, Yves. “Notes Bibliographiques (Pensée politique)”. In: **Revue française de science politique**, 1973, pp. 330-334.

TIQQUN. **Tout a failli, vive le communisme!** Paris: La Fabrique, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício (org). **Marxismo heterodoxo (Gorter/Makhaïski/Bordiga)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A falência da política**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

TRESPEUCH-BERTHELOT, Anna. **L’Internationale Situationniste. De l’histoire au mythe (1948-2013)**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

TROTSKY, Leon. “On the Policy of the KAPD”, 1920, s/p. In: **Marxists Internet Archive**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1924/ffyci-1/ch13.htm#n1>>. Acesso em: 26/03/2021.

VAGUE, Tom. **Televisonários. A história da Facção Exército Vermelho, mais conhecida (por engano) como Grupo Baader-Meinhof**. São Paulo: Conrad, 2001.

VALADAS, Jorge (Charles Reeve). “Crítica da S.I.”. In: SUBVERSÃO INTERNACIONAL. **Subversão Internacional**. Lisboa, nº 2, abr. 1978, p. 3.

_____. **A memória e o fogo. Portugal: o cenário invertido da Eurolândia**. Lisboa: Letra Livre, 2008.

_____. “Paul Mattick (1904-1981). A paixão da revolução ou a impossível separação entre pensamento e acção”. In: MATTICK, Paul. **Marx & Keynes. Os limites da economia mista**. Lisboa: Antígona, 2010, pp. 435-448.

_____. “Anti-amnésia: os *Cadernos de Circunstância*, de ontem para hoje”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 2, mar. 2014a, pp. 25-33.

_____. “A versão dos vencedores: as Armas de Papel de Pacheco Pereira”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 2, mar. 2014b, pp. 35-39.

_____. “O tenebroso enigma dos investigadores que investigam mal. A revolução portuguesa, o controle operário e o que falta”. In: **Flauta de Luz – Boletim de Topografia**, nº 3, out. 2015, pp. 9-14.

_____. “Felizmente continua a haver luar (Julho 2018)”. In: **Mapa. Jornal de Informação Crítica**, 27/06/2018. Disponível em: <https://www.jornal-mapa.pt/2018/06/27/felizmente-continua-a-haver-luar-julho-2018/>>. Acesso em: 27/10/2020.

_____. “O socialismo selvagem. Um passo ao lado: auto-organização e democracia directa perante as facilidades da representatividade”. Entrevista concedida a Filipe Nunes e Luís Leitão. In: **Mapa. Jornal de Informação Crítica**, nº 25, nov. 2019 – jan. 2020, pp. 14-18.

_____. “França, uma greve contra o mundo que nos é imposto”. In: **Mapa. Jornal de Informação Crítica**, nº 26, fev/abr. 2020a, pp.41-43.

_____. “A pátria faz do homem um traidor ao seu semelhante”. Entrevista concedida a Júlio Henriques. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 7, abr. 2020b, pp. 100-113.

VALENTIM, Igor Vinicius Lima. “Contra a cafetinagem acadêmica: uma etnografia com José Maria Carvalho Ferreira”. In: **Utopia, anarquia e sociedade: escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira**. Coimbra: Almedina, 2018, pp. 131-149.

VALLAEYS, Béatrice. “Special Mai 68. Le témoin du jour. René Riesel, 18 ans, étudiant en philosophie à Nanterre, prosituationniste. ‘La rage au ventre contre les groupuscules et l’État’”. In: **Libération**, 06/05/1998.

VANEIGEM, Raoul. “Avis aux civilisés relativement a l’autogestion généralisée”. In: **Internationale Situationniste (1958-1969). Texte integral des 12 numéros de la revue**. Paris: Fayard, 1997b, pp. 631-632.

_____. **Terrorismo ou revolução**. Lisboa: Via Editora, 1978.

_____. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

_____. “Ousar o impossível ou viver de rastos”. In: **Flauta de luz – Boletim de Topografia**, nº 7, abr. 2020, pp. 179-184.

VARELA, Raquel. **História do povo na revolução portuguesa: 1974-1975**. Lisboa: Bertrand, 2014.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas: Papirus, 1988.

VOSSTANIE. **Quand le peuple est populaire. Le Portugal, les éditions Agone, Raquel Varela et le populisme chic de la petit-bourgeoisie intello de gauche**. 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/natal/Downloads/QUAND%20LE%20PEU-PLE%20EST%20POPULAIRE_VOSSTANIE_EDITIONS.pdf](file:///C:/Users/natal/Downloads/QUAND%20LE%20PEU-<u>PLE%20EST%20POPULAIRE_VOSSTANIE_EDITIONS.pdf)>. Acesso em: 28/06/2020.